JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Inter. de Des. Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Acorizal 4
Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 14
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 34
Prefeitura Municipal de Alto Garças 36
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 37
Prefeitura Municipal de Apiacás 39
Prefeitura Municipal de Araguaiana 47
Prefeitura Municipal de Araguainha 48
Prefeitura Municipal de Araputanga 52
Prefeitura Municipal de Arenápolis 54
Prefeitura Municipal de Aripuanã 54
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 54
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 55
Prefeitura Municipal de Campinápolis 55
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 56
Prefeitura Municipal de Campo Verde 57
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 58
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 61
Prefeitura Municipal de Canarana 62
Prefeitura Municipal de Carlinda 63
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 64
Prefeitura Municipal de Cláudia 65
Prefeitura Municipal de Cocalinho 76
Prefeitura Municipal de Colniza 78
Prefeitura Municipal de Colíder 79
Prefeitura Municipal de Confresa 80
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 102
Prefeitura Municipal de Curvelândia 104
Prefeitura Municipal de Cáceres 104
Prefeitura Municipal de Denise 105
Prefeitura Municipal de Diamantino 105
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 117
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 127
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 128
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 129
Prefeitura Municipal de General Carneiro 129
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 129
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 130
Prefeitura Municipal de Guiratinga 130
Prefeitura Municipal de Indiavaí 130
Prefeitura Municipal de Itanhangá 130
Prefeitura Municipal de Itiquira 131
Prefeitura Municipal de Jaciara 137
Prefeitura Municipal de Jangada 137
Prefeitura Municipal de Jauru 137
Prefeitura Municipal de Juara 139
Prefeitura Municipal de Juruena 143
Prefeitura Municipal de Juscimeira 143
Prefeitura Municipal de Juína 144

Prefeitura Municipal de Luciara 144
Prefeitura Municipal de Marcelândia 144
Prefeitura Municipal de Matupá 145
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 145
Prefeitura Municipal de Nobres 146
Prefeitura Municipal de Nortelândia 150
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 155
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 156
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 156
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 161
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 162
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 162
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 164
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 165
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 165
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 166
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 173
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 173
Prefeitura Municipal de Paranatinga 176
Prefeitura Municipal de Paranaíta 231
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 238
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 238
Prefeitura Municipal de Poconé 240
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 245
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 245
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 247
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 248
Prefeitura Municipal de Poxoréu 263
Prefeitura Municipal de Querência 263
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 266
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 272
Prefeitura Municipal de Rio Branco 273
Prefeitura Municipal de Rondolândia 273
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 282
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 282
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 283
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 290
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 292
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 292
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 292
Prefeitura Municipal de Sapezal 292
Prefeitura Municipal de Sinop 293
Prefeitura Municipal de Sorriso 308
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 314
Prefeitura Municipal de São José do Povo 314
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 325
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 325
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 329
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 361
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 364
Prefeitura Municipal de Tesouro 376
Prefeitura Municipal de Torixoréu 380
Prefeitura Municipal de União do Sul 380
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 391
Prefeitura Municipal de Vila Rica 395
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 410
Prefeitura Municipal de Água Boa 416

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios no uso de suas atribuições HOMOLOGA o Processo de Licitação nº 012/2015 - Pregão Presencial 003/2015, nos termos do artigo 4°, inciso XXII da Lei 10.520/02, cujo objeto é o registro de preços para a futura e eventual aquisição de veículo tipo pick-up e tipo SUV, zero quilômetros, sendo declarada vencedora a empresa TAURO MOTORS VEÍCULOS IMPORTADOS LTDA.

Cuiabá, 1º de junho de 2015.

Neurilan Fraga

Presidente da AMM

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

OFÍCIO 021 CONVITE REUNIÃO AMPLIADA 29.06 PEDRA PRETA

OFÍCIO Nº Circular 021/2015 Campo Verde- MT, 01 de Julho de 2015.

A Sua Excelência Senhores (as)

Prefeitos (as) Municipais

Consórcio da Região Sul - MT

Senhores (as),

Ao tempo em que os cumprimentamos, o Consórcio Intermunicipal da Região Sul – CIDESASUL, em parceria com a Prefeitura Municipal de Pedra Preta, tem a honra convidar os Senhores (as) Prefeito (as) para uma Reunião Ampliada, a realizar-se no dia 29 de Julho das 08h30min às 16h30min, no Município de Pedra Preta -MT, com o Lema: **"COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE: POR DIREITOS E SOBERANIA ALIMENTAR EM MATO GROSSO".**

É importante afirmar que a Reunião Ampliada nos Municípios constituem parte decisiva do processo de preparação da IV Conferência Estadual, contando com a participação ativa da sociedade civil organizada e dos respectivos representantes dos Governos. Por essa razão, solicitamos o apoio de Vossa Excelência para o processo de mobilização e organização da Reunião Ampliada.

Sem mais para o momento, desde já agradecemos e contamos com a presença de todos.

Atenciosamente,

Fábio Schroeter

Presidente do Cidesasul

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 010 E 011/2015

CONVENENTES: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia e Pediatria Urgente S/S Ltda. Objeto: Rescisão amigável do contrato de prestação de serviços médicos especializados, compreendendo os serviços médicos na especialidade de Pediatria: A partir de 09/03/2015. Assinatura: 30/06/2015. Fundamento legal: Art. 79, inciso II, da lei 8.666/93 atualizada.

Mauro Rosa da Silva

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº 019/2015

PORTARIA N.º 019/2015

"Dispõe sobre retificação da Portaria nº. 072/2013 que versa sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Srª. Ezilia Maria da Silva."***

O Prefeito do Município de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº. 072/2013, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, edição nº. 1859, onde foi concedido o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à **Srª**. **Ezilia Maria da Silva**, portadora do RG n.º 0392507-2 - SSP/MT e CPF nº. 411.484.281-00, servidora Estável, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente matriculada sob o nº. 31, conforme processo administrativo de **ACORIZAL-PREVI**, nº. **2013.04.00001P**.

Onde se lê: Considerando o Art. 40, § 1º, III, "b" da CF/88 com redação dada pelo Art. 3º da EC 47/2005, c/c art. 12, III, "b" da Lei n.º 617, de 01 de junho de 2005, que "Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Acorizal, Estado de Mato Grosso e dá outras providências

Leia-se: Considerando o Art. 3º da EC 47/2005, combinado com a Lei n.º 617, de 01 de junho de 2005, que "Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Acorizal-MT;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/11/2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ACORIZAL - MT, 30 de junho de 2015.

ARCILIO JESUS DA CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 819/2015

Lei nº 819 de 25 de junho de 2015.

Dispõe sobre a aprovação do PME- Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2024 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação do Município de Acorizal-MT – PME, com vigência de 10 anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no inc. I do art. 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade de ensino;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação pública, resultantes das receitas orçamentárias, que assegure aten-

dimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

VII – valorização dos profissionais de educação;

VIII – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas, no Anexo Único, integrantes desta lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I – Secretaria Municipal de Educação - SME;

II – Conselho Municipal de Educação;

III – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput deste artigo:

I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações;

II – analisar e propor a ampliação progressiva do investimento público em educação, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas deste Plano.

§ 2º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de Lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

Art. 5º Fica assegurado o regime de colaboração entre o município de Acorizal-MT, o Estado do Mato Grosso e a União para a consecução das metas deste PME e a implementação das estratégias.

§ 1º Os mecanismos e instituições Municipal de Ensino deverá prever as formas de acompanhamento para a consecução das metas do PME e para o desenvolvimento dos mecanismos de colaboração e cooperação definidos nesta Lei.

§ 2º As metas e estratégias, definidas no Anexo Único desta Lei, não suprimem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre a União, o Estado do Mato Grosso e o Município de Acorizal-MT.

Art. 6º O Município de Acorizal-MT deverá aprovar Leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação no prazo de dois anos a contar da data de aprovação deste PME.

Art. 7°. O Plano Municipal de Educação do município de Acorizal-MT abrangerá, prioritariamente, o Sistema Municipal de Ensino, definindo as metas e estratégias que atendam às incumbências que lhe forem destinadas por Lei.

Art. 8°. O Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do município devem ser formulados de modo a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9°. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Acorizal/MT, 25 de junho de 2015.

ARCÍLIO JESUS DA CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PME-PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ACORIZAL-MT

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL

1. ANÁLISE SITUACIONAL 1.1 Aspectos demográficos

Acorizal é um município brasileiro do Estado de Mato Grosso. Localiza-se a uma latitude 15º12'17" sul e a uma longitude 56º21'57" oeste, estando a uma altitude de 164 metros. As margens do Rio Cuiabá, ponto onde se realiza festival municipal e torneio estadual de pesca. Ponto estratégico para o Marechal Rondon quando da instalação de um posto telegrafico, Acorizal rememorou os 100 anos da morte deste desbravador. Foi fundada em 12 de dezembro de 1953.

Figura 1 – Mapa de Mato Grosso

Fonte: IBGE

População estimada 2014 (1)	5.396
População 2010	5.516
Área da unidade territorial (km²)	840,590
Densidade demográfica (hab/km²)	6,56
Código do Município	5100102

Figura 2 – Mapa de Mato Grosso, Acorizal

Fonte: IBGE, 2014.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO E DE SURGIMENTO

A exemplo de vários municípios de Mato Grosso, Acorizal também teve sua origem à sombra da mineração. Tão logo as catas fáceis do ouro no Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no século 19, começaram a rarear, muitos de seus garimpeiros migraram para regiões mais acima do rio que deram nome à capital.

A maioria em busca de novas minas promissoras, outros, no entanto, menos aventureiros ou de índole agrária, enveredaram-se pelas margens do Rio Cuiabá acima e seus afluentes, na tentativa de real fixação ao solo, através do cultivo de bens de consumo dos quais a vila se mostrava desprovida.

Também teve uma breve relação com os índios bororos, que saíram da região deixando poucos vestígios.

Estes foram, possivelmente, os primeiros moradores do atual município de Acorizal. Teve assim o município, ao contrário de outros vizinhos, origem essencialmente agrícola, transplantando para as suas propriedades a cana-de-açúcar, introduzida por Antonio da Silva Lara.

Hoje, sua economia se estrutura na agricultura familiar, na pecuária e no turismo. Cidade de tradições, Acorizal preserva traços culturais únicos da Grande Cuiabá e se mantém como guardiã de costumes que atravessam os tempos e conquistam gerações.

Uma das festas mais tradicionais é a da padroeira 'Nossa Senhora de Brotas', realizada em agosto. Ali, a fé é demonstrada por meio de uma série de atividades religiosas, sociais e desportivas. "Nossas raízes afloram durante os festejos da santa. É um momento de adoração e, ao mesmo tempo, de renovação de nossos compromissos com a sociedade e com a cidade", observa Julio Cezar Arruda. No carnaval, a alegria também tomou conta de Acorizal, reunindo mais de oito mil visitantes por dia.

Outra aposta é o potencial do Rio Cuiabá. O município investe na realização de festivais de pesca, sempre reunindo música e folia. O Fespescal e o Micarezal ficaram para a história como um dos melhores eventos da cidade.

Brotas foi a primeira denominação que o município de Acorizal recebeu. Em homenagem a Nossa Senhora de Brotas, imagem trazida por uma família de origem portuguesa, segundo a tradição local. Outra versão diz que durante uma pescaria no Rio Cuiabá, os pescadores encontraram a imagem da santa enroscada numa rede.

Em 25 de agosto de 1833, através de Lei Provincial foi criado o Distrito Paroquial de Nossa Senhora das Brotas, subordinado à Freguesia de Nossa Senhora do Livramento. O desenvolvimento comercial deu destaque a Brotas. Na região se desenvolvia bem a cana e vários engenhos produziam a rapadura, o açúcar e aguardente, produtos comercializados em Cuiabá.

A denominação Brotas chegou a avançar pelo século XX dando ensejo a que a Comissão Rondon, que dali partiria estendendo um ramal telegráfico, inserisse esse nome em seus mapas cartográficos de Mato Grosso.

Em 26 de outubro de 1938, através do Decreto-Lei estadual nº 208, que definiu nova Divisão Territorial do Estado de Mato Grosso, o nome Brotas foi substituído por Acorizal, em menção à quantidade de palmeira acori existente na região. O município recebeu o nome Acorizal dia 12 de dezembro de 1953, através da Lei estadual n° 691.

Acorizal é um dos municípios que compõem o cerrado mato-grossense, um dos mais ricos ecossistemas do Estado. É considerado a porta de entrada da Floresta Amazônica. Localizado numa região sinuosa, com fauna e flora diversificadas e cenários deslumbrantes, o município reúne características que favorecem atividades com forte apelo econômico definido nas cadeias produtivas da Apicultura, Artesanato, Avicultura, Fruticultura, Hortigranjeiros, Mandioca, Piscicultura e Turismo.

No que diz respeito à população o Censo 2010 mostra que a população masculina do município é de 2.900 (duas mil e novecentas), pessoas e a população feminina é de 2.616 (duas mil seiscentas e dezesseis); observando-se uma concentração de pessoas na faixa etária entre 05 a 14 anos de 993 (novecentos e noventa e três) habitantes, e entre 15 a 34 anos com 1.792 (um mil setecentos e noventa e dois) habitantes.

Ao contrário da tendência nacional que demonstra a maioria da população adulta jovem, Acorizal mostra um numero expressivo de pessoas na adolescência e juventude.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Acorizal era 0,628, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). **Entre 2000 e 2010** O IDHM passou de 0,500 em 2000 para 0,628 em 2010 - uma taxa de crescimento de 25,60%.

O hiato de desenvolvimento humano, ouseja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzida em 25,60% entre 2000 e 2010. **Entre 1991 e 2000** o IDHM passou de 0,386 em 1991 para 0,500 em 2000 - uma taxa de crescimento de 29,53%.

O hiato de desenvolvimento humano, ouseja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzida em 18,57% entre 1991 e 2000.

Entre 1991 e 2010 Acorizal teve um incremento no seu IDHM de 62,69% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) eacima da média de crescimento estadual (61,47%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município eo limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 39,41% entre 1991 e 2010.

Tabela 1- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes- Acorizal -MT

1.3 Demografia

Entre 2000 e 2010, a população de Acorizal teve uma taxa média de crescimento anual de -0,53%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,02%. No Estado, estas taxas foram de 1,02% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000.

Nas duas últimas décadas, a taxa de urbanização cresceu -1,10%. A tabela abaixo mostra a população de Acorizal de acordo com gênero, rural, urbana segundo o Censo IBGE 2010 (o último censo realizado).

No que se refere a estrutura etária da população, a tabela abaixo mostra que a Populção entre 15 e 64 anos corresponde a 65,12 % da população no ano de 2010, além apresentar tendência de envelhecimento da população a curto prazo.

Figura 3: Pirâmide Etária de Acorizal em 2010, IBGE

1.4 Educação

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município, e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de **crianças de 5 a 6 anos na escola** cresceu 26,45% e no de período 1991 e 2000, 81,09%.

A proporção de **crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental** cresceu 118,09% entre 2000 e 2010 e 51,30% entre 1991 e 2000.

A proporção de **jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo** cresceu 122,88% no período de 2000 a 2010 e 265,96% no período de 1991 a 2000.

A proporção de **jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo** cresceu 62,04% entre 2000 e 2010 e 68,01% entre 1991 e 2000.

A escolaridade da população adulta é um importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 32,38% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 19,11% o ensino médio e em Mato Grosso, 53,20% e 35,59% respectivamente.

Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 8,23% nas últimas duas décadas. Abaixo tabela de matrículas.

Variável	Acorizal	Mato Grosso	Brasil
Pré-escolar	159	805,96	47.547,21
Fundamental	995	4.781,71	297.024,98
Médio	408	1.596,61	83.768,52

Fonte: IBGE

Quanto a renda per capita média de Acorizal houve um crescimento de 82,75% nas duas últimas décadas, passando de R$175,97 em 1991 para R$251,09 em 2000 e R$321,58 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 42,69% no primeiro período e 28,07% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R$ 70,00) passou de 35,29% em 1991 para 21,63% em 2000 e para 14,91% em 2010.

1.5 Condições de Vida e Ambiente

Informações do Censo (IBGE/2010) são essenciais a política de saúde local, apontando para a relevância da intersetorialidade, entre políticas públicas, uma vez que estão direta ou indiretamente ligadas as condições de morbidade da população.

Tabela – Indicadores de Habitação de Acorizal ,MT 2010.

1.6 Condições de Saúde da População

Organizar, qualificar e oportunizar acesso integral á saúde, tem sido um dos grandes desafios para os gestores municipais do Sistema Único de Saúde. Nesse contexto entender a morbimortalidade da população é essencial para a tomada de decisões dos gestores no que tange a promoção e prevenção, bem como a cura e reabilitação em saúde.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Acorizal reduziu 35%, passando de 26,3 por mil nascidos vivos em 2000 para 17,0 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 16,8 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Acorizal, a esperança de vida ao nascer aumentou 7,1 anos nas últimas duas décadas, passando de 66,9 anos em 1991 para 69,7 anos em 2000, e para 74,0 anos em 2010.

Isso demonstra a tendência de envelhecimento da população residente em Acorizal necessitando então de intervenções de políticas de saúde e intersetoriais para atendimento dessa população em um futuro a médio prazo.

METAS E ESTRATEGIAS DO PME DE ACORIZAL/MT 2015-2024

1- Promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino em articulação com o Estado.

2- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.

3- Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em Lei, destinados à Educação.

4- Assegurar, imediatamente, a existência de plano de carreira para os profissionais da educação básica pública.

5- Oportunizar formação específica inicial e continuada, de modo que todos que atuam na educação possuam formação em nível superior até 2019.

6- Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender 60% (sessenta) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

7- Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o 3º ano do ensino fundamental.

8- Garantir a permanência de todos os alunos na escola e que pelos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos de 6 a 14 anos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

9- Garantir o atendimento e a qualidade do ensino e da oferta de ensino médio a 100% da demanda, com acréscimos anuais de 25% até 2017.

10- Criar em conjunto com o Estado um Curso Profissionalizante Técnico até 2018.

Indicador: acréscimos anuais da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio.

11- Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para 100% da demanda existente até 2018.

Indicador: número de vagas ofertadas para EJA em relação à demanda de jovens e adultos.

12- Ofertar educação básica a toda população escolarizável que mora no campo, em escolas do e no campo, até 2017.

Indicador - Número de alunos da educação básica atendidos no e do campo pela população escolarizável da educação básica que mora no campo.

13- Expandir o atendimento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo a 100% da demanda até 2018.

Indicador: número de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação atendidos em relação à demanda total.

14- Aumentar progressivamente a carga horária em 01 hora por ano, atingindo pelo menos sete horas diárias, para 25% dos estudantes matriculados na educação básica, até 2018.

Indicador: número de estudantes matriculados na educação básica em escolas com cargas horárias entre 05 e 07 horas diárias pelo número de matrículas na educação básica.

15- valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE e o recebimento do Piso Nacional de salários a partir de 2015.

16- valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME e o recebimento do Piso Nacional de salários a partir de 2015.

17- Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.

18- Erradicar 100% do Analfabetismo no Município de Acorizal-Mt até 2024.

META 1: Promover, continuamente, o Sistema Único de Ensino em articulação com o Estado.

ESTRATÉGIAS:

1.1- Estabelecer, por intermédio de instrumentos legais, cooperação entre o Estado e o município, explicitando claramente os objetivos e as responsabilidades comuns no atendimento da escolarização básica, na sua universalização, na qualidade do ensino e na gestão democrática, objetivando a implantação do Sistema Único de Educação.

META 2: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS:

2.1- Assegurar que todas as escolas de educação básica em todas as modalidades tenham desencadeado o processo para a elaboração do seu projeto político-pedagógico, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e a política estadual e municipal relacionada com a educação, com efetiva participação da comunidade.

Indicador - número de escolas com seu PPP implantado em relação à totalidade de escolas.

2.2 - Garantir instrumentos legais que assegurem eleição direta de gestores pela comunidade, em todas as unidades escolares, para os cargos de Diretor, Coordenador pedagógico, assim como o direito de um assessor pedagógico no município e a cada 02 (dois) anos com direito a uma reeleição. Indicador - número de escolas com eleições regulamentadas por instrumentos legais pelo número total de escolas públicas

2.3- Definir expectativas de aprendizagem para a educação básica, com vista a garantir formação geral comum.

Indicador - quantidade de etapas e modalidades com expectativas de aprendizagens estabelecidas para cada etapa e modalidade da educação básica.

2.4 Implantar a avaliação sistêmica do processo educacional da educação básica, baseada na realidade, particularidades e peculiaridades regionais.

2.5- Realizar campanhas contínuas de informações promovidas pelas unidades escolares visando a otimizar a participação da comunidade escolar nos CDCE e demais conselhos representativos, fomentar a criação de grêmios estudantis.

2.6 - Capacitar os membros dos conselhos escolares do CDCE, conselhos representativos e conselhos municipais de educação para que possam exercer seu papel de controle social.

2.7 - Fomentar ações culturais (gincanas, jogos interescolares, fanfarra, artesanatos, danças típicas e regionais, datas cívicas e exposições) que visem à interação entre família e escola.

2.8- Garantir aos grêmios estudantis suporte e estrutura na organização de ações, eventos pedagógicos, sociais e culturais realizados nas unidades escolares.

2.9- Acompanhar o apoio técnico e financeiro da gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e o efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

2.10 - Apoiar tecnicamente ações de incentivo à divulgação da cultura mato-grossense.

2.11 - Garantir políticas de combate à violência na escola e a construção da cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.

2.12- Implantar e implementar rede de comunicação contínua e eficiente entre unidades escolares, estadual, municipal e unidades administrativas centrais e descentralizadas públicas.

2.13- Assegurar o desenvolvimento de projetos curriculares articulados com a base nacional comum, relacionados à Educação Ambiental, Educação para o Transito, à Educação das Relações Étnico-Raciais e dos direitos humanos, e música, prevenção ao uso de drogas, Inglês na Educação Infantil e anos iniciais.

2.14- Garantir meios e espaços permanentes de divulgação, discussão e compartilhamento de vivências e experiências exitosas de todas as etapas e modalidades da educação básica.

2.15- Disponibilizar transporte escolar, obedecendo a padrões de legislação de trânsito, para alunos e professores do ensino fundamental, educação de jovens e adultos, médio do campo, urbano, Comunidades ribeirinhas, quilombolas e assentados que comprovadamente necessitem de atendimento.

2.16- Assegurar apoio financeiro e pedagógico para as escolas que apresentarem projetos que visem ao desenvolvimento significativo dos estudantes, bem como a participação em jogos estudantis intermunicipais e estaduais, mostras científicas e similares.

2.17- Estabelecer parcerias com o Estado e a União, envolvendo as Secretarias de Educação, de Saúde, de Bem Estar Social, Ambiental, de Cultura, de Ação Social, Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Educação para o pleno atendimento das necessidades dos estudantes da educação básica, incluindo equipe multiprofissional (pedagogos, assistente social, fonoaudiólogos, psicólogo, enfermeiro, oftalmologista, odontologista, pediatra e outros), sem ônus para a educação.

2.18- Garantir a renovação e manutenção periódica dos equipamentos de multimídia, informática e laboratoriais, com profissional capacitado por turno de funcionamento da unidade escolar com a atribuição de auxiliar o professor.

2.19- Apoiar ações de Educação Ambiental articuladas com os projetos políticos pedagógicos das escolas que contribuam ou promovam o desenvolvimento local sustentável.

2.20- Viabilizar mecanismos normativos que orientem a destinação de parte dos recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal de Bens Lesados e/ou outros fundos para apoiar ações em Educação Ambiental desenvolvidas pelas unidades escolares públicas.

2.21- Fomentar parcerias com órgãos gestores da política ambiental estadual e municipal para abertura de editais anuais de apoio a projetos de Educação Ambiental, visando sua concretização nas escolas e em espaços não escolarizados.

2.22- Promover ações de Educação Ambiental com os quilombolas, Ribeirinhos e assentados, em parceria com Ministério do Meio Ambiente e Educação,

IBAMA, SEMA e FUNAI, abordando a Legislação Ambiental, Nacional, Estadual Municipal, possibilitando o desenvolvimento de projetos ambientais.

2.23- Orientar as escolas para que o ensino da educação religiosa e as solenidades escolares sejam realizados com base na laicidade do ensino religioso, primando pelo direito democrático da religiosidade de todos os povos e culturas, conforme legislação vigente.

2.24- Constituir comissão com a participação dos profissionais da educação, entidades civis e organizadas para elaborar orientações para o processo de escolha e adoção de livros e materiais didáticos, acervo das bibliotecas escolares, observando as especificidades das relações étnico-raciais no Estado.

2.25- Garantir a produção, publicação e distribuição às escolas da rede pública de livros/outros materiais pedagógicos, enfocando a diversidade étnico-racial e cultural do Estado, com a participação dos segmentos e especialistas/estudiosos da temática.

2.26- Buscar alternativas que possibilitem moradia nas proximidades da escola aos profissionais da educação que atuam nas escolas do campo.

2.27- Implantar e ampliar em 20% (vinte por cento) das escolas por ano a oferta da Língua Estrangeira, Arte e Educação Física aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, garantindo profissionais com qualificação específica na área.

2.28- Garantir que todas as escolas organizadas em Ciclos de Formação Humana tenham o Coordenador Pedagógico e o Coordenador de Ciclo/Professor Articulador em todos os ciclos, independente do número de aluno, com espaço físico específico e adequado para atender a demanda.

2.29- Garantir a fruição a bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, de forma integrada ao currículo escolar.

2.30- Assegurar apoio financeiro e pedagógico às escolas que apresentarem projetos que visem ao desenvolvimento significativo dos estudantes, bem como a participação em jogos estudantis, mostras científicas e similares.

2.31- Adotar medidas administrativas, pedagógicas e organizacionais necessárias para garantir ao estudante o acesso e a permanência na escola sem qualquer tipo de preconceito e discriminação.

2.32- Elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão sem qualquer tipo de preconceito e discriminação.

2.33- Realizar parcerias com instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica para a oferta de cursos de extensão, para prover as necessidades de educação continuada.

META 3: Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos, conforme previsto em Lei, destinados à Educação.

Estratégias:

3.1-Garantir, a aplicabilidade dos recursos financeiros destinados à educação, até 35% (trinta e cinco por cento) conforme na Lei Orgânica Municipal e estabelecido na Constituição Estadual.

3.2- Garantir, imediatamente, a aplicabilidade integral dos recursos financeiros públicos destinados à educação, conforme o estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

3.3- Assegurar outras fontes de receita à educação, incluindo na vinculação todos os tributos (impostos, taxas e contribuições).

3.4-Elaborar estudos para que se assegure a utilização do PIB como referência de financiamento para a educação, conforme preconiza a Emenda Constitucional nº59/2009.

3.5- Utilizar o piso salarial profissional nacional pautado na Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência para a elaboração do Plano de Carreira Cargo e Salário para os profissionais da Educação.

3.6- Implantar um padrão de gestão que priorize a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.

3.7- Assegurar, por intermédio de instrumentos legais, a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas públicas, garantindo o repasse direto de recursos para despesas de manutenção e capital para o cumprimento de sua proposta didático-pedagógica.

3.8- Avaliar os mecanismos atualmente existentes de gestão dos recursos financeiros da escola, construindo um plano de trabalho conjunto órgão gestor/unidade escolar/CDCE.

3.9- Assegurar, mediante instrumentos legais específicos, que os recursos para reformas nas escolas sejam depositados diretamente na conta-corrente do Conselho Deliberativo e geridos pelo mesmo, com assistência técnica do Estado e/ou das respectivas prefeituras.

3.10-Assegurar, mediante instrumentos legais específicos, que o recebimento definitivo da obra seja feito pela unidade executora da escola e respectivo responsável técnico do órgão fiscalizador central.

3.11- Assegurar, por intermédio de instrumentos legais específicos, que o pagamento das tarifas de água, energia elétrica, telefônica e internet das escolas públicas seja mantidas pelas respectivas entidades mantenedoras, independente dos repasses de manutenção e conservação.

METAS 4: Assegurar, imediatamente, a existência de plano de carreira para os profissionais da educação básica pública.

Estratégias:

4.1- Garantir que os municípios do Estado tenham ou criem carreiras próprias para os profissionais da educação do seu sistema público de ensino ou adotem oficialmente planos de carreiras já existentes.

4.2-Utilizar a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, como patamar mínimo de referência para a elaboração do Plano de Carreiras, Cargos e Salários para os profissionais da educação.

4.3- Garantir no plano de carreira a inclusão até o nível doutorado aos profissionais da educação.

4.4- Assegurar o direito à licença-prêmio por assiduidade aos profissionais da rede pública estadual e municipal.

4.5- Garantir nos Planos de Carreiras, Cargos e Salários a elevação nível por tempo de serviço.

4.6- Garantir concursos públicos para a rede municipal e estadual de ensino, respeitando o plano de carreira, a habilitação e as qualificações exigidas para os cargos e a disponibilidade de vagas reais.

4.7- Fortalecer o quadro de profissionais de carreira nas Escolas Técnicas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica com a realização de concurso público, conforme disponibilidade de vagas reais.

4.8- Assegurar 02 horas de formação continuada computada na hora de trabalho dos profissionais técnicos e apoio da educação.

4.9- Garantir direitos e condições dignas de atendimento ao profissional da Educação e agilidade nos processos de aposentadoria para que seja publicada em no máximo 03 meses, a partir do momento da solicitação.

4.10- Garantir, aos profissionais das redes públicas municipais atendimento da perícia médica em cada município pólo.

4.11- Elaborar e executar instrumentos legais que amparem o profissional da educação pública e privada preservando a integridade física, psíquica e moral em caso de agressões de natureza verbal, física e psicológica, denúncias sem provas, punições sem justa causa.

4.12- Garantir o acesso à Seguridade Social aos profissionais da educação.

4.13- Garantir assistência médica ao tratamento dos problemas relacionados à saúde adquiridos no exercício da profissão.

4.14- Estabelecer planos anuais de trabalho com base nos resultados do processo de avaliação institucional, assegurando aos profissionais da educação profissional e tecnológica que prestam serviço na unidade central as condições necessárias a sua atualização profissional.

4.15- Garantir vigia nas unidades escolares públicas em todos os turnos de funcionamento.

4.16- Garantir, aos profissionais da educação, o “ano sabático” para atualização profissional, ao final de cada período de 07 anos.

4.17- Buscar meios para que os profissionais de contratos temporários assegurando todos os direitos trabalhistas previsto em Lei.

4.18- Garantir que os profissionais da educação tenham acesso à aquisição de equipamentos essenciais à sua qualificação profissional e aprimoramento de suas condições de trabalho.

METAS 5: Oportunizar formação específica inicial e continuada, de modo que todos que atuam na educação possuam formação em nível superior até 2019.

Estratégias:

5.1- Garantir aos profissionais da educação formação inicial e continuada com ênfase na educação especial, educação quilombola, do campo, educação para o trabalho e respeito às diversidades em parceria com os CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica) e instituições superiores públicas.

5.2- Expandir a oferta de vagas para pós-graduação stricto sensu na área da educação.

5.3- Ofertar curso de formação continuada aos profissionais da educação, prioritariamente no local de trabalho, de forma articulada e integrada com a prática no contexto do processo educativo.

5.4- Acompanhar e avaliar a formação docente inicial e continuada dos profissionais da educação.

5.5- articular para que aja Ampliar a oferta de cursos de licenciatura e de formação continuada para profissionais da educação básica pública, possibilitando que tenham, também, conhecimento do mundo virtual e das novas tecnologias educacionais.

5.6- Garantir formação continuada específica aos professores, do campo e quilombola que atuam na Educação de Jovens e Adultos e na educação profissional e tecnológica.

5.7- Ofertar formação continuada aos profissionais na função de gestores da educação pública e privada.

5.8- Oferecer formação continuada com especialistas aos profissionais da educação básica pública e privada que atendem alunos com necessidades educacionais especiais.

5.9- Promover e dar condições de formação aos professores das redes pública e privada que atuam em língua espanhola ou inglesa para atender a demanda estabelecida.

5.10- Assegurar formação continuada aos profissionais que atuam na educação à distância.

5.11- Oferecer cursos de formação continuada sobre História e Cultura Afro-Brasileiras e Relações Étnico-Raciais e Indígenas aos profissionais da educação e de maneira específica aos professores das redes pública e privada que atuam nas disciplinas referidas nas Leis Federais nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008.

5.12- Oferecer formação continuada aos profissionais da educação pública e privada do município.

5.13-Oferecer formação continuada na área de agroecologia, sustentabilidade e economia solidária aos profissionais da educação do campo, em parceria com as Secretarias Municipais e Estadual de Meio Ambiente, Agricultura, Educação e outras instituições

5.14- Garantir e aplicar recursos pedagógicos, financeiros, humanos e físicos para a participação dos profissionais da educação das redes pública e privada em fóruns, seminários e grupos de estudos relativos à temática da educação.

5.15- Estabelecer/ampliar parcerias para o oferecimento de cursos de formação inicial, complementação pedagógica e pós-graduação aos docentes que atuarão na Educação Profissional e Tecnológica.

5.16- Ofertar, na rede pública de ensino, cursos técnicos de nível médio integrado no eixo tecnológico de ser.

META 6: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender 60% (sessenta) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

6.1- Realizar, em regime de colaboração, levantamento anual da demanda por creche para a população de até 03 anos, criando banco de dados e publicando-o para planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

6.2- Garantir relação professor/criança, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

6.3- Somente autorizar a construção e o funcionamento de instituições de educação infantil, públicas ou privadas, que atendam aos requisitos previamente definidos CEE/MT.

6.4- Assegurar que todos os municípios tenham definido sua política para a Educação Infantil, com base nas diretrizes e sugestões de referenciais curriculares nacionais e nas normas complementares estaduais e municipais.

6.5- Garantir que, no prazo de 01 (um) ano a partir da aprovação deste plano, todas as instituições que ofertam a Educação Infantil tenham formulado seus projetos pedagógicos com a participação dos profissionais de educação e comunidade escolar, observando o Plano Nacional de educação infantil e os seguintes fundamentos norteadores:

a) princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

b) princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da Criticidade e do respeito à ordem democrática;

c) princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicídade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

6.6- Criar e construir centros de Educação Infantil, os já existentes, para atendimento conjunto de crianças de 0 a 03 anos, em tempo integral, conforme padrões mínimos exigidos pela Legislação, considerando a demanda do município com a contrapartida do Estado e União.

6.7- Garantir que as unidades escolares de educação infantil façam a devida adequação de seu funcionamento, atendendo às necessidades da comunidade em que estão inseridas.

6.8- Estabelecer no município, um sistema de acompanhamento, controle e orientação da Educação Infantil, dos estabelecimentos públicos e privados, em articulação com as instituições de ensino superior público com experiência comprovada na área.

6.9- Garantir alimentação escolar adequada para todas as crianças atendidas nos estabelecimentos públicos e conveniada de Educação Infantil.

6.10- Garantir ações complementares sócios educativas de apoio às famílias de crianças de 0 a 03 anos, tais como palestras sobre desenvolvimento infantil e oficinas pedagógicas, promovendo a interação pais/crianças.

6.11- Realizar, em regime de colaboração, levantamento anual da demanda por creche para população de 04 e 05 anos, criando banco de dados e publicando-o para planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

META 7: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o 3º ano do ensino fundamental.

7.1- . Realizar, em regime de colaboração, levantamento anual da demanda por creche para população de 04 e 05 anos, criando banco de dados e publicando-o para planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

7.2- Garantir relação professor/criança, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

7.3-. Somente autorizar a construção e funcionamento de instituições de educação infantil, públicas ou privadas que atendam aos requisitos previamente definidos.

7.4- Assegurar que todos os municípios tenham definido sua política para a Educação Infantil, com base nas diretrizes e sugestões de referenciais curriculares nacionais e nas normas complementares estaduais e municipais.

7.5- Garantir que, no prazo de 01 ano, a partir da aprovação deste plano, todas as instituições que ofertam a Educação Infantil tenham formulado seus projetos pedagógicos, com a participação dos profissionais de educação e comunidade escolar, observando a política municipal de educação infantil e os seguintes fundamentos norteadores:

a) princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

b) princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da Criticidade e do respeito à ordem democrática;

c) princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

7.6- Criar e construir centros de Educação Infantil, ampliando os já existentes, para atendimento conjunto de crianças de 04 e 05 anos, em tempo integral, conforme padrões mínimos exigidos pela legislação, considerando a demanda dos municípios com a contrapartida do estado e união.

7.7- Garantir que as unidades escolares de educação infantil façam a devida adequação de seu funcionamento, atendendo as necessidades da comunidade em que estão inseridas.

7.8- Estabelecer, em todos os municípios, um sistema de acompanhamento, controle e orientação da Educação Infantil, dos estabelecimentos públicos e privados, em articulação com as instituições de ensino superior público com experiência comprovada na área.

7.9- Garantir alimentação escolar adequados para todas as crianças atendidas nos estabelecimentos públicos e conveniados de Educação Infantil.

7.10- Garantir ações complementares sócios educativas de apoio às famílias de crianças de 04 e 05 anos, tais como palestras sobre desenvolvimento infantil e oficinas pedagógicas, promovendo a interação pais/crianças.

Meta 8: Garantir a permanência de todos os alunos na escola e que pelo 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos de 6 a 14 anos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

8.1-Realizar anualmente, o mapeamento da população escolarizável em idade escolar obrigatória que se encontra fora da escola, por residência e local de trabalho dos pais.

8.2- Garantir relação professor/criança, infraestrutura e material didático adequado ao processo educativo, considerando as características das dis-

tintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

8.3- Reduzir em 100% (cem por cento) a distorção idade/ano, oferecendo alternativas para suprir as necessidades didáticos - pedagógicas.

8.4- Reduzir em 100% (cem por cento) a evasão no ensino fundamental, garantindo a permanência na escola e qualidade no ensino aprendizagem

8.5. Atender a demanda de transporte escolar para alunos oriundos da zona rural, ribeirinhos, quilombolas e assentados, em regime de colaboração com a União e o Estado, observando aos princípios básicos de segurança exigidos pelo Departamento Nacional de Trânsito, e ainda, levando em consideração:

a) tempo de permanência e idade mínima dos alunos que se beneficiarão dele;

b) presença de um monitor por veículo para ajudar o motorista a cuidar dos alunos.

8.6- Desenvolver formas alternativas de oferta de ensino fundamental para atender os filhos de profissionais que se dedicam à atividade de caráter itinerante.

META 9: garantir o atendimento e a qualidade do ensino e da oferta de ensino médio a 100% da demanda, com acréscimos anuais de 25% até 2017.

ESTRATÉGIAS:

9.1- Garantir a relação professor/estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características desta etapa de ensino, conforme os padrões do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

9.2- Consolidar a identidade do Ensino Médio, aperfeiçoando a concepção curricular que proporciona formação geral e específica.

9.3- Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

9.4- Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda de acordo com as necessidades específicas dos alunos.

9.5- Implantar, imediatamente, em todas as escolas, uma organização curricular para o ensino noturno regular, de modo a atender as especificidades do aluno trabalhador.

9.6- Garantir no currículo a inserção de atividades que utilizem outros espaços pedagógicos além da sala de aula, possibilitando o acesso a esses locais em todos os turnos.

9.7- Implantar e ampliar a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional para atender a demanda.

9.8- Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades ribeirinhas e quilombolas e das pessoas com deficiência.

9.9- Garantir cursos profissionalizantes presenciais e a distância, com elevação da escolaridade, para atender demandas específicas, especialmente as comunidades ribeirinhas, quilombolas, trabalhadores que atuam em setores econômicos sazonais e adolescentes em processo de ressocialização.

9.10- Prover nas escolas de ensino médio equipamentos de informática, na proporção mínima de um conjunto (computador conectado à internet, impressora e data show) para cada 35 alunos.

9.11-Atender, imediatamente, a demanda por ensino médio nas populações do campo, nas comunidades ribeirinhas e quilombolas, preferencialmente com professores das próprias comunidades com habilitação especifica na área.

9.12- Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à freqüência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências; práticas irregulares de trabalho consumo de drogas, gravidez precoce; em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescênciae juventude.

META 10: Criar em conjunto com o Estado um Curso Profissionalizante Técnico até 2018.

Indicador: acréscimos anuais da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio.

10.1- Implantar Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, concomitante ou subseqüente prioritariamente aos estudantes da EJA com possibilidades do ensino médio regular.

10.2- Elaborar padrões mínimos de funcionamento que contemplem a relação professor/estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo.

10.3- Assegurar que as escolas que ofertarem curso profissionalizante tenham Coordenador Pedagógico específico.

10.4- Assegurar, por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPPs que a proposta pedagógica de curso dos diferentes eixos da Educação Profissional e Tecnológica contemple discussões de relevância para a formação profissional, socioeconômica, ambiental, para a cidadania, estudos dos agravos da saúde e políticas técnicas de segurança.

10.5- Realizar avaliação institucional, com participação efetiva da comunidade escolar, do órgão gestor, dos profissionais da educação profissional e dos estudantes.

10.6- Elaborar programas para garantir o acesso e a permanência dos jovens e adultos em cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

10.7- Ofertar, na rede pública, cursos referentes ao eixo tecnológico de serviços de apoio escolar por meio de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

10.8- Implementar políticas de Educação Profissional e Tecnológica, buscando a inclusão dos alunos com deficiências no mercado de trabalho.

10.9- Promover a interação entre escola e sociedade por meio da prestação de serviços realizados pelos estudantes.

10.10- Elaborar plano de oferta de merenda escolar aos alunos da Educação Profissional e Tecnológica.

10.11- Garantir a ampliação e atualização do acervo das bibliotecas das Escolas Técnicas Profissionalizantes e das escolas que ofertam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

META 11: Ofertar vagas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para 100% da demanda existente até 2018.

Indicador: número de vagas ofertadas para EJA em relação à demanda de jovens e adultos.

ESTRATÉGIAS:

11.1- Estabelecer parcerias Estado para a realização de mapeamento e busca ativa de jovens e adultos fora da escola, com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, por residência ou local de trabalho, visando identificar a demanda e programar a oferta da EJA desde a alfabetização ao ensino médio.

11.2- Alfabetizar todos os jovens e adultos no município de Acorizal, com garantia da continuidade da escolarização básica em todos os turnos, conforme a necessidade.

11.3- Garantir a relação professor/estudante, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características da demanda da EJA, conforme os padrões do CAQ - Custo Aluno Qualidade e com a agenda territorial estadual.

11.4- Garantir acesso gratuito a exames de certificação de conclusão e/ou de prosseguimento de estudos nos ensinos fundamental e médio.

11.5- Implantar no município setores próprios incumbidos de promover a EJA.

11.6- Estabelecer parcerias com o Estado e a União, envolvendo Secretarias de Educação, de Saúde, de Bem Estar Social, Ambiental, de Cultura, de Ação Social, executando ações de atendimento ao estudante da EJA por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos.

11.7- Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

11.8- Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de ensino fundamental, médio e educação profissional, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando a formação específica dos professores e garantindo para o sistema sócio educativo (SINASE) e unidades prisionais espaço físico adequado, material pedagógico para docentes e discentes, com segurança aos que realizam esse atendimento.

11.9- Garantir a diversificação curricular da EJA integrando a formação geral à preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma há organizar o tempo e os espaços pedagógicos adequados às características desses estudantes.

11.10- Implantar escolas pólos no campo para atender alunos da modalidade EJA do campo, com aulas presenciais e semipresenciais, inclusive por meio da pedagogia da alternância, com incentivos para os alunos.

11.11- Realizar parcerias com instituições de educação superior e de educação profissionalizante para a oferta de cursos de extensão, de acordo com a demanda apresentada, para prover as necessidades de educação continuada de jovens e adultos.

11.12- Desenvolver formas alternativas de oferta de ensino fundamental para atender os profissionais que se dedicam à atividade de caráter itinerante.

11.13- Garantir a reestruturação do espaço físico das escolas públicas de EJA com ambiente apropriado para aulas práticas nas disciplinas, de ciências, biologia, química, física, educação física e arte.

11.14- Identificar e publicar experiências exitosas na EJA, sob a responsabilidade do FEE, em regime de colaboração entre os entes federados.

11.15- Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na EJA que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

11.16- Garantir a oferta de EJA nas escolas do campo com educação profissionalizante, observadas as especificidades desta demanda.

11.17- Garantir cursos profissionalizantes presenciais e a distância, com elevação da escolaridade, para atender demandas específicas, especialmente das comunidades ribeirinhas, quilombolas e trabalhadores que atuam em setores econômicos sazonais.

11.18- Implantar e garantir em todos os sistemas de ensino instrumentos de aproveitamento das horas aula cumpridas pelos alunos que evadiram no ano anterior, propiciando continuidade dos estudos no ano atual, desde que concluído com a avaliação da aprendizagem dos conteúdos.

11.19- Fomentar programas especiais de educação à população urbana e do campo, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade série.

11.20- Oferecer ensino médio à distância na modalidade de EJA com seu aproveitamento nos cursos presenciais, em conformidade com a legislação vigente.

11.21- Assegurar à demanda da EJA profissional capacitado e ambiente diferenciado para atender as necessidades de pais alunos cujos filhos menores de 10 anos necessitem de acompanhamento enquanto estudam para que não haja desistência.

META 12: Ofertar educação básica a toda população escolarizável que mora no campo, em escolas do e no campo, até 2017.

Indicador - Número de alunos da educação básica atendidos no e do campo pela população escolarizável da educação básica que mora no campo.

ESTRATÉGIAS:

12.1- Estabelecer parcerias com o Estado para a realização de mapeamento e busca ativa de estudantes fora da escola em parceria com as áreas de assistência social, saúde e demais instituições de assistência ao homem do campo, por residência ou local de trabalho.

12.2- Garantir relação professor/criança, infraestrutura e materiais didáticos adequados ao processo educativo, considerando as características das distintas faixas etárias, conforme os padrões do CAQ - Custo Aluno Qualidade.

12.3- Universalizar a oferta da educação básica no e do campo, respeitando as peculiaridades de cada região, com infraestrutura apropriada, estimulando a prática agrícola e tecnológica com base na agro ecologia e na economia solidária.

12.4- Criar mecanismos para que os municípios criem políticas em seus planos municipais para a educação do campo.

12.5- Implementar e garantir cursos profissionalizantes nas escolas do campo, de acordo com a demanda, com profissionais capacitados nas áreas técnicas, atendendo a singularidade de cada região e suas diferentes formas de produção, por intermédio de parcerias firmadas entre as diferentes esferas de governo e outros órgãos e instituições, visando à sustentabilidade no uso da terra de forma equilibrada e outras demandas locais.

12.6- Promover a formação continuada em Educação Ambiental do trabalhador rural e agricultor familiar para a conservação e sustentabilidade ambiental: reflorestamento, culturas adaptadas à região e conservação do solo, por intermédio de parcerias entre diferentes esferas de governo e outros órgãos e instituições.

12.7- Destinar área específica às práticas agro ecológicas, oportunizando ação pedagógica nas escolas do campo.

META 13: Expandir o atendimento aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, atendendo a 100% da demanda até 2018.

Indicador: número de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação atendidos em relação à demanda total.

13.1- Estabelecer parcerias com o Estado para a realização de mapeamento e busca ativa de pessoas com deficiência fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde, por residência ou local de trabalho.

13.2- Oferecer espaços físicos com adequação de acessibilidade aos diversos tipos de deficiências, além de incluir os profissionais da educação que tenham algum tipo de necessidade especial.

13.3- Garantir salas de recursos nas escolas da rede pública de educação básica sempre que se fizer pertinente ou necessário.

13.4- Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, no período diurno para contemplar os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

13.5- Fortalecer o atendimento especializado aos estudantes da educação especial inclusos na Educação de Jovens e Adultos.

13.6- Ampliar e fortalecer o atendimento individualizado aos estudantes que tenham impedimento comprovado por meio de laudo médico.

13.7- Atender a demanda pelos serviços e apoios especializados como complementação do processo de escolarização.

13.8- Expandir o atendimento às pessoas com surdez, garantindo intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para estudantes surdos nas salas regulares, investindo na formação de recursos humanos, em parcerias com as IES públicas e organizações não governamentais.

13.9- Garantir 100% de transporte adaptado para estudantes com necessidades especiais das escolas urbanas e do campo.

13.10- Capacitar os profissionais da educação das unidades escolares estaduais e municipais, bem como assessores pedagógicos estaduais, para que se assegure, na proposta pedagógica, a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

13.11- Disponibilizar livros de literatura e didáticos em Braille, falados e em caracteres ampliados, às escolas que têm estudantes cegos e de baixa visão, bem como livros adaptados para alunos com deficiência física, por intermédio de parcerias com instituições de assistência social, cultura e organizações não governamentais, União, Estado e município.

13.12- Estabelecer parcerias com a área de saúde do Estado e Município, previdência e outras instituições civis afins, para aplicar testes de acuidade visual, auditiva e demais exames especializados nos estudantes das instituições de educação básica.

13.13- Implantar, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, programas de orientação e acompanhamento às famílias dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

13.14- Apoiar ações e programas de inclusão digital às pessoas com necessidades educacionais especiais.

13.15- Oferecer qualificação profissional por pólo aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, considerando as demandas locais e visando sua colocação e permanência no mercado de trabalho, em parceria com organizações governamentais e não governamentais.

13.16- Elaborar estudos quanto à viabilidade de se disponibilizar monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higienização, alimentação e locomoção entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

13.17- Ofertar treinamentos esportivos aos estudantes com deficiências em parceria com as demais Secretarias.

META 14: Aumentar progressivamente a carga horária em 01 hora por ano, atingindo pelo menos sete horas diárias, para 25% dos estudantes matriculados na educação básica, até 2018.

Indicador: número de estudantes matriculados na educação básica em escolas com carga horária entre 5 e 7 horas diárias pelo número de matrículas na educação básica.

ESTRATÉGIAS:

14.1- Assegurar estrutura física adequada, materiais pedagógicos, recursos financeiros e profissionais da educação necessários para o atendimento da carga horária ampliada.

14.2- Garantir atividades de apoio às tarefas escolares de todas as escolas que implantarem carga horária de 07 horas, com previsão de espaço físico, recursos financeiros e profissionais da educação em número suficiente.

14.3- Fomentar a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos culturais e esportivos e equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

14.4- Criar um sistema para acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos na implementação do currículo com carga horária ampliada.

14.5- Criar Centros de Educação Infantil para atendimento conjunto de crianças de 0 a 05 anos, em tempo integral, conforme padrões mínimos exigidos pela Legislação.

14.6- Atender aos estudantes do campo, de comunidades ribeirinhas e quilombolas na oferta de carga horária ampliada, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.

14.7- Garantir, no mínimo, 03 (três) refeições diárias em todas as escolas que implantarem carga horária de 07 horas.

META 15: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME e o recebimento do Piso Nacional de salários a partir de 2015.

15.1- constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

15.2- Garantir o Piso Salarial Nacional para os profissionais da educação da rede Pública Municipal.

15.3- Garantir curso de formação continuada a todos os profissionais da Educação Municipal.

META 17: **- Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.**

Estratégias:

17.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

17.2) Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

17.3) Acompanhar o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

17.4) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais do Municípios para a garantia de freqüência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

17.5) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude

META 18: Erradicar 100% do Analfabetismo no Município de Acorizal-Mt até 2024.

ESTRATÉGIAS:

18.1- Engajar-se em todos os programas de Erradicação dos Analfabetismos seja do Governo Estadual ou Federal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

PORTARIA Nº 464, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão vertical de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Requerimento Protocolado com o nº 870/2015, em 16/04/2015.

Considerando finalmente os artigos 14 e 15 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão vertical a servidora JOYCE MARTINS DE SOUZA, Analista Financeiro, para a CLASSE I - GRAU B, a partir de 16/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 16/04/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**WILLIAM SANTOS ARAUJO** Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 435, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

"Designa Comissão e equipe técnica para elaboração de laudos técnicos relacionados à áreas de preservação permanente urbanas".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Contrato n° 070/2015, firmando entre o Município de Alto Araguaia – MT e o Senhor João Gilberto Peixoto Milanez.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão composta pelos Servidores JOÃO GILBERTO PEIXOTO MILANEZ, JEANE OLIVEIRA BORGES E MODESTO MACHADO NETO, e como equipe de apoio técnico os servidores JEFFERSON LUIZ BERIGO e WILLENGARG ELIAS DE OLIVEIRA, para elaboração de laudos técnicos relacionados á áreas de preservação permanente urbanas, bem como apresentação de possíveis intervenções para recuperação das mesmas.

Art. 2º O prazo para o cumprimento desta Portaria e apresentação dos laudos é de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 17 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 442, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"Cancela a Portaria nº 382/2015".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Portaria nº 382/2015, que exonera o Sr. GREENER RUSLAN REIS BARROS, do cargo em Comissão de Assessor Superior I.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 18 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 430, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de servidor."

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora ELIOZENE HERCULANA ALVES, Merendeira, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 16 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 478, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de servidor."

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor ANTONIO DONIZETE DA SILVA, Agente de limpeza Pública, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas funções na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 26 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 421, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 060/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Construção de uma quadra poliesportiva no município de Alto Araguaia – MT.	
vigência: 27/05/2015 a 31/12/2015.	

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/05/2015
CONTRATADO: APICE CONSTRUÇÕES EIRELI-ME.	
Valor do Contrato: r$ 248.323,39	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota**, Fiscal do Contrato nº 060/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2015 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2015

Informações específicas: Altera data e hora de abertura e objeto de Edital Original.

Objeto: : **REFORMA DE PONTES E CONSTRUÇÃO DE PONTO DE CHAPA NO MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (horário de Brasília), do dia **17/07/2015.**

Editais original e complementar: Afixados no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas (horário de Brasília) do dia **17 de Julho de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, 8.666/93 e alterações.

Alto Araguaia – MT, 01/07/2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

PORTARIA Nº 420, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

"Designa Servidora para prestar suas funções na Apae''

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora SUELY MIRANDA RIBEIRO, Assessora Especial I, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas funções na Apae(Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 448, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de servidor."

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidor MARCIEL BATISTA DE CASTRO, Agente de Limpeza Pública, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas funções na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 419, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 059/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Serviço de poda de árvores e arbustos no perímetro urbano deste município.	
vigência: 08/05/2015 a 31/12/2015.	

modalidade: dispensada	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2015
CONTRATADO: ALFREDO LUIZ TAVARES FILHO	
Valor do Contrato: r$ 6.646,50	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota**, Fiscal do Contrato nº 059/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

PORTARIA Nº 483, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

"Cancela a Função de Chefe de Divisão de Serviços de Manutenção de Estradas Vicinais e Municipais I".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar do servidor JUSCELINO CHAGAS DE SOUZA, a Função de Chefe de Divisão de Serviços de Manutenção de Estradas Vicinais e Municipais I, da Secretaria Municipal de Obras e Frota, a partir de 1º de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 29 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 434, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

"Normatiza a publicação dos Editais de Licitação da Prefeitura Municipal".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que todos os Editais de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia só poderão ser publicados após anuência da Controladoria e da Assessoria Jurídica do Município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 16 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 452, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão horizontal de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 1.125/2015, de 19/05/2015.

Considerando finalmente o artigo 42 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão horizontal a servidora LUCILENE ARAUJO BORGES THIAGO, Agente de Vigilância Sanitária, para a CLASSE II - GRAU A, a partir de 19/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 19/05/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 22 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO	**WILLIAM SANTOS ARAUJO**
Prefeito Municipal	Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 418, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

"Revoga a Portaria 397/2015"

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria 397/2015, que nomeia a servidora PAULA DAYANE SOUZA SANTOS, para exercer a Função de Chefe de Departamento I.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 461, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 070/2015	**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal
OBJETO: Prestação de serviço para elaboração de Laudo Técnico de preservação permanente urbana.	
Vigência: 09/06/2015 a 07/09/2015.	

MODALIDADE: Dispensada	data da homologação: 09/06/2015
CONTRATADO: joao gilberto peixoto milanez.	
Valor do Contrato: R$ 2.674,98	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **JEFFERSON LUIZ BERIGO, Matrícula nº 2275**, lotado na **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano,** Fiscal do Contrato nº 070/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
PORTARIA Nº. 035/2015

"Dispõe sobre Revogação de função gratificada a servidor efetivo e dá outras providências".

O Sr. Vanderalques de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas Pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Alto Araguaia e em especial a Lei nº 2545/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Remuneração e Carreira dos Servidores da Câmara Municipal .

RESOLVE:

Art.1º - Revogar a função gratificada, simbologia FG- 03, do servidor. RODRIGO MANZALE DE MACEDO, portador do RG n. 34.870.993-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n. 225.511.888-22.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Registre- se, publique -se e cumpra-se.

Alto Araguaia – MT, 01 de julho de 2015.

Vanderalques de Castro

Presidente

PORTARIA Nº 448, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de servidor."

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora ELIOZENE HERCULANA ALVES, Merendeira, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas funções na APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 19 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
PORTARIA Nº. 034/2015

"Dispõe sobre Nomeação de Pregoeiro e membros da equipe de apoio, para Licitações realizadas pelo Poder Legislativo Municipal de Alto Araguaia."

O Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Vereador **Vanderalques de Castro**, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear, nesta data, como pregoeira e membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão os funcionários abaixo relacionados.

Pregoeira: Lucidária Paes Ferreira Nunes

Membros da Equipe de Apoio:

Evelyn Candida Magalhães

Amanda Caroline Ribeiro Rosa

Dileuza da Costa Pereira.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogando a Portaria nº 015/2015. A partir do dia 29 de Junho de 2015.

Alto Araguaia-MT, 01 de Julho de 2015

VANDERALQUES DE CASTRO

Presidente

PORTARIA Nº 467, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

"Concede estabilidade a servidores públicos municipais".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jeronimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Parecer emitido pela Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 017/2014, em consonância com o Decreto 003-A/2011 e Lei Municipal nº 1.079/97.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder estabilidade no Serviço Público Municipal aos servidores aprovados em seus respectivos estágios probatórios:

Servidor	Cargo	A partir de
Joyce Martins de Souza	Analista Financeiro	12/04/2015
Sonia Aparecida Silva Gomes	Vigilante	10/04/2015
Laura Maria da Silva Vieira	Auxiliar de Serviços Gerais	02/04/2015
Amanda Alves Borges	Fiscal de Tributos	02/05/2015
Antônio Gonçalves de Farias	Vigilante	11/05/2015
Aparecida Siqueira Gomes	Auxiliar de Serviços Gerais	02/05/2015
Claudilene Gomes de Carvalho	Técnica em Enfermagem	14/05/2015
Daiane da Costa Nunes	Enfermeira	25/05/2015
Devair Alves da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	22/05/2015
Elaine Garcia Leite	Nutricionista	17/05/2015
Gisele Ribeiro Araújo	Monitor de Desenv. Infanto Juvenil	07/05/2015
Lucilene Araújo Borges	Agente de Vigilância Sanitária	15/05/2015
Tatiane Neres Rodrigues Buonome	Assistente Social	09/05/2015
Vilmar de Almeida e Silva	Eletricista de Veículos	02/05/2015
Vilmar Luis Nogueira Valeriano	Médico	02/05/2015
Virgilio Dias de Campos Sobrinho	Médico	08/05/2015
Zuleide Costa Marim	Auxiliar de Serviços Gerais	28/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO **Prefeito Municipal**	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA Secretário Municipal de Administração**

De acordo em:
_____/ _____/ _____
JOSE RUBENS FALBOTA
Procurador Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
PORTARIA Nº. 033/2015

"Dispõe sobre Nomeação de Comissão Permanente de Licitação do Poder Legislativo Municipal."

O Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Vereador **Vanderalques de Castro**, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear, para compor a COMISSÂO PERMANENTE DE LICITAÇÃO deste Poder Legislativo, os seguintes servidores:

Evelyn Candida Magalhães – Presidente

Amanda Caroline Ribeiro Rosa – Secretária

Lucidária Paes Ferreira Nunes - Membro

Dileuza da Costa Pereira - Membro

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogando a Portaria 016/2015. A partir do dia 29 de Junho de 2015.

Alto Araguaia-MT, 01 de Julho de 2015.

VANDERALQUES DE CASTRO

Presidente

PORTARIA Nº 454, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão horizontal de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 771/2015, de 07/04/2015.

Considerando finalmente o artigo 42 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão horizontal a servidora LAURA MARIA DA SILVA VIEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, para a CLASSE II - GRAU A, a partir de 07/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 07/04/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 22 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**WILLIAM SANTOS ARAUJO** Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
PORTARIA Nº. 032/2015

"Dispõe sobre Revogação de função gratificada ao servidor efetivo e dá outras providências".

O Sr. Vanderalques de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas Pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Alto Araguaia e em especial a Lei nº 2545/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Remuneração e Carreira dos Servidores da Câmara Municipal .

RESOLVE:

Art.1º - Atribui função gratificada, simbologia FG- (Coordenador Juridico), conforme Anexo II da Lei nº 2545/2009, alterada pela Lei Nº 3462 de 30 de Junho de 2014, ao servidor. Silvio José de Castro Maia Neto, portador do RG n.1403647-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 725.944.541-68. A partir do dia 18 de Junho de 2015.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Registre- se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia – MT, 18 de Junho de 2015

Vanderalques de Castro

Presidente

PORTARIA Nº 468, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão horizontal de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 1078/2015, de 13/05/2015.

Considerando finalmente o artigo 42 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão horizontal ao servidor ANTONIO GONÇALVES DE FARIAS, Vigilante, para a CLASSE II - GRAU A, a partir de 13/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 13/05/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**WILLIAM SANTOS ARAUJO** Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 429, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 068/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: prestação de serviço de elaboração de projeto de iluminação pública para o Loteamento Vista do Araguaia.	
vigência: 09/06/2015 a 06/10/2015.	

Modalidade: dISPENSADA	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2015
CONTRATADO: WN CONSTRUÇÕES LTDA – ME.	
Valor do Contrato: r$ 7.800,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota**, Fiscal do Contrato nº 068/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

PORTARIA Nº 485, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

"Designa Comissão para avaliar e auditar os preços de gêneros alimentícios adquiridos através de processos licitatórios realizados durante o exercício de 2015".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão composta pelos Servidores UESLEN ALVES RODRIGUES, FABIANO FIALHO DE REZENDE e EVELYN FERREIRA PARULA, sob a presidência do primeiro, para avaliar e auditar os preços oriundos de todos os processos licitatórios realizados durante o exercício de 2015, que visem a aquisição de gêneros alimentícios.

Art. 2° A comissão ora designada deverá fazer uma avalição sistemática dos gêneros alimentícios licitados, tais como produtos de panificação, hortifrutigranjeiros, carnes, bebidas, farinhas e cereais complementares, frios, embutidos e todo e qualquer produto destinado a alimentação, **a fim de** averiguar se estão em conformidade com os valores reais praticados no mercado.

Art. 3° Após a verificação, a comissão deverá emitir um Parecer Técnico no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 212/2015.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 29 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 417, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

"Designa Comissão para análise dos pagamentos e medições do Contrato 328/2013".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Contrato nº 328/2013, celebrado entre o Município de Alto Araguaia e a empresa CasaAlta Construções Ltda., que tem como objeto a construção de escolas do Programa Proinfância.

Considerando que a empresa CasaAlta Construções Ltda abandonou a obra objeto do contrato supra, deixando-a inacabada.

RESOLVE:

1º Nomear comissão composta pelos Servidores MAXIMILIAN JOSÉ BEIJO GONSALEZ – Analista Administrativo, ÁUREO SIERRA DA SILVA – Engenheiro, LUIZ CARLOS DE SOUZA – Assessor Executivo de Gabinete e MODESTO MACHADO NETO – Coordenador Técnico II, sob a presidência do primeiro, para apurar os pagamentos e medições feitas no contrato 328/2013, verificar se estão devidos, se correspondem ou não aos serviços executados pela empresa CasaAlta Construções Ltda., devendo ainda verificar, checar e confirmar se a empresa responsável pela obra vai retornar para o canteiro de obras visando dar continuidade a sua execução.

Art. 2º Após analise, a comissão deverá emitir um laudo informando, no prazo de 15 (quinze) dias, se houve ou não pagamentos a maior, e, caso tenha havido, apontar os responsáveis pelos pagamentos indevidos, para que o município possa tomar as medidas legais, administrativas e jurídicas.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 466, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

"Concede estabilidade a servidor público municipal".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jeronimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Parecer emitido pela Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 028/2011, em consonância com a Lei Municipal nº 2.610/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder estabilidade no Serviço Público Municipal a servidora aprovada em seu respectivo estágio probatório:

Servidor	Cargo	A partir de
Soelir Pereira de Souza	Professora	03/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA Secretário Municipal de Administração**

De acordo em:
_____/ _____/ _____
JOSE RUBENS FALBOTA

Procurador Jurídico

PORTARIA Nº 436, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

"Investe aprovado no Concurso Público".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Investir no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, a Senhora JUÇÂNIA DOS SANTOS BASTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, realizado de acordo com o Edital n.º 001/2011.

Art. 2º A referida servidora prestará suas funções na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 17 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**SANDRA PANIAGO BARBOSA DE OLIVEIRA** Secretária Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social

PORTARIA Nº 450, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão vertical de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Requerimento Protocolado com o nº 1.251/2015, em 02/06/2015.

Considerando finalmente os artigos 14 e 15 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão vertical ao servidor VIRGÍLIO DIAS DE CAMPOS SOBRINHO, Médico, para a CLASSE I - GRAU B, a partir de 02/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/06/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 22 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**WILLIAM SANTOS ARAUJO** Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 428, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 067/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: prestação de serviços especializados para disponibilização de Sistemas, para a Secretaria Municipal de Saúde.	
vigência: 03/06/2015 a 31/12/2015.	

Pregão Presencial nº 055/2015	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2015
CONTRATADO: soft-data softwares administrtivos ltda.	
Valor do Contrato: r$ 26.870,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear O Senhor, **CILMAR PERISSINOTO**, **Matrícula nº 2328**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde,** Fiscal do Contrato nº 067/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Senhora **GLAUCIÉLIA RODRIGUES PEREIRA**, **Matrícula nº 1123**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA Secretário Municipal de Administração	**JERONIMO SAMITA MAIA NETO** Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 447, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"Nomeia Comissão Permanente de Pregão".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Pregoeira e sua equipe de apoio formada pelos servidores: RENATA FERMINO DE OLIVEIRA - Pregoeira, AUGUSTINHO JUSTINO DE SOUZA - Equipe de Apoio, LUSIDALVA MARTINS DA COSTA – Equipe de Apoio, LEIDIANE PEREIRA FARIAS – Equipe de Apoio, de acordo com o artigo 3º e § 4° da Lei Ordinária n° 10.520/2002.

Art. 2º A nomeação mencionada no artigo primeiro terá validade pelo período de 01 (um) ano e deve ter a participação ativa em todos os Pregões de três de seus membros que serão distribuídos: Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Art. 3º Esta Comissão compõe-se de 04 (quatro) membros para o caso de em alguma eventualidade um possa automaticamente substituir o outro.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário em especial a Portaria nº 755/2014.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 18 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO **Prefeito Municipal**	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA**Secretário Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2015 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 013/2015

Informações específicas: Altera data e hora de abertura e Edital Original.

Objeto: Prestação de Serviços Para as Festividades do XIX Festival Náutico XVII Festival Cultural. (Serviços de Manutenção Elétrica, fornecimento de Refeições, Diárias de Hotel)- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Entrega dos Envelopes: Até as **14:30** horas (horário de Brasília), do dia **14/07/2015.**

Editais original e complementar: Afixados no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **14:30** horas (horário de Brasília) do dia **14 de Julho de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, 8.666/93 e alterações.

Alto Araguaia – MT, 01/07/2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

PORTARIA Nº 477, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

"Designa Comissão para análise dos pagamentos e medições do Contrato 168/2014".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Contrato nº 168/2014, celebrado entre o Município de Alto Araguaia e a empresa Torre Engenharia e Materiais para Construção Ltda Me., que tem como objeto: lote 02- construção da Unidade de Saúde da Família Central neste município e lote 03- construção da Unidade de Saúde da Família Wanessa Welter Rodrigues, neste município.

Considerando que a empresa Torre Engenharia e Materiais para Construção Ltda Me abandonou a obra objeto do contrato supra, deixando-a inacabada.

RESOLVE:

1º Nomear comissão composta pelos Servidores MAXIMILIAN JOSÉ BEIJO GONSALEZ – Analista Administrativo, ÁUREO SIERRA DA SILVA – Engenheiro, LUIZ CARLOS DE SOUZA – Assessor Executivo de Gabinete e MODESTO MACHADO NETO – Coordenador Técnico II, sob a presidência do primeiro, para apurar os pagamentos e medições feitas no contrato 168/2014, verificar se estão devidos, se correspondem ou não aos serviços executados pela empresa Torre Engenharia e Materiais para Construção Ltda Me, devendo ainda verificar, checar e confirmar se a empresa responsável pela obra vai retornar para o canteiro de obras visando dar continuidade a sua execução.

Art. 2º Após analise, a comissão deverá emitir um laudo informando, no prazo de 15 (quinze) dias, se houve ou não pagamentos a maior, e, caso tenha havido, apontar os responsáveis pelos pagamentos indevidos, para que o município possa tomar as medidas legais, administrativas e jurídicas.

Art. 3º Estende-se esta Portaria ao Procurador Jurídico do Município, Sr. José Rubens Falbota, para que o mesmo tome as medidas jurídicas necessárias, em conformidade com a Lei.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 26 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 427, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 066/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: construção do muro de arrimo e sistema de drenagem ponte Estádio Bilinão.	
vigência: 03/06/2015 a 31/12/2015.	

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2015
CONTRATADO: torre engenharia e materiais para construção ltda.	
Valor do Contrato: r$ 52.645,70	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota**, Fiscal do Contrato nº 066/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo

a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

PORTARIA Nº 445, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"Revoga a Portaria 431/2015".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria 431, de 16 de junho de 2015, que exonera a servidora FERNANDA DE SOUZA, do Cargo em Comissão de Assessora Especial I.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 18 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA**
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 433, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

"Designa Comissão para análise da Tomada de Preços 002/2015".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Tomada de Preços nº 002/2015, que tem como objeto a execução da obra de ampliação da Escola Maria Julia de Almeida - construção de salas de aula e banheiros.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão composta pelos Servidores GERMAN DE ALMEIDA NETO – Controlador, MAXIMILIAN JOSÉ BEIJO GONSALEZ – Analista Administrativo e JULIANE RIBEIRO TELES, sob a presidência do primeiro, para analisar a Tomada de Preços 002/2015, verificar todo o processo licitatório e o Edital de Licitação, se estão em conformidade com a legislação e, caso seja detectada alguma falha, informar quais as medidas administrativas legais o município deverá adotar.

Art. 2º Após análise, a comissão deverá emitir um laudo no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 16 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA**
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 465, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão horizontal de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 988/2015, de 05/05/2015.

Considerando finalmente o artigo 42 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão horizontal a servidora AMANDA ALVES BORGES, Fiscal de Tributos, para a CLASSE II - GRAU A, a partir de 05/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05/05/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO	**WILLIAM SANTOS ARAUJO**
Prefeito Municipal	Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 073/2015 – SUSPENSÃO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 Centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Pregoeira, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de análise mais detida de fundamentos de impugnação ao edital do Pregão em referência, SUSPENDE O AN-

DAMENTO DO CERTAME, até apreciação final de impugnação do edital. Informa por fim o cancelamento da sessão de julgamento das propostas e habilitação marcada para o dia 02/07/2015 às 14:30 horas. Informa também que tão logo seja apreciada a impugnação ao edital será marcada nova data para sessão ora cancelada. Informações adicionais podem ser obtidas junto a Pregoeira e sua Equipe por meio do e-mail lici.altoaia@gmail.com ou do fone/fax. (066) 3481-2885.

Alto Araguaia – MT, 01 de Julho de 2015.

Renata Fermino de Oliveira Pregoeira

PORTARIA Nº 472, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

"Exonera Gerência Administrativa X".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto**,** Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Srtª. BRUNA RIBEIRO ROSA E SILVA, do Cargo em Comissão de Gerência Administrativa X, a partir de 30 de junho de 2015.

Art. 2ºEsta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ºRegistre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 426, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 065/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Lote 01: contenção de talude em gabião ponte sobre o Rio Boiadeiro. Lote 03: Construção de cerca e calçada na imediações do TRT com espaço educativo seis salas Bairro Aeroporto.	
vigência: 03/06/2015 a 31/12/2015.	

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2015
CONTRATADO: sergio marcos maciel borges e cia ltda – me.	
Valor do Contrato: r$ 139.027,60	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota**, Fiscal do Contrato nº 065/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

PORTARIA Nº 479, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de funcionário."

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor CÍCERO TEIXEIRA DE LIMA, exercendo o cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Frota.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 26 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 425, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 064/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Locação de 05 caminhões truco caçamba com motorista.	
vigência: 02/06/2015 a 31/12/2015.	

PREGÃO PRESENCIAL 054/ 2015	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 02/06/ 2015
CONTRATADO: jilson rezende santiago – me .	
Valor do Contrato: r$ 227.500,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor,**WEVERTON SEVERO FERREIRA, Matrícula nº 1252,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota,** Fiscal do Contrato nº 064/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor **SIDNEY MARIANI DE MELO,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 475, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de servidor."

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor MARCIEL BATISTA DE CASTRO, Agente de limpeza Pública, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas funções na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 432, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

"Determina a data limite para que as empresas prestadoras de serviços à Prefeitura Municipal atendam as circulares emitidas pelo Setor de Engenharia".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando os Ofícios Circulares nº 008/2015, 012/2015, 013/2015, 014/2015, 015/2015, 016/2015 e 017/2015, emitidos pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal às empresas prestadoras de serviços ao Município.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a data limite de 30 de junho de 2015 para que as empresas prestadoras de serviços atendam as circulares acima citadas, em conjunto com as novas medições apresentadas, pois sem o cumprimento das exigências das circulares as medições não serão liberadas pelo município:

I – empresa Ápice Construções Ltda Me, referente ao Contrato 150/2014.

II – empresa Construtora R4 Ltda, referente aos Contratos 189/2013-3, 189/2013-2, 127/2010-2, 128/2010-2, 138/2010-1, 186/2013-1, 128/2010-1, 127/2010-1, 112/2014-1, 184/2012-1, 143/2010-1, 143/2010-2.

III – empresa Torre Engenharia Ltda, referente aos Contratos 168/2014-3, 168/2014-2, 168/2014-5, 168/2014-4.

IV – empresa Orlando Borges Ltda Me, referente aos Contratos 218/2014-5, 218/2014-4.

V – empresa J A de Oliveira e Cia Ltda Me, referente aos Contratos 158/2014-2, 064/2014-1.

VI – Empresa Construtora BH, referente aos Contratos 216/2014-2, 097/2014-1. I – empresa Orlando Borges Ltda – ME, referente aos Contratos 218/2014-5 e 218/2014-4.

VII – empresa Stalo Construtora Ltda, referente aos Contratos 157/2012-1 e 181/2012-1.

VIII – empresa PPO Pavimentações e Obras, referente ao Contrato 123/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 16 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**SERGIO NAVARRO VIEIRA** Supervisor técnico de Obras

ÁUREO SIERRA DA SILVA Engenheiro	**LUIZ CARLOS DE SOUZA** Assessor Executivo de Gabinete

PORTARIA Nº 449, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão vertical de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Requerimento Protocolado com o nº 847/2015, em 14/04/2015.

Considerando finalmente os artigos 14 e 15 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão vertical a servidora ELAINE GARCIA LEITE, Nutricionista, para a CLASSE I - GRAU B, a partir de 17/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 17/05/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 22 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**WILLIAM SANTOS ARAUJO** Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 431, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

"Exonera servidora, a pedido, do cargo em Comissão de Assessora Especial I".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Requerimento protocolado com o nº 1.359/2015, em 16/06/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora FERNANDA DE SOUZA, do Cargo em Comissão de Assessora Especial I, a partir de 16 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 16 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 458, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

"Exonera Assessor Jurídico".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. NEY PEREIRA DE SOUZA, do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 424, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 063/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Fornecimento de software para atender a Prefeitura Municipal.	
vigência: 01/06/2015 a 31/12/2015	

PREGÃO PRESENCIAL 049/2015.	data da homologação: 01/06/2015
CONTRATADO: QUALITY SISTEMAS LTDA-EPP	
Valor do Contrato: r$ 85.000,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Senhores, **RAUL OLIVEIRA VALEIRO, Matrícula nº 2124**, lotado no **Gabinete do Prefeito,** Fiscal do Contrato nº 063/2015**,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por ven-

cer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor **JAMES BARBOSA DE LIMA,** lotado no Gabinete do Prefeito**.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA N.º 480, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

"Autoriza abertura de Sindicância".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Ofício nº 167/2015, expedido pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Sindicância para apurar os fatos descritos no ofício nº 167/2015 expedido pelo Controle Interno, quanto aos indícios de montagem de orçamentos nas aquisições de peças da empresa HG Comércio de Peças.

Art. 2º Deverá ser apurado todos os processos de aquisição de peças da empresa HG Comércio de Peças, realizado no exercício de 2015, realizando ainda, nova cotação de preço junto a outros fornecedores para apurar se houve prejuízo a Administração Pública Municipal.

Art. 3º Designar a Comissão Processante para dar cumprimento ao processo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação.

Art. 4º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 26 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA Secretário Municipal de Administração**

PORTARIA N.º 423, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 062/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: construção de uma orla no município de Alto Araguaia – MT.	
vigência: 27/05/2015 a 31/12/2015.	

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2015	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/05/2015
CONTRATADO: ppo pavimentações e obras.	
Valor do Contrato: r$ 438.118,70	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota**, Fiscal do Contrato nº 062/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

PORTARIA N.º 462, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 071/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: contratação de serviço com locação de um caminhão toco e locação de um rolo compactador.	
vigência: 17/06/2015 a 31/12/2015.	

PREGÃO 058/2015	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 17/06/2015
CONTRATADO: transporte evf ltda – me	
Valor do Contrato: r$ 77.000,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor,**WEVERTON SEVERO FERREIRA, Matrícula nº 1252,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota,** Fiscal do Contrato nº 071/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor **RAFAEL ALEXANDRE RIBEIRO CABRAL, Matrícula nº 2285**, lotado na **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA N.º 422, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 061/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Pavimentação asfáltica urbana na Rua Abílio Siqueira e Adjacentes do Bairro Vila Aeroporto.	
vigência: 27/05/2015 a 31/12/2015.	

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2015	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/05/2015
CONTRATADO: serve-te serviços de terraplanagem e asfalto ltda.	
Valor do Contrato: r$ 545.945,09	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota**, Fiscal do Contrato nº 061/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 15 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

PORTARIA Nº 451, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão vertical de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Requerimento Protocolado com o nº 979//2015, em 04/05/2015.

Considerando finalmente os artigos 14 e 15 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão vertical a servidora TATIANE NERES RODRIGUES BUONOME, Assistente Social, para a CLASSE I - GRAU B, a partir de 09/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 09/05/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 22 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO	**WILLIAM SANTOS ARAUJO**
Prefeito Municipal	Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 460, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 069/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: contratação de serviço de seguros de automóveis.	
vigência: 09/06/2015 a 07/09/2015.	

Modalidade: dISPENSADA	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2015
CONTRATADO: itau seguros de auto	
Valor do Contrato: r$ 4.182,40	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **AUGOSTINHO JUSTINO DE SOUZA,** lotado no Setor de Patrimônio, Fiscal do Contrato nº 069/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

PORTARIA Nº 471, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

"Nomeia Assessor Especial I".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. EUDESMAR VICENTE VENANCIO, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Especial I, a partir de 24 de junho de 2015.

Art. 2º O Servidor nomeado no Artigo 1° prestará suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Frotas e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de seu Setor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 459, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

"Exonera Assessor Jurídico".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. WILLIAM SANTOS ARAUJO, do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 476, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de servidor."

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor JEAN RIGHI CAMPOS, exercendo o cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 453, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão horizontal de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 983/2015, de 04/05/2015.

Considerando finalmente o artigo 42 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão horizontal ao servidor VILMAR DE ALMEIDA E SILVA, Eletricista, para a CLASSE II - GRAU A, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 04/05/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 22 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**WILLIAM SANTOS ARAUJO** Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 456, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

“Dispõe sobre progressão horizontal de servidor”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 1042/2015, de 11/05/2015.

Considerando finalmente o artigo 42 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão horizontal a servidora GISELE RIBEIRO ARAÚJO, Monitora de Atividades Infanto Juvenil, para a CLASSE II - GRAU A, a partir de 11/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 11/05/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 22 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO	**WILLIAM SANTOS ARAUJO**
Prefeito Municipal	Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 474, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

“Dispõe sobre Progressão Vertical de servidores”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o artigo 14 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão vertical aos servidores da Administração Pública Municipal em conformidade com o art. 14 da Lei Municipal nº 2.742/2010, conforme relação constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a maio de 2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA**
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

De acordo em:
_____/ _____/ _____
_____
JOSE RUBENS FALBOTA
Procurador Jurídico

ANEXO I

Servidor	CARGO	Classe	GRAU
Amanda Alves Borges	Fiscal de Tributos	II	B
Antônio Gonçalves de Farias	Vigilante	II	B
Aparecida Siqueira Gomes	Auxiliar de Serviços Gerais	I	B
Claudilene Gomes de Carvalho	Técnica em Enfermagem	I	B
Daiane da Costa Nunes	Enfermeira	I	B
Devair Alves da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	II	B
Elaine Garcia Leite	Nutricionista	I	C
Gisele Ribeiro Araújo	Monitor de Desenv. Infanto Juvenil	II	B
Lucilene Araújo Borges	Agente de Vigilância Sanitária	II	B
Tatiane Neres Rodrigues Buonome	Assistente Social	I	C
Vilmar de Almeida e Silva	Eletricista de Veículos	II	B
Vilmar Luis Nogueira Valeriano	Médico	I	B
Virgilio Dias de Campos Sobrinho	Médico	I	C
Zuleide Costa Marim	Auxiliar de Serviços Gerais	I	B

PORTARIA N.º 463, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 072/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Construção de ponte sobre o Rio Boiadeiro na Avenida do Futuro Loteamento Jardim Novo Araguaia II.	
vigência: 19/06/2015 a 17/10/2015.	

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2015.	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 19/06/2015
CONTRATADO: BELTER CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	
Valor do Contrato: r$ 85.205,50	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, **ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389,** lotado na **Secretaria Municipal de Obras e Frota**, Fiscal do Contrato nº 072/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

PORTARIA Nº 481, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

"Designa Comissão para análise de preços relativos ao Contrato nº 042/2015".

Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

1º Nomear comissão composta pelos Servidores MAXIMILIAN JOSÉ BEIJO GONSALEZ – Analista Administrativo, JEANE OLIVEIRA BORGES – Engenheira, LUIZ CARLOS DE SOUZA – Assessor Executivo de Gabinete e MODESTO MACHADO NETO – Coordenador Técnico II, sob a presidência do primeiro, para avaliar os preços relativos ao contrato 042/2015, celebrado entre o Município de Alto Araguaia – MT e a Empresa Torre Engenharia e Materiais para Construção Ltda., para execução da Obra de ampliação da Unidade da Família São Francisco, através da tomada de preços 005/2015.

Art. 2º A Comissão deverá fazer um levantamento de preços com o objetivo de verificar se o valor contratado pelo município para a execução da obra, cujo valor global é de R$ 183.633,23 (Cento e oitenta e três mil seiscentos e trinta e três reais e vinte e três centavos), corresponde aos padrões legais e se está compatível com o valor real de mercado.

Art. 3º Após análise a comissão deverá emitir um laudo no prazo de 07 (sete) dias.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 29 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 455, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão horizontal de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 836/2015, de 13/04/2015.

Considerando finalmente o artigo 42 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão horizontal ao servidor DEVAIR ALVES DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, para a CLASSE II - GRAU A, a partir de 22/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22/05/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 22 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**WILLIAM SANTOS ARAUJO** Assessor Jurídico

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 438, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

"Cancela a Portaria nº 396/2015".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar a Portaria nº 396/2015, que a atribui a Servidora LEIDIANE PEREIRA FARIAS, a Função de Responsabilidade Técnica.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 17 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 446, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"Concede estabilidade a servidora pública municipal".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jeronimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Julgamento do Processo nº 1.167/2015, emitido pelo Secretário Municipal de Administração, em consonância com a Lei Municipal nº 1.079/97.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder estabilidade no Serviço Público Municipal à servidora aprovado em seu respectivo estágio probatório:

Servidor	Cargo	A partir de
Françoise Souza Dias Alcântara	Cozinheira	04/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 18 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO **Prefeito Municipal**	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA Secretário Municipal de Administração**

PORTARIA Nº 441, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"Designa Servidora para prestar suas funções no 15°Batalhão da Polícia Militar.

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora ROSINEIDE BRAZ DE ARAÚJO, Agente de Limpeza Pública, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas funções no 15° Batalhão da Polícia Militar.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 18 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 469, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre a elevação de Classe de servidora".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 759/2015, de 06/04/2015.

Considerando finalmente o Artigo 6º c/c Art. 45, da Lei Municipal nº 2610/2009, de 29 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão à servidora SOELIR PEREIRA DE SOUZA, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para a Classe C Nível II, a partir de 06/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 06/04/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de junho de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**WILLIAM SANTOS ARAUJO** Assessor Jurídico

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 482, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

"Designa Comissão para análise de preços relativos ao Contrato nº 065/2015".

Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

1º Nomear comissão composta pelos Servidores MAXIMILIAN JOSÉ BEIJO GONSALEZ – Analista Administrativo, JEANE OLIVEIRA BORGES – Engenheira, LUIZ CARLOS DE SOUZA – Assessor Executivo de Gabinete e MODESTO MACHADO NETO – Coordenador Técnico II, sob a presidência do primeiro, para avaliar os preços relativos ao Lote 03 do Contrato 065/2015, celebrado entre o Município de Alto Araguaia – MT e a Empresa Sergio Marcos Maciel Borges e Cia Ltda-Me., para execução da obra construção de cerca e calçada nas imediações do TRT com espaço educativo seis salas, no Bairro Aeroporto, através da tomada de preços 007/2015.

Art. 2º A Comissão deverá fazer um levantamento de preços com o objetivo de verificar se o valor contratado pelo município para a execução da obra, cujo valor total do lote é de R$ 56.004,25 (Cinquenta e seis mil quatro reais e vinte e cinco centavos), corresponde aos padrões legais e se está compatível com o valor real de mercado.

Art. 3º Após análise a comissão deverá emitir um laudo no prazo de 07 (sete) dias.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 29 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 437, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

"Revogam as Portarias nº 395/2015, 397/2015 e nº 413/2015".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Revogar as Portarias nº 395/2015, 397/2015 e nº 413/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 17 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 440, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre Demissão de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Decisão definitiva exarada nos Autos do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado através da Portaria n° 433//2014.

Resolve:

Art. 1ºDemitir o servidor CRISTIANO FARIAS NEIVA, Vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 17 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 17 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO **Prefeito Municipal**	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA Secretário Municipal de Administração**

PORTARIA Nº 484, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

"Exonera Assessor Médio".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. WILSON FERREIRA COELHO NETO, do Cargo em Comissão de Assessor Médio, da Secretaria Municipal de Obras e Frotas, a partir de 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 29 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 473, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre Progressão Vertical de servidores".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o artigo 14 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão vertical aos servidores da Administração Pública Municipal em conformidade com o art. 14 da Lei Municipal nº 2.742/2010, conforme relação constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a abril de 2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

De acordo em:
_____/ _____/ _____

JOSE RUBENS FALBOTA
Procurador Jurídico

ANEXO I

Servidor	CARGO	Classe	GRAU
Joyce Martins de Souza	Analista Financeiro	I	C
Sonia Aparecida Silva Gomes	Vigilante	I	B
Laura Maria da Silva Vieira	Auxiliar de Serviços Gerais	II	B
Françoise Souza Dias Alcântara	Cozinheira	I	B

PORTARIA Nº 439, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

"Designa servidora como responsável pelo Setor de Recursos Humanos".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a Servidora PAULA DAYANE SOUZA SANTOS, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para ficar responsável pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, a partir de 18 de junho de 2015.

§ 1º A Servidora designada neste artigo ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de seu setor, cabendo ao mesmo cumprir atribuições inerentes a concessões de férias, licença prêmio, elaboração da folha de pagamento, empréstimos consignados em folha na forma da lei, além de prestar informações aos órgãos Estaduais e Federais.

§ 2° A designação é feita sem prejuízo das demais atribuições da função.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Alto Araguaia, 17 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 443, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"revoga a Portaria nº 430/2015."

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Revoga a Portaria nº 430, de 16 de junho de 2015, que remove a servidora ELIOZENE HERCULANA ALVES, para prestar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 18 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 470, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

"Exonera Gerente Administrativo VI".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto**,** Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. MARCIAL DA CRUZ BANDEIRA, do Cargo em Comissão de Gerente Administrativo VI, a partir de 30 de junho de 2015.

Art. 2ºEsta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ºRegistre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de junho de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 444, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

"Revoga a Portaria nº 420/2015".

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 420, de 15 de junho de 2015, que designa a servidora SUELY MIRANDA RIBEIRO para prestar suas funções na APAE.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 18 de junho de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2015

Convoca os Aprovados do Concurso Público de Provas e Provas de Títulos do Município de Alto Boa Vista - MT, e dá outras providências.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art.37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital nº. 001/2014, **TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDITADOS APROVADOS**, relacionados no anexo I deste edital, para o provimento de cargos públicos dos quadros permanente do Município, conforme resultado final

homologado através do Decreto nº 025/2014, de lavra do Ilustre Prefeito Municipal, devidamente publicado, no sítio:www.amm.org.br e no mural da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista - MT.

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias ininterruptos, contados da data da publicação da presente convocação, ao Departamento de Recursos Humanos localizada no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, sito a Avenida Moises Dorneles Montiel nº 975, Centro, Alto Boa Vista- MT, devendo portar consigo para entrega os documentos constantes nos Anexos deste Edital e os exames médicos também relacionados deste Edital;

1.2. Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.

1.3. A falta de qualquer documento constante nos anexos deste Edital acarretarão não cumprimento da exigência do item 1.1.;

1.4. O não comparecimento nos termos do item 1.1 do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado, sendo considerado o candidato desistente.

2. DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2.1 A avaliação médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

a) Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer a Unidade Básica de Saúde, horário das 08:00 às 11:00 h e das13:00 h às17:00 horas, de segunda a sexta feira, durante o período de 01 de julho a 10 de julho de 2015, para apresentação dos exames constantes no Item 20 do Anexo II deste edital e submissão à referida avaliação pelo profissional credenciado;

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3.1. Os candidatos que apresentarem toda a documentação e os exames com a consequente aprovação pelo Médico credenciado serão convocados por um novo Edital, no qual constará a data da posse e da nomeação.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de junho de 2015.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: NUTRICIONISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	PONTOS
2º	SIMONE MARISA STRAHL	70,00

ANEXOII RELAÇÃOEDOCUMENTOS

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Certidão de Nascimento para solteiros ou Certidão de Casamento para os casados;

3. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

4. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

5. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF);

6. Cartão do PIS/PASEP (se for o caso);

7. Comprovante de votação da última eleição que antecedeu à posse (se for o caso);

8. Título de Eleitor; Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

9. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por profissional Médico;

10. 02 (duas) fotos 3x4, colorida e recente;

11. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

12. Certidão de Reservista (quando o sexo masculino);

13. Declaração contendo endereço residencial; Comprovante de Escolaridade. Os diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida. Será aceita certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

14. Declaração de Bens (Anexo III);

15. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função, para os cargos de professor e médico (Anexo V);

16. Declaração de que não exerce cargo, emprego ou função pública (Anexo IV);

17. Declaração que não responde a processo administrativo nas esferas federal, estadual e municipal (Anexo VI);

18. Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

19. O candidato que, por qualquer motivo, não se apresentar para a posse no prazo de que trata o subitem anterior perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem de classificação.

20. Os candidatos convocados farão exame medico admissional, que será realizado por profissional escolhido pelos mesmos; Os candidatos deverão comparecer à presença do profissional Médico credenciado pelo município portando os exames constantes da relação abaixo, que deverão ser providenciados e apresentados para análise, sob pena de não poder tomar a posse, estes exames são de responsabilidade do candidato, sendo:

a) Hemograma Completo;

b) Glicose;

c) Uréia;

d) Creatinina;

e) Acidoúrico;

f) Colesterol total e frações;

g) Triglicerídios;

h) Transminases (TGO,TGP);

i) Sorologia para Chagas;

j) Sorologia para Hepatite B e C;

k) V.D.R.LeE.C.G.;

l) Raio X doTórax em PA e perfil.

ANEXOIII

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, que possuo os seguintes bens:

( )Não Possuo bens a declarar

( )Possuo bens a declarar,conforme segue abaixo

Casa, apartamento ou terreno			
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Veículo			
Tipo / Ano	Data de aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda Atual
Outros			

Fontederenda

NOME COMPLETO:

CARGO:

ALTO BOA VISTA– MT _____de de_____2015.

Assinatura do Candidato

RECONHECERFIRMA

ANEXO IV

D ECLAR A ÇÃ O

Eu, portador(a) da Carteira de Identidade nº ,inscrito (a) no CPF/MF sob o nº_____,Declaro para os devidos fins que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal,estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de_____deste Poder. E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Alto Boa Vista– MT de de 2015.

Assinatura do Candidato RECONHECERFIRMA

ANEXOV

D ECLAR A ÇÃ O

Eu, ,portador (a) da Carteira de

Identidadenº

, inscrito(a) no CPF/MF sob o

nº , Declaro para os devidos fins que exerço o cargo de

, vínculo , junto a(o) , lotado na , com a carga horária de horas/semanais, exercendo as atividades do cargo das horas às horas.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Informações Complementares:

Alto Boa Vista– MT de de 2015.

Assinatura do Candidato RECONHECER FIRMA

Obs: Somente para os Cargos de médico e Professor, caso já tenham outro emprego público.

ANEXOVI

DECLARAÇÃO

Eu, ,portador(a) da Carteira de Identidade nº

,inscrito (a) no CPF/MF sob o nº ,Declaro para os devidos fins que não respondo a nenhum processo administrativo em quaisquer das esferas (federal,estadual ou municipal),não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração. Alto Boa Vista – MT, de de_____2015.

Assinatura do Candidato RECONHECERFIRMA

ANEXOVII

TERMO DE DESISTÊNCIA DE POSSE

Eu_____, portador do CPF nº_____,

Considerando o resultado do Concurso Público n.º001/2014, homologado através do Decreto n.º025/2014, realizado pela Prefeitura do Município de Alto Boa Vista – MT aprovado (a) para o cargo de , classificado (a) em lugar, DECLARA para todos os fins, por este ato que DESISTO DEFINITIVAMENTE, de forma firme, livre e valiosa de minha nomeação para o cargo em questão, bem como tenho conhecimento que nova convocação não se efetivará no período de vigência do presente Concurso Público.

Alto Boa Vista– MT de de 2015.

(Nome e assinatura do Candidato) RECONHECER FIRMA

Obs.: Caso o candidato não queira assumir a vaga.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº062/2015 - PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 046/2015

O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio de sua Pregoeiro, Hugo César Souza Pereira e Equipe de Apoio, designado pela Portaria n°064/2015 de 06 de abril de 2015, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE REMOÇÕES DE VEÍCULOS, ATRAVÉS DE GUINCHO, PLANTÃO 24HS, A FIM DE ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, conforme as especificações técnicas contidas no Edital e Anexos.**Temos a informar o seguinte: Após analisar as propostas apresentadas concluímos que sagra se vencedora a Empresa: NILTON ARANTES DA SILVA - ME, inscrito no CNPJ sob o n° 17.716.988/0001-92, localizado na Avenida 7 de Setembro n° 1065, Centro - MT, com o valor de R$ 47.400,00 (Quarenta sete mil quatrocentos reais),conforme Edital do Processo.Alto Garças – MT, 15 de junho de 2015.*Hugo César Souza Pereira-Pregoeiro.*

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 062, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE DISPENSA DE SERVIDORES PARA PARTICIPAÇAO N*A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO GARÇAS/MT.*

O Prefeito Municipal de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município;**

Considerando os dispostos da lei 8080/90 e o artigo 1º da lei 8142/90;

Considerando o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/92;

Considerando a resolução de nº. 003 do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Alto Garças/MT;

Considerando o Decreto nº 060, que dispõe sobre a convocação da Conferência Municipal de Saúde de Alto Garças – MT;

Considerando a necessidade da participação dos servidores públicos vinculados , devido à importância da temática;

D E C R E T A:

Art1º:

No dia da Conferência Municipal da Saúde, dia 10/07/2015, não haverá expediente nos pontos de atendimento à saúde municipal, PSF1, PSF2, PSF3 e Centro de reabilitação.

Art.2º: Todos os servidores lotados nesses locais de trabalho deverão estar presentes na conferência, local onde será assinado o ponto do dia.

Parágrafo Único: O servidor dispensado do dia de trabalho e que não participar da Conferência terá seu dia de serviço descontado no pagamento do mês.

Art.3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças, 16 de Junho de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO LICITATÓRIO N°059– PREGÃO PRESENCIAL N°044/2015

O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso,por intermédio de seu Pregoeiro, Hugo César Souza Pereira e equipe de apoio, designado pela Portaria n° 64/2015 de 06 de abril de 2015, torna público aos interessados que o certame com a referenciado, destinado à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PINTURA NA PARTE EXTERNA EM RESERVATÓRIOS METÁLICO E CONCRETO ARMADO DE ÁGUA TRATADA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA), de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, defragou-se fracassado.Em razão de uma única empresa participante e vencedora não ter apresentado a documentação relativa à qualificação econômica e financeira na forma da lei.Concedido prazo, de acordo com o artigo 48 parágrafo 3° da Lei 8.666/93, a mesma não apresentou a regularização.Alto Garças, 25 de junho de 2015.HUGO CÉSAR SOUZA PEREIRA – Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº071/2015 - PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 054/2015

O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio de sua Pregoeiro, Hugo César Souza Pereira e Equipe de Apoio, designado pela Portaria n°064/2015 de 06 de abril de 2015, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos**. Temos a informar o seguinte: Após analisar as propostas apresentadas concluímos que sagra se vencedora a Empresa: VILELA TORRES E ZIMINIANI LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob o n° 04.298.769/0002-70, localizado na Rua Presidente Castelo Branco n° 748, Vila Operária, Rondonópolis - MT, com o valor de R$ 1.904,60 (Hum mil novecentos quatro reais sessenta centavos),conforme Edital do Processo.Alto Garças – MT, 16 de junho de 2015.*Hugo César Souza Pereira-Pregoeiro.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 015/2015.

PORTARIA N° 015/2015.

SUMULA: Da posse para o Cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT,

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes às normas gerais de direito público, e na forma da Lei RESOLVE:

Art. 1.º - Dar posse ao Senhor **JOSÉ RODOLFO FERNANDES DE SOUZA,** portador do RG N.º 1665817-5 SSP/MT, CPF N.º 022.072.541-19, para exercer o Cargo Efetivo de Assessor Jurídico desta Câmara Municipal, com Carga horário de 30 (trinta) horas semanal, conforme Concurso Publico 001/2014, realizado em 07/12/2014, homologado pelo Decreto Municipal 05/2015 de 29/01/2015, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, ano X, n° 2157 de 03/02/2015 pagina 5, da Associação Mato-grossense dos Municípios e EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2015 de 14/04/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se - Publique-se - Cumpra-se.

Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, em 01 de Junho de 2015.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente

CPF n° 571.571.201-78 -

RG n° 0767 9564 SSP/MT

Rua São José - Centro – Alto Paraguai-MT

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 015/2015.

PORTARIA N° 015/2015.

SUMULA: Da posse para o Cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT,

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes às normas gerais de direito público, e na forma da Lei RESOLVE:

Art. 1.º - Dar posse ao Senhor **JOSÉ RODOLFO FERNANDES DE SOUZA,** portador do RG N.º 1665817-5 SSP/MT, CPF N.º 022.072.541-19, para exercer o Cargo Efetivo de Assessor Jurídico desta Câmara Municipal, com Carga horário de 30 (trinta) horas semanal, conforme Concurso Publico 001/2014, realizado em 07/12/2014, homologado pelo Decreto Municipal 05/2015 de 29/01/2015, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, ano X, n° 2157 de 03/02/2015 pagina 5, da Associação Mato-grossense dos Municípios e EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2015 de 14/04/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se - Publique-se - Cumpra-se.

Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, em 01 de Junho de 2015.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente

CPF n° 571.571.201-78 -

RG n° 0767 9564 SSP/MT

Rua São José - Centro – Alto Paraguai-MT

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 014/2015

PORTARIA N° 014/2015

SUMULA: Exonerar do cargo de Contadora da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes às normas gerais de direito público, e na forma da Lei RESOLVE:

Art. 1.º - Exonerar do Cargo de Contadora da Câmara Municipal de Alto Paraguai – MT., a Sra. **DIRCE LEMES DE ARAUJO,** RG n° 0282607-0 , CPF n° 284.596.361-00 – residente e domiciliado a Rua Presidente Médici N.º 481 – Alto Paraguai, CEP 78.410-000 .

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se - Publique-se - Cumpra-se.

Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, em 31 de Maio de 2015.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente

CPF n° 571.571.201-78 -

RG n° 0767 9564 SSP/MT

Rua São José - Centro – Alto Paraguai-MT

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 013/2015

PORTARIA N° 013/2015

SUMULA: Exonerar do cargo de Assessora Jurídico da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes às normas gerais de direito público, e na forma da Lei RESOLVE:

Art. 1.º - Exonerar do Cargo de Assessora Jurídico da Câmara Municipal de Alto Paraguai – MT., a Sra. **ANA MARIA DE OLIVEIRA BARROS,** RG n° 1218715-1 , CPF n° 927.128.271.04 – residente e domiciliado a Praça José Trindade, centro – Alto Paraguai, CEP 78.410-000 .

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se - Publique-se - Cumpra-se.

Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, em 31 de Maio de 2015.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente

CPF n° 571.571.201-78 -

RG n° 0767 9564 SSP/MT

Rua São José - Centro – Alto Paraguai-MT

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 012 /2015

PORTARIA N° 012 /2015

SUMULA: Nomear para o Cargo de Coordenador Administrativo da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes às normas gerais de direito público, e na forma da Lei RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear para o Cargo de Coordenador Administrativo da Câmara Municipal de Alto Paraguai – MT., o Sr. **ADILSON RODRIGUES TANAN ,** RG n° 1100747-8 CPF n° 832.260.361-49– residente e domiciliado na Rua São José Barros, centro – Alto Paraguai, CEP 78.410-000 .

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se - Publique-se - Cumpra-se.

Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, em 11 de Maio de 2015.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente

CPF n° 571.571.201-78 -

RG n° 0767 9564 SSP/MT

Rua São José - Centro – Alto Paraguai-MT

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 17/2015

PORTARIA N° 17/2015

SUMULA: Conceder Férias a servidora Célia da Rocha Abreu, funcionária do Poder Legislativo Municipal.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, usando de suas atribuições legais, consoantes as normas gerais de direito público, e na forma da Lei expede a seguinte Portaria:

Art. 1° - Conceder 30 (Trinta) dias de Férias a servidora **CELIA DA ROCHA ABREU**, Matricula N.º 003, portadora do RG nº 620.360 SSP/MT, CPF n° 468.424.111.49, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Alto Paraguai-MT, período de aquisição Janeiro de 2014 a Janeiro de 2015, período de gozo 01/06/2015 a 30/06/2015

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

Alto Paraguai-MT, 01 Junho de 2015.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente

CPF n° 571.571.201-78 - RG n° 0767 9564 SSP/MT

Rua São José - Centro – Alto Paraguai-MT

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 016 /2015.

PORTARIA N° 016 /2015.

SUMULA: Da posse para o Cargo de Contador da Câmara Municipal de Alto Paraguai - MT,

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes às normas gerais de direito público, e na forma da Lei RESOLVE:

Art. 1.º - Dar posse ao Senhor **GERALDO SERGIO GOMES**, portador do RG N.º 15.416.498-7 SSP/MT, CPF N.º 039.097.068.94, para exercer o Cargo Efetivo de Contador desta Câmara Municipal, com Carga horário de 30 (trinta) horas semanal, conforme Concurso Publico 001/2014, realizado em 07/12/2014, homologado pelo Decreto Municipal 05/2015 de 29/01/2015, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, ano X, n° 2157 de 03/02/2015 pagina 5, da Associação Mato-grossense dos Municípios e EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2015 de 14/04/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se - Publique-se - Cumpra-se.

Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, em 01 de Junho de 2015.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

Presidente

CPF n° 571.571.201-78 -

RG n° 0767 9564 SSP/MT

Rua São José - Centro – Alto Paraguai-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 002/2015

JOSÉ EDER DA LUZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº. 010/2008.

C O N V O C A

Os abaixo relacionados aprovados - classificados no Processo Seletivo 001/2015 realizado no dia 19 de Abril de 2015, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Câmara Municipal de Apiacás, no horário de 07hs ás 13h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação:

1. Cópia (RG e CPF) 2. Cópia (Título de eleitor) 3. Cópia (Carteira de Trabalho) 4. Cópia (Comprovante de Endereço) 5. Cópia (Certidão de Nascimento ou de Casamento) 6. Cópia (Certidão de nascimento de todos os filhos e dependentes) 7. Cópia (Comprovante escolar de acordo com o cargo) 8. Certidão Tribunal Superior Eleitoral 9. Declaração de Bens 10. Declaração de não Acumulo de Cargo 11. Declaração de que não foi demitido de cargo publico nos últimos 05 anos por justa causa 12. Copia (Certidão Negativa Civil e Criminal) 13. Atestado de Saúde Admissional

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO Classificação:

Inscrição: 107 - Nome: ERICA ALINE DOS SANTOS - 1ª Classificado

Apiacás - MT, 30 de Junho de 2015.

José Eder da Luz

-PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 043/2015

EDITAL DA TOMADA DE PREÇO 002/2015

A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade Tomada de Preço 002/2015, tendo como objeto a execução da obra PSF II, Com 249,42 m²**., dia 20/07/2015,** o edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059,Telefone 66-3593-1344, Ramal 219, Paço Municipal, Cidade de Apiacás - MT, ou no site www.apiacas.mt.gov.br - informações pelo telefone (66) 3593-1344 ramal 219.

Lídia Mª Silva Contrera

PRESIDENTE DA C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE RTEGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2015

PREGÃO PRESENCIAL **N° 034/2015** – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2015

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago**

-

Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR, **residente à rua das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT.,** denominado simplesmente CONTRATANTE, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) 3C COMERCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA-ME, CNPJ n° 21.385.648/0001-01, situada à Rua Acerola n° 622, Setor H, Alta Floresta-MT, CEP 78.580-000, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. Jandir Dias de Carvalho, portador do CPF n° 717.850.869-87 e do RG n° 51715829- SESP/PR, RESIDENTE NA Rua B4, n° 414, Setor B, Alta Floresta-MT., nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 034/2015 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS E RETIFICA PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL** COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 034/2015.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

3C COMERCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA-ME

CNPJ n° 21.385.648/0001-01

ITENS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	2-22-0257	ALINHAMENTO BLOCO TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILINDROS	UN	1,000	532,0000	532,00
2	2-22-0047	ALINHAMENTO BIELA PA MOTOR GRADER 4 CILINDROS CATERPILLAR	UN	4,000	359,7800	1.439,12
3	2-22-0179	ALINHAMENTO BIELA MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILINDRO	UN	4,000	266,0000	1.064,00
4	2-22-0167	ALINHAMENTO BIELA MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CILIND	UN	4,000	342,0000	1.368,00
5	2-22-0155	ALINHAMENTO BIELA MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILINDROS	UN	4,000	342,0000	1.368,00
6	2-22-0035	ALINHAMENTO BIELA MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILINDROS	UN	4,000	291,0000	1.164,00
7	2-22-0143	ALINHAMENTO BIELA ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CILIND	UN	4,000	348,0000	1.392,00
8	2-22-0107	ALINHAMENTO BIELA PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	4,000	862,0000	3.448,00
9	2-22-0083	ALINHAMENTO BIELA PATROL FG 140 FIATALLIS NEW HOLLAND 6 CILI	UN	4,000	884,0000	3.536,00
10	2-22-0059	ALINHAMENTO BIELA PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B 6 CIL	UN	4,000	475,0000	1.900,00
11	2-22-0095	ALINHAMENTO BIELA PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERPILLA	UN	4,000	859,0000	3.436,00
12	2-22-0071	ALINHAMENTO BIELA PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILINDROS	UN	4,000	266,0000	1.064,00
13	2-22-0119	ALINHAMENTO BIELA TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	4,000	264,0000	1.056,00
14	2-22-0299	ALINHAMENTO BIELA TRATOR MASSEY FERGUISON 283 PERQUINS P4000	UN	4,000	296,0000	1.184,00
15	2-22-0263	ALINHAMENTO BIELA TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILINDROS	UN	4,000	296,0000	1.184,00
16	2-22-0101	ALINHAMENTO BLOCO PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	1.081,0000	1.081,00
17	2-22-0173	ALINHAMENTO BLOCO MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILINDRO	UN	1,000	468,0000	468,00
18	2-22-0149	ALINHAMENTO BLOCO MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILINDROS	UN	1,000	360,0000	360,00
19	2-22-0137	ALINHAMENTO BLOCO ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CIL	UN	1,000	547,0000	547,00
20	2-22-0041	ALINHAMENTO BLOCO PA CARREG.MOTOR GRADER 4 CILINDROS CATERPI	UN	1,000	703,0000	703,00
21	2-22-0077	ALINHAMENTO BLOCO PATROL FG 140 FIATALLIS NEW HOLLAND 6 CILI	UN	1,000	871,1400	871,14
22	2-22-0053	ALINHAMENTO BLOCO PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B 6 CIL	UN	1,000	1.084,0000	1.084,00
23	2-22-0089	ALINHAMENTO BLOCO PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERPILLA	UN	1,000	1.084,0000	1.084,00
24	2-22-0065	ALINHAMENTO BLOCO PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILINDROS	UN	1,000	626,2700	626,27
25	2-22-0113	ALINHAMENTO BLOCO TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	478,0000	478,00
26	2-22-0293	ALINHAMENTO BLOCO TRATOR MASSEY FERG. 283 PERQUINS P4000	UN	1,000	299,0000	299,00
27	2-22-0010	ALINHAMENTO DA BIELA CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	12,000	886,0000	10.632,00
28	2-22-0335	ALINHAMENTO DE BIELA DO MOTOR CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM SERI	SRV	8,000	203,0000	1.624,00
29	2-22-0203	ALINHAMENTO DE BIELA FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	16,000	80,2600	1.284,16
30	2-22-0227	ALINHAMENTO DE BIELA GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	4,000	80,0000	320,00
31	2-22-0311	ALINHAMENTO DE BIELA JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	4,000	272,0000	1.088,00
32	2-22-0215	ALINHAMENTO DE BIELA KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	4,000	80,0000	320,00
33	2-22-0239	ALINHAMENTO DE BIELA L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	4,000	298,0000	1.192,00
34	2-22-0287	ALINHAMENTO DE BIELA L200 GLS MOTOR MITSUBISH	UN	4,000	298,0000	1.192,00
35	2-22-0131	ALINHAMENTO DE BIELA MOTOR MWM SERIE 10 RETRO ESCAVADEIRA	UN	8,000	299,0000	2.392,00
36	2-22-0023	ALINHAMENTO DE BIELA MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	4,000	935,0000	3.740,00
37	2-22-0191	ALINHAMENTO DE BIELA ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	4,000	288,0000	1.152,00
38	2-22-0251	ALINHAMENTO DE BIELA S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	4,000	296,0000	1.184,00
39	2-22-0275	ALINHAMENTO DE BIELA TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	4,000	258,0000	1.032,00
40	2-22-0323	ALINHAMENTO DE BIELA VAN MB SPRINTER 312 4 CILINDROS	UN	4,000	258,0000	1.032,00
41	2-22-0004	ALINHAMENTO DO BLOCO CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	1.094,0000	3.282,00
42	2-22-0329	ALINHAMENTO DO BLOCO DO MOTOR CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM	SRV	4,000	439,0000	1.756,00
43	2-22-0125	ALINHAMENTO DO BLOCO DO MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	439,0000	1.756,00
44	2-22-0197	ALINHAMENTO DO BLOCO FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	4,000	253,0000	1.012,00
45	2-22-0221	ALINHAMENTO DO BLOCO GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	253,0000	253,00
46	2-22-0305	ALINHAMENTO DO BLOCO JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	474,0000	474,00
47	2-22-0209	ALINHAMENTO DO BLOCO KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	253,0000	253,00
48	2-22-0233	ALINHAMENTO DO BLOCO L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	272,0000	272,00
49	2-22-0281	ALINHAMENTO DO BLOCO L200 GLS MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	340,0000	340,00
50	2-22-0017	ALINHAMENTO DO BLOCO MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	1.094,0000	1.094,00
51	2-22-0029	ALINHAMENTO DO BLOCO MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILINDROS	UN	1,000	548,0000	548,00
52	2-22-0185	ALINHAMENTO DO BLOCO ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	1,000	613,0000	613,00
53	2-22-0245	ALINHAMENTO DO BLOCO S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	257,0000	257,00
54	2-22-0269	ALINHAMENTO DO BLOCO TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	435,0000	435,00
55	2-22-0317	ALINHAMENTO DO BLOCO VAN MB SPRINTER312 MOTOR MB 4 CILINDROS	UN	1,000	435,0000	435,00
56	2-22-0237	ALINHAMENTO DO EIXO COMANDO L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	142,0000	142,00
57	2-22-0021	ALINHAMENTO DO EIXO COMANDO MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	378,0000	378,00
58	2-22-0321	ALINHAMENTO DO EIXO COMANDO VAN MB SPRINTER 312 4 CILINDROS	UN	1,000	82,0000	82,00
59	2-22-0333	ALINHAMENTO DO EIXO DE COMANDO DO MOTOR CAMINHAO AGRALE MOTO	SRV	4,000	134,0000	536,00
60	2-22-0201	ALINHAMENTO DO EIXO DE COMANDO FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	4,000	111,0000	444,00
61	2-22-0008	ALINHAMENTO DO EIXO DE COMANDO FUSCAO 24220	UN	3,000	377,0000	1.131,00
62	2-22-0225	ALINHAMENTO DO EIXO DE COMANDO GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	111,0000	111,00
63	2-22-0213	ALINHAMENTO DO EIXO DE COMANDO KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	112,0000	112,00
64	2-22-0129	ALINHAMENTO DO EIXO DE COMANDO MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	142,0000	568,00
65	2-22-0189	ALINHAMENTO DO EIXO DE COMANDO ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDR	UN	1,000	210,0000	210,00
66	2-22-0249	ALINHAMENTO DO EIXO DE COMANDO S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	111,0000	111,00
67	2-22-0141	ALINHAMENTO EIXO COM ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CIL	UN	1,000	223,0000	223,00
68	2-22-0081	ALINHAMENTO EIXO COM PATROL FG 140 FIATALLIS NEW HOLLAND 6 C	UN	1,000	375,0000	375,00
69	2-22-0117	ALINHAMENTO EIXO COM TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	123,0000	123,00
70	2-22-0309	ALINHAMENTO EIXO COM. JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	127,0000	127,00
71	2-22-0177	ALINHAMENTO EIXO COM. MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILI	UN	1,000	245,0000	245,00
72	2-22-0165	ALINHAMENTO EIXO COM. MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CI	UN	1,000	137,0000	137,00

73	2-22-0093	ALINHAMENTO EIXO COM. PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERP	UN	1,000	375,0000	375,00
74	2-22-0069	ALINHAMENTO EIXO COM. PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILIND	UN	1,000	199,0000	199,00
75	2-22-0285	ALINHAMENTO EIXO COMANDO L200 GLS MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	142,0000	142,00
76	2-22-0153	ALINHAMENTO EIXO COMANDO MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CIL	UN	1,000	142,0000	142,00
77	2-22-0033	ALINHAMENTO EIXO COMANDO MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILIND	UN	1,000	247,0000	247,00
78	2-22-0105	ALINHAMENTO EIXO COMANDO PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	372,0000	372,00
79	2-22-0045	ALINHAMENTO EIXO COMANDO PA MOTOR GRADER 4 CILINDROS CATERPI	UN	1,000	575,0000	575,00
80	2-22-0057	ALINHAMENTO EIXO COMANDO PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE	UN	1,000	377,0000	377,00
81	2-22-0297	ALINHAMENTO EIXO COMANDO TRATOR MAS. FERG.283 PERQUINS P4000	UN	1,000	101,0000	101,00
82	2-22-0261	ALINHAMENTO EIXO COMANDO TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CIL	UN	1,000	153,0000	153,00
83	2-22-0027	DESMONTAGEM DE MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILINDROS	UN	1,000	171,0000	171,00
84	2-22-0123	DESMONTAGEM DE MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	152,1600	608,64
85	2-22-0327	DESMONTAGEM DO MOTOR CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM SERIE 10	SRV	4,000	152,0000	608,00
86	2-22-0002	DESMONTAGEM DO MOTOR CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	429,0000	1.287,00
87	2-22-0219	DESMONTAGEM DO MOTOR GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	124,0000	124,00
88	2-22-0207	DESMONTAGEM DO MOTOR KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	124,0000	124,00
89	2-22-0231	DESMONTAGEM DO MOTOR L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	153,0000	153,00
90	2-22-0243	DESMONTAGEM DO MOTOR S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	543,0000	543,00
91	2-22-0255	DESMONTAGEM DO MOTOR TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILINDR	UN	1,000	139,0000	139,00
92	2-22-0267	DESMONTAGEM DO MOTOR TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	148,0000	148,00
93	2-22-0195	DESMONTAGEM MOTOR FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	4,000	124,0000	496,00
94	2-22-0015	DESMONTAGEM MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	461,0000	461,00
95	2-22-0303	DESMONTAGEM MOTOR JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	167,0000	167,00
96	2-22-0279	DESMONTAGEM MOTOR L200 GLS MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	153,0000	153,00
97	2-22-0171	DESMONTAGEM MOTOR MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILINDRO	UN	1,000	167,0000	167,00
98	2-22-0159	DESMONTAGEM MOTOR MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CILIND	UN	1,000	135,0000	135,00
99	2-22-0147	DESMONTAGEM MOTOR MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILINDROS	UN	1,000	162,0000	162,00
100	2-22-0183	DESMONTAGEM MOTOR ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	1,000	152,0000	152,00
101	2-22-0135	DESMONTAGEM MOTOR ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CIL	UN	1,000	168,0000	168,00
102	2-22-0039	DESMONTAGEM MOTOR PA CARREG. GRADER 4 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	196,0000	196,00
103	2-22-0099	DESMONTAGEM MOTOR PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	433,0000	433,00
104	2-22-0087	DESMONTAGEM MOTOR PATROL 120B GRADER 6 CIL CATERPILLAR	UN	1,000	309,0000	309,00
105	2-22-0075	DESMONTAGEM MOTOR PATROL FG 140 FIATALLIS NEW HOLLAND 6 CIL	UN	1,000	305,0000	305,00
106	2-22-0051	DESMONTAGEM MOTOR PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B 6 CIL	UN	1,000	429,0000	429,00
107	2-22-0063	DESMONTAGEM MOTOR PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILINDROS	UN	1,000	158,0000	158,00
108	2-22-0111	DESMONTAGEM MOTOR TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	167,0000	167,00
109	2-22-0291	DESMONTAGEM MOTOR TRATOR MASSEY FERG. 283 PERQUINS P4000	UN	1,000	139,0000	139,00
110	2-22-0315	DESMONTAGEM MOTOR VAN MB SPRINTER 312 4 CILINDROS	UN	1,000	148,0000	148,00
111	2-22-0026	LAVAGEM DE MOTOR NA QUIMICA FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	416,0000	416,00
112	2-22-0338	LAVAGEM DE MOTOR NA QUIMICA CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM SERIE	SRV	4,000	126,0000	504,00
113	2-22-0134	LAVAGEM DE MOTOR NA QUIMICA MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	140,0000	560,00
114	2-22-0013	LAVAGEM DO MOTOR NA QUIMICA CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	416,0000	1.248,00
115	2-22-0206	LAVAGEM DO MOTOR NA QUIMICA FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	4,000	161,0000	644,00
116	2-22-0230	LAVAGEM DO MOTOR NA QUIMICA GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	167,8400	167,84
117	2-22-0218	LAVAGEM DO MOTOR NA QUIMICA KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	167,8400	167,84
118	2-22-0242	LAVAGEM DO MOTOR NA QUIMICA L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	190,0000	190,00
119	2-22-0290	LAVAGEM DO MOTOR NA QUIMICA L200 GLS MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	190,0000	190,00
120	2-22-0194	LAVAGEM DO MOTOR NA QUIMICA ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	1,000	189,0000	189,00
121	2-22-0254	LAVAGEM DO MOTOR NA QUIMICA S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	171,0000	171,00
122	2-22-0326	LAVAGEM DO MOTOR NA QUIMICA VAN MB SPRINTER 312 4 CILINDROS	UN	1,000	126,0000	126,00
123	2-22-0038	LAVAGEM MOTOR NA QUIMICA MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILIND	UN	1,000	182,0000	182,00
124	2-22-0050	LAVAGEM MOTOR NA QUIMICA PA MOTOR GRADER 4 CILINDROS CATERPI	UN	1,000	221,0000	221,00
125	2-22-0278	LAVAGEM MOTOR NA QUIMICA TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	126,0000	126,00
126	2-22-0110	LAVAGEM MOTOR QUIMICA PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	415,0000	415,00
127	2-22-0314	LAVAGEM MOTOR QUIMICA JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	148,0000	148,00
128	2-22-0182	LAVAGEM MOTOR QUIMICA MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILI	UN	1,000	141,0000	141,00
129	2-22-0170	LAVAGEM MOTOR QUIMICA MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CI	UN	1,000	180,0000	180,00
130	2-22-0158	LAVAGEM MOTOR QUIMICA MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILIND	UN	1,000	180,0000	180,00
131	2-22-0146	LAVAGEM MOTOR QUIMICA ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CI	UN	1,000	208,0000	208,00
132	2-22-0086	LAVAGEM MOTOR QUIMICA PATROL FG 140 FIATALLIS NEW H. 6 CILIN	UN	1,000	378,0000	378,00
133	2-22-0062	LAVAGEM MOTOR QUIMICA PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B 6	UN	1,000	415,0000	415,00
134	2-22-0098	LAVAGEM MOTOR QUIMICA PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERP	UN	1,000	434,0000	434,00
135	2-22-0074	LAVAGEM MOTOR QUIMICA PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILIND	UN	1,000	154,0000	154,00
136	2-22-0122	LAVAGEM MOTOR QUIMICA TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	141,0000	141,00
137	2-22-0302	LAVAGEM MOTOR QUIMICA TRATOR MASSEY FERG.283 PERQUINS P4000	UN	1,000	170,0000	170,00
138	2-22-0266	LAVAGEM MOTOR QUIMICA TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILIND	UN	1,000	170,0000	170,00
139	2-22-0124	MONTAGEM DE MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	1.591,0000	6.364,00
140	2-22-0184	MONTAGEM DE MOTOR ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	1,000	2.037,0000	2.037,00
141	2-22-0028	MONTAGEM DO MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILINDROS	UN	1,000	1.879,0000	1.879,00
142	2-22-0328	MONTAGEM DO MOTOR CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM SERIE 10	SRV	4,000	1.591,0000	6.364,00
143	2-22-0003	MONTAGEM DO MOTOR CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	3.575,0000	10.725,00
144	2-22-0220	MONTAGEM DO MOTOR GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	802,0000	802,00
145	2-22-0304	MONTAGEM DO MOTOR JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	1.713,0000	1.713,00
146	2-22-0208	MONTAGEM DO MOTOR KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	802,0000	802,00
147	2-22-0232	MONTAGEM DO MOTOR L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	1.752,0000	1.752,00
148	2-22-0244	MONTAGEM DO MOTOR S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	1.382,7000	1.382,70
149	2-22-0256	MONTAGEM DO MOTOR TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILINDROS	UN	1,000	1.770,0000	1.770,00

150	2-22-0268	MONTAGEM DO MOTOR TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	1.590,0000	1.590,00
151	2-22-0316	MONTAGEM DO MOTOR VAN MB SPRINTER 312 4 CILINDROS	UN	1,000	1.570,0000	1.570,00
152	2-22-0196	MONTAGEM MOTOR FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	4,000	800,0000	3.200,00
153	2-22-0016	MONTAGEM MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	3.445,0000	3.445,00
154	2-22-0280	MONTAGEM MOTOR L200 GLS MITSUBISH	UN	1,000	6.760,0000	6.760,00
155	2-22-0172	MONTAGEM MOTOR MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILINDROS	UN	1,000	1.700,0000	1.700,00
156	2-22-0160	MONTAGEM MOTOR MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CILINDROS	UN	1,000	1.945,0000	1.945,00
157	2-22-0148	MONTAGEM MOTOR MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILINDROS	UN	1,000	1.950,0000	1.950,00
158	2-22-0136	MONTAGEM MOTOR ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CIL	UN	1,000	2.085,0000	2.085,00
159	2-22-0040	MONTAGEM MOTOR PA CARREG. GRADER 4 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	2.285,0000	2.285,00
160	2-22-0100	MONTAGEM MOTOR PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	345,0000	345,00
161	2-22-0076	MONTAGEM MOTOR PATROL FG 140 FIATALLIS NEW HOLLAND 6 CILINDR	UN	1,000	3.550,0000	3.550,00
162	2-22-0052	MONTAGEM MOTOR PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B 6 CILIND	UN	1,000	3.475,0000	3.475,00
163	2-22-0088	MONTAGEM MOTOR PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	3.559,8900	3.559,89
164	2-22-0064	MONTAGEM MOTOR PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILINDROS	UN	1,000	1.730,0000	1.730,00
165	2-22-0112	MONTAGEM MOTOR TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	1.725,0000	1.725,00
166	2-22-0292	MONTAGEM MOTOR TRATOR MASSEY FERGUISON 283 PERQUINS P4000	UN	1,000	1.770,0000	1.770,00
167	2-22-0174	PLAINAGEM BLOCO MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILINDROS	UN	1,000	325,0000	325,00
168	2-22-0162	PLAINAGEM BLOCO MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CILINDRO	UN	2,000	380,0000	760,00
169	2-22-0150	PLAINAGEM BLOCO MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILINDROS	UN	1,000	380,0000	380,00
170	2-22-0138	PLAINAGEM BLOCO ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CILINDRO	UN	1,000	475,0000	475,00
171	2-22-0042	PLAINAGEM BLOCO PA CAR. MOTOR GRADER 4 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	480,0000	480,00
172	2-22-0102	PLAINAGEM BLOCO PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	925,0000	925,00
173	2-22-0078	PLAINAGEM BLOCO PATROL FG 140 FIATALLIS NEW HOLLAND 6 CILIND	UN	1,000	925,0000	925,00
174	2-22-0054	PLAINAGEM BLOCO PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B 6 CILIN	UN	1,000	925,0000	925,00
175	2-22-0090	PLAINAGEM BLOCO PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	1.070,0000	1.070,00
176	2-22-0066	PLAINAGEM BLOCO PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILINDROS	UN	1,000	380,0000	380,00
177	2-22-0114	PLAINAGEM BLOCO TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	295,0000	295,00
178	2-22-0318	PLAINAGEM BLOCO VAN MB SPRINTER 312 MOTOR MB 4 CILINDROS	UN	1,000	285,0000	285,00
179	2-22-0175	PLAINAGEM CABECOTE MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILINDR	UN	1,000	300,0000	300,00
180	2-22-0163	PLAINAGEM CABECOTE MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CILIN	UN	1,000	360,0000	360,00
181	2-22-0151	PLAINAGEM CABECOTE MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILINDROS	UN	1,000	340,0000	340,00
182	2-22-0139	PLAINAGEM CABECOTE ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CILIN	UN	1,000	410,0000	410,00
183	2-22-0103	PLAINAGEM CABECOTE PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	865,0000	865,00
184	2-22-0043	PLAINAGEM CABECOTE PA MOTOR GRADER 4 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	495,0000	495,00
185	2-22-0079	PLAINAGEM CABECOTE PATROL FG 140 FIATALLIS NEW HOLLAND 6 CIL	UN	1,000	870,0000	870,00
186	2-22-0055	PLAINAGEM CABECOTE PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B 6 CI	UN	1,000	870,0000	870,00
187	2-22-0091	PLAINAGEM CABECOTE PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERPILL	UN	1,000	900,0000	900,00
188	2-22-0067	PLAINAGEM CABECOTE PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILINDROS	UN	1,000	350,0000	350,00
189	2-22-0115	PLAINAGEM CABECOTE TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	275,0000	275,00
190	2-22-0295	PLAINAGEM CABECOTE TRATOR MASSEY FERG. 283 PERQUINS P4000	UN	1,000	300,0000	300,00
191	2-22-0259	PLAINAGEM CABECOTE TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILINDROS	UN	1,000	295,0000	295,00
192	2-22-0330	PLAINAGEM DO BLOCO DO MOTOR CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM SERIE	SRV	4,000	520,0000	2.080,00
193	2-22-0126	PLAINAGEM DO BLOCO DO MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	285,0000	1.140,00
194	2-22-0198	PLAINAGEM DO BLOCO FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	4,000	180,0000	720,00
195	2-22-0222	PLAINAGEM DO BLOCO GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	175,0000	175,00
196	2-22-0306	PLAINAGEM DO BLOCO JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	290,0000	290,00
197	2-22-0210	PLAINAGEM DO BLOCO KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	175,0000	175,00
198	2-22-0234	PLAINAGEM DO BLOCO L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	330,0000	330,00
199	2-22-0282	PLAINAGEM DO BLOCO L200 GLS MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	340,0000	340,00
200	2-22-0006	PLAINAGEM DO BLOCO MOTOR CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	925,0000	2.775,00
201	2-22-0018	PLAINAGEM DO BLOCO MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	795,0000	795,00
202	2-22-0030	PLAINAGEM DO BLOCO MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILINDROS	UN	1,000	360,0000	360,00
203	2-22-0186	PLAINAGEM DO BLOCO ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	1,000	390,0000	390,00
204	2-22-0246	PLAINAGEM DO BLOCO S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	240,0000	240,00
205	2-22-0294	PLAINAGEM DO BLOCO TRATOR MASSEY FERG. 283 PERQUINS P4000	UN	1,000	350,0000	350,00
206	2-22-0258	PLAINAGEM DO BLOCO TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILINDROS	UN	1,000	345,0000	345,00
207	2-22-0270	PLAINAGEM DO BLOCO TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	280,0000	280,00
208	2-22-0331	PLAINAGEM DO CABECOTE CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM SERIE 10	SRV	4,000	255,0000	1.020,00
209	2-22-0005	PLAINAGEM DO CABECOTE CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	860,0000	2.580,00
210	2-22-0127	PLAINAGEM DO CABECOTE DO MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	255,0000	1.020,00
211	2-22-0199	PLAINAGEM DO CABECOTE FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	4,000	170,0000	680,00
212	2-22-0223	PLAINAGEM DO CABECOTE GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	165,0000	165,00
213	2-22-0307	PLAINAGEM DO CABECOTE JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	280,0000	280,00
214	2-22-0211	PLAINAGEM DO CABECOTE KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	179,0000	179,00
215	2-22-0235	PLAINAGEM DO CABECOTE L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	335,0000	335,00
216	2-22-0283	PLAINAGEM DO CABECOTE L200 GLS MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	335,0000	335,00
217	2-22-0019	PLAINAGEM DO CABECOTE MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	745,0000	745,00
218	2-22-0031	PLAINAGEM DO CABECOTE MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILINDROS	UN	1,000	345,0000	345,00
219	2-22-0187	PLAINAGEM DO CABECOTE ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UM	1,000	380,0000	380,00
220	2-22-0247	PLAINAGEM DO CABECOTE S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	220,0000	220,00
221	2-22-0271	PLAINAGEM DO CABECOTE TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	250,0000	250,00
222	2-22-0319	PLAINAGEM DO CABECOTE VAN MB SPRINTER 312 4 CILINDROS	UN	1,000	275,0000	275,00
223	2-22-0193	RETIFICA CABECOTE COMPLETA ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	1,000	1.115,0000	1.115,00
224	2-22-0034	RETIFICA VIRABREQUIM MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILINDROS	UN	1,000	600,0000	600,00
225	2-22-0313	RETIFICA CABECOTE COMP JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	900,0000	900,00
226	2-22-0181	RETIFICA CABECOTE COMP MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CIL	UN	1,000	985,0000	985,00

227	2-22-0169	RETIFICA CABECOTE COMP MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 C	UN	1,000	1.278,0000	1.278,00
228	2-22-0157	RETIFICA CABECOTE COMP MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILIN	UN	1,000	1.235,0000	1.235,00
229	2-22-0145	RETIFICA CABECOTE COMP ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 C	UN	1,000	1.465,0000	1.465,00
230	2-22-0085	RETIFICA CABECOTE COMP PATROL FG 140 FIATALLIS NEW H. 6 CILI	UN	1,000	1.800,0000	1.800,00
231	2-22-0073	RETIFICA CABECOTE COMP PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILIN	UN	1,000	1.035,0000	1.035,00
232	2-22-0301	RETIFICA CABECOTE COMP TRATOR MASSEY FERG.283 PERQUINS P4000	UN	1,000	950,0000	950,00
233	2-22-0265	RETIFICA CABECOTE COMP TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILIN	UN	1,000	1.010,0000	1.010,00
234	2-22-0049	RETIFICA CABECOTE COMP. PA MOTOR GRADER 4 CILINDROS CATERPIL	UN	1,000	1.510,0000	1.510,00
235	2-22-0025	RETIFICA CABECOTE COMPLETA MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	1.800,0000	1.800,00
236	2-22-0037	RETIFICA CABECOTE COMPLETA MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILI	UN	1,000	1.080,0000	1.080,00
237	2-22-0277	RETIFICA CABECOTE COMPLETA TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	800,0000	800,00
238	2-22-0168	RETIFICA COMP AR MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CILINDR	UN	1,000	745,0000	745,00
239	2-22-0156	RETIFICA COMP AR MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILINDROS	UN	1,000	745,0000	745,00
240	2-22-0144	RETIFICA COMP AR ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CILINDR	UN	1,000	260,0000	260,00
241	2-22-0108	RETIFICA COMP AR PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	240,0000	240,00
242	2-22-0096	RETIFICA COMP AR PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	110,0000	110,00
243	2-22-0048	RETIFICA COMP. AR PA MOTOR GRADER 4 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	240,0000	240,00
244	2-22-0312	RETIFICA COMPRESSOR AR JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	135,0000	135,00
245	2-22-0036	RETIFICA COMPRESSOR AR MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILINDRO	UN	1,000	230,0000	230,00
246	2-22-0060	RETIFICA COMPRESSOR AR PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B	UN	1,000	100,0000	100,00
247	2-22-0120	RETIFICA COMPRESSOR AR TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	139,0000	139,00
248	2-22-0276	RETIFICA COMPRESSOR DE AR TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	245,0000	245,00
249	2-22-0337	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM SERI	SRV	4,000	535,0000	2.140,00
250	2-22-0012	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	1.910,0000	5.730,00
251	2-22-0205	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	4,000	470,0000	1.880,00
252	2-22-0229	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	425,0000	425,00
253	2-22-0217	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	425,0000	425,00
254	2-22-0241	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	1.235,0000	1.235,00
255	2-22-0289	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA L200 GLS MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	1.245,0000	1.245,00
256	2-22-0133	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	800,0000	3.200,00
257	2-22-0253	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	1.140,0000	1.140,00
258	2-22-0325	RETIFICA DO CABECOTE COMPLETA VAN MB SPRINTER312 4 CILINDROS	UN	1,000	3.635,0000	3.635,00
259	2-22-0011	RETIFICA DO COMPRESSOR AR CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	220,0000	660,00
260	2-22-0336	RETIFICA DO COMPRESSOR DE AR CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM SERIE	SRV	4,000	245,0000	980,00
261	2-22-0132	RETIFICA DO COMPRESSOR DE AR MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	245,0000	980,00
262	2-22-0024	RETIFICA DO COMPRESSOR DE AR MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	229,0000	229,00
263	2-22-0192	RETIFICA DO COMPRESSOR DE AR ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	1,000	230,0000	230,00
264	2-22-0252	RETIFICA DO COMPRESSOR DE AR S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	0,0000	0,00
265	2-22-0009	RETIFICA DO VIRABREQUIM CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	1.830,0000	5.490,00
266	2-22-0334	RETIFICA DO VIRABREQUIM DO MOTOR CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM	SRV	4,000	560,0000	2.240,00
267	2-22-0226	RETIFICA DO VIRABREQUIM GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	210,0000	210,00
268	2-22-0214	RETIFICA DO VIRABREQUIM KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	210,0000	210,00
269	2-22-0238	RETIFICA DO VIRABREQUIM L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	674,0000	674,00
270	2-22-0286	RETIFICA DO VIRABREQUIM L200 GLS MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	670,0000	670,00
271	2-22-0130	RETIFICA DO VIRABREQUIM MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	360,0000	1.440,00
272	2-22-0022	RETIFICA DO VIRABREQUIM MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	1.930,0000	1.930,00
273	2-22-0190	RETIFICA DO VIRABREQUIM ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	1,000	595,0000	595,00
274	2-22-0250	RETIFICA DO VIRABREQUIM S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	490,0000	490,00
275	2-22-0274	RETIFICA DO VIRABREQUIM TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	560,0000	560,00
276	2-22-0322	RETIFICA DO VIRABREQUIM VAN MB SPRINTER 312 4 CILINDROS	UN	1,000	555,0000	555,00
277	2-22-0001	RETIFICA MOTOR CUMINS SERIEC 6 CILINDROS CAMIN. FUSCAO 24220	UN	3,000	0,0000	0,00
278	2-22-0310	RETIFICA VIRABREQUIM JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	625,0000	625,00
279	2-22-0178	RETIFICA VIRABREQUIM MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILIN	UN	1,000	625,0000	625,00
280	2-22-0166	RETIFICA VIRABREQUIM MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CIL	UN	1,000	770,0000	770,00
281	2-22-0154	RETIFICA VIRABREQUIM MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILINDR	UN	1,000	770,0000	770,00
282	2-22-0142	RETIFICA VIRABREQUIM ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CIL	UN	1,000	900,0000	900,00
283	2-22-0106	RETIFICA VIRABREQUIM PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	1.980,0000	1.980,00
284	2-22-0046	RETIFICA VIRABREQUIM PA MOTOR GRADER 4 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	1.105,0000	1.105,00
285	2-22-0082	RETIFICA VIRABREQUIM PATROL FG 140 FIATALLIS NEW HOLLAND 6 C	UN	1,000	1.910,0000	1.910,00
286	2-22-0058	RETIFICA VIRABREQUIM PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B 6	UN	1,000	1.890,0000	1.890,00
287	2-22-0094	RETIFICA VIRABREQUIM PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERPI	UN	1,000	2.050,0000	2.050,00
288	2-22-0070	RETIFICA VIRABREQUIM PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILINDR	UN	1,000	695,0000	695,00
289	2-22-0118	RETIFICA VIRABREQUIM TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	620,0000	620,00
290	2-22-0298	RETIFICA VIRABREQUIM TRATOR MASSEY FERG. 283 PERQUINS P4000	UN	1,000	600,0000	600,00
291	2-22-0262	RETIFICA VIRABREQUIM TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILINDR	UN	1,000	600,0000	600,00
292	2-22-0020	USINAGEM DO MOTOR FORD CARGO 1419 FASE II	UN	1,000	3.370,0000	3.370,00
293	2-22-0032	USINAGEM DO MOTOR FORD SAPAO MWM 229 06 CILINDROS	UN	1,000	1.960,0000	1.960,00
294	2-22-0332	USINAGEM DO MOTOR CAMINHAO AGRALE MOTOR MWM SERIE 10	SRV	4,000	1.225,0000	4.900,00
295	2-22-0007	USINAGEM DO MOTOR CAMINHAO FUSCAO 24220	UN	3,000	3.250,0000	9.750,00
296	2-22-0200	USINAGEM DO MOTOR FIAT UNO MOTOR FIRE 1.0 FLEX	UN	4,000	830,0000	3.320,00
297	2-22-0224	USINAGEM DO MOTOR GOL MI 1.0 GASOLINA	UN	1,000	830,0000	830,00
298	2-22-0308	USINAGEM DO MOTOR JEEP TOYOTA 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	2.155,0000	2.155,00
299	2-22-0212	USINAGEM DO MOTOR KOMBI MOTOR POWER 1.4 FLEX	UN	1,000	830,0000	830,00
300	2-22-0236	USINAGEM DO MOTOR L 200 AUTDOOR MOTOR MITSUBISH	UN	1,000	2.410,0000	2.410,00
301	2-22-0284	USINAGEM DO MOTOR L200 GLS MITSUBISH	UN	1,000	2.410,0000	2.410,00
302	2-22-0128	USINAGEM DO MOTOR MWM SERIE 10	UN	4,000	1.225,0000	4.900,00
303	2-22-0188	USINAGEM DO MOTOR ONIBUS 1513 MB 366, 6 CILINDROS	UN	1,000	2.815,0000	2.815,00

304	2-22-0248	USINAGEM DO MOTOR S 10 FLEX MOTOR OHC 1.6	UN	1,000	830,0000	830,00
305	2-22-0296	USINAGEM DO MOTOR TRATOR MASSEY FERG. 283 PERQUINS P4000	UN	1,000	1.775,0000	1.775,00
306	2-22-0260	USINAGEM DO MOTOR TRATOR NEW HOLLAND 7630 GENIS 4 CILINDROS	UN	1,000	1.795,0000	1.795,00
307	2-22-0272	USINAGEM DO MOTOR TRATOR VALTRA MWM 229 4 CILINDROS	UN	1,000	1.225,0000	1.225,00
308	2-22-0320	USINAGEM DO MOTOR VAN MB SPRINTER 312 4 CILINDROS	UN	1,000	1.775,0000	1.775,00
309	2-22-0044	USINAGEM MOTOR PA GRADER 4 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	2.630,0000	2.630,00
310	2-22-0176	USINAGEM MOTOR MICRO IVECO CITY CLASS 16V 3.2, 4 CILINDROS	UN	1,000	2.440,0000	2.440,00
311	2-22-0164	USINAGEM MOTOR MICRO MB 812 MOTOR 364 ELETRONICO 4 CILINDROS	UN	1,000	1.980,0000	1.980,00
312	2-22-0152	USINAGEM MOTOR MICRO VOLARE V8 MWM SERIE 10, 4 CILINDROS	UN	2,000	1.225,0000	2.450,00
313	2-22-0140	USINAGEM MOTOR ONIBUS VOLKS 15190 MAN ELETRONICO 4 CILINDROS	UN	1,000	1.120,0000	1.120,00
314	2-22-0104	USINAGEM MOTOR PA FOTON FL 936F IMP. MOTOR CHINES	UN	1,000	4.350,0000	4.350,00
315	2-22-0080	USINAGEM MOTOR PATROL FG 140 FIATALLIS NEW HOLLAND 6 CILINDR	UN	1,000	4.380,0000	4.380,00
316	2-22-0056	USINAGEM MOTOR PATROL KOMATSU GD 555 CUMINS SERIE B 6 CILIND	UN	1,000	4.350,0000	4.350,00
317	2-22-0092	USINAGEM MOTOR PATROLA 120B GRADER 6 CILINDROS CATERPILLAR	UN	1,000	3.620,0000	3.620,00
318	2-22-0068	USINAGEM MOTOR PC 160 KOMATSU CUMINS SERIE B 4 CILINDROS	UN	1,000	3.120,0000	3.120,00
319	2-22-0116	USINAGEM MOTOR TOYOTA BAND 14B ARGENTINO 4 CILINDROS	UN	1,000	2.155,0000	2.155,00

Valor total do fornecedor R$ 364.385,60 (trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os caminhões, máquinas e peças nos quais deverá ser executado os serviços mecânicos e de retifica devem ser retirados e entregues na sede do município no endereço da Oficina mecânica da Secretaria de Infra Estrutura.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- SECRETARIA DE SAÚDE

001 ADMNISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO E ENCARGOS ATIV. DA SECRETARIA DE SAÚDE

3.3.90.39.000000-0149- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA-

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA-FETHAB

2095- ABERTURA REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ETSRADAS

339039.000000- 0409- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA-FETHAB

2096- CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES

339039.000000- 0409- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339039.000000- 0409- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

10. - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2044- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC DE SERV. URBANOS

339039.00000-0047 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

04. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002. - ADMINISTRAÇÃO RECURSOS PRÓPRIOS

2014- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO

339039.00000-0085 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

07. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DESENV. SOCIAL E TRABALHO

2035- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SEC. ASSISTENCIA SOCIAL

339039.00000-0278 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

09.- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

001-ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

2027- MAN. E ADM DA SEC. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMETO ECONOMICO

339039.00000-1000 – 0398-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 034/2015, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás-MT, 30 de junho de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

3C COMERCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA-ME

CNPJ n° 21.385.648/0001-01

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 034/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso torna público o resultado da sessão que se realizou Na data de **23/06/2015**, licitação na modalidade Pregão Presencial **034/2015**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS E RETIFICA PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL** COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

EMPRESA - 3C COMERCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA-ME, vencedora em todos os itens

VALOR GLOBAL - R$ 364.385,60 (trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANO
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO ARAGUAIANA 01 DE JULHO 2015

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: NARCISO CORRÊA LIMA

CARGO: PROFESSOR DE MATEMATICA

N° CTR: 1/2015

DATA EMISSÃO: 01/06/2015

DATA VENCIMENTO: 31/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2.545,50

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANO
LICENÇA PRÊMIO ARAGUAIANA - MT 01 DE JULHO DE 2015

LICENÇA PRÊMIO

Baseado na Subseção IX, Art. 101 da Lei Municipal n° 165/93, de 22 de outubro De 1.993, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

Autorizo: O (A) Servidor (a) **BENEDITO MARQUES MORAES,** Brasileiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Araguaiana – MT, lotado na secretária Municipal de Obras e Serviços Publicos, exercendo o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO,** a tirar Licença Prêmio, à que tem direito. Referente ao período de **14/02/2010 a 14/02/2015**, por 03 (três) meses, para serem gozados a partir do dia **01 de Julho de 2015 e termino em 29 de Setembro de 2015**.

Araguaiana, 01de Julho de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 017/2015

A Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT, Estado de Mato Grosso de personalidade Jurídica de Direito Publico, devidamente inscrita no CNPJ 03.239.035/0001-76, com endereço à Avenida Presidente Vargas, 643, Centro, neste ato representado pelo Senhor **Jose Marra Nery**, Prefeito Municipal, vem através do presente e nos termos do Artigo 31, § 3.º da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual e artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e artigo 148 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, "***COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE ÀS CONTAS MENSAIS DO MÊS DE MAIO DE 2015***", da Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT.

Araguaiana 30 de junho de 2015

Jose Marra Nery

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, cumpra-se

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANO
LICENÇA PRÊMIO ARAGUAIANA - MT 01 DE JULHO DE 2015

LICENÇA PRÊMIO

Baseado na Subseção IX, Art. 101 da Lei Municipal n° 165/93, de 22 de outubro De 1.993, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

Autorizo: O (A) Servidor (a) **SILVIA DUARTE ALVES,** Brasileiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Araguaiana – MT, lotado na secretária Municipal de Educação, exercendo o cargo de **CONTINUA,** a tirar Licença Prêmio, à que tem direito. Referente ao período de **07/02/2010 a 07/02/2015**, por 03 (três) meses, para serem gozados a partir do dia **01 de Julho de 2015 e termino em 29 de Setembro de 2015**.

Araguaiana, 01de Julho de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANO
LICENÇA PRÊMIO ARAGUAIANA - MT 01 DE JULHO DE 2015

LICENÇA PRÊMIO

Baseado na Subseção IX, Art. 101 da Lei Municipal n° 165/93, de 22 de outubro De 1.993, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

Autorizo: O (A) Servidor (a) **JOÃO JUNIOR ALVES DUARTE,** Brasileiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Araguaiana – MT, lotado na secretária Municipal de Saúde, exercendo o cargo de **AGENTE DE SAUDE,** a tirar Licença Prêmio, à que tem direito. Referente ao período de **01/05/2010 a 01/05/2015**, por 03 (três) meses, para serem gozados a partir do dia **01 de Julho de 2015 e termino em 29 de Setembro de 2015**.

Araguaiana, 01de Julho de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DECLARAÇÃO

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARAGUAIANA – CMDCA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 107/91 de 06.08.91, com base no Processo de Escolha em Data Unificada:

DECLARA que não houve impugnação a nenhum candidato inscrito no Processo de Escolha ao Cargo de Conselheiro Tutelar do município de Araguaiana – MT em cumprimento a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e das Leis Muncipais nº 107 de 06.08.1991 que "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente" e Lei Municipal nº 458 de 03/032008 e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Araguaiana, 24 de junho de 2015.

Zelita Simon Barbosa Silva

Presidente do Conselho Mun dos Direitos da Criança e do Adolescentes

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA N.º 213/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade ao servidor Sr. Geraldo David Ribeiro."

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Araguainha/MT – ARAGUAI-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, da Lei Municipal n.º 587 de 13 de Julho de 2009, que rege a previdência municipal, e Lei Municipal n.º 559 de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Araguainha/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade**, ao servidor Sr. **Geraldo David Ribeiro**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 634.474 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 079.479.331-20, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "1", Nível "X", lotado na Secretaria Municipal de Administração, **com proventos proporcionais**, conforme processo administrativo do ARAGUAI-PREVI, n.º 2013.02.00011P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 01 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Araguainha/MT, 01 de julho de 2015.

ARNALDO BARRETO Diretor Executivo do ARAGUAI-PREVI

Homologo:

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 08/2012

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor da Sra. Lecy Borges e Silva de Souza."

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Araguainha/MT – ARAGUAI-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6º, incisos I, II, III e IV DA Emenda Constitucional nº. 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, art. 12, inciso III, alínea "a" da Lei Municipal nº. 587 de 13 de Julho de 2009, que rege a previdência municipal e art. 225, inciso III, alínea "a" da Lei Municipal n.º 242/1991, de 16 de abril de 1991 que rege sobre Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Araguainha/MT.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por tempo de contribuição,** a servidora Sra. **Lecy Borges e Silva de Souza**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 312.636 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 201.773.131-53, efetiva no cargo de Professora, Classe "XV", Nível "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, **com proventos integrais**, conforme processo administrativo do ARAGUAI-PREVI, n.º 2013.04.00016P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 01 de maio de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Araguainha/MT, 01 de julho de 2015.

ARNALDO BARRETO Diretor Executivo do ARAGUAI-PREVI

Homologo:

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 211/2011

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade a servidora Sra Hilda David Ribeiro."

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Araguainha/MT – ARAGUAI-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 587, de 13 de julho de 2009, que rege a previdência municipal e Lei Municipal n.º 559 de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Araguainha/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade**, a servidora Sra. **Hilda David Ribeiro**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade

RG n.º 634417 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 006.695.901-26, estável no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe “1”, Nível “VIII”, lotada na Secretaria Municipal de Administração, **com proventos proporcionais**, conforme processo administrativo do ARAGUAI-PREVI, n.º 2013.02.00012P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 21 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Araguainha/MT, 01 de julho de 2015.

ARNALDO BARRETO Diretor Executivo do ARAGUAI-PREVI

Homologo:

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO Prefeita Municipal

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004

DIVULGA LISTA DE INSCRITOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS.

ASenhora **ALICE DANUSA FERNANDES LACERDA**, presidente da**Comissão Examinadora do Concurso Público,** nomeada pela Portaria nº 077/2015 de 16 de março de 2015, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital de Concurso Público nº 001/2015,torna público o que segue:

1. Divulga-se a Lista de **CANDIDATOS INSCRITOS DEFERIDOS**, conforme ANEXO I, deste Edital Complementar; 2. Divulga-se a Lista de **CANDIDATOS INSCRITOS INDEFERIDOS**, conforme ANEXOII, deste Edital Complementar.

Fica aberto o prazo de recurso exclusivamente para a divulgação da lista de inscritos deferidos e indeferidos, a partir das 07h do dia 21/05/2015 até as 17h do dia 22/05/2015, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital Complementar encontra-se a disposição nos locais previstos no item 1.3 do Edital de Concurso Público nº 001/2015.

Araguainha, 20de maio de 2015.

ALICE DANUSA FERNANDES LACERDA

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
Prefeitura de Araguainha
ARAGUAINHA/MT
LISTA DE INSCRITOS DEFERIDOS
ANEXO I

Cargo: 001 - Contador

Insc.	Nome	RG	Nascimento
00119	GERSON RIBEIRO MOURA NETO	4166230 DGPC/GO	28/05/1975
00013	HELLY BORGES DAVID	1187937 SSP/MT	13/12/1960
00023	MARCILVÂNEO FERREIRA NEGREIRO	10852700 SSP/MT	05/07/1977
00031	MORGANA FIGUEIREDO MENDONÇA	10829970 SSP/MT	13/07/1982
00009	ORLANDO DE SOUSA REIS	1.305.808 SSP/GO	05/07/1963
00056	RHAIMARA THAIS DA SILVA CARDOSO	5675097 SSP/MT	27/12/1991
00088	RUAMA RÚBIA DE LIMA PEREIRA	15931382 SSP/MT	23/02/1988
00125	SERGIO CARRIJO DA SILVA	10352520 SSP/MT	24/05/1978

Inscritos: 8 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 8.00

Cargo: 002 - Controlador Interno

Insc.	Nome	RG	Nascimento
00129	ALESSANDRO LINO DE ARAUJO	18695159 SSP/MT	10/03/1989
00101	ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA	16744110 SSP/MT	11/10/1985
00106	CIRO CARVALHO DE MELO	13110861 SSP/MT	08/12/1981
00095	CYNTHIA CRISTINA VIEIRA DE ABREU	10744517 SSP/MT	21/03/1976
00025	DIEGO PARANHOS CORREIA	18682812 SSP/MT	07/11/1992
00001	EDNEMILDE FERREIRA COSTA	08924767 SSP/MT	14/02/1974
00082	ELIZANGELA SILVESTRE SOUZA	23706872 SSP/MT	20/10/1978
00011	ELZI NAVES MARQUES	10317910 SSP/MT	02/04/1977
00004	GENILDO TAVARES DE FREITAS	10630961 SJ/MT	31/10/1975
00016	GLEIDSON MENDES MACHADO	18128270 SSP/MT	14/10/1987
00103	JOSIANE FRANCO	14162806 SSP/MT	30/04/1976
00094	JULIANI MATEUS DE OLIVEIRA COSTA	172909 PM/GO	06/09/1985
00006	JULIANO NAVES MARQUES	15692647 SSP/MT	27/12/1981
00007	LUBIA LAFAIETE ALVES DOS SANTOS	15108651 SSP/MT	03/09/1982
00067	MARIA LUIZA FERREIRA DA SILVA	18466389 SSP/MT	24/03/1988
00062	MARLUS MARTINS BARBOSA	13362585 SSP/MT	01/08/1985
00102	MAURO ELIAS ELIZARDO FELICIO	1595028 SSP/GO	25/01/1967
00113	MICHELLEN DE SOUZA SILVA	14790262 SSP/MT	18/04/1986
00096	RUAN CARLOS ALVES DE OLIVEIRA	20876050 SSP/MT	04/06/1989
00126	SILVIO SOUSA FIGUEIREDO	8768854 SSP/MT	27/05/1974
00038	SULENE GONÇALVES RAMOS	4149885 SSP/MT	26/02/1982
00078	THALES OLIVEIRA SILVA	20285043 SSP/MT	23/01/1991
00115	THIAGO MENEGON BELUCI	15646572 SSP/MT	13/05/1985
00003	WALACI MAIK CASTRO DE JESUS	22497854 SSP/MT	19/11/1993
00099	WILDMIR BORGES SOARES	20543484 SSP/MT	21/12/1989

Inscritos: 25 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 25.00

Cargo: 003 - Enfermeiro

Insc.	Nome	RG	Nascimento
00128	ADRIANA BATISTA LIMA	3916426 SSP/GO	09/10/1977
00100	ANDRESSA KARLA TEIXEIRA	17432928 SSP/MT	29/04/1990
00077	BRUNA SESSEL	24806870 SSP/MT	18/09/1993
00089	CHRISTHIANO VIEIRA BORGES	1658540-2 SSP/MT	20/09/1986
00055	CLEYTON SOUSA CASTRO	11823550 SSP/MT	20/02/1981
00111	DAYANA DANTAS DE OLIVEIRA	14173506 SSP/MT	02/09/1986
00127	EDERLINCON GOMES DE OLIVEIRA	16021789 SSP/MT	19/09/1984
00042	FABRICIA BORGES MORAES	4356424 DGPC/GO	20/04/1982
00034	FERNANDA REGINA MACEDO	19276753 SSP/MT	06/07/1991
00109	GUSTAVO RODRIGUES COSTA FREITAS	16464974 SSP/MT	21/07/1989
00075	JOELMA SOIANY MATEUS DE OLIVEIRA SANTOS	22199691 SSP/MT	21/06/1990

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015
Prefeitura de Araguainha
ARAGUAINHA/MT
LISTA DE INSCRITOS DEFERIDOS
ANEXO I

00052	JULIO CÉSAR ALMEIDA DA SILVA	16719247 SSP/MT	01/03/1987
00122	LENIO VIEIRA BORGES	19984308 SSP/MT	22/02/1991
00017	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	13594591 SSP/MT	14/12/1972
00065	LIDIANE SOUZA BERNARDES	5395382 SSP/GO	02/10/1991
00083	MARCILIA DE SOUSA FONSECA	221032 COREN/GO	03/09/1984
00033	MARIA RAIMUNDA DE SOUZA CRUZ TORRES	5147531 SSP/GO	14/09/1977
00131	MAYKELLY RODRIGUES BERIGO	2342351-0 SSP/MT	14/03/1992
00005	MAYSA RESENDE FREITAS	18893635 SSP/MT	26/04/1989
00070	MEIRI EVELINE CARVALHO WERNER	4549236 DGPC/GO	29/11/1988
00076	NAIANNE ALVES DE LIMA	20730578 SSP/MT	08/01/1990
00087	PATRÍCIA DE OLIVEIRA SOUZA TOSTA	22951059 SSP/MT	17/02/1992
00036	PAULO ROGERIO GONÇALVES PINTO	11109645 SJ/MT	02/03/1979
00118	PRISCILLA DE SOUZA SOBRINHA	16862651 SSP/MT	03/01/1989
00090	TAMIRES CARVALHO GOMES	18874215 SSP/MT	18/01/1990
00030	VILMA ALVES FRAGA	04372522 SSP/MT	09/06/1962

Inscritos: 26 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 26.00

Cargo: 004 - Fisioterapeuta

Insc.	Nome	RG	Nascimento
00086	FABIOLA DOMINGOS CHAVES	17597510 SSP/MT	23/05/1988
00104	LÍVIA REZENDE FARIAS	1355663 SSP/MT	29/07/1982
00018	LUCYANO BORGES RODRIGUES DAVID	4451872 SSP/GO	17/07/1981
00063	PAULA SALVIANA DE SOUSA NETA	20624735 SSP/MT	09/04/1989
00059	REGINA AUXILIADORA MOREIRA UREL	11109572 SSP/MT	24/05/1979
00024	ROGÉRIO SOUZA CANDIDO	4662423 DGPC/GO	24/10/1984
00114	SULENE PEREIRA BORGES	06299199 SSP/MT	04/01/1966

Inscritos: 7 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 7.00

Cargo: 006 - Psicólogo

Insc.	Nome	RG	Nascimento
00060	MARIA LUIZA PEREIRA	445509417 SSP/SP	10/06/1989
00032	SIBELY APARECIDA GOMES DA CRUZ	17768799 SSP/MT	23/10/1989
00054	WELKER FERREIRA SANTANA	19761236 SSP/MT	08/09/1991

Inscritos: 3 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 3.00

TOTAL DE INSCRITOS: 69 - TOTAL DE VAGAS: 6 - TOTAL DE VAGAS PNE: 0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 049-2015-PRE - REVOGANDO PORTARIA 21/2009

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 021-PREVIARA DE 01 DE ABRIL DE 2009.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO, DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIARA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ARAPUTANGA MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação das funções administrativas do Previara;

CONSIDERANDO, as atribuições e disposições do § 1º e 2º, art. 76, da Lei Municipal n. 636/2005.

RESOLVE:

Artigo 1º: **REVOGAR** na integra a PORTARIA Nº 021-PREVIARA 01 DE ABRIL DE 2009.

Artigo 2º: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sede do Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIARA, aos 02 dias de Julho de 2015.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO

Diretor Executivo do Previara

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
DECRETO ADICIONAL Nº 30 DE 17-06-15 - EXECUTIVO - (SUPLEMENTACAO E REDUCAO)

Dispõe sobre abertura de Credito Adicional no Orçamento do Previara - Fundo Municipal de Previdência Social de Araputanga MT, autorizado pela Lei Municipal nº 1.168 de 27 de Maio de 2015, em consonância com a Lei Municipal nº 1.147, de 17 de Dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 69 de 22, de Dezembro de 2014.

SIDNEY PIRES SALOMÉ, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

D E C R E T A

Artigo Primeiro: Fica aberto no Orçamento do Previara – Fundo Municipal de Previdência Social de Araputanga MT, Credito Adicional no valor de R$ 431.200,00 (Quatrocentos e Trinta e Um Mil e Duzentos Reais) para atender a seguinte Dotação:

PREVIARA – Fundo Municipal de Previdência Social

Órgão	Unidade	Função	Sub-Progra.	Program	Proj.Ativ.	Natur.da Desp.	Valor
11	001	09	272	1021	2098	319004	5.900,00
11	001	09	272	1021	2098	319011	62.300,00
11	001	09	272	1021	2100	319001	350.000,00
11	001	09	272	1021	2100	319003	13.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES							431.200,00

Artigo Segundo: Para dar cobertura ao Crédito aberto no Artigo anterior, fica anulada em igual importância a seguinte Dotação:

PREVIARA – Fundo Municipal de Previdência Social

Órgão	Unidade	Função	Sub-Progra	Program	Proj.Ativ.	Natur.da Desp.	Valor
11	001	99	999	1021	2103	9999.79	431.200,00
TOTAL DAS REDUÇÕES							431.200,00

Artigo Terceiro: Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Araputanga MT, 17 de Junho de 2015.

SIDNEY PIRES SALOMÉ Prefeito Municipal

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 050-2015-PRE - NOMEANDO MARIONY SOARES PARA CARGO DE TESOUREIRO DO PREVIARA

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE TESOUREIRA DO PREVIARA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO, DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIARA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ARAPUTANGA MT, NO USO DE SUA ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação das funções administrativas do Previara.

CONSIDERANDO, os termos do inciso VIII, do artigo 73 e artigo 76, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 636 de 03 de junho de 2005, que determina a movimentação das contas bancárias do Previara juntamente com outro servidor.

RESOLVE:

Artigo 1º: Nomear a Sra. MARIONY SOARES DE OLIVEIRA, servidora pública efetiva deste município, cedida ao Previara – Fundo Municipal de Previdência Social, para exercer o cargo de **TESOUREIRA** desta Autarquia.

Artigo 2º: A servidora ora nomeada nos termos desta Portaria receberá pela função atribuída gratificação de 47% (quarenta e sete por cento) sobre o vencimento base que percebe do município, nos termos do § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 636 de 03 de junho de 2005.

Artigo 3º: A servidora ora nomeada será responsável por todos os atos e fatos da tesouraria do Previara, devendo a mesma assinar toda movimentação financeira conjuntamente com o Diretor Executivo do Previara, bem como se responsabilizar por todo registro e arquivo concernente as atividades de tesouraria, prestando contas a todos os órgãos fiscalizadores, conselhos Curador e Fiscal e segurados do Previara.

Artigo 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sede do Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIARA, aos 02 dias de Julho de 2015.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO

Diretor Executivo do Previara

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 120/2014

Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato de Servidor Temporário, nº 120/2014, de acordo com a Lei Municipal n.º 699/2006 de 18/10/2006.

A Prefeitura Municipal de Araputanga, com sede à Rua Antenor Mamedes, 911, inscrita no CGC-MT sob o n.º 15.023.914.0001-45, neste ato representado pelo seu agente político e prefeito municipal **SIDNEY PIRES SALOMÉ**, residente e domiciliado a Rua Limiro Rosa Pereira, 1121, centro neste Município de Araputanga - MT, portador da cédula de identidade de n.º 413622 expedida pela SSP/MT e CPF/MF n.º 378.584.241-49, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a Srª. **SILVANA BARROS ARAÚJO,** portadora da cédula de identidade N.º

721957 SSP/MT, CPF N.º 531.724.261-49, residente e domiciliada a Rua Sebastião Fernandes de Oliveira, s/nº, São Francisco, neste Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato Temporário nº 120/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula Segunda (Do Prazo) do Contrato nº 120/2014 prorrogando-se o termo final de vigência para 30 de Dezembro de 2015, conforme faculta a legislação vigente.

Cláusula Segunda – Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 120/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus efeitos jurídicos e legais, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Araputanga - MT, 30 de junho de 2015.

CONTRATANTE: Sidney Pires Salomé

Prefeito Municipal

CONTRATADO: Silvana Barros Araújo

Técnico em Enfermagem

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 97/2014

Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato de Servidor Temporário, nº 97/2014, de acordo com a Lei Municipal n.º 699/2006 de 18/10/2006.

A Prefeitura Municipal de Araputanga, com sede à Rua Antenor Mamedes, 911, inscrita no CGC-MT sob o n.º 15.023.914.0001-45, neste ato representado pelo seu agente político e prefeito municipal **SIDNEY PIRES SALOMÉ**, residente e domiciliado a Rua Limiro Rosa Pereira, 1121, centro neste Município de Araputanga - MT, portador da cédula de identidade de n.º 413622 expedida pela SSP/MT e CPF/MF n.º 378.584.241-49, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado o Srº. **JOÃO PAULO SANDRINI,** portador da cédula de identidade N.º **322828569 SSP/SP,** CPF N.º **219.021.598-61,** residente e domiciliado a Rua Osvaldo Cruz, nº 290, Jardim Primavera, neste Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO,** ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Temporário nº 97/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula Segunda (Do Prazo) do Contrato nº 97/2014 prorrogando-se o termo final de vigência para 30 de Dezembro de 2015, conforme faculta a legislação vigente.

Cláusula Segunda – Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 97/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus efeitos jurídicos e legais, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Araputanga - MT, 30 de junho de 2015.

CONTRATANTE: Sidney Pires Salomé

Prefeito Municipal

CONTRATADO: João Paulo Sandrini

Técnico em Radiologia

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 96/2014

Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato de Servidor Temporário, nº 96/2014, de acordo com a Lei Municipal n.º 699/2006 de 18/10/2006.

A Prefeitura Municipal de Araputanga, com sede à Rua Antenor Mamedes, 911, inscrita no CGC-MT sob o n.º 15.023.914.0001-45, neste ato representado pelo seu agente político e prefeito municipal **SIDNEY PIRES SALOMÉ**, residente e domiciliado a Rua Limiro Rosa Pereira, 1121, centro neste Município de Araputanga - MT, portador da cédula de identidade de n.º 413622 expedida pela SSP/MT e CPF/MF n.º 378.584.241-49, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a Srª. **ELCIONE PERES GREGÓRIO**, portadora da cédula de identidade N.º 10691260 SSP/MT, CPF N.º 920.325.911-20, residente e domiciliada a Rua Maria Rosa de Lana, s/nº, Cidade Alta I, neste Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato Temporário nº 96/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula Segunda (Do Prazo) do Contrato nº 96/2014 prorrogando-se o termo final de vigência para 30 de Dezembro de 2015,conforme faculta a legislação vigente.

Cláusula Segunda – Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 96/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus efeitos jurídicos e legais, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Araputanga - MT, 30 de junho de 2015.

CONTRATANTE: Sidney Pires Salomé

Prefeito Municipal

CONTRATADO: Elcione Peres Gregório

Técnico em Enfermagem

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 95/2014

Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato de Servidor Temporário, nº 95/2014, de acordo com a Lei Municipal n.º 699/2006 de 18/10/2006.

A Prefeitura Municipal de Araputanga, com sede à Rua Antenor Mamedes, 911, inscrita no CGC-MT sob o n.º 15.023.914.0001-45, neste ato representado pelo seu agente político e prefeito municipal **SIDNEY PIRES SALOMÉ**, residente e domiciliado a Rua Limiro Rosa Pereira, 1121, centro neste Município de Araputanga - MT, portador da cédula de identidade de n.º 413622 expedida pela SSP/MT e CPF/MF n.º 378.584.241-49, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a Srª. **ELAINE CRISTINA NOVAES**, portadora da cédula de identidade N.º 17491355 SSP/MT, CPF N.º 001.475.231-09, residente e domiciliada a Rua Maranhão, nº 145, Jardim Vilage, neste Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato Temporário nº 95/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula Segunda (Do Prazo) do Contrato nº 95/2014 prorrogando-se o termo final de vigência para 30 de Dezembro de 2015,conforme faculta a legislação vigente.

Cláusula Segunda – Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 95/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus efeitos jurídicos e legais, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Araputanga - MT, 30 de junho de 2015.

CONTRATANTE: Sidney Pires Salomé

Prefeito Municipal

CONTRATADO: Elaine Cristina Novaes

Técnico em Enfermagem

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
RESULTADO FINAL CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 01-2014

CÂMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS/MTCAMARA MUNCIPAL DE ARENAPOLIS/MT (EDITAL Nº 001/2014)ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

CONTABILISTA											
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE	Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000095	GILSON PORTELA OLIVEIRA	13/09/1979	16.00	6.00	8.00	57.00	87.00	0.00	87	1º	Aprovado
000107	SUENí DE PAULA TAVARES FINOTTI	09/02/1976	10.00	4.00	8.00	57.00	79.00	5	84	2º	Classificado
000101	JOSE GUSTAVO DOS SANTOS	24/09/1988	6.00	8.00	8.00	48.00	70.00	0.00	70	3º	Classificado
000132	JOSE CARLOS NEVES	14/08/1965	10.00	6.00	8.00	45.00	69.00	0.00	69	4º	Classificado
000129	SANDRA FRANCISCA DE OLIVEIRA	20/03/1975	8.00	2.00	8.00	48.00	66.00	0.00	66	5º	Classificado
000105	REGINALDO JOSE PIRES	31/03/1976	6.00	6.00	6.00	42.00	60.00	0.00	60	6º	Classificado
000111	ORISMAR DOS SANTOS ANDRADE	03/04/1983	10.00	4.00	4.00	30.00	48.00	0.00	48	-	Reprovado
000099	ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA	14/01/1978	2.00	8.00	4.00	33.00	47.00	0.00	47	-	Reprovado
000110	ACENIL DE SOUZA DELFINO	01/01/1982	10.00	6.00	6.00	21.00	43.00	0.00	43	-	Reprovado
000121	MARCO AURELIO ALVES DE SA	26/06/1985	2.00	4.00	4.00	24.00	34.00	0.00	34	-	Reprovado
000096	JEFERSON NOQUEIRA SOUTO	11/01/1990	6.00	2.00	6.00	18.00	32.00	0.00	32	-	Reprovado
000093	NAILTON PAES RIBEIRO	15/06/1976	-				0.00	0.00	0	-	Ausente
000092	WILCEMARA SOARES DA SILVA	05/02/1978	-				0.00	0.00	0	-	Ausente
000112	FERNANDO BRANDãO DE SOUZA	02/03/1982	-				0.00	0.00	0	-	Ausente
000100	JENICELIA MARIA DA CRUZ	03/03/1984	-				0.00	0.00	0	-	Ausente
000090	MAYCON SILVA ARRUDA	31/12/1985	-				0.00	0.00	0	-	Ausente
000098	CÍCERO BARBOZA DA SILVA JUNIOR	02/04/1987	-				0.00	0.00	0	-	Ausente
000114	WILLIAN MENDES DOS SANTOS	03/08/1988	-				0.00	0.00	0	-	Ausente
000094	MAIKNELSON CAMPOS NUNES	17/06/1991	-				0.00	0.00	0	-	Ausente
000097	CLODIVALDO DE SANTANA	26/01/7987	-				0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 038/2015, levado a efeito às **08h00min** do dia **30/06/2015**, sagrou-se vencedora a empresa: **FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA-ME - CNPJ: 20.936.958/0001-04.** Maiores informações pelo telefone (0xx66) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 01 de Julho de 2015.

Ana Cristina da Silva Cappellesso

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.565/2015, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças e acessórios genuínas e originais de primeira linha para veículos leves, médio, ônibus, microônibus, caminhões e máquinas pesadas, para atender as Secretarias Municipais solicitantes deste município**. Início da Sessão: **Dia 20/07/2015, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 01 de Julho de 2015.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2014 - DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES - MG

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público a adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2014 originaria do PREGÃO PRESENCIAL Nº095/2014 – do município de GOVERNADOR VALADARES - MG, para AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA 05 LUGARES, PARA PREMIAÇÃO DO FESTIVAL DE PESCA 2015, conforme item 01, e as condições constantes do respectivo Edital/Ata e seus anexos, com valor de R$38.890,00(Trinta e oito mil e oitocentos e noventa reais) CONTRATADO: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA , inscrita no CNPJ 59.104.422/0024-46. Barra do Bugres/MT, 25 de junho de 2015.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE CANDIDATOS DESISTENTES OU NÃO COMPARECIDOS Nº 005/2015

O Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento da Legislação em vigor, torna público para conhecimento dos interessados, o nome dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos, que renunciaram ou não compareceram para tomar posse nos cargos para os quais foram aprovados, a saber:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NOME	CARGO
EDIMAR DIAS DA SILVA	Vigia

Barra do Garças/MT, 27 de maio de 2015.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 026/2014/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que ***fica CANCELADO*** o Pregão Presencial (SRP) n.º 026/2015. Objeto: **AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE RELÓGIO PONTO PARA ATENDER a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. Demais informações no Setor de Licitação, Bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402. 2000 – Ramal – 2045. Antonio da Silva Neto (Pregoeiro Oficial) e Equipe de Apoio, 29/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062/2014.

Adjudicado: ELI DE OLIVEIRA RANDOW 00805280154.

CNPJ: 19.198.080.0001-60.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a CLÁUSULA OITAVA, da validade do contrato e, CLÁUSULA NONA, dos recursos orçamentários, do contrato original firmado em 26 de junho de 2014, que passa vigorar com a redação de prorrogação de vigência, de dotação e valor.

Dotação: 02.010.04.122.1040.2004.3.3.90.39. Red. 0019.

03.010.04.122.1042.2007.3.3.90.39. Red. 0040.

05.010.04.123.1043.2016.3.3.90.39. Red. 0063.

06.020.12.361.1120.2030.3.3.90.39. Red. 0208.

07.010.10.301.1100.2038.3.3.90.39. Red. 0078.

07.010.10.302.1100.2044.3.3.90.39. Red. 0121

08.010.08.244.1080.2051.3.3.90.39. Red. 0256.

08.010.08.243.1080.2054.3.3.90.39. Red. 0285.

10.010.26.782.1260.2058.3.3.90.39. Red. 0317.

11.010.20.605.1200.2062.3.3.90.39. Red. 0358.

Vigência: 26/06/2015 a 26/06/2016.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Eli de Oliveira Randow – por parte da CONTRADA.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAPINAPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação Específica, e

Considerando as deliberações da Comissão Especial para condução do Processo de Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares – Biênio 2016/2020;

Considerando o disposto no item 04 do anexo I - Edital de Abertura do Processo de Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares;

Considerando que o período de inscrições para Processo de Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares se encerrou em 30/06/2015;

RESOLVE:

I. Tornar Público a **relação preliminar** de inscritos no Processo de Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares – Biênio 2016/2020.

Quadro 1. Relação dos inscritos

Ord.	Nome do Candidato	Situação da Inscrição
01	DANIELE SOUSA DE PAULA	Deferida
02	ELDA CRISTINA DE JESUS SANTOS	Deferida
03	FABIANA KERLES DA SILVA	Deferida
04	HÉLIO RODRIGUES DE FARIAS	Deferida
05	KARINE MOREIRA DA SILVA	Deferida
06	LHAYANE DA COSTA ROSA	Deferida
07	NELCI BRUNO AMARAL COSTA	Deferida
08	SILVANA LAURINDO DA SILVA	Deferida
09	SONIA RODRIGUES BORGES DE SOUZA	Deferida
10	VALDEMIR RODRIGUES DA SILVA	Deferida
11	VALDIRENE ALVES DA FONSECA	Deferida
12	VANUZIA PEREIRA DE MORAIS	Deferida

II. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

III. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

IV. Campinápolis-MT, 01 de julho de 2015

ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA

Presidente do CMDCA

GABINETE DO PREFEITO
CONVITE

CONVITE

A Comissão instituída para a realização de Audiências Públicas e discussão das Peças Orçamentárias do Poder Público Municipal, **CONVIDA** toda a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para a discussão do Pré – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016. O evento será realizado no dia 02/07/2015, quinta – feira, às 19:00h, no Plenário das Deliberações da Câmara Municipal. Participe!! Sua presença é muito importante. Renato Régio Gonçalves dos Santos. Presidente da Comissão.

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 03/2015

RESOLUÇÃO 03/2015

Altera o dispositivo legal que menciona e da outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 104 de 07 de Novembro de 1990 e alterações pela Lei Municipal nº. 181 de 24 de março de 1993 e a Lei Municipal nº 1.035 de 26 de junho de 2013, e

CONSIDERANDO o pedido de renúncia de integrante da Comissão nomeada por meio da Resolução nº02/2015.

CONSIDERANDO que nas eleições para Conselheiro Tutelar não serão utilizadas Urnas Eletrônicas;

RESOLVE

Art. 1º. O Art. 1º da Resolução nº 02/2015, passa a viger com a seguinte redação:

Ord.	Nome	Representação	Função
01	Nacymar de Jesus Caldas	Não Governamental	Presidente
02	Rosely Campos de Oliveira Moura	Não Governamental	Vice Presidente
03	Maria de Fátima de Oliveira Souza	Não Governamental	Secretária
04	Fernanda Vieira de Souza Maia	Governamental	Membro
05	Nêide Piaba Bento	Governamental	Membro
06	Vera Lúcia dos Santos	Governamental	Membro
07	Marilene Correa Borges	Não Governamental	Membro
08	Jeanny gomes Caixeta	Não Governamental	Membro

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campinápolis-MT, 20 de maio de 2015.

ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA

Presidente do CMDCA

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 04/2015

RESOLUÇÃO 04/2015

Altera o dispositivo legal que menciona e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 104 de 07 de Novembro de 1990 e alterações pela Lei Municipal nº. 181 de 24 de março de 1993 e a Lei Municipal nº 1.035 de 26 de junho de 2013, e

CONSIDERANDO as orientação emanadas da Secretaria dos Direitos Humanos.

RESOLVE

Art. 1º. O Art. 1º da Resolução nº 01/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Ord.	*Nome*	*Representação*	*Função*
01	Nacymar de Jesus Caldas	Não Governamental	Presidente
02	Rosely Campos de Oliveira Moura	Não Governamental	Vice Presidente
03	Nêide Piaba Bento	Governamental	Secretária
04	Fernanda Vieira de Souza Maia	Governamental	Membro

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Campinápolis-MT, 30 de junho de 2015.

ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA

Presidente do CMDCA

GABINETE DO PREFEITO
ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02/2015

ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Municipal nº 104/90;181/93;380/98 e 399/98 suas alterações na Lei nº1.035/2013, e de acordo com a Lei Federal nº 8.069 (ECA) torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2016/2019, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 01/2015**, do CMDCA local, que dispõe sobre a criação da Comissão Especial e Eleitoral do Processo de escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Campinápolis – MT, quadriênio 2016/2019, **retifica o Edital nº 01/2015 - Abertura de Abertura,** vejamos:

1.A letra "a" do Item 12.10, do Edital nº 01/2015 – Edital de Abertura - passará a viger com a seguinte redação:

12.10.....

a) cuja cédula contenha mais de 05 (um) candidatos assinalados;

2. Permanecem inalterados os demais itens do Edital de Abertura.

Sala de Reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Campinápolis-MT, 30 de junho de 2015.

ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA

Presidente do CMDCA

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2015

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, com fulcro na Lei Municipal nº 1.116/2015 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.494/2015:

RESOLVE

1.0 Publicizar a relação de Candidatos Inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, conforme quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Relação dos Candidatos Inscritos no PSS nº 002/2015.

Ord.	NOME DO CANDIDATO	Nº RG	Nº INSCRIÇÃO	DATA NASCIMENTO
01	NEILTON FERREIRA DOS SANTOS	5035487	001	19/10/1968
02	VALTEIR SOUZA PEREIRA	93873	002	24/12/1981
03	DANILO FREITAS VIEIRA	233583207	003	04/02/1986

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

3. Revogadas as disposições em contrário.

Campinápolis-MT, 01/07/2015.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO *0*78/2015, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para locação de caminhões pipa (truck) com capacidade mínima de 15.000 litros de água, teve como vencedora a empresa: ROGERIO FERREIRA DA SILVA - ME com o valor total de R$ 492.000,00 (quatrocentos e noventa e dois mil reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 01 de julho de 2015.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO *0*80/2015, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição material de jazida (cascalho) para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura com a pavimentação asfáltica de ruas e avenidas não pavimentadas do município, teve como vencedoras as empresas: JOÃO PATRICIO DO CARMO com o valor total de R$ 795.000,00 (setecentos e noventa e cinco mil reais), PIAZZA & PIAZZA LTDA com o valor total de R$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 01 de julho de 2015.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO *0*81/2015, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para atender as Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME com o valor total de com o valor total de R$ 430.775,00 (quatrocentos e trinta mil, setecentos e setenta e cinco reais), 3M COM. MATERIAIS ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS com o valor total de R$ 350.847,00 (trezentos e cinquenta mil, oitocentos e quarenta e sete reais), MOREIRA E CIA LTDA com o valor total de R$ 327.096,20 (trezentos e vinte e sete mil e noventa e seis reais e vinte centavos), E. P. COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA com o valor total de R$ 233.946,22 (duzentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), RA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME com o valor total de R$ 224.047,50 (duzentos e vinte e quatro mil e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

Campo Novo do Parecis-MT, 01 de julho de 2015.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 001 ao Contrato *de* Prestação de Serviço nº 008/2014

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X GEXTEC – Gestão em Tecnologia Ltda - EPP

Objeto: alterar a Cláusula Segunda – Da Vigência, Cláusula Terceira – Do Valor e Da Forma De Pagamento, do Contrato.

Data: 24/03/2015

Procedimento Licitatório:Pregão Presencial n° 025/2014

Secretaria: Finanças

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO ANEXOS LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 1º BIMESTRE DE 2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36 neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor *MAURO VALTER BERFT*, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG nº 70.096.931-15 SSP/RS e CPF Nº 308.107.010-49, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, conforme dispõe no art. 52 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - LRF torna publico que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO relativo ao 1º Bimestre de 2015 estão afixados no mural do saguão do Paço Municipal, Câmara Municipal e no site www.camponovodoparecis.mt.gov.br, Contas Públicas e Portal Transparência.

Campo Novo do Parecis/MT, 30 de Março de 2015.

EMERSON DE LIMA MIRANDA

Contador

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 014/2015

Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Conveniado: DIOCESE DE PRIMAVERA DO LESTE-PARANATINGA

Objeto: O presente termo tem como objeto a celebração de um Convênio, para Repasse de Recursos Financeiros destinados à execução do **"Projeto Convivência Positiva"**, que irá propiciar o acompanhamento de jovens em situação de risco social;

Vigência: 29 de fevereiro de 2016;

Assinatura: 01 de junho de 2015;

Valor: R$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTERESOLUÇÃO Nº 25/2015 DE 30 DE JUNHO 2015

RESOLUÇÃO Nº 25/2015 DE 30 DE JUNHO 2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 2.076/2015 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião extraordinária do dia 30 de Junho de 2015;

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 2076 de 23 de Abril de 2015- que dispõe sobre a Comissão do Processo Eleitoral no Art. 49º; Resolução do Conanda nº 170 de 10 de Dezembro de 2014; Edital do Processo de Eleição Unificado para Membros do Conselho Tutelar nº 001/2015; Deliberação da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 30 de Junho 2015 na Ata nº 29/2015.

RESOLVE:

Art. 1° – Divulgar os locais da Capacitação da Prova de Conhecimento Especifico e a relação dos Candidatos inscritos Habilitados para as próximas Etapas conforme abaixo:

	NOME	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO
01	ALCEDIR DA LUZ MORAES	009	HABILITADO
02	ANDRÉIA ALVES ROCHA	013	HABILITADO
03	BERNADETE LEITE SANTAREM	014	HABILITADO
04	BRUNA ROBERTA MACHADO PEREIRA DE OLIVEIRA	034	HABILITADO
05	CASTORINA VANJURA DO NASCIMENTO	003	HABILITADO
06	CELY APARECIDA DA COSTA	040	HABILITADO
07	CHRISKELLYN KLEGIN RODRIGUES	028	HABILITADO
08	CLAUDINEY DE ALMEIDA NASCIMENTO	036	HABILITADO

09	DANIELA DA ROCHA ARIERI	037	HABILITADO
10	DENILCE DE OLIVEIRA SILVA	020	HABILITADO
11	DENILZA FRANCISCA ROSA	015	HABILITADO
12	DENIVAL FRANCISCO DE PAULA	002	HABILITADO
13	DENIZE ÁVILA DOS SANTOS	033	HABILITADO
14	DOMICIO JOSÉ DOS SANTOS	001	HABILITADO
15	EDILIETE WELTER	031	HABILITADO
16	EDNA BARBOSA RAMOS	039	HABILITADO
17	EDNA NONATO SANTANA	007	HABILITADO
18	ELIANE ALVES CORREIA	035	HABILITADO
19	ELIANE BORGES DOS REIS	018	HABILITADO
20	FERNANDA BORGES PASSARI	030	HABILITADO
21	GLÁUCIA MUNHOZ MALOSPIRITO	005	HABILITADO
22	JANELISE MARIA FIN	019	HABILITADO
23	JAQUELINE DIACOV CAMILO	038	HABILITADO
24	JHONE MARTINS QUEIROZ	008	HABILITADO
25	KÁCIA APARECIDA COIMBRA DE SOUZA	025	HABILITADO
26	LOURIVAL CANDIDO FERREIRA	004	HABILITADO
27	LUCIRENE LIMA DE OLIVEIRA	027	HABILITADO
28	MARIA MINERVINA DOS SANTOS DE SOUZA	022	HABILITADO
29	MICHELY DOS REIS BATISTA	042	HABILITADO
30	PAULA APARECIDA PEREIRA CAVALCANTE	032	HABILITADO
31	POLYANE CONCEIÇÃO OLIVEIRA	016	HABILITADO
32	RENATA VIEIRA PEREIRA BORGES	029	HABILITADO
33	RUTH ARCENDINO LINO VIERIA LIMA	011	HABILITADO
34	SANDRA MARIA VITORINO DO NASCIMENTO	026	HABILITADO
35	SUELEN REGINA DA SILVA LUZ	021	HABILITADO
36	TELMA CRUZ DE FIGUEIREDO DA SILVA	006	HABILITADO
37	VALQUIRIA PEREIRA SOUZA	023	HABILITADO

Art. 2º - Dos locais e datas de realizaçãoda Capacitação e Aplicação da Prova de Conhecimento Específico:

CURSO PRÉVIO DE CAPACITAÇÃO:

Data: 10/07/2015

Local: Plenarinho da Câmara Municipal

Praça dos Três Poderes, Campo Real II – Campo Verde –MT

Horário: Inicio as 19:00hs, término previsto para as 21:00hs.

PROVA DE CONHECIMENTO ESPECIFICO:

Data: 12/07/2015

Local: Escola Dona Sabina Lazarin Pratti

Av. São Paulo nº 730 – Centro – Campo Verde – MT

Horário: 07h30minhs – 3(três) horas de duração.

O candidato deverá comparecer 30 (trinta) minutos antes do horário marcado no local determinado para a realização da capacitação e da prova munido de documento de identificação e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 30 de Junho de 2015.

Izabel Cristina Gutierrez

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e

Comissão Especial do Processo de Eleição Conselho Tutelar

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.101, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DENOMINA A DIRETRIZ 03, DO LOTEAMENTO GREENVILLE, DE AVENIDA EUGÊNIO PRATI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica oficializada a denominação de “AVENIDA EUGÊNIO PRATI”, a Diretriz 03, do Loteamento Greenville, nesta cidade;

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da publicação dela, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTERESOLUÇÃO Nº 26/2015 DE 30 DE JUNHO 2015

RESOLUÇÃO Nº 26/2015 DE 30 DE JUNHO 2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 2076//2015 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião extraordinária do dia 30 de Junho de 2015;

CONSIDERANDO:

– O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;

– Lei Municipal 2.076 de 23 de Abril de 20156ril- que dispõe sobre o FMDCA, e outros;

- Resolução do Conanda nº 137 de 21 de Janeiro de 2010.

- Deliberação da Reunião extraordinária deste Conselho, realizada em 30 de Junho 2015 na Ata nº 0029/2015.

RESOLVE:

Art. 1° – Aprovar a Prestação de Contas do Convênio nº 012/2015 da parcela nº 01 do **PROJETO DE ATIVIDADE FISÍCA/PSICOLOGICA - UMA MISSÃO APAIXONANTE,** apresentado pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Verde – MT.

Art. 2° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 30 de Junho de 2015.

Izabel Cristina Gutierrez

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 076, DE 01 DE JULHO DE 2015.

DESIGNA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS DE JÚLIO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica desginada a VI Conferência Municipal de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, a realizar-se no dia 6 de agosto do exercício em curso, no período das 07h00min as 11h30min e das 13h00min as 17h00min,no Plenário da Câmara Municipal, com o tema "Consolidar o SUAS-Sistema Único de Assistência Social de vez rumo a 2026".

§ 1ºA Conferência será presidida pelo presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e na ausência ou impedimento eventual pelo Coordenador Geral e/ou Secretário Municipal

de Assistência Social.

§2º O presidente do Conselho Municipal de Assistência Social expedirá o Regimento Interno da VI Conferência da Assistência Social a ser elaborado por comissão constituída e designada para esse fim.

Art.. 2º As despesas com a realização da VI Conferência Municipal de Assistência Social de Campos de Júlio – MT correrão por conta de recursos orçamentários consignados à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio-MT, 01 de julho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 075, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais prevista no artigo 148 da Lei Orgânica Municipal (LOM) e;

CONSIDERANDOo disposto no artigo 51, *caput* c/c o artigo 9º,§ §3º e 4º da Lei 8666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDOa vedação imposta no § 4º do artigo 51 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão de Licitação do Poder Executivo, para, sob a presidência do primeiro, desempenhar as atribuições constantes da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, ficando assim composta:

I-ERIC RODRIGO PETTENAN, matriculado sob nº. 1370; como presidente;

II- **MICHELLE CRISTINE DE ALMEIDA SILVA,** matriculada sob nº. 722;

III- JONATAS SAMPAIO DE LARA OLIVEIRA, matriculado sob nº. 1320;

IV-ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES, matriculada sob nº. 1334.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do presidente designada no *caput* a respectiva função será exercida automaticamente pela servidora **Michelle Cristine de Almeida Silva.**

Art. 2º A investidura dos membros ora designados, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e às licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, não excederá a um ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, em observância ao disposto no § 4º do artigo 51da Lei 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições contidas no Decreto nº 006, de 01 de janeiro de 2015.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 29 de junho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 074, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE APOIO AOS PREGOEIROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais prevista no artigo 148 da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor **ERIC RODRIGO PETTENAN**, matriculado sob nº. 1370 para compor a equipe de apoio do pregoeiro, em substituição à servidora Rosimeire Conceição Fávero.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto Municipal nº. 003, de 01 de janeiro de 2015.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 29 de junho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 073, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA A DESIGNAÇÃO DE PREGOEIROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais prevista no artigo 148 da Lei Orgânica Municipal (LOM) e;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor ERIC RODRIGO PETTENAN,matriculado sob nº. 1370, como pregoeiro/coordenador, em substituição a servidora Rosimeire Conceição Fávero, para juntamente com a servidora **MICHELLE CRISTINE DE ALMEIDA SILVA,** matriculada sob nº. 722, desempenhar as seguintes atribuições:

I- Condução dos procedimentos relativos ao pregão presencial ou na forma eletrônico, auxiliados pela equipe de apoio;

II- credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de proposta e os demais atos inerentes ao certame;

III- recebimento das declarações dos licitantes do pleno e verificação do pleno atendimento dos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes-proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação;

IV- abertura dos envelopes-propostas, análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

V- promover a seleção e a ordenação das propostas classificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX do artigo 4º da Lei nº. 10.520/2002;

VI- classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço;

VII- negociação do preço com vista à sua redução;

VIII- análise dos documentos de habilitação do autor da oferta do melhor preço;

IX- adjudicação do objeto ao licitante vencedor, desde que não tenha havido manifestação interposição de recurso por parte dos demais licitantes, nos termos do inciso XVII do artigo 12 da Lei nº.10.520/2002;

X- elaboração da ata da sessão pública que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:

a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) das propostas apresentadas, especificando as desclassificadas e as selecionadas para a etapa de lances;

c) dos lances e da desclassificação das ofertas;

d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) da negociação de preço;

f) da análise dos documentos de habilitação;

g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação.

XI- encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XII- propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

Art. 2º A designação dos membros nominados no *caput*não excederá a um ano, admitindo-se reconduções para períodos subsequentes, nos termos da Lei 8666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições constantes no Decreto nº. 002, de 01 de janeiro de 2015.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 29 de junho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 163, DE 01 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PSICÓLOGO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 035, de 15 de junho de 2015 e do edital do certame nº 001/2012;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a décima candidata na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2012, **MAURA CÉLIA DE ANDRADE BARBOSA** ao cargo de provimento efetivo de Psicólogo, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de julho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 038, DE 01 DE JULHO DE 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 13 de abril de 2012, homologado através do Decreto nº.* 070, de 5 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2012, de 18/3/2012, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital nº 001/2012 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
PSICÓLOGO	MAURA CÉLIA DE ANDRADE BARBOSA	10º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2012, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2012.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2012.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de julho de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO N. 01/2015– COMPLEMENTAR N. 02/2015

ESTADO DE MATO GROSSO – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

Concurso Público n. 01/2015– Complementar n. 02/2015

ESTADO DE MATO GROSSO – CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO - MT - CONCURSO PÚBLICO N. 01/2015 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 02/2015 – O Presidente da Câmara Municipal de Campos de Júlio – MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2015, tornam público o Edital Complementar n. 02/2015 que dispõe sobre retificação parcial do Edital de Concurso Público n. 01/2015 em atendimento a Notificação Recomendatória n. 69/2015 de autoria do MPE – Ministério Público Estadual de Mato Grosso. O Edital Complementar n. 02/2015 se encontra na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de Campos de Júlio – MT e no endereço eletrônico: www.camaracamposdejulio.mt.gov.br, a partir desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 067/2015

PORTARIA Nº 067/2015 DE: 15/06/2015

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica a Srª. **PAULA NERYS DA LUZ,** portadora da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **1946530-0** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. sob. nº**022.088.281-94, Nomeada** para exercer a função de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA,** deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de Junho de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 066/2015

PORTARIA Nº 066/2015 DE: 15/06/2015

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica o Sr. **RONES RODRIGUES VASCONCELOS,** portador da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **4263512** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. sob. nº**. 003.917.441-78, Nomeado** para exercer a função de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO,** deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de Junho de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 065/2015

PORTARIA Nº 065/2015 DE: 15/06/2015

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica o Sr. **RONES RODRIGUES VASCONCELOS,** portador da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **4263512** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. sob. nº**. 003.917.441-78, Exonerado** da função de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA,** deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de Junho de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 064/2015

PORTARIA Nº 064/2015 DE: 08/06/2015

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGOS EFETIVOS."

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. - Nomear o seguinte servidor (a), aprovado no Concurso Público Municipal nº001/2012, conforme relação abaixo:

SERVIDOR	CARGO	CAR HOR	CLAS	SECRETARIA/ LOTAÇÃO
VERONICA SALUSTIANA BEZERRA	RECEPCIONISTA	40	RESERVA	SAUDE

Artigo 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 03 de Junho de 2015.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Junho de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2559 / 2015

De 01 de Julho de 2015

Dispõe sobre a convocação de candidatos

aprovados em concurso público.

Evaldo Osvaldo Diehl, prefeito municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital nº 001/2014 considerando a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal,

DECRETA:

Art. 1º fica convocado o candidato abaixo relacionado a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto, de acordo com o Art.14 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana, para tratar de assunto de seu interesse.

Parágrafo único. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 2° O candidato convocado e o seguinte:

Nome do candidato	Cargo	Classificação	Edital/Concurso
TIAGO DAGIOS VENDRUSCOLO	BIOMÉDICO	APROVADO	EDITAL 001/ 2014

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 01 de Junho de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018/2015

Evaldo Osvaldo Diehl,Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Teste Seletivo Simplificado homologado pelo decreto n° 2504/2014 de 19/12/2014. RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
BERENICE REGINA SCHELMMER	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	Edital 002/2014
NÔNICA FRANCISCA DOS SANTOS	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	Edital 002/2014

A scandidatas convocadas terão 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 30 de junho de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº378/2015.

De 01 de julho de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a NELSI TEREZINHA THIEL ocupante do cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS matricula de n°351,lotada na secretária de Educação, três (03)meses de licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada,no período de 27 de julho de 2015 a 24 de outubro de 2015,relativo ao quinquênio de 2009-2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de julho de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº377/2015.

De 01 de julho de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a ROSANGELA ADRIANA ZALAMENA ocupante do cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA matricula de n°1536,lotada na secretária de Educação,três(03)meses de licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada,no período de 20 de julho de 2015 a 17 de outubro de 2015,relativo ao quinquênio de 2009-2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de julho de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº376/2015.

De 01 de julho de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a ÂNGELO FERLA ocupante do cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA ESCOLAR matricula de n°1454,lotado na secretária de Educação, três(03) meses de licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada,no período de 20 de julho de 2015 a 17 de outubro de 2015,relativo ao quinquênio de 2009-2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de julho de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº375/2015

De 01 de julho de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSIMEIRE CASTRO PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora ROSIMEIRE CASTRO PEREIRA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/07/2015 a 31/07/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/04/2013 A 31/03/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 01 de julho de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 374/2015

De 01 de julho de 2015.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **RAQUEL BARBOSA LEÃO** para exercer o cargo de Gerente de Controle Financeiro e de Compras,cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°115/2013 de 14 de outubro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT,01 de julho de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029-2015

Fica desconsiderada a publicação do *AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015*, onde cujo objeto tratava-se de **Contratação empresa e pessoa física para prestação de serviços para a Realização dos Jogos Indígenas do Xingu, conforme termo de Convênio nº 813955/2014, processo nº 58701.001686/2014-12352294/2014, firmado com o Município e a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social,** publicado no dia 26/06/2015, no Diário Oficial do Estado, dia 27/06 no Jornal A Gazeta, no dia 29/06 no Jornal Oficial dos Municípios – AMM e no dia 30/06 no Diário Oficial da União.

MOTIVO: Por uma falha administrativa, foi publicado erroneamente aviso de licitação acima mencionado, devendo, então, ser absolutamente desconsiderado para todos os efeitos legais.

Maiores Informações poderão serem solicitadas na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser pessoalmente, **por telefone (66) – 3478. 1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail licitacoes.canarana@gmail.com.**

Canarana-MT., 30 de Junho de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 303/2015.

SÚMULA: "NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes, que comporão o Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, gestão 2015/2017.

§ *SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*Ø Titular: Tatiane Rocha Cerqueira da SilvaØ Suplente: Elizangela Lopes de Oliveira§

SECRETARIA

MUNICIPAL DE SAÚDE

Ø Titular: Irineu Olívio dos Santos (Vice Presidente)Ø Suplente: Lindolfo Ricardo de Oliveira§

SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ø Titular: Rosana Dias Soares SuplenteØ Suplente: Ana Lucia da Silva Prado§ *SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO*Ø Titular: João Ribeiro dos ReisØ Suplente: Ricardo Fernandes da Costa§ *REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL*Ø Titular: Iliane Roque Leles Ø Suplente: Maria Augusta Nardo§ *REPRESENTANTES DO CLUBE DE MÃES*Ø Titular: Irene Locca dos ReisØ Suplente: Carmem Carissimi Vesolhaski§ *REPRESENTANTES DA COOPERLINDA*Ø Titular: Benedito Costa Araujo (Presidente)Ø Suplente: Edmilson Ferreira da Costa§ *REPRESENTANTES DA APAE*Ø Titular: Rosilda Dias SoaresØ Suplente: Jose Antonio Filho§ *REPRESENTANTES DO ROTARY* Ø Titular: Luis Antonio Francisco Ø Suplente: Adimilson Basseto§ *REPRESENTANTES DA FAZENDA ESPERANÇA-BENTO*

XVI

Ø Titular: Fabio Augusto Da SilvaØ Suplente: Anderson Martins Vieira

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 01 de junho de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 094/2014

PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato nº 094/2014, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a empresa **CLAUDIO LUCIANO DE MENDONÇA – ME CNPJ nº 07.816.979/0001-10**, na forma e condições seguintes.

Aos quinze dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal, e de outro, a empresa **CLAUDIO LUCIANO DE MENDONÇA - ME**, sob o nº CNPJ 07.816.979/0001-10, com sede na Rua 21, QD 54, nº10, Bairro Bom Clima, na Cidade de Chapada dos Guimarães – MT, neste ato representado pelo **Sr. CLAUDIO LUCIANO MENDONCA,** portador do CPF nº 801.580.991-68 doravante denominado **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações e prorrogações:

1.1 Fica aditado a Cláusula Segunda do Contrato Principal, com alteração de trajeto rodado, passando de km 68,9 por dia para km 98,9 por dia, assim aumento de 30 Km.

1.2 Altera-se a Cláusula Quarta, sendo no valor global do Contrato acrescido da quilometragem adicional o valor de R$ 21.890,00 (vinte e um mil , oitocentos e noventa reais), não alterando o valor por quilometro rodado. Sendo assim, a partir do dia 15/05/2015, o valor mensal passa de R$ 6. 890,00 (seis mil oitocentos e noventa reais) para R$: 9.890,00 (nove mil oitocentos e noventa reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Quinta do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – do Foro

4. Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 15 de maio 2015.

LISU KOBERSTAIN

Prefeito

Contratante

CLAUDIO LUCIANO MENDONCA

Contratado

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 138/2015

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CAPACITADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES E MÁQUINAS, INCLUINDO MÃO DE OBRA (OPERADORES/COM MOTORISTA) E SEGURO DOS VEÍCULOS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DO VALOR GLOBAL: R$ 237.660,00 (duzentos e trinta e sete mil seiscentos e sessenta reais).

VIGENCIA: 03 (TRES) MESES

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: PENTA SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 137/2015

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE RESTAURAÇÃO/MANUTENÇÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADA NO TRECHO MT - 251 A MT - 404 ATÉ A USINA RIO DA CASCA, COM EXTENSÃO 23,00 KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E GESTÃO URBANA.

DO VALOR GLOBAL: R$ 132.570,40 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

VIGENCIA: 30 (TRINTA) DIAS

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: TERRAVAN CONSTRUÇÕES LTDA-EPP.

GABINETE
PORTARIA Nº.: 381/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº.: 381/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação dos servidores responsáveis pela implantação do sistema Siga-TCE na Prefeitura do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO às exigências do Termo de Cooperação Técnica nº 03/2015-SIGA, pactuado entre a Prefeitura de Chapada dos Guimarães e o Tribunal de Contas de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a cláusula sexta, onde estabelece que a Aderente designará servidores para acompanhar, gerenciar e administrar a implantação do Termo TCT 03/2015 – SIGA/TCE/MT.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores responsáveis pela implantação do sistema SIGA, projeto piloto criado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em fase de implantação no município de Chapada dos Guimarães, os quais deverão desempenhar as ações conforme as áreas de atuação estabelecidas:

Secretaria Municipal de Planejamento

Responsável: Maura Lopes de Souza

Atribuições: Peças de Planejamento: PPA, LDO e LOA e Gestão de Convênios;

Secretaria Municipal de Finanças

Responsável: Juarez Pacheco

Atribuições: Solicitações, Compras, Materiais, Patrimônio, Frotas e Almoxarifado;

Contabilidade

Responsável: Vanildes Almeida Silva

Atribuições: Execução Orçamentária, Gestão Contábil e fechamento do APLIC;

Secretaria Municipal de Governo

Responsável: Antonio Marcio Koberstain

Atribuições: Processos Licitatórios e Contratos.

.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 01 de julho de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
PORTARIA N° 322/2015

DATA: 27 de MAIO de 2015.

SÚMULA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora Adriana Bilieri, RE: 2114, portadora do RG n°: 1492609-1 SSP/MT e CPF n°: 970.711.291-34, como Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

ATA REGISTRO DE PREÇOS

Número/ Ano	Contratado	Objeto
019/ 2015	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
020/ 2015	DENTAL CENTRO OESTE LTDA	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
021/ 2015	DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
022/ 2015	DENTAL REZENDE LTDA	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
023/ 2015	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
024/ 2015	FILGUEIRA E SANTANA LTDA ME	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
025/ 2015	LP COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA ME	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
026/ 2015	IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
027/ 2015	POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
028/ 2015	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.

029/ 2015	**RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.
030/ 2015	**RINALDI E COGO LTDA**	Aquisição de medicamentos diversos e materiais ambulatoriais, odontológicos, RX e instrumentais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 27 DE MAIO DE 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RH
PORTARIA N° 321/2015

DATA: 26 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Licença Saúde a Sra. **SIRLEI SOARES LEITE** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Saúde a Sra. **SIRLEI SOARES LEITE** portadora do RG n° 1072691-8 SSP/MT e CPF n° 474.086.501-72, no cargo de Professora,lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 26 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 320/2015

DATA: 26 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Maternidade á **BRUNA LETICIA MARTINS SFOGIA CAVALHEIRO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Retorno de Licença Maternidade á **BRUNA LETICIA MARTINS SFOGIA CAVALHEIRO**, portadora do RG n° 203193-0 SEJSP/SP e CPF n° 027.802.431-98, no cargo de Agente Comunitário de Saúde,lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 26 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 319A/2015

DATA: 25 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede FG-03 R$600,00 á **MARLENE SOARES DOS SANTOS DO ESPIRITO SANTO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede FG-03 R$600,00 á **MARLENE SOARES DOS SANTOS DO ESPIRITO SANTO**, portadora do RG n° 1669115-6 SSP/MT e CPF n° 010.808.331-45, no cargo de Zeladora,lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 25 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 319/2015

DATA: 25 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Nomeia á **SIMONE FRANCISCA DE OLIVEIRA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° Nomear a Sra. **Simone Francisca de Oliveira**, portadora do RG n° 13871420 SSP/MT e CPF n° 927.679.401.82, no cargo de Agente de Combate a Endemias ,lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 25 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 319/2015

DATA: 25 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede FG-03 R$600,00 á **MARLENE SOARES DOS SANTOS DO ESPIRITO SANTO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede FG-03 R$600,00 á **MARLENE SOARES DOS SANTOS DO ESPIRITO SANTO**, portadora do RG n° 1669115-6 SSP/MT e CPF n° 010.808.331-45, no cargo de Zeladora,lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 25 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 318/2015

DATA: 18 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Exoneração a Pedido do Sr. ADELINO SCHARF e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - **Exoneração a Pedido do Sr. ADELINO SCHARF**, portador do RG n° 4.144.531-9 SSP/PR e CPF n° 415.973.701-34, no cargo de Fiscal de Tributos,lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3°- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 18 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 317/2015

DATA: 15 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Maternidade á **KELI FRANCISCA DE SOUZA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Retorno de Licença Maternidade á **KELI FRANCISCA DE SOUZA**, portadora do RG n° 1742309-0 SSP/MT e CPF n° 007.107. 191-44, no cargo de Monitor de Programas,lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 316/2015

DATA: 15 de Maio de 2015.

SÚMULA: Exoneração deCargo Comissionado Sr. **THALES THAYLOR SILVERIO,** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração de Cargo Comissionado Sr. **THALES THAYLOR SILVERIO**, portador do RG n° 2693175-3 SSP/MT e CPF n°053.076.721-01, no cargo de Assistente Adjunto,lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 15 de Maio de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 315/2015

DATA: 13 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Exoneração do Sr. William Marques da Silveira e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - **Exoneração do Sr. William Marques da Silveira**, portador do RG n° 21631115 SSP/MT e CPF n° 040.812.381-89, no cargo de Assistente Adjunto,lotado na Secretaria Municipal de Esporte.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 314/2015

DATA: 13 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Exoneração a Pedido a Sra. Cleamar Aparecida Morandi e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - **Exoneração do Concurso a Pedido da Sra. Cleamar Aparecida Morandi** , portadora do RG n° 980.053 SSP/MT e CPF n° 011.368.561-02, do cargo de Atendente de consultório odontológico,lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3°- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de maio de 2015

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RH
PORTARIA N° 313/2015

DATA: 13 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Particular a Cleamar Aparecida Morandi e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de licença particular de 3(anos)a **Cleamar Aparecida Morandi**, portadora do RG n° 980.053 SSP/MT e CPF n° 011.368.561-02, do cargo de Atendente de consultório odontológico,lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3°- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de maio de 2015

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RH
PORTARIA N° 312/2015

DATA: 11 DE MAIO DE 2015.

SÚMULA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor Gustavo Henrique Marques Ferreira, RE: 2060, portador do RG n°: 2418607-4 SSP/MT e CPF n°: 020.802.161-20, como Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO

Número/ Ano	Contratado	Objeto
028/ 2015	HERMES GIRELI	Fornecimento de Cartuchos e Toners Originais e Remanufaturados, Fitas de Impressoras para a Manutenção e Reposição dos Equipamentos de Informática das Secretarias Municipais, conforme ANEXO I da Carta Convite Nº 002/2015

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE MAIO DE 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RH
PORTARIA N° 311/2015

DATA: 11 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Maternidade á **Edilaine Silva Santos** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Retorno de Licença Maternidade á **Edilaine Silva Santos**, portadora do RG n° 1819203-3 SSP/MT e CPF n° 013.405.321-40, no cargo de Gari,lotada na Secretaria Municipal de Transporte.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 11 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 310/2015

DATA: 07 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Licença Saúde a Sr. **ELIZA CRISTINAGRIGOLETTO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Saúde a Sr. **ELIZA CRISTINA GRIGOLETTO** portadora do RG n° 6.150.257 SESPDC/SP e CPF n° 039.013.081-80, no cargo de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial,lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 07 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 309/2015

DATA: 07 de MAIO de 2015.

SÚMULA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor Odair José da Silva, RE: 2117, portador do RG n°: 37811098-6 SSP/SP e CPF n°: 002.941.931-03, como Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO

Número/ Ano	Contratado	Objeto
027/ 2015	MV RODRIGUES CONSTRUÇÕES LTDA ME	Contratação de Empresa para Execução de Obra referente a Construção do Portal de Entrada no Município de Cláudia – MT
029/ 2015	PAVIPAR CONSTRUÇÕES LTDA	Contratação de Empresa para Execução de Obra referente a Pavimentação Asfáltica no Município de Cláudia – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 07 DE MAIO DE 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RH
PORTARIA N° 362/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado a Sra. *MARLENE LORA DE OLIVEIRA e* dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em Cargo Comissionado a Sra. **MARLENE LORA DE OLIVEIRA,** portadora do RG n° 2103358-7 SSP/MT CPF n° 013.051.601-50, no cargo de Assistente Adjunto, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Julho de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLICA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA Nº 308 /2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora Katia Gonzalez Lesmo, RE: 2186, portador do RG n°: 1749905-4 SSP/MT e CPF n°:031.748.331-59, como Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

ATA REGISTRO DE PREÇO

Número/ Ano	Contratado	Objeto
018/ 2015	NILSA SALETE DA SILVA	Aquisição de refeições e Marmitex, para Secretarias Municipais, com previsão de consumo para 12 (doze) meses.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE MAIO DE 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RH
PORTARIA N° 361/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado o Sr. *CARLOS EDUARDO CAVALCANTE PEREIRA e* dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em Cargo Comissionado o Sr. **CARLOS EDUARDO CAVALCANTE PEREIRA,** portador do RG n° 2003032063550 SSP/CE CPF n° 020.091.061-21, no cargo de Chefe de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Julho de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLICA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 307/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o servidor Gilseu dos Santos Franco, RE: 1854, portador do RG n°: 3031738507 DPTC/RS e CPF n°: 485.620.840-34, como Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO

Número/ Ano	Contratado	Objeto
026/ 2015	**WEST MAQ. COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**	Aquisição de uma escavadeira hidráulica nova, sem uso, ano de fabricação 2014, cabine fechada com ar condicionado , pbo (peso bruto operacional) mínimo de 21.000 kg, capacidade da caçamba de carga de no mínimo 1,14 m³, potência mínima de 145 hp, 4 ou 6 cilindros, motor à diesel, injeção mecânica ou eletrônica de combustível turbo, sistema elétrico de 24 v, tanque de combustível com capacidade mínima de 340 litros, comprimento da lança/braço de no mínimo 5.60/2. 400mm, distância mínima de escavação no nível do solo de 9.000mm, profundidade mínima de escavação na vertical de 6.000mm, assento com suspensão, espelhos retrovisores laterais, conforme item 04 da ata de registro de preços nº 064/ 2014 do pregão presencial nº 044/2014, que independentemente da sua transcrição fica fazendo parte integrante deste contrato
030/ 2015	**SEBRAE/MT**	Contratação de empresa para prestação de serviço especializado de consultoria, em tempo efetivo de 60 (sessenta) horas voltadas a identificar e elaborar Diagnostico do Setor de Piscicultura atendendo até 20 (vinte) propriedades rurais do Município de Claudia – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE MAIO DE 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RH
PORTARIA N° 360/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Exonerar do Cargo Comissionado a Sra. *INES DOS SANTOS MANOEL,* e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exonera do Cargo Comissionado a Sra. **INES DOS SANTOS MANOEL,** portadora do RG n° 3.807.439-3 SSP/PR e CPF n°807.447.961-72, no cargo de Assistente Adjunto,lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Julho de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 306/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Revoga FG-03 e Concede FG-01 ao Sr. **EGON ANTONIOLLO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga FG-03 R$600,00 e Concede FG-01 R$200,00 ao Sr. **EGON ANTONIOLLO** portador do RG n° 559328 SSP/MT e CPF n° 535. 866.031-34, no cargo de Motorista,lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 305/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Revoga Cargo Comissionado Sr. **JULIO CESAR MENEGASSI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga Cargo Comissionado Sr. **JULIO CESAR MENEGASSI** portador do RG n° 2095164 SSP/PR e CPF n° 357.475.289-04, no cargo de Chefe de Departamento,lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 304/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado Sra. **JESSICA RODRIGUES DA SILVA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em Cargo Comissionado Sra. **JESSICA RODRIGUES DA SILVA** portadora do RG n° 2110869-2 SSP/MT e CPF n° 046.402.561-32, no cargo de Chefe de Divisão,lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 302/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Revoga Cargo Comissionado Sra. **ZENILDE BORGES DA SILVA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga Cargo Comissionado Sra. **ZENILDE BORGES DA SILVA** portadora do RG n° 11586117 SSP/MT e CPF n° 945.510.901-82, no cargo de Assessor Técnico,lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 301/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado Sra. **FRANCIVALVO RODRIGUES MORAIS** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em Cargo Comissionado Sr. **FRANCIVALVO RODRIGUES MORAIS** portador do RG n° 1337400-1 SEJSP/MT e CPF n° 913. 884.491-53, no cargo de Assistente Adjunto,lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 300/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Nomeia em Cargo Comissionado Sra. **JAKELINE BIANCHIN** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia em Cargo Comissionado Sra. **JAKELINE BIANCHIN** portadora do RG n° 18438555 SSP/MT e CPF n° 025.379.021-22, no cargo de Chefe de Departamento,lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 299/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Averbação de Tempo de Serviço a Sra. **SANDRA APARECIDA CASARIN** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Averbação de Tempo de Serviço, Baseado na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS Nº 10021010.1.00090-14-9 a Sra. **SANDRA APARECIDA CASARIN**, portadora do RG n° 4.849.957-0 SSP/PR e CPF n° 474.123.641-20, no cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 298/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe e Nível a Sra. **DALILA MARQUES TRIBUTINO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe C Nível 08 para Classe C Nível 09 a Sra. **DALILA MARQUES TRIBUTINO**, portadora do RG n° 914128 SSP/MS e CPF n° 535.465.551-04, no cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 297/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe e Nível a Sra. **MERCEDES SCHREINER** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe C Nível 08 para Classe C Nível 09 a Sra. **MERCEDES SCHREINER**, portadora do RG n° 602.748 SSP/MT e CPF n° 015.439.601-03, no cargo de Manutenção da Infra Estrutura Escolar,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 296/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe e Nível aoSr. **JOSE CARLOS SMANHOTO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° -. Concede Elevação de Classe C Nível 08 para Classe C Nível 09 aoSr. **JOSE CARLOS SMANHOTO**, portador do RG n° 681033 SSP/MT e CPF n° 459.105.701-10, no cargo de Professor,lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 295/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe e Nível a Sra. **TEREZINHA MACHADO FLOSS** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Elevação de Classe e Nível a Sra. **TEREZINHA MACHADO FLOSS**, portadora do RG n° 13/R.2.456.007 SSP/SC e CPF n° 621.219.289-87, no cargo de Manutenção da Infra Estrutura Escolar,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 294/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe e Nível aoSr. **VILSON VOLLBRECHT** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° -. Concede Elevação de Classe C Nível 06 para Classe C Nível 07 aoSr. **VILSON VOLLBRECHT**, portador do RG n° 1.575.318 SSP/PR e CPF n° 241.026.019-53, no cargo de Professor,lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 290/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Premio áSra. **ROSALIA ANDREAZZA BORGES** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Retorno de Licença Premio áSra. **ROSALIA ANDREAZZA BORGES**, portadora do RG n° 3322619-5 SSP/PR e CPF n°001.471.961-40, no cargo de Manutenção da Infra Estrutura Escolar,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 289/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Prêmio aoSr. **HELIO SILVA DE LIMA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Prêmio aoSr. **HELIO SILVA DE LIMA**, portador do RG n° 13/r.2.943.150 SSP/SC e CPF n°802.710.309-68, no cargo de Motorista,lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 288/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Premio áSra. **CLAUDEVANIA RODRIGUES DA SILVA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Retorno de Licença Premio aSra. **CLAUDEVANIA RODRIGUES DA SILVA**, portadora do RG n° 1073892 SSP/MS e CPF n°962.927.331-49, no cargo de Motorista,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 293/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Elevação de Classe e Nível aoSr. **WALDEMIR APARECIDO SMANHOTO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° -. Concede Elevação de Classe C Nível 08 para Classe C Nível 09 aoSr. **WALDEMIR APARECIDO SMANHOTO**, portador do RG n° 760.825 SSP/MT e CPF n°580.803.411-68, no cargo de Professor,lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 287/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Maternidade á **Rosenilda Santos da Silva** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Maternidade a Sra. **ROSENILDA SANTOS DA SILVA**, portadora do RG n° 1643333-5 SJSP/MT e CPF n° 795.433.591.72, no cargo de Vigialotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 286/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Licença Premio em Pecúnia a Sra. **ANDREIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Premio em Pecúnia no período de 05/2015, 06/2016, 05/2017 a Sra. **ANDREIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI,** portadora do RG n°1.686.606-1 SSP/MT e CPF n° 012.639.971-98, no cargo de Assistente Administrativo,lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 286/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Licença Premio em Pecúnia a Sra. **ANDREIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Premio em Pecúnia no período de 05/2015, 06/2016, 05/2017 a Sra. **ANDREIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI,** portadora do RG n°1.686.606-1 SSP/MT e CPF n° 012.639.971-98, no cargo de Assistente Administrativo,lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 292/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Premio áSra. **CLAUDEVANIA BARBON ANDERLE** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Retorno de Licença Premio áSra. **CLAUDEVANIA BARBON ANDERLE**, portadora do RG n° 07450990 SSP/MT e CPF n°488.579.551-68, no cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 285/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Licença Premio em Pecúnia a Sra. **LIDIA FATIMA MORAES DE VARGAS** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Premio em Pecúnia no período de 05/2015, 06/2016, 05/2017 a Sra. **LIDIA FATIMA MORAES DE VARGAS,** portadora do RG n° 937.238 SSP/MT e CPF n° 621.620.551-04, no cargo de Técnico em Enfermagem,lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 291/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Conceder Retorno de Licença Premio a Sra. **MARIA APARECIDA DA ROCHA FIGUEIREDO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Premio a Sra. **MARIA APARECIDA DA ROCHA FIGUEIREDO**, portadora do RG n° 824.410 SSP/MT e CPF n°523.084.721-20, no cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 284/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Licença Premio a Sra. **ADELINA CARRARA GUZZI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Prêmio de 03 meses a Sra. **ADELINA CARRARA GUZZI**, portadora do RG n° 11616.055 SSP/SP e CPF n° 030.391.288-09, no cargo de Nutrição Escolar,lotado na Secretaria Municipal de Educação de Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 283/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Licença Premio ao Sr. **AUGUSTO GONÇALVES DA SILVA NETO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Prêmio ao Sr. **AUGUSTO GONÇALVES DA SILVA NETO**, portador do RG n° 32.285.844-6 SSP/SP e CPF n° 222.761.038-76, no cargo de Professor,lotado na Secretaria Municipal de Educação de Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 282/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Concede Licença Premio a Sra. **SONIA MARIA TORQUETI FERNANDES** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede Licença Prêmio de 03 meses a Sra. **SONIA MARIA TORQUETI FERNANDES**, portadora do RG n° 309.303 SSP/MS e CPF n° 366.947.971-68, no cargo de Professora,lotado na Secretaria Municipal de Educação de Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 281/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Exoneração de Cargo Comissionado Sra. **DARLENE ALVES DO MONTE** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração de Cargo Comissionado Sra. **DARLENE ALVES DO MONTE**, portadora do RG n° 1979351-0 SESP/MT e CPF n°024.721.221-01, no cargo de Monitor de Programas,lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Urbanismo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 280/2015

DATA: 04 de Maio de 2015.

SÚMULA: Dispõe sobre a averbação de tempo de serviço da servidora **Mercedes Schreiner**, e dá outras providências,

Considerando o Art. 159 da Lei Complementar 012/2013 de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Publico do Município e o Art. 43 da Lei Complementar 473/2013 de 24 de Abril de 2013, que dispõe sobre o Regime Próprio dos Servidores Municipais, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Averbar o tempo de serviço / contribuição conforme Certidão emitida pelo INSS n° 10001080.1.00040/12-9, a servidora Mercedes Schreiner.

Art. 2° - O período averbado compreende 2.059 dias, correspondendo a 05 anos, 07 meses e 19 dias.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de Maio de 2015

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

RH
PORTARIA N° 303/2015

DATA: 04 de MAIO de 2015.

SÚMULA: Revoga Cargo Comissionado Sra. **MARCIANE DIELSCHNEIDER** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga Cargo Comissionado Sra. **MARCIANE DIELSCHNEIDER,** portadora do RG n° 1830189-4 SSP/MT e CPF n° 021.858.171-83, no cargo de Coordenador de Departamento,lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de MAIO de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A prefeitura municipal de Cocalinho, torna publico aos interessados que realizou licitação na modalidade carta convite n° 005/2015 para construção de uma escola na zona rural, no dia 25 de junho de 2015, e sagrou-se vencedora a empresa Empac- empresa de pavimentação e construções ltda.

Cocalinho-mt, 25 de junho de 2015

Ana Lucia Silva e Souza

Presidente da CPL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

MUNICÍPIO DE COCALINHO

ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2015

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E PROVAS DE TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS PÚBLICOS DE DIVERSOS NÍVEIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público de Provas e Provas de Títulos do Município de Cocalinho, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o resultado do Concurso nº. 001/2014, **TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL, PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, NOMEAÇÃO E POSSE.** A relação dos documentos para o provimento de cargo consta no Anexo II deste Edital. A convocação segue a ordem de classificação, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº 951/2014,** da lavra do Ilustre Prefeito Municipal, devidamente publicado, no sítio: www.amm.org.br, no átrio da Prefeitura Municipal de Cocalinho.

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS 1.1. Os candidatos deverão comparecer no prazo de até 30 (trinta) dias ininterruptos, contados da data da publicação da presente convocação, ao Departamento de Recursos Humanos localizada no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Cocalinho, situado a Avenida Araguaia nº 676, Centro Cocalinho - MT, devendo portar consigo os documentos constantes nos Anexos deste Edital e os exames médicos também relacionados deste Edital para nomeação e posse. 1.2. A falta de qualquer documento constante nos anexos deste Edital acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.1.; 1.3. O não comparecimento nos termos do item 1.1. do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado, sendo considerado o candidato desistente. **2. DA AVALIAÇÃO MÉDICA** 2.1 A avaliação médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma: a) Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer ao Hospital Municipal de Cocalinho, horário das 13:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta feira, para apresentação dos exames constantes no Item 22 do Anexo II deste edital e submissão à referida avaliação pelo profissional credenciado; **3. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE** 3.1. O candidato que apresentar toda a documentação e os exames com a consequente aprovação pela Junta Médica já fica convocado para a posse dentro do prazo de até 30 dias da publicação do presente edital.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE.

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

ANEXO I

PROFESSOR PEDAGOGIA – SÉRIE INICIAIS

CLASIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	CPF	PONTOS
1º	AGNALDO FERLETE JUNIOR	CPF Nº 816990421-87	86,00
2º	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA RODRIGUES SILVA	CPF Nº 568536531-49	84,00
3º	MARIA JOSÉ DE SOUSA SILVA	CPF Nº 495702181-34	74,00
4º	MARILDA MARQUES PEDRA BORGES	CPF Nº 252826891-20	74,00

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; 2. Certidão de Nascimento para solteiros ou Certidão de Casamento para os casados; 3. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); 4. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); 5. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF); 6. Cartão do PIS/PASEP (se for o caso); 7. Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à posse (se for o caso); 8. Título de Eleitor; 9. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado); 10. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município; 11. 02 (duas) fotos 3x4, colorida e recente; 12. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; 13. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); 14. Declaração contendo endereço residencial; 15. Comprovante de Escolaridade; os diplomas de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida; será aceita certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar; 16. Declaração de Bens (Anexo III); 17. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função, para os cargos de professor e médico (Anexo VII); 18. Declaração de que não exerce ou cargo público (Anexo IV); 19. Declaração que não responde a processo administrativo nas esferas federal, estadual e municipal (Anexo VI); 20. Não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital; 21. Certidão negativa de débitos com o Município de Cocalinho. 22. O candidato convocado fará exame medico admissional, que será realizado por uma junta médica designada pelo município; O candidato deverá comparecer à Junta Médica portando os exames constantes da relação abaixo, que deverão ser providenciados sob sua responsabilidade e apresentados para análise da junta médica, sob pena de não poder tomara posse: a) Hemograma Completo; b) Glicose; c) Uréia; d) Creatinina; e) Acido úrico; f) Colesterol total e frações; g) Triglicerídios; h) Transminases (TGO, TGP); i) Sorologia para Chagas; j) Sorologia para Hepatite B e C; k) Sorologia para HIV; l) V.D.R.L. m) E.C.G. n) Raio X do Torax em PA e perfil, com laudo.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, que possuo os seguintes bens:

( ) Não Possuo bens a declarar

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo

Casa, apartamento ou terreno			
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual

Veículo				
Tipo	Ano	Data de aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fonte de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

COCALINHO – MT _____ de _____ de 2014

_____

Assinatura do Candidato

RECONHECER FIRMA

ANEXO IV

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº_____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº_____, Declaro para os devidos fins que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ _____deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

COCALINHO – MT _____ de _____ de 2014

_____

Assinatura do Candidato

RECONHECER FIRMA

ANEXO V

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, Declaro para os devidos fins que não respondo a nenhum processo administrativo em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Cocalinho – MT, ____ de _____ de 2015.

_____

Assinatura do Candidato

RECONHECER FIRMA

ANEXO VI

TERMO DE DESISTÊNCIA DE POSSE

Eu _____, portador do CPF nº _____, considerando o resultado do Concurso Público n.º 001/2014, homologado através do Decreto n.º 951/2014, realizado pela Prefeitura do Município de Cocalinho – MT aprovado(a) para o cargo de _____, classificado(a) em ____.º lugar, DECLARA para todos os fins, por este ato que DESISTO DEFINITIVAMENTE, de forma firme, livre e valiosa de minha nomeação para o cargo em questão, bem como tenho conhecimento que nova convocação não se efetivará no período de vigência do presente Concurso Público.

COCALINHO – MT _____ de _____ de 2014.

_____

(Nome e assinatura do Candidato)

RECONHECER FIRMA

Obs.: Caso o candidato não queira assumir a vaga.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO TERMO DE ADESÃO N° 004/2015

AVISO

TERMO DE ADESÃO

N° 004/2015

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 EM SUA TOTALIDADE, ORIGINADO DO **PROCESSO PREGÃO ELE-**

TRÔNICO Nº 109/2014 E PROCESSO Nº 700/2014/URUPÁ/RO**,** aderente: Prefeitura Municipal de Colniza, por meio do Ofício/GP: N° 144/2015, para a Prefeitura Municipal de URUPÁ/RO e concordância através do Ofício N° 088/2015 – SEMAP, para o fornecimento por parte da empresa detentora do registro de preços cujo objeto é a **"AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA SOBRE PNEUS, NOVA, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PÁ CARREGADEIRA EQUIPADA COM MOTOR A DIESEL, ALIMENTAÇÃO COM 06 CILINDROS, POTENCIA DE 128HP, PESO OPERACIONAL 10.500KG, CABINE ROPS, AR CONDICIONADO, ASSENTO EM TECIDO, LIMPADORES DE PARA-BRISAS COM TEMPORIZADOR, ESPELHOS RETROVISORES INTERNOS E EXTERNOS, SISTEMA HIDRÁULICO DE 02 VÁLVULAS E 01 ALAVANCA, FARÓIS ALÓGENOS, - 04 DIANTEIROS E 02 TRASEIROS, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 04 MARCHAS A FRENTE E 03 A RÉ, POSICIONADOR E LEVANTAMENTO AUTOMÁTICO DA CAÇAMBA COM DENTES DE 1,9M³, FORÇA DE DESAGREGAÇÃO MÍNIMA DE 8.000KG. FREIOS A DISCO BANHADOS A ÓLEO DE ACIONAMENTO HIDRÁULICO. GARANTIA DE 12 MESES SEM LIMITE DE HORAS TRABALHADAS, REVISÃO A CADA 250 HORAS TRABALHADAS POR CONTA DA EMPRESA INCLUINDO TROCA DE ÓLEO E FILTROS, CURSO DE MECÂNICA DO MUNICÍPIO SOBRE A MÁQUINA SOLICITADA, PINTURA DA MÃO DO SLOGAN DO CONVENIO.", CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA CONTIDAS NO EDITAL DO CITADO PREGÃO PRESENCIAL,** EM PLENA VIGÊNCIA ATÉ 26 DE MARÇO DE 2016. Maiores informações junto a sede da Prefeitura Municipal de Colniza, localizada na av. tarumã 116, centro, fone (66) 3571-2227 das 08h00m as 13h30m.

Colniza/MT, em 01 de Julho de 2015.

_____

Cristiane P. de Souza Santos Dorneles

Pregoeira Oficial

Dec. n° 347/GP/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
EXTRATO DE ADITIVO DE TERMO CONVENIO – PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT

ADITIVO AO TERMO DE CONVENIO Nº: 002/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E GUARDA MIRIM DE COLIDER-MT

OBJETO: alterar o valor do convênio, disposto na Clausula Quarta do convênio n.º 002/2015

DATA DE ASSINATURA: 30/06/2015

VALOR: R$ 26.292,00 (vinte e seis mil duzentos e noventa e dois reais) que serão pagas em 07 (sete) parcelas de R$ 3.756,00 (três mil setecentos e cinquenta e seis reais), somadas as parcelas constantes no Termo de Convênio 002/2015. O valor mensal do convênio passa de R$ 10.244,00 (dez mil duzentos e quarenta e quatro reais) cada parcela, para R$ 14. 000,00 (catorze mil reais) cada parcela, sendo que esse valor passa a vigorar já no repasse referente ao mês de junho de 2015.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2801/2015

Projeto de Lei nº 200/2015

Autor: Poder Executivo

LEI Nº. 2801/2015

"SÚMULA:AUTORIZAO MUNICIPIO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE E, DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Excelentíssimo Senhor Nilson José dos Santos, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Remanejamento total ou Parcial de dotações, no valor de até R$ 1. 200.000,00 (Hum Milhão e Duzentos Mil Reais), nos termos do Artigo 43, Parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal nº 4,320/64,para abertura de dotações não consignado no Orçamento Vigente para o presente exercício.

10 – SEC.MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, OBRA E URBANISMO

10.001 –GABINETE DO SECRETARIO

10.001. 26 – Transportes

10.001. 26. 782 – Transporte Rodoviário

10.001. 26. 782. 0015 – Infraestrutura a Serviço do Desenvolvimento do Município

10.001. 26. 782. 0015. 2053 – Manutenção/Construção e Conservação de Estradas e Vias

10.001. 26. 782.

0015. 2051.3390.30.0000 – Material de ConsumoR$ 600.000,00

10.001. 26. 782. 0015. 2051.3390.39.0000 - Outros Serviços de Terceiro-P.JR$ 400.000,00

10.001. 26. 782. 0015. 2051.4490.51.0000 - Obras e InstalaçõesR$ 200. 000,00

TOTAL GERAL .....R$ 1.200.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes de remanejamento total ou parcial de dotações, das seguintes dotações do orçamento vigente:

10 – SEC.MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, OBRA E URBANISMO

10.001 – GABINETE DO SECRETARIO

10.001. 15 – Urbanismo

10.001. 15. 452 – Transporte Rodoviário

10.001. 15. 452. 0015 – Infraestrutura a Serviço do Desenvolvimento do Município

10.001. 15. 452. 0015. 1070-CONSTRUCAO MANUTENCAO E RECUPERACAO DE ESTRADAS

10.001. 15. 452. 0015. 1070.3390.30.0000 – Material de ConsumoR$ 200. 000,00

10.001. 15. 45 2. 0015. 1070. 4490.51.0000 - Obras e InstalaçõesR$ 150. 000,00

SUB TOTAL.....R$ 350.000,00

10 – SEC.MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, OBRA E URBANISMO

10.001 – GABINETE DO SECRETARIO

10.001.15 – Urbanismo

10.001.15.122. ADMINISTRACAO GERAL

10.001.15.122.0015 – Infraestrutura a Serviço do Desenvolvimento do Município

10.001.15.122.0015.2041 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRET. DE INFRAESTRUTURA

10.001.15.122.0015.2041. 3390.39.0000 - Outros Serviços de Terceiro-P. JR$ 400.000,00

SUB TOTAL.....R$ 400.000,00

10 – SEC.MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, OBRA E URBANISMO

10.001 – GABINETE DO SECRETARIO

10.001.15 – Urbanismo

10.001.15.451. Infra estrutura

10.001.15.451.0015 – Infraestrutura a Serviço do Desenvolvimento do Município

10.001.15.451.0015.1079 – DRENAGEM E PAVIMENTACAO ASFALTICA EM RUAS E AVENIDAS

10.001.15.451.0015.1079. 4490.51.0000 – OBRAS E INSTALACOES -R$ 450.000,00

SUB TOTAL.....R$ 450.000,00

Art. 3º - Fica autorizado o Executivo Municipal, a fazer as adequações necessárias na seguinte Lei:

LEI ORDINÁRIA:

Lei Nº 2764/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentária

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 01 de julho de 2015

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2800/2015

Projeto de Lei nº 192/2015

Autor: Ver. Rincón do Celídio Marques - Vice-presidente

LEI Nº. 2800/2015

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS SKATISTAS DE COLÍDER".

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu NILSON JOSÉ SANTOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃODOS SKATISTAS DE COLÍDER, com registro no CNPJ sob nº 07.445.072/0001-91, com sede e foro, sito a Rua Arinos nº 1290, Setor Sul, Bairro Sagrada Família, cidade e Comarca de Colíder - Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 30 de junho de 2015

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2799/2015

Projeto de Lei nº. 201/2015

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2799/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR ADITIVO DE VALOR AO CONVÊNIO Nº. 002/2015 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - ESTADO DE MATO GROSSO E A GUARDA MIRIM DE COLÍDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **NILSON JOSÉ DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º

- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar em R$ 26.292,00 (vinte e seis mil duzentos e noventa e dois reais) o valor do repasse de recursos financeiros mediante convênio à GUARDA MIRIM DE COLIDER, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.359.843/0001-30, com sede na Av. Mal. Deodoro Fonseca, 67, Colíder - MT, 78500-000, aprovados pela Lei Municipal 2785/2015.

Art. 2º - O valor dos recursos financeiros passa de R$ 10.244,00 (dez mil duzentos e quarenta e quatro reais) cada parcela, para R$ 14.000,00 (catorze mil reais) cada parcela.

Parágrafo Único – O novo valor passa a vigorar já no repasse referente ao mês de junho de 2015.

Art. 3° **-** Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para ajuda de custo para o desenvolvimento de suas ações, aí compreendendo as despesas com manutenção de sua estrutura, conforme mencionado em Plano de Trabalho da entidade.

*Art. 4º***- Para atender despesas de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2015, vinculados à seguinte conta:**

09-SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

09.001-GABINETE DO SECRETARIO

09.001.08-ASSISTENCIA SOCIAL

09.001.08.244-ASSISTENCIA COMUNITARIA 09.001.08.244.0026-PROTECAO SOCIAL BASICA - MUNICIPIO QUE ACOLHE E PROTEGE

09.001.08.244.0026.1 009-APOIO A INSTITUICOES SOCIAIS E FILANTROPICAS DO

09.001.08.244.0026.1 009-335041.00.00 Contribuições - R$ 26.292,00

Art. 5º A entidade beneficente do repasse de recursos de que trata esta lei deverá efetuar a prestação de contas pela utilização dos recursos financeiros recebidos mensalmente até o último dia útil do mês subsequente ao mês correspondente à parcela recebida, sob pena, de suspensão imediata das transferências das demais parcelas vencidas, as quais ficarão retidas até a apresentação e aprovação da citada prestação de contas, nos termos da Instrução Normativa SCV Nº. 12 – Sistema de Convênios e Consórcios, aprovado através do Decreto Municipal Nº.113- 2009 de 13 de novembro de 2.009.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 6º - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar um aditivo na minuta do convênio para alterar o valor do repasse, conforme disposto no art. 2º.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE JUNHO DE 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 673/2015

LEI Nº 673/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

"ESTABELECE REGRAS PARA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA), E REVOGA AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/1993, DE 25 DE MAIO DE 1993, E DEMAIS DISPOSIÇÕES ANTERIORES EM CONTRÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo normas para sua adequada aplicação, bem como sobre a regulamentação do sistema institucional de apoio à sua formulação e execução.

***Parágrafo Único*.** Esta Lei aplica-se, no âmbito público, aos órgãos e entidades municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional e, fora dele, à população e entes representativos da sociedade civil organizada e às entidades de atendimento arroladas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º. A proteção integral à criança e ao adolescente prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente será assegurada através de uma rede de proteção caracterizada pelas ações de todos os órgãos da Administração Pública do Município de Confresa e de órgãos não governamentais, por meio de programas, projetos e atividades regulares e especiais, mobilização da comunidade, da sociedade civil organizada, das entidades filantrópicas, dos governos Estadual e Federal e de qualquer cidadão.

Art. 3º.O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Confresa será precedido da elaboração de programas específicos, com a respectiva previsão dos recursos necessários.

Capítulo II DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º. A Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do Município de Confresa será efetivada através dos seguintes órgãos e providências:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA;

IV - Da integração de todas as dotações destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente em funções, programas, projetos e atividades, claramente indicados no orçamento municipal.

Seção II

DO APOIO FINANCEIRO À VIABILIZAÇÃO

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º. Os recursos destinados às políticas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente serão claramente identificados nas dotações dos órgãos e entidades municipais integrantes do Orçamento Anual do Município de Confresa.

Capítulo II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Seção I

DA NATUREZA

Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Confresa – CMDCA, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 01/1993, de 25 de maio de 1993, é órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações, em todos os níveis, de implementação desta mesma política e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Parágrafo único.*Incumbe ao CMDCA, ainda, zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme previsto no art. 4º, *caput,* e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", e artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, da Lei nº 8069/90, e no art. 227, *caput,* da Constituição Federal. Art. 7º. Haverá, nos limites do Município de Confresa um único Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, composto paritariamente de representantes do governo municipal e da sociedade civil organizada, garantindo-se a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e sócio educativas previstas nos artigos 87, 101 e 112, da Lei 8069/90.

§1º. O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA integra a estrutura do Governo Municipal, vinculando-se administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, com autonomia decisória sobre as matérias de sua competência.

§2º. As decisões do CMDCA, no âmbito de suas atribuições e competências, tomadas por voto de maioria absoluta de seus membros, materializadas em resoluções, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§3º. Em caso de infringência de suas deliberações, o CMDCA representará ao Ministério Público visando a adoção de providências cabíveis, bem assim aos demais órgãos legitimados no art. 210, do ECA, para que demandem em Juízo mediante ação mandamental ou ação civil pública.

Art.8º. Nos termos do art. 89, do ECA, a função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. Cabe à administração municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, o custeio ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, titulares ou suplentes, para que possam se fazer presentes a reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais devam representar oficialmente o Conselho, mediante dotação orçamentária específica.

Art. 9º. A representação do CMDCA será exercida por seu Presidente, eleito por maioria absoluta de seus integrantes, conforme disposto no Regimento Interno respectivo, cabendo-lhe dirigir todos os atos inerentes ao exercício de suas funções, bem como representá-lo perante os órgãos, entidades e pessoas a quem se dirigir.

Parágrafo único. O exercício da função junto ao Conselho de Direitos - CMDCA, titular ou suplente, requer disponibilidade para efetivo desempenho de suas atividades, em razão do interesse e da prioridade absoluta assegurado aos direitos da criança e do adolescente

Seção II

ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO

Art. 10. Compete ao Poder Executivo Municipal fornecer instalações físicas, pessoal e estrutura técnica, administrativa e institucional necessárias ao adequado funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, devendo, para tanto, instituir dotação

orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Parágrafo único. A dotação orçamentária a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo CMDCA, inclusive despesas com capacitação dos conselheiros.

Seção III

PUBLICAÇÃO DOS ATOS DELIBERATIVOS

Art. 11. Os atos deliberativos do CMDCA deverão ser publicados no órgão de imprensa oficial local, seguindo as mesmas regras de publicação dos demais atos do Poder Executivo.

Seção IV

DA COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Confresa - CMDCA será composto por 09 (nove) membros, sendo:

I – 4 (quatro) representantes do Governo Municipal, sendo:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; e

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças.

II – 4 (quatro) representantes de organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades voltadas, direta ou indiretamente, à proteção aos direitos da criança e do adolescente;

III – 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal.

Subseção I

DOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Art. 13. Os representantes do Governo Municipal junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão designados pelo Chefe do Executivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início do mandato, dentre servidores integrantes de setores responsáveis pelas políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento.

Parágrafo Único – Para cada titular será indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do Conselho respectivo.

Art. 14. A duração do mandato do representante governamental no CMDCA está condicionada à expressa manifestação contida no ato designatório da autoridade competente, podendo se estender para todo o mandato.

§ 1º. O afastamento de qualquer dos representantes do Governo Municipal junto ao CMDCA deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo às atividades do Conselho.

§ 2º. A autoridade competente deverá designar o novo conselheiro governamental no máximo cinco dias antes da próxima assembleia geral ordinária subsequente ao afastamento, enviando ao presidente do CMDCA para registro.

Subseção II

DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Art. 15. A representação da sociedade civil visa garantir a plena participação da população por meio de organizações representativas escolhidas em fórum próprio.

§ 1º. Poderão participar do processo de escolha as organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos dois anos e com atuação no âmbito territorial do Município de Confresa com atividades voltadas, direta ou indiretamente, à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º. A representação da sociedade civil no CMDCA, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida pela direção da entidade, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha.

§ 3º. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA deverá será disciplinado por Resolução do próprio CMDCA, aprovada por maioria absoluta de seus membros, observado o seguinte:

I - instauração do processo seletivo pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato;

II - designação de comissão eleitoral composta por membros do CMDCA, representantes da sociedade civil, para organizar e realizar o processo eleitoral; e,

III - convocação de assembléia para deliberar exclusivamente sobre a escolha.

Art. 16. O mandato no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA pertence à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante.

Parágrafo Único - O mandato a que se refere este artigo será de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição uma única vez, através do mesmo processo seletivo.

Art. 17. A eventual substituição de qualquer dos representantes das organizações da sociedade civil no CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada pela direção da entidade, para que não ocorra prejuízo às atividades do Conselho.

Art. 18. Os representantes da sociedade civil junto ao CMDCA serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a proclamação do resultado da eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e respectivos representantes, titulares e suplentes.

§1º - É vedada a indicação de entidades ou nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao CMDCA.

§2º – A posse será dada pelo Prefeito Municipal em sessão pública e solene, amplamente divulgada pelos meios de comunicação mais acessíveis à população local.

Art. 19. O Ministério Público será informado dos atos do processo de escolha dos representantes da sociedade civil organizada, para acompanhamento e fiscalização de sua regularidade.

Seção V

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 20 - Não poderão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA:

I - Membros de conselhos de políticas públicas;

II - Representantes de órgãos de outras esferas governamentais;

III - Ocupantes de cargo de confiança ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV - Membros do Conselho Tutelar;

V - Aquele que não preencha os seguintes requisitos:

a) gozar de idoneidade moral;

b) ter idade igual ou superior a 21 anos;

c) residir no município há pelo menos 02 (dois) anos;

d) ser eleitor no Município respectivo e estar em pleno e regular gozo dos seus direitos políticos;

e) ter ao menos curso fundamental completo.

VI - Membros e serventuários do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Município de Confresa.

Seção VI

DA COMPETÊNCIA

Art. 21. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Confresa - CMDCA:

I - Formular ou, de qualquer forma, opinar e intervir na formulação das políticas de âmbito municipal voltadas aos interesses da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, captação e aplicação dos recursos a esse fim destinados;

II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças, e dos bairros ou de zona urbana ou rural onde convivam ou residam;

III - Apresentar as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se executa no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V - Registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham, além de outras formas previstas em lei, programas de:

a) orientação, apoio e acolhimento familiar;

b) orientação e apoio sócio-educativo em meio aberto;

c) acolhimento institucional;

d) liberdade assistida;

e) semiliberdade;

f) internação.

VI – efetuar a inscrição dos programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais e das organizações da sociedade civil que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

VII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Conselhos Tutelares do Município;

VIII - Requisitar assessoramento e apoio técnico especializado junto aos órgãos da Administração Municipal, em petição escrita e fundamentada;

IX - Acompanhar e fiscalizar o emprego de todas e quaisquer verbas obtidas pelo Município para aplicação direta ou indireta à política municipal de atendimento da criança e do adolescente, bem como a administração e prestação de contas de recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Seção V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 22. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA estabelecerá regras para seu funcionamento através de regimento interno, prevendo, dentre outras questões:

I - A estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria, definindo suas respectivas atribuições;

II - A forma de escolha dos membros da Presidência e demais cargos da Diretoria, assegurando-se o direito a alternância entre representantes do Governo e da Sociedade Civil;

III - A forma de substituição dos membros da presidência, na falta ou impedimento dos mesmos;

IV – A forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e a participação da população em geral;

V – A forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações, coma obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;

VI - A possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII - O quórum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias;

VIII - As situações em que o quórum qualificado deve ser exigido no processo de tomada de decisões com sua expressa indicação quantitativa;

IX - A criação de comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;

X - A forma como ocorrerá a discussão das matérias em pauta;

XI - A forma como se dará a participação dos presentes na assembleia ordinária;

XII - A garantia de publicidade das assembléias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XIII- A forma como serão efetuadas as deliberações e votações das matérias, com a previsão de solução em caso de empate;

XIV - A forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas ou prática de ato incompatível com a função;

XV - A forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público, quando tal se fizer necessário.

Seção VI

DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 23. Na forma do disposto nos artigos 90, parágrafo único e 91, da Lei nº 8.069/90, cabe ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA:

I - Efetuar o registro, no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, de todas as organizações da sociedade civil sediadas no Município de Confresa que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, *caput,* e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90; e,

II - Efetuar a inscrição no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, a serem executados no Município de Confresa por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. A cada 2 (dois) anos, o CMDCA promoverá o recadastramento das entidades e dos programas em execução no Município, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada.

Art. 24. Através de Resolução, votada por maioria absoluta de seus membros, o CMDCA indicará a relação de documentos a serem apresentados pelas entidades a que se refere o artigo anterior para fins de registro, considerando o disposto no art. 91, do ECA.

Parágrafo único. Os documentos exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 25. Quando do registro ou renovação, o CMDCA, com o auxílio de outros órgãos e serviços públicos, deverá certificar-se da adequação da entidade ou do programa às normas e princípios estatutários pertinentes, bem

como a outros requisitos específicos que venham justificadamente a exigir por meio de resolução própria.

§ 1º. Será negado o registro à entidade, nas hipóteses relacionadas no art. 91, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, e em outras situações definidas em resolução do CMDCA.

§ 2º. Será negado registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos na Lei nº 8.069/90 ou seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, traçada pelo CMDCA.

§ 3º. O CMDCA não concederá registros para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

§ 4º. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, será cassado o registro concedido à entidade ou programa, comunicando-se o fato à autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 26. Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no CMDCA, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar, para adoção das medidas previstas nos artigos 95, 97, 191, 192 e 193 da Lei nº 8.069/90.

Art. 27. O CMDCA expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme previsto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, *caput,* da Lei nº 8.069/90.

Seção VII

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 28. São deveres do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pela dignidade de suas funções, por suas prerrogativas e pelo respeito às autoridades constituídas;

III - Desempenhar com zelo e presteza as suas funções;

IV - Residir no Município;

V - Comparecer regularmente às sessões ordinárias e extraordinárias;

VI - Guardar sigilo sobre assuntos que venha a ter conhecimento em razão do cargo, relativos à conduta de membros do Conselho Tutelar ou de criança ou adolescente alvo de sua atuação;

VII - Não praticar atos de improbidade administrativa;

VIII - Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público;

IX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

Art. 29. Aos membros do Conselho Municipal - CMDCA aplicam-se as seguintes vedações:

I - Receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, ou qualquer outra forma de recompensa, com exceção dos benefícios previstos no artigo 8º, parágrafo único, desta Lei;

II - Extrair cópia, retirar ou divulgar, sem autorização do Presidente, qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Valer-se do cargo para lograr proveito próprio ou alheio, em detrimento da dignidade da função pública;

Seção VIII

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 30. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA são passíveis das seguintes penalidades:

I - Advertência.

II - Censura.

III - Suspensão por até 90 dias.

IV - Cassação do mandato.

Art. 31. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo, mantendo-se o evento em registro em livro ou arquivo eletrônico próprio.

Art. 32. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

Art. 33. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às vedações previstas nesta lei.

Art. 34. A penalidade de cassação do mandato será aplicada nos casos de:

I - Reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

II - Prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal;

III – Prática de conduta que atente contra os deveres previstos no artigo 28 desta lei, independentemente do trânsito em julgado do processo respectivo;

IV - Falta por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) alternadas a sessões deliberativas do CMDCA, sem justificativa aceita pelo Conselho;

V - For constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidas pelo art. 4º, da Lei Federal nº 8.429/92.

VI - Incontinência pública ou conduta escandalosa;

VII - Ofensa física em serviço, a membro do Conselho, servidor público ou a particular;

VIII - Revelação de assunto sigiloso relativo a criança e adolescente, do qual teve ciência em razão do cargo;

IX - Quando for determinada a suspensão cautelar de dirigente de entidade da sociedade civil que atua no CMDCA, de conformidade com o art. 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 da mesma lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos arts. 191 a 193 do mesmo diploma legal.

X - Deixar de pertencer à instituição que o indicou como representante no Conselho;

XI -Perder a função no órgão público que o indicou.

§ 1º Na hipótese do inciso III, deste artigo, havendo decisão judicial condenatória transitada em julgado, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, independentemente da instauração de processo administrativo, por decisão de maioria de seus membros, com *quorum* de metade mais um de seus integrantes, declarará vago o cargo, dando posse imediata ao primeiro suplente.

§ 2º. Na hipótese do inciso IX, o CMDCA, por decisão de maioria de seus membros, com *quorum* de metade mais um, poderá determinar o afastamento cautelar do integrante enquanto perdurar a suspensão cautelar no processo judicial, seguindo-se a cassação do mandato, quando for aplicada, no processo judicial, as medidas de afastamento definitivo do dirigente, fechamento da unidade ou programa ou cassação do registro da entidade, previstas no art. 97, do ECA.

§3º. Nas situações do parágrafo 2º deste artigo, quando ocorrer o afastamento definitivo do dirigente, será a entidade notificada a indicar outro

representante no CMDCA, ou nomeado o suplente; quando ocorrer o fechamento da unidade ou programa ou a cassação do registro, a entidade será excluída do CMDCA, promovendo-se novo processo de seleção para preenchimento da vaga aberta.

Art. 35. O afastamento ou cassação de membro do CMDCA será imediatamente comunicado ao chefe do Poder Executivo ou à entidade não governamental que o indicou, para que nomeie, com urgência, outro representante, evitando prejuízos às atividades do Conselho.

Art. 36. A cassação do mandato dos representantes do governo municipal e das organizações da sociedade civil junto ao CMDCA, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo, conforme rito previsto nos artigos 94 a 125 desta lei, com garantia de contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta dos votos dos integrantes do mesmo Conselho.

Capítulo III

DOS CONSELHOS TUTELARES DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 37. O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Confresa criado pela Lei Complementar Municipal nº 01/1993, de 25 de maio de 1993, reger-se-á pela legislação federal pertinente, pelo disposto nesta lei, por seu regimento interno e deliberações do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. O regimento interno de que trata o *caput* deste artigo será aprovado por decisão do CMDCA, tomada por maioria de votos, com *quorum* de metade mais um de seus integrantes, mediante proposta dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 38. O Conselho Tutelar do Município de Confresa/Mato Grosso é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos em lei (Art. 131, ECA), estando vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho apenas para fins de execução orçamentária.

§ 1º. No exercício de sua atividade fim, o Conselho Tutelar não deve subordinação a qualquer outro órgão ou autoridade, podendo as suas decisões ser revistas apenas pela autoridade judiciária,na forma do art. 137, do ECA, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

§2º. A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo vedada a acumulação com qualquer outro cargo, emprego ou função remunerada, excetuada a função de magistério (art. 37, XVI, alínea "b", da Constituição Federal), quando houver absoluta compatibilidade de horários, inclusive com os plantões.

Art. 39. Constará obrigatoriamente da Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para:

I - O custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fac-símile e outros;

II - Proporcionar formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

III - O custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, como diárias, passagens, serviços de terceiros, e outros semelhantes;

IV - Garantir espaço físico adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição de prédio de uso exclusivo, seja por locação;

V - Garantir transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção;

VI - Garantir a segurança e manutenção de todo o seu patrimônio;

VII - O custeio de despesas com subsídios e capacitação dos conselheiros, bem como outras despesas necessárias ao bom funcionamento dos serviços que lhe são confiados.

§ 1º. Cabe ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, à qual está administrativamente vinculado, dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, conforme seja necessário para o pleno desenvolvimento de suas funções.

§ 2º. O Conselho Tutelar poderá requisitar serviços e assessoria nas áreas de educação, saúde, assistência social, dentre outras, com a devida urgência, de forma a atender o disposto nos artigos 4º, parágrafo único, e 136, inciso III, alínea "a", da Lei 8069/90.

§ 3º. É vedado o uso de recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Confresa – FMDCA para qualquer dos fins previstos neste artigo, exceto para a formação e qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares (Res. 139/2010/Conanda, art. 4º, § 6º).

§ 4º. O Conselho Tutelar encaminhará, até o dia 30 (trinta) do mês de novembro de cada ano, ao CMDCA, o Plano de Trabalho, contendo a previsão das despesas necessárias para sua execução e para o pleno funcionamento do Conselho Tutelar durante o ano seguinte, incumbindo ao Conselho de Direitos adotar as providências necessárias junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho para que tais despesas sejam previstas no orçamento global do Município.

Art. 40. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Seção II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 41. Cada Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução, por decisão de maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º - Haverá número de suplentes igual ao de membros eleitos.

§2º - A recondução, permitida por uma única vez, consiste na outorga, ao conselheiro tutelar titular do cargo ou suplente que tiver exercido a função de titular nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a inscrição, do direito de concorrer ao cargo por mais um período.

§ 3º - O outorgado à recondução deverá disputar a vaga em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de avaliação técnica, psicológica e de escolha por votação, sendo dispensado apenas da apresentação de documentação comprobatória dos requisitos enumerados no artigo seguinte desta lei.

Seção III

DOS REQUISITOS PARA INGRESSO

Art. 42. Poderão concorrer ao processo de escolha para composição do Conselho Tutelar do Município de Confresa os interessados que, na data da inscrição, preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

I - Ter reconhecida idoneidade moral, comprovada mediante a apresentação de certidões negativas cível e criminal da Justiça Comum Estadual e Federal da Comarca ou Região pelas quais o Município esteja compreendido;

II - Ter idade mínima de 21(vinte e um) anos;

III - Residir no Município de Confresa há pelo menos 2(dois) anos;

IV - Ter ensino médio completo, e/ou escolaridade compatível com a função ao tempo da inscrição;

V - Comprovar a aprovação em prova seletiva prévia, de caráter eliminatório, e em avaliação psicológica, realizadas pelo CMDCA sob a fiscalização do Ministério Publico;

VI - Ser eleitor do Município e estar em pleno e regular exercício de seus direitos políticos;

VII - Comprovar ter desenvolvido atividade voltada à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, em período mínimo, contínuo ou alternado, de 2 (dois) anos.

VIII - Não exercer atividades político–partidárias, função em órgão de partido político ou direção de entidades sindicais;

IX - Não exercer cargo ou mandato público eletivo;

X - Não ocupar cargo efetivo ou em comissão junto à Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, ressalvada a exceção prevista no artigo 37, inciso XVI, alínea "b", da CF, quando houver compatibilidade de horários.

§ 1º. Os requisitos previstos nos incisos VIII, IX e X, deste artigo, serão comprovados mediante declaração assinada pelo próprio candidato, no momento da inscrição.

§ 2º. Verificado, a qualquer tempo, o descumprimento de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo, a inscrição do candidato, ainda que já deferida, e todos os atos dela decorrentes, inclusive de nomeação, serão cancelados.

Seção IV

DA RECONDUÇÃO E PROCESSO DE ESCOLHA

DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 43. No final do primeiro semestre (mês de maio) que antecede a data da eleição para composição do Conselho Tutelar, o CMDCA reunir-se-á para deliberar sobre a recondução a que se refere o art. 41, §2º, desta lei, que poderá ser total ou parcial, de acordo com avaliação de merecimento a ser promovida pelo mesmo Conselho Municipal, na forma prevista no regimento interno respectivo.

Art. 44. Havendo ou não recondução, será constituída, nessa mesma sessão, Comissão Especial Eleitoral, composta de no mínimo quatro membros paritários, incumbida de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabendo-lhe ordenar o registro dos candidatos, decidir sobre as impugnações e publicar o resultado final da eleição com o nome dos eleitos e a votação obtida.

§1º. O registro dos candidatos far-se-á através de requerimento endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral, a ser protocolado no local e no prazo previstos em edital, devidamente acompanhado dos documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos por esta lei.

§2º. Estará impedido de integrar a Comissão Especial Eleitoral o membro que tenha laços de parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer dos inscritos no certame, devendo o presidente do CMDCA promover a sua substituição.

§3º. O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será também o Presidente da Comissão Eleitoral.

§4º. Todos os atos praticados pela comissão de seleção serão comunicados imediatamente ao Promotor de Justiça da Comarca.

§5º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá, por disposição da Lei Federal nº 12.696/2012, a cada 4 (quatro) anos, e será realizada, obrigatoriamente, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 6º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao do processo de escolha.

Subseção I

DA DIVULGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 45. Caberá ao CMDCA, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante Resolução específica, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069/90, na legislação municipal respectiva e nas Resoluções mais recentes do Conanda.

§1º. A Resolução do CMDCA, regulamentadora do processo de escolha, deverá prever, dentre outras disposições:

I - o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie, no mínimo, três meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício;

II - a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133, da Lei 8069/90 e nesta Lei Municipal;

III - as regras de campanha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções, de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, familiar, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros; e

IV - a criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§2º. A resolução de que trata o parágrafo anterior não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei Federal 8.069/90 e por esta lei.

§3º. O processo eleitoral de que trata este artigo deverá estar concluído pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares.

§4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal de Confresa através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, o custeio de todas as despesas para realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§5º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 46. Cabe ao CMDCA dar ampla publicidade ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante publicação de edital de convocação do pleito na imprensa oficial, página oficial do Município, do CMDCA e Conselho Tutelar na internet, nos meios de comunicação disponíveis no território do Município, afixação de edital em locais de amplo acesso ao público, chamadas de rádio, televisão, jornais impressos e eletrônicos, blogs e outros meios de divulgação disponíveis.

§1º. O edital conterá, dentre outros, os requisitos à candidatura, a relação de documentos a serem apresentados pelos candidatos, as regras de campanha e calendário de todas as fases do certame.

§2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre o papel do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069/90.

Art. 47. Compete, ainda, ao CMDCA tomar, com a antecedência devida, as seguintes providências para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

I - Obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como o software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso;

II - Em caso de impossibilidade do fornecimento de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento de listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente; e

III - Garantir o fácil acesso aos locais de votação, preferindo-se aqueles que já sejam utilizadas como sessões eleitorais pela Justiça Eleitoral ou espaços públicos comunitários.

Art. 48. O CMDCA deverá delegar à Comissão Especial Eleitoral, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observados os mesmos impedimentos impostos por esta lei para composição do Conselho Tutelar.

§ 1º. A composição, assim como as atribuições da Comissão Eleitoral prevista no *caput* deste artigo, devem constar da resolução regulamentadora do processo de escolha.

§ 2º. A Comissão Eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§3º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à Comissão Eleitoral:

I - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências parar apurar a verdade dos fatos.

§ 4º. Das decisões da Comissão eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para julgá-los.

§ 5º. Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando cópia ao Ministério Público para ciência e acompanhamento.

§ 6º. Cabe, ainda, à Comissão Especial Eleitoral:

I - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados no pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição de sanções previstas na legislação local;

II - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - Escolher e divulgar os locais de votação;

VI - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da Resolução regulamentadora do pleito;

VII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar local a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança nos locais de votação e apuração;

VIII - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e,

IX - Resolver os casos omissos por decisão da maioria absoluta de seus membros.

§ 7º. O Ministério Público será pessoalmente notificado de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão Eleitoral e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 49. O CMDCA deverá envidar todos os esforços possíveis para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opões de escolha pelos eleitores e de obter o número de titulares e suplentes exigidos por lei, sem a realização de processo de escolha suplementar.

Subseção II

DA AVALIAÇÃO SOBRE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Art. 50. Os candidatos que tiverem a inscrição deferida submeter-se-ão a avaliação técnica através de prova escrita, com questões objetivas e discursivas, com abordagens de situações práticas, sobre o direito da criança e do adolescente e língua portuguesa, compreendendo-se a interpretação da Constituição Federal (artigos 227 a 229), da Lei 8069/90 e da legislação municipal pertinente.

Parágrafo único. A prova de que trata este artigo terá caráter eliminatório, somente sendo considerado aprovado para participar da etapa seguinte (psicológica) os candidatos que obtiverem pelo menos nota 60 (60%), numa avaliação variável de 0 a 100 pontos.

Subseção III

DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Art. 51. Após o resultado da prova escrita, os candidatos aprovados serão submetidos a avaliação psicológica, a ser realizada por profissionais indicados pelo CMDCA, que, após a aplicação dos exames técnicos devidos, os identificará como “aptos” ou “inaptos” para o exercício da função.

Subseção IV

DA ESCOLHA POR ELEIÇÃO

Art. 52. Os candidatos que forem considerados “aptos” no exame psicológico, submeter-se-ão, em seguida, ao processo de escolha por votação, sendo considerados membros do Conselho Tutelar titulares os cinco mais votados (1º ao 5º lugar) e suplentes os cinco seguintes em ordem decrescente de votação.

Art. 53. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

I - Eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Confresa em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II - Candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; e,

III - Fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 54. Na hipótese de ocorrer empate na votação, será considerado eleito o candidato que:

I - Obtiver nota superior na avaliação técnica (prova escrita);

II - Apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência, comprovada por meio de documentação a ser apresentada no ato da inscrição;

III - Residir a mais tempo no Município; e,

IV - Tiver maior idade.

Parágrafo único. Os mesmos critérios de desempate deste artigo serão utilizados para resolver eventual impasse gerado em decorrência da aprovação de dois ou mais candidatos com grau de parentesco que os proíba de servir no mesmo Conselho, nos termos desta lei.

Art. 55. Se o número de candidatos selecionados for insuficiente para compor o Conselho Tutelar e o rol de suplentes (10 membros), o Conselho Municipal – CMDCA deflagrará processo de escolha suplementar para o

preenchimento das vagas em aberto, seguindo-se as mesmas regras estabelecidas nesta lei.

Subseção V

DA POSSE

Art. 56. Encerrado o processo eleitoral, divulgada a lista dos escolhidos (titulares e suplentes) através dos meios de comunicação e divulgação utilizados pelo Executivo Municipal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no dia 10 do mês de janeiro do ano seguinte ao da eleição, em ato público e solene, dará posse aos eleitos.

§ 1º. Durante o mês seguinte à data da posse, todos os membros e suplentes eleitos executarão trabalhos junto ao Conselho Tutelar, acompanhando e inteirando-se dos serviços desenvolvidos e em andamento.

§2º. Nesse mesmo período, os novos conselheiros e suplentes participarão, também, de curso de capacitação, a ser realizado por deliberação do CMDCA.

§ 3º. Os Conselheiros Tutelares, titulares, eleitos deverão obrigatoriamente participar do Curso de Formação Continuada para Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos, oferecido pela Escola de Conselhos de Mato Grosso e do Curso de Formação para utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência- SIPIA/CT, promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos da criança e do Adolescente-CEDCA-MT.

Seção V

DA COMPETENCIA E FUNCIONAMENTO

Art. 57. Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo respeito aos direitos da criança e do adolescente definidos em lei, cumprindo as atribuições previstas na Lei 8.069, de 13.07.1.990, e nas disposições desta Lei Municipal.

Art. 58. O Conselho Tutelar do Município de Confresa funcionará, todos os dias úteis (segunda-feira a sexta-feira) no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em prédio exclusivo, com salas adequadas para a execução dos serviços.

§ 1º. Para atendimento fora do horário previsto no *caput* deste artigo, bem como aos finais de semana e feriados, será mantido plantão permanente constituído de pelo menos dois Conselheiros, cujos telefones deverão constar em local visível à entrada do prédio do Conselho Tutelar.

§ 2º. Durante os horários de expediente, dentre os membros do Conselho Tutelar que estiverem em atividade, deverão permanecer na sede do Conselho Tutelar, para atendimento ao público, pelo menos dois conselheiros.

§ 3º. O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências externas, atendimentos em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas.

§ 4º. A escala de plantões e serviços do Conselho Tutelar será elaborada e aprovada pelo seu colegiado por decisão de maioria simples.

Art. 59. A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa identificativa da sede do Conselho, em local de ampla visibilidade, voltada para a via pública;

II - Sala reservada para a recepção ao público e espera de atendimento;

III - Sala reservada para o atendimento privativo das ocorrências de sua competência; e,

IV - Banheiros para o público e de uso privativo dos conselheiros e funcionários.

Parágrafo único. O número de salas deverá ser proporcional ao volume da demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à celeridade e presteza do serviço, bem como à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 60. O Conselho Tutelar zelará para que seja preservada a identidade da criança ou adolescente atendido, abstendo-se de pronunciar publicamente sobre os casos trazidos ao Conselho.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar ou manusear no exercício de sua função.

§ 2º. A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a serviço do Conselho Tutelar.

Art. 61. No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais, inclusive indígenas, o Conselho Tutelar deverá:

I - Submeter a ocorrência à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como a representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II - Considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sócio-cultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8069/90.

Art. 62. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, por decisão de maioria absoluta de seus membros.

§1º. As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões ou durante a execução de atividades externas, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§2º. As decisões do Conselho Tutelar serão proferidas de forma escrita e motivada, em procedimento próprio, a ser mantido em arquivo físico ou eletrônico, na sede do Conselho.

§3º. As decisões proferidas serão comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 63. Quando estiverem sendo realizadas, no município, eventos festivos de grande expressão, abertos ao público, o Conselho Tutelar manterá posto de atendimento, realizando trabalho ostensivo e preventivo, devendo ser buscado apoio das Polícias Militar e Civil quando necessário para salvaguardar interesse de criança ou adolescente que estejam sendo violados, ou na iminência de o ser.

Parágrafo único. Nos eventos de menor expressão, bem como nas festividades realizadas em locais fechados, nos estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas, explorem jogos e diversões eletrônicas, bem como em outros locais públicos ou acessíveis ao público onde se tenha a presença de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar realizará visitas de rotina, visando zelar para que sejam respeitados os direitos da criança e do adolescente, adotando as providências previstas no art. 194, 101, I, VII c/c 93 e 129, VII, do ECA.

Art. 64. Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - Nas salas de sessões do CMDCA;

II - Nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III - Nas entidades de atendimento, nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV - Em qualquer recinto público ou privado acessível ao público, no qual se encontrem crianças ou adolescentes, ressalvada a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.

§1º. A casa, bem como os compartimentos de qualquer estabelecimento utilizado para moradia, é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela poden-

do penetrar sem consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, ou, ainda, durante o dia, por determinação judicial.

§2º. Sempre que necessário, o membro do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais de proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 65. O Conselho Tutelar, tomando conhecimento de qualquer violação a direito da criança ou do adolescente ou de qualquer ato infracional que venha a ser praticado por criança, deslocar-se-á até o lugar de sua ocorrência, adotando as providências de sua alçada, inclusive as definidas nos artigos 101, I a VIII, e 129, I a VII, da Lei n.8.069, de 13.07.90.

Art. 66. Um dos Membros do Conselho Tutelar acumulará as funções de Coordenador, cabendo-lhe representá-lo em todos os atos e perante as autoridades e pessoas a que se dirigir, além de ordenar e fiscalizar todas as atividades administrativas internas do Conselho.

Art. 67. Somente em casos de menor complexidade e de extremada urgência poderá atuar um único membro do Conselho Tutelar, ficando a validade de sua decisão condicionada à confirmação por maioria absoluta de seus membros.

Art. 68. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria absoluta, em reunião ordinária, a ser realizada ao menos uma vez por quinzena, ou extraordinária, a ser realizada sempre que houver urgência na deliberação.

Art. 69. Todas as denúncias atendidas pelo Conselho Tutelar serão registradas em livro próprio, com folhas numeradas, ou através de sistema de informação para a infância e adolescência – SIPIA/CT, e os fatos inseridos em sua esfera de atribuições serão apurados em procedimento instaurado mediante portaria, com numeração controlada pela coordenadoria, sendo, ao final, submetido à decisão na reunião ordinária subsequente ou extraordinária.

§ 1º. Os conselheiros que atuarem no procedimento elaborarão relatório a ser submetido a julgamento na reunião ordinária ou extraordinária, sugerindo a medida aplicável, dentre as previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º. Os procedimentos que resultarem na aplicação de medidas de competência do próprio Conselho Tutelar, como nas hipóteses do art. 101, I a VI e VIII, e art. 129, I a VII, do ECA, após a decisão colegiada, desenvolver-se-á a fase de execução da medida, após a qual será novamente submetido ao órgão colegiado para homologação e arquivamento, ou adoção de outras providências que se revelarem adequadas.

§ 3º. Nas hipóteses em que couber o encaminhamento do procedimento ao Ministério Público, ao Juiz da Infância e da Adolescência ou a qualquer outra Instituição prevista no ECA, ou em casos de aplicação de qualquer medida estabelecida pela autoridade judiciária, será mantida cópia do feito em arquivo no Conselho Tutelar, para fins estatísticos e informativos.

Art. 70. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado o disposto no art. 136, inciso III, alínea “b”, IV, V, X e XI, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 71. As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas às formalidades legais têm eficácia plena e exequibilidade imediata.

§1º. Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado, requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8069, de 1990.

§2º. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática de infração administrativa prevista no art. 249, da Lei 8069, de 1990.

Art.72. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Conselho Tutelar o número de funcionários e de equipamentos e materiais de expediente que forem necessários ao bom desempenho de suas atividades.

Art. 73. Observados os parâmetros e normas definidos pela Lei 8.069, de 1990, pela legislação municipal local e Resoluções do Conanda, cabe ao Conselho Tutelar elaborar e submeter à aprovação do CMDCA o seu regimento interno.

Seção VI

DOS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS

Art. 74. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei 8.069/90, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, promulgada pelo Decreto nº 99.710/90, bem como nas Resoluções do Conanda, especialmente:

I - Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;

II - Proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;

III - Responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral, e do Poder Público, pela plena efetivação dos direitos assegurados a criança e ao adolescente;

IV - Municipalização da política de atendimento às crianças e adolescentes;

V - Respeito à intimidade e à imagem da criança e do adolescente;

VI - Intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;

VII - Intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção proteção dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - Proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;

IX - Intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e com o adolescente;

X - Prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensiva ou, se isto não for possível, em família substituta;

XI - Obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e,

XII - Oitiva obrigatória da criança e do adolescente em separado ou na companhia de seus pais ou responsável, ou de pessoa por ele indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Seção VII

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 75. O Conselho Tutelar tem por função zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente quando, por ação ou omissão, estiverem expostos a situações de risco ou de violação de seus direitos.

Art. 76. São atribuições do Conselho Tutelar e obrigações dos conselheiros, além de outras previstas nesta lei:

I - Atender às crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos incisos I a VI e VIII, do art. 101, do ECA, e, excepcionalmente, também a medida do inciso VII, nas hipóteses previstas no art. 93, do mesmo diploma legal;

II - Atender e informar os pais ou responsáveis, aplicando-lhes as medidas previstas nos incisos I a VII do art. 129, do ECA;

III - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, assistência e previdência social, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas nos incisos I a VI do artigo 101 do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - Expedir notificações;

VIII - Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessário;

IX - Assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e adolescente;

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 221, da CF;

XI - Representar ao Ministério Público para fins de ações de perda e suspensão do poder familiar;

XII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento (art. 191, ECA);

XIII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente (art. 194, ECA);

XIV - Elaborar seu regimento interno;

XV - Articular-se com outros órgãos públicos e entidades privadas, participar de mobilizações, campanhas, operações rotineiras e operações especiais, mutirões, realizados por órgãos públicos com o objetivo de prestar atendimento ao público, fiscalizar, coibir violações e garantir os direitos da criança e do adolescente;

XVI - Operar e manter atualizado o sistema informatizado de informações para a infância e adolescência do Município;

XVII - Manter registro dos atendimentos e providências adotadas pelo Conselho Tutelar;

XVIII - Encaminhar, quando solicitado, dados estatísticos e relatórios gerenciais aos órgãos competentes; e

§1º. Se, no exercício de suas atribuições, em virtude da gravidade da situação de risco, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público por escrito, encaminhando-lhe toda a documentação disponível, para que seja buscada, por via judicial, a aplicação da medida prevista no art. 101, VII ou IX, do ECA.

§2º. Na hipótese do parágrafo anterior, quando houver parente ou pessoa muito próxima que possa acolher a criança ou adolescente (família extensa), o Conselho Tutelar buscará a concordância dos pais ou responsável para que a criança ou adolescente fique sob a guarda imediata de fato dessas pessoas (afastamento familiar consensual), lavrando termo de entrega e responsabilidade e tomando a assinatura do recebedor, encaminhando, imediatamente em seguida, toda a documentação produzida ao Ministério Público para regularização, por via judicial, da guarda da criança ou adolescente.

§3º. Somente em situações de absoluta excepcionalidade e urgência poderá o Conselho Tutelar encaminhar a criança ou o adolescente diretamente a entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, devendo, em casos tais, ser feita, no prazo de 24 horas, a comunicação ao Juiz da Infância e Adolescência e ao Ministério Público (art. 93, ECA), para manuseio da ação judicial respectiva.

Art. 77. À exceção das situações excepcionais previstas nos parágrafos do artigo anterior, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e resultará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual seja garantido aos pais ou responsável legal o exercício do contraditório e ampla defesa (art. 101, §2º, ECA).

Art. 78. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Seção VIII

DAS PRERROGATIVAS E GARANTIAS

Art. 79. No exercício de sua função, o membro do Conselho Tutelar, além das prerrogativas e garantias conferidas pela Lei n.8.069/90:

I - Usarão credencial, confeccionada em tamanhos e cores facilmente visíveis, contendo nome completo e fotografia, expedida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Comarca;

II -Terão livre acesso a entidades governamentais e não governamentais referidas no art.90 da Lei 8.069, de 13.07.90, bem como a todos os locais públicos e particulares acessíveis ao público, respeitada a inviolabilidade do domicílio.

Parágrafo único. Exceto em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, a entrada do Conselheiro Tutelar no domicílio, sem a permissão do morador, só é possível durante o dia e com mandado judicial, podendo ser a medida requerida diretamente ao Juízo competente ou através da Promotoria de Justiça.

Art.80. A Administração Municipal, sempre que solicitado pelo Conselho Tutelar, colocará à sua disposição serviços técnicos especializados, cujos profissionais se deslocarão ao encontro da Criança ou adolescente que deles necessitem, adotando as medidas que se revelarem necessárias.

Art.81. São garantidos aos membros do Conselho Tutelar os direitos sociais conferidos pelo Art. 2º, inciso I a V, da Lei Municipal nº 549/2013, de 12 de julho de 2013.

§ 1º. Em todos e quaisquer casos de afastamento, por período igual ou superior a 15 dias, inclusive em virtude de férias ou licença, o conselheiro tutelar será substituído pelo suplente, o qual será convocado obedecendo-se a ordem de classificação e perceberá gratificação igual ao titular, proporcional aos dias trabalhados.

§ 2º. O conselheiro que, a serviço, tiver que se deslocar para local diverso do Município de Confresa fará jus a diária, nos mesmos valores previstos para os servidores públicos efetivos.

Seção IX

IMPEDIMENTOS

Art. 82.São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 83. São, também, impedidos de exercer o mandato de conselheiro tutelar, os membros e suplentes de conselhos deliberativos das políticas públicas do Município, assim como os mandatários de qualquer cargo eletivo e titulares de cargo efetivo ou em comissão, que não se enquadrem na exceção prevista no artigo 37, XVI, alínea “b”, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar, titular ou suplente, que pretender se candidatar a qualquer cargo público eletivo, deverá se desincompatibilizar da função no prazo exigido pela legislação eleitoral, e, sen-

do eleito, será declarado vago o seu cargo, dando-se posse definitiva ao suplente mais votado.

Art. 84. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de atuar no procedimento de atendimento quando:

I - A ocorrência atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - For amigo íntimo ou inimigo de qualquer dos interessados;

III - Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos envolvidos;

§1º. Nas situações mencionadas nos incisos deste artigo, se o conselheiro não se declarar impedido, o seu afastamento do procedimento poderá ser argüido pelo Coordenador do Conselho Tutelar ou por qualquer pessoa legitimamente interessada, dirigindo o requerimento, neste caso, ao Coordenador do Conselho Tutelar, devendo, o impasse, ser resolvido pelo CMDCA, em decisão proferida por maioria simples de seus membros.

§2º. O membro do Conselho Tutelar poderá, também, declarar-se suspeito para atuar em determinado procedimento, devendo expor as razões de sua suspeição.

Seção X

VACÂNCIA DO CARGO

Art. 85. A vacância do cargo de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - Renúncia;

II - Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada, considerada incompatível com o exercício da função de conselheiro;

III - Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

IV - Falecimento; ou

V - Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art. 86. Ocorrendo vacância do cargo de Conselheiro Tutelar, o CMDCA convocará o suplente mais votado para o preenchimento da vaga.

§1º. Quando, por desvinculação voluntária ou compulsória, não existir pelo menos dois suplentes, caberá ao CMDCA realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas disponíveis.

§3º. O suplente, uma vez convocado, deverá apresentar-se para o exercício da função no prazo máximo de 3 (três) dias, contados a partir do ato de convocação, sob pena de ser considerado desistente, dando ensejo ao chamamento do próximo na ordem de classificação.

Seção XI

DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 87. São deveres do membro do Conselho Tutelar, além de outros previstos em lei:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pelo prestígio da instituição à qual pertence;

III - Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

IV - Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

V - Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do CMDCA, conforme dispuser o Regimento Interno;

VI - Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII - Declarar-se suspeito ou impedido, nos termos desta Lei;

VIII - Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e familiares;

IX - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - Residir no Município;

XI - Prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XII - Identificar-se em suas manifestações funcionais;

XIII - Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XIV - Cumprir os horários de expediente previstos nesta lei, bem como os plantões para o qual for designado, além de outras tarefas confiadas pela coordenação do Conselho Tutelar;

XV - Guardar sigilo sobre os casos submetidos ao Conselho Tutelar;

XVI - Aplicar a medida de proteção em conformidade com a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

XVII - Levar ao conhecimento do Coordenador as irregularidades funcionais que tiver ciência;

XVIII - Zelar pela economia de material de expediente e pela conservação do patrimônio público; E

XIX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

Art. 88. Aos membros do Conselho Tutelar aplicam-se as seguintes vedações:

I - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - Exercer qualquer outra função pública, fora da hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea “b”, da CF;

III - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

IV - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, exceto quando em diligências ou por necessidade do serviço;

V - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - Valer-se da função para lograr vantagem em favor de si próprio ou de outrem;

VIII - Receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - Proceder de forma desidiosa no exercício de sua atividade;

X - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho.

XI - Exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições;

XII - Deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsável, previstas nos artigos 101 e 129 da Lei 8069 de 1990;

XIII - Descumprir os deveres funcionais mencionados nesta lei;

XIV - Exercer atividade político-partidária ou cargo de direção em partidos ou sindicatos;

XV - Exercer qualquer outra função pública que não esteja incluída na exceção prevista no artigo 37, inciso XVI, alínea “b”, da Constituição Federal;

XVI - Extrair cópia ou retirar, sem autorização do Coordenador, qualquer documento arquivado ou em trâmite pelo Conselho Tutelar.

Seção XII

DAS FALTAS E PENALIDADES

Art. 89. Os membros do Conselho Tutelar são passíveis das seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Censura;

III - Suspensão sem remuneração, por até 90 dias;

IV - Destituição da função.

§1º. A penalidade de advertência será aplicada, reservada e verbalmente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.

§ 2º. A penalidade de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em falta já punida com advertência.

§ 3º. A penalidade de suspensão será aplicada nos casos de reincidência de falta já punida com censura e no caso de violação às proibições previstas nesta lei.

§ 4º.A penalidade de destituição da função será aplicada nos casos de:

I - reincidência em falta já punida com a pena de suspensão;

II - prática de conduta que caracterize crime ou contravenção penal e que atente contra os deveres previstos no art. 87 desta lei;

III - abandono do cargo;

IV –i nassiduidade habitual;

V - improbidade administrativa;

VI - incontinência pública ou conduta escandalosa;

VII - ofensa física em serviço, a servidor ou a particular;

VIII - revelação de segredo do qual teve ciência em razão do cargo;

IX - acumulação ilegal de cargos ou funções públicas.

Seção XIII

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Subseção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 90. A apuração das faltas funcionais será feita mediante sindicância e processo administrativo.

§1º. A apuração de faltas puníveis com penas de advertência e censura se dará através de sindicância.

§2º. A apuração de faltas puníveis com penas de suspensão e de destituição da função se dará através de procedimento administrativo, a ser instaurado por deliberação de maioria simples do CMDCA, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros.

§3º. Durante o processo administrativo, poderá o CMDCA, por voto da maioria absoluta de seus membros, afastar o indiciado do exercício do cargo, por prazo não superior a 90 (noventa) dias, computando-se esse afastamento preventivo na pena de suspensão eventualmente aplicada.

Art. 91. No ato que determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar deverão constar, além do nome, a qualificação do indiciado, a exposição dos fatos que lhe são imputados e a designação da Comissão Processante, indicando os nomes do presidente e de seus membros e auxiliares.

Parágrafo único. A Comissão Processante, de que trata este artigo, será composta de pelo menos 3 (três) membros, sendo dois integrantes do CMDCA, preferencialmente um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal, e um integrante do Conselho Tutelar, indicado pelo respectivo Coordenador.

Art. 92. Os autos dos processos disciplinares e sindicâncias, após a execução da decisão, serão arquivados na secretaria do CMDCA.

Art. 93. Quando se verificar, pela sindicância ou procedimento administrativo, que o indiciado praticou fato tipificado como crime, a Comissão Processante enviará cópia dos autos ao Ministério Público.

Subseção II

DA SINDICÂNCIA

Art. 94. Instaurar-se-á sindicância:

I - Como preliminar do processo administrativo, sempre que a infração não for evidente ou não estiver suficientemente caracterizada;

II - Quando, não sendo obrigatório o processo administrativo, a infração deva ser apurada por meio sumário.

Art. 95. A sindicância será instaurada por decisão de maioria simples dos membros do CMDCA e presidida por um membro do mesmo conselho, indicado na mesma sessão, o qual poderá solicitar a designação de mais um membro e de servidores para auxiliá-lo nos trabalhos.

Art. 96. A sindicância, que terá caráter reservado, será concluída no prazo de 30 dias, a contar da data da instauração, podendo esse prazo ser prorrogado justificadamente por mais 15 dias, mediante requerimento da autoridade sindicante ao presidente do CMDCA.

Art. 97. Colhidos os elementos necessários à comprovação da materialidade e autoria dos fatos imputados, será ouvido o sindicado, que poderá, pessoalmente, no ato do interrogatório ou no prazo subseqüente de cinco dias, indicar provas de seu interesse, as quais serão deferidas a juízo da autoridade sindicante.

Art. 98. Concluída a produção de provas, o sindicado será intimado para, dentro de 5 (cinco) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por procurador, permanecendo os autos à sua disposição.

Art. 99. Decorrido o prazo de que trata o artigo anterior, o sindicante elaborará o relatório, em que examinará todos os elementos da sindicância e proporá as medidas cabíveis, encaminhando-o, juntamente com os autos, ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o qual submeterá ao plenário, que decidirá por voto de maioria simples, exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros, pela aplicação das penalidades previstas no artigo 89, incisos I e II, desta lei, ou pela instauração de procedimento administrativo, se se tratar de infração punível com as penalidades previstas nos incisos III e IV do mesmo dispositivo.

Subseção III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 100. A instauração de processo administrativo disciplinar será obrigatória para a apuração de fatos que, em tese, desafiam a aplicação das penas de suspensão e de destituição da função.

§1º. A apuração dos fatos será realizada por uma comissão constituída por três membros, sendo dois integrantes do CMDCA - um dentre os indicados pela sociedade civil e outro dentre os indicados pelo governo municipal - e um integrante do Conselho Tutelar, designados pelo mesmo Conselho, por votação de maioria simples, exigido quorum mínimo de metade mais um de seus membros, na mesma sessão em que se decidir pela instauração do processo.

§2º. A Comissão Processante dissolver-se-á automaticamente 10 (dez) dias depois do julgamento, permanecendo os seus integrantes, no período entre a entrega do relatório e a dissolução, à disposição da autoridade que determinou a instauração do processo, para quaisquer diligências ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

§3º. À Comissão Processante serão propiciados todos os meios necessários ao desempenho de sua função, inclusive a disponibilização de funcionários para auxiliá-la nos trabalhos do processo.

Art. 101. O processo terá início dentro do prazo de 5 (cinco) dias após a constituição da comissão e deverá estar concluído no prazo de 60 (ses-

senta) dias, a contar da data de instalação dos trabalhos, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por decisão de maioria simples do CMDCA, mediante proposta fundamentada do presidente da Comissão Processante.

Parágrafo único. Da instalação dos trabalhos será lavrado termo, que será assinado em reunião dos membros da comissão e anexado aos autos.

Art. 102. O indiciado será cientificado do processo através de notificação escrita, que conterá os termos da portaria de instauração e o teor da acusação, bem como a designação de dia, hora e local da audiência de interrogatório.

§ 1º - A notificação deverá ser feita pessoalmente, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação a data designada.

§ 2º - Quando houver denunciante e/ou vítima, serão estas pessoas ouvidas antes do interrogatório do indiciado, o qual, entretanto, será cientificado do ato, a ele podendo fazer-se presente, pessoalmente ou por intermédio de advogado legalmente constituído, com direito a reperguntas.

Art. 103. Após o interrogatório, o indiciado terá 3 (três) dias para apresentar defesa prévia, arrolar testemunhas, até o máximo de 5 (cinco), e requerer a produção de provas de seu interesse, que serão indeferidas se não forem pertinentes ou tiverem caráter meramente protelatório, a juízo da comissão.

Parágrafo único. Para viabilizar a defesa preliminar, os autos ficarão à disposição do indiciado, a partir do interrogatório e pelo prazo legal, na Secretaria da Comissão Processante.

Art. 104. Se o indiciado estiver ausente do lugar do processo, mas, em endereço conhecido, será notificado por carta registrada, e, se, em lugar ignorado, por edital, publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

Art. 105. Feita a notificação, sem que haja comparecimento do indiciado, será este declarado revel, prosseguindo-se o processo com o defensor que lhe for nomeado pelo presidente da Comissão, de preferência Advogado no exercício regular da atividade.

Art. 106. Apresentada a defesa preliminar, será designada data para audiência das testemunhas de acusação e de defesa, que serão intimadas com antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, notificando o indiciado e seu defensor para o ato.

Parágrafo único. Não sendo possível concluir-se no mesmo dia a produção da prova testemunhal, o presidente da Comissão designará data para a continuação, em uma ou mais vezes, notificando o indiciado e as testemunhas presentes.

Art. 107. Concluída a instrução, inclusive com a realização de perícia, diligências e outras provas que houverem sido requeridas e deferidas, o presidente saneará o processo, por despacho, reparando as irregularidades porventura existentes ou determinando a complementação de provas, se necessário, o que deverá ser feito no prazo máximo de 5 (cinco) dias, e, a seguir, mandará dar vista dos autos ao indiciado para, em igual prazo, oferecer alegações finais.

Parágrafo único. A vista será dada na Secretaria da Comissão, guardadas as devidas cautelas, e o prazo será em dobro, caso haja mais de um indiciado no mesmo processo.

Art. 108. Encerrado o prazo de que trata o artigo anterior, a comissão apreciará todos os elementos do processo, apresentando relatório no qual proporá, fundamentadamente, a absolvição ou a punição do indiciado, apontando, nesta última hipótese, a pena que lhe parecer cabível e o fundamento legal.

§ 1º. Havendo divergências nas conclusões, ficarão constando do relatório as razões de cada um dos votos ou do voto vencido.

§ 2º. Juntado o relatório, serão os autos e todos os documentos do processo remetidos, imediatamente, ao presidente do CMDCA, para que seja submetido a julgamento na próxima sessão.

Art. 109. Ao indiciado será assegurada ampla defesa, podendo reinquirir testemunhas e formular quesitos, pessoalmente ou através de defensor, e fazer-se representar nos atos e termos em que sua presença for dispensável.

Art. 110. As testemunhas serão obrigadas a comparecer às audiências, quando regularmente notificadas, e, se não o fizerem, poderão ser conduzidas pela autoridade policial, mediante solicitação do presidente da comissão.

Parágrafo único. As testemunhas poderão ser inquiridas por todos os integrantes da comissão e reinquiridas pelo presidente, após as reperguntas do indiciado.

Art. 111. A Comissão poderá deslocar-se de sua sede a fim de praticar algum ato ou diligência julgados convenientes para a instrução do processo.

Art. 112. Aos casos omissos neste Capítulo e Sessão, aplicam-se as regras pertinentes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Confresa.

Subseção IV

DO JULGAMENTO

Art. 113. De posse do processo disciplinar, contendo o relatório da Comissão Processante, o presidente do CMDCA o incluirá para julgamento na próxima sessão ordinária ou extraordinária, caso aquela não se realize no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento do processo.

§1º. Se os membros do CMDCA não se sentirem habilitados a proferir julgamento, poderão converter o feito em diligências, devolvendo-o à Comissão Sindicante, para os fins que indicarem, com prazo não superior a 10 (dez) dias.

§2º. Retornando os autos, será designada sessão extraordinária, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para julgamento.

Art. 114. O CMDCA decidirá o processo pelo voto de maioria absoluta de seus membros.

Art. 115. Das decisões que impuserem penalidade administrativa, caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo, ao Plenário do CMDCA.

Art. 116. O recurso será interposto pelo indiciado ou seu procurador, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento da decisão, por petição fundamentada dirigida ao presidente do CMDCA.

Art. 117. Recebida a petição, o presidente do CMDCA determinará a sua juntada ao processo, se tempestiva, procedendo-se ao sorteio de um relator, dentre os componentes do mesmo Conselho, e convocará uma reunião desse órgão para, no máximo, 15 (quinze) dias depois, proferir julgamento.

§1º. O recurso será decidido por votação de maioria absoluta dos membros do CMDCA, excluídos aqueles que fizeram parte do primeiro julgamento.

§2º. O indiciado será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 5 dias, ou, verificando estar em lugar não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital.

Art. 118. A penalidade aplicada, inclusive a perda do mandato, deverá ser convertida em ato administrativo do Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo ao CMDCA expedir Resolução declarando vago o cargo quando for o caso, dando posse ao suplente mais votado.

Subseção V

REVISÃO

Art. 119. Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo administrativo de que tenha resultado imposição de penalidade, sempre que forem aduzidos fatos novos ou circunstâncias ainda não apreciadas, suscetíveis de provar a inocência ou de justificar a imposição de penalidade mais branda, ou, ainda, no caso de constatação de vícios insanáveis no curso do procedimento.

§ 1º. Da revisão não pode resultar a agravação da penalidade aplicada.

§ 2º. A simples alegação de injustiça da decisão não será considerada como fundamento para a revisão.

§ 3º. Não será admitida a reiteração do pedido pelo mesmo motivo.

Art. 120. A revisão poderá ser requerida pelo próprio interessado ou seu procurador, e, se falecido ou interdito, pelo cônjuge, descendente ou irmão.

Art. 121. O pedido será dirigido ao presidente do CMDCA, que determinará a sua atuação e apensamento ao processo disciplinar respectivo, e designará comissão revisora, composta de 3 membros, na forma prevista no art. 100, §1º, desta lei.

§ 1º. A petição será instruída com as novas provas que o requerente possuir ou indicará aquelas que pretende produzir.

§ 2º. Não poderá integrar a comissão revisora aqueles que tenham funcionado na sindicância ou no processo administrativo.

Art. 122. Concluído o procedimento, o requerente, no prazo de 5 dias, será notificado para, querendo, apresentar alegações finais.

Art. 123. Exaurido esse prazo, com ou sem alegações finais, a comissão processante emitirá relatório conclusivo e enviará o processo ao presidente do CMDCA para julgamento.

Parágrafo único. O pedido revisional será julgado por maioria absoluta dos membros do CMDCA.

Art. 124. Julgada procedente a revisão, o presidente do CMDCA, conforme o caso, providenciará:

I - A renovação do processo disciplinar, nos casos de anulação;

II - O cancelamento, modificação ou substituição da penalidade, se julgada procedente.

Art. 125. O requerente será comunicado da decisão, pessoalmente ou por seu procurador, no prazo de 5 dias, ou, verificando estar em lugar não sabido, através da imprensa oficial, mediante edital.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - FMDCA

Seção I

DOS OBJETIVOS

Art. 126. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Confresa - FMDCA, criado pela Lei Complementar Municipal nº 01/1993, de 25 de maio de 1993, passa a ser disciplinado de acordo com as regras previstas na Lei nº8.069, de 1990, pelas disposições da Resolução nº 137/2010/CONANDA, nesta Lei e em Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. O FMDCA, do Município de Confresa vincula-se ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que é o órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente,responsável por gerir os recursos a ele carreados, fixar critérios para sua utilização e estabelecer o plano de aplicação desses recursos, conforme o disposto no artigo 260, §2º, da Lei 8.069/90.

Art. 127. O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e as aplicações dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente, segundo as deliberações do CMDCA, ao qual está vinculado.

§1º. As ações de que trata o *caput* deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente, expostos à situação de risco pessoal e social, bem como aos objetivos estabelecidos no art. 260, §2º, do ECA.

§2º. Os recursos deste Fundo poderão se destinar a pesquisa e estudos relacionados à situação da Infância e da Adolescência no Município, bem como à capacitação dos membros do Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º. Os recursos do FMDCA serão administrados segundo o programa definido pelo CMDCA, que integrará o orçamento do Município e será aprovado pelo Legislativo Municipal.

§5º. O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

§6º. No Município deve haver um único e respectivo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o art. 88, IV, da Lei n.º 8.069, de 1990.

Seção II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FMDCA

Art. 128. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Confresa - FMDCA, fica operacionalmente vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, sendo, o Secretário respectivo, o responsável em nomear servidor público como gestor e/ou ordenador de despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenhos, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§1º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA deve possuir personalidade jurídica própria (IN nº 1005/2010-Receita Federal do Brasil art.11), devendo ser cadastrado junto a Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República.

Art. 129. São atribuições do Conselho Municipal – CMDCA em relação ao Fundo – FMDCA – de que trata este Capítulo:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI – dar publicidade aos projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relató-

rio financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicação dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Art. 130. Compete ao Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o número de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, quadrimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4o, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei n° 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal;

X -fornecer ao Ministério Público, quando solicitada, demonstração de aplicação dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Seção III

DAS RECEITAS E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 131. São receitas do Fundo Municipal – FMDCA:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo “fundo a fundo” entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislação pertinente;

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Art. 132. Os recursos consignados no orçamento do Município de Confresa devem compor o orçamento dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelos Conselhos dos Direitos.

Art. 133. A definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, compete única e exclusivamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§1º. Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho de Direitos, deve ser facultado ao doador/destinador indicar, aquela ou aquelas de sua preferência para a aplicação dos recursos doados/destinados.

§2º. As indicações previstas acima poderão ser objeto de termo de compromisso elaborado pelo Conselho dos Direitos para formalização entre o destinador e o Conselho de Direitos.

Art. 134. É facultado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA chancelar projetos mediante edital específico.

§1º. Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA destinados a projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo o disposto nesta lei.

§2º. A captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§3º. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente fixará percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§4º. O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

§5º. Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§6º. A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Art. 135. O nome do doador ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Seção IV

DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 136. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I – desenvolvimento, por tempo determinado, não superior a 3 (três) anos, de programas e serviços complementares ou inovadores da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 137. É vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei, mediante deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Direitos – CMDCA.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no *caput*, é vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I – sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – para pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III – para manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV – para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V – para investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 138. O financiamento de projetos pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA condiciona-se à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 139. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei n° 4.320 de 1964.

Art. 140. Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA figurem como beneficiários de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, os seus representantes junto ao CMDCA estarão impedidos de atuar em comissão de avaliação e de proferir qualquer decisão que se refira direta ou indiretamente à escolha de tais entidades.

Art. 141. Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais, devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e aos Conselhos de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Art. 142. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deve utilizar todos os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal - FMDCA;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício; e

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 143. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA deve ser obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Parágrafo único. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve imediatamente apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 144. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 145. Constituem ativos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Confresa - FMDCA:

I - Disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas específicas previstas no artigo anterior.

II - Os direitos que vier a constituir.

III - Bens móveis e imóveis destinados à execução dos programas e projetos do Plano de Aplicação.

Art. 146. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da promulgação da Lei Orçamentária do Município, o Secretário Municipal responsável pela administração do Fundo apresentará ao Conselho Municipal, para análise e acompanhamento, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo, para apoiar os programas e projetos contemplados no Plano de Aplicação.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 147. A criação de outros Conselhos Tutelares no Município de Confresa será promovida por Lei Municipal, observados os seguintes critérios:

I - Reivindicação da população do local;

II - Índice de infrações aos direitos da criança e do adolescente;

III - Facilidade de acesso à população menos favorecida;

IV - Número de habitantes do lugar a ser instalado;

V - Extensão da área de abrangência da atuação do Conselho.

Art. 148. Os 5 (cinco) cargos de Conselheiros Tutelar criados pela Lei Complementar Municipal nº 01/1993, art. 18º, continuam vinculados, para fins unicamente de execução orçamentária, à estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, e serão providos para o exercício da função de confiança popular unicamente mediante o processo de seleção e eleição previsto nesta Lei, na Legislação Federal pertinente e em Resoluções do CONANDA que disciplinem ou venham a disciplinar a matéria, e serão nomeados e remunerados na forma desta lei.

Art. 149. O Poder Executivo Municipal, no prazo de 180(cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta lei, promoverá as adequações visando dotar o Conselho Tutelar das estruturas físicas exigidas para o exercício pleno de suas atividades.

Art. 150. Fica prorrogado o mandato dos atuais Conselheiros Tutelares até o dia 10.01.2016, dada em que será dada posse aos novos membros, eleitos para mandato de 4 (quatro) anos, de acordo com a Lei Federal 12. 696/2012.

Art. 151. Revogam-se todas as disposições anteriores editadas com o fim de regular o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Município de Confresa - CMDCA, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, especialmente a Lei Complementar Municipal nº 01/1993, de 25 de maio de 1993.

Art. 152. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 29 de Junho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 023/2015

DECRETO Nº 023/2015

"DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA CAMPANHA PARA INCENTIVO AO PAGAMENTO DO IPTU/2015 E DA PRORROGAÇÃO DA CAMPANHA DA ANISTIA PARCIAL DA MULTA E REMISSÃO PARCIAL DOS JUROS A CONTRIBUINTES INADIMPLENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 642/2015, de 27 de fevereiro de 2015, que autoriza o Poder Executivo Municipal a prorrogar referida campanha de incentivo a concessão de anistia parcial da multa e remissão parcial dos juros a contribuintes inadimplentes, mediante Decreto;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 643/2015, de 27 de fevereiro de 2015, que autoriza o Poder Executivo Municipal a prorrogar referida campanha de desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício financeiro de 2015, mediante Decreto;

CONSIDERANDO o grande número de contribuintes que ainda encontram-se inadimplentes com o pagamento do IPTU/2015;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização fiscal, para lavratura da escritura pública dos imóveis urbanos;

CONSIDERANDO a necessidade de incrementar a arrecadação de tributos no âmbito do município de Confresa – MT.

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o período estabelecido da campanha de incentivo a concessão de anistia parcial da multa e remissão parcial dos juros a contribuintes inadimplentes, conforme Municipal nº 642/2015, de 27 de fevereiro de 2015 e da campanha para pagamento à vista do IPTU/2015, conforme Lei Municipal nº 643/2015, de 27 de fevereiro de 2015, para o dia 31 de julho de 2015.

Art. 2º. A anistia e a remissão de que trata o artigo 1º abrange todos os créditos tributários e não tributários vencidos até 31 de dezembro de 2014, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados e a ajuizar, inclusive aqueles, objeto de acordo de parcelamento anterior não cumprido pelo contribuinte, e sofrerão a incidência das seguintes reduções:

I - Para o pagamento à vista dos tributos em atraso, será concedida anistia da multa e remissão dos juros no percentual de 80%;

II – Para pagamento parcelado, o desconto aplicado será de 25% do valor da multa e dos juros.

Parágrafo Primeiro. Os contribuintes interessados em usufruir do benefício da anistia e remissão, citados acima, para o caso de pagamento parcelado, deverão requerer o parcelamento em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas.

Parágrafo Segundo. O deferimento do pedido de parcelamento fica condicionado ao pagamento da primeira parcela no ato da formalização do acordo, vencendo as demais prestações do parcelamento em até 30 (trinta) dias subsequentes.

Parágrafo Terceiro. O inadimplemento de (03) três parcelas consecutivas do ajustamento para pagamento parcelado, importará na perda do benefício instituído por esta Lei, prosseguindo-se a cobrança pelo débito tributário original, devidamente corrigida e acrescida de juros e multa, conforme estabelece a legislação tributária do Município, abatidos os valores pagos anteriormente.

Art. 3º. Fica autorizado o Departamento de Tributos Municipal a conceder desconto de 25% (vinte e cinco por cento), para pagamento à vista, do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício financeiro 2015, realizada até o dia 31 de julho de 2015.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, , ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Confresa, em 01 de julho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 141/2015 - SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO - CRISTINA MOREIRA TAVARES

Portaria nº 141/2015 de 01 de Julho de 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 058/2014.

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear para ocupar cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO a Sra. CRISTINA MOREIRA TAVARES, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 140/2015 - DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

Portaria nº 140/2015 de 01 de Julho de 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 058/2014.

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear para ocupar cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO a Sra. HAYKA KATTRINY TEIXEIRA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 138/2015 - EXONERAÇÃO - HAYKA KATTRINY TEIXEIRA

Portaria nº 138/2015 de 01 de Julho de 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 058/2014.

RESOLVE;

Art. 1º - Exonerar do cargo Comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO a Sra. HAYKA KATTRINY TEIXEIRA lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 137/2015 - DESIGNAR SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE NÍVEL MÉDIO DA VIGILANCIA SANITARIA

Portaria nº 137/2015 de 29 de Junho de 2015.

DESIGNAR SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE FISCAL DE NÍVEL MÉDIO DA VIGILANCIA SANITARIA.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Designar o servidor Público Municipal efetiva o Sr. LUCIMAR MONTEIRO DA SILVA, matricula 012019 - Lotado na Secretaria Municipal de Saúde ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE VIGILANCIA PATRIMONIAL para Fiscalização da VISA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 29 de Junho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 139/2015 - EXONERAÇÃO - CRISTINA MOREIRA TAVARES

Portaria nº 139/2015 de 01 de Julho de 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 058/2014.

RESOLVE;

Art. 1º - Exonerar do cargo Comissionado de CHEFE DE SEÇÃO a Sra. CRISTINA MOREIRA TAVARES lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 136/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015 - COMISSÃO ESPECIAL PARA ORGANIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO

Portaria nº 136/2015 de 29 de Junho de 2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ORGANIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS PÚBLICOS, A

SEREM INSTITUÍDOS PELO EDITAL Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições constitucionais e legais, dentre elas as conferidas pelo art. 83º, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO: O disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

CONSIDERANDO: A existência, no quadro de pessoal da Administração, de vagas a serem preenchidas, gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço;

CONSIDERANDO: Os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para constituir a COMISSÃO ESPECIAL PARA ORGANIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO, a ser instituído pelo Edital nº 001/2015, os seguintes servidores:

MATRICULA	MEMBRO	FUNÇÃO	CLASSE
001166	REGINALDO DA SILVA FARIA	PRESIDENTE	SERVIDORES MUNICIPAL
011932	LUCIA GERALDO RIBEIRO	SECRETARIA	SERVIDORES MUNICIPAL
012022	JACIRA MENDES DA LUZ E SILVA	MEMBRO	SERVIDORES MUNICIPAL
000234	PAULO CEZAR DE CARVALHO	MEMBRO	SISPUMCONF
000036	DEUSIMAR COUTINHO RIBEIRO	MEMBRO	SERVIDORES DA CAMARA

Art. 2º - A presente comissão fica encarregada de tomar as providências necessárias para a realização do presente Concurso Público obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 3º - Compete ao Presidente desta Comissão solicitar junto ao Prefeito Municipal e demais Secretarias Municipais todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à execução do objetivo desta Portaria.

Art. 4º - A presente Comissão deverá fornecer todos os dados e informações precisas à empresa contratada, para que a mesma possa elaborar os editais necessários para a abertura do concurso público.

Art. 5º - Serão selecionados candidatos para o provimento dos cargos, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimentos constarão por inteiro teor do Edital do Concurso Público, observada as exigências e condições prescritas na Legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 6º - O Concurso Público reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo a Comissão nomeada por esta Portaria decidir sobre os casos eventualmente omissos.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa – MT, 29 de Junho de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO N°006/2015/CME/CONFRESA – MT

RESOLUÇÃO N°006/2015/CME/Confresa – MT

Dispõe sobre a regulamentação do Ensino Fundamental de Nove Anos de duração, no Sistema Municipal de Ensino de Confresa – MT.

O Conselho Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais, tendo como base a Constituição Federal de 1988 e as Leis n. 9394/1996, 10. 172/2001, 11.114/2005, 11.274/2006, Parecer 18/2005 – CNE/CEB, Resolução n. 03/2005/CNE/CEB, Resolução nº 262/02 – CEE/MT, Resolução nº 257/06 – CEE/MT, Resolução nº 07 de 14 de dezembro de 2010 do CNE/CEB e Resolução nº 002/2007/CME – Confresa - MT. E por decisão da Plenária de 30/06/2015.

RESOLVE:

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° – O Ensino Fundamental será de Nove Anos de duração, no Sistema Municipal de Ensino de Confresa – MT.

Art. 2° – O Ensino Fundamental, etapa da Educação Básica, constitui direito público subjetivo, sendo obrigatório e gratuito na escola pública, com duração mínima de nove (09) anos, compreendendo a faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade:

Ensino Fundamental – 06 a 14 anos de idade		
Anos iniciais	06 a 10 anos de idade	05 anos
Anos finais	11 a 14 anos de idade	04 anos

Parágrafo Único – É dever dos pais ou responsáveis efetuar matrícula no Ensino Fundamental das crianças com 06 (seis) anos de idade.

Art. 3º – A organização do Ensino Fundamental de Nove Anos deve articular-se com a Educação Infantil na perspectiva de continuidade do aprender com prazer, respeitando as fases de desenvolvimento próprio de cada criança.

Art. 4º – O Ensino Fundamental de Nove Anos é obrigatório em todas as escolas que compõem o Sistema Municipal de Ensino do Município de Confresa/MT, que terá por objetivo a formação básica do aluno, como sujeito de direito, visando:

I – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo em vista à aquisição de conhecimentos, atitudes, valores e habilidades;

II – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do calculo;

III – A compreensão do ambiente natural, social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

IV – O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana, cooperação e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 5º – O Ensino Fundamental com 09 (nove) anos de duração deverá organizar - se em ciclos, anos, períodos semestrais, alternância regular de período de estudo, grupos não seriados, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e que a opção seja na sua totalidade.

Art. 6º – A Instituição de Ensino, que iniciou a implantação do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos em 2007, conforme resolução 002/2007 do CME – Confresa - MT, deve adequar-se à nova organização de ensino nos termos das Leis pertinentes, orientada por esta Resolução.

Art. 7º – O Sistema Municipal de Ensino para ofertar o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, com ingresso aos 06 (seis) anos de idade, deve organizar o atendimento cumprindo:

I – Realizar chamada pública, conforme estabelece o Art, 5º da LDB/96;

II – Planejar oferta de vagas, definindo o numero mínimo de alunos por sala de aula;

III – Reorganizar o tempo e espaço escolar;

IV – Prover as instituições de ensino de recursos humanos suficientes;

V – Promover a formação continuada dos profissionais da educação;

VI – Adequar os materiais didáticos pedagógicos, acervo bibliográfico e mobiliário;

VII - Adequar materiais didáticos pedagógicos especializados para alunos com deficiência;

VII – Adaptar equipamentos e mobiliários para alunos com deficiência;

IX – Proporcionar suporte pedagógico para os alunos com dificuldades de aprendizagem;

X – Reorganizar a Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

XI – Assessorar e acompanhar a reorganização do Projeto Pedagógico da escola;

Art. 8 **– A Proposta Pedagógica, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, deve assegurar que a transição da Educação Infantil para a referida etapa, efetive-se de forma natural, evitando rupturas no processo de ensino e aprendizagem, resguardando o desenvolvimento da criança quanto aos aspectos sociais, culturais, emocionais, afetivos, cognitivos e linguísticos.**

Art. 9 – O aluno deficiente terá garantia aos serviços de Apoio Pedagógico Especializado.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CONFRESA.

Art. 10 – A matrícula do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos será para o aluno que completar 06 (seis) anos de idade, até 31 de março do ano letivo em curso.

Art. **11** – A Instituição de Ensino poderá optar por organizar o Ensino Fundamental, conforme:

Ensino Fundamental por ano de 09 (nove) anos:

Anos Iniciais	Anos Finais
1º ano / 2º ano / 3º ano / 4º ano / 5º ano	6º ano / 7º ano / 8º ano / 9º ano

CAPÍTULO III

DA MATRICULA E ENTURMAÇÃO

Art. 12 – O aluno que completa 06 (seis) anos até 31 de março do ano em curso, poderá ser matriculado no 1º ano do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.

Art. 13 – O Ensino Fundamental com duração de Nove Anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro anos finais, e foi implantado no Sistema Municipal de Ensino do Município de Confresa/MT, no ano de 2007, adotando a seguinte nomenclatura:

Etapa da Educação Básica	Idade prevista na matrícula	Duração
Ensino Fundamental	De 06 a 14 anos de idade	09 anos
Anos iniciais	De 06 a 10 anos de idade	05 anos
Anos finais	De 11 a 14 anos de idade	04 anos

Parágrafo Único – A Organização da Educação Infantil compreende:

Etapa da Educação Infantil	Idade prevista na matrícula	Duração
Educação Infantil	Até 05 anos de idade	05 anos
Creche	0 até 03 anos de idade	03 anos
Pré - Escola	04 e 05 anos de idade	02 anos

Art. 14 – Aluno com 07 (sete) anos de idade, que ingressar no Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, sem conhecimento prévio do ensino sistematizado, deve matricular-se no 1º ano, com possibilidade de reclassificação a partir do 2º Ano.

Art. 16 – O aluno sem experiência escolar e/ou em defasagem idade/ano deverá enturmar-se após avaliação feita pela equipe Pedagógica da Instituição de Ensino, juntamente com equipe Pedagógica da SMEELC, obedecendo à legislação e os critérios pré-estabelecidos no Projeto Politico Pedagógico da Unidade Escolar.

Art. 17 – **O aluno com deficiência será enturmado de acordo com o que dispõe a Lei n. 10.216 de junho de 2001, Resolução n. 02/2001/ CNE/CEB, a** Resolução n. 261/2002 – CEE/MT, o Parecer CNE/CEB Nº. 13/2009, a Resolução Nº 4, de 2 DE Outubro de 2009/CNE/CEB, a Resolução Normativa Nº 001/2012-CEE/MT e a Resolução nº 004/2015/CME/ Confresa – MT.

Parágrafo Único: O aluno com deficiência será encaminhado aos serviços de Apoio Pedagógico Especializados para atendimento às suas necessidades educacionais, conforme a Resolução n. 261/2002 – CEE/MT, o Parecer CNE/CEB Nº. 13/2009, a Resolução Nº 4, de 2 de Outubro de 2009/ CNE/CEB, a Resolução Normativa Nº 001/2012-CEE/MT e a Resolução nº 004/2015/CME/Confresa – MT.

CAPÍTULO – IV

DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Art. *18* – A Instituição de Ensino, ao ofertar Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, independente da sua forma de organização deverá reelaborar ou adequar sua Proposta Pedagógica observando a Constituição Federal, LDB n. 9.934/96, Planos Nacional e Municipal de Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Linhas Político Pedagógicas da SMEELC e desta Resolução.

Art. 19 – A Instituição de Ensino ao elaborar sua proposta pedagógica deverá reorganizar seu regimento interno adequando-o à mesma.

Art. 20 – Compete à Instituição de Ensino, ao elaborar a sua Proposta Pedagógica, abranger não apenas o primeiro ano, mas toda a estrutura do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, respeitando:

I – As fases do desenvolvimento humano;

II – Seleção e organização dos conteúdos nas diferentes áreas do conhecimento e atividades Pedagógicas.

III – A articulação família, escola e comunidade;

IV – As concepções de infância, do desenvolvimento humano, de ensino e aprendizagem, sem perder de vista a cultura e a ludicidade;

V – As características e às expectativas da comunidade;

VI – A descrição detalhada do espaço físico, das instalações e dos equipamentos, devidamente adequados à etapa de ensino;

VII – A definição dos parâmetros para organização das turmas e/ou grupos de alunos, considerando a faixa etária;

IX – A gestão escolar expressa nos princípios norteadores da Gestão Democrática;

X – O ensino Fundamental articulado com a educação infantil deve assegurar a continuidade do Processo de ensino e aprendizagem;

XI – A avaliação como processo com vistas ao desenvolvimento integral do aluno: (social, cultural, emocional, afetivo, cognitivo e linguístico);

XII – A formação continuada dos profissionais da escola visando à qualidade do ensino.

Art. 21 – A Instituição de Ensino deverá realizar anualmente avaliação do seu Projeto Político Pedagógico, possibilitando redirecionar a prática educativa.

Art. 22 – A Avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve ser contínua, ter caráter formativo e orientativo do processo pedagógico, com vistas a promover o acesso de todos os alunos ao conhecimento.

Art. 23 – O Sistema Municipal de Educação deve realizar a cada três anos, a Avaliação Institucional para a garantia da qualidade do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO – V

DA AVALIAÇÃO

Art. 24 - A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I – assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino;

b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;

c) manter a família informada sobre o desempenho dos alunos;

d) reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.

II – utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

III – fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, tal com determina a alínea “a” do inciso V do art. 24 da Lei nº 9.394/96;

IV – assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

V – prover, obrigatoriamente, períodos de acompanhamento pedagógico, de preferência paralelos ao período letivo, como determina a Lei nº 9.394/96;

VI – assegurar tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas;

VII – possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com defasagem idade-série.

Art. 25 - Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

I – a alfabetização e o letramento;

II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;

III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

§ 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades.

CAPÍTULO – VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 – Compete ao Sistema Municipal de Ensino assegurar a oferta da primeira etapa da Educação Básica/Educação Infantil para crianças até 05 (cinco) anos de idade.

Educação Infantil Até 05 anos de idade	
Creche	0 até 03 anos de idade
Pré Escola	04 e 05 anos de idade

Art. 27 – O profissional, para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, deverá ter a formação em nível Superior em Pedagogia, e para os anos finais Licenciatura Plena nas áreas específicas. Art. 28 – Os casos omissos deverão ser submetidos à SMEELC - Equipe Pedagógica, e ao Conselho Municipal de Educação para análise e deliberação. Art. 29 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Confresa - MT, 30 de junho de 2015.

_____

Evany Costa dos Santos

Presidente do CME/Confresa – MT

HOMOLOGO:

Agenora Moraes da Silva Miranda

Secretária Municipal de Educação Esporte Lazer e Cultura

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedoras do processo licitatório nº 051/2015 Pregão Presencial 039/2015, cujo objeto é o **Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de insumos e materiais hospitalares**, as empresas: Ret Farma Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. - ME. no valor Global de R$ 785.965.72, a empresa Pro-Remédios Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos Ltda., no valor global de R$ 890.294,30 e a empresa Biogen Distribuidora de Medicamentos Ltda., no valor Global de R$ 1.312.084,00.

Confresa 30 de Junho 2015.

José Carneiro da Silva,

Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO-CISAX

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 003/2013

CISAX – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGÚ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 02.601.738/0001-30, sediada narua 13 de maio nr 43 centro, Confresa-MT, neste ato repre-

sentado pelo Presidente Sr. **Gaspar Domingos Lazari,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade de n°. 1493514, inscrito no CPF sob o n°. 302.602.641-72, residente e domiciliado na Cidade de Confresa-MT, doravante denominado simplesmente de **LOCATÁRIO** e o senhor**Paulo Roberto Cunha,**brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade de n°. 3748659 SSP/GO, inscrito no CPF sob o n°. 274.137.641-72, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 385, Confresa-MT, chamado simplesmente de **LOCADOR**, por este instrumento particular, as partes qualificadas celebram de comum acordo o presente **CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS**, o qual obedecerá às disposições da legislação federal e estadual sobre a matéria e casos omissos, bem como às cláusulas e condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente aditivo é:

Prorrogação do prazo de vigência do contrato original 03/2013 por mais 09 (nove) meses.

A Cláusula terceira terá a seguinte redação:

O prazo de execução do presente contrato será de **30/06/2015 A 30/03/2016**

O prazo de conclusão dos serviços se dará no dia 30/06/2015 com o encerramento do contrato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Conforme, clausula terceira do contrato original.

2.1.1 – A alteração promovida por este Termo se deve ao seguinte fator:

A Administração do consórcio se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe em razão de serviços serem de caráter continuados de acordo com a lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E VALOR

3.1 O valor do presente termo aditivo é de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), dividido em 06 (seis) parcelas no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) referentes ao exercício de 2015.e mais 3 (três) parcela para o exercício de 2016.

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do consórcio, alocados na seguinte dotação orçamentária:

10.302.0003.0001 3.3.90.36.00.00.00.00 ---------- 12.500,00
10.302.0003.0003 3.3.90.36.00.00.00.00 ---------- 10.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – O presente aditivo será empenhado com recursos do Orçamento Anual de 2015

5.2 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

5.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa – MT, 30 de Junho de 2015

Gaspar Domingos Lazari. Paulo Roberto Cunha

LocatárioPresidente do Cisax Locador

Testemunhas:

Etevaldo Vasco Soares Juliana Mara Vieira de Melo

CPF: 340.085.861-72 CPF 296.314.638-85

RESULTADO TP 002/2015

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público o resultado do Processo Licitatório nº. 052/2015, Tomada de Preços nº. 002/2015, do tipo Menor preço global, objetivando a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Tapa Buracos em Ruas e Avenidas de Confresa, sendo vencedora do Certame a empresa José Gonçalves do Couto Neto EIRELI - ME, com o valor Global de R$ 195.777,82.

Confresa, 01 de Julho de 2.015.

José Carneiro da Silva

Presidente C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
LEI Nº 886/2015

LEI Nº 886/2015

"SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE COTRIGUAÇU, COM VISTAS A EFETUAR REPASSE FINANCEIRO PARA CONTRIBUIR COM A REALIZAÇÃO DA EXPOCOTRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado por esta Lei, a firmar convênio com SINDICATO RURAL DE COTRIGUAÇU, CNPJ: 08.840.770/0001-84 objetivando a cooperação mútua, visando contribuir para a Festa da 11ª EXPOCOTRI (Exposição Agropecuária de Cotriguaçu).a maior Festa do Município durante o ano.

ARTIGO 2º - Mediante assinatura do convênio de que trata o artigo 1º, o Poder Executivo fica autorizado a assumir a obrigação de efetuar ao Sindicato Rural de Cotriguaçu, repasse único até a data de 31 de agosto de 2015, correspondente a R$ 7.000,00 (sete mil reais).

ARTIGO 3º - Artigo 5º: Da dotação Orçamentária

02 – Executivo Municipal

001 – Gabinete do Prefeito

Natureza Despesa – 335043 – subvenções sociais

Órgão unidade – 2084 gestão e manutenção gabinete municipal

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu – Estado de Mato Grosso, aos 01 dias do mês de julho do ano de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
LEI Nº 885/2015

LEI Nº 885/2015

"SÚMULA: AUTORIZA A MUDANÇA DA DESTINAÇÃO DE USO DE ZONA URBANA PARA ZONA RURAL, DE ÁREAS DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ART. 1º. Ficam modificadas as **Destinações de Uso** dos imóveis relacionados abaixo, deixando de terem a Destinação Urbana, passando a ter a Destinação Rural:

I. Uma área de terras Urbana com 60,5002 HA, desmembrada da área Urbana Nº 04 (AU4), localizada neste Município de Cotriguaçu, Matrícula Nº 5.262 do RGI da Comarca de Cotriguaçu-MT, de 30/03/2015, de propriedade do SR. **SAMUEL ALVES, casado com ZILDA FRANCISCA ALVES;**

II. Uma área de Terras Urbana com 60,5002 HA, remanescente da área Urbana Nº 04 (AU4), localizada neste Município de Cotriguaçu, Matrícula Nº 5.263 do RGI da Comarca de Cotriguaçu-MT, de 30/03/2015, de propriedade do **SR. DIEGO BALDEVIN KOLM**.

III. Uma área de Terras Urbana com 699,6933 HA, desmembrada da área Urbana Nº 04(AU4), com área de 953,7940 HA, dentro de uma área maior com 1.224,5398 HA, remanescente da área de 47.974,9424 HA, que é parte integrante de uma área Maior denominada Gleba 1E-1G, localizada neste Município de Cotriguaçu, Matrícula nº 3.363 do RGI da Comarca de Cotriguaçu-MT, de 23/04/2010, cuja ***Terra Nua*** é de propriedade de Alessandra Cristina Pereira, Juliana Batista Pereira, Elaine Cristina Pereira Bernardes casada com Clelson dos Reis Bernardes e Vilson Carlos Pereira e o Usufruto Vitalício encontra-se registrado em nome de Luiz Carlos Pereira e sua esposa Julita Maria Ribeira Pereira, gravado por registro vitalício constante no R-02/3.363 e clausulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, constantes na AV-03/3.363.

IV. Uma área de Terras Urbana com 133,1003 HA, desmembrada da área Urbana Nº 04 (AU4), com área de 953,7940 HÁ, dentro de uma área maior com 1.224,5398 HA, remanescente da área de 47.974,9424 HA, que é parte integrante de uma área maior denominada Gleba 1E-1G, localizada neste Município de Cotriguaçu, Matrícula nº 0145 do RGI da Comarca de Cotriguaçu-MT, de 09/06/2006 de propriedade do **SR. DIEGO BALDEVIN KOLM.**

ART. 2º. A finalidade desta modificação de **Destinação de Uso** é para regularizar discrepâncias ocorridas quando do registro do loteamento Urbano e Rural do Município de Cotriguaçu-MT**.**

ART. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cotriguaçu/MT, aos 01 dias do mês de Julho do ano de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 981, DE 01 DE JULHO DE 2015. CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB.

DECRETO Nº 981, de 01 de Julho de 2015.

Cria o Conselho Municipal do FETHAB.

A Prefeita do Município de Cotriguaçu Srª. ROSANGELA APARECIDA NERVIS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO o disposto na lei estadual nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação-FETHAB;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 3º da referida Lei, os repasses aos municípios começarão a ocorrer a partir de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000 só pode ser criado por decreto do Governador do Estado e não poderá ter ingerência na Administração Municipal ante a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

DECRETA

Art. 1º Fica criado o **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB**, constituído de:

a) 01 representante do Município a ser indicado pelo Prefeito, sendo o **Srº Gilmar Prange** Secretario Municipal de Infra Estrutura que o presidirá;

b) **Sandey Fabrício Mendes Dias**, representante do Sindicato Rural de Cotriguaçu;

c) **José de Oliveira Amorim**, representante da Câmara Municipal de Cotriguaçu,

d) **Valdir Drehmer**, representante do Conselho Municipal de Segurança do Município de Cotriguaçu;

Parágrafo único. Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação da respectiva entidade.

Art. 2º O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasse ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na Internet.

Art. 5º O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do FETHAB não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante, dando, àquele que a exercer por mais de um ano, o direito ao reconhecimento público com a emissão de certificado que assim o declare.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, 01 de Julho de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015

MODALIDADE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS-SRP

PROCESSO Nº 051/2015

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, com a finalidade de selecionar propostas para futura e eventual aquisição de: **"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DE MATERIAIS ELÉTRICOS, DE FERRAMENTAS, DE ACABAMENTO E DE OUTROS BENS DE CONSUMO DE PRIMEIRA LINHA, NECESSÁRIOS PARA REFORMAS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE: NOVA UNIÃO, OURO VERDE DOS PIONEIROS, PREFEITURA E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COTRIGUAÇU/MT",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. **A abertura desta licitação ocorrerá**

no dia 15 (quinze) de Julho de 2015, às 9:00 (Nove horas), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e ou físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555 1621, 1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 01 de Julho de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 048/2015

CONTRATANTE: Município de Curvelândia

CONTRATADA: MICHELE DOS SANTOS MACHADO

CPF Nº 054.034.271-80

OBJETO: Prestação de Serviços de Instrutora para as Oficinas de Artesanatos, onde a mesma prestará serviço para o SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO) da Secretaria Municipal de Assistência Social.

VALOR: R$ 4.728,00 (Quatro Mil, Setecentos e Vinte e Oito Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 22/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 22/06/2015.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sra. MICHELE DOS SANTOS MACHADO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N°39/2015 MENOR PREÇO POR ITEM COM REGISTRO DE PREÇO.

Interessada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Aquisição de Bolsa de Colostomia para atendimento dos usuários das Unidades de Saúde do Município.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Realização: 16 de julho de 2015, as 10:00 horário de Brasília.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 30 de junho de 2015.

ROSANGELA MARTINS CARDOZO

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N°22/2015

Interessada: DiversasSecretarias.

Objeto: Registro de Preço, para eventual aquisição para Contratação de empresa especializada para execução de serviçosde **fotocópias, impressões simples e colorida, impressão plotter simples e colorida, encadernações finas e grossas, plotter e digitalizações de documentos**, para as Secretarias: Administração, Ação Social, Agricultura, Educação, Governo, Saúde, Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo, Fazenda, Finanças, Obras e Serviços Urbanos e Planejamento conforme Termo de Referência no Anexo I.

A publicação no diário oficial (AMM) e no (TCE) no dia 30 de junho de 2015 na pag. 59 ano x nº 2.257 onde se lê OBSERVAÇÃO: DEVIDO PROBLEMAS TÉCNICOS NO SISTEMA, FICA PRORROGADO A DATA DO CERTAME QUE SERIA DIA 28/06/2015, PARA 02/07/2015, AS 08h30min HORAS, HORARIO DE CUIABA-MT.

Leia se OBSERVAÇÃO: DEVIDO PROBLEMAS TÉCNICOS NO SISTEMA, FICA PRORROGADO A DATA DO CERTAME QUE SERIA DIA 29/06/2015, PARA 14/07/2015, AS 08h30min HORAS, HORARIO DE CUIABA-MT.

Realização: 14 de Junho 2015 às 08h30minmin horário de Cuiabá.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 30 de Junho de 2015.

CRISTIANE OLIVEIRA CEBALHO

PREGOEIRA OFICIAL

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N°23/2015 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Objeto: *Registro de Preço,* Licitação para aquisição Motoniveladora, Pá-Carregadeira e Rolo Compactador, Maquinários para atender à manutenção e possíveis pavimentações das vias públicas do município de Cáceres/MT e Distritos Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte do Oeste e Nova Cáceres, com recurso do FETHAB, atendendo as legislações vigentes.

Realização: 24 de junho 2015 às 08h00minmin horário de Cuiabá.

Observação: RETIFICAÇÕES NO EDITAL/TERMO DE REFERÊNCIA, A DATA QUE SERIA O DIA 06 /07/2015 ÀS 08H:00M, FICA RETIFICADA PARA O DIA 14/07/2014 ÁS 14:00 HORAS, HORÁRIO DE MT.

PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO X Nº2252 DO DIA 23 DE JUNHO DE 2015.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de Julho de 2015.

ROSANGELA MARTINS CARDOZO

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 05º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 057/2014-PGM

Assessoria Municipal de Contratos e Repasse de Convênios

Extrato do 05º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.° 057/2014-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: CARNEIRO & CARVALHO CONSTRUTORA LTDA

Objeto de Aditivo: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DA OBRA** do ContratoAdministrativo nº 057/2014 - PGM, celebrado entre o Município de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Educação e a empresa **CARNEIRO & CARVALHO CONSTRUTORA LTDA** para mais **60 (sessenta) dias.**

Cáceres – MT, 01 de Julho de 2015.

Nelci Eliete Longhi

Secretaria Mun. de Educação

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 05º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 056/2014-PGM

Assessoria Municipal de Contratos e Repasse de Convênios

Extrato do 05º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.° 056/2014-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: CARNEIRO & CARVALHO CONSTRUTORA LTDA

Objeto de Aditivo: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DA OBRA** do ContratoAdministrativo nº 056/2014 - PGM, celebrado entre o Município de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Educação e a empresa **CARNEIRO & CARVALHO CONSTRUTORA LTDA** para mais **60 (sessenta) dias.**

Cáceres – MT, 01 de Julho de 2015.

Nelci Eliete Longhi

Secretaria Mun. de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA ADESÃO N° 11/2015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

Onde se lê:

Contratada: EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA-ME, CNPJ: 15.644.619/0001-06

Valor Total de R$ 55.292,84 (CINQUENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).

Leia – se:

Contratada: EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA-ME, CNPJ: 15.644.619/0001-06

Valor Total de R$ **55.293,48** (CINQUENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E **TRES REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).**

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 30 de junho de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA ADESÃO N° 10/2015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

Onde se lê:

Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11.058/2014 ORIUNDA DO PREGÃO Nº 038/2015 da Prefeitura Municipal de Cuiabá – MT.

Leia – se:

Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11.058/2014 ORIUNDA DO PREGÃO **Nº *038/2014*** da Prefeitura Municipal de Cuiabá – MT.

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 30 de junho de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O **Município de Denise**, torna público a prorrogação do edital, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2015 - Registro de Preços, passando a sua abertura para o dia 17/07/2015 no mesmo horário e local. O Edital contendo maiores informações encontra-se à disposição dos interessados no setor de Licitação na Prefeitura Municipal de Denise/MT.

Denise/MT, 02 de Julho de 2015.

João Carlos Carneiro da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 000061/15 DE 4 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe

foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização

contida na Lei Municipal nº 001022/14 de 22 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE

03.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(85) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.242-1001 - Equipamentos E Material Permanente 4.980,00

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS

04.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(120) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.050-0001 - Equipamentos E Material Permanente 5.000,00

(106) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.037-0001 - Obras E Instalações 544.000,00

05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA

05.01 - FUEFUM

(148) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.059-1002 - Obras E Instalações 89.700,00

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA

06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE

(511) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.033-0047 - Material De Consumo 10.000,00

(487) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0047 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa J urídic a 72.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL

(530) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.179-0001 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa J urídic a 20.000,00

Total Suplementação: 745.680,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da

anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE

03.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(81) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.030-0001 - Obras E Instalações 63.000,00

(71) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.026-0001 - Equipamentos E Material Permanente 144.000,00

(70) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.025-0001 - Equipamentos E Material Permanente 30.000,00

(57) 4.4.90.61.00.00.00.00.1.018-0001 - Aquisiç ão De Imóv eis 33.000,00

(56) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.018-0001 - Obras E Instalações 4.980,00

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS

04.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(113) 4.4.90.61.00.00.00.00.1.042-0001 - Aquisiç ão De Imóv eis 31. 000,00

(118) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.046-0001 - Obras E Instalações 5.000,00

04.03 - DEPARTAMENTO DO SAE

(147) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.058-0001 - Obras E Instalações 70.000,00

05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA

05.01 - FUEFUM

(152) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.063-0001 - Obras E Instalações 89.700,00

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA

06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE

(512) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.033-0047 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa Fís ica 10.000,00

(416) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.024-0047 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa Fís ica 72.000,00

(303) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.149-0047 - Equipamentos E Material Permanente 30.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL

(531) 3.3.90.08.00.00.00.00.1.180-0001 - Outros Benef íc ios Ass istenc iais 20.000,00

07.02 - CONVENIOS

(606) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.195-0001 - Obras E Instalações 115.000,00

DECRETO Nº 000061/15 de 4 de Maio de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe

foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização

contida na Lei Municipal nº 001022/14 de 22 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da

anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.02 - CONVENIOS

(601) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.188-0001 - Obras E Instalações 28.000,00

Total Anulação: 745.680,00

Art. 3º - DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as dis posições em contrário.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 000065/15 DE 11 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram

conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei

Municipal nº 001022/14 de 22 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS

04.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(135) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.004-0001 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa J urídic a 75.000,00

(126) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.004-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado 30.000,00

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA

06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE

(503) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.032-0047 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa J urídic a 170.000,00

(479) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.030-0047 - Obrigações Patronais 12.000,00

(408) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.024-0047 - Obrigações Patronais 24.000,00

(350) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.019-0047 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pess oal Civ il 118.000,00

(425) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.025-0047 - Obrigações Patronais 16.000,00

(351) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.019-0047 - Obrigações Patronais 25.000,00

(418) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.024-0047 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa J urídic a 80.000,00

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

10.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(725) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.045-0001 - Indenizações E Restituições 5. 000,00

Total Suplementação: 555.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação

parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS

04.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(134) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.004-0001 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa Fís ica 30.000,00

(105) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.036-0001 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa J urídic a 30.000,00

04.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO

(146) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.005-0001 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa J urídic a 35.000,00

(145) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.005-0001 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa Fís ica 5.000,00

(144) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.005-0001 - Material De Consumo 5.000,00

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA

06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE

(515) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.034-0047 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa Fís ica 149.000,00

(342) 3.1.90.13.00.00.00.00.1.245-0047 - Obrigações Patronais 30.000,00

(317) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.160-0047 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa J urídic a 15.000,00

(315) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.160-0047 - Material De Consumo 15.000,00

(514) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.034-0047 - Material De Consumo 70.000,00

(516) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.034-0047 - Outros Serv iços De Terceiros - Pes soa J urídic a 149.000,00

(474) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.030-0047 - Contratação P/ Tempo Determinado 17.000,00

DECRETO Nº 000065/15 de 11 de Maio de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram

conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei

Municipal nº 001022/14 de 22 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação

parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

10.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(720) 3.3.90.32.00.00.00.00.2.045-0001 - Material Bem ou Serv iço para Distribuição Gratuita 5.000,00

Total Anulação: 555.000,00

Art. 3º - DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JUVIANO LINCOLN

Pre feito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 000072/15 DE 20 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram

conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida

na Lei Municipal nº 001038/15 de 6 de Maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO

08.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(732) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.247-0024 - Obras E Instalações 31.339,73

Total Suplementação: 31.339,73

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da

anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

09.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(678) 4.4.90.61.00.00.00.00.1.211-0001 - Aquisição De Imóveis 31.339,73

Total Anulação: 31.339,73

Art. 3º - DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JUVIANO LINCOLN

Pre feito Municipa

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 000073/15 DE 25 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram

conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida

na Lei Municipal nº 001022/14 de 22 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA

06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE

(423) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.025-0014 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil 29.000,00

(491) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.032-0014 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil 172.000,00

(461) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.029-0014 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil 90.000,00

(406) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.024-0014 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil 205.000,00

(403) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.023-0047 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 15.000,00

Total Suplementação: 511.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da

anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA

06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE

(373) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.022-0014 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil 25.000,00

(391) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.023-0014 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil 40.000,00

(370) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.022-0014 - Contratação P/ Tempo Determinado 5.000,00

(388) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.023-0014 - Contratação P/ Tempo Determinado 8.000,00

(469) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.029-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 8.000,00

(486) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.030-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 8.000,00

(409) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.024-0014 - Diárias - Civil 7.000,00

(411) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.024-0014 - Material De Consumo 50.000,00

(413) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.024-0014 - Passagens E Despesas Com Locomoção 7.000,00

(385) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.022-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 8.000,00

(467) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.029-0014 - Material De Consumo 30.000,00

(463) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.029-0014 - Obrigações Patronais 5.000,00

(383) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.022-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 4.000,00

(454) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.027-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 7.000,00

(473) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.030-0014 - Contratação P/ Tempo Determinado 20.000,00

(488) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.032-0014 - Contratação P/ Tempo Determinado 80.000,00

(495) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.032-0014 - Indenizações E Restituições Trabalhistas 20.000,00

(344) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.245-0014 - Material De Consumo 4.000,00

(484) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.030-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 3.000,00

(482) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.030-0014 - Material De Consumo 8.000,00

(480) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.030-0014 - Indenizações E Restituições Trabalhistas 8.000,00

(497) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.032-0014 - Diárias - Civil 8.000,00

(500) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.032-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 4.000,00

(335) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.244-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 8.000,00

(339) 3.1.90.11.00.00.00.00.1.245-0014 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil 15.000,00

(343) 3.3.90.14.00.00.00.00.1.245-0014 - Diárias - Civil 3.000,00

(417) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.024-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 10.000,00

(345) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.245-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 1.000,00

(407) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.024-0047 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil 105.000,00

(381) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.022-0014 - Passagens E Despesas Com Locomoção 2.000,00

Total Anulação: 511.000,00

Art. 3º - DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JUVIANO LINCOLN

Pre feito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 000076/15 DE 27 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram

conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida

na Lei Municipal nº 001022/14 de 22 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE

03.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(71) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.026-0001 - Equipamentos E Material Permanente 146.000,00

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS

04.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(111) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.040-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 27.500,00

05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA

05.01 - FUEFUM

(191) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.017-1002 - Material De Consumo 4.000,00

(169) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.096-1002 - Material De Consumo 335.700,00

Total Suplementação: 513.200,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da

anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE

03.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(84) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.054-1001 - Equipamentos E Material Permanente 146.000,00

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS

04.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(124) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.055-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 15.500,00

(117) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.045-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 12.000,00

05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA

05.01 - FUEFUM

(171) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.096-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 58.400,00

(208) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.046-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 50.000,00

(206) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.046-1002 - Material De Consumo 34.700,00

(199) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.018-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 15.000,00

(197) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.018-0001 - Material De Consumo 30.000,00

(185) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.007-1002 - Material De Consumo 58.500,00

(192) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.017-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 2.000,00

05.04 - EDUCAÇÃO INFANTIL

(249) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.116-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 8.000,00

(244) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.108-1002 - Material De Consumo 2.000,00

05.05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

(266) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.122-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 7.000,00

(265) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.121-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 20.000,00

(291) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.016-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 30.000,00

(273) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.127-0001 - Material De Consumo 10.000,00

(272) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.126-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 10.000,00

(270) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.124-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 4.100,00

Total Anulação: 513.200,00

Art. 3º - DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JUVIANO LINCOLN

Pre feito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 041/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que **PRORROGOU** a licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo "Menor Preço por lote", para o dia **16/07/2015** às *08h00min*, cujo objetivo é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXTINTORES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 01 de Julho de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 042/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 042/2015**, cujo objeto é**Registro de preço para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.** Onde se sagrou vencedora a empresa **A ALVES NOGUEIRA ME,** CNPJ: 22.350.301/0001-88, nos dois lotes, totalizando **R$ 90.700,00** (Noventa mil e setecentos Reais).

Diamantino - MT, 01 de Julho de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 497/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 497/2015

Concede a Honraria "Ordem Almirante Batista das Neves" a Senhora **Luciane Agripina De Barros**

A Câmara Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que Ela aprovou e seu Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido a Senhora **Luciane Agripina de Barros,** a comenda **"Ordem Almirante Batista das Neves",** constituindo-se de Medalha de Mérito e Título.

Parágrafo Único – A presente honraria é concedida a dileta filha de Diamantino em reconhecimento aos serviços prestados ao Município de Diamantino.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 23 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 496/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 496/2015

Concede a Honraria "Ordem Almirante Batista das Neves" ao Senhor **Carlos Luciani De Almeida.**

A Câmara Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que Ela aprovou e seu Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido ao Senhor **Carlos Luciani de Almeida,** a comenda **"Ordem Almirante Batista das Neves",** constituindo-se de Medalha de Mérito e Título.

Parágrafo Único – A presente honraria é concedida ao dileto filho de Diamantino em reconhecimento aos serviços prestados ao Município de Diamantino.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 23 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 495/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 495/2015

Concede a Honraria "Ordem Almirante Batista das Neves" ao Senhor **Mauricio Augusto Barbosa.**

A Câmara Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que Ela aprovou e seu Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido ao Senhor **Mauricio Augusto Barbosa,** a comenda **"Ordem Almirante Batista das Neves",** constituindo-se de Medalha de Mérito e Título.

Parágrafo Único – A presente honraria é concedida ao dileto filho de Diamantino em reconhecimento aos serviços prestados ao Município de Diamantino.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 23 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 494/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 494/2015

Concede a Honraria "Ordem Almirante Batista das Neves" a Senhora **Hilda Da Costa Barros Magalhães.**

A Câmara Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que Ela aprovou e seu Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido a Senhora **Hilda da Costa Barros Magalhães,** a comenda **"Ordem Almirante Batista das Neves",** constituindo-se de Medalha de Mérito e Título.

Parágrafo Único – A presente honraria é concedida a dileta filha de Diamantino em reconhecimento aos serviços prestados ao Município de Diamantino.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 23 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 493/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 493/2015

Concede a Honraria "Ordem Almirante Batista aas Neves" a Senhora **Lucileide Conceição Mesquita De Barros.**

A Câmara Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que Ela aprovou e seu Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido a Senhora **Lucileide Conceição Mesquita de Barros,** a comenda **"Ordem Almirante Batista das Neves",** constituindo-se de Medalha de Mérito e Título.

Parágrafo Único – A presente honraria é concedida a dileta filha de Diamantino em reconhecimento aos serviços prestados ao Município de Diamantino.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 23 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 492/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 492/2015

Concede a Honraria "Ordem Almirante Batista das Neves" a Senhora **Regina Santana Sampaio**

A Câmara Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que Ela aprovou e seu Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido a Senhora **Regina Santana Sampaio,** a comenda **"Ordem Almirante Batista das Neves",** constituindo-se de Medalha de Mérito e Título.

Parágrafo Único – A presente honraria é concedida a dileta filha de Diamantino em reconhecimento aos serviços prestados ao Município de Diamantino.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 23 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 491/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 491/2015

Concede a Honraria "Ordem Almirante Batista das Neves" ao Senhor **Luiz Alberto Moreira Da Silva**

A Câmara Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que Ela aprovou e seu Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido ao Senhor **Luiz Alberto Moreira da Silva,** a comenda **"Ordem Almirante Batista das Neves",** constituindo-se de Medalha de Mérito e Título.

Parágrafo Único – A presente honraria é concedida ao dileto filho de Diamantino em reconhecimento aos serviços prestados ao Município de Diamantino.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 23 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 490/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 490/2015

Concede a Honraria "Ordem Almirante Batista das Neves" a Senhora **Taline Conte Mendes**

A Câmara Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que Ela aprovou e seu Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido a Senhora **Taline Conte Mendes,** a comenda **"Ordem Almirante Batista das Neves",** constituindo-se de Medalha de Mérito e Título.

Parágrafo Único – A presente honraria é concedida a dileta filha de Diamantino em reconhecimento aos serviços prestados ao Município de Diamantino.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 23 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 489/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 489/2015

Concede a Honraria "Ordem Almirante Batista das Neves" ao Senhor **Jovercindo Aloide de Souza**

A Câmara Municipal de Diamantino - MT, no uso de suas atribuições legais; Faz saber que Ela aprovou e seu Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido ao Senhor **Jovercindo Aloide de Souza,** a comenda **"Ordem Almirante Batista das Neves",** constituindo-se de Medalha de Mérito e Título.

Parágrafo Único – A presente honraria é concedida ao dileto filho de Diamantino em reconhecimento aos serviços prestados ao Município de Diamantino.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 23 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 059/2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, autorizado pela Lei Nº 1040/15 de 29 de Abril de 2015.

O Senhor JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Especial no valor de R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), por conta da inserção da seguinte dotação orçamentária:

08– SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

08.02 – DEPARTAMENTO DE TURISMO

FUNÇAO 23 – COMERCIO E SERVIÇOS

SUB-FUNÇAO 695 – TURISMO

PROGRAMA 0058 – DESENVOLVIMENTO TURISTICO

PROJ/ATIV 1.248 – CONST. DE PORTICOS DE ENTRADA NO MUNICIPIO

4.4.90.51.0024– OBRAS E INSTALAÇÕES..... R$ 300.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos do convenio No.786559/2013/ Ministério do Turismo/ CAIXA firmado entre o Ministério do Turismo e o município de Diamantino/MT, objetivando a construção de Pórticos de Entrada no Município de Diamantino-MT, face o que determina o artigo 43, § Iº e Incisos da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 04 de maio de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
RESOLUÇÃO N.º064/2015

RESOLUÇÃO N.º064/2015

Altera a Instrução Normativa nº 20, parte integrante da Resolução n.º 055/2014.

A Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, Faz saber que Ela aprovou e que seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. **1º** - Fica altera a redação da Normativa N.º 020 que é parte integrante da Resolução n.º 055 de 02 de junho de 2014.

Art. 2º - Caberá à Unidade de Controle Interno prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos desta Resolução.

Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 29 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 020/2014

VERSÃO: 02

APROVADA EM 29/06/2015

ASSUNTO: INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA FISCAL DO CONTRATO.

SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

I - FINALIDADE

Estabelecer critérios e procedimentos para a gestão e fiscalização de Contratos Administrativos da Câmara Municipal de Diamantino/MT.

II – ABRANGÊNCIA

Abrange todos os setores que integram a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Diamantino /MT.

III – CONCEITOS

1. Gestão do Contrato: é um conjunto de procedimentos administrativos que envolvem a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a intervenção na execução contratual, de tal forma que garanta a fiel observância das cláusulas contratuais e a perfeita realização do objeto.

2. Fiscalização: Atividade exercida de modo sistemático pelo Contratante, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais técnicas e administrativas, e, todos os seus aspectos.

3. Gestor/Fiscal do Contrato: é o representante da administração designado para acompanhar a execução do contrato.

4. Contrato: Todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para formação de vínculos e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada. É um acordo de vontades, capaz de criar, modificar ou extinguir direitos.

5. Contratante: Denominação dada ao órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta.

6. Termo Aditivo: Instrumento celebrado durante a vigência do contrato original, para promover modificações nas condições pactuadas, tais como acréscimos ou supressões no objeto, prorrogações de prazos, prorrogação do contrato, repactuações, além de outras modificações admitidas na Lei Federal nº. 8.666/93

7. Termo de Apostilamento: É o registro administrativo que pode ser feito no termo de contrato, ou nos demais instrumentos hábeis que o substituem, normalmente no verso da última página do contrato, ou ainda pode ser efetuado por meio de juntada de outro documento ao termo de contrato ou aos demais instrumentos hábeis.

8. Termo Contratual: São os parâmetros utilizados para contratação, onde são fixadas obrigações entre contratante e o contratado, e responsabilidades as quais se obrigam cumprir, sob pena de lei.

09. Reajuste de Preços: é instituto concebido com a finalidade de alterar o valor a ser pago em função da variação do valor dos insumos.

10. Repactuação: é instituto utilizado para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, rompido em razão de ocorrências discrepantes do previsto e pactuado pelas partes.

IV – BASE LEGAL

· Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores;

· Lei Federal 10.520/2002 e alterações posteriores;

· Lei Federal 12.232/2012 e alterações posteriores;

· Lei Federal 4.320/64 e alterações posteriores;

· Lei Complementar 101/2000 – LRF;

· Lei Complementar 123/2006

· Demais legislações e normas que tratam da matéria.

V – RESPONSABILIDADES

1.1. São atribuições do gestor/fiscal do contrato:

I - Estudar atenta e minuciosamente todo contrato e seus aditivos, principalmente quanto a(o):

a) objeto de contratação;

b) prazo de vigência do contrato e da garantia contratual;

c) forma de fornecimento dos materiais, prazo de entrega, prestação dos serviços e quantitativo de funcionários, se houver;

d) cronograma de serviços;

e) condições de pagamento;

N condições de fiscalização;

g) penalidades;

II - Aprovar os materiais e equipamentos a serem empregados, de acordo com as especificações do contrato;

III - Verificar se na entrega dos materiais, na execução de obras ou na prestação de serviços, as especificações e as quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no contrato;

IV - Inserir nos autos sempre que necessário as certidões negativas e verificar se há eventual proibição para contratar com a Administração;

V - Verificar e exigir a execução das rotinas da contratação previamente estabelecidas e definidas no contrato;

VI - Elaborar Relatório de Fiscalização, anotar todas as ocorrências relacionadas à sua execução, apontar faltas cometidas pelo contratado, solicitar a regularização, sugerir aplicação de penalidade, controlar o saldo do empenho e informar as boas práticas;

VII - Opinar sobre quaisquer solicitações necessárias ao perfeito atendimento do objeto do contrato e, em especial, aquelas que importem no acréscimo de valores ao contrato, casos que deve ser submetido ao Presidente da Câmara;

VIII - Submeter previamente à apreciação do Gabinete da Presidência, à Assessoria Jurídica da Presidência da Câmara e ao Presidente quaisquer alterações imprescindíveis na contratação, apresentando justificativa e demais elementos necessários;

IX - Opinar sobre quaisquer solicitações necessárias ao perfeito atendimento do objeto do contrato e, em especial, aquelas que importem no acréscimo de valores ao contrato, casos que deve ser submetido ao Presidente da Câmara;

X - Submeter previamente à apreciação do Presidente quaisquer alterações imprescindíveis na contratação, apresentando justificativa e demais elementos necessários;

XI - Inteirar-se a respeito dos casos de prorrogações, repactuações e alterações contratuais;

XII- Conferir as notas fiscais e planilhas apresentadas pelos contratados, verificando e comparando os valores, os cálculos, os quantitativos e a descrição dos objetos, inclusive marca/fabricante, com as informações do contrato, ordem de fornecimento ou ordem de serviço;

XIII - Atestar a efetiva realização do objeto do contrato, para a correta liquidação da despesa relativa à nota fiscal;

XIV - Não atestar a nota fiscal enquanto não for cumprida a obrigação e/ou apresentada documentação comprobatória dos encargos da contratação;

XV - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado e os serviços executados em desconformidade com os termos estabelecidos no contrato, ordem de fornecimento ou ordem de serviço;

XVI - Fiscalizar a manutenção pela contratada das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XVII - Manter contato com o preposto ou representante da contratada, durante toda a execução do contrato, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas;

XVIII - Requerer ao Presidente da Câmara a adoção de providências que extrapolem a competência da Fiscalização;

XIX - Buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: não comprovação de regularidade fiscal, greve de pessoal, não pagamento de obrigações com funcionários, dentre outros;

XX - Exigir que a contratada mantenha seus empregados devidamente uniformizados, provendo-os, quando necessário, dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

XXI - Exigir da contratada que mantenha devidamente identificados, de forma não serem confundidos com similares de propriedade da Câmara, todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas ou no prazo contratualmente estabelecido, sendo que os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo evitar danos à rede elétrica;

XXII - Exigir da contratada, mediante notificação formal e justificada, a substituição imediata de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou interesse da Câmara, devendo sua substituição ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas ou no prazo contratualmente estabelecido;

XXIII - Exigir que a contratada assuma, por meio de seus encarregados, todas as responsabilidades e tome as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados em atividade na Câmara Municipal de Diamantino, acidentados ou com mal súbito.

XXIV - Exigir da contratada que, nos locais ou objeto onde serão executados os serviços, se mantenha, permanentemente, o bom estado de limpeza, organização e conservação.

XXV - Proibir a execução por parte dos funcionários da contratada de prática de atos estranhos ao objeto contratado;

XXVI - Comunicar por escrito ao Presidente da Câmara a ocorrência de quaisquer danos causados pela contratada à Câmara Municipal de Diamantino;

XXVII - Atestar, quando for o caso, para fins de restituição de garantia, que a CONTRATADA cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias;

XXVIII - Encaminhar ao Presidente da Câmara, devidamente acompanhados dos documentos que o motivam as questões relativas à (ao):

a) comunicação para abertura de nova contratação ou proposta de acréscimo nos casos possíveis;

b) constatação da necessidade de acréscimo e/ou supressão, observado o limite máximo admitido por lei;

c) pedidos de revisão, reajuste e repactuação solicitados pela contratada, juntamente com a planilha de custos e formação de preços adequada ao valor requerido.

XXIX - Controlar os contratos em execução e as respectivas vigências;

XXX - Controlar, analisar e executar atividades referentes à gestão de contratos, instruindo, quando for o caso, quanto à prorrogação, reajuste de preço, reequilíbrio, repactuação, acréscimo, suspensão, termos aditivos, apostilamentos, aplicação de penalidades e glosas.

1.2.É vedado ao fiscal/gestor praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

I – exercer o poder de mando sobre os funcionários da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando no objeto da contratação houver previsão de atendimento direto, tais como serviços de recepção e apoio ao usuário;

II - promover acertos verbais com o contratado;

III - direcionar contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

IV - promover ou aceitar desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto de contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi convocado;

V - considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão;

VI - manter contato com o contratado, visando obter benefício ou vantagem direta ou indireta, inclusive para terceiros;

VI – DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I – Da definição e pertinência

a) Considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja acordo de vontade para formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

b) O contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou provadas, para o atendimento do interesse coletivo, segundo as normas do Direito Público.

c) As contratações públicas devem ser formalizadas, obrigatoriamente, por meio de termo de contrato, nos seguintes casos:

I - licitações realizadas nas modalidades tomada de preço e concorrência;

II - dispensas ou inexigibilidades de licitação, cujos valores estejam compreendidos nos limites das modalidades tomada de preço e concorrência;

III - contratações de qualquer valor das quais resultem obrigações futuras, por exemplo: entrega futura ou parcelada do objeto, assistência técnica, garantia técnica, serviços a serem prestados e etapas a serem cumpridas;

d) Nos demais casos o termo de contrato é facultativo, podendo ser substituídos por instrumentos considerados hábeis, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

e) Em qualquer dos casos de substituição do contrato por outro instrumento, devem ser observados o princípio e os limites da razoabilidade.

f) Carta-contrato, nota de empenho, autorização de compra u ordem de execução de serviço são documentos mais simples utilizados para a substituição de contratos, porém aplica-se no que couber as exigências do art. 55 da Lei n°. 8.666/1993;

g) A administração também pode dispensar o termo de contrato nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, das quais não resultem em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

CAPÍTULO III – DO TERMO ADITIVO

a) O Termo Aditivo é um instrumento utilizado para formalizar as modificações nos contratos administrativos, tais como modificações no objeto, acréscimos ou supressões no objeto, prorrogações de prazos, além de outras previsões no art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

b) A elaboração do Termo Aditivo compete ao Gabinete da Presidência que deverá encaminhá-lo à análise da Assessoria Jurídica da Presidencia, e demais trâmites, assim como a publicação na imprensa oficial.

CAPÍTULO IV – DO TERMO DE APOSTILAMENTO

a) O Termo de Apostilamento é um registro/despacho administrativo.

b) O registro por Termo de Apostilamento pode ser utilizado nos seguintes casos:

I - variações do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;

II - compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento;

III - empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.

c) O apostilamento não precisa ser publicado na imprensa oficial, pois o art. 61 § único, da Lei n°. 8.666/1993, somente exige a publicação do instrumento do contrato e dos seus aditamentos.

d) Como regra as alterações que podem ser feitas por apostilamento referem-se a fatos já previstos no próprio contrato, não constituindo inovações na ordem jurídica;

e) No apostilamento não há a necessidade de assinatura do contrato ou anuência da contratada, bastando o seu conhecimento, que se faz pela remessa de uma das vias da apostila, permanecendo a outra juntada ao contrato ou ao processo de contratação.

f) Quando for necessário praticar vários atos administrativos, sendo um deles elencado como o caso obrigatório de aditivo contratual, o apostilamento fica afastado.

CAPÍTULO V – DA RESCISÃO

a) A inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar a sua rescisão, com as consequências estabelecidas no próprio contrato em lei ou regulamento, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n°. 8.666/1993.

b) São motivos para rescisão do contrato:

I - especificações, projetos ou prazos;

II - lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, serviço ou fornecimento, nos prazos estipulados;

III - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

IV - a paralização na obra, serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

V - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, da execução do objeto, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, quando não admitida no ato convocatório e no contrato;

VI - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

VIII - a decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contrato;

X - a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XI - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Presidente da Câmara, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XII - a suspensão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação no valor inicial do contrato além do limite permitido;

XIII - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório ou indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações, e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito a optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XIV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrente de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em casos de calamidade pública,

grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito a optar pela suspensão do cumprimento das obrigações até que seja normalizada a situação;

XV - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução da obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVII - descumprimento do disposto no inciso C do art. 27 da Lei n°. 8.666/1993 (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo nas condições de aprendiz, a partir dos quatorze anos).

c) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa. d) A rescisão administrativa pode ser:

I - Unilateral ou administrativa: quando a Administração, frente a situações de descumprimento de cláusulas contratuais por parte do contratado, lentidão, atraso, paralisação ou por razões de interesse público, decide por ato administrativo unilateral e motivado, rescindir o contrato;

II - Amigável: acordo formalizado no processo, diante da conveniência da Administração e o contratado;

III - Judicial: quando a rescisão é discutida em instancia judicial e se dá conforme os termos de sentença transitada em julgado.

e) A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

f) Na rescisão unilateral são assegurados a Administração os seguintes direitos, sem prejuízo de sanções aplicáveis ao contratado, previstas na Lei n°. 8.666/1993:

I - Assumir de imediato o objeto contratado, no estado e no local em que se encontrar;

II - ocupar e utilizar local, instalações, materiais e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à continuidade de execução do objeto;

III - reter créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Câmara pelo contratado.

CAPÍTULO VI – DA PRORROGAÇÃO

a) O art. 57 da Lei n°.8666/1993 estabelece que a duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários e cita ainda as exceções de contratações que podem ultrapassar o exercício financeiro.

b) A prática dos atos de prorrogação de vigência do contrato deve ocorrer no processo de contratação, para serem providos todos os atos de registros e alteração do contrato.

c) O fiscal/gestor deverá informar ao Presidente da Câmara, nos autos do processo de contratação, o interesse na prorrogação do contrato sob sua responsabilidade, apresentando:

I - manifestação sobre o desempenho da contratada;

II - pesquisa de mercado com empresas do ramo ou Órgãos da Administração Pública que mantenham contratos semelhantes, para subsidiar a análise da vantajosidade da prorrogação contratual;

III - manifestação da contratada em relação à prorrogação e ao reajuste de preços;

IV - os documentos de regularidade fiscal com a Receita Federal, INSS, FGTS e Débitos Trabalhistas (CNDT) e verificação de eventual proibição para contratar com a Administração;

V - informações sobre o saldo de empenho.

d) Nos casos de prorrogação de contratos de prestação de serviços contínuos, o fiscal/comissão deverá anexar aos autos cópia da convenção coletiva de trabalho, devidamente registrada na Delegacia Regional do Trabalho, ou do Dissídio Coletivo.

e) Quando for caso de dispensa e inexigibilidade de licitação, o fiscal/gestor deverá informar se a contratada continua mantendo, em relação a execução do objeto, as condições que ensejaram sua contratação conforme a fundamentação legal pertinente

f) Nas hipóteses em que os contratos não puderem ser prorrogados o Setor Demandante deverá ser notificado em tempo hábil à elaborar novo Termo de Referência/Projeto Básico.

g) Os autos contendo pedido de prorrogação ou de elaboração de Termo de Referência/Projeto Básico, deverão ser encaminhados antes da expiração da vigência do respectivo contrato, nos seguintes prazos:

I - 45 dias - contratações de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

II - 75 dias - contratações oriundas de modalidades convite e pregão;

III - 120 dias - contratações oriundas das modalidades tomada de preço e concorrência, assim como nas contratações originadas de registro de preços;

h) É importante observar o cumprimento dos sobreditos prazos, pois a elaboração da minuta do contrato, bem como edital, exigem detalhada análise do Termo de Referência/Projeto Básico, além de que os trâmites processuais obrigatórios e o próprio procedimento licitatório necessitam de tempo considerável de instrução.

I) Nos contratos cuja duração, ou previsão de duração, ultrapasse o exercício financeiro, indicar-se-ão o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no primeiro exercício, bem como de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em Termos Aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.

l) Por ocasião de prorrogação da vigência do contrato, a Câmara deverá:

I - assegurar-se de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação;

II - realizar a negociação contratual para a redução ou exclusão de custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não prorrogação da vigência do contrato.

CAPÍTULO VII – DAS ALTERAÇÕES

a) Os contratos poderão ser alterados desde que haja interesse da Administração (interesse público).

b) Para que as alterações sejam consideradas válidas devem ser justificadas por escrito e previamente autorizados pelo Presidente da Câmara.

c) A alteração unilateral pode acontecer nas seguintes situações:

I - alteração qualitativa: quando a Administração necessitar modificar o projeto ou as especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - alteração quantitativa: quando for necessária a modificação do valor do contrato em razão do acréscimo ou diminuição dos quantitativos do seu objeto.

d) A alteração por acordo de partes pode ocorrer nas seguintes situações:

I - quando for conveniente substituir a garantia efetuada para execução do contrato;

II - quando dor necessária a modificação do regime de execução do contrato da obra ou serviços ou do fornecimento de bens em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

III - quando for necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias que surgirem após a assinatura do contrato, devendo ser mantido o seu valor inicial atualizado;

IV - quando for necessário restabelecer as relações inicialmente pactuadas entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

e) De acordo com a Lei n°. 8.666/1993, art. 65, §1°., a Administração pode alterar o contrato quando forem necessários acréscimos ou supressões nas compras, obras ou serviços, desde que respeitados alguns limites:

I - para compras, obras ou serviços: acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

II - para reforma de edifício ou equipamento: acréscimos até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do contrato.

f) Somente são permitidas supressões superiores a 25% (vinte e cinco por cento) quando houver acordo celebrado entre as partes.

g) O limite de 25% (vinte e cinco por cento) das modificações aplica-se sobre o valor inicial atualizado, ou seja, considerando o valor reajustado e revisto, nos termos do art. 65, inciso II, alínea;

h) Os prazos de execução do objeto poderão ser aumentados ou diminuídos proporcionalmente aos acréscimos ou supressões que por acaso ocorram.

CAPÍTULO VIII – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

a) O equilíbrio econômico-financeiro, assegurado pelo art. 37, XXX da Constituição Federal, consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, de maneira que se mantenha estável a relação entre as obrigações do contratado e a justa retribuição da Administração pelo fornecimento de bem, prestação de serviço ou execução de obra.

b) O reequilíbrio econômico -financeiro do contrato se justifica nas seguintes ocorrências:

I - fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado;

II - caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, quando esses fatos provocarem impactos significativos na equação econômico-financeira do contrato: (equação) = (encargo) / (pagamentos)

c) Para que possa ser autorizado e concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, normalmente pedido pelo contratado, deverá ser verificado:

I - os custos dos itens constantes da proposta contratada com a planilha de custos que acompanha o pedido de reequilíbrio;

II - a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que justifique as modificações do contrato para mais ou para menos;

d) O reequilíbrio econômico-financeiro não está vinculado a qualquer índice, ocorre quando for necessário o restabelecimento da relação econômica que as partes pactuaram inicialmente.

CAPÍTULO IX – DO REAJUSTE

a) O reajuste de preços decorre da álea ordinária (risco normal) e está vinculado a um índice previamente definido no contrato, como trata o art. 40, XI, da Lei n°.8.666/1993: Art. 40 O edital conterá [...] e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: [...] XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para a apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.

b) O reajuste é cláusula necessária nos contratos administrativos, seguindo o disposto no art. 55, III da Lei n°.8.666/1993: III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

c) Em contratos com prazo de duração igual ou superior a um ano, é admitida cláusula com previsão de reajuste de preços.

d) De acordo com o art. 2°., §3° da Lei n°.10.192/2001, são nulos de pleno direito qualquer expediente que, na apuração do índice de reajuste, produzirem efeitos inferiores a 12 (doze) meses.

CAPÍTULO X – DO REPACTUAÇÃO

a) A repactuação é uma forma de negociação entre a Administração e a contratada, que objetiva a adequação dos preços contratuais aos novos preços de mercado.

b) A alteração do valor contratual na repactuação não se dá por índices oficiais, decorre da demonstração analítica da variação devidamente justificada dos componentes dos custos do contrato.

c) É necessário identificar a variação efetiva do custo de produção, desvendando-se daí, a dose necessária para alterar o valor contratual decorrente de eventos previsíveis, compreendidos na álea ordinária do contrato.

CAPÍTULO XI – DAS PENALIDADES

a) A aplicação de penalidades ao contrato é um instrumento que a Administração dispõe para educá-lo, visando ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

b) A Administração deve sempre preservar o caráter pedagógico da sanção, além de promover a Justiça em cada caso.

c) Na aplicação de penalidades deve ser considerado o que dispõe o edital, o contrato e a Lei n°.8.666/1993, em seus artigos 86 a 88, assim como o art. 7°, da Lei n°.10.520/2002, nas contratações originadas da modalidade de pregão.

d) Sempre que na apuração dos fatos houver questões jurídicas que precisem ser dirimidas para a aplicação de penalidade, a Assessoria Jurídica da Presidência deverá obrigatoriamente ser consultada.

e) Em regra são estas as penalidades previstas na Lei n°.8.666/1993:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporário do direito de licitar e impedimento para contratar;

IV - Declaração de inidoneidade.

f) No caso particular da licitação sob a forma Pregão:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporário do direito de licitar e impedimento para contratar;

IV - Exclusão do cadastro de fornecedores.

g) As penalidades constantes nos incisos I e II do art. 54 desta norma são reservadas às infrações de menor gravidade, e como regra, precedem aplicações das demais sanções. h) As demais penalidades são aplicadas no caso de incorrer infrações graves.

i) Há quatro fases distintas para a aplicação de sanções: notificação, defesa, decisão e execução.

j) Caso o fiscal/gestor verifique a ocorrência de fato previsto contratualmente como case de penalidade, deverá relatar o ocorrido ao Gabinete da Presidência através do Relatório de Fiscalização para que seja instaurado o trâmite processual cabível, devidamente motivado.

l) Para validade da aplicação das penalidades, é indispensável que seja assegurado ao contratado o direito de ampla defesa e contraditório.

m) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie da penalidade administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

n) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da lei n°.8.666/1993.

VII – DO PAGAMENTO

a) O pagamento deverá ser composto com os seguintes componentes (cópias): contrato, termos aditivos, apostilamentos, nota de empenho, portaria de designação e Relatório de Fiscalização.

b) O atesto das notas fiscais deverá ser acompanhado do Relatório de Fiscalização, assim como os documentos correlatos à liquidação da despesa e dos documentos de regularidade fiscal previstos na Lei 8.666/1993.

c) Ocorrendo erros na apresentação do (s) documento (s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvidos(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento devidamente corrigido.

d) As notas fiscais referentes às obras, prestação de serviços e fornecimento de produtos devem ser encaminhadas pela empresa contratada ao fiscal/comissão para as providências necessárias à conferência, atesto dos documentos fiscais e liquidação da despesa.

VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Os Fiscais de Contratos nomeados utilizarão medidas que possibilitem uma gestão eficaz dos contratos firmados pela Câmara Municipal, assegurando com isso as ações necessárias à sua operacionalização e aperfeiçoamento. Ao servidor designado para a função de fiscal de contrato poderá ser paga gratificação no percentual de até vinte e cinco por cento de seus proventos.

b).Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de auditoria interna aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

c) Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão conjuntamente com a Unidade Central de Controle Interno, a Presidência e Assessoria Jurídica da Presidência.

d) Integram essa instrução normativa:

I – ANEXO I: Modelo de Relatório de Fiscalização

Diamantino-MT, 29 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente da Câmara Municipal

Fábio Tomekiti Fukushima

Auditor Público Interno

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 096/2015

"Cria o Conselho Municipal do FETHAB."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **JUVIANO LINCOLN,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e

Considerando o disposto na lei estadual no 10.051, de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação-FETHAB;

Considerando que, a teor do art. 3o da referida Lei, os repasses aos municípios começarão a ocorrer a partir de janeiro de 2015;

Considerando o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

Considerando que o Conselho Municipal previsto no § 1o, do art. 15 da Lei Estadual no 7.263, de 27 de março de 2000 só pode ser criado por decreto do Governador do Estado e não poderá ter ingerência na Administração Municipal ante a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

DECRETA

Art.1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, constituído de:

a) 02 (dois) representantes do Município a serem indicados pelo Prefeito, sendo um deles o Secretário Municipal de Obras que o presidirá; b) 01 representante do Sindicato Rural de Diamantino - MT ; c) 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; d) 01 representante do Sindicato dos Caminhoneiros. e) 01 representante da Câmara dos Vereadores do Município de Diamantino – MT. f) 01 representante da Associação Comercial de Diamantino (ACID).

Parágrafo único. Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação da respectiva entidade.

Art. 2º - O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos dos FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual no 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei no 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

Art. 3º - Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º - O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na Internet.

Art. 5º - O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º - O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do FETHAB não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante, dando, àquele que a exercer por mais de um ano, o direito ao reconhecimento público com a emissão de certificado que assim o declare.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 01 de julho de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
RESOLUÇÃO Nº 063/2015

RESOLUÇÃO Nº 063/2015

Altera a redação do artigo 214 da Resolução n.º 015/2003 que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Diamantino.

A Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, Faz saber que Ela aprovou e que seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - O artigo 214 da Resolução n.º 015 de 13 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Diamantino, passa a viger com a seguinte redação:

Artigo 214 - Para discutir o projeto em fase de primeira discussão ou discussão única, cada Vereador disporá de 30 (trinta) minutos.

§ 1º – Somente nesta fase qualquer Vereador, através de requerimento verbal, poderá pedir vista do projeto, que dependerá de aprovação do Presidente.

§ 2º - Somente um pedido de vista será admitido sobre a mesma proposição.

§ 3º - Os pedidos de vista formulados sobre a mesma proposição serão apreciados, rigorosamente, na ordem de suas apresentações, sendo que a aprovação de um exclui os demais.

§ 4º - O pedido de vista permite exame de no máximo 10 (dez) dias sobre a proposição, ao término do que a matéria deverá ser entregue com ou sem o relatório do autor do pedido à Secretaria Legislativa.

§ 5º - O pedido de diligências dirigido ao Executivo Municipal, pelo autor do pedido de vistas, suspende o prazo de 10 (dez) dias até a satisfação do pedido.

§ 6º - Quando o processo estiver sob regime de urgência, o pedido de vistas será de setenta e duas(72) horas.

§ 7º - Apresentado o relatório do pedido de vista pelo autor, o mesmo deverá ser lido na integra, para conhecimento do Plenário.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Diamantino, 29 de junho de 2015.

Ver. Jozenil Costa Lube

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 042/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N.º 042/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE DESCONTO DE 20% (VINTE POR CENTO) NO PAGAMENTO DE IPTU EXERCÍCIO 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei.

D E C R E T A:

Artigo 1º- Fica autorizado o setor de Tributos conceder descontos de 20% (vinte por cento) no pagamento de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) no exercício 2015 até 18 de setembro de 2015.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir desta data.

Artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 12 de junho de 2.015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 041/2015 DE 09 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA A SENHORA ELIENE DA SILVA RODRIGUES PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela lei nº 1.274/2012 de 03/10/2012.

D E C R E T A:

artigo 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR a Senhora ELIENE DA SILVA RODRIGUES.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de junho de 2.015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 040/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N.º 040/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS VOLUNTARIAMENTE PELA PRIMEIRA DAMA DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os serviços voluntários;

CONSIDERANDO que a Primeira-Dama do Estado coordenará voluntariamente e sem recebimento de remuneração, mediante a assinatura de um Termo de Adesão a Serviço Voluntário, uma unidade administrativa denominada de Núcleo de Ações Voluntárias vinculadas ao Gabinete do Prefeito Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - O serviço prestado pela Primeira-Dama do Município, na coordenação do Núcleo de Ações Voluntárias do Gabinete do Prefeito, é atividade espontânea e voluntária, sem a percepção de contraprestação financeira que não constitui vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou outra afim.

Parágrafo único – O Núcleo de Ações Volunatárias possuirá competências voltadas para a promoção, intermediação e supervisão de ações, projetos e atividades sociais do Município, de relevante interesse público, por meio da representatividade, visibilidade social e política da Primeira-Dama, conforme atribuições a serem definidas no decreto que aprovar o regimento interno do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - O serviço será exercido mediante a celebração de termo de adesão ao serviço voluntário de que trata o art. 2º da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, celebrado entre a Primeira-Dama do Município de Dom Aquino e o Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 3º - O Gabinete do Prefeito disponibilizará os meios materiais pessoais necessários ao cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de Junho de 2.015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 039/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA O SENHOR JUAREZ SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

o Senhor JUAREZ SANTOS.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

Artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor. Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 037/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito do Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e em virtude do *Feriado de Corpus Christi.*

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica decretado Feriado Municipal no dia 04 de Junho de 2015 (Quinta-Feira)

Parágrafo Único: Os serviços considerados de caráter essenciais como coleta de lixo funcionará normalmente, e os serviços em atendimentos a saúde de urgências e emergências, funcionará pelo convênio no Hospital Bom Jesus.

ARTIGO 2º

- Fica decretado Ponto Facultativo no dia 05 de Junho de 2015 em virtude do feriado acima especificado.

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, em 29 de Maio de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI N.º 1.424/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, PREFEITO MUNICIPAL de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício um crédito adicional especial no valor de R$ 42. 500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais).

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior será aberto nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
06.001.12.365.0144.2.037	Manutenção e encargos com o QSE Fundo Salário Educação		
3.3.90.39.00.00.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	55-SALARIO EDUCACAO	30.000,00
SOMA SALARIO EDUCAÇÃO			30.000,00

Dotação		Fonte	Valor
06.001.12.361.0037. 1.092	Aquisição de equipamentos materiais permanentes e consumo financiados pelo FNDE/MEC-PAR - Ens. Fundamental		
4.4.92.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	59-FNDE – OUTRAS	12. 500,00
SOMA FNDE - OUTRAS			12. 500,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito citado no artigo 2° desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
06.001.12.361.0035.2040	Locação de veículos para transporte escolar		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55-SALARIO EDUCACAO	1.814,00
06.001.12.365.0144.2037	Manutenção e encargos com o QSE Fundo Salário Educação		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	55-SALARIO EDUCACAO	28.186,00
SOMA SALARIO EDUCAÇÃO			30.000,00

Dotação		Fonte	Valor
06.001.12.361.0037.1.091	Construção por meio de assistência financeira do FNDE/MEC salas de aula		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	59-FNDE – OUTRAS	12.500.00
SOMA FNDE – OUTRAS			12.500.00

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 12 junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI N°1.427/2015 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES CONSTANTES NOS INCISOS I E II DO ARTIGO N° 23 E INCISOS I E II DO ARTIGO N° 24, DA LEI N° 8.666/93, COM BASE NO INDEXADOR IGP-M, OS QUAIS PASSAM A VIGORAR NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Considerando a competência suplementar dos municípios, ou seja, a competência legislativa privativa, disposta no art. 24, § 2° e no art. 30, II ambos da CF/88;

Considerando que a Lei Federal de Licitações e Contratos, Lei n° 8.666/1993, editou normas gerais de licitações, ficando a cargo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulamentarem as normas gerais e editarem normas específicas;

Considerando o disposto no artigo n° 120 da Lei n° 8.666/1993, o qual menciona o indexador que deve ser utilizado para atualização dos valores dos procedimentos licitatórios;

Considerando a Resolução de Consulta n° 17/2014 do TCE/MT, a qual reconheceu que o artigo n° 23 da Lei n° 8.666/1993 é norma específica da União, sendo juridicamente possível que os municípios estabeleçam novos valores para a definição das modalidades licitatórias em âmbito municipal;

Considerando que a última atualização dos valores constantes no artigo n° 23 e n° 24 da Lei n° 8.666/93, se deu em 27 de maio de 1998, com o advento da Lei n° 9.648/1998;

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Lei dispõe sobre a correção dos valores que trata o inciso I e II, do art. 23, e inciso I e II, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, com fundamento no art. 120, da Lei Federal nº 8.666/1993 e de acordo com a Resolução Consulta do TCE-MT nº 17/2014-TP.

Parágrafo Único.

A correção que trata o caput deste artigo se dará pelo índice IGP-M, à partir de junho de 1998 a dezembro de 2014, ficando assim discriminados os valores autorizados, julgados serem necessários para atender as reais e atuais necessidades do Município:

Art. 2° - As modalidades de licitação constantes nos inciso I a III do art. 22, da Lei n° 8.666/1993, serão determinadas em função dos seguintes limites:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R$ 361.935,00 (trezentos e sessenta e um mil novecentos e trinta e cinco reais);

b) tomada de preços - até R$ 3.619.350,00 (três milhões seiscentos e dezenove mil trezentos e cinquenta reais);

c) concorrência: acima de R$ 3.619.350,00 (três milhões seiscentos e dezenove mil trezentos e cinquenta reais).

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R$ 193.032,00 (cento e noventa e três mil e trinta e dois reais);

b) tomada de preços - até R$ 1.568.385,00 (um milhão quinhentos e sessenta e oito mil trezentos e oitenta e cinco reais);

c) concorrência - acima de R$ 1.568.385,00 (um milhão quinhentos e sessenta e oito mil trezentos e oitenta e cinco reais);

Art. 3º - É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso I do artigo anterior, ou seja, valor de até R$ 36.193,50 (cento e trinta e seis mil cento e noventa e três reais e cinquenta centavos);

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, ou seja, de valor até R$ 19.303,20 (dezenove mil trezentos e três reais e vinte centavos).

Art. 4º - Fica autorizado o Poder executivo tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e físicas para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 5º Os valores constantes desta lei serão atualizados, por Decreto do Executivo, todo mês de janeiro, com base no IGP-M acumulado do exercício anterior.

Art. 6º - É parte integrante desta lei o Anexo I, contendo o demonstrativo da atualização dos valores, com a indicação das fontes de pesquisa, utilizadas para extrair os índices.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário a presente Lei.

Art. 9 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em, 16 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

ANEXO I (LEI Nº 1.427/2015)

PERÍODO	IGP-M ACUMULADO NO PERÍODO (%)	TOTAL IGP-M ACUMULADO DE 06/1998 A 12/2013 (%)
06/1998 a 12/1998	0,18	141,29
01/1999 a 12/1999	20,10	
01/2000 a 12/2000	9,95	
01/2001 a 12/2001	10,37	
01/2002 a 12/2002	25,30	
01/2003 a 12/2003	8,69	
01/2004 a 12/2004	12,42	
01/2005 a 12/2005	1,20	
01/2006 a 12/2006	3,84	
01/2007 a 12/2007	7,74	
01/2008 a 12/2008	9,80	
01/2009 a 12/2009	-1,71	
01/2010 a 12/2010	11,32	
01/2011 a 12/2011	5,09	
01/2012 a 12/2012	7,81	
01/2013 a 12/2013	5,52	
01/2014 a 12/2014	3,67	
Fonte: IGP/M - Fechamento - Portal de Finanças - Índice geral de preços - Mercado, http://portaldefinancas.com/igp_m_fgv.htm, em 28/01/2015; Fonte: www.portalbrasil.net/igpm.htm, em 28/1/2015; Fonte: IGPM: Tabela do Indice IGP-M, http://br.advin.com/indicadores/igpm, em 28/01/2015; Fonte: Site Valor Econômico, TAGS: inflação.		

MODALIDADE	VALOR R$ DESDE 1998	VALOR ATUALIZADO R$ (+ 141,29%)
Convite - para obras e serviços de engenharia Art. 23, I, "a", da Lei n° 8.666/93	150.000,00	361.935,00
Tomada de Preços - para obras e serviços de engenharia - Art. 23, I, "b", da Lei n° 8.666/93	Até 1.500.000,00	Até 3.619.350,00
Concorrência - para obras e serviços de engenharia - Art. 23, I, "c", da Lei n° 8.666/93	Acima de 1.500.000,00	Acima 3.619.350,00
Convite - para compras e serviços em geral Art. 23, II, "a", da Lei n° 8.666/93	80.000,00	193.032,00
Tomada de Preços - para compras e serviços em geral - Art. 23, II, "c", da Lei n° 8.666/93	Até 650.000,00	Até 1.568.385,00
Concorrência - para compras e serviços em geral	Acima de 650.000,00	Acima 1.568.385,00
Dispensa por valor inferior - Art. 24, I da Lei n° 8.666/93	15.000,00	36.193,50
Dispensa por valor inferior - Art. 24, II da Lei n° 8.666/93	8.000,00	19.303,20

Gabinete do Prefeito Municipal em, 16 de Junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI N.º 1.426/2015 DE 12 DE JUNHO 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, PREFEITO MUNICIPAL de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício um crédito adicional especial no valor de R$ 16. 000,00 (dezesseis mil reais)

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior será aberto nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
05.002.10.301.0075.2.047	Manutenção do Programa de Saúde da Família – PSF		
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	46-PSF	16.000,00
SOMA PSF - TRANSFERENCIA DO SUS			16.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito citado no artigo 2° desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
05.002.10.301.0075.2.047	Manutenção do Programa de Saúde da Família - PSF		
3.1.90.04.00.00.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	46-PSF	16.000,00
SOMA PSF - TRANSFERENCIA DO SUS			16.000,00

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 12 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI N.º 1.425/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, PREFEITO MUNICIPAL de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício um crédito adicional especial no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior será aberto nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
10.003.04.122.0003.2.027.	Pagamento de pessoal e encargos com o DAE		
3.3.90.18.00.00.	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	41- LIVRE	7.500,00
SOMA RECURSOS LIVRES			7.500,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito citado no artigo 2° desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
10.003.04.122.0003.2.027.	Pagamento de pessoal e encargos com o DAE		
3.1.90.11.00.00.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	41- LIVRE	7.500,00
SOMA RECURSOS LIVRES			7.500,00

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 12 junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 050/2015 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMOVEL LOCALIZADO NA AVENIDA JOÃO FURTADO DE MENDONÇA NO MUNICIPIO DE DOM AQUINO –MT.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que lhe faculta a alínea "I" do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para os fins de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante acordo, pelo preço fixo e irreajustável de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), um imóvel urbano, constante de um lote de terreno, sendo nº 01, da quadra nº 03, do loteamento denominado "**Jardim dos Estados"**, localizado na Avenida João Furtado de Mendonça, situado nesta cidade de Dom Aquino, com área superficial de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) com dimensão de 12,00 x 30,000 m, (doze metros de frente e fundos por trinta metros de ambos os lados), dentro dos seguintes limites e confrontações: Norte com a Avenida João Furtado de Mendonça, na distância de 12,00 metros. Ao Sul, com parte do lote nº 14, na mesma distância de 12,00 metros; ao Leste, com o lote 02, na distância de 30,00 metros; e, finalmente, ao Oeste, com a Rua H nº 06 na distância de 30,00 metros, lançado para fins de tributação em nome de *EDEMILSON BARBOSA DOS SANTOS, brasileiro, policial militar, portador do CI/RG nº 877.640 SSP/MT e CPF nº 293.311. 881-53* Registrado no Serviço Registral Imobiliário desta Comarca, no livro Nº 1- B, da matrícula nº 11.355 e protocolo 40.067.

Art. 2º - O objetivo da desapropriação é de utilidade publica e interesse local, haja vista ter um terreno particular dentro das mediações de um terreno público.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

03.001 – Secretaria de Administração

04 - Administração

122 – Administração Geral

003.1078 – Aquisição de Imóveis Urbanos

44.90.61.00.00 – Aquisição de Imóveis

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 26 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por fixação no local público e de costume e no Jornal da AMM-MT, conforme legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI N.º 1.428/201 DE 23 DE JUNHO DE 2015.

REGULA O ACESSO A INFORMAÇÔES, DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º, INCISO II § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 1º - Esta Lei regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, a fim de garantir sua efetividade, consoante previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II, do § 3º do artigo 37 e no § 2º, do artigo 216, da Constituição Federal, bem como os regramentos encartados na Lei nº 12.527/2011.

ART. 2º - **A informação deverá estar acessível a todos, adotando este Legislativo Municipal as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.**

CAPÍTULO II

DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

ART. 3º - O acesso à informação compreende os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.

§ 1º - Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 2º - Informativo do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer ao Presidente do Poder Legislativo Municipal, a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 3º - Verificada a hipótese prevista no § 2º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar os meios de provas cabíveis.

ART. 4º - É dever do Poder Legislativo Municipal promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão.

§ 1º - Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I – registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III – registros de despesas;

IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações projetos e obras; e,

VI – respostas a perguntas mais freqüentes da sociedade.

§ 2º - As informações constantes dos incisos do § 1º, deverão estar disponíveis no Portal Transparência do Poder Legislativo Municipal.

ART. 5º - O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

I – criação de Serviço de Informações ao Cidadão, vinculado à Ouvidoria do Município de Dom Aquino, em local com condições apropriadas para:

a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE ACESSO A INFORMAÇÃO

Seção I

Do Pedido de Acesso

ART. 6º - Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações do Poder Legislativo Municipal por qualquer meio legítimo.

§ 1º - O pedido de acesso a informação deve observar os seguintes requisitos:

I – ter como destinatário o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, junto a Ouvidoria do Poder Legislativo Municipal.

II – conter a identificação do requerente (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e a especificação da informação requerida;

III – ser efetuado preferencialmente por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no Portal Transparência do Poder Legislativo Municipal; e

IV – alternativamente, ao inciso III, ser formulado ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) junto à Ouvidoria, por intermédio dos demais canais de comunicação.

§ 2º - Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 3º - São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

ART. 7º - O pedido de acesse à informação será atendido pela equipe da Ouvidoria de imediato, sempre que possível.

§ 1º - Caso não seja possível atender de imediato ao pedido, haverá comunicação ao interessado, fixando-se o prazo para resposta não superior a 20 (vinte) dias, admitida prorrogação por 10 (dez) dias, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011.

§ 2º - A eventual prorrogação será devidamente justificada ao requerente, se este assim solicitar.

§ 3º - A informação armazenada em formato digital será assim fornecida, ressalvado pedido expresso do requerente.

§ 4º - Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

ART. 8º - Não serão atendidos pedidos de acesso a informação:

I – Genéricos;

II – Desproporcionais ou desarrazoados; ou

III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

SEÇÃO II

DA Tramitação Interna

ART. 9º - O pedido de informação formulado pelo interessado será encaminhado ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, vinculado à Ouvidoria do Poder Legislativo Municipal, o qual disciplinará acerca das demais etapas de tramitação, bem como prazos a serem respeitados, dentro do órgão.

Seção III

Dos Recursos

ART. 10 - Negado o acesso a informação o requerente poderá recorrer contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência à Presidência do Poder Legislativo Municipal, se:

I – O acesso a informação não classificada como sigilosa for negado;

II – A decisão de negativa de acesso a informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificada ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;

III – Os procedimentos de classificação de informação sigilosa, estabelecidos nesta Lei, não tiveram sido observados; e

IV – Estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º - O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido a Presidência do Poder Legislativo Municipal depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.

§ 2º - Verificada a procedência das razões do recurso, a Presidência do Poder Legislativo Municipal determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

ART. 11 – Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 7.692, de 1º de julho de 2002, ao procedimento de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO IV

DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

ART. 12 – Não poderá ser negado acesso a informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.

ART. 13 – O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Município ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público.

Seção II

Das Informações Pessoais

ART. 14 – O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberadas e garantias individuais.

§ 1º - As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I – Terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II – Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º - Aquele que obtiver acesso as informações de que trata este artigo responsabiliza-se pelo seu uso indevido.

§ 3º - O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I – À prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II – À realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III – Ao cumprimento de ordem judicial; ou

IV – À proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º - Observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a restrição de acesso a informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que estiver envolvida ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

ART. 15 – Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público;

I – Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II – Utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III – Agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a informação;

IV – Divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;

V – Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI – Ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII – Destruir ou substituir, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Município.

ART. 16 – Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 17 - No prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, a Presidência do Poder Legislativo Municipal designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

I – Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;

II – Monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III – Recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e

IV – Orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

ART. 18 – O Poder Legislativo Municipal regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.

ART. 19 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em, 23 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 049/2015 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM AQUINO-MT.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Secretário Municipal de Saúde de Dom Aquino-MT, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas através do **DECRETO Nº 077/2014** de 02 de outubro de 2014;

CONSIDERANDO o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOM AQUINO-MT

regulamentado através da Lei Municipal Nº 1.042/2006 de 07 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Municipal Nº 1.129/2008 de 30 de Junho de 2008;

CONSIDERANDO **o DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011, q**ue regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa.

CONSIDERANDO a Lei 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Resolução 333 do Conselho Nacional de Saúde da Estrutura e funcionamento dos Conselhos de Saúde em sua quarta diretriz que Os governos (Em suas 03 esferas – Federal Estadual e Municipal) garantirão autonomia para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, secretaria executiva e estrutura administrativa. A função de Conselheiro é de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho de Saúde.

CONSIDERANDO a **Lei Complementar Nº 141, de 13 DE Janeiro de 2012 que r**egulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993.

CONSIDERANDO a Resolução publicada pelo Conselho Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde Nº 05/2015 SMS/CMS que resolve aprovar a realização da Conferência Municipal de Saúde de Dom Aquino/MT, no período de 14 de julho de 2015 e Portaria Nº 063/2015 publicada em 26 de junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal de Saúde a realizar-se em 14 de Julho de 2015 em Dom Aquino-MT, com o tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas" e o eixo: "Direito do Povo Brasileiro".

Art. 2º 6ª Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 3º O Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal de Saúde será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e editado mediante Resolução do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º As despesas com a organização e realização da 6ª Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de recursos orçamentários consignados na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Será apresentado os Conselheiros Municipais de Saúde Biênio 2016-2017 pelas Representatividades de Usuários e escolhidos a representatividade de Trabalhadores na 6ª Conferencia Municipal de Saúde de Dom Aquino-MT;

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7° Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em, 26 de Junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Secretário Municipal de Saúde de Dom Aquino-MT

CLAUDIOMIRO APARECIDO PERNIA

Presidente do Conselho Municipal de Dom Aquino-MT

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume e no Jornal da AMM/MT, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 048/2015 DE 17 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM AQUINO – MT, no uso de suas atribuições legais, cumprindo inciso IX do Art. 5º, da Lei Nº 1314/2013 de 09 de Abril de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a realizar-se no dia 25 de Junho de 2015, em Dom Aquino/MT, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a promoção e realização do referido Conselho.

Art. 2º - A I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente desenvolverá seus trabalhos sob o tema **"Política e plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".**

Art. 3º -A I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou representante legal.

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/Comissão de Organização, expedirá mediante resolução o Regimento Interno da I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e o funcionamento da I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive sobre o processo de escolha de delegados (as).

Art. 5º - As despesas com a Realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dom Aquino – MT ocorrerá a cargo de recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 17 de junho de 2.015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

WILLIAN SOUSA BARBOSA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume e no Jornal da AMM-MT conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 047/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N.º 047/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO I FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM AQUINO – MT, no uso de suas atribuições legais, cumprindo inciso IX do Art. 5º, da Lei Nº 1314/2013 de 09 de Abril de 2013.

DECRETA:

Art. - 1º Fica convocado o I Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a realizar-se no dia 23 de Junho de 2015, em Dom Aquino/MT, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O I Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central - **"O Desafio na Implementação das Políticas da Pessoa com Deficiência: A Transversalidade como a Radicalidade dos Direitos Humanos**", com os seguintes eixos temáticos:

Identidade de Gênero e Raça, Diversidade Sexual e Geracional;

Órgãos Gestores e de Instância de Participação Social; e

Interação entre os Poderes Federados.

Art. 3º - O I Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será presidida pelo Presidente da Comissão Organizadora Mário Alves dos Santos.

Art. 4º -A Comissão de Organização, expedirá mediante resolução o Regimento Interno do I Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e o funcionamento do I Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, inclusive sobre o processo de escolha de delegados (as).

Art. 5º - As despesas com a Realização do I Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Dom Aquino – MT ocorrerá a cargo de recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de junho de 2.015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

MÁRIO ALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão Organizada

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume e no Jornal da AMM-MT conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 046/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na lei estadual nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação – FETHAB.

CONSIDERANDO que, a teor do art. 3º da referida Lei, os repasses aos municípios começaram a ocorrer a partir de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000 só pode ser criado por decreto do Governo do Estado e não poderá ter ingerência na Administração Municipal ante a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB:

a) Sirlene Vieira de Jesus - Contabilidade

b) Adelson Martins Coimbra - Secretário de Obras Públicas e Urbanismo que presidirá;

c) Valdécio Társis Resende Fernandes - representante do Sindicato Rural de Dom Aquino;

d) Ariovaldo Santos - representante da Maçonaria;

e) Luiz Carlos Santin - representante dos Trabalhadores Rurais.

Parágrafo Único. Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação da respectiva entidade.

ART. 2º - O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

ART. 3º - Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasse ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

ART. 4º - O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na internet.

ART. 5º - O Conselho elaborá seu próprio regimento interno.

ART. 6º - O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do FETHAB não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante, dando, àquele que a exercer por mais de um ano, o direito ao reconhecimento público com a emissão de cerificação que assim o declare.

ART. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 19 de maio de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume e no Jornal da AMM-MT conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 045/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N.º 045/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que foram conferidas pela Lei nº 1.426/2015 de 12 de Junho de 2015.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício um crédito adicional especial no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior será aberto nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
05.002.10.301.0075.2.047	Manutenção do Programa de Saúde da Família – PSF		
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	46-PSF	16.000,00
SOMA PSF - TRANSFERENCIA DO SUS			16.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito citado no artigo 2° desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
05.002.10.301.0075.2.047	Manutenção do Programa de Saúde da Família - PSF		
3.1.90.04.00.00.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	46-PSF	16.000,00
SOMA PSF - TRANSFERENCIA DO SUS			16.000,00

Artigo 4º -Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 12 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 044/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que foram conferidas pela Lei nº 1.425/2015 de 12 de Junho de 2015.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício um crédito adicional especial no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior será aberto nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
10.003.04.122.0003.2.027.	Pagamento de pessoal e encargos com o DAE		
3.3.90.18.00.00.	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	41- LIVRE	7.500,00
SOMA RECURSOS LIVRES			7.500,00

Artigo 3º -Para cobertura do crédito citado no artigo 2° desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
10.003.04.122.0003.2.027.	Pagamento de pessoal e encargos com o DAE		
3.1.90.11.00.00.	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	41- LIVRE	7.500,00
SOMA RECURSOS LIVRES			7.500,00

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 12 junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 043/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO N.º 043/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que foram conferidas pela Lei nº 1.424/2015 de 12 de Junho de 2015.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício um crédito adicional especial no valor de R$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais).

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior será aberto nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
06.001.12.365.0144.2.037	Manutenção e encargos com o QSE Fundo Salário Educação		
3.3.90.39.00.00.	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	55-SALARIO EDUCACAO	20.000,00
SOMA SALARIO EDUCAÇÃO			20000,00

Dotação		Fonte	Valor
06.001.12.361.0037.1.092	Aquisição de equipamentos materiais permanentes e consumo financiados pelo FNDE/MEC-PAR - Ens. Fundamental		
4.4.92.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	59-FNDE – OUTRAS	12.500,00
SOMA FNDE - OUTRAS			12.500,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito citado no artigo 2° desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação		Fonte	Valor
06.001.12.361.0035.2040	**Locação de veículos para transporte escolar**		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55-SALARIO EDUCACAO	1.814,00
06.001.12.365.0144.2037	**Manutenção e encargos com o QSE Fundo Salário Educação**		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	55-SALARIO EDUCACAO	18.186,00
SOMA SALARIO EDUCAÇÃO			20.000,00

Dotação		Fonte	Valor
06.001.12.361.0037.1.091	**Construção por meio de assistência financeira do FNDE/MEC salas de aula**		
4.4.90.51.00.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	59-FNDE – OUTRAS	12.500.00
SOMA FNDE – OUTRAS			12.500.00

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 12 junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 025/2015 REGISTRO DE PREÇOS 024/2015

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 26 de junho de 2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2015, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2015, objetivando A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PÃES CASEIROS A SEREM UTILIZADOS NA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS ESCOLA RURAL MALVINA EVARISTO PESCINELLI.. Tendo o seguinte resultado: a empresa **GILMAR LAZARO GOMES 58066403100,** vencedora do item 001 com valor final de R$ 4,75 (quatro reais e setenta e cinco centavos) a unidade, com total de R$ 42. 750,00 (quarenta e dois mil e setecentos e cinquenta reais), Item 002 com o valor final de R$ 0,80 (oitenta centavos) a unidade, com valor total de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

Feliz Natal – MT, 01 de julho de 2015.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2015
REGISTRO DE PREÇOS 26/2015

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia 14 de julho de 2015, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2015, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 026/2015, objetivando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS (pranchas, tábuas, quadrados e vigas) PARA REFORMA DE PONTES E CONSTRUÇÃO DE GUARITAS.** O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

FELIZ NATAL – MT, 01 DE JULHO DE 2015.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 21-2015

PORTARIA Nº. 21/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015.

ANÍSIO APARECIDO PERES, Presidente da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao Servidor público municipal, conforme menciona abaixo:

Servidor	Período de Aquisição	Período de gozo
DIVINO FERREIRA DA COSTA	01/07/2014 a 30/06/2015	01/07/2015 a 30/07/2015

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar na data de sua homologação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 01 DE JULHO DE 2015.

ANÍSIO APARECIDO PERES

Presidente da Câmara Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO DE COMODATO N°031/2015

Extrato de Contrato de Comodato N°031/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Contratado: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME

Valor: Fica acordado que a única despesa prevista para este contrato é com visita (hospedagem, refeições e translado) do consultor, designado pela COMODANTE, para a realização dos serviços no município.

Vigência: 11/06/2015 a 31/12/2015

Objeto: Prestação de serviço em comodato de Softwares de Gestão Educacional.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 11 de Junho de 2015.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal.

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO N°030/2015

Extrato de Contrato N°030/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Contratado: MARCELO PIRES DA MATA

Valor: R$ 6.633,33 (seis mil seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)

Vigência: 11/06/2015 a 31/12/2015

Objeto: Locação de bem imóvel para funcionamento da oficina de artesanato do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 11 de Junho de 2015.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal.

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO N°028/2015

Extrato de Contrato N°028/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Contratado: CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Valor: R$ 179.047,51 (Cento setenta e nove mil quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos)

Vigência: 09/06/2015 a 09/12/2015

Objeto: Execução de obra na reconstrução de ponte de madeira sobre o Rio Brigadeiro na Comunidade Nossa Senhora da Guia.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 09 de Junho de 2015.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 29 /2015 DE 30 DE JUNHO DE 2015

Convoca a VIª Conferência Municipal de Assistência Social.

´ O Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VIª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 31 de Julho de 2015, tendo como tema central: **"Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026 e o Lema: Pacto Republicano do SUAS rumo a 2026 – O Suas que temos e o SUAS que queremos"**

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Figueirópolis D'Oeste , 30/06/2015

_____

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

_____

Wélida Soares de Souza

Presidente do CMAS

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO N°027/2015

Extrato de Contrato N°027/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Valor: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Vigência: 03/06/2015 a 03/06/2016

Objeto: Prestação de serviços e venda de produtos postais.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 03 de Junho de 2015.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal.

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO N°029/2015

Extrato de Contrato N°029/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Contratado: L. RICARDO DE MAGALHAES - EPP

Valor: R$ 6.594,00 (Seis mil quinhentos e noventa e quatro reais)

Vigência: 10/06/2015 a 31/12/2015

Objeto: Contratação de empresa para a locação de sistema de pesquisa de preços.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 10 de Junho de 2015.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 22-2015

PORTARIA Nº. 22/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015.

ANÍSIO APARECIDO PERES, Presidente da Câmara Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, a Servidora pública municipal, conforme menciona abaixo:

Servidor	Período de Aquisição	Período de gozo
ELIZABETH DE SOUZA SILVA	17/06/2013 a 16/06/2014	01/07/2015 a 30/07/2015

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar na data de sua homologação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 01 DE JULHO DE 2015.

ANÍSIO APARECIDO PERES

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa promotora de eventos para a realização de shows durante a Feira Cultural de Gaúcha do Norte-MT, incluindo as despesas de hotel, alimentação, locomoção, etc, nos dias 14 e 15 de Agosto de 2015.

Favorecido: G. LUIZ PEREIRA - ME

Prazo de execução: 14 e 15 de Agosto de 2015

Valor global: R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)

Fundamento Legal: Artigo 25, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Justificativa: Anexa nos autos de Inexigibilidade de licitação nº 001/2015.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Gaúcha do Norte – MT, 01 de Julho de 2015.

NILSON FRANCISO ALÉSSIO

Prefeito Municipal

REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, através da Pregoeira Oficial, torna público que por ausência de interessados nas sessões públicas realizadas em **16/06/2015 às 14:30 e 01/07/2015 às 08:00**, foi declarado DESERTO PELA SEGUNDA VEZ o Pregão Presencial nº 029/2015 que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de recargas e vasilhames de gás liquefeito de petróleo 13KG, conforme especificações do edital. A Pregoeira comunica aos interessados que o certame será REPETIDO, em sessão pública a ser realizada às 14:00 hrs do dia 16/07/2015 (Horário de cuiabá) na sala de licitações. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/2002, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, no horário das 07:00 às 17:00 horas, pelo endereço eletrônico licitacaogauchadonorte@hotmail.com ou no site www.gauchadonorte.mt.gov.br.

Gaúcha do Norte - MT, 01 de Julho de 2015.

MARTA ELEUZA RAMOS DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 20/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015

A Prefeitura de General Carneiro torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preço para contratação de empresa especializada em **Prestação de serviço de pintura de imóveis do município**. A abertura das propostas será realizada em **21/07/2015, às 09:00 horas horário de Brasília**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada à Av. Dr João Ponce de Arruda, s/n°, Centro General Carneiro - MT. Mais informações e cópia completa do Edital poderão ser obtidas no endereço acima citado com o Secretário da Comissão. Os interessados poderão retirar o Edital completo, na sede da Prefeitura Municipal.

General Carneiro-MT, 30 de Junho de 2015.

Renata Cristina do Carmo Pereira

Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

LEI Nº 564 DE 16 DE JUNHO DE 2015.

Ementa: Dispõe sobre aprovação do PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO, para o decênio 2015-2025, na forma a seguir especificada, e adota outras providências

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, de caráter plurianual, que se apresenta na forma do Anexo Único desta Lei e que desta é parte integrante, com duração de dez anos, em cumprimento ao PNE, Lei n.º 13,005 de 25 de junho de 2014 em consonância com a Lei Estadual n.º 10.111 de 06 de junho de 2014.

Art. 2º - Fica autorizada a instituição de Comissão Permanente de Avaliação, para acompanhamento da execução e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Único. A cada dois anos, ou a qualquer tempo extraordinariamente, o Plano será avaliado em um Fórum com a participação de autoridades do Executivo e Legislativo, educadores e representantes da sociedade civil, cabendo ao Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

Art.3º - Os Planos Plurianuais do Município, nos próximos dez anos, deverão ser elaborados de forma a dar suporte aos objetivos e metas constantes no Plano Municipal de Educação, no que for de responsabilidade do próprio Município.

Art. 4º. Fica sob responsabilidade dos Poderes Legislativo e Executivo a tarefa de divulgação do Plano objeto desta Lei, para que a sociedade dele tome conhecimento e acompanhe a sua execução.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aprovação desta Lei correrão por conta de dotações próprias previstas em orçamento.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D' OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 23 DE JUNHO DE 2015

NILTON BORGES BORGATO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO -JUNHO/2015

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO -JUNHO/2015

OBJETIVO: Contratação temporária por excepcional interesse Público, Teste seletivo simplificado 002/2014 (PROFESSORES)

Nº CONTRATO	NOME	CARGO
108/2015	ALDENES DE SOUZA SANTOS	Professor 20 h. nível Sup. áreas da Educação Vigência: 09/06/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.510,74 Carga horária: 20 h. TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014
109/2015	TUANE MENDONÇA TENORIO ORLANDA	Professor 20 h. nível Sup. áreas da Educação Vigência: 23/06/2015 à 31/12/2015 Valor mensal: 1.510,74 Carga horária: 20 h. TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS REF. MES 06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT

Resumo de Termos Aditivos firmados no mês 06/2015

Número do Termo	Data	Número Contrato	Contratante	Contratado	Cláusula Alterada	Prazo	Vl. do Aditivo R$
9º T. Aditivo	10.06.2015	001/2012	Pref. M. Guiratinga	COEL – Companhia de Obras de Engenharia Ltda - EPP	7ª – Prazo	01.07.15 a 30.12.15	

Guiratinga/MT, 01 de julho de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE CONTRATOS REF MES 06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT Resumo de Contratos firmados no mês 06/2015

N. Cont.	Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor R$	Vigência	Proc. Licitatório
096/2015	22.06.2015	Pref. M. Guiratinga	Bellan Tansf. Veiculares Ltda	01 veículo tipo PICK-UP, cabine simples, adaptado p/ ambulância simples remoção, zero quilômetros, marca Toyota Hilux	135.000,00	22.06 a 22.09.15	Pregão Pres. 041/2015 – SRP

Guiratinga/MT, 01 de julho de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RESULTADO DO CREDENCIAMENTO 002/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ - MT, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Comissão Permanente de Licitações, torna público que no processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2015 - CREDENCIAMENTO Nº 002/2015 – que trata da Prestação de serviços hospitalares – internação, apara o atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Indiavaí-MT, foi credenciados as seguintes empresas: Hospital Geral e Maternidade Araputanga LTDA EPP, CNPJ; 14.961.171/0001-91, e a empresa J.R. Padilha Bustamante & Alves de Souza LTDA, CNPJ: 07.629.325/0001-87, atendendo todas as exigências do edital e estando de acordo com o termo de referencia.

Indiavaí - MT, 15 de junho de 2015.

Cleber Pereira dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDITAL DE RESULTADO 001 DO EDITAL 001/CMDCA/2015

EDITAL DE RESULTADO 001 DO EDITAL 001/CMDCA/2015

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DEFINIDAS NO ITEM 6 DO EDITAL 001/CMDCA/2015, VEM TORNAR PÚBLICO O RESULTADO DOS PEDIDOS DE REGISTROS DE CANDIDATURAS:

PEDIDOS DEFERIDOS:

- CLEUZA TEREZINHA FERRARI IASINSKI;

- ELIANE LUNARDI ROQUE;

- JOZIANE VIANA DOS SANTOS;

- SUELLEN AKEMI MATSUBARA;

- MARINES TRES ARIATI;

- ROSENEIA DOS SANTOS BALDISSARELLI;

PEDIDOS INDEFERIDOS:

- ALEXANDRA LUDWIG FROHLICH; - DILMA BENEDITA DE SOUZA RAMOS;

Itanhangá – MT, 01 de julho de 2015.

FABIANA BOBEK

Presidente da Comissão Especial

Membros da Comissão Especial:

Carmem Cristina Garbossa Suzana Fontana Kuzniewski

Edimara Aparecida Jarwoski Barreto

Homologado:

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
PRORROGAÇÃO DO SRP - PREGÃO PRESENCIAL N°. 015/2015

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, por meio do seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria n° 033/2015, de 26/01/2015, em cumprimento à Lei Federal n° 8.666/93, 10.520/02 e demais normas complementares, torna público a **PRORROGAÇÃO** do edital do Pregão Presencial n° 015/2015 que tem como objeto : **Futura e eventual contratação de empresa com caminhão pipa para prestação de serviços de aspersão de água nas ruas e avenidas não pavimentadas do Município de Itanhangá-MT. Motivo: LICITAÇÃO DESERTA.** A nova data para realização do certame será dia **15 de Julho de 2015 ás 08:00 horas**,na Sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT. Os interessados poderão obter maiores informações pelo telefone (66) 3578-2500 de segunda á sexta-feira, horário das 07h ás 11h, ou pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br ou pelo site www.itanhanga.mt.gov.br/licitações

Itanhangá (MT), 01 de Junho de 2015.

GENOTAN ROBERTO CHAVES HETKOWSKI

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2015

A Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT comunica que, em despacho proferido, o Sr. João Antonio Vieira, Prefeito Municipal, reconheceu ser dispensa licitação para contratação do Sr. "**RODRIGO BRANDALISE**.", para Locação de um imóvel, terreno urbano cercado com muro de 2,20m de altura, sendo 800m2 de pátio, destinado ao depósito de veículos, apreendidos pela Polícia Militar, que possuem irregularidades com o DETRAN-MT. Valor total da contratação R$ 3.000,00 (três mil reais) pelo período de 01 de julho de 2015 à 31 de dezembro de 2015.

Fundamento: Lei n° 8.666/93, art. 24 inciso X.

Município de Itanhangá – MT. 01 de Julho de 2015.

GENOTAN ROBERTO CHAVES HETKOWSKI

Presidente Comissão de Licitação

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 056/2015

SÚMULA: "Concede Licença Maternidade a servidora que menciona, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelo artigo 113 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a Srª Luciana Nava, portadora do CPF 514.776.531-04, servidora efetiva do município no cargo de Técnica em enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Saneamento, no período de 02/03/2015 a 31/05/2015.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de março de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 073/2014

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: VALTER JOSÉ VEDOVELLO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2015 A 27/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 072/2014

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: SANDRA DOS SANTOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2015 A 27/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 071/2014

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: CINTIA ARAÚJO DE SOUSA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2015 A 27/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 070/2014

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: ROSIMAR DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2015 A 27/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 069/2014

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: ROSIVAL DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2015 A 27/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 067/2014

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: ORLEI NONATO QUEIROZ

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2015 A 27/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 064/2014

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: FÁBIO JUNIOR GONÇALVES DAS CHAGAS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2015 A 27/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 061/2014

DATA ASSINATURA: 26/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: ALEX VAZ DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 26/06/2015 A 26/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 060/2014

DATA ASSINATURA: 26/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: SCHNEIDER CORDEIRO DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 26/06/2015 A 26/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 054/2014

DATA ASSINATURA: 25/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: UÉLLITA RODRIGUES PEREIRA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 25/06/2015 A 25/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 053/2014

DATA ASSINATURA: 25/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: ELIZABETE APARECIDA TUNES DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 25/06/2015 A 25/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 052/2014

DATA ASSINATURA: 25/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: ELENA MARIA SOARES ALVES

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 25/06/2015 A 25/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 051/2014

DATA ASSINATURA: 25/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: ERICA DE ALESSIO LIMA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 25/06/2015 A 25/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 050/2014

DATA ASSINATURA: 25/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: SIDNEI LUIA DE SOUZA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 25/06/2015 A 25/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 049/2014

DATA ASSINATURA: 25/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: DALVANI DE BROTO SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 25/06/2015 A 25/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 047/2014

DATA ASSINATURA: 24/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: TANIA APARECIDA DE MORAES RAITZ

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 24/06/2015 A 24/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 041/2014

DATA ASSINATURA: 24/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: VEGMA FABIANA SOARES FRAGA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 24/06/2015 A 24/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 035/2014

DATA ASSINATURA: 23/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: EDIVALDO RODRIGUES DE MELO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 23/06/2015 A 23/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 034/2014

DATA ASSINATURA: 23/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: UARLLA RODRIGUES PEREIRA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 23/06/2015 A 23/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 033/2014

DATA ASSINATURA: 23/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: JAQUELINE FRANCISCA DE OLIVEIRA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 23/06/2015 A 23/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 031/2014

DATA ASSINATURA: 16/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: RONILSON DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 18/06/2015 A 18/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 028/2014

DATA ASSINATURA: 18/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: MARIA APARECIDA DO CARMO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 18/06/2015 A 18/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 027/2014

DATA ASSINATURA: 18/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: CLEIDILENE DE LAMARE MENDES

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 18/06/2015 A 18/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 024/2014

DATA ASSINATURA: 16/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: JOELMA APARECIDA ARAUJO REZENDE

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 16/06/2015 A 16/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 021/2014

DATA ASSINATURA: 16/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: LUZANGELA DA SILVA OLIVEIRA PEREIRA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 16/06/2015 A 16/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 019/2014

DATA ASSINATURA: 16/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: TALIANA APARECIDA MOTA DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 16/06/2015 A 16/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 006/2014

DATA ASSINATURA: 11/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: JOICE BARCELOS DE OLIVEIRA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 11/06/2015 A 11/06/2016.

CAMARA MUNICIPL
PORTARIA LEGISLATIVA 106/2015.

Dispõe sobre exoneração de servidor público do Poder Legislativo de Itiquira e, dá outras providências.

LICURGUIO LINS DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar** a Servidora Sra. **GRAZIELLI SOUZA SANTOS**, brasileira, solteira, natural de Rondonópolis-MT., nascida em 13/08/1988, filha de Nelson Alves dos Santos e Antônia Adelaide de Souza, matricula funcional 174, do cargo de Assessora Parlamentar., a partir de 01 de Julho de 2015.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 01 de julho de 2015.

Licurguio Lins de Souza

Presidente

(Gestão 2015/2016)

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 016/2014

DATA ASSINATURA: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: DANIELA MARANHÃO DE SOUZA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 13/06/2015 A 13/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 015/2014

DATA ASSINATURA: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: SAMUEL PEREIRA DE JESUS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 13/06/2015 A 13/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 007/2014

DATA ASSINATURA: 12/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: JOHNNY BENARDINHO DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 12/06/2015 A 12/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 013/2014

DATA ASSINATURA: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: EDINALVA DE SOUSA OLIVEIRA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 13/06/2015 A 13/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 011/2014

DATA ASSINATURA: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: CIBELY ESPIRITO SANTO DOS SANTOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 13/06/2015 A 13/06/2016.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 053, DE 01 DE JULHO DE 2015.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 888 de 08 de abril de 2015, e suas alterações, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 055/2015 de 25 de junho de 2015 o qual possui candidatos classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 011/2015, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

QTD	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
1	CATIANE CARVALHO MORAES	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA-ITIQURA	6º Colocado – Aprovado
2	MARIA DO NASCIMENTO SILVA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICA-ITIQURA	7º Colocado – Aprovado
3	JURANEZ ALCANTARA DA MOTA JUNIOR	COLETOR DE LIXO- ITIQURA	1º Colocado – Aprovado
4	LAUDINEIA INOCENCIA DOS SANTOS	COLETOR DE LIXO- ITIQURA	2º Colocado – Aprovado
5	EMERSON MORALES VARGAS DE SOUZA	COLETOR DE LIXO- ITIQURA	3º Colocado – Aprovado
6	EUCLIDES VICENTE SANTOS	COLETOR DE LIXO- ITIQURA	4º Colocado – Aprovado
7	RONAIR NUNES DA SILVA	COLETOR DE LIXO- ITIQURA	5º Colocado – Aprovado

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria;

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 01 de julho de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 052, DE 01 DE JULHO DE 2015.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 029/2014 de 02 de junho de 2014;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 016, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocadas as candidatas classificadas no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08hs00min às 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - A candidata convocada é a seguinte:

QTD	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO

1	PABBLO JOSÉ UILLDEMONT PEREIRA SILVA GUIMARÃES	Engenheiro Agrônomo	3º Colocado – Classificado

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts., 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21- Exames Laboratoriais:

a) Urina tipo I;

b) Hemograma completo;

c) VDRL;

d) Protoparasitológicos;

22 –Conta Corrente Banco do Brasil.

Parágrafo Único: Todas as Declarações solicitas deverão ser reconhecido firma em cartório.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 01 de julho de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 009/2014

DATA ASSINATURA: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: JUSCELINA BENEDITA DE SIQUEIRA LANGUE

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 13/06/2015 A 13/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 012/2014

DATA ASSINATURA: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: VALDIRENE ALVES DE SOUZA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 13/06/2015 A 13/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 014/2014

DATA ASSINATURA: 13/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: FRANCIELE PINHEIRO JOTA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 13/06/2015 A 13/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 079/2014

DATA ASSINATURA: 30/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: JULIO CESAR ROCHA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 30/06/2015 A 30/06/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 075/2014

DATA ASSINATURA: 27/06/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: CESOSTE DE OLIVEIRA VIEIRA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

DATA DA VIGÊNCIA: 27/06/2015 A 27/06/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 060/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por *OBJETO "Registro de Preço para eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro de Passageiros e Terceiros da Frota de ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Jaciara/MT",* nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **15 DE JULHO DE 2015 - 12:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 01 de julho de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 061/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por *OBJETO ; Registro de preços para eventuais aquisições de materiais utilizados na manutenção dos poços de abastecimento de água do Município de Jaciara-MT,* nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **17 DE JULHO DE 2015 - 12:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 01 de julho de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 062/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por *OBJETO ; "Registro de preços para eventual aquisição de Materiais utilizados na manutenção e reparo de redes, ramais e cavaletes de água do Município de Jaciara/MT",* nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **20 DE JULHO DE 2015 - 12:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 01 de julho de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE Nº 004/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO MUNICIPIO DE JANGADA/MT

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Jangada – MT, 01 de Julho de 2015.

_____

VALDECIR KEMER

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO CARTA CONVITE Nº 004/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO MUNICIPIO DE JANGADA/MT

Adjudico os itens abaixo supracitados, objeto desta licitação à empresa:

VC CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
CNPJ: nº 14.404.317/0001-06
Rua Pernambuco 19 – Bairro Nova Várzea Grande/MT.

VALOR DO OBJETO: R$ 130.202,11 (cento e trinta mil e duzentos e dois reais e onze centavos).

Jangada – MT, 01 de Julho de 2015.

_____

VALDECIR KEMER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 18/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.029/2015

REFERENTE AO PREGÃO **N°18/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS E CAMARAS**; **FAÇO SABER**, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o processo licitatório modalidade Pregão Presencial n° 18/2015 tendo como vencedora as empresas:

Item	4441 Código	FISCHER E CIA LTDA Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11	102.004.142	CAMARA 175. 70. 13 Marca: RS	UN	20	30,40	608,00
12	102.004.143	CAMARA 175. 70. 14 Marca: RS	UN	14	30,40	425,60
14	102.135.073	CAMARA 700-16 OU KR16 Marca: RS	UN	20	44,00	880,00
15	102.004.148	CAMARA 750 X 16 Marca: RS	UN	35	50,00	1.750,00
19	102.135.096	CAMARA DE AR 13/14 Marca: RS	UN	30	30,40	912,00
22	102.135.095	CAMARA DE AR 205/70/15 Marca: RS	UN	15	40,00	600,00
23	102.004.216	CAMARA DE AR 235.75 R 16 Marca: RS	UN	12	45,00	540,00
27	102.135.094	CAMARA DE AR KRJ 16 Marca: RS	UN	20	44,00	880,00
28	102.004.217	CAMARA DE AR R14 Marca: RS	UN	12	30,40	364,80
35	102.004.207	DUPAGEM DE PNEU 14 9 24 Marca: DREBOR	UN	10	786,10	7.861,00
36	110.006.042	DUPLAGEM DE PNEU 18 4 30 Marca: DREBOR	UN	8	1.198,00	9.584,00
37	110.006.041	DUPLAGEM DE PNEU 18 4 34 Marca: DREBOR	UN	12	1.240,00	14.880,00

41	102.004.090	MANCHAO N. 03 Marca: DREBOR	UN	17	4,70	79,90
42	102.004.153	MANCHAO N. 04 Marca: DREBOR	UN	17	5,40	91,80
43	102.004.154	MANCHAO N. 07 Marca: DREBOR	UN	45	24,00	1.080,00
44	102.004.156	MANCHAO N. 08 Marca: DREBOR	UN	47	24,00	1.128,00
45	102.004.155	MANCHAO N. 09 Marca: DREBOR	UN	37	24,00	888,00
46	102.004.218	MANCHAO N.06 Marca: DREBOR	UN	30	20,35	610,50
88	102.004.213	PROTETOR 14X24 Marca: IRBO	UN	18	94,00	1.692,00
93	102.004.157	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 Marca: DREBOR	UN	40	494,00	19.760,00
94	102.004.206	RECAPAGEM DE PNEU 14 9 24 Marca: DREBOR	UN	15	999,00	14.985,00
95	102.004.187	RECAPAGEM DE PNEU 18 4 30 Marca: DREBOR	UN	8	1.599,00	12.792,00
96	102.004.184	RECAPAGEM DE PNEU 18 4 34 Marca: DREBOR	UN	12	1.849,00	22.188,00
98	102.004.158	RECAPAGEM DE PNEU 750 X 16 Marca: DREBOR	UN	20	309,00	6.180,00
100	102.004.160	RECAPAGEM PRE MOLDADO 275/80R22.5 R/L Marca: DREBOR	UN	30	559,00	16.770,00
107	102.135.082	REMENDO TIP TOP Nº20 Marca: DREBOR	UN	20	9,85	197,00
111	102.004.173	SERVICO DE VULCANIZACAO 1000X20 Marca: DREBOR	UN	10	133,10	1.331,00
112	102.004.208	SERVIÇO DE VULCANIZAÇAO 14 9 24 Marca: DREBOR	UN	10	266,20	2.662,00
113	102.004.201	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO 18 4 30 Marca: DREBOR	UN	10	347,20	3.472,00
114	102.004.200	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO 18,4 34 Marca: DREBOR	UN	10	345,00	3.450,00
115	102.004.174	SERVIÇO DE VULCANIZAÇAO 750X16 Marca: DREBOR	UN	10	99,00	990,00
		Total do Proponente				149.632,60
Item	4631 Código	A. G. DE OLIVEIRA SANCORE - ME Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	102.002.564	BICO DA RODA 14 Marca: SHRADER		30	10,00	300,00
3	102.135.083	BICO DE ENCHER PNEUS Marca: SCHRADER	UN	10	53,00	530,00
4	102.135.076	BICO DE SOPRAR Marca: SCHRADER	UN	20	39,00	780,00
5	100.002.002	BICO PARA PNEU SEM CAMARA 13 / 14 / 15 Marca: SCHRADER	UN	80	10,00	800,00
7	102.135.087	BICO PARA RODA 24 Marca: SCHRADER	UN	50	29,00	1.450,00
8	102.135.072	BICO TR 14 Marca: SCHRADER	UN	20	10,00	200,00
9	102.135.071	BICO TR15 Marca: SCHRADER	UN	10	10,00	100,00
13	102.004.222	CAMARA 215/75/17,5 Marca: PEGASUS	UN	15	79,00	1.185,00
25	102.135.093	CAMARA DE AR 90.90.18 Marca: RINALDI	UN	14	29,00	406,00
26	102.135.097	CAMARA DE AR 9090/17 Marca: RINALDI	UN	4	39,00	156,00
30	102.135.091	CHAVE DE RODA 24X30 Marca: SCHRADER	UN	3	139,00	417,00
31	102.135.089	CHAVE DE RODA 27X30 Marca: SCHRADER	UN	3	135,00	405,00
32	102.135.090	CHAVE DE RODA 28X38 Marca: SCHRADER	UN	3	145,00	435,00
33	102.135.088	CHAVE DE RODA 30X32 Marca: SCHRADER	UN	3	120,00	360,00
34	102.135.079	COLOA VITAL Marca: SCHRADER	UN	10	45,00	450,00
38	102.135.075	ENGATE RAPIDO PARA MANGUEIRA DE AR Marca: SCHRADER	UN	20	43,00	860,00
39	102.135.084	ESPATULA Marca: SCHRADER	UN	10	79,00	790,00
47	102.002.566	MANGUEIRA DE ALTA PRESSAO 2/1 Marca: SCHRADER	MT	50	12,00	600,00
48	102.002.565	MANGUEIRA DE ALTA PRESSAO 3/4 Marca: SCHRADER	MT	50	10,00	500,00
69	102.004.122	PNEU T110/90 R17 Marca: RINALDI	UN	4	210,00	840,00
89	102.004.152	PROTETOR 750/16 Marca: RALFLEX	UN	20	27,00	540,00
91	102.004.195	PROTETOR ARO 16 Marca: RALFLEX	UN	15	27,00	405,00
101	102.135.077	REFIL Marca: SCHRADER	UN	500	4,00	2.000,00
105	102.004.096	REMENDO PARA PNEU SEM CAMARA VD TIP TOP N° 08 Marca: VIPAL	UN	20	24,00	480,00
109	102.135.080	REMENDO-ROLO Marca: SCHRADER	RL	10	64,00	640,00
110	102.039.019	SACA VALVULA LONGO Marca: SCHRADER	UN	10	45,00	450,00
		Total do Proponente				16.079,00
Item	7907 Código	WA COMERCIO E SERVIÇO DE PNEUS LTDA Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10	102.135.074	CAMARA 14-9-24 Marca: TORTUGA/QBOM	UN	6	150,00	900,00
16	102.004.161	CAMARA 900 X 20 Marca: TORTUGA/QBOM	UN	50	83,00	4.150,00
17	102.004.188	CAMARA AR 18 4 30 Marca: TORTUGA/QBOM	UN	6	220,00	1.320,00
20	102.004.214	CAMARA DE AR 14X24 Marca: TORTUGA/QBOM	UN	36	140,00	5.040,00
21	102.004.185	CAMARA DE AR 18 4 34 Marca: TORTUGA/QBOM	UN	6	230,00	1.380,00
51	100.012.001	PNEU 175 70 R 13 Marca: BRIDGESTONE/S500	UN	68	130,00	8.840,00
52	102.004.133	PNEU 175/70 R14/84T Marca: BRIDGESTONE/FIRESTONE	UN	10	200,00	2.000,00
59	102.004.172	PNEU 275/80R 22.5 BORRACHUDO Marca: BRIDGESTONE/FIRESTONE	UN	62	1.200,00	74.400,00
60	102.004.120	PNEU 750 - R16 RADIAL LISO Marca: BRIDGESTONE/FIRESTONE	UN	6	540,00	3.240,00
73	100.001.002	PNEUS 175/70 R 14 Marca: BRIDGESTONE/FIRESTONE	UN	102	200,00	20.400,00
78	102.004.124	PNEUS 225. 75. R15 Marca: BRIDGESTONE/FIRESTONE	UN	48	375,00	18.000,00
82	103.018.002	PNEUS 31X10.50 R15 Marca: BRIDGESTONE/FIRESTONE	UN	24	535,00	12.840,00
		Total do Proponente				152.510,00
Item	7908 Código	PNEUS BARBOSA LTDA - ME Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
49	102.004.165	PNEU 215/75R/17,5 RADIAL LISO Marca: PIRELLI	UN	60	605,00	36.300,00
50	102.004.171	PNEU 1000 X 20 BORRACHUDO Marca: PIRELLI	UN	120	950,00	114.000,00
53	009.001.182	PNEU 205/75/R16 Marca: PIRELLI		24	480,00	11.520,00
55	102.004.220	PNEU 215/78 R17,5 Marca: PIRELLI	UN	12	605,00	7.260,00
57	102.004.087	PNEU 235-75-15 Marca: PIRELLI	UN	28	389,00	10.892,00
58	102.004.224	PNEU 275/80/22,5 RADIAL Marca: PIRELLI	UN	12	1.099,00	13.188,00
67	102.004.129	PNEU PARA TRATOR 283-18.4-30 TRASEIRO Marca: PIRELLI	UN	8	1.995,00	15.960,00
68	102.004.212	PNEU PATROL 14X24 Marca: PIRELLI	UN	36	1.949,00	70.164,00
71	102.004.211	PNEU TRAZEIRO DA RETRO ESCAVADEIRA 19.5 L 24 Marca: PIRELLI	UN	6	2.019,00	12.114,00
75	102.004.125	PNEUS 205/70 R 15 Marca: PIRELLI	UN	24	450,00	10.800,00
76	102.004.135	PNEUS 215/75R/17,5 Marca: PIRELLI	UN	100	605,00	60.500,00

77	102.004.132	PNEUS 215/80 R16/107R Marca: PIRELLI	UN	8	450,00	3.600,00
79	102.004.134	PNEUS 225/75 R16 Marca: PIRELLI	UN	12	495,00	5.940,00
80	102.003.022	PNEUS 235/75/15 LISO Marca: PIRELLI	UN	30	389,00	11.670,00
81	100.019.001	PNEUS 275/80 22,5 LISO Marca: PIRELLI	UN	42	1.099,00	46.158,00
83	102.004.178	PNEUS 750 X 16 BORRACHUDO Marca: PIRELLI	UN	6	480,00	2.880,00
85	102.004.130	PNEUS 985 TRATOR TRASEIRO Nª 18.4-34 Marca: PIRELLI	UN	6	2.185,00	13.110,00
86	102.004.131	PNEUS 985 TRATOR Nº 14.9.24 DIANTEIRO Marca: PIRELLI	UN	8	1.199,00	9.592,00
87	102.004.126	PNEUS PARA TRATOR 885 - 700-16 DIANTEIRO Marca: PIRELLI	UN	12	360,00	4.320,00
		Total do Proponente				459.968,00
Item	7909 Código	JOSE MARGREITER - ME Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	102.135.085	ALONGADOR PARA CAMINHAO Marca: SCHRADER	UN	36	25,00	900,00
6	102.135.086	BICO PARA RODA 22.5 RADIAL Marca: SCHRADER	UN	50	22,00	1.100,00
18	102.004.147	CAMARA DE AR 1000X20 Marca: BARSTUBE	UN	126	88,00	11.088,00
24	102.004.204	CAMARA DE AR 90 19 Marca: BARSTUBE	UN	4	35,00	140,00
29	102.135.092	CHAVE CRUZETA Marca: GEDORE	UN	3	90,00	270,00
40	102.002.567	MACACO 20 TONELADAS Marca: SCHULER	UN	3	500,00	1.500,00
54	102.004.223	PNEU 215/75/17,5 BORRACHUDO Marca: FATE	UN	80	659,00	52.720,00
56	102.004.215	PNEU 235.75R 16 Marca: SAILUN	UN	12	575,00	6.900,00
61	102.004.225	PNEU 750-R16 Marca: GOODRIDE	UN	20	570,00	11.400,00
62	102.004.123	PNEU 90 90 R 19 Marca: VIPAL	UN	4	195,00	780,00
63	103.012.001	PNEU 900 X 20 Marca: FATE	UN	50	794,00	39.700,00
64	102.004.210	PNEU DIANTEIRO DA RETRO ESCAVADEIRA 1216-5 Marca: SUPERGUIDER	UN	6	700,00	4.200,00
65	102.004.170	PNEU DIANTEIRO P/MOTO 275.18 Marca: VIPAL	UN	3	99,00	297,00
66	102.004.209	PNEU LISO 1000X20 Marca: GOODRIDE	UN	46	877,00	40.342,00
70	102.004.219	PNEU TRASEIRO MOTO 90. 90. 18 Marca: VIPAL	UN	3	100,00	300,00
72	102.004.163	PNEUS 1000X20 Marca: GOODRIDE	UN	100	877,00	87.700,00
74	102.004.121	PNEUS 185 70 R14 Marca: GENERAL	UN	8	209,00	1.672,00
84	102.004.136	PNEUS 90 90 18 Marca: VIPAL	UN	2	100,00	200,00
90	102.004.009	PROTETOR 900 X 20 Marca: RUZZI	UN	50	35,00	1.750,00
92	102.004.151	PROTETORES 1000X20 Marca: RUZZI	UN	126	35,00	4.410,00
97	102.004.221	RECAPAGEM DE PNEU 275X80X22,5 Marca: VIPAL	UN	20	565,00	11.300,00
99	102.004.159	RECAPAGEM DE PNEU 900 X 20 Marca: VIPAL	UN	30	445,00	13.350,00
102	102.135.078	REMENDO FRIO Marca: VIPAL	UN	500	3,00	1.500,00
103	102.004.011	REMENDO PARA PNEU SEM CAMARA VD TIP TOP N° 06 Marca: VIPAL	UN	20	20,00	400,00
104	102.004.095	REMENDO PARA PNEU SEM CAMARA VD TIP TOP N° 07 Marca: VIPAL	UN	20	20,00	400,00
106	102.004.098	REMENDO PARA PNEU SEM CAMARA VD TIP TOP N° 10 Marca: VIPAL	UN	20	25,00	500,00
108	102.135.081	REMENDO TIP TOP Nº60 Marca: VIPAL	UN	20	55,00	1.100,00
116	102.004.175	SERVIÇO DE VULCANIZAÇAO 900X20 Marca: VIPAL	UN	10	120,00	1.200,00
		Total do Proponente				297.119,00

JAURU MT, 01 DE JULHO DE 2015.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP/Nº 391/2015.

PORTARIA GP/Nº 391/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o servidor **DERCI DE FARIAS BATISTA,** brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 1.015.163.131 SSP/RS e do CPF nº 028.458.570-04, que exerce o cargo de **Médico Clinico Geral**, a e**missão de Laudo Médico aos candidatos no Concurso Público para obter Certificado de Sanidade Ocupacional e Capacidade Física,** a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 63/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 063/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 063/2015, do tipo Presencial, cuja abertura ocorrerá as 09h00 - Local, do dia 20/07/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de preços para o futuro e eventual aquisição de veículo zero quilometro tipo minivan, bicombustível ano/modelo 2015 em atendimento a secretaria municipal de saude – casa de apoio**, conforme especificações constantes em Edital e Termo de Referência. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400/9401.

Juara-MT, 01 de julho de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 417 A 425-2015

PORTARIA GP/Nº 417/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando: o que dispõe a Lei Municipal nº 2.510, de 10 de junho de 2015 e o respectivo Termo de Convênio nº007/2015 de 10 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder a servidora: **ANARLI NEUMANN,** lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de Programas e Projetos Sociais/Setor de Apoio Comunitário para Associação de Proteção aos Idosos e Desamparados – ASPROIDE - Lar dos Idosos –Irmã Maria Lucianete, conforme Processo nº 8.875/2015.

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 418/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando: o que dispõe a Lei Municipal nº 2.510, de 10 de junho de 2015 e o respectivo Termo de Convênio nº007/2015 de 10 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder a servidora: DALVA BARBOSA DE SOUZA, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão Desenvolvimento do Trabalho Habitação e Social para Associação de Proteção aos Idosos e Desamparados – ASPROIDE - Lar dos Idosos –Irmã Maria Lucianete, conforme Processo nº 8.875/2015.

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 419/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando: o que dispõe a Lei Municipal nº 2.510, de 10 de junho de 2015 e o respectivo Termo de Convênio nº007/2015 de 10 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder a servidora: DILCE GRAEBIN, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão Desenvolvimento do Trabalho Habitação e Social para Associação de Proteção aos Idosos e Desamparados – ASPROIDE - Lar dos Idosos –Irmã Maria Lucianete, conforme Processo nº 8.875/2015.

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 420/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando: o que dispõe a Lei Municipal nº 2.510, de 10 de junho de 2015 e o respectivo Termo de Convênio nº007/2015 de 10 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder a servidora: EDELIZIA FERREIRA DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão Desenvolvimento do Trabalho Habitação e Social para Associação de Proteção aos Idosos e Desamparados – ASPROIDE - Lar dos Idosos –Irmã Maria Lucianete, conforme Processo nº 8.875/2015.

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 421/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando: o que dispõe a Lei Municipal nº 2.510, de 10 de junho de 2015 e o respectivo Termo de Convênio nº007/2015 de 10 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder a servidora: ELIANE IZABEL DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de Programas e Projetos Sociais para Associação de Proteção aos Idosos e Desamparados – ASPROIDE - Lar dos Idosos –Irmã Maria Lucianete, conforme Processo nº 8.875/2015.

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 422/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando: o que dispõe a Lei Municipal nº 2.510, de 10 de junho de 2015 e o respectivo Termo de Convênio nº007/2015 de 10 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder o servidor: IZAEL RUYVO, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão Desenvolvimento do Trabalho Habitação e Social para Associação de Proteção aos Idosos e Desamparados – ASPROIDE - Lar dos Idosos –Irmã Maria Lucianete, conforme Processo nº 8.875/2015.

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 423/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando: o que dispõe a Lei Municipal nº 2.510, de 10 de junho de 2015 e o respectivo Termo de Convênio nº007/2015 de 10 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder a servidora: MARINEIDE MARCELINO CEARA, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de Programas e Projetos Sociais para Associação de Proteção aos Idosos e Desamparados – ASPROIDE - Lar dos Idosos –Irmã Maria Lucianete, conforme Processo nº 8.875/2015.

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 424/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando: o que dispõe a Lei Municipal nº 2.510, de 10 de junho de 2015 e o respectivo Termo de Convênio nº007/2015 de 10 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder a servidora: MARLENE LOURENTINO BUFALO, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão Desenvolvimento do Trabalho Habitação e Social para Associação de Proteção aos Idosos e Desamparados – ASPROIDE - Lar dos Idosos –Irmã Maria Lucianete, conforme Processo nº 8.875/2015.

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 425/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Considerando: o que dispõe a Lei Municipal nº 2.510, de 10 de junho de 2015 e o respectivo Termo de Convênio nº007/2015 de 10 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. lº - Ceder a servidora: VALDELICE DE CARVALHO SANTOS BORGES, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de Programas e Projetos Sociais para Associação de Proteção aos Idosos e Desamparados – ASPROIDE - Lar dos Idosos –Irmã Maria Lucianete, conforme Processo nº 8.875/2015.

Art. 2º - A cedência de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 10 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP/Nº 397/2015.

PORTARIA GP/Nº 397/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a servidora **FATIMA BEZERRA CHAVES,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 227.086-3 SSP/PE e do CPF nº 302.232.024-87, que exerce o cargo **Especialista Saúde/Psicólogo**, a **emissão de Laudo Psicológico aos candidatos no Concurso Público para obter Certificado de Sanidade Psicológica e Mental,** a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº. 055/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 055/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 055/2015, cuja abertura ocorreu as 14h00 - Local, do dia 01/07/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. **Objeto:** REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE ALIMENTOS SENDO LEITE, FARINHA E SAL EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos**,** sagrou-se vencedora as empresas: **ANDRADE E PEREIRA LTDA,** inscrita com o CNPJ sob o n. 11.087.959/0001-22, localizada à Praça dos Colonizadores n. 182-S, Centro, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, CEP: 78.575-000, Telefone (66) 3556-1014, E-mail: sdsaojose@yahoo.com.br representada por seu sócio proprietário o Srº. Edgelson Dias de Andrade, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 856222 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n. 630.123.831-15, sendo vencedora para os itens 01 e 02 com valor global de R$ 59.337,10 (cinqüenta nove mil trezentos e trinta e sete reais e dez centavos), e a Empresa: SOUZA CARMO & SOUZA CARMO LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 11.210.067/0001-77, localizada à Avenida Ayrton Senna n. 1212-S, Parte do Lote 153 - Gleba Taquaral, CEP: 78.575-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, Telefone (66) 3556-1557, E-mail: superbelavistacompras@gmail.com representada por sua sócio proprietária a Srª. Maria de Souza Carmo, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade n. 1166832-6 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o n. 581.071.261-49, no município de Juara-MT, sendo vencedora para o item 03 com valor global de R$ 4.462,00 (quatro mil quatrocentos e sessenta e dois reais);

Juara-MT, 01 de Julho de 2015.

SETOR DE LICITACAO
RETIFICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 18/2015

ONDE SE LÊ

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Referência: Dispensa de Licitação nº 18/2015

Assunto: Administrativo. Dispensa de Licitação n° 18/2015/SECAD. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, em Atendimento á Prefeitura Municipal de Juara.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista a sua delegação de competência como gestor e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93 e;

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade conforme art. 49 da Lei 8.666/93;

DECIDE REVOGAR, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado nos autos, o Processo Licitatório realizado na modalidade de Dispensa de Licitação nº 18/2015,

JUSTIFICATIVA, a empresa fornecedora dos serviços preferiu manter a manutenção direto até a realização de novo processo e por isso não assinou e deixou de cumprir com as cláusulas contratuais.

ENCAMINHAR

o processo para a Comissão para a devida publicidade.

Juara/MT, em 30 de junho 2014.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

LEIA-SE

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Referência: Dispensa de Licitação nº 18/2015

Assunto: Administrativo. Dispensa de Licitação n° 18/2015/SECAD ***e Contrato 128/2015***. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, em Atendimento á Prefeitura Municipal de Juara.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista a sua delegação de competência como gestor e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93 e;

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade conforme art. 49 da Lei 8.666/93;

DECIDE REVOGAR, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado nos autos, o Processo Licitatório realizado na modalidade de Dispensa de Licitação nº 18/2015,

JUSTIFICATIVA, a empresa fornecedora dos serviços preferiu manter a manutenção direto até a realização de novo processo e por isso não assinou e deixou de cumprir com as cláusulas contratuais.

ENCAMINHAR o processo para a Comissão para a devida publicidade.

Juara/MT, em 30 de junho 2015.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº. 054/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 054/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 054/2015, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 01/07/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. **Objeto:** registro de preços para futura e eventual aquisição de alimentos para distribuição gratuita "cestas básicas" em atendimento a secretaria municipal de assistência social e trabalho, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos**,** sagrou-se vencedora as empresas: **ANDRADE E PEREIRA LTDA,** inscrita com o CNPJ sob o n. 11.087.959/0001-22, localizada à Praça dos Colonizadores n. 182-S, Centro, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, CEP: 78.575-000, Telefone (66) 3556-1014, E-mail: sdsaojose@yahoo.com.br representada por seu sócio proprietário o Srº. Edgelson Dias de Andrade, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 856222 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n. 630.123.831-15, sendo vencedora para os itens 04, 05, 06, 07, 09, 12, 13, 14, 16 e 17 com valor global de R$ 28.304,64 (vinte oito mil trezentos e quatros reais e sessenta e quatro centavos), e a Empresa: SOUZA CARMO & SOUZA CARMO LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n. 11.210.067/0001-77, localizada à Avenida Ayrton Senna n. 1212-S, Parte do Lote 153 - Gleba Taquaral, CEP: 78.575-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, Telefone (66) 3556-1557, E-mail: superbelavistacompras@gmail.com representada por sua sócio proprietária a Srª. Maria de Souza Carmo, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade n. 1166832-6 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o n. 581.071.261-49, no município de Juara-MT, sendo vencedora para os itens 01, 02, 03, 08, 10, 11 e 15 com valor global de R$ 29.599,60 (vinte nove mil quinhentos e noventa e nove reais e sessenta centavos);

Juara-MT, 01 de Julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PORTARIA N.º 174, DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

RAIMUNDO MANSKE, Prefeito Municipal de Juruena em exercício, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e, em cumprimento do artigo 51, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores,

R E S O L V E:

ART. 1º. Nomear, sem ônus para os cofres públicos municipais, para compor a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** as servidoras municipais **THAIS PIRES MORAES,** portadora do RG nº. 2114482-6 SSP/MT, CPF nº. 036.346.691-60 como presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** a senhora **ANDRESSA SILVEIRA**, portadora do CPF nº. 053.430.281-52 e RG nº. 2465914-2 SJSP/MT,secretária e a Senhora **LUCIENE RUBINHO DOS SANTOS,** RG nº. 2093815-2 SSP/MT, CPF nº. 030.830.511-66,membro para o exercício corrente de 2015.

***ART. 2º.* Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário *em especial a Portaria nº. 01, de 02 de Janeiro de 2015*.**

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 01 de Julho de 2015.

RAIMUNDO MANSKE

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

MARCOS ANDRÉ RAUBER

Secretário Municipal de Administração

e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EDITAL MINHA CASA MINHA VIDA

EDITAL

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2 (sub 50) DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

DESISTÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO BENEFICIÁRIOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS

O Prefeito do Município de Juscimeira, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no item 13.3 do Anexo I da Portaria Interministerial nº 547, de 28 de novembro de 2011 do Ministério das Cidades, torna pública a desistência de participação do Programa Minha Casa Minha Vida do Ministério das Cidades, com renúncia à unidade habitacional contemplada, dos seguintes beneficiários:

NOME	RG	CPF	ENDEREÇO COMPLETO
ROSENILDA CARDOSO DE SOUZA	1084599-2 SSP/MT	930.504.701-78	RUA ANTONIO J. SILVA (RUA 2), 321 – CAJUS I.
ROSA BARBOSA DA CONCEIÇÃO	1888306 – 0 SSP/MT	020.246.481 – 42	RUA BELO HORIZONTE, 640, CENTRO, JUSCIMEIRA – MT

Em substituição, serão contemplados o(s) seguinte(s) beneficiário(s), aprovados pelo Ministério das Cidades.

NOME	RG	CPF	ENDEREÇO
APARECIDO MENDES QUEIROZ	36710878-1 SSP/SP	301.898.168-56	RUA D, DISTRITO DE SÃO LOURENÇO DE FÁTIMA
JESSICA KELLY SILVA GOMES	2223922 – 7 SSP/MT	041.599.761 – 58	RUA M, BAIRRO CAJUS, JUSCIMEIRA– MT.

Juscimeira – MT, 17 de junho de 2015.

Valdecir Luiz Colle

Prefeito Municipal de Juscimeira – MT.

EDITAL CONVOCAÇÃO

EDITAL

Na qualidade de **Prefeito Municipal de Juscimeira - MT, Valdecir Luiz Colle** à vista do falecimento do beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida, **José da Silva**, **CPF: 240.763.501-97, falecido em 17/01/2013,** deixando herdeiros, **CONVOCA** sua cônjuge, os próprios herdeiros ou seus representantes legais, a comparecerem à sede da Prefeitura Municipal Juscimeira - MT, situada à Rua Joaquim Miguel dos Santos, 210, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação deste edital, munidos de seus documentos pessoais e dos herdeiros, para análise de sua adequação aos requisitos exigidos pela legislação de regência do Programa.

O não comparecimento, na forma e prazo assinalados, implicará no reconhecimento de desistência tácita ao benefício, ensejando sua substituição, na forma da lei.

Juscimeira - MT, 17 de junho de 2015.

Valdecir Luiz Colle

Prefeito Municipal de Juscimeira – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 7.565/2015

O Prefeito do **MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrito no CNPJ nº 15359201-0001/57, com sede à Travessa Emanuel, nº 605, cx. Postal 01, centro, Sr. **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, portador da Cédula de Identidade com RG nº 2003502-0-SSP/MT e do Cadastro de Pessoas Físicas de nº 340.434.891-53, pelo presente instrumento,

Nomeia como P R E P O S T O

Marcio Rodrigo Baraldi, portador da Cédula de Identidade com RG nº 12446360 SSP/MT e do Cadastro de Pessoas Físicas de nº 855.450. 071-72, com endereço sito à Rua João de Barro, 309, Módulo 04 – Juina/MT.

Para o fim de:

Representá-lo nos autos de AÇÃO CIVIL – PROCESSO nº 0000196-32.2015.5.23.0081 – Reclamante = Juarez Borges Pereira.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Juina/MT, 29 de junho de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ARP N° 002/2015

PROCESSO N.º 024/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial 011/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

CONTRATADO: RET FARMA DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, PARA ATENDER A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LUCIARA.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES.

VALOR: R$ 25.635,00(vinte e cinco mil e seiscentos e trinta e cinco reais).

Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, em 29 de Junho de 2015.

AGÊO FONSECA BRITO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

O Município de Marcelândia, através de sua Pregoeira Oficial, torna Público aos interessados, o resultado do Julgamento do **Pregão Presencial nº. 023/2015 licitação na modalidade menor preço por item,** com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MARCELÂNDIA-MT**, abertura se deu no dia 26 de junho de 2015, às 08h00min (Horário Oficial de Mato Grosso), onde sagraram-se vencedoras as seguintes empresas: *PAPELARIA & INFORMATICA CENTRUS LTDA EPP - CNPJ n°00.539. 955/0001-11* com o valor total de**R$ 68.308,50 (sessenta e oito reais trezentos e oito reais e cinquenta centavos),SOUZA LIMA E LIMA LTDA ME – CNPJ n°12.061.236/0001-17** com o total valor de**R$ 9.266,32 (nove mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta dois centavos)**, **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI EPP – CNPJ n°20. 357.366/0001-20** com o valor total de R$ 103.547,80 (cento e três mil quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), GRAFFITE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP, CNPJ n° 22.063.815/0001-52 R$ 37.134,50 (trinta e sete mil cento e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), totalizando R$ 218.257,12 (duzentos e dezoito mil duzentos e cin-

quenta e sete reais e doze centavos), conforme quantidade do edital, onde as licitantes abriram mão de interposição de recurso.

Marcelândia MT, 01 de julho de 2015.

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DA RELAÇÃO PARA SORTEIO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA QUE ANALISARÁ AS PROPOSTAS TÉCNICAS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 001/2015 .

A Prefeitura Municipal de Marcelândia, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que fará realizar sorteio em Sessão Pública no dia 13 de julho as 14h:00m, para atendimento ao disposto no art. 10, §4º da Lei 12.232/2010 e no item 3.1. do edital de chamamento nº 001/2015, e divulga a relação dos integrantes para o sorteio da Subcomissão de julgamento das Propostas Técnicas da Concorrência Pública nº 001/2015, "**Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços de publicidade, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa".** LOCAL DO SORTEIO: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, localizada na Rua Guaíra, nº 777, Bairro Centro, Marcelândia/MT. Segue relação de inscritos para o sorteio: 1) RAIMUNDO ISRAEL QUEIROZ FRANCISCO; 2) NIDIA FERRAZ LOPES; 3) ANTONIO LUIZ FARIAS; 4) JEFERSON KUNRATH; 5) DANILO STEINKE AGUIAR; 6) WESLEY VIEIRA DOS SANTOS; 7) WAGNER CID DA CUNHA; 8) PAULINO TARCISIO BORGES; 9) ANTONIO VILELA; 10) GREYCIELLI ANGÉLICA DA SILVA; 11) IGOR BELUSSO CASAGRANDE.

Marcelândia, 01 de julho de 2015.

Reinaldo Castilhos Pawlak

Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL

PUBLIQUE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO DE DISPENSA Nº. 02/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizará no dia 08 DE JULHO DE 2015 as 10h00min na sede da Prefeitura Municipal PROCESSO DE DISPENSA para LOCAÇÃO DE UMA CASA PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE RETAGUARDA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Maiores informações através do Edital nº. 079/2015, que deve ser solicitado pelos e-mails atendimento@matupa.mt.gov.br e licita@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 01 de Julho de 2014.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº 29 DE 18 DE JUNHO DE 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Mirassol d' Oeste-MT o Sr. Sergio Santos, no uso de suas legais atribuições, vem por intermédio desta retificar a portaria de n° 29 de 18 de junho de 2015 de abertura de sindicância em face do ex-servidor o Sr. Jurandyr Dias Siqueira.

Deste modo a retificação ocorrerá no artigo primeiro da supracitada portaria.

Onde sê lê: Artigo 1°: - Instaurar **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, visando apurar fatos que em tese revelam possível descumprimento dos deveres funcionais previstos no art. 178 da Lei Complementar nº 008/98, praticado pelo servidor **JURANDYR DIAS SIQUEIRA**, Assistente Parlamentar, Matrícula/Registro nº 02, no exercício de suas funções de Assistente Parlamentar, podendo ensejar na aplicação de penalidades.

Leia-se- Artigo 1°: Instaurar **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, visando apurar fatos que em tese revelam possível descumprimento dos deveres funcionais previstos no art. 178 da Lei Complementar nº 008/98, supostamente praticados pelo ex-servidor **JURANDYR DIAS SIQUEIRA**, Assistente Parlamentar, Matrícula/Registro nº 02, no exercício de suas funções de Assistente Parlamentar, podendo ensejar na aplicação de penalidades.

Mirassol d' Oeste-MT, 01 de julho de 2015.

SERGIO DOS SANTOS

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº 037 DE 01 DE JULHO DE 2015.

DIPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE TRABALHADOR DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VEREADOR SÉRGIO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS LEGAIS ATRIBUIÇÕES, e fundamentado nas disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994:

R E S O L V E:

Artigo 1º- Contratar a Srª. PATRICIA FRANZIN DA SILVA CAMPOS, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1938718-0/SSP/MT e CPF nº 011.765.461-20, residente e domiciliada à Rua Marechal Rondon, nº 241 – Lote 02ª, Bairro Residencial Interlagos, na cidade de Mirassol D'Oeste-MT, para desempenhar serviços de conservação, manutenção e limpeza em geral das dependência internas e externa, conforme CBO 55215, com o TITULO: Trabalhadores de serviços gerais (serviços de conservação, manutenção e limpeza), dos bens moveis e imóveis, para atender as necessidades primordiais das instalações do Prédio da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, e no acompanhamento dos trabalhos dos senhores vereadores e funcionários da CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

Artigo 2º - A contratação terá a duração de 03 (três) meses e 20 (vinte) dias, sendo pelo período de 01/07/2015 à 20/10/2015, podendo ser prorrogado se for necessário para o cumprimento do objeto, desde que haja concordância da Mesa Diretora.

Artigo 3º

- Esta Portaria entra em vigor na data de 01/07/2015.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 01 de Julho de 2015.

SÉRGIO DOS SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 036 DE 01 DE JULHO DE 2015.

O VEREADOR SERGIO DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, fundamentado na alínea g, inciso VII do art. 44 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT.;

R E S O L V E :

ARTIGO 1º. – DESIGNAR o servidor **RINALDO VALENCIANO, brasileiro, maior, portador do RG. Nº 248 850/SSP/MS e CPF. Nº 442 605 631-49,** Matricula nº 001, funcionário Público Municipal, lotado no Quadro Funcional desta Augusta Casa de Leis, ocupando o Cargo de Técnico Operacional Contábil e Financeiro, para nos termos do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo relacionado:

Contrato Nº	003/2015
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de Consultoria Administrativa, Contábil Orçamentária, Financeira e Patrimonial.
Contratada	ACPI - ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA -
Vigência	Início: 23/06/2015 Término: 23/06/2016

ARTIGO 2º. – Fica revogada a PORTARIA Nº. 034 DE 25 DE JUNHO DE 2015.

ARTIGO 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLICA-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE:

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 01 (UM) DE JULHO DE 2015 (DOIS MIL E QUINZE).

SERGIO DOS SANTOS

PRESIDENTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
SAEMI CONCURSO PÚBLICO N. 01/2015– EDITAL COMPLEMENTAR N. 02/2015

ESTADO DE MATO GROSSO – SAEMI

- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D´OESTE– MT

Concurso Público n. 01/2015– Complementar n. 02/2015

ESTADO DE MATO GROSSO – SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE

MIRASSOL D´OESTE -MT - CONCURSO PÚBLICO N. 01/2015- EDITAL COMPLEMENTAR

N. 02/2015 - O Diretor do SAEMI

- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste– MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2015, tornam público o Edital Complementar n. 02/2015, que dispõe sobre a DIVULGAÇÃO da relação de pedidos de isenção de taxa de inscrição deferidos e indeferidos. O Edital Complementar n. 02/2015 e seus Anexos I e II se encontram na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da SAEMI - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste– MT e no endereço eletrônico: www.mirassoldoeste.mt.gov.br, a partir desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
EXTRATOS CONTRATOS/ADITIVOS - JUNHO

CONTRATO Nº 54/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **NEMARI BERTAGLIA BRAUM HERRERA - ME**,inscrita no CNPJ sob n° 11.012.407/0001-55. **Objeto:** Contratação de Serviço de Transporte de alunos da Rede Pública na zona rural do Município de NOBRES/MT. Valor: R$ 885.769,12 (oitocentos e oitentas e cinco mil setecentos e sessenta e nove reais e doze centavos). **Data:** 03/06/2015. **Prazo:** 07(sete) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **NEMARI BERTAGLIA BRAUM HERRERA - ME** – Contratado.

CONTRATO Nº 55/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e o **Sr. NEUCIMAR NUNES FEITOSA**, inscrito no CPF n.º 722.435. 541-00. **Objeto:** Prestação de Serviço de Medico Veterinário para atender a demanda de Endemias em Casos de Leishmaniose Visceral aos Programas da Secretaria Municipal de Saúde. Valor: R$ 4.728,00 (quatro mil setecentos e vinte e oito reais). **Data:** 30/06/2015. **Prazo:** 30(trinta) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **NEUCIMAR NUNES FEITOSA** – Contratado.

CONTRATO Nº 56/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a **PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO**, devidamente inscrita no CNPJ n° 03.005.139/0016-00. **Objeto:** locação de imóvel tipo Barracão destinado a servir como refeitório, aos atletas intermunicipais dos Jogos Regionais da Juventude. Valor: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). **Data:** 05/06/2015. **Prazo:** 05(cinco) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO** – Contratado.

CONTRATO Nº 57/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e o Sr. **CLEDISON MIRANDA DE FREITAS** inscrito no CPF n.º 747. 676.693-20. **Objeto:** Prestação de Serviço de Cadastro no Programa de Transferência de Renda do Cadastro Único – Bolsa Família do Centro de Referencia de Assistência Social, do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS. **Valor:** R$ 1.000,00 (um mil reais). **Data:** 08/06/2015. **Prazo:** 30(trinta) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **CLEDISON MIRANDA DE FREITAS** – Contratado.

CONTRATO Nº 58/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **ROBERTO DORNELLES COSTA 44485794091**, devidamente inscrita no CNPJ 17.661.823/0001-60. **Objeto:** Locação De Caminhão Pipa Para Irrigar As Ruas E Avenidas Na Localidade De Bom Jardim No Município Nobres/MT. **Valor:** R$ 76.680,00 (setenta e seis mil seiscentos e oitenta reais). **Data:** 12/06/2015. **Prazo:** 12(doze) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **ROBERTO DORNELLES COSTA 44485794091** – Contratado.

CONTRATO Nº 59/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **SERPRA SERV. E PROJ. E ASSESSORIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 07.123.969/0001-07. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia para Pavimentação, Drenagem de Águas Pluviais em algumas Ruas do Bairro Jardim Paraná no município de Nobres – MT. **Valor:** R$ 11. 500,00(onze mil e quinhentos reais). **Data:** 12/06/2015. **Prazo:** 30(trinta) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **SERPRA SERV. E PROJ. E ASSESSORIA LTDA** – Contratado.

CONTRATO Nº 60/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a Srta. **JESCA KURY BARROS,** inscrita no CPF n° 024.356. 741-39. **Objeto:** Contratação de Biomédica para Execução do Projeto Farmácia Viva. **Valor:** R$ 3.720,00 (três mil e setecentos e vinte reais). **Data:** 16/06/2015. **Prazo:** 30(trinta) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **JESCA KURY BARROS** – Contratado.

1° CONTRATO 01/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **ELENIL NOBRES DA SILVA 63124459172**. **Objeto:** prorrogação do contrato original por mais 18 (dezoito) dias. **Data:** 11/06/2015. **Valor:** R$ 820,00 (oitocentos e vinte reais). Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **ÁGILI ELENIL NOBRES DA SILVA 63124459172**– Contratado.

1° CONTRATO 38/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **PRODUTIVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 15.686.273/0001-09. **Objeto:** acréscimo dos serviço em aproximadamente 8,42%, conforme planilha anexa. **Data:** 16/06/2015. **Valor:** R$ 16.194,13 (dezesseis mil cento e noventa e quatro reais e treze centavos). Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **PRODUTIVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME** – Contratado.

3° CONTRATO 127/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **SERPRA SERV. E PROJ. E ASSESSORIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 07.123.969/0001-07. **Objeto:**prorrogação da vigência do contrato n° 127/2014, por mais 90(noventa) dias cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia para Pavimentação, Drenagem, Calçamento e Sinalização Viária no perímetro urbano do município de Nobres – MT, em trecho definido na CARTA CONSULTA Nº 0011266.02.86/2013-71, selecionada pelo Ministério das Cidades através da Portaria nº 492/2013, alterada pela portaria 233/2014. **Data:** 17/06/2015. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **SERPRA SERV. E PROJ. E ASSESSORIA LTDA** – Contratado.

5° CONTRATO 63/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e o **SR. JOÃO CLOVIS ANTONIACOMI**, inscrito no CPF sob o nº 319.179.849-87. **Objeto:** Renovação do contrato n° 63/2014, cujo objeto é a locação de bem imóvel destinado a abrigar temporariamente o Terminal Rodoviário. **Data:** 27/06/2015. **Valor:** R$ 14.000,00 (quatorze mil reais). **Prazo:** 07(sete) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **JOÃO CLOVIS ANTONIACOMI** – Contratado.

5° CONTRATO 76/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **SOARES & RAMOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.428.032/0001-46. **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do contrato n° 76/2014, por mais 60(sessenta) dias e atualização da dotação orçamentária para o exercício de 2015, cujo objeto é aExecução De Obra De Galeria De Águas Pluviais,tudo conforme Projeto Básico e seus anexos. **Data:** 16/06/2015. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **SOARES & RAMOS LTDA ME** – Contratado.

7° CONTRATO 61/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **PRODUTIVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 15.686.273/0001-09. **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, por mais 180 (cento e oitenta) dia. **Data:** 23/06/2015. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **PRODUTIVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME** – Contratado.

8° CONTRATO 14/2010 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a **VERONICA STOFFEL MAIA**, inscrita no CPF n° 205.259.151-68, Espólio de **AMBROSIO MONTEIRO MAIA**. **Objeto:** prorrogação original cujo objeto é a locação de imóvel supracitado abriga as instalações da Casa de Apoio e a readequação do valor mensal. **Data:** 02/06/2015. **Valor:** R$ 15.642,12 (quinze mil seiscentos e quarenta e dois reais e doze centavos). Prazo: 12 (doze) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e **VERONICA STOFFEL MAIA** – Contratado.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 109/2015

PORTARIA Nº. 109/2015

"Dispõe sobre a exoneração da Srtª. ***Caroline Alda Brusamarello Weihrich****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Srtª. ***Caroline Alda Brusamarello Weihrich***, portadora do RG nº. 2037111-0 SSP/MT, e devidamente cadastrada no CPF nº. 033. 287.371-46, do cargo interino em Comissão de Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 julho de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 108/2015

PORTARIA Nº. 108/2015

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Roberto Rogério da Silva Dias****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. **Roberto Rogério da Silva Dias**, portador do RG nº. 1298800-6 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 883.485.471-34, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de julho de 2015.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 110/2015

PORTARIA Nº. 110/2015

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Silvério Soares de Moraes****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Silvério Soares de Moraes, portador do RG nº. 520074 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 483.571.201-30, para exercer o cargo interino em Comissão de Secretário Municipal de Fiscalização Tributária.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 julho de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 111/2015

PORTARIA Nº. 111/2015

"Dispõe sobre a nomeação da Srª. ***Edinéia Oliveira dos Anjos Valandro****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Srª. **Edinéia Oliveira dos Anjos Valandro**, portadora do RG nº. 317885600 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 280.263.651-00, para exercer o cargo interino em Comissão de Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de julho de 2015.

***Sebastião Gilmar Luiz da Silva* Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Vistos, etc.

Trata-se de diversos processos administrativos com vários assuntos da mesma natureza, em que determino a reprodução desta decisão para os demais nos termos do artigo 50, § 2º da Lei Federal 9.784/99[1] ante a ausência de prejuízos para os requerentes.

Todos os processos tratam de requerimentos para transposição de servidores, dos cargos públicos regidos pela Lei Municipal nº 1.297/2013 (PCCS servidores) para os cargos regidos pela Lei Municipal 1.190/2011 (PCCS Educação) sob o mesmo fundamento, o da conclusão do curso técnico Profuncionário.

Recebido os requerimentos, foi solicitado parecer jurídico, o qual se posicionou pelo indeferimento dos pleitos.

É o relatório, decido.

Nos termos do artigo 50, §1º da Lei Federal 9.784/99[2], ratifico integralmente o parecer jurídico que é parte integrante desta (anexo I), como fundamento da decisão e decido pelo **INDEFERIMENTO** dos requerimentos.

Translada-se copia desta decisão para todos os processos com os assuntos da mesma natureza.

Publique-se.

Intime-se.

Nobres/MT, 01 de julho de 2015.

Ednéia Oliveira dos Anjos Valandro

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

PARECER JURÍDICO

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação

DA CONSULTA:

A Ilma. Sra. Secretária Municipal de Educação, encaminhou a esta Assessoria diversos requerimentos de servidores os quais pleiteiam enquadramento como profissional da educação profissionalizado como prevê a lei Municipal 1.197/2011, com carga horária de 30 horas.

Para instruir o parecer esta Assessoria solicitou informações do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nobres e constatou que todos os servidores que realizaram os requerimentos pertencem aos quadros de servidores efetivos da Administração Publica Municipal, aprovados em concurso publico para os cargos de Ajudante de Serviços Gerais, Merendeira, Vigia e Auxiliar Administrativo todos regidos pela Lei Municipal nº 1.190/2011 revogada pela Lei Municipal nº 1.297/2013.

DA LEGISLAÇÃO:

_ Constituição Federal

_ Lei Municipal nº 1.297/2013 (PCCS dos servidores da administração pública)

_ Lei Municipal n° 1.197/2011 (PCCS da Educação)

_ Lei Municipal 992/2006 (Estatuto do Servidor)

DO PARECER:

Constata-se que todos os servidores requerentes estão integrados a Lei Municipal 1.297/2013 que rege suas atribuições e salários.

Os requerentes buscam através dos requerimentos o enquadramento em cargos regidos pela Lei Municipal 1.197/2011 (PCCS da Educação) com fundamento em seu artigo 86 e seguintes.

É de todos sabido que a administração pública é direcionada por princípios garantidores do atendimento ao interesse público. Isto fica claro quando analisamos o caput do art. 37 da Constituição Federal, que, expressamente elenca a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência como princípios norteadores de toda a atividade administrativa. Acresça-se a estes outros tantos de importância tão considerável como o são o da isonomia e o do concurso público.

Assim, prevê o inciso II do art. 37 de nossa Carta Magna a seguinte disposição:

“Art. 37. (...)

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

A previsão transcrita mostra-se atualmente um dos pilares da boa administração, sendo o concurso público meio hábil à seleção justa do servidor público, tornando inexistentes as situações antes vistas de apadrinhamento e indicações meramente políticas, que tornavam o serviço ineficiente e desprezava o mérito como condição para admissão.

O princípio do concurso público, desta forma, é de observância obrigatória para fins de provimento de cargos e empregos públicos e é por este motivo que se justifica trazer aqui informações acerca do mesmo. Assim, o acesso aos cargos e empregos do Executivo, Legislativo e Judiciário somente poderão ocorrer ante a prévia aprovação do cidadão em concurso público hábil a aferir sua capacidade laboral.

A questão colocada em pauta circunda este assunto quando demonstra o anseio dos servidores aprovados, inicialmente, em concurso público para fins de prover determinados cargos do quadro geral de servidores, como o são os requerentes, passem, sem participação em novo concurso, a ocupar outros cargos pertencentes e regidos por outra legislação (Lei Municipal 1.197/2011) sem atribuição definida pela lei e com remuneração e carga horária diferente.

Num primeiro momento poderíamos concluir que essa operação se confrontaria com princípio constitucional do concurso público, que exige a aprovação específica em certame concursal para fins de ocupar o novo cargo. E, nesse sentido, trazemos jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Arts. 68, 69 e 70 da Lei nº 8.269/2004, do Estado de Mato Grosso, que permitem o provimento de cargos efetivos por meio de reenquadramento. 3. Violação ao artigo 37, II, da Constituição da República, que dispõe sobre a exigência de concurso público para a investidura em cargo ou emprego público. 4. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente.”

A transcrição acima demonstra que não é possível ao servidor aprovado em concurso para determinado cargo com atribuições específicas, vir a ocupar cargo diverso daquele para o qual se deu a aprovação, ainda que

apresente os requisitos necessários a tanto, como formação acadêmica, por exemplo.

Neste sentido é a Súmula 685, do Supremo Tribunal Federal, que traz a seguinte disposição:

“Súmula 685 – É inconstitucional toda modalidade de provimento de que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”

Esse enunciado deixa patente a impossibilidade da transposição de cargos públicos para cargos que não integrem a carreira original do servidor transposto, de modo que estariam vedadas quaisquer transposições para cargos diversos daquele para o qual o servidor ingressou mediante concurso público.

Cabe frisar que tal prática, além de ofender o princípio constitucional do concurso público, afronta também os princípios da moralidade e da legalidade, além de outros.

O enquadramento do servidor em cargo diverso do original é possível e é legal quando se tratar de servidor efetivado no órgão em que se dará a recolocação e quando tenha se submetido a concurso público similar em dificuldade e exigências ao realizado para o cargo em que se dará o novo provimento, e quando houver similaridade nas atribuições do cargo e remuneração, mas tudo através de Lei Municipal especifica.

Desta maneira, devem ser observados os princípios da legalidade, igualdade, finalidade e motivação, elementos necessários para que se confira legitimidade e, portanto, validade ao ato administrativo. Em razão do princípio da legalidade, o ato de enquadramento só poderá ser concretizado com base em lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, uma vez que cabe a este a iniciativa das leis que versem sobre servidores públicos no âmbito do Poder Executivo. Logo, o ato administrativo é vinculado, pois deve ser praticado em estrita observância do que será estabelecido na lei, não havendo espaço para a manifestação de juízo quanto à conveniência e oportunidade de sua materialização, ou seja, uma vez aprovada a lei, os efeitos recaem **sobre todos os servidores ocupantes dos cargos enquadrados**.

Disso decorre o cumprimento de outro princípio, o da igualdade, qual seja o ato de enquadramento deve abarcar **todos os servidores que possuam a mesma identidade funcional.**

A nosso entender, o artigo 86 da Lei 1.197/2011 se refere ao enquadramento dos atuais funcionários da educação, sem, contudo definir quais seriam estes servidores, suas atribuições e salários, situações estas que depende de **regulamentação** dos critérios para o enquadramento funcional e salarial conforme previsto no artigo 88 da mesma Lei.

Analisando os documentos, verifica-se que os requerentes pleiteiam além da transposição de cargos, a diminuição da carga horária de 40 para 30 horas.

Da análise da Lei Municipal 1.297/2013 e da Lei Municipal 1.197/2011 para a qual os requerentes pleiteiam a transposição, há aspectos relevantes que merecem ser consignados.

Primeiro, a Lei 1197/2001 em seu artigo 86 fala de **enquadramento**, o que ocorre dentro do Plano de Cargos e Carreiras regidos pela mesma, o que poderia perfeitamente ocorrer, não se referindo em nenhum momento à **transposição** de cargos, o que é inconstitucional a nosso entender.

Da análise da Lei Municipal 1.297/2013, constata-se que os cargos onde estão lotados os requerentes servidores tem atribuição bem definidas e divergem em vários pontos das atribuições dos cargos que pretendem transpor, cargos estes que vão além da nomenclatura divergente, como remuneração, jornada de trabalho, progressão de carreira, etc.

A transposição, com efeito, implica no deslocamento de determinado cargo e a sua consequente realocação em outra unidade, alçando-se o seu ocupante para um novo quadro de servidores e para uma nova carreira, distinta da anterior.

Trata-se, obviamente, de medida que tenta burlar o princípio do concurso público, constituindo-se em verdadeira "fraude" à Constituição, como muito bem ressalta o Ministro **Maurício Correia** no voto proferido no julgamento da Adin 2713/DF, em excerto cuja transcrição se impõe neste momento:

"8. Veja que se admitirmos a constitucionalidade da transformação, abre-se a possibilidade de fraude – o que não é o caso presente, estou convencido – , **de forma que se aprove primeiro uma lei equiparando as atribuições dos cargos que se deseja unificar para, depois, também por lei, promover a união das carreiras envolvidas**, em manifesta burla à exigência prevista no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal". (destacamos)

A Jurisprudência consolidada na nossa Corte Maior foi acolhida com todo o vigor pela doutrina nacional, que majoritariamente posta-se **pela não admissão** da figura da **transposição** no direito brasileiro.

Alexandre de Moraes leciona que a exigência do concurso público se impõe à administração pública compulsoriamente, asseverando que as *"hipóteses de transformação de cargos e a transferência de servidores para outros cargos ou para categorias funcionais diversas das iniciais, quando desacompanhadas da prévia realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, constituem formas inconstitucionais de provimento no serviço público, pois implicam o ingresso do servidor em cargos diversos daqueles nos quais foi ele legitimamente admitido"*.

Há ainda que se destacar a aplicação da Lei Municipal 992/2006 (Estatuto do Servidor) nos termos do artigo 90 da Lei 1197/2011 (PCCS Educação) e do artigo 1º da Lei 1.297/2013 (PCCS Servidores da Administração).

O artigo 49 da Lei 992/2006 trata da remoção de servidores que nada mais é do que a remoção de uma secretaria para a outra e uma localidade para a outra dentro do território do Município. Já o artigo 50 da mesma Lei trata da redistribuição que é a movimentação do servidor, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo poder, observado sempre o interesse da administração.

Assim, da análise dos requerimentos, constata-se que os requerentes pertencem a Administração Municipal e estão lotados e desempenhando suas funções na Secretaria Municipal de Educação, o que é perfeitamente possível recebendo seus salários e desempenhando suas atribuições.

Cabe aqui ainda estender acerca do assunto, citando a resolução nº 05 de 3/8/2010 que orienta a elaboração dos Planos de Cargos e Carreiras e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica publica que trata o inciso III do artigo 61 da Lei 9.394/96. A citada resolução, em seu artigo 4º impõe aos entes federados a instituição dos planos de carreira para os profissionais da educação, que se refere artigo 61, III[3] da Lei 9.394/96.

Já no inciso II[4] do mesmo artigo, cita como preceito o acesso a carreira desses profissionais através de concurso público, assegurado a revisão salarial nos termos do inciso X[5] do artigo 37 da Constituição Federal, ou seja, a revisão salarial desses profissionais deve obedecer índices sem distinção aos demais servidores públicos municipais e não ao que se aplica aos profissionais do magistério publico.

DO PROFUNCIONÁRIO

O Profuncionário é um programa que visa a formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na escola. A formação em nível técnico de todos os funcionários é uma condição importante para o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, portanto, para a carreira.

O Decreto 7.415 de 30 de dezembro de 2010 institui a política nacional de formação dos profissionais da educação básica e dispõe sobre a formação inicial em serviço dos funcionários da escola.

Entre seus objetivos fundamentais, está a valorização do trabalho desses profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico proporcionados pelo Profuncionário.

Dentre os princípios da Política Nacional de Formação que trata o decreto em epigrafe, em seu artigo 2º, inciso IV diz que com o Profuncionário busca-se a valorização do profissional da educação com estimulo a profissionalização, á jornada única, à progressão na carreira, dentre outros, em nenhum momento faz referencia a enquadramento ou reenquadramento, e não poderia ser diferente, fazendo menção apenas a valorização **dentro da própria carreira**, que no caso dos requerentes é dentro do PCCS dos servidores municipais em que estão enquadrados (Lei 1.297/2013).

Ante ao exposto esta Assessoria **manifesta contrário a transposição** de cargos, **opinando pelo indeferimento dos requerimentos** nos termos legais, por não estar em conformidade com a atual legislação.

É o parecer, s. m. j.

Contudo, à consideração superior.

Nobres/MT, 18 de junho de 2015.

Donizeu do Nascimento Nassarden

Assessor Jurídico

Portaria 005/2013

[1] § 2o Na solução de vários assuntos da mesma natureza, **pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões**, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.

[2] § 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente**, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres**, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

[3] Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

...

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009).

[4] II – acesso à carreira por concurso público de provas e diplomas profissionais ou títulos de escolaridade no caso dos demais trabalhadores, orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;

[5] X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 445/2015

Sr. **Neurilan Fraga**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias consecutivos, em razão de Falecimento da *Tia* do Servidor, conforme Lei Complementar n° 021/2005, Cap.III "Das Ausências Justificáveis" - Seção I – "Das disposições Gerais" - Art.113 e inciso IV.

§ **Fabio Rodrigo dos Santos Oliveira**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1° do mês de julho de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01.07.2015

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

Dr. EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 437/2015

Concede férias de 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Senhor **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados:

Adonel Marcelino de Souza, vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 02/05/2013 a 02/05/2014, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Jacinira Domingues da Silva, Apoio de serviços Administrativos, lotada na Secretaria de Administração Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 01/12/2014, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Juliana de Souza Alves Oliveira, Enfermeira lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 10/04/2014 a 10/04/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Lindalva de Souza Alves, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 01/04/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Lizaura Coelho Portela, Conselheira Tutelar, lotada no Fundo Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 25/07/2014 a 25/07/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Loanda dos Santos Rocha Lemes, Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 13/03/2014 a 13/03/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Maicon Farias de Melo, Aux. de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão – Departamento de Transporte da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 14/05/2014 a 14/05/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Pitter Cosme Fernandes Marques, Aux. de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 03/06/2014 a 03/06/2015, cujo gozo de dará a partir desta data.

Telma da Silva Nascimento, Conselheira Tutelar, lotada no Fundo Municipal de Assistência Social de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 25/07/2014 a 25/07/2015, cujo gozo de dará a partir desta data.

Vera Rita Portela, Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 02/04/2015, cujo gozo se dará a partir desta data.

Regina Célia Borges Salvador, Assistente Social, lotada no Fundo Municipal de Assistência Social de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 02/04/2015, cujo gozo de dará a partir desta data.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 64, *caput* e seus parágrafos da Lei Municipal n.º **021/2005** (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia - MT) e Art. 78 da Lei n° **155/2010** (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de junho de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01.06.2015.

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

Dr. EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretario de Administração, Planej. Gestão.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
LEI N° 351/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2016 e dá outras providências.

O Senhor *Neurilan Fraga*, Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso**,** no uso da prerrogativa de iniciativa legislativa constante do art. 53, III, e art. 11, II da LOM, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu, **SANCIONO** a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° O Orçamento do Município de Nortelândia, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para os exercícios 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2° As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, de que trata o art. 4° da Lei Complementar n°101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que conterá ainda:

I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

II – Anexo I.2 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

III – Anexo I. 3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IV – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;

V – Anexo – I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos de Alienação de Ativos;

VI – Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VII – Anexo I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VIII – Anexo I.7 – Demonstrativo da Memória da Cálculo das Metas fiscais de Montante da Dívida;

IX - Anexo I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

X – Anexo I.9 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

XI – Anexo I. 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XII – Anexo I.11 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII – Anexo I.12 – Metodologia de Memória de Cálculo das Metas Anuais;

XIV – Anexo II – Prioridade de Metas;

‘

XV – Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

XVI – Anexo IV – Demonstrativo da Compatibilização das Metas Anuais;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016.

Art. 3° As prioridades e metas da Administração Municipal para exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2° e II a VI desta lei.

Art. 4° Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar as despesas orçadas e receitas previstas, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5° Para efeito desta lei entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Fundacional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN n° 003/2008.

§ 2° A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6° O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7° A Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG n° 42/1999, Interministerial n° 163/2001, STN n° 003/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64);

V – Programa de Trabalho;

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI, da Lei 4.320/64);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominada QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF (art. 5°, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (art. 5°, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (art. 165, § 5° da CF).

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (art. 5°, I da LRF).

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016 (art. 5°, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013. (art. 4°, §§ 1° e 9° da LRF)

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016 (art. 8° e 50, I da LRF).

§ 1° O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2° Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3° O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN n° 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8° A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2014, identificando o estoque da dívida ativa (Princípio da Transparência; art. 48 da LRF);

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2012 a 2014 e fixada para 2015 a 2016 (Princípio da Transparência; art. 48 da LRF);

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2015 a 2016 (art. 20 e 48 da LRF);

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da CF e 60 da ADCT);

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde (art. 77, do ADCT);

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2014 (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2013, 2014 e 2015 (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

Art. 9° A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva da Contingência de outras Unidades Gestoras será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus fundos. (Art. 1°, § 1°, 4°, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12 Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas às Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6°, X desta lei (QDD).

§ 1° Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do chefe do Poder Executivo, serem delegados aos respectivos secretários municipais.

§ 2° A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Secretário Municipal.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3° da LRF).

Art. 14 Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo, conforme art. 9° da LRF:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerada ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2° da Lei Complementar n° 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4°, § 2° da LRF).

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei (art. 4°, § 3° da LRF);

§ 1º Os riscos fiscais, caso concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, de 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício (art.5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativos de riscos fiscais no Anexo III (art. 5º, b, da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5°, § 5°, da LRF)

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas unidades gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio (art. 8° e 9° e 13 da LRF).

Art. 21 Os projetos e atividades priorizadas na Lei Orçamentária para o 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferência voluntárias, operações de crédito, alienação e bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8°, § único e 50, I, da LRF)

§ 1° A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3°, da Lei 4.320/64, será realizado em cada distinção de recursos para fins de aberturas de crédito adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos Art. 8°, § único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC n° 101/2000.

§ 2° Na lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8°, § único e 50, I da LRF)

Art. 22 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016 e constantes no Anexo I.11, desta lei, não será considerado para efeito de Cálculo do orçamento da receita. (Art. 4°, § 2°, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o forta-

lecimento do associativismo municipal e dependerá da autorização em lei especifica (art. 4°, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recurso do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade (art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar n° 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3° da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarreta aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda o valor limite para dispensa de licitação fixada no item 1°, do art. 24, da Lei 8.666/93 devidamente atualizada (art. 16, § 3° da LRF).

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novo na alocação de recursos orçamentários, salvo os projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio publico extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - estão demonstrados no Anexo IV desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN n° 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI, da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei (art. 167, I, da CF)

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Publico Municipal de que trata o artigo 50, § 3° da lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, obras tais como: dos programas, das ações, atendendo as unidades de saúde, educação, assistência social, entre outros (art. 4°, I, e, da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas nas metas físicas realizadas e apuradas no final do exercício (art. 4°, I, e, da LRF).

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016 serão desdobradas em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência publica na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4°, I, "e" e 9°, § 4°, da LRF).

Art. 32 Para fins do disposto no artigo 165, § 8° da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste ultimo o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento á Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes liquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 A construção de operações de crédito dependera de autorização em lei especifica (art. 32, I da LRF).

Art. 35 Ultrapassando o limite de endividamento definido no artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 14 desta lei (art. 31, § 1°, II, da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇOES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso publico ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 169, parágrafo 1°, II da CF).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art.38 O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem 60% da RCL para o município, sendo 6% para o Poder Legislativo, e 54% para o Poder Executivo, de acordo com os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF):

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1° da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou

funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nortelândia, ou ainda,

atividades próprias da Administração Publica Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contrato ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art.14 da LRF

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da lei de Responsabilidade fiscal (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 – Até 30 de Novembro de 2015, o executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a. Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU; b. Atualização das alíquotas do ISSQN; c. Atualização das taxas municipais; d. Contribuição de Melhorias; e. Outras receitas de competência Municipal.

Art. 45 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, formalmente justificadas pelo Secretário Municipal de Finanças.

Art. 46 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato de chefe do Poder Executivo.

Art. 47 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 48 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2016.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de Julho de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01/07/2015

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 119/2014

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 119/2014 DE PRESTAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA RP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP **CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10959/2014, MODALIDADE Nº 044/2014** AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pela empresa a Administração Pública Municipal no processo Administrativo nº. 1243/2015 e 1244/2015 as partes decidem celebrar este termo aditivo de prazo ao contrato nº 119/2014, referente a Contratação empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia abaixo discriminados, obedecendo rigorosamente os termos, instruções, condições, projetos e especificações técnicas contidas neste no edital nº 044/2014 no processo nº 10959/2014.

LOTE 1 - Reforma em geral e ampliação da Escola Municipal "Maria Metelo Duarte Caldas" na localidade de Cristal

LOTE 2 - Reforma em geral e ampliação da Escola Municipal "Manoel Monteiro da Silva" na localidade de Coxos.

DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 40 (quarenta) dias a partir de sua assinatura

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo na Lei 8.666/93,com suas alterações e Parecer Jurídico.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 119/2014, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 25 de junho de 2015.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa: RP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP

CNPJ sob o nº 36.927.515/0001-89

Alisson Julian de Almeida Lobo

RG: 1250588-9 SSP/MT

CPF/MF sob o nº 877.294.311-49

ERRATA DISPENSA Nº. 55/2015 - PROCESSO N.º 1209/2015

ERRATA DISPENSA Nº. 55/2015 - PROCESSO N.º 1209/2015

Na publicação do Jornal da AMM, no dia 01/07/2015

ONDE SE LÊ:

18 – Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.				
Programa	**Projeto/Atividade**	**Natureza da Despesa**	Fonte	Valor (R$)
2004	Sec. De Adm. Plan. E Financ.	33.90.39.00	49	3.289,79
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)				3.289,79

LEIA-SE:

18 – Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.				
Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Valor (R$)
2004	Sec. De Adm. Plan. E Financ.	33.90.39.00	49	2.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)				2.000,00

PORTARIA N° 169/2015

PORTARIA N° 169/2015

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia o Senhor **Batista Jones de Morais,** para o Cargo em Comissão de Coordenador na Secretaria Muncipal de Educação –

DAS – 3

, a partir de 01/07/2015

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Julho de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

D E C R E T O N° 49 /2015

D E C R E T O N° 49 /2015

Dispõe sobre o desconto anual de IPTU conforme art. 17 do Código Municipal de Tributos e dá outras providências.

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e,

Considerando o que estabelece o § 1° do Artigo 17 do Código Tributário Municipal, onde fica autorizado ao Poder Executivo instituir desconto para pagamento de imposto realizado em cota única, com pagamento à vista e **quitação total relativa ao Exercício Financeiro, com supedâneo na mencionada Lei, visando o interesse público e com o intuito de incentivar os contribuintes a adimplirem suas obrigações perante esta municipalidade,**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido ao Contribuinte, em relação ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano do Município de Nossa Senhora do Livramento, no Exercício Financeiro de 2015, de conformidade com o artigo 17, § 1°, do Código Tributário Municipal, o desconto de 10% (dez por cento) do total lançado para o contribuinte que possua débitos de exercícios anteriores e desconto de 25% para o contribuinte que não possua débitos referentes a IPTU de exercícios anteriores, descontos esses que serão concedidos desde que se faça o pagamento à vista em cota única até o dia 31/07.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, 01 de julho de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2015

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2015

Nos termos do Artigo 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 008/2015, na **AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES EMERGÊNCIAS DA FROTA DE ÔNIBUS ESCOLARES. A PRESENTE DISPENSA SE DA DECORRENTE AO PRAZO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2015 QUE SE REALIZARA NO DIA 02/07/2015, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.**

CONTRATADA: MARCOS PAULINO GOMES ME

CNPJ Nº: 06.063.181/0001-81

VALOR GLOBAL- R$ 20.279,55 (vinte mil duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 01 de Julho de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 008/2015

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 008/2015

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 008/2015 Adjudicando a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES EMERGÊNCIAS DA FROTA DE ÔNIBUS ESCOLARES. A PRESENTE DISPENSA SE DA DECORRENTE AO PRAZO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2015 QUE SE REALIZARA NO DIA 02/07/2015, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.** Adjudique-se a Empresa **CONTRATADA: MARCOS PAULINO GOMES ME**,pelo valor global: R$ 20.279,55 (vinte mil duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), objeto da presente dispensa de licitação.

CONTRATADA: MARCOS PAULINO GOMES ME

CNPJ Nº: 06.063.181/0001-81

VALOR GLOBAL- R$ 20.279,55 (vinte mil duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes-MT, 01 de Julho de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADESÃO

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura de Tangará da Serra/MT

ADESÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT

FORNECEDOR: TORK – SUL COMÉRCIO DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA

OBJETO: Ata de Registro de Preços nº.032/2014, Processo de Licitação nº. 012/2014, a aquisição de máquina Motoniveladora a serem utilizadas para prestações de serviços realizadas no Município.

DATA DE ADESÃO: 23/06/2015

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

Prefeito Municipal: JAMAR DA SILVA LIMA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADESSÃO

ORGÃO GERENCIADOR: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO (FNDE)

ADESÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT

FORNECEDOR: Positivo Informática S/A

OBJETO: Ata de Registro de Preços nº.051/2014, Pregão Eletrônico nº. 071/2013,Registro de Preço, aquisição de Solução Integrada Interativa de Computador e Projeção, denominada Computador Interativo, para atendimento de escolas e instituições públicas, da educação básica, tecnológica e superior

Data da Adesão: 11/06/2015

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

Prefeito Municipal: JAMAR DA SILVA LIMA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADESSÃO

ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Dom Aquino/MT

ADESÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT

FORNECEDOR: A.C ARAÚJO AGENCIA DE NOTICIAS E PUBLICAÇÃO EIRELI - EPP

OBJETO: Ata de Registro de Preços nº.016/2014, Processo de Licitação nº. 033/2014, Contratação de empresa para publicações de editais, avisos de processos licitatórios, avisos de resultados de processos licitatórios, dispensa, inexigibilidade de licitações, extratos de contratos e outros exigidos por lei, conforme preconiza o Art.15, Inc. II e IV e § 3o, Inc. I e II da Lei n°. 8.666/93, conforme especificações se condições constantes no edital e seus anexos,

Data da Adesão:09/06/2015

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

Prefeito Municipal: JAMAR DA SILVA LIMA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°. 039/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADO: TORK – SUL COMÉRCIO DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA,

OBJETO: aquisição de uma Maquina pesada, que servirá para renovação parcial da Frota de veículos da Secretaria Municipal de Infra – Estrutura, conforme informações e especificações: MOTONIVELADORA, ano de fabricação 2014, nova, zero hora de uso, cabine fechada com ar condicionado. PBO (Peso Bruto Operacional) mínimo 15.000 kg, potencia mínima de 125 hp e máxima de 190 hp, 6 cilindros, motor a diesel, injeção direta, turbo, transmissão tipo powershift de acionamento direto inteiramente sequencial, cambio com 6 marchas à frente e 3 à ré, direção hidrostática incorporando dois cilindros de direção. Pneus 1400x24 - L12 com 12 lonas, sistema elétrico de 24 v, tanque de combustível com capacidade mínima de 340 litros, profundidade mínima de corte de 710 mm, angulo de inclinação de lâmina mínimo de 40°, ripper traseiro, assento com suspensão, espelhos retrovisores laterais. MARCA: CASE – MODELO: 845B.

VALOR: R$ 449.000,00 (Quatrocentos e Quarenta e Nove Mil Reais).

VIGENCIA: 23/06/2015 a 23/09/2015

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações

Prefeito Municipal: JAMAR DA SILVA LIMA

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 588 - LDO 2016

LEI Nº 588 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2016 e dá outras Providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Nova Brasilândia, relativo ao exercício financeiro de 2016, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, em cumprimento aos princípios estabelecidos na Constituição em seu art. 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n° 4.320, de 17/03/64 e na Lei Complementar n° 101, de 04/05/00, compreendendo:

I. As prioridades e metas da administração pública Municipal;

II. A estrutura e organização dos orçamentos;

III. As diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV. As disposições relativas à dívida pública Municipal;

V. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII. Disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2015, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, do qual será repassadas para o PPA – 2014 a 2017, que integra esta Lei, que terão precedência na alocação de recursos na Lei orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo Único. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual; II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aper-

feiçoamento da ação de governo. IV. Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operações especiais identificará a função e subfunção e programa às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária de conformidade com a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do artigo 2º e § 2º do artigo 8º, ambos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, por função, subfunção, programa, projetos ou atividades, na forma dos seguintes Adendos:

I. Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85); II. Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85); III. Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85); IV. Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85); V. Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o vínculo com os recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85); VI. Demonstrativo da Despesa por órgão e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85); VII. Demonstrativo da Despesa por elemento e/ou sub-elemento, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOFSEPLAN Nº 8/85); VIII. Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos; IX. Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de responsabilidade Fiscal; X. Demonstrativo da evolução da Despesa realizada por elemento e/ou sub elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois seguintes: XI. Demonstrativo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e detalhamentos econômicos e por elementos de despesa.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo e dos Fundos.

Art. 6º - A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação especificas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituído de:

I. Texto de lei;

II. Quadro orçamentários consolidados;

III. Anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV. Discriminação da legislação da receita e da despesa.

§ 1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4. 320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aqueles em que se elaborou a proposta; b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta; c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta; d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior; e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

§ 2º - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária conterá:

I. Análise da conjuntura econômica do Município;

II. Demonstração explicitando receitas e despesas para 2016, os estimados para 2015 e os observados em 2014.

III. Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, previsão para 2013, 2014, 2015 e 2016, com justificativa da estimativa para 2015, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

IV. Quadro demonstrativo da evolução da Despesa a nível de função, de elemento e/ou sub-elemento, dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, fixada para 2013 e 2014 e projetada para 2015 e 2016, com justificativa para os valores fixados para 2015;

V. Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/14, desembolso dos principais e acessórios nos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016;

VI. Quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VII. Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês

imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VIII. Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2016;

IX. Quadro demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2012, 2013, 2014 e 2015, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

X. Quadro demonstrativo das despesas com Serviços de Terceiros em 2013, 2014 e 2015 e seu percentual de comprometimento das Receitas Correntes Líquidas;

XI. Quadro demonstrativo dos contratos de terceirização de mão de obra referente a substituição de servidores sujeitos a contabilização em “outras despesas com pessoal”, conforme definição nesta Lei;

XII. Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua evolução nos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015;

XIII. Quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e programação de aplicação;

XIV. Quadro demonstrativo dos recursos destinados à saúde e a programação de aplicação;

XV. Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a LDO;

XVI. Demonstrativo das medidas de compensação de renúncia de receita e/ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

XVII. Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

Art. 8º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E

SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei orçamentária de 2016 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 10 - O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o conjunto das dotações fixadas na Lei orçamentária de 2015.

Art. 11 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12 - A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Art. 13 - As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo Governo Federal.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I. A atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II. A edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III. A expansão do número de contribuintes;

IV. A atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e os recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 14 - Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta

Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o equilíbrio das contas públicas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas baixo:

I. Eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II. Eliminação de despesas com horas extras;

Art. 16 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas e alterações do Plano Plurianual 2014-2017, que tenham sido de projetos de lei específico.

Art. 17 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 18 - É vedada a inclusão na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto do público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Art. 19 - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei orçamentária.

§ 1º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º - Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 3º Os créditos adicionais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais serão remetidos ao Poder Legislativo Municipal por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

Art. 20 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2016, a 5% da RCL apurada no exercício de 2015.

Art. 21 - O orçamento para o exercício de 2016, de cada um das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único. Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçados ou orçadas a menor.

Art. 22 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 23 - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I. Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II. Publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

III. O Poder executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV. Os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados, inclusive na internet, e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 24 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de:

I. crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 25 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, e que o Município for associado.

Art. 26 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 28 - A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçados para 2016 a preços correntes.

Art. 29 - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I. Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II. Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III. Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo caso necessário, incluir programas de operações de crédito junto ao Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, ou Programa Nacional e Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros – projeto simplificado – PNAFM, e/ou outros que vierem a serem disponibilizados.

Art. 31 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 32 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 33 - As verificações dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34 - O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 35 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Correntes Líquida, a despesa verificada no exercício de 1999, acrescida de 6%, obedecido os limites prudências de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 37 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas pra reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I. eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II. eliminação das despesas com horas extras;

III. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38 - Os contratos de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores públicos, serão contabilizados como “outras despesas de Pessoal”.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão de obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividade ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Brasilândia e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 39 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - O Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos

do orçamento da receita apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42 - A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 44 - Caso seja necessário a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, para temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição da cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispositivos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 45 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até 30 dias após a publicação da lei orçamentária de 2016, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 46 - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A Contabilidade registrará os atos e fatos relacionados à gestão orçamentária - financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo da responsabilidades e providências derivados da inobservância do caput deste artigo.

Art. 47 - O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultural, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento, econômico, segurança pública, assistência, e previdência.

Art. 48 - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Art. 49 - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe a Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar.

Parágrafo Único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério obedecerá ao disposto na Emenda Constitucional nº 14/96 e às Leis nº 9. 924/96, de 24.12.96.

Art. 50 - A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 51 - Ocorrendo assistência pela União prevista no Art. 64 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá se estruturar até o exercício de 2005, obrigatoriamente, encaminhar junto com Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Anexo de Metas Fiscais para o triênio seguinte e o Anexo de Riscos Fiscais na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 52 - O Executivo Municipal enviará até o dia 30 de setembro 2015, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o final da sessão legislativo.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a

executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usado como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos

Art. 53 - Serão consideradas legais despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 54 - Serão consideradas legais despesas com atendimento a determinação judicial para fornecimento de medicamentos, exames e outros gastos.

Art. 55 – Fica determinado o encaminhamento como Anexo dessa Lei o Demonstrativo de Obras em Andamento.

Art. 56 – Fica autorizado a suplementação para remanejamento de uma secretaria para outra e dentro da própria secretaria.

Art. 57 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.58 - Os Fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 59 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 60 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Brasilândia – MT, 01 de julho de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia **14 de Julho de 2015, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, ferramentas e equipamentos para serem utilizados na manutenção das atividades de diversas secretarias municipais de Nova Canaã do Norte/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, Sito a Av. Brasil Nº 27, Centro, Nova Canaã do Norte-MT e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 01 de Julho de 2015

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 055/SLC/2015

Nomear, o servidor ALEX JUNIOR PIMENTEL (Titular), e JOSÉ ANTONIO JULIO SIMPLICIO (Suplente), Fiscal da ata de registro de preços nº 014/2015, que tem como registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de manutenção, instalação, desinstalação e realocação de aparelhos de ar condicionado tipo split, incluindo o fornecimento de peças e materiais necessários para realização dos serviços no município de Nova Canaã do Norte/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle

previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR: R$ 811.773,00 (Oitocentos e Onze Mil Setecentos e Setenta e Três Reais)

CONTRATADO: GILMAR JAIR FUMEGALI DA SILVA - ME

VIGÊNCIA: 24 de Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 054/SLC/2015

Nomear, o servidor EDMAR JOSE RIZZATO (Titular), e RODRIGO APARECIDO DA SILVA (Suplente), Fiscais do Contrato nº 039/2015, que tem como objeto prestação de serviços de elaboração de projetos executivos de obras civis e de pavimentação asfaltica para as diversas secretarias da administração pública municipal de Nova Canaã do Norte/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR: R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)

CONTRATADO: HIRAN ANDREAZZA SALES - ME

VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 040/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA.

Objeto: Aquisição de 01 (um) caminhão furgão com baú de alumínio para ser utilizado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 139.850,00 (Cento e trinta e nove mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência: 31 de Dezembro de 2015.

Data da Assinatura: 24 de Junho de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 039/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: HIRAN ANDREAZZA SALES - ME

Objeto: Prestação de serviços de elaboração de projetos executivos de obras civis e de pavimentação asfaltica para as diversas secretarias da administração pública municipal de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)

Vigência: 31 de Dezembro de 2015.

Data da Assinatura: 02 de Junho de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

DETENTORA DA ATA: V. B. MONTEIRO - ME.

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem acrescentar linhas na Cláusula Primeira e aditar o valor mencionado na Clausula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços n° 009/2015. Fica acrescentada a Cláusula Primeira do contrato original, linha para atendimento do transporte de novos alunos matriculados na Escola Municipal Ouro Branco localizada no Distrito Ouro Branco do município de Nova Canaã do Norte/MT e Fica acrescentado a Cláusula Terceira do Contrato Original, o valor de R$ 108.640,80 (Cento e Oito Mil Seiscentos e Quarenta Reais e Oitenta Centavos), referente ao transporte escolar de novo alunos matriculados na Escola Municipal Ouro Branco localizada no Distrito Ouro Branco no município de Nova Canaã do Norte/MT.

Data da Assinatura: 17 de Junho de 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

5°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 024/2012.

Contratada: IBI ENGENHARIA CONSULTIVA S/S

Aditamento: Fica aditada, nos termos da Clausula Sétima, o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº. 024/12/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período de 07/07/2015 e 02/01/2016, coincidindo com o prazo de vigência do Convênio Nº. 755044/2010 – MI.

Data: 01/07/2015.

3°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 008/2013.

Contratada: J.P. dos Santos Engenharia - ME

Aditamento: Fica aditada, nos termos da Clausula Oitava, o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº. 008/13/SMA/PMNG, que passa a vigorar por mais 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, compreendidos entre os dias 02/07/2015 e 25/06/2016.

Data: 30/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 158/2015 - RETORNO DE LICENÇA DA SERVIDORA IZA ANTONIO DA CONCEIÇÃO FURTADO

PORTARIA Nº 158/2015

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2015 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Interromper a partir de 01/07/2015,** a licença concedida, a pedido da servidora **IZA ANTONIO DA CONCEIÇÃO FURTADO, matrícula 1483,** reconduzindo-a ao cargo de Agente de Serviços Braçais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com o Artigo 150, § III da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 110/2014 de 29/05/2014.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 29 dias do mês de junho de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 157/2015 - FÉRIAS

PORTARIA Nº 157/2015

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder Férias** aos servidores concursados abaixo relacionados com respectivos períodos de férias vencidas e gozo de férias**,** de acordo com o Artigo 118, Parágrafo Único da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005:

Matrícula	Servidores	Período de Férias Vencidas	Período de gozo
1523	Adair Jose da Silva	22/06/2014 a 21/06/2015	11/07/15 a 30/07/15
1373	Alex Rômulo Faustino de Oliveira	01/03/2014 a 28/02/2015	01/07/15 a 20/07/15
977	Ana Lucia Araujo da Silva	03/07/2013 a 02/07/2014	01/07/15 a 30/07/15
1894	Dogival Mota da Silva	06/01/2014 a 05/01/2015	11/07/15 a 30/07/15
76	Eliana Viana da Silva	02/05/2014 a 01/05/2015	11/07/15 a 30/07/15
1683	Erika Regiane Parreira Franco	11/07/2013 a 10/07/2014	01/07/15 a 30/07/15
1013	Helda Riche Rodrigues	01/08/2013 a 31/07/2014	01/07/15 a 30/07/15
28	Juvercino Aparecido da Silva	01/02/2014 a 31/01/2015	01/07/15 a 30/07/15
1727	Lourdes Urbaniski Fernandes	18/02/2013 a 17/02/2014	11/07/15 a 30/07/15
777	Marlene de Alcântara Ribeiro Silva	15/01/2014 a 14/01/2015	01/07/15 a 30/07/15
1726	Roziene Bezerra Rodrigues	18/02/2014 a 17/02/2015	01/07/15 a 20/07/15
957	Silvana Aparecida de Oliveira	10/03/2014 a 09/03/2015	01/07/15 a 30/07/15
347	Vanderleia Domingos da Silva	17/03/2013 a 16/03/2014	01/07/15 a 30/07/15
903	Vanderleia Furtado Matos	15/01/2014 a 14/01/2015	01/07/15 a 30/07/15
1698	Vera Lucia da Silva Vieira	01/01/2014 a 31/01/2014	11/07/15 a 30/07/15

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 29 dias do mês de junho de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 156/2015 - NOMEAÇÃO KERLLY APARECIDA MARTINS GUIMARÃES

PORTARIA Nº 156/2015

Nomeação de candidato aprovado no Processo de Seleção Pública nº 002/2015, para investidura em Cargo Público da Municipalidade.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005. Lei Complementar 029/2007 de 21/09/2007 e demais legislações pertinentes e,

Considerando a realização do Processo de Seleção Pública para preenchimento dos cargos em provimento efetivo desta Prefeitura estabelecida no Edital 002/2015 de 15/01/2015,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto 888/2015 de 09/03/2015,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento,

Considerando o Edital de Convocação 018/2015 de 08/06/2015, e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º **- Nomear**, a partir desta data **(01/07/2015**), em **Caráter Efetivo** a candidata **KERLLY APARECIDA MARTINS GUIMARÃES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1654967-8 SJSP/MT e CPF. 000.725.871-21, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – CLASSE A – PSF I.**

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, em 29 de junho de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 155/2015 - NOMEAÇÃO ADRIANO LIMA DE SOUZA

PORTARIA Nº 155/2015

Nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2015, para investidura em Cargo Público da Municipalidade.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005 e demais legislações pertinentes e,

Considerando a realização do Concurso Público para preenchimento dos cargos em provimento efetivo desta Prefeitura estabelecida no Edital 001/2015 de 15/01/2015,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto 887/2015 de 09/03/2015,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento,

Considerando o Edital de Convocação 015/2015 de 02/06/2015 e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

***Art. 1º* - Nomear**, a partir desta data **(01/07/2015**), em **Caráter Efetivo** o candidato **ADRIANO LIMA DE SOUZA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1818389-1 SSP/MT e CPF. 021.271.001-07, para o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS – CLASSE A.**

***Art. 2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, em 29 de junho de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 111/2015

EMENTA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. **GILSON DOS SANTOS PRATES**, servidor público comissionado ocupante do cargo de Chefe de Setor de Folha de Pagamento, sobe o RG Nº 1786353-8 SSP/MT e CPF de Nº 024.570. 561-95, para fiscalizar o Contrato nº **002/2015**, cujo objeto é a locação de uma sala comercial (Conselho Tutelar) no Município de Nova Marilandia – MT.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, ao 01 dia do mês de Julho do ano de 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 110/2015

EMENTA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. **GILSON DOS SANTOS PRATES**, servidor público comissionado ocupante do cargo de Chefe de Setor de Folha de Pagamento, sobe o RG Nº 1786353-8 SSP/MT e CPF de Nº 024.570. 561-95, para fiscalizar o Contrato nº **001/2015**, cujo objeto é a locação de duas salas comerciais (correio) no município de Nova Marilandia – MT.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, ao 01 dia do mês de Julho do ano de 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 045-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 045/2015 – ASS – 30/06/15 - Vcto- 06/07/16 - Vlr- 14.550,00 - Contratada: **JULIO CESAR LOSS - ME –** OBJ **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL E FORNECIMENTO DE PALCO NA EXPOMAR 2015 NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JULHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 044-2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 044/2015 – ASS – 29/06/15 - Vcto- 29/06/16 - Vlr- 7.980,00 - Contratada: **AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA** – OBJ **LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE ORÇAMENTO ELETRONICA "SISTEMA AUDATEX" PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JULHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 043-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 043/2015 – ASS – 29/06/15 - Vcto- 29/09/15 - Vlr- 5.400,00 - Contratada: **ROSIMEIRE DOS SANTOS OLIVEIRA** – OBJ: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO INSTRUTORA DA OFICINA PADARIA SOCIAL - SABOR E ARTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JULHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 042-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2015 – ASS – 25/06/15 - Vcto- 24/10/15 - Vlr- 17.400,00 - Contratada: **SOARES E RAMOS LTDA** – OBJ: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA INTERNA E EXTERNA, NO PREDIO DO CENTRO DE CONVIVENCIA DOS IDOSOS ALAIDE PIOVEZAN, PERFAZENDO UM TOTAL DE 1.200 M² NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JULHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 040-2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 040/2015 – ASS – 09/06/15 - Vcto- 31/12/15 - Vlr- 70.512,15 - Contratada: **ADILVAN COM. E DISTRIBUIÇÃO LTDA** – OBJ: **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JULHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 037-2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 037/2015 – ASS- 05/06/15 –Vcto - 06/06/15 - Vlr- 28.990,00 - Contratada: **V. FERRI PRODUÇÕES ARTISTICAS EPP** – OBJ: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANDA NA REALIZAÇÃO DO SHOW COM MUSICAIS PARA ANIMAÇÃO NA COMEMORAÇÃO DA FESTA DA PADROEIRA DO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JULHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 112/2015

EMENTA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO DE SERVIÇOS COM PUBLICAÇÕES E MATERIAIS DE INTERESSE DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. **GILSON DOS SANTOS PRATES**, servidor público comissionado ocupante do cargo de Chefe de Setor de Folha de Pagamento, sobe o RG Nº 1786353-8 SSP/MT e CPF de Nº 024.570.561-95, para fiscalizar o Contrato nº **006/2015**, cujo objeto é serviços com publicações e materiais de interesse do Município de Nova Marilândia - MT.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, ao 01 dia do mês de Julho do ano de 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 027/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", onde a data prevista para o Credenciamento das empresas participantes será realizado das 08h30min às 09h00min do dia 15 de julho de 2015, e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues ao pregoeiro no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital Completo estará disponível no horário comercial, gratuitamente, tendo como objeto CONTRATACAO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO 5ª ETAPA DO CIRCUITO MATOGROSSENSE DE MOTOCROSS/2015 – CATEGORIAS (NACIONAL E IMPORTADOS) A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT, NOS DIAS 15 (quinze) e 16 (dezesseis) DE AGOSTO DE 2015; ONDE A EMPRESA VENCEDORA, DEVERÁ FORNECER TODOS OS SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL/COMPONENTES DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIAS ANEXO AO EDITAL. Nova Santa Helena,**01** de julho de 2015. JEFFERSON A. S. do NASCIMENTO – Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 026/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", onde a data prevista para o Credenciamento das empresas participantes será realizado das 08h30min às 09h00min do dia 14 de julho de 2015, e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues ao pregoeiro no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital Completo estará disponível no horário comercial, gratuitamente, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE EVENTOS PARA A REALIZAÇÃO DO "II FESTIVAL DE MÚSICA DE NOVA SANTA HELENA/MT", EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO MUNICIPAL, QUE OCORRERÁ DOS DIAS 11 A 15 DE AGOSTO DE 2015; ONDE A EMPRESA VENCEDORA, DEVERÁ FORNECER TODOS OS SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL/COMPONENTES DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIAS ANEXO AO EDITAL. Nova Santa Helena,**01** de julho de 2015. JEFFERSON A. S. do NASCIMENTO – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

ADMISSÕES REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2015 – JULHO DE 2015.

ORD	Nº CONTRATO	*NOME*	CARGO	SUBSTITUIÇÃO	INICIO	TERMINO	SALARIO
01	042	MARCOS DE PAULA PRESTI	PROFESSORA DE 6º AO 9º ANO ZONA RURAL CLASSE B	**********	01/07/2015	18/12/2015	1.870,06

TERMO DE DISTRATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA ESTADO DE MATO GROSSO, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **GERCINO CAETANO ROSA**, brasileiro casado, portador da Cédula de Identidade **RG nº 512.814 SSP/MT** e do **CPF nº 280.677.891-34**, residente e domiciliado a Rua Sergipe, 185 Centro Nova Xavantina - MT, aqui denominado **DISTRATANTE**, e do outro lado a pessoa física do(a) Sr.(a). **HUEBIA LOURENCO DE OLIVEIRA COELHO,** brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade

RG nº

1449372 1 SSP/MT e CPF Nº 723.157.761.04, na qualidade de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, residente e domiciliado(a) nesta cidade, neste ato denominado(a) DISTRATADO(A), para os efeitos deste ato, ajustam e acordam: CLÁUSULA I

Fica distratado, o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado de número 059/2008, junto a Secretaria Municpal de Saúde.

CLÁUSULA II

Com a celebração do presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes, dando o(a) DISTRATADO(A), total quitação do contrato após o recebimento das obrigações trabalhistas consignadas em Lei.

E por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Distrato, em duas vias de mesmo teor na presença das testemunhas abaixo.

NOVA XAVANTINA MT, 01 DE JULHO DE 2015.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

HUEBIA LOURENCO DE OLIVEIRA COELHO

Distratado(a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

ERRATA EDITAL DE 15 DE AGOSTO DE 2014. DESISTÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

O Prefeito do Município de **Novo Horizonte do Norte**, Estado do **MT**, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no item 13.3 do Anexo I da Portaria Interministerial nº. 547, de 28 de novembro de 2011 do Ministério das Cidades, retifica a publicação do edital desse jornal na data 24 de junho de 2015, onde torna pública a desistência de participação do Programa Minha Casa Minha Vida 2 do Ministério das Cidades, com renúncia à unidade habitacional contemplada:

Onde se lê:

NOME	**RG**	**CPF**
Edivaldo Coutinho	7385122 SSP/SP	010.879.038-07
Leonice das Graças de Oliveira Silva	15974041 SSP/MT	006.188.391-35

Leia – se:

NOME	**RG**	**CPF**
Edivaldo Coitinho da Silva	7385122 SSP/SP	010.879.038-07
Leonice das Graças de Oliveira Silva	1594704-1 SSP/MT	006.188.391-35

Novo Horizonte do Norte, 01 de julho 2015.

Atenciosamente;

_____

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 135/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear os membros abaixo relacionados para compor a comissão para realização do **Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015** para atender demanda temporária na área da saúde e educação.

Presidente: **José Antonio de Oliveira**

Membro: **Erlania Feitosa Lima**

Membro: **Rosemeire Dias Amorim**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de julho de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2015

PREGÃO: N.º 007/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: N.º 009/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **João Antonio de Oliveira**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 755911 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 580.988.101-78,

RESOLVE

registrar os preços da empresa, TANIA CRISTINA VIEIRA - ME, inscrita no CNPJ: 05.939.308/0001-10, localizada no endereço à Av. Mestre Falcão, n.º 408 - Bairro Centro, Novo Horizonte do Norte – MT – CEP: 78.570-000; representada legalmente por sua Sócia Proprietária a Sra. Tânia Cristina Vieira, portadora do CPF: 535.736.331-53 e RG: 929.647 SSP/MT, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de merenda escolar, gêneros higiene e limpeza, copa e cozinha em atendimento a secretaria municipal de Educação conforme especificado no anexo I – Termo de Referencia do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DO ITEM

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Especificação do objeto	Unid.	Quant.	Marca	Unitario	Total
01	Açafrão em pó pacote de 20g	Un	185	Mika	0,99	183,15
02	Achocolatado em pó Lata 400 gr	Un	310	Mika	6,59	2.042,90
03	Açúcar pct 02 KG	Un	1000	Doce dia	3,39	3.390,00
04	Alface fresco	Maço	550	In natura	2,79	1.534,50
05	Alho	Kg	340	In natura	16,66	5.664,40
06	Amido de milho 500g	Un	110	Mika	4,65	511,50
07	Arroz pacote de 5 KG Tipo 1	Pc	1010	Koblens	10,99	11.099,90
08	Azeite de oliva 500 ml	Un	54	Galo	15,40	831,60
09	Azeitona verde sache 200 gr	Un	190	Zaeli	3,50	665,00
10	Banana maçã KG	Kg	600	In natura	3,60	2.160,00
11	Banana nanica KG	Kg	550	In natura	2,83	1.556,50
12	Batata doce KG	Kg	180	In natura	3,10	558,00
13	Batata inglesa KG	Kg	580	In natura	3,73	2.163,40
14	Beterraba KG	Kg	300	In natura	3,15	945,00
15	Bolacha de água e sal 01 KG	Un	440	Marilan	7,53	3.313,20
16	Bolacha de leite 400g	Un	250	Marilan	4,35	1.087,50
17	Bolacha doce maisena 400 gr	Un	330	Marilan	4,35	1.435,50
18	Camomila pacote de 40g	Un	80	Mika	2,90	232,00
19	Canela em pau pacote 40g	Un	50	Mika	1,00	50,00
20	Canela em pó pacote de 40g	Un	130	Mika	1,00	130,00
21	Canjica branca de milho de 500g	Un	10	Mika	2,35	23,50
22	Carne Bovina Moída	Kg	980	In natura	9,10	8.918,00
23	Carne Bovina Picada 2cm	Kg	1300	In natura	13,30	17.290,00
24	Carne suína	Kg	610	In natura	9,50	5.795,00
25	Cebola	Kg	510	In natura	5,99	3.054,90
26	Cenoura	Kg	530	In natura	3,80	2.014,00
27	Chá erva doce c/ 10 unid. x 20 gr	Cx	40	Mika	2,80	112,00
28	Chá Matte 200 gr	Un	32	Leão	6,20	198,40
29	Cheiro verde fresco	Maço	460	In natura	2,22	1.021,20
30	Chocolate em Pó 500gr.	Un	200	Mika	3,85	770,00
31	Chocolate granulado 200gr	Un	35	Mika	4,60	161,00
32	Chuchu	Kg	250	In natura	2,50	625,00
33	Coco Ralado 100 gr.	Un	65	Mais coco	3,95	256,75
34	Colorau em pó 500 gr	Un	125	Mika	3,50	437,50
35	Couve fresco	Maço	600	In natura	2,45	1.470,00
36	Coxa e sobre coxa de frango KG	Kg	890	Anhambi	6,97	6.203,30
37	Cravo da índia pacote 20gr	Un	130	Batavo	1,99	258,70
38	Creme de Leite 200 gr	Un	145	Incontril	1,19	172,55
39	Doce em pasta 400 ml	Un	30	Incontril	5,15	154,50
40	Erva doce pacote de 40gr	Un	90	Mika	1,19	107,10
41	Ervas finas pacote de 40gr	Un	110	Mika	1,89	207,90
42	Ervilha lata 180 gr	Un	160	Quero	1,75	280,00
43	Ervilha seca 500gr	Un	70	Mika	4,99	349,30
44	Essência de Baunilha 30 ml	Un	55	Fleishamn	4,99	274,45
45	Extrato de Tomate sache 260 gr.	Un	800	Fugini	2,22	1.776,00
46	Farinha de Mandioca 1KG	Un	250	Artesanal	5,25	1.312,50
47	Farinha mandioca temperada 500gr	Un	230	Mika	6,29	1.446,70
48	Farinha de milho 01 KG	Un	40	Mika	3,70	148,00
49	Farinha de rosca 500gr	Un	270	Mika	3,75	1.012,50
50	Farinha de Trigo 01 Kilo	Un	50	Yasay	2,50	125,00
51	Farinha Láctea lata 400g.	Un	510	Nestle	12,15	6.196,50
52	Feijão carioca 1 KG	Un	160	Boca cheia	4,20	672,00
53	Feijão preto 1KG	Un	45	Koblens	4,99	224,55
54	Fermento Biológico Grande 125 gr	Un	130	Fleishamn	4,70	611,00
55	Fermento em Pó 100 gr	Un	130	Royal	2,08	270,40
56	Fígado bovino	Kg	240	In natura	7,40	1.776,00
57	Folhas de louro 20gr	Un	100	Mika	1,02	102,00
58	Frango inteiro Congelado	Kg	680	Anhambi	5,99	4.073,20
59	Fubá de Milho 01 Kilo	Un	240	Mika	2,70	648,00
60	Gelatina 30 gr	Un	500	Sol	0,79	395,00
61	Laranja	Kg	800	In natura	2,12	1.696,00
62	Leite condensado 395 gr	Un	115	Piacanjuba	2,90	333,50
63	Leite em Pó lata de 400 gr	Un	50	Nestle	11,99	599,50

64	Leite Nan lata 400gr	Un	40	Nestle	36,80	1.472,00
65	Leite sem lactose	Lt	80	Piacanjuba	4,68	374,40
66	Lentilha seca 500gr	Un	120	Mika	5,45	654,00
67	Lingüiça calabresa	Kg	66	Forteza	12,39	817,74
68	Maçã	Kg	350	In natura	4,11	1.438,50
70	Macarrão Picado 500 g	Un	800	Galo	2,50	2.000,00
71	Maionese 500 gr	Un	160	Hellmans	4,90	784,00
72	Mandioca descascada	Kg	340	In natura	2,32	788,80
73	Margarina 01 Kilo	Un	112	Delicia	5,79	648,48
74	Melancia	Kg	1900	In natura	1,99	3.781,00
75	Melão	Kg	900	In natura	4,60	4.140,00
76	Milho Canjica pacote 500 g.	Un	370	Mika	1,69	625,30
77	Milho verde Lata 300 gr	Un	40	Quero	1,50	60,00
78	Mucilon de Milho 400 g.	Un	50	Nestle	11,25	562,50
79	Mussarela fatiada	Kg	60	Multibom	16,99	1.019,40
80	Óleo de soja 01 LI	Un	650	Soya	3,26	2.119,00
81	Orégano 100gr.	Un	20	Mika	2,99	59,80
82	Ovo de galinha	Dz	210	In natura	5,39	1.131,90
83	Peito de frango	Kg	460	Anhambi	8,40	3.864,00
84	Pepino verde	Kg	630	In natura	2,79	1.757,70
85	Pêssego em calda 400g	Un	75	Ole	6,80	510,00
86	Pimentão Verde	Kg	215	In natura	7,60	1.634,00
87	Polvilho azedo 500 gr	Un	50	Mika	5,20	260,00
88	Polvilho doce 500g	Un	50	Mika	3,99	199,50
89	Presunto fatiado	Kg	60	Frimesa	17,99	1.079,40
90	Repolho	Kg	1080	In natura	2,39	2.581,20
91	Rúcula	Maço	300	In natura	2,79	837,00
92	Sal iodado refinado 1 KG	Un	220	Marlin	1,39	305,80
93	Salsicha	Kg	170	Perdigão	7,89	1.341,30
95	Seleta de legumes 280 gr	Un	120	Quero	1,85	222,00
96	Tomate	Kg	760	In natura	5,48	4.164,80
97	Vinagre de maçã 750 ml	Un	240	Castelo	3,75	900,00
Item	Especificação do objeto	Unid.	Quant.	Marca	Unitario	Total
98	Água Sanitária 1lt	Un	800	Qboa	2,60	2.080,00
99	Álcool liquido 54% 1lt	Un	70	Star	5,39	377,30
100	Álcool em gel 500 gr	Un	45	Star	4,98	224,10
101	Algodão comum rolo 25 gr	Un	30	Tops	1,85	55,50
102	Amaciante de roupas 2 Litros	Un	215	Urca	6,05	1.300,75
103	Avental de silicone	Un	40	Silicone	18,30	732,00
104	Avental de tecido	Un	25	Itatex	6,99	174,75
105	Bacia Plástico 50lt	Un	14	Plasmont	22,40	313,60
106	Balde plástico reforçado 12 Litros	Un	20	Plasmont	7,55	151,00
107	Balde plástico reforçado 20 Litros	Un	15	Plasmont	12,00	180,00
108	Banheira de plástico	Un	3	Jaguar	32,00	96,00
109	Bico mamadeira silicone universal	Un	40	Fly	8,80	352,00
110	Borracha reparo panela de pressão	Un	30	Silicone	0,95	28,50
111	Bota de borracha cano médio	Par	14	Mucambo	36,05	504,70
112	Cera liquida incolor 750 ml	Un	350	Bravo	6,99	2.446,50
113	Cesto de roupas 100 lts	Un	4	Plasmont	49,90	199,60
114	Coador de café permanente pano	Un	18	Solo	3,35	60,30
115	Colher de sobremesa inox c/ cabo	Un	210	Tramontina	1,67	350,70
116	Colher de sopa inox c/ cabo de plástico	Un	60	Tramontina	1,30	78,00
117	Condicionador cabelo infantil 500ml	Un	150	Tra la la	8,90	1.335,00
118	Copo descartável 180ml 25x100	Cx	20	Copo bras	73,25	1.465,00
119	Copo descartável 50ml 50 pct x 100	Cx	50	Copo bras	88,00	4.400,00
120	Corda de nylon para varal 15 mts	Un	25	Arco iris	2,40	60,00
121	Cortador de unha inox medio	Un	15	Unhex	3,70	55,50
122	Cotonete c/ 100	Un	50	Tops	3,99	199,50
123	Creme de pentear 1kg	Un	150	Tra la la	6,60	990,00
124	Creme dental 90g	Un	200	Sorriso	1,89	378,00
125	Creme dental infantil 90g	Un	500	Tandy	3,75	1.875,00
126	Desinfetante 02 litros	Un	600	Pinho bril	4,99	2.994,00
127	Desinfetante multi - uso 500 ml	Un	350	Veja	3,90	1.365,00
128	Desodorizador de ar 400 ml	Un	300	Bom ar	7,90	2.370,00
129	Detergente 500 ml.	Un	700	Ype	1,54	1.078,00
130	Escova de dente infantil	Un	100	Condor	2,80	280,00
131	Escova de lavar mamadeira	Un	5	Condor	8,70	43,50
132	Escova de lavar pé	Un	5	Condor	3,40	17,00
133	Escova p/ roupa	Un	15	Condor	2,90	43,50
134	Escova sanitária c/ suporte	Un	15	Condor	11,90	178,50
135	Escovão tipo vassoura c/ cabo	Un	15	Condor	10,55	158,25
136	Esponja de banho tipo rendinha	Un	10	Luxo	6,65	66,50
137	Esponja de lã de aço fardo 14 x 01	Fd	85	Bom bril	25,00	2.125,00
138	Esponja p/ lavar louça c/ 3 unidade	Pac	340	Bril	2,60	884,00
139	Faca de corte açougueiro aço c/ cabo plástico	Un	15	Aço	37,50	562,50
140	Faca p/ cozinha 17 c/ cabo plástico	Un	100	Metalcan	1,80	180,00
141	Filtro descartável café n.º 103 c/ 30	Cx	250	Melita	3,15	787,50

142	Flanela de limpeza branca	Un	30	Itatex	2,99	89,70
143	Fósforo maço 10 x 01	Maç	30	Pinheiro	2,30	69,00
144	Fraldas descartáveis G pacote 96	Pac	150	Baby roger	54,50	8.175,00
145	Fraldas descartáveis GG pacote 96	Pac	150	Baby roger	54,50	8.175,00
146	Fraldas descartáveis M pacote 96	Pac	100	Baby roger	54,50	5.450,00
147	Fraldas descartáveis P pacote c/ 96	Pacote	80	Baby roger	54,50	4.360,00
148	Garfo de mesa aço 17 cm c/ cabo de plástico.	Un	110	Tramontina	2,80	308,00
149	Garrafa térmica 01 litro de apertar	Un	9	Invicta	34,50	310,50
150	Guardanapo de tecido	Un	55	Itatex	3,99	219,45
151	Guardanapo papel 24mmx2cm c/50	Un	130	Mili	1,49	193,70
152	Hidratante corporal infantil 200 ml	Un	40	Tra la la	15,99	639,60
153	Isqueiro	Un	25	Bic	3,56	89,00
154	Lenços umedecidos 50 unid.	Cx	80	Baby roger	4,10	328,00
155	Limpa forno 226 ml	Un	10	Easy	7,29	72,90
156	Limpa vidro 500 ml	Un	100	Veja	11,90	1.190,00
157	Lixeira com tampa 100 lt	Un	12	Plasmont	74,00	888,00
158	Lustra móveis 1lt	Un	25	Bravo	7,99	199,75
159	Luvas cirúrgicas descartáveis c/100	Cx	23	Condor	26,80	616,40
160	Luvas borracha p/ limpeza G Par	Par	30	Wish	5,15	154,50
161	Luvas borracha p/ limpeza M Par	Par	30	Wish	5,15	154,50
162	Mamadeiras plástico 200ml c/ bico	Un	80	Fly	11,90	952,00
163	Pá de lixo de plástico	Un	20	Condor	4,60	92,00
164	Palito de dente c/100	Un	40	Gina	0,39	15,60
165	Panela de pressão 4,5 litros	Un	7	Erilar	39,90	279,30
166	Panela de pressão 7 litros	Un	6	Marlux	95,80	574,80
167	Pano de chão - panão	Un	35	Itatex	7,90	276,50
168	Pano de prato 80 x 45	Un	35	Flabom	3,80	133,00
169	Papel Alumínio Grande 4m x 45 cm	Un	120	Boreda	3,80	456,00
171	Papel toalha c/ 2 rolos 14cmx22cm	Un	80	Trevo	3,23	258,40
172	Pente de plástico c/ cabo	Un	30	Condor	2,39	71,70
173	Pilha grande 1,5 v	Un	40	Raiovak	1,39	55,60
174	Pilha média 1,5 v	Un	50	Raiovak	1,50	75,00
175	Pilha pequena 1,5 v	Un	70	Raiovak	1,33	93,10
176	Prendedor de roupas 12 x 01	Un	80	Cristalvel	2,50	200,00
177	Rastelo plástico c/ cabo	Un	12	Folhita	7,99	95,88
178	Rodo 40 cm base em plástico	Un	18	Condor	15,20	273,60
179	Rodo 60 cm base em plástico	Un	14	Santa maria	22,20	310,80
180	Rodo 1mt base em plástico	Un	14	Condor	67,90	950,60
181	Sabão em pedra c/ 05 unid	Pac	210	Ype	5,39	1.131,90
182	Sabão em pó 1 kg	Un	240	Tixan	6,20	1.488,00
183	Sabonete em barra 90 gramas	Un	680	Lux	1,09	741,20
184	Sabonete líquido 1 lt	Un	360	Lux	13,30	4.788,00
185	Saco branco-limpar chão 80x50 cm	Un	28	Flabom	5,99	167,72
186	Saco de lixo 100 lts c/ 05 unidade	Pac	250	Bril	3,50	875,00
187	Saco de lixo 30 lts c/ 10 unidade	Pac	380	Bril	2,39	908,20
188	Saco de lixo 50 lts c/ 10 unidade	Pac	300	Bril	3,39	1.017,00
189	Sapólio Líquido 300g	Un	33	Bril	5,07	167,31
190	Shampoo p/ cabelo infantil 1lt	Un	150	Tra la la	7,99	1.198,50
191	Soda Cáustica 1 kg	Un	15	Bel	12,99	194,85
192	Tampinha para pia c/ 03 unid	Un	50	Carol	1,75	87,50
193	Tapete de tecido para banheiro	Un	24	Itatex	16,40	393,60
194	Toalha de banho 140 x 70 cm	Un	48	Itatex	21,39	1.026,72
195	Toalha de rosto 80 x 50	Un	30	Itatex	11,60	348,00
196	Toalha p/ Limpar Chão 80 x 50 cm	Un	35	Iracema	5,99	209,65
197	Touca descartável 100unid	Un	55	Trevo	17,99	989,45
198	Válvula panela pressão universal	Un	30	Pesca	2,40	72,00
199	Vassoura caipira c/ cabo	Un	28	Região	11,89	332,92
200	Vassoura serdas de nylon c/ cabo	Un	28	Condor	14,50	406,00

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. **As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;**

5.2. **Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto**

5.3. **Os gêneros alimentícios como frutas, verduras e legumes, deverão estar frescos, com boa aparência e devidamente embalados.**

5.4. **Os Gêneros alimentícios e de higiene e limpeza, com exceção de frutas, verduras e legumes quando da entrega deverão estar** no mínimo com 80 (oitenta) % do prazo de validade.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 24 horas da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

6.2. As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem diárias, semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

6.3. **A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e também por danos ou defeitos que os veículos apresentem em decorrência da prestação dos serviços contratados.**

6.4. **A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.**

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos/serviços nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os serviços executados em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item 7.1. ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção 12 e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção 12 e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos/serviços da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos/serviços entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos/serviços entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos/serviços e emitir requisição sempre que necessitar do referido objeto da licitação.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964, após entrega dos produtos/serviços em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Serão considerados compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos produtos/serviços.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexeqüível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. **Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.2. **A**djudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).

13.4. Não mantiver a proposta: Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo.
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial n.º 007/2015, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 - DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 25 de Junho de 2015.

JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Contratante

TANIA CRISTINA VIEIRA – ME

CNPJ: 05.939.308/0001-10

Tânia Cristina Vieira

Fornecedor/Signatário

TESTEMUNHAS:

1._____

NOME: Juarez Cirino de Souza

CPF: 292.105.001-30

2._____

NOME: Silvano Pereira Neves

CPF: 503.521.641.15

PEDRO PAULO PAULINO

Fiscal de Contratos

Portaria n.º 079/2015

MICHELE CAROLINE BRUSTOLIN

Assessora Jurídica

OAB/MT n.º 19.378-A

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2015
PROCESSO N.º 014/2015

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT, através da Comissão Permanente de Licitações nomeada através da Portaria 006/2015, de acordo com a Lei n° 8666/93, torna público que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços. **O***bjeto:* **Contratação de empresa do ramo da construção civil para Implantação, Adaptação e Modernização de Biblioteca no Município de Novo Horizonte do Norte com área construída de 122,40 m/2**, conforme especificado no anexo I do edital. Inicio da sessão: **Dia 20/07/2015,** ás **08h00min**, horário local, na sala de licitações desta prefeitura. Os interessados a adquirir cópia do edital, deverão Solicitar informações no fone (66) 3559-1900 ou endereços de email licitacao@novohorizontedonorte.mt.gov.br e licitacaonhn@hotmail.com, disponível também no site oficial deste município, sito www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte - MT, 01 de julho de 2015.

JULIANO GAMBA

Presidente CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 134/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **Sebastião Domingues** brasileiro, maior, portador do RG: nº 166.464 SSP/MT e do CPF: nº 285.443.661-04, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo efetivo de **VIGILANTE** referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 01/07/2015 a 30/07/2015, retornando no dia 31/07/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de julho de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 133/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Srª: **Marinalva dos Santos Farias** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1.638.996 SSP/MT e do CPF:nº 037.082.804-66,servidora publica municipal lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Zeladora,** referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 01/07/2015 a 10/07/2015, com retorno no dia 1107/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de julho e 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 003/2014, de 06/01/2014, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 16/07/2015, às 08H00, para REGISTRO DE PREÇOS para **Prestação de serviços de torno, solda e prensagem de mangueira e aquisição de mangueiras e acessórios para prensagem para recuperação de veículos da frota municipal**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 01 de julho de 2015.

Roberta Mezalira Venturoso

Pregoeira Oficial

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015 PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE USO EM OFICINA MECÂNICA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOV SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 41/2015 - Pregão Presencial nº 30/2015

Validade: 12(doze) mesescontados a partir da data de sua publicação.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, doravante denominada **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **H. ANDRADE JUNIO - ME**, cadastrada no CNPJ nº 03.110.691/0001-74 e Inscrição estadual nº 13.187.166-8, situada na Av. Oscar Zaidem de Menezes nº 1746, Bairro Boa Esperança, CEP: 78625-000, cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu representante legal o Sr. **HERNAN ANDRADE JUNIO** , brasileiro, microempresário, portador da RG nº 1.104.566-3/SSP-MT e inscrito no CPF sob nº 843.421.881-04, residente e domiciliado na cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso.

NOME: H. ANDRADE JUNIO - ME						
CNPJ: 03.110.691/0001-74				**INSCRIÇÃO: 13.187.166-8**		
ENDEREÇO: Av. Oscar Zaidem de Menezes nº 1746, Bairro Boa Esperança						
CEP: 78625-000			**CIDADE/UF: Novo São Joaquim - MT**			
TELEFONES: (65) 3479-1139				**E-MAIL: hernan@hotmail.com**		
REPRESENTANTE LEGAL: HERNAN ANDRADE JUNIO						
RG: 1.104.566-3/SSP-MT				**CPF: 843.421.881-04**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição dos Produtos**	**Marca**	Pr. Unit.	Pr. Total
01	200	UND	ABRACADEIRA 13MM A 19MM FITA 09MM VONDER	**VONDER**	**1,25**	**250,00**
02	200	UND	ABRACADEIRA 16MM A 25MM FITA 09MM VONDER	**VONDER**	**1,70**	**340,00**
03	100	UND	ABRACADEIRA FITA 32MM 35X40MM MANGOTE VONDER	**VONDER**	**5,70**	**570,00**
04	100	UND	ABRACADEIRA FITA 32MM 54X62MM MANGOTE VONDER	**VONDER**	**11,50**	**1.150,00**
05	50	UND	ADESIVO DE SILICONE PRETO MIX	**MIX**	**8,75**	**437,50**
06	50	UND	ADESIVO DE SILICONE VERMELHO MIX	**MIX**	**8,75**	**437,580**
07	20	UND	ALICATE UNIVERSAL 8'' VONDER	**VONDER**	**34,50**	**690,00**
08	120	UND	ANTI-LUBIO SPRAY 300ML MIX	WHITE LUB	9,75	1.170,00
09	20	UND	ARCO DE SERRA 12'' 300MM STANLEY	**STANLEY**	**30,00**	**600,00**
10	1000	UND	ARRUELA LISA 1/2'' GERDAU	**GEDORE**	**0,50**	**500,00**
11	2000	UND	ARRUELA LISA 1/4'' GERDAU	**GEDORE**	**0,20**	**400,00**
12	200	UND	ARRUELA LISA 1'' GERDAU	**GEDORE**	**2,00**	**400,00**
13	300	UND	ARRUELA LISA 3/4'' GERDAU	**GEDORE**	**1,25**	**375,00**
14	1000	UND	ARRUELA LISA 3/8'' GERDAU	**GEDORE**	**0,30**	**300,00**
15	2000	UND	ARRUELA LISA 1'' GERDAU	**GEDORE**	**0,25**	**500,00**
16	300	UND	ARRUELA LISA 5/8'' GERDAU	**GEDORE**	**0,90**	**270,00**
17	300	UND	ARRUELA LISA 7/16'' GERDAU	**GEDORE**	**0,60**	**180,00**
18	200	UND	ARRUELA LISA 7/8'' GERDAU	**GEDORE**	**1,75**	**350,00**

19	5	UND	BATERIA 100AMP KONDOR	**KONDOR**	**390,00**	**1.950,00**
20	10	UND	BATERIA 150AMP KONDOR	**KONDOR**	**480,00**	**4.800,00**
21	5	UND	BATERIA 65AMP KONDOR	**KONDOR**	**270,00**	**1.350,00**
22	100	UND	MT - CABO DE AÇO 1/4'' VONDER	**GEDORE**	**6,40**	**640,00**
23	100	UND	MT - CABO DE AÇO 3/16'' VONDER	**GEDORE**	**4,90**	**490,00**
24	100	UND	MT - CABO DE AÇO 5/16'' VONDER	**GEDORE**	**8,00**	**800,00**
25	20	UND	CABO DE TRANSMISSAO CHUPETA ECCOFER	**GEDORE**	**50,00**	**1.000,00**
26	30	UND	CABO T 3/4'' VONDER	**GEDORE**	**85,00**	**2.550,00**
27	30	UND	CHAVE COMBINADA 08MM VONDER	**STANLEY**	**8,00**	**240,00**
28	30	UND	CHAVE COMBINADA 09MM VONDER	**STANLEY**	**9,50**	**285,00**
29	30	UND	CHAVE COMBINADA 1/2'' VONDER	**STANLEY**	**12,00**	**360,00**
30	20	UND	CHAVE DE CORRENTE 4'' 100MM VONDER	**STANLEY**	**29,50**	**590,00**
31	30	UND	CHAVE ESTRELA 12X13MM VONDER	**STANLEY**	**14,75**	**442,50**
32	20	UND	CHAVE ESTRELA 14X15MM VONDER	**VONDER**	**17,50**	**350,00**
33	10	UND	CHAVE ESTRELA 16X17MM VONDER	**VONDER**	**18,00**	**180,00**
34	10	UND	CHAVE FENDA 1/8X2'' VONDER	**STANLEY**	**2,25**	**22,50**
35	20	UND	CHAVE FENDA 3/16X1.1/2'' COTOCA VONDER	**STANLEY**	**5,25**	**105,00**
36	100	UND	CLIPS PARA CABO DE AÇO 1/2'' VONDER	**GEDORE**	**4,90**	**490,00**
37	50	UND	CLIPS PARA CABO DE AÇO 3/4'' VONDER	**GEDORE**	**8,75**	**437,50**
38	100	UND	CLIPS PARA CABO DE AÇO 3/8'' VONDER	**GEDORE**	**3,90**	**390,00**
39	50	UND	CLIPS PARA CABO DE AÇO 5/8'' VONDER	**GEDORE**	**8,40**	**420,00**
40	50	UND	COLA PARA MOTORES DIESEL 3M	**3M**	**8,70**	**435,00**
41	100	UND	COLA TEK BOND 2G	**3M**	**3,40**	**340,00**
42	50	KG	CORRENTE 1/2'' 12MM VONDER	**GEDORE**	**25,00**	**1.250,00**
43	30	KG	CORRENTE 1/4'' 6MM VONDER	**GEDORE**	**25,00**	**750,00**
44	40	KG	CORRENTE 3/4'' 19MM VONDER	**GEDORE**	**25,00**	**1.000,00**
45	40	KG	CORRENTE 3/8'' 10MM VONDER	**GEDORE**	**25,00**	**1.000,00**
46	50	KG	CORRENTE 5/8'' 16MM VONDER	**GEDORE**	**25,00**	**1.250,00**
47	20	UND	DISCO DE CORTE V2 CORTE REFRIGERADO VONDER	**VONDER**	**38,00**	**760,00**
48	20	UND	DISCO DE CORTE V3 MADEIRA VONDE	**VONDER**	**20,00**	**400,00**
49	20	UND	DISCO DE CORTE V4 VONDER	**VONDER**	**24,00**	**480,00**
50	50	UND	DISCO LIXADEIRA 7'' X 1/8'' X 7/8'' NORTON	**VONDER**	**16,50**	**825,00**
51	50	UND	DISCO POLICORTE FURO TAMANHO 12'' VONDER	**VONDER**	**22,00**	**1.100,00**
52	10	UND	ENGATE RAPIDO 1/4'' ECCOFER	**VONDER**	**19,50**	**195,00**
53	10	UND	ESCOVA COPO 4'' VONDER	**VONDER**	**31,00**	**310,00**
54	10	UND	EXTENSAO 1/2" 5'' VONDER	**GEDORE**	**19,75**	**197,50**
55	10	UND	EXTENSAO 3/4'' GEDORE	**GEDORE**	**37,00**	**370,00**
56	50	UND	FITA ISOLANTE 19MMX10M VONDER	**VONDER**	**6,75**	**337,50**
57	20	UND	GANCHO 3 TONELADAS VONDER	**GEDORE**	**42,00**	**840,00**
58	10	UND	GANCHO 5 TONELADAS VONDER	**GEDORE**	**208,00**	**2.080,00**
59	50	UND	GRAMPO 1/2X58X185 MIX	**FAME**	**31,00**	**1.550,00**
60	50	UND	GRAMPO 1/2X58X210 MIX	**FAME**	**35,00**	**1.750,00**
61	50	UND	GRAMPO 18X72X180 MIX	**FAME**	**38,00**	**1.900,00**
62	50	UND	GRAMPO 18X72X200 MIX	**FAME**	**45,00**	**2.250,00**
63	50	UND	GRAMPO 18X82X440 MIX	**FAME**	**55,00**	**2.750,00**
64	50	UND	GRAMPO 3/4X82X320 MIX	**FAME**	**47,00**	**2.350,00**
65	100	UND	LAMINAS DE SERRAS (PARA ARCO DE SERRA SEGUETA) STARRET	**STARRET**	**6,40**	**640,00**
66	30	UND	LAMPADA H1 12v HBL	**PHILIPS**	**7,90**	**237,00**
67	30	UND	LAMPADA H3 12v HBL	**PHILIPS**	**7,90**	**237,00**
68	5	UND	MACACO HIDRAULICO 03 TONELADAS ECCOFER	**ECCOFFER**	**78,00**	**390,00**
69	5	UND	MACACO HIDRAULICO 05 TONELADAS ECCOFER	**ECCOFFER**	**98,00**	**490,00**
70	5	UND	MACACO HIDRAULICO 10 TONELADAS ECCOFER	**ECCOFFER**	**155,00**	**775,00**
71	100	UND	MANGUEIRA AR/AGUA 1/2'' VONDER	**BRFLEX**	**9,40**	**940,00**
72	100	UND	MANGUEIRA AR/AGUA 3/8'' VONDER	**BRFLEX**	**8,40**	**840,00**
73	100	UND	MANGUEIRA AR/AGUA 5/16'' VONDER	**BRFLEX**	**9,90**	**990,00**
74	30	UND	MANGUEIRA AR/AGUA 5/8'' VONDER	**BRFLEX**	**16,90**	**507,00**
75	50	UND	MANGUEIRA CRISTAL 1/2'' VONDER	**BRFLEX**	**4,50**	**225,00**
76	100	UND	MANGUEIRA CRISTAL 1/4'' VONDER	**BRFLEX**	**2,75**	**275,00**
77	30	UND	MANGUEIRA CRISTAL 1'' VONDER	**BRFLEX**	**11,25**	**337,50**
78	50	UND	MANGUEIRA CRISTAL 3/4''VONDER ''ABASTECIMENTO ''	**BRFLEX**	**9,25**	**462,50**
79	50	UND	MANGUEIRA CRISTAL 5/16'' VONDER	**BRFLEX**	**3,90**	**195,00**
80	30	UND	MANGUEIRA OLEO 1/2'' VONDER	**BRFLEX**	**16,25**	**487,50**
81	50	UND	MANGUEIRA OLEO 1/4'' VONDER	**BRFLEX**	**6,40**	**320,00**
82	20	UND	MANGUEIRA OLEO 1'' VONDER	**BRFLEX**	**30,00**	**600,00**
83	20	UND	MANGUEIRA OLEO 3/4'' VONDER	**BRFLEX**	**62,00**	**1.240,00**
84	30	UND	MANGUEIRA OLEO 3/8'' VONDER	**BRFLEX**	**12,25**	**367,50**
85	50	UND	MANGUEIRA OLEO 5/16'' VONDER	**BRFLEX**	**9,90**	**495,00**
86	100	UND	MANGUEIRA SUCÇÃO 2.1/2'' VONDER	**BRFLEX**	**34,00**	**3.400,00**
87	100	UND	MANGUEIRA SUCÇÃO 2'' VONDER	**BRFLEX**	**27,00**	**2.700,00**
88	50	UND	OCULOS PARA PROTEÇÃO VONDER	**VONDER**	**20,00**	**1.000,00**
89	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO MA 10X45MM GERDAU	**GERDAU**	**1,90**	**190,00**
90	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO MA 12X40MM GERDAU	**GERDAU**	**2,70**	**270,00**
91	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO MA 12X65MM GERDAU	**GERDAU**	**3,25**	**325,00**
92	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO MA 14X35MM GERDAU	**GERDAU**	**3,10**	**310,00**

93	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO MA 16X40MM GERDAU	**GERDAU**	**3,75**	**375,00**
94	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO MA 8X35MM GERDAU	**GERDAU**	**1,10**	**110,00**
95	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNC 1/2'' X 1.1/2'' GERDAU	**GERDAU**	**2,00**	**200,00**
96	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNC 1/2'' X 2.1/4'' GERDAU	**GERDAU**	**2,70**	**270,00**
97	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNC 1/2'' X 2'' GERDAU	**GERDAU**	**2,50**	**250,00**
98	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNC 1/2'' X 3'' GERDAU	**GERDAU**	**3,10**	**310,00**
99	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNC 7/16'' X 2'' GERDAU	**GERDAU**	**2,40**	**240,00**
100	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNF 1/2'' X 1'' GERDAU	**GERDAU**	**1,60**	**160,00**
101	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNF 1/2'' X 3.1/2'' GERDAU	**GERDAU**	**3,40**	**340,00**
102	30	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNF 1/2'' X 5.1/2'' GERDAU	**GERDAU**	**4,40**	**132,00**
103	300	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNF 5/16'' X 1.1/4'' GERDAU	**GERDAU**	**2,60**	**780,00**
104	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNF 5/8'' X 2.1/2'' GERDAU	**GERDAU**	**4,00**	**400,00**
105	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNF 5/8'' X 2'' GERDAU	**GERDAU**	**3,50**	**350,00**
106	50	UND	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO UNF 5/8'' X 3'' GERDAU	**GERDAU**	**4,40**	**220,00**
107	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO MA AÇO 08X50MM GERDAU	**GERDAU**	**1,60**	**160,00**
108	50	UND	PARAFUSO SEXTAVADO MA AÇO 08X60MM GERDAU	**GERDAU**	**1,70**	**85,00**
109	50	UND	PARAFUSO SEXTAVADO MA AÇO 10X65MM GERDAU	**GERDAU**	**2,00**	**100,00**
110	50	UND	PARAFUSO SEXTAVADO MA AÇO 12X50MM GERDAU	**GERDAU**	**2,70**	**135,00**
111	50	UND	PARAFUSO SEXTAVADO MA AÇO 12X60MM GERDAU	**GERDAU**	**2,90**	**145,00**
112	30	UND	PARAFUSO SEXTAVADO MA AÇO 16X40MM GERDAU	**GERDAU**	**3,60**	**108,00**
113	30	UND	PARAFUSO SEXTAVADO MA AÇO 16X50MM GERDAU	**GERDAU**	**4,10**	**123,00**
114	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO UNC AÇO 1/2X2.1/2'' GERDAU	**GERDAU**	**2,90**	**290,00**
115	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO UNC AÇO 1/2X3'' GERDAU	**GERDAU**	**3,00**	**300,00**
116	30	UND	PARAFUSO SEXTAVADO UNC AÇO 1X5'' GERDAU	**GERDAU**	**14,75**	**442,50**
117	50	UND	PARAFUSO SEXTAVADO UNC AÇO 3/4X2'' GERDAU	**GERDAU**	**6,10**	**305,00**
118	30	UND	PARAFUSO SEXTAVADO UNC AÇO 3/4X4'' GERDAU	**GERDAU**	**8,75**	**262,50**
119	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO UNC AÇO 3/8X2'' GERDAU	**GERDAU**	**1,40**	**140,00**
120	100	UND	PARAFUSO SEXTAVADO UNC AÇO 3/8X3'' GERDAU	**GERDAU**	**1,90**	**190,00**
121	20	UND	PARAFUSO SEXTAVADO UNC AÇO 7/8X4'' GERDAU	**GERDAU**	**13,75**	**275,00**
122	10	UND	PARAFUSO SEXTAVADO UNC AÇO 7/8X6'' GERDAU	**GERDAU**	**15,80**	**158,00**
123	500	UND	PORCA SEXTAVADA MA FERRO 10MM GERDAU	**GERDAU**	**0,50**	**250,00**
124	200	UND	PORCA SEXTAVADA MA FERRO 16MM GERDAU	**GERDAU**	**1,90**	**380,00**
125	500	UND	PORCA SEXTAVADA MA FERRO 8MM GERDAU	**GERDAU**	**0,35**	**175,00**
126	200	UND	PORCA SEXTAVADA MB FERRO 14MM GERDAU	**GERDAU**	**1,00**	**200,00**
127	100	UND	PORCA SEXTAVADA MB FERRO 18MM GERDAU	**GERDAU**	**1,90**	**190,00**
128	300	UND	PORCA SEXTAVADA UNC 1/2'' GERDAU	**GERDAU**	**0,60**	**180,00**
129	100	UND	PORCA SEXTAVADA UNC 3/4'' GERDAU	**GERDAU**	**2,30**	**230,00**
130	100	UND	PORCA SEXTAVADA UNC 5/8'' GERDAU	**GERDAU**	**1,70**	**170,00**
131	50	UND	PORCA SEXTAVADA UNC 7/8'' GERDAU	**GERDAU**	**3,90**	**195,00**
132	500	UND	PORCA TRAVANTE UNC 1/4'' GERDAU	**GERDAU**	**0,50**	**250,00**
133	30	UND	PROTETOR AUDITIVO VONDER	**GERDAU**	**20,00**	**600,00**
134	48	UND	SOLUÇÃO PARA BATERIA 1LT AMBIENTAL	**MIX**	**13,75**	**660,00**
135	50	UND	TERMINAL DE BATERIA MIX	**MIX**	**7,50**	**375,00**
136	20	UND	TUBO DE COBRE 1/4'' VONDER MT	**MIX**	**17,90**	**358,00**
137	20	UND	TUBO DE COBRE 5/16'' VONDER MT	**MIX**	**19,75**	**395,00**
Total Geral ..... R$						**84.492,50**

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. A integra desta Ata encontra-se a disposição no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim. Novo São Joaquim - MT, 01 de Julho de 2015.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 72/2015.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 39/2015.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 29/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO (MANILHAS), CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA **Nº** 39/2015, QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA CITADA LICITAÇÃO E QUE ORA O INTEGRA.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: EQUILIBRIO CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA-EPP

Valor: R$ 128.205,00 (Cento e vinte e oito mil, duzentos e cinco reais).

Período de vigência: 30/06/2015 à 30/06/2016.

Prazo de Entrega: 12 (doze) meses

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 30 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CT 65/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 65/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 38/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº: 28/2014

Objeto: Necessidade de acréscimo de 10 % sobre os serviços de exames de

ultrassonografia para suprir as necessidades do Município.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: NAGIB ELIAS QUEDI - ME

Valor: R$ 11.250,00 (Onze mil, duzentos e cinquenta reais)

Período de vigência: inalterado.

Fundamento legal: Este termo aditivo se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 01 de Junho de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 58/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através da pregoeira nomeada pela portaria 1231 08 de Junho de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar PREGÃO de Nº. 58/2015, pela modalidade ELETRONICO, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n° 1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Expediente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT. Data de abertura:14/07/2015, terça–feira às 09hrs (horário de Brasília). O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da BLL (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil) www.bll.org.br ou pelo site www.paranatinga.mt.gov.br Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com – Licitacoesptga@bol.com.br - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h.

Paranatinga-MT, 01 de Julho de 2015.

Lúcia Aparecida de França Corrêa

Pregoeira

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMS Nº 005 DE 30 DE JUNHO DE 2.015.

"Aprova a realização da V Conferencia Municipal de Saúde do Município de Paranatinga e dá outras providências".

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Orgânicas da Saúde 8080/19/07/90 e 8142/28/12/90, a Lei nº 197/2006 e de acordo com a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº cinco, de 30 de junho de 2015.

Resolve:

Artigo 1°. Aprovar a realização da V CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATINGA/MT, a realizar-se no dia 07 de julho de 2015 em Paranatinga-MT.

Artigo 2°. A CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATINGA/MT desenvolverá seus trabalhos sob o TEMA: Art.5º - A V CMS de Paranatinga /MT terá como Tema Central "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro", cujos eixos temáticos são:

I - GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA

Participação social;

Reformas democráticas e populares do Estado;

II - GESTÃO DO SUS

Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;

Valorização do trabalho e da educação em saúde;

Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS;

III - MODELO DE ATENÇÃO

Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade .

Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde, abordados com base na realidade loco-municipal/regional e as interfaces com a saúde do Estado de Mato Grosso.

Artigo 3°. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Paranatinga-MT, aos 30 dias do mês de junho de 2015.

Lucia Aparecida de França Correa

Presidente do CMS- Paranatinga/MT

Homologo:

Vilson Pires

Prefeito Municipal - Paranatinga/MT

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1228/2015

LEI Nº 1228/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO

MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS

ADICIONAL SUPLEMENTAR POR

ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por Anulação e Suplementação, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Nº. ORGÃO/UNID. ORÇAMENTARIA/PROJETO/ELEMENTO DA DESPESA VALOR

01	CAMARA MUNICIPAL. CAMARA MUNICIPAL. Manutenção e Encargos com Câmara Municipal. 01.001.01.031.0001.2002.3390.93.00.00..... ..... 01.001.01.031.0001.2002.3390.39.00.00..... ..... 01.001.01.031.0001.2002.3390.36.00.00.....	R$ 120. 000,00 R$ 20. 751,92 R$ 10. 000,00
	TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....	R$ 150. 751,92

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

Nº. ORGÃO/UNID. ORÇAMENTARIA/PROJETO/ELEMENTO DA DESPESA VALOR

01	Secretaria de Obras e Infra-Estrutura. Departamento de Obras e Conservação de Estradas. Manut. Encargos – Depto. de Obras e Conservação Estradas. 09.002.04.122.0002.2062.3390.39.00.00.....	R$ 150. 751,92

	TOTAL DAS ANULAÇÕES.....	R$ 150.751,92

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação dia, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 57/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através da pregoeira nomeada pela portaria 123 de 08 de Junho de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2015, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de Empresa Especializada para Aquisição de peças e serviços de molejo para veículos leves e pesados para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais secretarias. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura: 13/07/2015, Segunda–feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h ou pelo site www.paranatinga.mt.gov.br. Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com – Licitacoesptga@bol.com.br - telefone 66-3573-1329.

Paranatinga-MT, 01 de Junho de 2015.

Lucia Aparecida de França Correa

Pregoeira

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N 1136/2015

DECRETO Nº 1136 DE 01 DE JULHO DE 2015.

ALTERAÇÃO DO DECRETO DE Nº 1065/2014 QUE INSTITUIU NO ÂMBITO MUNICIPAL O COMITÊ GESTOR DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (CGITR), NOMEIA OS SEUS MEMBROS E REGULAMENTA O PROGRAMA PILOTO DE FISCALIZAÇÃO DO VALOR DA TERRA NUA (VTN) DECLARADO EM DECLARAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (DITR) RELATIVA A IMÓVEIS RURAIS LOCALIZADOS EM PARANATINGA-MT.

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando, o Convênio celebrado com a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e o município de Paranatinga, em 17 de julho de 2009, publicado no Diário Oficial da União, para a delegação de competência para o exercício das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);

Considerando o Programa Piloto de Fiscalização do Valor da Terra Nua (VTN) instituído pelo Comitê Gestor do ITR por meio da Resolução CGITR nº 3, de 1º de março de 2012, disponível no sítio da RFB - Portal do ITR;

Considerando o disposto no item 3, subitem 3.1.2.3 do Anexo à Norma de Execução Cofis nº. 07, de 1º de março de 2012, que aprova os procedimentos a serem executados pelos municípios conveniados para a fiscalização do Valor da Terra Nua – VTN denominado Programa Piloto de Fiscalização do VTN;

Considerando, a Ata 02 de 03 de novembro de 2014 em reunião formada pelo Sindicato Rural de Paranatinga, Corretores/Avaliadores rurais de Paranatinga, Contadores, produtores rurais, membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo;

Considerando que existe contribuinte que constam como omissos na declaração do ITR e serão procurados pelos agentes públicos competentes, a fim de serem cientificados dos Termos de Intimação a ser lavrados por este Município Conveniado sob orientação da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

Considerando a necessidade do Exercício da ampla defesa.

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica instituído no âmbito municipal o Comitê Gestor do Imposto sobre a propriedade territorial rural (CGITR), no âmbito do Município de Paranatinga.

§ 1º - O órgão colegiado, de caráter permanente, consultivo, normativo e diligencial e tem por finalidade orientar sobre a Política Municipal de fiscalização do Imposto sobre a propriedade territorial rural.

§ 2º - O Comitê Gestor do Imposto sobre a propriedade territorial rural (CGITR), em caráter permanente e consultivo, órgão colegiado composto por representantes do governo, Sindicato Rural de Paranatinga, Corretores/Avaliadores rurais de Paranatinga, Contadores, produtores rurais, membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Municipal de fiscalização do Imposto sobre a propriedade territorial rural, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder Executivo.

Artigo 2º- O Comitê Gestor do Imposto sobre a propriedade territorial rural (CGITR) de Paranatinga tem por atribuição:

I- Instituir o Programa Omissos DITR para o Município de Paranatinga, com o objetivo de efetuar o controle e o acompanhamento dos contribuintes omissos na entrega da Declaração;

II- Sugerir, anualmente, e levando em consideração a Tabela referencial do INCRA/MT, o valor da Terra Nua no âmbito do Município de Paranatinga;

III- Formulação de estratégias e no controle do lançamento do ITR e na da execução da Política Municipal de fiscalização do Imposto sobre a propriedade territorial rural,

IV- Estabelecer os objetivos, as diretrizes, os instrumentos e as prioridades da Política Municipal de fiscalização do Imposto sobre a propriedade territorial rural.

V- Promover a integração das ações públicas e privadas e a harmonização de seus objetivos.

VI- Promover a articulação constante entre Município, União e a sociedade civil organizada, visando à compatibilização da Política Municipal de fiscalização do Imposto sobre a propriedade territorial rural e dos programas de apoio ao desenvolvimento rural.

VII- A realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à Política Municipal de fiscalização do Imposto sobre a propriedade territorial rural;

VIII- A organização e implementação de Audiências públicas ou Conferências Municipais para debater a importância da Política Municipal de fiscalização do Imposto sobre a propriedade territorial rural;

IX- Elaborar seu regimento interno.

Artigo 3º- O Comitê Gestor do Imposto sobre a propriedade territorial rural (CGITR), no âmbito do Município de Paranatinga será composto por no mínimo 06(seis) conselheiros(as), titulares e seis suplentes, sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do Governo Municipal, sendo um do titular Poder Legislativo e outro do Poder Executivo, preferencialmente, ou por no mínimo maioria de representantes da sociedade civil organizada.

§ 1°- Caberá ao Governo Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema.

§ 2º- A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida pelo setor produtivo rural ou por meio de consulta pública, priorizando a participação direta do Sindicato Rural de Paranatinga, Produtores Rurais, Contadores e Corretores de Imóveis.

§ 3°- As instituições representadas no Comitê Gestor do Imposto sobre a propriedade territorial rural (CGITR), devem ter efetiva atuação no município de Paranatinga, especialmente, as que trabalham ou possuem propriedade territorial rural.

§ 4º- O CGITR será instituído através de portaria municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamental com seus respectivos suplentes.

§ 5º- Os (as) Conselheiros(as) suplentes substituirão os(as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do CGITR e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.

§ 6º- O mandato dos membros representantes da sociedade civil no CGITR será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

§ 7º- As reuniões plenárias ordinárias serão realizadas bimestralmente, sempre na primeira segunda feira do mês, as 09:00 horas. As extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do CGITR ou a pedido da maioria dos membros do Conselho, sempre que necessário, sendo necessária a convocação por escrito, ainda que por meio eletro-digital, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 8º- A ausência às reuniões plenárias ordinárias deve ser justificada em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo 03(três) dias, ou 03 (três) dias posteriores à cessão, se imprevisível a falta.

§ 9º- O CGITR será presidido por um (a) conselheiro (a) representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na reunião de instalação do Conselho.

§ 10º- Na ausência do Presidente será escolhido pelo plenário presente, um representante da sociedade civil para presidir a reunião.

§ 11- Poderão ser convidados a participar das reuniões do CGITR, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

§ 12- As atividades exercidas pelos membros do Comitê serão consideradas de relevante interesse público, porém não remuneradas.

§ 13- Os membros do primeiro biênio do CGITR serão nomeados por meio do presente Decreto.

Artigo 4º- O Comitê Gestor do Imposto sobre a propriedade territorial rural (CGITR) do Município de Paranatinga poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

Artigo 5º- Nomeia os Membros Titulares e Suplentes do Comitê Gestor do Imposto sobre a propriedade territorial rural (CGITR) do Município de Paranatinga, para o mandato de 06 novembro de 2014 a 06 novembro de 2016:

ENTIDADES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA:

EDSON PAULO DOS SANTOS – TITULAR

JAIR CARNEIRO RIBAS – SUPLENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA:

JONSON LEANDRO GUNSCH - TITULAR

JAIME AGUIAR FILIPIN - SUPLENTE

SINDICATO RURAL DE PARANATINGA:

THOMAS P. ALVES CORREA – TITULAR

EDSON AGRIPINO DA SILVA – SUPLENTE

REPRESENTANTES DE ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE PARANATINGA:

SAULI BARBIERI - TITULAR

ADELIR EPPING - SUPLENTE

REPRESENTANTES DOS CORRETORES/

AVALIADORES DE PARANATINGA-MT.

IDANIR CÉSAR RACOSKI - TITULAR

LUVERLAN PEREIRA NETO - SUPLENTE

REPRESENTANTES DOS PRODUTORES RURAIS DE PARANATINGA:

JOÃO BRENO GIL – TUTELAR

ELIEZER SILVA – SUPLENTE

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com as alterações em relação aos nomes dos representantes da Câmara Municipal de Paranatinga e o membro titular dos representantes dos corretores, avaliadores de Paranatinga-MT, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 01 de Julho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1115/2015. FL. 01/03.

D E C R E T O Nº 1115/2015. FL. 01/03.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Vilson Pires, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1174/2015, de 17 de março de 2015, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 496.400,00 (Quatrocentos e Noventa e Seis Mil e Quatrocentos Reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

04.002.04.122.0002.2012.3390.39.00.00.....R$ 15.000,00

04.001.04.122.0002.2010.3390.39.00.00.....R$ 26.500,00

09.002.04.122.0002.2062.3390.30.00.00.....R$ 18.500,00

09.001.04.122.0002.1189.4490.52.00.00.....R$ 3.000,00

07.001.27.812.0014.2042.3390.14.00.00.....R$ 3.000,00

08.002.08.241.0015.2050.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

10.002.04.122.0002.2065.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00

09.002.04.122.0002.2062.3390.36.00.00.....R$ 18.400,00

07.001.27.812.0014.2042.3190.13.00.00.....R$ 4.000,00

08.003.08.244.0015.2044.3190.13.00.00.....R$ 1.000,00

11.001.04.122.0002.2068.3190.13.00.00.....R$ 1.000,00

03.001.04.123.0002.1014.4490.52.00.00.....R$ 2.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Rec. de Imp. E de Trasnf. De Impostos – Educação

06.002.12.361.0009.2029.3390.39.00.00.....R$ 285.000,00

Fonte 0.1.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Saúde.

05.001.10.302.0005.2022.3390.39.00.00.....R$ 12.000,00

05.001.10.122.0008.2013.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.304.0007.2025.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

Fonte 0.1.14.000000 – Transferência de Rec. do Sistema Único de Saúde – SUS.

05.001.10.305.0007.2024.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.304.0007.2025.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

Fonte 0.1.15.000000 – Transferência de Rec. Nac. do Desenv. da Educação – FNDE.

06.002.12.361.0009.2029.3390.39.00.00.....R$ 65.000,00

06.002.12.361.0009.2030.3390.30.00.00.....R$ 4.000,00

06.002.12.361.0009.2031.3390.39.00.00.....R$ 13.000,00

06.002.12.361.0009.2031.3390.30.00.00.....R$ 10.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB.

06.002.12.365.0010.2037.3190.13.00.00.....R$ 4.000,00

Fonte 0.1.29.000000 – Transferência de Rec. do Fundo de Assist. Social - FNAS.

08.004.08.244.0015.1176.3190.13.00.00.....R$ 1.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 496. 400,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

03.001.04.123.0002.1026.4690.71.00.00.....R$ 15.000,00

03.001.04.123.0002.1016.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00

03.001.04.123.0002.1016.3390.36.00.00.....R$ 5.000,00

03.001.04.123.0002.1016.3390.39.00.00.....R$ 11.000,00

03.001.04.123.0002.1017.3390.39.00.00.....R$ 5.500,00

09.002.15.451.0016.1200.4490.51.00.00.....R$ 5.200,00

09.002.15.451.0016.1203.4490.51.00.00.....R$ 10.500,00

10.002.17.511.0018.1232.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

10.002.17.511.0018.1232.3390.39.00.00.....R$ 1.800,00

10.002.18.451.0018.1229.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

10.002.18.451.0018.1229.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

10.002.18.541.0018.1231.3390.30.00.00.....R$ 1.000,00

10.002.18.541.0018.1231.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00

08.001.04.122.0002.2043.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00

10.002.20.605.0018.1247.3390.30.00.00.....R$ 3.000,00

09.002.15.451.0016.1205.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00

09.002.15.451.0016.1205.3390.36.00.00.....R$ 5.500,00

09.002.17.512.0016.1193.4490.51.00.00.....R$ 5.200,00

09.004.26.782.0017.1213.4490.52.00.00.....R$ 2.200,00

10.001.04.122.0002.2064.3390.35.00.00.....R$ 500,00

07.002.27.812.0014.1143.4490.51.00.00.....R$ 4.000,00

11.002.22.661.0018.2072.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

03.001.04.123.0002.1017.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

Fonte 0.1.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde.

05.001.10.302.0005.1062.4490.51.00.00.....R$ 12.000,00

05.001.10.302.0005.1063.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.302.0005.2020.3390.33.00.00.....R$ 1.000,00

Fonte 0.1.14.000000 – Transferência de Rec. Sistema Único de Saúde - SUS.

05.001.10.305.0007.1082.4490.52.00.00.....R$ 2.000,00

05.001.10.305.0007.1077.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

Fonte 0.1.15.000000 – Transferência de Fundo Nac. do Desenv. da Educação - FNDE.

06.002.12.361.0009.2029.3390.30.00.00.....R$ 4.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB.

06.002.12.361.0009.2033.3390.30.00.00.....R$ 4.000,00

Fonte 0.1.22.000000 – Transferência de Convênios - Educação.

06.002.12.365.0010.1114.4490.51.00.00.....R$ 373.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 496. 400,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 04 de maio de 2015.

Vilson Pires

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI DE Nº 1227/2015

LEI Nº 1227/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO

MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS

SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO

E TRANSPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR Vilson Pires, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º- Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de 10% (dez por cento) da despesa fixada, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64:

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

ARTIGO 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008

DIVULGA RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS COM PAGAMENTOS CONFIRMADOS E COM ISENÇÃO DEFERIDA

A Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10. 1 do Edital de Abertura nº 001/2015, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a realização da prova objetiva no dia **05 de julho de 2015**; e,

Considerando que após a primeira homologação alguns candidatos enviaram comprovante de pagamento confirmando a sua inscrição,

RESOLVE:

I – Retificar a listagem da homologação das inscriçõesdos candidatos com pagamento confirmado e com isenção de taxa deferida, conforme Edital de Abertura nº 001/2015;

II –Comunicar que a divulgação dos locais de provas ocorrerá no dia 01/ 07/2015.

Paranatinga - MT, em 30 de Junho de 2015.

Vilson Pires

Prefeito Municipal

Graciela Azevedo Oliveira

Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público N.º 001/2015

Candidatos com Confirmação de Pagamento

Inscrição Nome do Candidato Cargo Valor

883 ABILIO MORAES RAMOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

2025 ADALBERTO DE ARAUJO BASTOS PAGIOLLI ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1267 ADÃO PEREIRA DOS REIS MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1525 ADDO FORGIARINI RACHID JAUDY ENGENHEIRO CIVIL 120,00

592 ADEAILDE ALMEIDA DE SOUZA. PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1876 ADEITA DE SOUZA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

302 ADEJAR APIS BEZERRA AAE II - MOTORISTA 80,00

1014 ADELAIDE EPPING NEVES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1157 ADELMI LOPES DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1324 ADENIL AIRES DOS SANTOS OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

930 ADERCIDE DUARTE DA SILVA VIGIA 40,00

1466 ADILEUZA CIRILLO DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1443 ADILMA MARTINS DA SILVA MORAES MÉDICO CLÍNICO GERAL 120,00

1676 ADRIANA DA SILVA BRITO DE FARIA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

190 ADRIANA DAMACENA MOURA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

965 ADRIANA DAVID SAMPAIO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1606 ADRIANA DOS SANTOS SILVA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

275 ADRIANA MARQUES DIAS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1125 ADRIANA SILVERIO ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1853 ADRIANE BATISTA DE ALMEIDA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

580 ADRIANE DE SOUZA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ZONA RURAL 120,00

242 ADRIANE SCHOENBERGER KIPPER ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1055 ADRIANO ALVES DOS SANTOS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1386 ADRIELE DALLETEZZE PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1822 ADRIELI DALSOTO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1339 ADRIELLE GUIMARAES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1463 ADRILA ALVES GOMES BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

281 AFONSO GORGES NETO ARQUITETO 120,00

998 AFONSO VIOLA NETO MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

117 AGMAR FRANCISCO DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1387 AGRIMAR WAÃMATE MARÃZACE RECREADOR 80,00

1358 AILA GREISIELE DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

347 ALBINO FRANCISCO DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1122 ALCIONE FERREIRA DE FREITAS MATOS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

976 ALDENI BARRETO DOS SANTOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

811 ALDENORA LIMA RIBEIRO NASCIMENTO PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1465 ALDO MAURAPY PAUAKA AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

92 ALECIO SHUENQUENER DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

490 ALENIL DE PONTES LIMA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

521 ALESANDRO FONSECA LIMA AAE II - MOTORISTA 80,00

1518 ALESSANDRA DE LIMA RIBEIRO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

24 ALESSANDRA DE SOUZA PASSOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

207 ALESSANDRA MARIA LEITE AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

655 ALESSANDRE SILVA ELETRICISTA DE REDE 60,00

1619 ALESSANDRO BUENO CARDOSO MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1430 ALEX GOMES MOREIRA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

135 ALEX MOREIRA BRAGA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1160 ALEX RODRIGUES ASPETT COTT MÉDICO CLÍNICO GERAL 120,00

361 ALEXANDRE NOGUEIRA BORGES AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

152 ALEXSANDRO MATOS MENEZES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1922 ALIAM PAULO PRIGOL MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1523 ALINE DOS SANTOS ROCHETE AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1986 ALINE FORTINI MATEUS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

345 ALINE JARDIM DE LIMA DE SÁ TELES BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1722 ALINE KAREM SILVA AAE I -MERENDEIRA - ZONA RURAL 80,00

235 ALINE LILIANE NUNES DE OLIVEIRA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

98 ALISSON ELEANDRO MAZUTI AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

731 AMALDO RAIREWARI AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA XAVAN 80,00

505 AMANDA CANDIDA MOREIRA DE LIMA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

509 AMARILDO LUCAS DE OLIVEIRA JUNIOR AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

234 AMAURI PAIATA MATUAWA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

182 ANA ALÁDIA NARCIZO DE SOUZA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

134 ANA CAROLINA GOBETTI AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

933 ANA CASSIA POLTRANIERI AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

607 ANA CLAUDIA PRATTO DA SILVA NUTRICIONISTA 120,00

449 ANA FERREIRA LIMA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1821 ANA FLAVIA LOURENÇO DA SILVA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

855 ANA GESSICA SCHLEICHER AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1346 ANA JULIA PRADO ASSIS BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

2022 ANA KAROLINE RODRIGUES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1398 ANA LUCIA PEREIRA LEORATO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1325 ANA LUCIA RODRIGUES GALDINO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

792 ANA MARIA ALVES BUENA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1279 ANA PAULA NUNES BARONI AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

736 ANA PAULA PEREIRA DA SILVA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1632 ANA PAULA PINHEIRO PEREIRA SILVA BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

679 ANA PAULA SIQUEIRA MARTINS BRANDÃO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

537 ANA PAULA VIEIRA SANTOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1949 ANA REGINA GOMES COSTA MARQUES GUNSCH AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

303 ANACLETO FERREIRA GONÇALVES MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

836 ANDERSON CARLOS DA SILVA SOUZA PSICÓLOGO 120,00

2023 ANDRÉ CORADINI PETRY MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1445 ANDRÉ FERNANDES DE ALMEIDA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1959 ANDRÉ LUIZ CÂNDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1955 ANDREA APARECIDA GOMES DA SILVA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1492 ANDREIA CRISTINA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

399 ANDREIA DUARTE FLORENTINO AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

555 ANDREIA INES THOMAS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ZONA RURAL 120,00

1222 ANDREIA SILVA DOS ANJOS AAE I -MERENDEIRA - ZONA RURAL 80,00

47 ANDREIA VELOSO ARAUJO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

859 ANDRESSA APARECIDA DA SILVA LEAL AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1088 ANDRESSA CAROLINA DE SOUZA BIAVATTI AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

2021 ANDRESSA DE OLIVEIRA CELESTINO MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1838 ANDRESSA MAYARA TEIXEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

709 ANDRESSA PRISCILLA MENEZES BRITO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1002 ANDRESSA UEHARO CARVALHO PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

91 ANGELA MARIA DA COSTA AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

1855 ANGELA MARIA DE SOUZA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

2016 ANGELA MARIA SANTOS DIAS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

420 ANGÉLICA CRISTINA PEREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1310 ANGELICA SANTANA SILVA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1137 ANILTON FERREIRA GARCIA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA II -COLETOR D 40,00

773 ANITA DEL CASTANHEL MIRANDA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1930 ANNA CLAUDIA DE LEMOS AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

287 ANNA PAULA EVANGELISTA DE CARVALHO AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1778 ANTENOR MACHADO NETO OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

634 ANTONIA CESPEDES RIVEROS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

750 ANTÔNIA REGINA LIMA BARBOSA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

1072 ANTONIA RITA PEREIRA DA SILVA MENDES ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

1847 ANTONIO DA SILVA LUIZ OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

78 ANTONIO KATAUGA AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1196 ANTONIO MARCOS TIRLONI AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1309 ANTONIO MARTINS CRUZ MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1193 ANTÔNIO PAULO FERREIRA PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1367 APARECIDA FERREIRA DA CRUZ AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1496 APARECIDA LUCINDA NUNES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1350 AQUÉSIA LOURDES LIBÓRIO BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1237 ARCILENE BATISTA PEREIRA TÉCNICO EM LABORATÓRIO 80,00

757 ARGEMIRO TSAABDI WAWEMRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ÁREA INDÍGEN 120,00

93 ARIANA MATIAS DOS SANTOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1688 ARINE BEATRICE MEIRA VILELA E SILVA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

617 ARLENE DE SOUZA PINTO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

452 ARLENE OVIDIO TESKE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

827 ARLENE PEREIRA SIQUEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1741 ARLETE RODRIGUES DE PINHO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

128 ARLINDA BARBOSA DE ARRUDA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1434 ARLINDO DE ALMEIDA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1231 ARLINDO PEREIRA SIQUEIRA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1452 ATANASIO TSERENHIPATADI NHIHORIRE AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

958 AUGUSTO CARLOS NIEDERMAYER MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

550 AURISINO DA CONCEIÇAO FERREIRA CARPINTEIRO 40,00

1458 AVALDINA ROSA DE SOUZA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

931 AVANILDA SOUZA SANTOS AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1589 AYLIME LIMA MARTINS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

282 BÁRBARA SANTANA DA SILVA PSICÓLOGO 120,00

1422 BEATRIZ ALENCAR RIBEIRO BELLO AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1068 BEATRIZ GOMES CORTEZIA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1866 BENEDITO GONÇALO BORGES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1788 BENEDITO NOGUEIRA BORGES VIGIA 40,00

583 BETINA GABRIELA STEIN BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

55 BIBIANO SOUSA CHAGAS AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1456 BONIFACIO UBNATSE'WAWE AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

1667 BRAZ FERREIRA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

66 BRUNA ALVES DO VALE AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

725 BRUNA CAMPOS ARQUITETO 120,00

920 BRUNA FERNANDA BORGES ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1512 BRUNA NATIELE DE PAULA WEIHRICH HAGMUSS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1013 BRUNO HENRIQUE MOREIRA LIMA ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1896 BRUNO MIAKI SCHULA ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1173 BRUNO NERY NOGUEIRA LUNA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

2030 CAMILA CERVANTE GUEDES AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1102 CAMILA DO AMARAL MARION BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1044 CAMILA PAIXÃO MORAES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

853 CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1414 CANDIDO SERAFIM SILVA BACALHAU AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1215 CARINE REZENDE DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1228 CARIVALDO DE ALMEIDA RODRIGUES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1144 CARLEANDRO ROBERTO DE SOUZA PSICÓLOGO 120,00

338 CARLOS ALBERTO NORONHA FARIA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1194 CARLOS ANDRE TORREZZAN MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1241 CARLOS DE ARAUJO MOREIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

283 CARLOS DONIZETE DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

64 CARLOS FERREIRA DE SOUZA CARPINTEIRO 40,00

1221 CARLOS HENRIQUE RODRIGUES NEGREIRO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

685 CARLOS SERGIO MARTINS DA SILVA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1960 CARMINA RIBEIRO LIMA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1205 CARMINHA FERREIRA DOS SANTOS PROFESSOR B - PEDAGOGIA - ZONA RURAL 120,00

1389 CAROLAINE MATOS DA COSTA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

154 CAROLINA PREMOLI WITS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1882 CAROLINE LETÍCIA DOS SANTOS SILVA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

838 CAROLINY MARTINS DE LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1506 CASSION ARAUJO DA SILVA RECREADOR 80,00

1150 CATIA LUCIENE DE VARGAS AAE I-AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS -ZONA 80,00

1361 CÉLIA MARIA AMÂNCIA DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

983 CÉLIA MOREIRA FARIA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1353 CELSO LESCANO JUNIOR AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1255 CENAIR NUNES MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

1917 CHRISTIANO VEXEL FONTES BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

293 CIBELI VOGEL ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

650 CINTIA CLEIA MOURA DA SILVA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1021 CINTIA JOSE DE SOUSA FERREIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1124 CIRLEI MARIA DALMAS HOPPE ASSISTENTE SOCIAL 120,00

948 CLAUDECY BARRETO DOS SANTOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1111 CLAUDIA FIDELCINA DOS SANTOS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1973 CLAUDIA OLIVEIRA DA COSTA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1526 CLAUDIA PEREIRA DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

363 CLAUDIANA SAPENAGUE AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

999 CLAUDINEIA ISTEIG NERY PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

689 CLAUDINÉIA RAMOS DE OLIVEIRA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

825 CLAUDIO JUNIOR BERTA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1556 CLEA MARIA DE CAMPOS ARAUJO PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

652 CLEBER FERNANDO ANANIAS MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1591 CLEDES MACHADO DE OLIVEIRA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1956 CLEIA MARTINS DOS ANJOS AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1845 CLEIBER JUNIOR GONÇALVES SILVA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1176 CLEITON ANDERSON PROFILIO DOS SANTOS TÉCNICO EM INFORMÁTICA 80,00

346 CLEITON MIGUEL SCHNEIDER ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

967 CLEMERSON RODOLFO FURTADO DA SILVA AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

1390 CLEONICE DE CAMPOS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1858 CLEUNICE PEREIRA OLIVEIRA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

801 CLEUSA MARIA JOSÉ NUNES ASSISTENTE SOCIAL 120,00

802 CLEUSA MARIA JOSÉ NUNES CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1259 CLEUSDETE GOMES CASTILHO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

959 CLEUZA SALETE TREPAK AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1827 CLÉVERSON JESSÉ SILVA DE OLIVEIRA PROFESSOR B - EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

1374 CLEYTON RAMOS DA SILVA PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

615 CREONICE VILELA DOS SANTOS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1147 CRISLAINI DA SILVA STUCH AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - ZONA RURA 40,00

376 CRISTIAN BARNNEY DA SILVA SOUSA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1212 CRISTIAN DE GODOI AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

1292 CRISTIANA DE ALMEIDA MATOSO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

913 CRISTIANE APARECIDAAMOROSO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - ZONA RURA 40,00

1663 CRISTIANE DO CARMO MORAIS CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

637 CRISTIANE MARTINS DE ALMEIDA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

310 CRISTIANE SILVA DE CAMPOS CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

669 CRISTIELLY OLIVEIRA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

936 CRISTINA IZABEL HAGMUSSI ANGELIM PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

95 DAIANE FLOR DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1114 DAIANE GRACIELE GODINHO NICOLODI THAINE PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ZONA RURAL 120,00

269 DAIANE KEHL DE SOUZA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

813 DAIANE VIANA DE MORAES AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1779 DAIANNY GERALDINO FRANCO NUTRICIONISTA 120,00

1417 DAISY DALLILA LIMA DOS SANTOS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

898 DALVINA DIAS DOS SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1447 DANI JEFERSON DE OLIVEIRA PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

1033 DANIEL FRANCIS DIONEZIO ARQUITETO 120,00

1878 DANIELA DE FIGUEIREDO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1347 DANIELA RODRIGUES DA SILVA BORG ES AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

161 DANIELI PEREIRA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

781 DANIELI REGINA BETTEGA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

814 DANIELLY RODRIGUES PIMENTA BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1694 DANIELLY SOUSA FURQUIM AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1333 DANILES RENATA FELIZ OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

402 DANILO FILIPPO BRISIDA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

852 DANY MARTINS BORGES AAE II - MOTORISTA 80,00

901 DANYELA RUTH DO NASCIMENTO GREGÓRIO PSICÓLOGO 120,00

1143 DAVI HENRIQUE DOS SANTOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1073 DAVI JOSE FERREIRA MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

974 DAYALLA CRISTINA RODRIGUES MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1263 DAYANA DANTAS DE OLIVEIRA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

478 DAYANA DE QUEIROZ AMARANTE RECREADOR 80,00

1555 DAYANE FERREIRA LEITE ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1327 DAYANE MARZOCHI NOGUEIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

170 DAYELLE COUTO DE SOUZA RECREADOR 80,00

1018 DEBORA LUZIANA SOARES BISPO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1753 DEBORA MATOS DOS SANTOS AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANS.COR 40,00

150 DEBORA VIANA DE ARRUDA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

0 DEBORAH COUTO DE SOUZA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1644 DEISE TERESINHA MARTINS GULARTE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

364 DELCIDE SANTOS SOUZA VIGIA 40,00

1593 DELMA APARECIDA MELO BARBOSA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

635 DELMA PÃENWA CARDOSO AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

280 DELMAR PEREIRA DOS SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

61 DENICIA FERREIRA DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

751 DENIO IAGURU KUIWYRE TÉCNICO EM INFORMÁTICA 80,00

921 DENISANGELA JESUS DA SILVA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1369 DENISE GOULART OLIVEIRA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1000 DENISE MIRANDA FRANCO ENGENHEIRO CIVIL 120,00

934 DENNIS COLMAN LEAO AAE II - MOTORISTA 80,00

1842 DEURENICE GONÇALVES DE SOUZA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1337 DEUSA FRANCISCA DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

484 DEUSIMAR PEREIRA DOS SANTOS AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1071 DEUVANIA DOMINGOS DE FREITAS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1385 DEUZINA ARAUJO DOS SANTOS CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1276 DEYCE FRANCISCA DA SILVA ALVES PSICÓLOGO 120,00

2012 DIANA ALESSANDRA MARTINS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

187 DIANA MAYUMI MOTOYAMA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

923 DIEGO WILLIAM PEREIRA DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1873 DILAIR ALVES DOS SANTOS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

577 DINAIR CAMPOS ALVES CARDOSO ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1495 DIOGO ALVES DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

1507 DIONATAN OLIVEIRA SANTOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

716 DIONE DUARTE RIBEIRO OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

350 DIONE JOSE COELHO MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

221 DIVINA FERREIRA CAMARA DE JESUS ASSISTENTE SOCIAL 120,00

411 DIVINA LUIZ DA SILVA FERREIRA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

914 DIVINA OLIVEIRA CARDOSO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

360 DIVINA TAIRO KUIWYRE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

238 DIVINO SULLIVAN BRITO DE OLIVEIRA AAE II - MOTORISTA 80,00

995 DJAIR DE FREITAS VIGIA 40,00

320 DJONE TSIÕMO-WE AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

771 DOMINGOS JOÃO SILVA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

1359 DORALICE RODRIGUES DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

84 DORALINA GOMES CASTILHO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

536 DOUGLAS CAMPOS DOS REIS MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

1116 DRIELY RODRIGUES SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1969 EDEMILSON MENDES MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1689 EDER LEANDRO PRZYVITÓSKI AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1181 EDER MORESCO MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1047 EDER PEREIRA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

104 EDEVAL MAPAREI AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1966 ÉDIJA PEREIRA DA SILVA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

715 EDILAINE MARIA DE SANTANA DE PONTES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1418 EDILEUZA RAMOS PEREIRA AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANS.COR 40,00

1978 EDILSON APARECIDO DE JESUS MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

393 EDINA SALES APAYGA AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

1113 EDINALDO FERREIRA DA SILVA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1230 EDINEIA LOPES DE OLIVEIRA TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ZONA RURAL 80,00

1792 EDINÉIA RITA EPPING PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1812 EDIVAN LOPES MESQUITA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

1910 EDIVÂNIA ALVES DE SOUZA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1027 EDIVANIA DONATA DE OLIVEIRA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1253 EDLLER FELIX RODRIGUES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

613 EDMUNDO PEN'I RU PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ÁREA INDÍGEN 120,00

530 EDNA CAROLINE OLIVEIRA DE MATOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

972 EDNA DA ROCHA DE OLIVEIRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

28 EDNA LOPES KOCHAN TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

770 EDNALVA FURQUIM FERREIRA DE MORAIS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

321 EDNEIA PAULO MOREIRA RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

886 EDSON CARLOS SILVA PSICÓLOGO 120,00

763 EDSON DE JESUS SILVA VIGIA 40,00

123 EDVANIA MAINARA IAKANULO AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

143 EDVANIA OLIVEIRA DE SOUZA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1401 ELAINE EUZÉBIO NUNES NUTRICIONISTA 120,00

824 ELAINE MARIA DE OLIVEIRA AMORIM PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

501 ELBA ALVES DA COSTA RECREADOR 80,00

1090 ELBA GOMES CORREA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - ZONA RURA 40,00

1895 ELCIO FRANCO DOS SANTOS VIGIA 40,00

1650 ELEANDRA ALVES FERREIRA ROCHA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

982 ELENITA CELANT MARCON ASSISTENTE SOCIAL 120,00

761 ELIADINA PEDZADARUTUO RECREADOR 80,00

1328 ELIANA CRISTINA DIAS AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1514 ELIANE ALVES DA VEIGA DOS SANTOS AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1056 ELIANE DE ALMEIDA RESPLANDE AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1399 ELIANE GOMES LOIOLA RECREADOR 80,00

1489 ELIANE IVAZ RECREADOR 80,00

600 ELIANE MARIA DE OLIVEIRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

808 ELIANE PEREIRA CAVALCANTE CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1993 ELIANE SANTOS AMARAL RECREADOR 80,00

307 ELIANE SILVA DE CAMPOS CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

476 ELIANE SOUZA DA SILVA DEMSCHINSKI PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1864 ELIANE VIEIRA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1133 ELIANEIDE PEREIRA DE MIRANDA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

409 ELIARA PRISCILA ANDRADE DA MATA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

229 ELIAS ANTONIO SAAB ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1435 ELIAS DIAS TERRAS ELETRICISTA DE REDE 60,00

732 ELIAS MOURA DA SILVA VIGIA 40,00

1815 ELIAS PEREIRA DE MACEDO MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

991 ELIDIELI OLIVEIRA DA SILVA AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANS.COR 40,00

657 ELIETE DAVID MACEDO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

665 ELIETE GOMES DE ARAUJO PSICÓLOGO 120,00

1364 ELIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA RECREADOR 80,00

1428 ELISANGELA SANTOS DAVID AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1393 ELIZABETE CAMPOS DA SILVA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

318 ELIZABETE CANDIDA DE ARAUJO TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ZONA RURAL 80,00

1703 ELIZABETE CRISTINA ANGELA DE SOUSA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1806 ELIZABETE FERREIRA ROSA BARROS PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

799 ELIZABETH APARECIDA MARQUES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1392 ELIZABETI MOURA DA SILVA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

780 ELIZANGELA MORAES SAVICZKI PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

146 ELIZANGELA PEREIRA DAS NEVES AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1066 ELIZÂNGELA THOMÉ DE ANDRADE PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

864 ELIZETH LEOPICI DE ARANTES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1378 ELLEN OZANI DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

562 ELMIR AIAKAMYNA DIAS IACAUH RECREADOR 80,00

1180 ELSON SILVA DE SOUZA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1258 ELTON ALVES DE SOUZA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1290 ELY MARCELIO TÉCNICO DE ENFERMAGEM -ZONA RURAL 80,00

1168 ELZA NEIDE DA SILVA SOUSA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1598 EMANUEL ROSA DE PAULA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

68 EMERSON MATOS LOIOLA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1871 EMILÃENE OLIVEIRA SOARES SANTOS NUTRICIONISTA 120,00

1190 EMILIANO RUMORI AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

1054 EMILIO TEODORO RECKZIELGEL DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1989 EMILY BRUNA POLICENO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1865 ENAILE MARIA SINDEAUX DE SOUZA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

312 ERALDO IRAGURO AAE I-AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS -ZONA 80,00

1377 ERIK LUCIANO RODRIGUES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1948 ERIKA SAYURI SUZUKI FILIPIN AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

421 ESTALONE MARIKO KUKURE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1935 ESTÉFNI OLIVEIRA LIMA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

875 ESTELAINE IAMYNAIRU DIAS IACAUH AAE I -AGENTE DE SERV. GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

81 ESTER DIAS DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1968 ESTER RAMOS DE SOUZA MENDES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1247 EUCIMAR FURQUIM ROSA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

153 EUDES AFONSO ALBERTI AAE II - MOTORISTA 80,00

1320 EUDEVAN APARECIDO DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

1341 EUNICE LIMA DE FIGUEIREDO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1146 EUNICE VAZ MACHADO GOMES COELHO PROFESSOR B - PEDAGOGIA - ZONA RURAL 120,00

358 EUSELI DA SILVA SOUZA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

1330 EVA ALMEIDA VALE DA SILVA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

961 EVALDIR SAVICZKI AAE II - MOTORISTA 80,00

58 EVANIZE RODRIGUES SIQUEIRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

900 EVANY KELLY ALMEIDA TAVARES RECREADOR 80,00

367 EWERTON CAMPOS DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1375 EZEQUIEL TSERENHIROTORE TSOAPRIWE AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

272 FABIANA DE JESUS FERREIRA RECREADOR 80,00

726 FABIANA FERREIRA PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1409 FABIANA SERAFIM DO NASCIMENTO PSICÓLOGO 120,00

523 FABIANA ZACARIAS RAMOS ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1249 FABIANO ANTONIO DE MIRANDA ENGENHEIRO CIVIL 120,00

102 FABIO KAMIARE PAUAKA AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

403 FABIO NOGUEIRA SILVA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

520 FABIULA FERREIRA LEITE AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1017 FABIULA FURQUIN WEIS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1177 FABYTIELLE REIS SALES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1849 FELIPE DA SILVA MAGALHÃES ARQUITETO 120,00

344 FERNANDA CAROLINA SOLEDADE NOGUEIRA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1178 FERNANDA CASSIANE BECKER SCHIO PSICÓLOGO 120,00

168 FERNANDA DESTRI PSICÓLOGO 120,00

144 FERNANDA FURQUIM WEIS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

455 FERNANDA JACINTO DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1149 FERNANDA ONÓRIO DA SILVA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

858 FERNANDA ROSA PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1776 FERNANDA SIMOES LEITE FERNANDES PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

441 FERNANDO ALENCAR SILVA ENGENHEIRO CIVIL 120,00

742 FERNANDO VIECELI MAIA ENGENHEIRO CIVIL 120,00

267 FILIPE AUGUSTO TAVARES ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1132 FLANCISLAINE NOGUEIRA MENDES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

849 FLAVIA CRISTINA ZORZETTO SILVA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

588 FLAVIA NETO DA SILVA PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

130 FLAVIANA CARDOSO ALVES SANTOS TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

1538 FLAVIO BATISTA DE OLIVEIRA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

299 FLAVIO BORGES LEAO VIGIA 40,00

83 FLÁVIO DA SILVA TEODORO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1880 FLAVIO DO NASCIMENTO SOUZA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1246 FLAVIO FLACH VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

964 FLORINDA TEIXEIRA DE SOUZA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

115 FRANCIANE LIMA CAVALCANTE TEZA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1470 FRANCIANE VIVEIROS CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

348 FRANCIELI FERREIRA DIAS FIGUEIREDO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1179 FRANCIELI MARTA TREVISAN PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ZONA RURAL 120,00

569 FRANCIELI RIBEIRO DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

519 FRANCIELLE DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1167 FRANCIELLE FIGUEIREDO SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1220 FRANCIELY FRANCISCA DE LIMA VASUM BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

29 FRANCILENE RIBEIRO DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

678 FRANCINETE DE PAULA BARBOSA AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANS.COR 40,00

1129 FRANCISCA DA SILVA HOPPEN AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1977 FRANCISCA FELISMINO AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

790 FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1811 FRANCISCO ANTONIO DE LIMA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

1744 FRANCISCO DA SILVA GOMES AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1340 FRANCISCO EVANDRO TOMAZ DE AQUINO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1250 FRANCISCO HAGMUSSI ANGELIM AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1901 FRANKLIN ROBERT SIQUEIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

203 GABRIEL PAES LORENA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

539 GABRIELA CERETTA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1774 GABRIELA SILVA OLIVEIRA MACHADO AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

412 GABRIELI DE OLIVEIRA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1890 GALDIA NUBIA RIBEIRO ASSISTENTE SOCIAL 120,00

457 GEANI APARECIDA PINHEIRO MARQUES ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

365 GENECI DOMINGAS DE MATOS AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANS.COR 40,00

819 GENILSON ALVES DOS SANTOS AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1209 GEORGE ADRIANO GOMES DA SILVA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

676 GEOVA PEREIRA ORTIZ VIGIA 40,00

497 GEOVANI DE LIMA FERREIRA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1998 GEOVANI PUNDRICH FERREIRA PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

696 GEOVANNA LUCIANA DE PAULA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

833 GERALDA POLICENO DA SILVA PSICÓLOGO 120,00

1945 GERCIKA APARECIDA DA SILVA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1696 GERMANO GONCALVES FERREIRA ENGENHEIRO CIVIL 120,00

389 GERONIMO PEREIRA DOS SANTOS MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

873 GERSON SAGUMA AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

2010 GESIELI CANUIRO DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1275 GÉSSICA CAROLINE RODRIGUES LIMA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1520 GIANE MENDES DOS SANTOS AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANS.COR 40,00

1483 GILBERTO BATISTA DE SOUZA ELETRICISTA DE REDE 60,00

1003 GILBERTO DE OLIVEIRA BORGES MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1015 GILBERTO SAPENAGUE PAROCA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ÁREA INDÍGEN 120,00

620 GILBERTO TSEREHÔMORA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ÁREA INDÍGEN 120,00

1573 GILDETE DA SILVA SOUSA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

641 GILSINEIA KANIRO PAIQUE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

800 GILSON ROSA XAVIER AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

114 GILVAN GERONIMO POIURE AAE II - MOTORISTA 80,00

410 GIOVANI ADRIANO DE OLIVEIRA BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

857 GIOVANI ZANETTI PESSOA CANDIOTTO MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1305 GIRLENE FERREIRA GOMES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1684 GISELLE APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

2015 GISELY MENDES PEREIRA ALEIXO ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

335 GISLAINE BARBIERI ZAMAR PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

286 GISLAINE COSTA GONÇALVES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1260 GISLAINE SILVA ROCHA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

733 GISLEI CAMPANHA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

723 GIZELI DE LIMA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1497 GLEISON BARROS DE CAMPOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1509 GLEYCIANE NOVAES NEVES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

700 GRAZIELE PAULAMITTMANN MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

868 GUIDO DA CONCEIÇÃO DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

274 GUILHERME ANGELO PIRAN VIGIA 40,00

735 GUILHERME SEMTCHUK RITTER RECREADOR 80,00

971 GUIOMAR PRIAMO ARQUITETO 120,00

1516 GUSTAVO DE FARIA MIRANDA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1384 HELENA DE SOUZA REIS VIGIA 40,00

19 HELENA IAKANULO XERENTE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1942 HELENA RUFINA DA SILVA REINISCH ASSISTENTE SOCIAL 120,00

325 HELENA TAVARES FERNANDES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1063 HELIO SOUZA COSTA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

167 HELLEN LOURAINE DA SILVA VIEIRA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

636 HENRIQUE ADRIANO DE SOUZA PEREIRA VIGIA 40,00

1957 HENRIQUE ALVARES RAMOS TÉCNICO EM INFORMÁTICA 80,00

142 HENRIQUE ALVES DE ARRUDA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

807 HENRIQUE NICOLAU MARANHOLI AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

492 HERMES DE ASSIS ALVES DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

440 HERMESON KAMIKIAVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1135 IDERSON MARQUES BORGES MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

1136 ILA MARTA MOREIRA TAKAKI MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1411 ILDOMAR HIPPLER ELETRICISTA DE REDE 60,00

100 ILIANE BARBOSA DE SOUZA PINTO ASSISTENTE SOCIAL 120,00

663 ILMA BASTISTA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ZONA RURAL 120,00

1595 INES ALVES RIBEIRO DE FARIA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

1140 IORIDES APARECIDA NOGUEIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1035 IRACEMA DONATA DE OLIVEIRA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1236 IRACEMA FERREIRA DOS SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

266 IRACI ANGELINA NEUBERGER PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

337 IRACI ULUCO XERENTE AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

240 IRANEIDE OLIVEIRA SILVA PSICÓLOGO 120,00

1381 IRANIL SILVA PAIVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1069 IRANIU APIGUARE JURAPI ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1156 IRENE LOPES RECREADOR 80,00

796 IRON VIEIRA DINIZ AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA II -COLETOR D 40,00

1234 ISA CARLA GOMES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

63 ISABELA APARECIDA SOUTO FIUZA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1050 ISAIAS PEREIRA DE MACEDO VIGIA 40,00

651 ISMAEL FERREIRA DO NASCIMENTO RECREADOR 80,00

1001 ITAMAR ALVES FERREIRA JUNIOR AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

317 IVAIR FERREIRA DA SILVA VIGIA 40,00

1603 IVAN AUGUSTO DA SILVA AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

940 IVANETE FELIZARDO PERES AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1010 IVANIR ROSA E SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1994 IVO JOSE DE OLIVEIRA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

522 IVONE DE CAMPOS RECREADOR 80,00

1030 IVONES DIVINA OLIVEIRA PEREIRA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

1 IVONILDO PUTTOV PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

349 IZABEL FREIRE DE ALMEIDA NUTRICIONISTA 120,00

870 IZABEL PEREIRA BARREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

926 IZAIAS FERREIRA DO NASCIMENTO AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

560 IZAMARA PONTES DE PINHO SOUZA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

648 JACKSON IACAMYDA CUCURE RECREADOR 80,00

1924 JACQUELINE DE PAULA SILVA PSICÓLOGO 120,00

729 JACQUELINE JARA DA SILVA NUTRICIONISTA 120,00

1394 JACQUELINE STHEFANIE DE OLIVEIRA PEREIRA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

2020 JACSON OLIVEIRA BELEM VIGIA 40,00

1165 JADIR NASCIMENTO QUERINO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS 60,00

1464 JAILSON DA SILVA PEREIRA VIGIA 40,00

1307 JAIRO CLEMENTE DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA II - COLETOR D 40,00

1041 JAIRO MARCOS FERREIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

693 JAIRO PEREIRA DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

687 JAIRO PEREIRA ROSA VIGIA 40,00

13 JAMILTON NERY DE OLIVEIRA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1461 JANAINA FABIANA PEREIRA DE OLIVEIRA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1552 JANAINA FERNANDA LIMA DE OLIVEIRA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

826 JANAINA GARCIA SUZARTE DOS SANTOS RECREADOR 80,00

544 JANAYLE DE FARIA MIRANDA BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1216 JANE ERICA AMANCIO DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1988 JANETE GOMES DE ARAUJO ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

44 JÂNIA GOULART DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1028 JANINE DE SOUZA BARBOSA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

906 JANIO CARLOS MOURA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

564 JAPSON OLIVEIRA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1457 JAQUELINE BALBINO DE MORAES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

429 JAQUELINE KUIETE KURUMA AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1637 JAQUELINE LÚCIA SZPAKOWSKI AAE II - MOTORISTA 80,00

1620 JAQUELINE NUNES COSTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

710 JEAN CARLOS DE ÁVILA E SILVA ENGENHEIRO CIVIL 120,00

568 JEAN MAICO PARRA ENGENHEIRO CIVIL 120,00

616 JEAN VINICIUS RIBEIRO ALVES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1558 JEFERRSON LUIZ DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1475 JEFFERSON ANDRE DE OLIVEIRA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

861 JENIFFER ARAUJO DE MATOS TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ZONA RURAL 80,00

1402 JENIFFER DANIELLE FERREIRA DOS SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

458 JEREMIAS EUCLIDES DOS SANTOS VIGIA 40,00

1004 JERSICA MARIA BOTINI AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

529 JÉSSICA ALVES SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

910 JÉSSICA ANGÉLICA HERGENRÄDER ENGENHEIRO CIVIL 120,00

608 JÉSSICA CARINE DA SILVA RIBEIRO PSICÓLOGO 120,00

1227 JESSICA FERNANDA FERREIRA DE ALMEIDA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1295 JESSICA LUANA CARDOSO BARREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1349 JOANA DARC DA SILVA BO RGES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1139 JOANA FERNANDES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1357 JOANA MOREIRA DE FARIA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

610 JOANA PAULA VIEIRA RODRIGUES AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1980 JOANY GOMES DA SILVA VIGIA 40,00

871 JOÃO ALVES FERREIRA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1643 JOAO BATISTA ALMEIDA CO STA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

397 JOÃO BATISTA CURCINO MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

1554 JOAO BATISTA FREIRE ALMEIDA MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

646 JOÃOZINHO ORLINO MAMEDE UREHE AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

556 JOAQUIM ANGELICO DIAS AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1599 JOAQUIM SOARES FILHO MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1846 JOCELITO FRANCISCO DE OLIVEIRA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

1248 JOEL DOURADO DE FRANÇA MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

443 JOELMA DE OLIVEIRA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

727 JOELMA TEREZA DE SOUZA BRITO PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1210 JOHN LENO COELHO DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1213 JOICE CANDIDA PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1690 JÓICE CAROLINE DA SILVA RIBEIRO PSICÓLOGO 120,00

1289 JOICY CRISTINA LIMA RODRIGUES MARCELIO BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1065 JONATAN SCHNADELBACH DE MENEZES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS 60,00

71 JONATHAM RODRIGUES TAVARES DO NASCIME ARQUITETO 120,00

1679 JONATHAS CARLOS GUEDES TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

1914 JORDEL BORGES OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

1522 JORGE PEREIRA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

1306 JORGIANNE DE ALMEIDA CALDEIRA ARQUITETO 120,00

1859 JOSÉ PAULO DOS SANTOS MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

1271 JOSE AGNALDO BARBOSA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

532 JOSE ANTONIO DOS SANTOS VIGIA 40,00

561 JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS FILHO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

835 JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS FILHO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1462 JOSE ANTONIO REIS AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1898 JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

541 JOSE CARLOS DOS SANTOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

162 JOSE CEZARIO FEITOSA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1436 JOSE DILSON DE LIMA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG. E MO 40,00

922 JOSÉ FERREIRA DA SILVA VIGIA 40,00

1372 JOSE GERALDO LOPES MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1075 JOSE LUCAS MOREIRA RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1138 JOSE NILTON DE MORAES MAIA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1242 JOSE ROBERIO ALVES DE SOUZA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1106 JOSELAINE SALES CARVALHO NUTRICIONISTA 120,00

1321 JOSEMAR LUCAS DE OLIVEIRA VIGIA 40,00

1881 JOSENICE CARLA SILVA DE SOUZA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

832 JOSENIR PEREIRA DO NASCIMENTO PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1264 JOSIAN DE OLIVEIRA PEDROSA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1921 JOSIANE MENDONÇA CAMPOS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1315 JOSIANE SANTANA DOURADO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

323 JOSILEIA NAIRU RONDON AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

1416 JOSIMAR DIVINA OLIVEIRA PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1083 JOSIMAR FERREIRA SILVA AAE II - MOTORISTA 80,00

1770 JOSIMARA BATISTA DE CAMPOS ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1585 JOSINEI MOREIRA MARQUES TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ZONA RURAL 80,00

1214 JOSINETE AMANCIO DA SILVA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

1313 JOSINETE DA VEIGA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

309 JOSIVAN CANDIDO DA SILVA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

1154 JOSIVANI RODRIGUES DA LUZ AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1721 JOSUÉ DOS SANTOS ROSA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

989 JOSUE PEREIRA RODRIGUES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1058 JOTA JEREZIEL DIAS DIONISIO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS 60,00

1626 JOVAIR LIBORIO DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA II - COLETOR D 40,00

1308 JOVANIR NARDES ASSISTENTE SOCIAL 120,00

643 JOVELINO MIGUEL DOS SANTOS AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1153 JOYCE MARTINS MOREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1272 JULCINEIA LOCATELLI DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

973 JULEIDE TEREZINHA TORMES DA SILVA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - ZONA RURA 40,00

1311 JULIANA BATISTA RECREADOR 80,00

1724 JULIANA BRUNA DA CRUZ PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

106 JULIANA DA SILVA MENEZ ES BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

706 JULIANA DALETEZZE DOS REIS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1654 JULIANA DE JESUS ANDRADE AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

2001 JULIANA ROCHA DE SOUZA VIGIA 40,00

918 JULIANE ALVES DA SILVA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1431 JULIANO ESCATOLIM BASILI ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1503 JULIANO OLIVEIRA BARATTO PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

1661 JULIANY BEZERRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1657 JULIET OLIVEIRA DA SILVA ARQUITETO 120,00

1335 JULIETA MEDONÇA DA SILVA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

718 JULIETE GONÇALVES DOS REIS MIRANDA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

604 JULIO COLUSSI OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

3 JULIO FERREIRA DE OLIVEIRA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1031 JUMARA PEREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1189 JUNHO MARTINS DE SIQUEIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1631 JUNIO PEREIRA DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1941 JURACEMA OLIVEIRA SANTOS DE SOUZA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

1484 JURACI FRANCISCO DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1451 JUSCÉLIA FERREIRA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1078 JUSCELIO MENDES RODRIGUES BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

630 JUSSARA CARLOS DA SILVA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

86 JUSSARA MARIA MORAIS OLIVEIRA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - ZONA RURA 40,00

1287 JUSSARA MARTINS NOGUEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

987 JUSSIANE MOREIRA MARQUES GOMES PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

949 KAIREN LISLIELY MELO RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

69 KALLYTA SAMARA OLIVEIRA DE SO UZA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1379 KAREN JANNE SALLES SANTOS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1080 KAREN SAMPAIO BERTA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

356 KARINA SILVA PINHEIRO ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1067 KARINE DA SILVA LIMA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

1366 KARLA MARIANY PIMENTA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1837 KAROLAINE SCHWERTNER DE CARVALHO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

390 KASSIA RENOSTRO DUCATTI MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1383 KASSILA CONCEICAO FERREIRA SANTOS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

753 KATIANE FURTADO DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

15 KEDIMA MAIULUGUEDO XERENTE AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

1186 KEILA ADRIANA FREITAS KLEIN MÉDICO CLÍNICO GERAL 120,00

304 KEITIELI SOUZA DAS CHAGAS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1519 KELITA REGIANE PINTO CHANAN MERCER MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1905 KELLEN FERNANDA BASTOS DE PINHO ARQUITETO 120,00

1407 KELLI CRISTIANE MELO RODRIGUES OLIVEIRA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

319 KELLY SANDRA DE SOUZA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

694 KELLY TRINDADE DA SILVA PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1284 KELVIN WILKER MACÊDO DE OLIVEIRA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1391 KENED ALMEIDA MATOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1903 KENIA MARIA ARAUJO OLIVEIRA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1008 KÊNIA RODRIGUES MAZUTTI BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

404 KEURIA MARQUES DE OLIVEIRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1505 LAERTE CORREA DA SILVA RECREADOR 80,00

1958 LAIENE REIS AMORIM E SILVA ARQUITETO 120,00

1162 LAÍS BEZERRA BURIOL ROSAS BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

661 LARA TATIANE DE SOUZA PEREIRA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

486 LARISA SACCO ARQUITETO 120,00

1257 LARISSA BITTENCOURT SOARES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1824 LARISSA TORRES DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1175 LAUANE GOMES DE SA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

943 LAURA APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1170 LAURA KELLY HORTENCI DE BARROS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

856 LAURA MARIA RODRIGUES NASCIMENTO PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

156 LAUREMY ROSA DE LIMA MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

739 LAURIANO CICERO DA CRUZ MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1468 LEANDRA DE SOUZA AMARAL AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1947 LEANDRA GUNSCH AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

803 LEANDRO ALVES RODRIGUES MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

461 LEANDRO DAVI DEMSCHINSKI VIGIA 40,00

1187 LEANDRO DE MATOS SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

708 LEANDRO LUCIAN GONÇALVES FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1094 LEANDRO MACHADO DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1283 LEANDRO PEREIRA BATISTA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1211 LEANDRO PEREIRA PERES BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1299 LEIDE DUARTE DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

884 LEIDELENA MORAES LINS AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANS.COR 40,00

653 LEIDIANA GONÇALVES TEIXEIERA AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

437 LEIDIANE BARBOSA PEREIRA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

368 LEIDIANE FREITAS DE OLIVEIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

960 LEIDIANE IUCANIRO PAUKA RECREADOR 80,00

25 LEILA MARIA DA CRUZ RECREADOR 80,00

956 LEILA RIBEIRO DE AQUINO PSICÓLOGO 120,00

1542 LEIRSON FERNANDO VILALBA SILVA PSICÓLOGO 120,00

1940 LENIO VIEIRA BORGES ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1751 LEOMAR IDZAWIPETSEWA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

1380 LEOMAR LUIZ DA ROCHA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

941 LEONARDO BENEDETI RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

719 LEONARDO OLIVEIRA SILVA BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

681 LEONICE PEREIRA CERVANTE PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

442 LEONILDA ZACARIAS DOS SANTOS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ZONA RURAL 120,00

1370 LEONIR FILISBINO GONÇALVES MORBECK PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1229 LETICIA SANTOS SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1403 LETÍCIA SOARES VAZ DE SOUZA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1883 LEYNER TANI BENEVIDES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1332 LICINIO TSEREWAMO AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

854 LIDIA DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

981 LIDIANE MATOS DA COSTA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1856 LIDIO VIEIRA LUNA ROCHA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

582 LILIAN ALVES COELHO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1909 LILIAN PATRICIA GOMES DA SILVA PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

1319 LILIANE CRISTINA DA SILVEIRA BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

697 LINCOLN TABOSA BARTH ENGENHEIRO CIVIL 120,00

618 LINDOMAR BETTEGA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.EMO 40,00

384 LINDOMAR DAVID DE MORAES AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

698 LINDOMAR GALBIATI MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

158 LIOMAR CRUVINEL DE MORAIS FILHO TÉCNICO EM INFORMÁTICA 80,00

343 LOIDE TORMES GUSMÃO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

528 LORENA SILVA FREIRE BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1314 LOUREMBERG TSERENHINHOWA AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA XAVAN 80,00

1006 LUANA ESTEFANI NETO DA SILVA PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

1995 LUANA MARIA PEREZ PELACHIM BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1155 LUANA ROSA DA SILVA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

768 LUCAS DE SOUZA DA CUNHA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1641 LUCAS DOURADO DE ARAÚJO ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1508 LUCAS GONÇALVES BUENO ARQUITETO 120,00

1860 LUCAS KAINÃ BARRETO MACEDO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1438 LUCAS MACIEL DA SILVA SOUZA RECREADOR 80,00

131 LUCAS MOREIRA BRAGA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

869 LUCÉLIA ALVES GUEDES DE SOUSA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

322 LUCIA MARIA BARBOSA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

867 LUCIA RODRIGUES CAVALCANTE AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

902 LUCIANA AYALA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

2006 LUCIANA FERREIRA DOS SANTOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

2003 LUCIANA MARA DOS SANTOS E CARMO ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1166 LUCIANA MOREIRA FARIA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1077 LUCIANA MOREIRA FARIA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

896 LUCIANA VIANA DO AMARAL NUTRICIONISTA 120,00

36 LUCIANE TABYGUALO AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1268 LUCIANE WOLFART PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1437 LUCIANI SCHLEICHER AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

2000 LUCIANO ALVES DE BRITO ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1408 LUCIENE PEREIRA DA SILVA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

767 LUCIENE SERAFIM DE PONTES AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1112 LUCILARA FERREIRA CAMARGO ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

151 LUCILENE PEREIRA MARQUES CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

945 LUCILENE RIVAROLI AQUINO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1098 LUCIMARA TAEMI SAKO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

722 LUCINEI ALVES DE SOUZA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1185 LUCINEIA DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1442 LUCINEIA PEREIRA DA SILVA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1316 LUCINEIA SANTOS GUIMARÃES AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1117 LUCINETE FERNANDES BORGES AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

549 LUCIVANIA ALVES DA SILVA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1421 LUIS FELIPE LIMA VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1223 LUIZ ALFREDO DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA II - COLETOR D 40,00

1425 LUIZ ANTONIO DE MENEZES AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1893 LUIZ CARLOS MARTINS GULARTE VIGIA 40,00

609 LUIZ CARLOS SANTOS LOPES ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1238 LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1879 LUIZ FRANCISCO VIEIRA FILHO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS 60,00

1813 LURDES DOS REIS ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1039 LUZENIR CARDOSO DA SILVA CRAVEIRO ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1698 LUZIA APARECIDA DA SILVA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1504 LUZIA BEZERRA GONZAGA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

752 LUZIA DE FÁTIMA CAMPOS RIBEIRO ASSISTENTE SOCIAL 120,00

552 LUZIA FRANCISCA DE AGUIAR SILVA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

434 LUZIA IZABEL DE MORAES VIANA VIGIA 40,00

1169 LUZIANE TACHIBE MATUAWA AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

576 LUZIMARA TAFAREL ASSISTENTE SOCIAL 120,00

2013 LUZINEIA RIBEIRO BRITO DE MOURA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

77 LUZINETE RODRIGUES DE ARRUDA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1281 MABERSON BORGES LIMA MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

374 MADALENA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1984 MADALENA MARQUES MOURA RECREADOR 80,00

1672 MAGDA APARECIDA DOS SANTOS VIDORI AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

692 MAIARA BOFFE AGOSTINETTO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1051 MAICON BONET PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

928 MAÍRA LÁZARA DE OLIVEIRA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

755 MAIRA MARQUES AMORIM AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

746 MALLU GABRIELE DOS SANTOS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

141 MANOEL ALVES DE MELO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

439 MANOEL MAIKIBE PACUARE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1363 MANOEL NETO VIEIRA DE BARROS AAE II - MOTORISTA 80,00

559 MARCELINA PEREIRA DOS SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

122 MARCELLY SILVA MOREIRA NUTRICIONISTA 120,00

56 MARCELO AGUILAR TÉCNICO DE ENFERMAGEM -ZONA RURAL 80,00

647 MARCELO BRAZ VENUTI AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

133 MARCELO RODRIGUES DE JESUS MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

279 MARCIA AIZA NOGUEIRA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

285 MARCIA APARECIDA SOUZA ROCHA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1365 MARCIA APARECIDA VILODRES BORGES PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1642 MARCIANE MARAFON BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

10 MARCILENE SOUZA DOS SANTOS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1317 MARCIO AIZZA NOGUEIRA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1412 MARCIO ALEXANDRE GALLO GIMENEZ AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1707 MARCOS DIAS MARQUES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

479 MARCOS DIONI RIBEIRO DE FARIA TÉCNICO EM INFORMÁTICA 80,00

1718 MARCOS FÉLIX DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

662 MARCOS SANTOS DO AMARAL VIGIA 40,00

1345 MARCOS VINICIUS SANTIAGO ENGENHEIRO CIVIL 120,00

524 MARCUS VINICIUS DE SOUZA VIGIA 40,00

31 MARGARETE ALVES DE SOUZA ARQUITETO 120,00

1192 MARIA AELCIA SOARES DOS SANTOS PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1963 MARIA ANTONIA MESQUITA DA SILVA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1291 MARIA APARECIDA ALMEIDA FERREIRA VIGIA 40,00

828 MARIA APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1453 MARIA APARECIDA JACOB BRAGA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

121 MARIA APARECIDASILVESTRE SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

206 MARIA AUXILIADORA DE MORAES AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1665 MARIA BRASILINA FERREIRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

2024 MARIA CARDOSO DOS SANTOS TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ZONA RURAL 80,00

1300 MARIA DAS MERCES DE FREITAS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1198 MARIA DAS NEVS LIMA DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1936 MARIA DE FATIMA DUARTE COSTA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

860 MARIA DE FÁTIMA LEOPICI PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1499 MARIA DE FATIMA PEREIRA DE OLIVEIRA VIGIA 40,00

1085 MARIA DE FATIMA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

1702 MARIA DE FÁTIMA SILVA DE SO UZA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1040 MARIA DE LOURDES BEZERRA DE OLIVEIRA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1839 MARIA DE LOURDES CAMPOS MADUREIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1474 MARIA DE LOURDES DE AGUIAR MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

1404 MARIA DE LOURDES FERREIRA DE SOUZA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

8 MARIA DE NAZARÉ DE LIMA CONCEIÇÃO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

416 MARIA FERREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

308 MARIA HELENA GLORIA DA PAIXAO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

45 MARIA HELENA GOMES PEREIRA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

82 MARIA IVONE ARAUJO RODRIGUES ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1400 MARIA JOSE ALVES FERREIRA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

876 MARIA JOSE DA SILVA DO NASCIMENTO AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1899 MARIA JOSE OLIVEIRA DE JESUS AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1648 MARIA MADALENA LUCIANA DE PAULA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

503 MARIA PATRICIA DA SILVA E SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

30 MARIA PEREIRA CAVALCANTE PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

219 MARIA PEREIRA DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

626 MARIA ROSA VILELA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

632 MARIA ROSALIA AZEVEDO FERNANDES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1472 MARIA ROSIELDA FREITAS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

57 MARIA TEREZA MARTINS VALADAO DE DEUS ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1413 MARIANA APARECIDA MARQUES BRAGA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

506 MARIANA DE SOUZA FRANCO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

627 MARIELZA ALVES DA SILVA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

491 MARILDA DOS SANTOS BARBOSA LOPES RECREADOR 80,00

1783 MARILEI PEREIRA DA SILVA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1817 MARILEI PIRES PEREIRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

316 MARILENE DE SOUSA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

2007 MARILEUSA SILVA SOUSA ELETRICISTA DE REDE 60,00

847 MARILU SEBASTIANA SURUBIM DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1086 MARILZA CHAVES VIANA DAVID AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

21 MARILZA DOS SANTOS AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

192 MARILZA PEREIRA CAVALCANTE CARDOSO AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

454 MARINALVA APARECIDA MACAUBA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1621 MARINALVA DOS SANTOS EPPING PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

670 MARINALVA KALUQUE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1282 MARINEIDE ARAUJO SILVA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

779 MARINEIZ DE SOUZA GOMES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1717 MARINES BARBOSA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

16 MARINETE FELIX DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

9 MARINHO ULUCO XERENTE PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ÁREA INDÍGEN 120,00

740 MARIO FLAVIO DE SOUZA VIGIA 40,00

1334 MARIO SAGUMA FILHO AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

533 MARISTELA CERETTA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1053 MARIVÂNIA CHAVES DAVID MONTALVÃO AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1052 MARIZETE ALVES DE ALMEIDA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1424 MARIZETE MACHADO MENEZES RECREADOR 80,00

566 MARJORY MULLER MENEZES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1974 MARLENE APARECIDA DA SILVA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1244 MARLENE GONÇALVES DA SILVA SANTOS AAE I -MERENDEIRA - MUNICÍPIO 80,00

1789 MARLETE LUIZA DOURADO CHOI PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1092 MARLI AZAMBUJA BERNADON PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

766 MARONILDE MIRANDA INACIO PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1239 MARTEMILDES CHAVES SOUZA CARVALHO AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1172 MAURÍCIO NAZARENO DE OLIVEIRA TÉCNICO EM INFORMÁTICA 80,00

96 MAURILIO MAIKUMA MONARI TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

1020 MAURIZIA ALVES DA SILVA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1076 MAYARA CRISTINA RAMOS DE OLIVEIRA RECREADOR 80,00

1515 MAYKO FERREIRA DE SOUZA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1999 MICHAEL DIONE BONATTI ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1757 MICHAEL WILLIAN SILVA SOUZA VIGIA 40,00

1043 MICHELE PANCOTTE PSICÓLOGO 120,00

877 MILLER AMARE MAETAWA AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1796 MILTON SODRÉ FERREIRA JUNIOR AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

314 MIRANEIVA MEOCA XERENTE AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

776 MIRIAN DA SILVA MAGALHAES VIGIA 40,00

1992 MIRIAN ALVES VEIGA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1415 MIRIELI CARDOSO DOS SANTOS BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

829 MISAEL DOS SANTOS ROSA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

112 MOANE APARECIDAAGUIAR DA SILVA MATTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

798 MOISES RODRIGUES DA LUZ AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

786 MONARA SOARES DE CAMPOS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1797 MONICA VIANA DOS SANTOS FRASSON ASSISTENTE SOCIAL 120,00

782 NABOR DOS REIS MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1023 NÁDIA SUELLEN VAREIRO VIDAL ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

11 NAIARA ROSA NOGUEIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

793 NAIDE DIAS DE OLIVEIRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

432 NAIR KIAWALO PACUARE AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

1038 NALVA FERREIRA DOS SANTOS AAE I -MERENDEIRA - MUNICÍPIO 80,00

1338 NARIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

986 NATALIA ANDRESSA SILVA GOMES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

32 NATALIA DOS SANTOS PONTES VIGIA 40,00

688 NATANAEL FERREIRA DO NASCIMENTO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1502 NATHIELI ARAUJO DOMINGOS BARATTO ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1736 NAYARA LORAYNE ROSA LIMA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1920 NECIL DO ROSARIO PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

984 NEIDE BASTO DA SILVA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

5 NEIDE DOS SANTOS PINHO AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

778 NEIDE GLORIA DE OLIVEIRA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

596 NEILA BÁRBARA ALVES OLIVEIRA PSICÓLOGO 120,00

907 NEILIZANDRO GODINHO FABIAN AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

789 NEIRY SILVA FREITAS ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1099 NELI MARIA VARGAS AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

413 NELMA COSTA GONÇALVES AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1843 NELMA DIAS DE MORAES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1203 NELSON AVELINO DA SILVA AAE II - MOTORISTA 80,00

1628 NELSON GOMES PEREIRA JUNIOR AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

391 NELSON PAULINO DANTAS MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

99 NEODIR GOULARTE ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

446 NEY SOARES PONTES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1927 NICIÉLIA MARQUES SOARES NECKEL AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1199 NILCE GOMES CORDEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

667 NILMA BONFIM LOPES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1148 NILVA BONFIM LOPES RECREADOR 80,00

830 ODAIR FERNANDES TONDORF AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

1715 ODENIL ALCÂNTARA DA SILVA ARQUITETO 120,00

850 ODERLÉIA APARECIDA GOMES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1970 OGUIVALDO FRANCISCO DE QUEIRÓZ MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1184 OLAVO BRAZ TSERE'URA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

671 OLEANE DA CONCEIÇÃO SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1524 OLGA IVONE BAMBERG PROFESSOR B -PEDAGOGIA - ZONA RURAL 120,00

1975 OLGA MARIA FRANCO CAZADEI PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

929 OLINDA RODRIGUES DOS SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

551 ORCELINA GOMES DOS SANTOS AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

2005 OSLAINE RODRIGUES DE SOUZA CHAGRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

164 OSMAR SANTANA DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

762 OSMAR TSEBUIWE AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

638 OSVALDINA RIBEIRO DE SOUZA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1816 OSVALDO RIOS LEANDRO ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1273 OZIENE PIMENTA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1354 PABLO HENRIQUE MORAIS PEREIRA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1011 PABLO PEREIRA AMORIM AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

294 PABLO RIET CORREA RIVER0 MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1629 PABLO VINICIUS KRAMER LAGO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1735 PAMELA STEFANNI DA CRUZ ARRUDA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1373 PATRICIA DE JESUS ANDRADE AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

717 PATRICIA DOS SANTOS PEREIRA PSICÓLOGO 120,00

1916 PATRICIA GISELA TEODORO AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANS.COR 40,00

1352 PATRICIA MACEDO CARLINI CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

578 PATRICIA MARIA DE SOUZA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1243 PATRICIA STOCCO ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

262 PATRICIA TELLES DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

41 PATRICIA VITALINA DOS SANTOS TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

759 PAULA CRISTINA XAVIER ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1541 PAULA DAL PIVA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

311 PAULO ARTUR DA SILVA DIAS ENGENHEIRO CIVIL 120,00

1079 PAULO FERREIRA PINTO VIGIA 40,00

1579 PAULO ISIDORO ALVES DIAS ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1127 PAULO JUAREZ DA SILVA MERTZ AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1062 PAULO PEREIRA DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1612 PECIVAL BARBOSAA DOMINGOS MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1561 PEDRO ADAUTO DAVID DA SILVA VIGIA 40,00

565 PEDRO PAULO GOMES FERREIRA DE MENDONÇ AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1790 PETRONILA CONCEIÇÂO DA CRUZ AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1481 POLIANA ALCANTARA DO NASCIMENTO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

841 POLIETE RODRIGUES LIMA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1245 PRISCILA STOCCO PSICÓLOGO 120,00

1675 RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA RECREADOR 80,00

453 RAFAEL LEAL RUFINO MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1972 RAFAEL SCHIO MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

334 RAFAELA ANDRADE WARMELING AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

258 RAFAELA LOPES FAUSTINO PSICÓLOGO 120,00

1297 RAFAELLY OLIVEIRA VIANA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1046 RAIANE ALMEIDA DE OLIVEIRA RECREADOR 80,00

1575 RAIANE GOMES OLIVEIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1731 RAIANY MIRELLY BORGES GOMES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

977 RAIELI CAMILA DA SILVEIRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

916 RAIMUNDA CLEUMA MEDEIROS DA SILVA AAE I-AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS -ZONA 80,00

891 RAIMUNDA FERREIRA DA CRUZ SILVA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

417 RAMINS TSEREWAWA'AWE TSAEMOWA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

2018 RAQUEL GOMES PEREIRA VIGIA 40,00

511 RAQUEL PEREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1159 RAQUEL ROCHA MELO DE SOUZA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

558 RAY PONTES DA SILVA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1331 REGINA MOREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

500 REGINA RODRIGUES PEREIRA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1093 REGINA SANTANA QUEIROZ DE ARAUJO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

407 REGINALDO DE SOUSA MEDEIROS MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

970 REGINALDO MARADA BU AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

261 REINALDO GONÇALVES FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

686 REINALDO PEHOIREMRAMIWA AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA XAVAN 80,00

747 REJIANE GONCALVES STEFFLER AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1708 RENAN ANTONIO ANGELIM RODRIGUES AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1285 RENATA DE OLIVEIRA PINHEIRO MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1270 RENATO DI LORETO MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1662 RENATO VICTOR VASCONCELOS NOGUEIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

730 RICARDINHO WAPTSU AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

475 RICARDO RODRIGUES DA SILVA OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

1918 RICARDO RODRIGUES DA SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1756 RICHARD PAULO SILVA SOUZA VIGIA 40,00

76 RILEY PYANRU PERUARE AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

386 RITA FRANCO FERNANDES ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

1254 RITTIELLY BORGES MACAUBAS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

231 ROBERTA MARIA FERREIRA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1278 ROBERTO AGUIAR DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1433 ROBERTO TAVEIRA PSICÓLOGO 120,00

962 ROBSON CAMPOS MONTALVAO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1764 ROBSON RUY OLIVEIRA BARBOZA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1158 ROCHELLY BATISTA DE MOURA MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

1074 RODRIGO ALVES MACIEL AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

881 RODRIGO DE CAMPOS ARRUDA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

415 ROGERIO TSERENHITIRU VIGIA 40,00

684 ROGUINEI SILVA DE OLIVEIRA VIGIA 40,00

1019 ROMARIO RSIROBOWE AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

591 RONAIR ALVES DOS SANTOS AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1913 RONAIR DOS SANTOS AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

1371 RONALDO FERREIRA DOS SANTOS VIGIA 40,00

53 RONIEL ADAILTON DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

704 RONNE KLEY PEREIRA DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1110 ROSA MARIA PEREIRA DOS SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1134 ROSA MARIA SANTOS MAIATE PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

18 ROSALINO PEREIRA DE JESUS AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

438 ROSANA MATIAS DE ALMEIDA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

169 ROSANE GONZATO ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

764 ROSANGELA DE SOUSA DUTRA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

448 ROSANGELA QUEIROZ MARTINS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

327 ROSEANE IMALO PEDROSO DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

572 ROSEMBERG FERREIRA DA SILVA AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

191 ROSEMEIRE DA SILVA MENEZES AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1016 ROSENI DOS SANTOS SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

932 ROSENILDA UMBELINA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

2014 ROSIANE MATIAS DOS ANJOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1501 ROSIANE MATILDE TREVISAN PIRES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

137 ROSICLÉIA MARIA DE OLIVEIRA VIGIA 40,00

1323 ROSILAINE FRANCISCA BORGES AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

1171 ROSILENE PAURAKU TAUKAI AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

895 ROSIMARY DE SOUZA GONÇALVES LEITE AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

436 ROSIMEIRE DE MORAES VIANA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1218 ROSIMEIRE GONÇALVES MARTINS RECREADOR 80,00

1064 ROSIMEIRE MATIAS DE ALMEIA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1293 ROSIMERE ADRIANA PETRY AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

878 ROSIMEYRE GONÇALVES DA SILVA FELTRIN PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1312 ROSINDA AUXILIADORA MACHADO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

148 ROSINEIA KOPIOLSKI AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANS. COR 40,00

545 ROSINEIDE SOUZA DA CRUZ AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

467 ROSINETE DA SILVA CORRÊA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

810 ROZANIA GOMES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

7 ROZELI ALMEIDA DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1206 RUBENS DA SILVA FERREIRA ARQUITETO 120,00

889 SALOMÃO HENRIQUE AFONSO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

328 SAMIA PORTONEL GARCIA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

306 SANDRA APARECIDA DA COSTA SILVA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

879 SANDRA APARECIDA FERREIRA PINTO. PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

513 SANDRA BORGES PEREIRA PERUCHINI CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1376 SANDRA DA COSTA GONÇALVES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

108 SANDRA FERREIRA DE ALMEIDA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

672 SANDRO LUCIO PACUARE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1486 SARA DANIELA TEIXEIRA RIBEIRO ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1197 SEBASTIANA APARECIDA DE SOUZA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

866 SEBASTIANA DA SILVA MO TA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

1022 SEBASTIÃO ANASTACIO DA SILVA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

834 SEBASTIAO CAMPOS SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

394 SEBASTIAO GARCIA DA SILVA AAE II - MOTORISTA 80,00

1145 SECILMA SILVA DOS SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

301 SELCIANE ARAUJO DOS SANTOS AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1191 SELMA LUCIA CABRAL SILVEIRA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

487 SENILO JOSE BORGES QUINTILIANO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1120 SERGIO ALEX RODRIGUES LIMA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1356 SERGIO FASSICOLO AAE II - MOTORISTA 80,00

966 SERGIO MENDES DE SOUZA VIGIA 40,00

794 SERGIO RANDERSON CORREA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

598 SHEILA CARLOS DOS SANTOS CAROLLO ASSISTENTE SOCIAL 120,00

37 SHIRLE DA SILVA LEITE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

955 SIBELY APARECIDA GOMES DA CRUZ PSICÓLOGO 120,00

2004 SIDINEIA ALVES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

951 SIDONIA HARDT PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1037 SIGNEY FRANCISCO DOS SANTOS AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

2009 SIGNEY FRANCISCO DOS SANTOS VIGIA 40,00

756 SILAS TSEREBURÃ AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

516 SILBENE DE ARRUDA DA SILVA TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ZONA RURAL 80,00

502 SILMAR SANTOS DE ALMEIDA ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

72 SILVANE REGINA FABRIN AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1342 SILVANIR ANDREA DA SILVA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

683 SILVANO RITITOPTI AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-ÁREA 80,00

256 SILVIA MARIA DE MORAIS CORTE PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

911 SIMONE DIONISIO DA SILVA MÉDICO CLÍNICO GERAL 120,00

1712 SIMONE DUARTE RIBEIRO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1710 SIMONE LEITE DA SILVA AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

218 SIMONY ADRIANA DALLETEZZE PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1406 SINELUCIA NUNES ALVES BARAUNA RECREADOR 80,00

140 SIRLENE OLIVEIRA DE SOUSA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1130 SIRLEY DE OLIVEIRA FARIA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

428 SIVALDO NERY DE OSUZA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA II - COLETOR D 40,00

820 SOLANGE FÁTIMA VARGAS PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1467 SOLANGE XAVIER FERREIRA VIGIA 40,00

1423 SOLANGELA FERREIRA DE SOUZA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

842 SONIA PAULA DE FREITAS AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

640 SONIA TEREZINHA RODRIGUES LANGNER AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1005 STEPHANY SANTOS PINTO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

488 SUELI APARECIDA DA SILVA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1219 SUELLEN CRISTINA DA SILVA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1762 SUELY RODRIGUES DIAS CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

848 SUSIANE PILAR AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1607 SUZETE APARECIDA MONTANHER AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

447 SUZIANNE LIMA FEIJO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1850 TAINAN YAMAIRO MONARI AAE I -TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFA 80,00

75 TAISI ATAMENALO XERENTE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1048 TALITA GOMES DE SOUZA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1448 TAMIRES CRISTINA FIUZA VELHO SANTOS PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

924 TANIA GORETI MUNIZ ASSISTENTE SOCIAL 120,00

392 TANIA XUNAKALO KUIWYRE AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

1627 TANIELLE STEFANI FERREIRA DO AMARANTE AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1298 TATIANE DA SILVA FOLLY RECREADOR 80,00

1546 TATIANE KAROLINE BASSANI PRZYVITOSKI NUTRICIONISTA 120,00

818 TATIANE PEREIRA SANTANA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

405 TATIANE SAMARA MARQUES AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

1034 TATIANI VIEIRA DA SILVA VIGIA 40,00

1476 TAYZA FRANCISCAALVES DE MORAES TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II 80,00

542 TELMA MARIA ALVES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

817 TELMO MOREIRA MAGALHAES MÉDICO ORTOPEDISTA 120,00

1301 TEMER JOSÉ MACIEL AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II 80,00

1009 TEREZINHA CAMPOS ROSA ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1987 TEREZINHA GARCIA DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1174 THAILA CRISTINA DA SILVA NUNES AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

745 THAÍS ALVES DOS SANTOS AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

149 THAIS ANTUNES MACHADO ASSISTENTE SOCIAL 120,00

1036 THAIS LOPES DE ANDRADE RECREADOR 80,00

273 THAIS SILVA AMORIM RECREADOR 80,00

196 THAYS DAVID FIGUEIREDO RECREADOR 80,00

957 THIAGO AIAMARI KAVOPI PSICÓLOGO 120,00

947 THIAGO DA CRUZ BORGES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1985 THIAGO VOGEL AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1107 TÔNIA ANDREIA LOCATELLI DA SILVA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1634 TUAINY ALMEIDA SOUSA DE OLIVEIRA BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

1682 UELINTON VIERA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

743 UENISON GOMES GUIMARAES BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

705 UIARA DE FREITAS GROSSI BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO 120,00

43 USNAIARA DA VEIGA RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1649 VAGNER CIRILO DE SOUZA VIGIA 40,00

677 VALBER ARUPARE KUIWYRE ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓG 80,00

950 VALDECY BARRETO DOS SANTOS MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

470 VALDEIR KAIAHO ITAMARE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1892 VALDEIR TEIXEIRA DE ARAUJO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1348 VALDELI DA SILVA RIBEIRO PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

797 VALDEMAR ANTONIO XERENTE AAE I -AGENTE DE SERV. GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

954 VALDEMIR DE SOUZA BRITO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

711 VALDEMIR GOMES COIMBRA AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

1592 VALDEMIR PEREIRA RAMOS MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

1024 VALDENICE DE LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

423 VALDENICE SERUQUE AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

1232 VALDESON RODRIGUES SILVA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1368 VALDEVIR PERES ORLANDO PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

507 VALDIRA RODRIGUES DE ALMEIDA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

1767 VALDIRENE SERAFIM DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1224 VALDOIRO PAIZANO LEITE MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE 40,00

485 VALDOMIRO TSAPRU VIGIA 40,00

1982 VALERIA ANAVIDORI VIGIA 40,00

546 VALERIA WA''UTOMOHODZA OI IPETSEDI AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA XAVAN 80,00

252 VALMIR MUREA RONDON AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

87 VALQUIRIA APANUMAGALO AAE I -MERENDEIRA - ÁREA INDÍGENA BACAIR 80,00

375 VALQUIRIA RODRIGUES DE ALMEIDA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

579 VALTUIRA PEREIRA DE CARVALHO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

649 VANDA CURICO SEIGALO AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

88 VANDECLEIA DO NASCIMENTO RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1493 VANDER CEZAR GONÇALVES SOUZA PROFESSOR B - EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

183 VANDERLEIA ALVES XAVIER ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1322 VANDERLEIA TAVARES PEREIRA NUTRICIONISTA 120,00

969 VANELI CRISTINA TREVISAN AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

721 VANESSA CONCEIÇAO DOS SANTOS SILVA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1990 VANESSA CRISTINA DIAS SEABRA CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

1104 VANESSA DA VEIGA SILVA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

512 VANESSA GODOI DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1478 VANESSA GOMES LOIOLA AAE I -AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUN 80,00

1521 VANESSA GRACIELA OLIVEIRA SILVA ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1188 VANESSA GRUSKI ENFERMEIRO PADRÃO 120,00

1604 VANESSA MARIA GOMES DA SILVA VIGIA 40,00

400 VANESSA SILVA AMORIM RECREADOR 80,00

937 VANESSA SIMÕES LEITE PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1208 VÂNIA ELDA NOGUEIRA TÉCNICO EM LABORATÓRIO 80,00

80 VANIA GOMES DE OLIVEIRA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO 40,00

515 VARCI ALVES DOS SANTOS TÉCNICO DE ENFERMAGEM -ZONA RURAL 80,00

271 VENICIO SILVA AMORIM PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1997 VERA LUCIA BRITY FERNANDES PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1360 VERA LUCIA RIBEIRO CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

585 VERIDIANA BEATRIZ HIPPLER RECREADOR 80,00

1844 VICTOR HUGO DA SILVA VIGIA 40,00

526 VIKTOR PAULO ALVES ARRUDA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

915 VILSIANE SEAWRIGHT CUIDADOR DE CRIANÇAS 80,00

772 VINICIUS GONZALES CARDOSO ENGENHEIRO CIVIL 120,00

155 VIRGILIO PEREIRA DE FRANÇA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO 40,00

1919 VIRGINIA PEREIRA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

903 VISVANIA RAMOS VEIGA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I 60,00

1793 VITOR CEZAR DA SILVAANFILOFEV AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

535 VITORIA FEITOSA SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1202 VITORIA SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

518 VIVIAN MICAELLI STACKE AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

1616 VLMA RIBEIRO DE SOUSA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI 40,00

388 WAGNER FERREIRA DE SOUSA GOMES AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA 40,00

1235 WALTER JUNIOR VIDORI PROFESSOR B -EDUCAÇÃO FÍSICA 120,00

370 WALTER SEBASTIÃO PAULA DA SILVA PROFESSOR B - PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

784 WANDERLEI VIEIRA CASSIMIRO AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

1734 WEBERSON DE VALOR DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

38 WEILA CARVALHO DE MORAES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

213 WELKER FERREIRA SANTANA PSICÓLOGO 120,00

1049 WELLINGTON DOUGLAS DE SOUZA VIGIA 40,00

1108 WELLINGTON SALES DA SILVA VIGIA 40,00

387 WELMES DE ARAUJO SOUZA ELETRICISTA DE REDE 60,00

1869 WESLEY DA SILVA MELO AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

887 WESLEY GABRIEL DA SILVA AMARAL AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SAN 80,00

843 WESLEY VILELA TEIXEIRA ELETRICISTA DE REDE 60,00

79 WESTILEY WAINE FREITAS DE MORAES AGENTE ADMINISTRATIVO II 80,00

189 WEVERSON BRANDAO MIRANDA PASSOS OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG.E MO 40,00

1772 WILLIAM GARCIA DA SILVA PROFESSOR B -PEDAGOGIA - MUNICÍPIO 120,00

1182 WILLIAM MANUEL PAIAKUARE XERENTE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

1600 WOLFGANG CESAR RESENDE WIMMER MÉDICO VETERINÁRIO 120,00

431 ZENAIDE NIMEIELO PACUARE AAE I -AGENTE DE SERV.GERAIS-ÁREA INDÍG 80,00

Qtde 1235 Total 102.300,00

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Candidatos Isentos - Deferidos

Inscrição Nome do Candidato Cargo Motivo

67 SONIA CARDOSO DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL P N E

166 TÂNIA SOUZA DE ALMEIDA ASSISTENTE SOCIALDOADOR DE SANGUE

233 CARIN CRISTINA GUNSCH ASSISTENTE SOCIALDOADOR DE SANGUE

331 MARIA JOSÉ PEREIRA SALDANHA ASSISTENTE SOCIALDESEMPREGADO

481 ROZILDA SOARES RODRIGUES ASSISTENTE SOCIALCAD -ÚNICO

4 MARIZETE VILELA MACHADO ENFERMEIRO PADRÃOCAD -ÚNICO

288 KÁTIA MORAIS DIAS ENFERMEIRO PADRÃODOADOR DE SANGUE

496 FABIANE ALVES OLIVEIRA ENFERMEIRO PADRÃODESEMPREGADO

125 ANGELITA FELIPE NUNES PSICÓLOGODESEMPREGADO

654 REGINEY LUCIA NUNES RIBEIRO PSICÓLOGOCAD -ÚNICO

656 APARECIDA DE JESUS DOS SANTOS PSICÓLOGODESEMPREGADO

666 ANDRÉ BARROS DE ARAUJO PSICÓLOGOCAD -ÚNICO

1 IVONILDO PUTTOV PROFESSOR B - EDUCAÇÃO FÍSICADESEMPREGADO

330 MARLETH MARTINS PEREIRA AAE I - MERENDEIRA - MUNICÍPIOHIPOSSUFICIENTE

118 CLEBER PEREIRA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO IICAD -ÚNICO

217 ROSINEIA MARQUES DIAS AGENTE ADMINISTRATIVO IIDESEMPREGADO

313 LLUCIRENE LIMA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO IICAD -ÚNICO

333 ALINE CÉZAR DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO IIDESEMPREGADO

494 LUCIANA DE ALMEIDA LOPES AGENTE ADMINISTRATIVO IIDESEMPREGADO

495 LUCELIAPAMELA TORIANI DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO IIDESEMPREGADO

570 MARIANE VILELA DE SOUSA AGENTE ADMINISTRATIVO IIDESEMPREGADO

601 MARINALVA ALVES NUNES AGENTE ADMINISTRATIVO IIDESEMPREGADO

619 DANIELA BALBINO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO IIDESEMPREGADO

180 LUCILENE PEREIRA DE OLIVEIRA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIADESEMPREGADO

290 SALVADOR EVANGELISTA DA SILVA AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIADESEMPREGADO

145 VERA LUCIA LIMA FERREIRA AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃOCAD -ÚNICO

342 IMAIARA SANTANADOS SANTOS PEROBA AGENTE DE VIGILÂNCIAE FISCALIZAÇÃODOADOR DE SANGUE

642 ANTONIETA VILELA KOWALEWSKI AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃODOADOR DE SANGUE

445 NEIDE RODRIGUES DA CRUZ ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTODOADOR DE SANGUE

527 MONICA DE CAMPOS GONÇALVES CUIDADOR DE CRIANÇASDESEMPREGADO

531 KELLI PEREIRA FERNANDES CUIDADOR DE CRIANÇASDESEMPREGADO

575 CLEONILDA MACHADO DE OLIVEIRA RECREADORDESEMPREGADO

472 VERONICA ALBINO SARINS TÉCNICO EM INFORMÁTICACAD -ÚNICO

422 BEATRIZANDRADE DE SOUZA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICDESEMPREGADO

510 LUCIA SILVA DE LIMA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICDOADOR DE SANGUE

589 SANDRA BASTO DA SILVA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICHIPOSSUFICIENTE

673 OCRESINA DE SOUZA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICDESEMPREGADO

675 SIMONI DIAS MACHADO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICDESEMPREGADO

525 ALINE LIMA DA SILVA AGENTE DE SERV. GERAIS-(CASA TRANSDOADOR DE SANGUE

548 IVANI DA SILVA FELIX AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARICAD -ÚNICO

668 MARIA APARECIDA DA SILVA AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARICAD -ÚNICO

430 FLAVIO SILVA SOUZA MOTORISTA DE VEÍCULO PESADODESEMPREGADO

147 VALDINA DAVI DA SILVA VIGIADOADOR DE SANGUE

225 CLEONICE CANDIDA DA SILVA VIGIACAD -ÚNICO

Qtde 44 Total 3.600,00

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N 142/2015

PORTARIA Nº 142/2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos para o Servidor Público Municipal o **Srº. DORIVAN LIMA RIBEIRO**, Matrícula 28, portador do RG sob o nº 871097SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 550.616.641-91, ocupante do Cargo Efetivo AGENTE **ADMINISTRATIVO I**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento do Servidor.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DA LICENÇA
2006/2011	01/07/2015 á 29/09/2015

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paranatinga-MT, 01 de Julho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N 143/2015

PORTARIA N° 143 DE 01 DE JULHO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Exonerar o Srº. ELTON CAETANO DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o n°004.619.561-01, e portador do RG sob o nº 15636305SSP/MT, do Cargo Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devido o mesmo ter infringido os artigos 127, § 2º, artigo 203, inciso I e artigo 204, inciso IX, da Lei de nº 024 de 08 de dezembro de 1.997.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de julho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

DIVULGA LOCAL DA PROVA OBJETIVA

A Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2015, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a aplicação da prova objetiva no dia *05 de julho de 2015*,

RESOLVE:

I – Divulgar a relação dos candidatos regularmente inscritos no Concurso Público nº. 001/2015 por local de provas para conhecimento dos interessados;

II – Informar aos candidatos que a prova objetiva será realizada no **período matutino, com duração de**

três

horas, sendo que o portão será fechado às 08h00min, impreterivelmente (horário local de Paranatinga ‐ MT), devendo os mesmos comparecer

no local indicado com

antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos, portando documento original

de identificação, caneta esferográfica azul ou

preta transparente;

III – Alertar que aqueles que chegarem após o horário especificado acima não adentrarão ao local de prova para se submeter ao concurso público;

IV – Ressaltar que as informações contidas no cadastro de inscrição como: Nome, CPF, RG, Data de Nascimento e Endereço são de inteira responsabilidade do candidato, isentando a empresa executora do concurso público de qualquer culpa;

V – Comunicar aos inscritos nos cargos de Ensino Médio, Fundamental Completo e Incompleto que as provas práticas serão aplicadas somente para os candidatos classificados na prova objetiva conforme cronograma de execução do certame.

Paranatinga ‐ MT, em 01 de Julho de 2015.

Vilson Pires

Prefeito Municipal

Graciela Azevedo Oliveira

Presidenta da Comissão Organizadora do Concurso Público N.º 001/2015

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 - CENTRO

001 ARQUITETO

Sala: 01

08:00 às

11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	AFONSO GORGES NETO	00281
2	BRUNA CAMPOS	00725
3	DANIEL FRANCIS DIONEZIO	01033
4	FELIPE DA SILVA MAGALHÃES	01849
5	GUIOMAR PRIAMO	00971
6	JONATHAM RODRIGUES TAVARES DO NASCIMENTO	00071
7	JORGIANNE DE ALMEIDA CALDEIRA	01306
8	JULIET OLIVEIRA DA SILVA	01657
9	KELLEN FERNANDA BASTOS DE PINHO	01905
10	LAIENE REIS AMORIM E SILVA	01958
11	LARISA SACCO	00486
12	LUCAS GONÇALVES BUENO	01508
13	MARGARETE ALVES DE SOU ZA	00031
14	ODENIL ALCÂNTARA DA SILVA	01715
15	RUBENS DA SILVA FERREIRA	01206

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 - CENTRO

002 ASSISTENTE SOCIAL

Sala: 01 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADRIANE BATISTA DE ALMEIDA	01853
2	AMANDA CANDIDA MOREIRA DE LIMA	00505
3	BRUNA FERNANDA BORGES	00920
4	CARIN CRISTINA GUNSCH	00233
5	CIRLEI MARIA DALMAS HOPPE	01124
6	CLEUSA MARIA JOSÉ NUNES	00801
7	DIVINA FERREIRA CAMARA DE JESUS	00221
8	ELENITA CEL ANT MARCON	00982
9	ELIANEIDE PEREIRA DE MIRANDA	01133
10	EMILIO TEODORO RECKZIELGEL DA SILVA	01054
11	GALDIA NUBIA RIBEIRO	01890
12	HELENA RUFINA DA SILVA REINISCH	01942
13	ILIANE BARBOSA DE SOUZA PINTO	00100
14	IRACEMA DONATA DE OLIVEIRA	01035
15	JAMILTON NERY DE OLIVEIRA	00013

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 - CENTRO

002 ASSISTENTE SOCIAL

Sala: 01 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	JOSIMARA BATISTA DE CAMPOS	01770
2	JOVANIR NARDES	01308
3	JULIETE GONÇALVES DOS REIS MIRANDA	00718
4	KARINA SILVA PINHEIRO	00356
5	KENIA MARIA ARAUJO OLIVEIRA	01903
6	LEIDIANE BARBOSA PEREIRA	00437
7	LUCINEI ALVES DE SOU ZA	00722
8	LUIZ CARLOS SANTOS LOPES	00609
9	LURDES DOS REIS	01813
10	LUZENIR CARDOSO DA SILVA CRAVEIRO	01039
11	LUZIA DE FÁTIMA CAMPOS RIBEIRO	00752
12	LUZIMARA TAFAREL	00576
13	MARIA IVONE ARAUJO RODRIGUES	00082
14	MARIA JOSÉ PEREIRA SALDANHA	00331
15	MARIA TEREZA MARTINS VALADAO DE DEUS	00057
16	MONICA VIANA DOS SANTOS FR ASSON	01797
17	NEIRY SILVA FREITAS	00789
18	OZIENE PIMENTA	01273
19	RONNE KLEY PEREIRA DA SILVA	00704
20	ROZELI ALMEIDA DA SILVA	00007

21	ROZILDA SOARES RODRIGUES	00481
22	SHEILA CARLOS DOS SANTOS CAROLLO	00598
23	SONIA CARDOSO DA SILVA	00067
24	TANIA GOR ETI MU NIZ	00924
25	TÂNIA SOUZA DE ALMEIDA	00166
26	TEREZINHA CAMPOS ROSA	01009
27	THAIS ANTUNES MACHADO	00149

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 - CENTRO

003 BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO

Sala:02 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADRILA ALVES GOMES	01463
2	ALINE JARDIM DE LIMA DE SÁ TELES	00345
3	ANA JULIA PRADO ASSIS	01346

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 - CENTRO

003 BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO

Sala: 02 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANA PAU LA PINHEIRO PEREIRA SILVA	01632
2	AQUÉSIA LOURDES LIBÓRIO	01350
3	BETINA GABRIELA STEIN	00583
4	CAMILA DO AMARAL MARION	01102
5	CHRISTIANO VEXEL FONTES	01917
6	DANIELLY RODRIGUES PIMENTA	00814
7	FRANCIELY FRANCISCA DE LIMA VASUM	01220
8	GIOVANI AD RIANO D E OLIVEIR A	00410
9	JANAYLE DE FAR IA MIRANDA	00544
10	JOICY CRISTINA LIMA R OD RIGU ES MAR CEL IO	01289
11	JULIANA DA SILVA MENEZES	00106
12	JUSCELIO MENDES RODRIGUES	01078
13	KÊNIA RODRIGUES MAZUTTI	01008
14	LAÍS BEZERRA BURIOL ROSAS	01162
15	LEANDRO PEREIRA PERES	01211
16	LEONARDO OLIVEIRA SILVA	00719
17	LILIANE CRISTINA DA SILVEIRA	01319
18	LORENA SILVA FREIRE	00528
19	LUANA MARIA PEREZ PELACHIM	01995
20	MARCIANE MARAFON	01642
21	MIRIELI CARDOSO DOS SANTOS	01415
22	TUAINY ALMEIDA SOU SA DE OLIVEIRA	01634
23	UENISON GOMES GUIMARAES	00743
24	UIARA DE FREITAS GR OSSI	00705

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 - CENTRO

004 ENGENHEIRO CIVIL

Sala: 03 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADALBERTO DE ARAUJO BASTOS PAGIOLLI	02025
2	ADDO FORGIARINI RACHID JAUDY	01525
3	ADRIANE SCHOENBERGER KIPPER	00242
4	BRUNO HENRIQUE MOREIRA LIMA	01013
5	BRUNO MIAKI SCHULA	01896
6	DENISE MIRANDA FRANCO	01000

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 - CENTRO

004 ENGENHEIRO CIVIL

Sala: 04 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ELIAS ANTONIO SAAB	00229

2	FABIANA ZACARIAS RAMOS	00523
3	FABIANO ANTON IO D E MIRAN DA	01249
4	FERNANDO ALENCAR SILVA	00441
5	FERNANDO VIECELI MAIA	00742
6	FILIPE AUGUSTO TAVARES	00267
7	GERMANO GONCALVES FERREIRA	01696
8	JEAN CARLOS DE ÁVILA E SILVA	00710
9	JEAN MAICO PARRA	00568
10	JÉSSICA ANGÉLICA HERGENRÄDER	00910
11	JULIANO ESCATOLIM BASILI	01431
12	LINCOLN TABOSA BARTH	00697
13	LUCAS DOURADO DE ARAÚJO	01641
14	LUCIANO ALVES DE BRITO	02000
15	MARCOS VINICIUS SANTIAGO	01345
16	MICHAEL DIONE BONATTI	01999
17	OSVALDO RIOS LEANDRO	01816
18	PAULO ARTUR DA SILVA DIAS	00311
19	VINICIUS GONZALES CARDOSO	00772

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 - CENTRO

005 ENFERMEIRO PADRÃO

Sala: 04 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADRIANA DAMACENA MOURA	00190
2	ADRIANO ALVES D OS SANTOS	01055
3	ALCIONE FERREIRA DE FREITAS MATOS	01122
4	ALEX GOMES MOREIRA	01430
5	ANGELICA SANTAN A SILVA	01310
6	ARINE BEATRICE MEIRA VILEL A E SILVA	01688
7	CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA	00853
8	CIBELI VOGEL	00293
9	CLAUDIA FIDELCINA DOS SANTOS	01111
10	CLEITON MIGUEL SCHNEIDER	00346
11	CREONICE VILELA DOS SANTOS	00615

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 - CENTRO

005 ENFERMEIRO PADRÃO

Sala: 05 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	DAISY DALLILA LIMA D OS SANTOS	01417
2	DAYANA DANTAS DE OLIVEIRA	01263
3	DAYANE FERREIRA LEITE	01555
4	DELMA APARECIDA MELO BARBOSA	01593
5	DINAIR CAMPOS ALVES CAR DOSO	00577
6	ELIANE VIEIRA	01864
7	FABIANE ALVES OLIVEIRA	00496
8	FABIULA FURQUIN WEIS	01017
9	FERNANDA CAROLINA SOLEDADE NOGUEIRA	00344
10	FERNANDA ONÓRIO DA SILVA	01149
11	GEANI APAR ECIDA PINHEIRO MARQUES	00457
12	GEOVANNA LU CIANA DE PAULA	00696
13	GÉSSICA CAROLINE RODRIGUES LIMA	01275
14	GISELY MENDES PEREIRA ALEIXO	02015
15	GISLAINE SILVA ROCHA	01260
16	GIZELI DE LIMA	00723
17	HELLEN LOURAINE DA SILVA VIEIRA	00167
18	IRANIU APIGUARE JURAPI	01069
19	JANETE GOMES DE ARAUJO	01988
20	JANINE DE SOUZA BARBOSA	01028
21	JUSSARA CARLOS DA SILVA	00630
22	KASSILA CONCEICAO FERREIRA SANTOS	01383
23	KÁTIA MORAIS DIAS	00288
24	KELLY SANDRA DE SOUZA	00319
25	KELVIN WILKER MACÊDO DE OLIVEIRA	01284
26	LAURA KELLY HORTENCI DE BARROS	01170
27	LENIO VIEIRA BORGES	01940
28	LUANA ROSA DA SILVA	01155
29	LUCIANA MARA DOS SANTOS E C ARMO	02003
30	LUCILARA FERREIRA CAMARGO	01112

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

005 ENFERMEIRO PADRÃO

Sala: 06 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	MALLU GABRIELE DOS SANTOS	00746
2	MARIZETE VILELA MACHADO	00004
3	MONARA SOARES DE CAMPOS	00786
4	NARIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS	01338
5	NATHIELI ARAU JO DOMIN GOS BAR ATTO	01502
6	NEODIR GOULARTE	00099
7	PATRICIA STOCCO	01243
8	PAULA CR ISTIN A XAVIER	00759
9	PAULO ISIDORO ALVES DIAS	01579
10	ROSANE GONZATO	00169
11	SAMIA PORTONEL GARCIA	00328
12	SARA DANIELA TEIXEIR A RIBEIRO	01486
13	SELMA LUCIA CABRAL SILVEIRA	01191
14	VANDERLEIA ALVES XAVIER	00183
15	VANESSA GRAC IEL A OLIVEIRA SILVA	01521
16	VANESSA GRU SKI	01188

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

006 MÉDICO CLÍNICO GERAL

Sala: 06 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADILMA MARTINS DA SILVA MORAES	01443
2	ALEX RODRIGUES ASPETT COTT	01160
3	KEILA ADRIANA FREITAS KLEIN	01186
4	SIMONE DIONISIO DA SILVA	00911

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

008 MÉDICO CLÍNICO GERAL

Sala: 06 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	TELMO MOREIRA MAGALHAES	00817

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

009 MÉDICO VETERINARIO

Sala: 06 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADÃO PEREIRA DOS REIS	01267
2	ANDRÉ CORADINI PETRY	02023
3	ANDRESSA DE OLIVEIRA CELESTINO	02021
4	AUGUSTO CARLOS NIEDERMAYER	00958
5	CAROLINE LETÍCIA DOS SANTOS SILVA	01882
6	CLEBER FERNANDO ANANIAS	00652
7	DANILO FILIPPO BRISIDA	00402
8	DAYALLA CRISTINA RODRIGUES	00974
9	ÉDIJA PEREIRA DA SILVA	01966

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

009 MÉDICO VETERINARIO

Sala: 07 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ELIAS PEREIRA DE MACEDO	01815
2	ENAILE MARIA SINDEAUX DE SOUZA	01865
3	FABIO NOGUEIRA SILVA	00403
4	GEORGE ADRIANO GOMES DA SILVA	01209

5	GIOVANI ZANETTI PESSOA C AND IOTTO	00857
6	GRAZIELE PAULAMITTMANN	00700
7	ILA MARTA MOREIRA TAKAKI	01136
8	JOAQUIM SOARES FILHO	01599
9	JOSE APAR ECIDO D E OLIVEIR A	01898
10	KASSIA RENOSTRO DUCATTI	00390
11	KELITA R EGIANE PIN TO CHANAN MERCER	01519
12	LEANDRO PEREIRA BATISTA	01283
13	LETÍCIA SOARES VAZ DE SOU ZA	01403
14	PABLO RIET CORREA RIVER0	00294
15	RAFAEL SCHIO	01972
16	RENATA DE OLIVEIRA PINHEIRO	01285
17	RENATO DI LORETO	01270
18	ROCHELLY BATISTA DE MOU RA	01158
19	WOLFGANG CESAR RESENDE WIMMER	01600

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

010 NUTRICIONISTA

Sala: 07 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANA CLAUDIA PRATTO DA SILVA	00607
2	DAIANNY GERALDINO FRANCO	01779
3	ELAINE EUZÉBIO NUNES	01401
4	EMILÃENE OLIVEIRA SOARES SANTOS	01871
5	IZABEL FREIRE DE ALMEIDA	00349
6	JACQUELINE JARA DA SILVA	00729
7	JOSELAINE SALES CARVALHO	01106
8	LUCIANA VIANA DO AMARAL	00896
9	MARCELLY SILVA MOREIRA	00122
10	TATIANE KAROLINE BASSANI PRZYVITOSKI	01546
11	VANDERLEIA TAVARES PEREIRA	01322

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

010 PSICÓLOGO

Sala: 08 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANDERSON CARLOS DA SILVA SOUZA	00836
2	ANDRÉ BARROS DE ARAUJO	00666
3	ANGELITA FELIPE N UN ES	00125
4	APARECIDA DE JESUS DOS SAN TOS	00656
5	BÁRBARA SANTANA DA SILVA	00282
6	CARLEANDRO ROBERTO DE SOUZA	01144
7	DANYELA RUTH DO NASCIMENTO GREGÓRIO	00901
8	DEYCE FRANCISCA DA SILVA ALVES	01276
9	EDSON CARLOS SILVA	00886
10	ELIETE GOMES DE ARAUJO	00665
11	FABIANA SERAFIM DO NASCIMENTO	01409
12	FERNANDA CASSIANE BECKER SCHIO	01178
13	FERNANDA DESTRI	00168
14	GERALDA POLICENO DA SILVA	00833
15	IRANEIDE OLIVEIRA SILVA	00240
16	JACQUELINE DE PAULA SILVA	01924
17	JÉSSICA CARINE DA SILVA RIBEIRO	00608
18	JÓICE CAROLINE DA SILVA RIBEIRO	01690
19	LEILA RIBEIRO DE AQUINO	00956
20	LEIRSON FERNANDO VILALBA SILVA	01542
21	MICHELE PANCOTTE	01043
22	NEILA BÁRBARA ALVES OLIVEIRA	00596
23	PATRICIA DOS SANTOS PEREIRA	00717
24	PRISCILA STOCCO	01245
25	RAFAELA LOPES FAUSTINO	00258
26	REGINEY LUCIA NUNES RIBEIRO	00654
27	ROBERTO TAVEIRA	01433
28	SIBELY APARECIDA GOMES DA CRUZ	00955
29	THIAGO AIAMARI KAVOPI	00957
30	WELKER FERREIRA SANTAN A	00213

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

012 PROFESSOR B – PEDAGOGIA - MUNICÍPIO

Sala: 09 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADEAILDE ALMEIDA DE SOUZA.	00592
2	ADEITA D E SOUZA SILVA	01876
3	ADELAIDE EPPING NEVES	01014
4	ADILEUZA CIRILLO DA SILVA	01466
5	ADRIELE DALLETEZZE	01386
6	ALDENORA LIMA RIBEIRO NASCIMENTO	00811
7	ALINE FORTINI MATEUS	01986
8	ANA MARIA ALVES BUENA	00792
9	ANITA D EL CASTANHEL MIRANDA	00773
10	ANTONIA CESPEDES RIVEROS	00634
11	ARLINDA BARBOSA DE ARRUDA	00128
12	ARLINDO DE ALMEIDA SILVA	01434
13	AYLIME LIMA MARTINS	01589
14	BENEDITO GONÇALO BORGES	01866
15	CARMINA RIBEIRO LIMA	01960
16	CÉLIA MOREIRA FARIA	00983
17	CLAUDINEIA ISTEIG NERY	00999
18	CLEA MARIA DE CAMPOS ARAUJO	01556
19	CLEONICE DE CAMPOS	01390
20	CRISTINA IZABEL HAGMUSSI ANGELIM	00936
21	DENICIA FERREIRA DA SILVA	00061
22	DEUSA FRANCISCA DA SILVA	01337
23	DILAIR ALVES D OS SANTOS	01873
24	EDINÉIA RITA EPPING	01792
25	EDNA DA ROCHA DE OLIVEIRA	00972
26	EDVANIA OLIVEIR A DE SOUZA	00143
27	ELAINE MARIA DE OLIVEIRA AMORIM	00824
28	ELIANE MARIA DE OLIVEIRA	00600
29	ELIANE SOUZA DA SILVA DEMSCHINSKI	00476
30	ELIARA PRISCILA ANDRADE DA MATA	00409

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

012 PROFESSOR B – PEDAGOGIA - MUNICÍPIO

Sala: 10 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ELIZABETE FERREIRA ROSA BARROS	01806
2	ELIZABETH APAR ECIDA MARQUES	00799
3	ELIZANGELA MORAES SAVICZKI	00780
4	ELIZÂNGELA THOMÉ DE AND RAD E	01066
5	EUCIMAR FURQUIM ROSA	01247
6	EVANIZE RODRIGUES SIQUEIRA	00058
7	FERNANDA JACINTO DA SILVA	00455
8	FERNANDA SIMOES LEITE FERNANDES	01776
9	FRANCIANE LIMA CAVALCANTE TEZA	00115
10	FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO	00790
11	GIRLENE FERREIRA GOMES	01305
12	GISLAINE BARBIERI ZAMAR	00335
13	IRACI ANGELINA NEUBERGER	00266
14	ISABELA APARECIDA SOUTO FIUZA	00063
15	IZAMARA PONTES DE PINHO SOUZA	00560
16	JANAINA FERNANDA LIMA DE OLIVEIRA	01552
17	JÂNIA GOULART DA SILVA	00044
18	JÉSSICA ALVES SILVA	00529
19	JOANA DARC DA SILVA BORGES	01349
20	JOANA MOREIRA DE FARIA	01357
21	JOELMA TEREZA DE SOU ZA BRITO	00727
22	JOSENIR PEREIRA DO NASCIMENTO	00832
23	JOSIANE MENDONÇA CAMPOS	01921
24	JULCINEIA LOCATELL I DA SILVA	01272
25	JULIANA BRUNA DA CRUZ	01724
26	JULIANA DALETEZZE DOS REIS	00706
27	JUSSIANE MOREIRA MARQUES GOMES	00987
28	KAREN JANNE SALLES SANTOS	01379
29	KEURIA MARQUES DE OLIVEIRA	00404
30	LAURA APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO	00943

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

012 PROFESSOR B – PEDAGOGIA - MUNICÍPIO

Sala: 11 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	LAURA MARIA RODRIGUES NASCIMENTO	00856
2	LEONICE PEREIRA CERVANTE	00681
3	LEONIR FILISBINO GONÇALVES MORBECK	01370
4	LIDIA DA SILVA	00854
5	LUCIA MARIA BARBOSA	00322
6	LUCIANE WOLFART	01268
7	MARCIA AIZA NOGUEIRA SILVA	00279
8	MARCIA APARECIDA SOUZA ROCHA	00285
9	MARCIA APARECIDA VILODRES BORGES	01365
10	MARCILENE SOUZA DOS SANTOS	00010
11	MARIA AELCIA SOARES DOS SANTOS	01192
12	MARIA ANTON IA MESQUITA DA SILVA	01963
13	MARIA BRASILINA FERREIRA	01665
14	MARIA DAS NEVS LIMA DA SILVA	01198
15	MARIA DE FÁTIMA LEOPICI	00860
16	MARIA PEREIRA CAVALCANTE	00030
17	MARIA PEREIRA DA SILVA	00219
18	MARIA ROSA VILELA	00626
19	MARIA ROSALIA AZEVEDO FERNANDES	00632
20	MARILEI PIRES PEREIRA	01817
21	MARINALVA DOS SANTOS EPPING	01621
22	MARINEIZ DE SOUZA GOMES	00779
23	MARLETE LUIZA DOURADO CHOI	01789
24	MARLI AZAMBUJA BERNADON	01092
25	MARONILDE MIRANDA INACIO	00766
26	NAIDE DIAS DE OLIVEIRA	00793
27	NECIL DO ROSARIO	01920
28	NELMA DIAS DE MORAES	01843
29	ODERLÉIA APARECIDA GOMES	00850
30	OLGA MARIA FRANCO CAZADEI	01975

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

012 PROFESSOR B – PEDAGOGIA - MUNICÍPIO

Sala: 12 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	OSMAR SANTANA DA SILVA	00164
2	PATRICIA MARIA DE SOUZA	00578
3	PATRICIA TELLES DA SILVA	00262
4	RAIELI CAMILA DA SILVEIRA	00977
5	ROBERTA MARIA FERREIRA	00231
6	ROBSON RUY OLIVEIRA BARBOZA	01764
7	RONIEL ADAILTON DA SILVA	00053
8	ROSA MARIA SANTOS MAIATE	01134
9	ROSENILDA UMBELINA	00932
10	ROSIMEIRE MATIAS DE ALMEIA	01064
11	ROSIMEYRE GONÇALVES DA SILVA FELTRIN	00878
12	ROZANIA GOMES	00810
13	SANDRA APARECIDA FERREIRA PINTO.	00879
14	SIDONIA HARDT	00951
15	SILVIA MAR IA DE MORAIS CORTE	00256
16	SIMONY ADRIANA DAL LETEZZE	00218
17	SIRLENE OLIVEIRA DE SOUSA	00140
18	SOLANGE FÁTIMA VARGAS	00820
19	TAMIRES CRISTINA FIUZA VELHO SANTOS	01448
20	TELMA MARIA ALVES	00542
21	TEREZINHA GARCIA DA SILVA	01987
22	TÔNIA ANDREIA LOCATELLI DA SILVA	01107
23	VALDELI DA SILVA RIBEIRO	01348
24	VALQUIRIA RODR IGUES DE ALMEIDA	00375
25	VANESSA SIMÕES LEITE	00937
26	VENICIO SILVA AMORIM	00271
27	VERA LUCIA BRITY FER NAN DES	01997
28	WALTER SEBASTIÃO PAULA DA SILVA	00370
29	WILLIAM GARCIA DA SILVA	01772

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

013 PROFESSOR B – PEDAGOGIA – ZONA RURAL

Sala: 12 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADRIANE DE SOUZA	00580

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

013 PROFESSOR B – PEDAGOGIA – ZONA RURAL

Sala: 13 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANDREIA INES THOMAS	00555
2	CARMINHA FERREIRA DOS SANTOS	01205
3	DAIANE GRACIELE GODINHO NICOLODI THAINES	01114
4	EUNICE VAZ MACHADO GOMES COELHO	01146
5	FRANCIELI MARTA TREVISAN	01179
6	ILMA BASTISTA	00663
7	LEONILDA ZACARIAS DOS SANTOS	00442
8	OLGA IVONE BAMBERG	01524

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

014 PROFESSOR B – PEDAGOGIA – ÁREA INDÍGENA XAVANTE

Sala: 13 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ARGEMIRO TSAABDI WAWEMRA	00757
2	EDMUNDO PEN'I RU	00613
3	GILBERTO TSEREHÔMORA	00620

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

015 PROFESSOR B – PEDAGOGIA – ÁREA INDÍGENA BACAIRI

Sala: 13 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	GILBERTO SAPENAGUE PAROCA	01015
2	MARINHO ULUCO XERENTE	00009

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

016 PROFESSOR B – EDUCAÇÃO FÍSICA

Sala: 13 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANDRESSA UEHARO CARVALHO	01002
2	CLÉVERSON JESSÉ SILVA DE OLIVEIRA	01827
3	CLEYTON RAMOS DA SILVA	01374
4	DANI JEFERSON DE OLIVEIRA	01447
5	FLAVIA N ETO DA SILVA	00588
6	GEOVANI PUNDRICH FERREIRA	01998
7	IVONILDO PUTTOV	00001
8	JULIANO OLIVEIRA BARATTO	01503
9	LILIAN PATRICIA GOMES DA SILVA	01909
10	LUANA ESTEFANI NETO DA SILVA	01006
11	MAICON BONET	01051
12	VALDEVIR PERES ORLANDO	01368
13	VANDER CEZAR GONÇALVES SOUZA	01493
14	WALTER JUNIOR VIDORI	01235

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

018 AAE I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO

Sala: 13 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADRIANA DOS SANTOS SILVA	01606
2	ANDREIA DUARTE FLORENTINO	00399

3	CANDIDO SERAFIM SILVA BACALHAU	01414

Total.:

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

018 AAE I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO

Sala: 14 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	DEUSIMAR PEREIRA DOS SANTOS	00484
2	EDIVANIA DONATA DE OLIVEIRA	01027
3	JULIANA DE JESUS ANDRADE	01654
4	LUCIANA MOREIRA FARIA	01077
5	LUCINEIA PEREIRA DA SILVA	01442
6	MARIA DE LOURDES BEZERRA DE OLIVEIRA	01040
7	MARIELZA ALVES DA SILVA	00627
8	PETRONILA CONCEIÇÃO DA CRUZ	01790
9	RAMINS TSEREWAWA'AWE TSAEMOWA	00417
10	RAQUEL ROCHA MELO DE SOUZA	01159
11	ROSEMEIRE DA SILVA MENEZES	00191
12	SANDRA APARECIDA DA COSTA SILVA	00306
13	SUELI APAREC ID A DA SILVA	00488
14	VANESSA C ON CEIÇAO D OS SANTOS SILVA	00721
15	VANESSA GOMES LOIOLA	01478

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

019 AAE I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA RURAL

Sala: 14 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	CATIA L UC IEN E D E VARGAS	01150
2	ERALDO IRAGURO	00312
3	RAIMUNDA CLEUMA MEDEIROS DA SILVA	00916

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

020 AAE I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ÁREA IND. XAVANTE

Sala: 14 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ATANASIO TSERENHIPATADI NHIHORIRE	01452
2	BONIFACIO UBNATSE'WAWE	01456
3	DJONE TSIÕMO-WE	00320
4	EMILIANO RUMORI	01190
5	JOÃOZINHO ORLINO MAMEDE UREHE	00646
6	LEOMAR IDZAWIPETSEWA	01751
7	LICINIO TSEREWAMO	01332
8	OLAVO BRAZ TSERE'URA	01184
9	REGINALDO MARADA BU	00970
10	RICARDINHO WAPTSU	00730
11	ROMARIO RSIROBOWE	01019
12	SILAS TSEREBURÃ	00756

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

020 AAE I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ÁREA IND. XAVANTE

Sala: 15 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	SILVANO RITITOPTI	00683

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

021 AAE I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ÁREA INDÍGENA BACAIRI

Sala: 15 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ALDO MAURAPY PAUAKA	01465
2	ANTONIO KATAUGA	00078
3	DIVINA TAIRO KUIWYRE	00360
4	EDEVAL MAPAREI	00104
5	EDVANIA MAINAR A IAKANULO	00123
6	ESTALONE MARIKO KUKURE	00421
7	ESTELAINE IAMYNAIRU DIAS IACAUH	00875
8	FABIO KAMIARE PAUAKA	00102
9	GERSON SAGUMA	00873
10	GILSINEIA KANIRO PAIQU E	00641
11	HELENA IAKANULO XERENTE	00019
12	JAQUELINE KUIETE KURUMA	00429
13	LUCIANE TABYGUALO	00036
14	MANOEL MAIKIBE PACUARE	00439
15	MARINALVA KALUQUE	00670
16	MARIO SAGUMA FILHO	01334
17	MILLER AMARE MAETAWA	00877
18	ROSILENE PAURAKU TAUKAI	01171
19	SANDRO LUCIO PACUARE	00672
20	TAISI ATAMENALO XERENTE	00075
21	VALDEIR KAIAHO ITAMARE	00470
22	VALDEMAR AN TONIO XERENTE	00797
23	VALMIR MUREA ROND ON	00252
24	VANDA CU RICO SEIGAL O	00649
25	WILLIAM MANUEL PAIAKUARE XERENTE	01182
26	ZENAIDE NIMEIELO PACUARE	00431

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

022 AAE I – MERENDEIRA - MUNICÍPIO

Sala: 16 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	MARLENE GONÇALVES DA SILVA SANTOS	01244
2	MARLETH MARTINS PEREIRA	00330
3	NALVA FERREIRA DOS SANTOS	01038

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

023 AAE I – MERENDEIRA – ZONA RURAL

Sala: 16 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ALINE KAREM SILVA	01722
2	ANDREIA SILVA DOS ANJOS	01222

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

024 AAE I – MERENDEIRA – ÁREA INDÍGENA XAVANTE

Sala: 16 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	AMALDO RAIREWARI	00731
2	LOUREMBERG TSERENHINHOWA	01314
3	REINALDO PEHOIREMRAMIWA	00686

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

024 AAE I – MERENDEIRA – ÁREA INDIGENA XAVANTE

Sala: 16 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	VALERIA WA‘’UTOMOHODZA OI IPETSEDI	00546

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

025 AAE I – MERENDEIRA – ÁREA INDÍGENA BACAIRI

Sala: 16 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANGELA MARIA DA COSTA	00091
2	CLAUDIANA SAPENAGUE	00363
3	DELMA PÃENWA CARDOSO	00635
4	EDINA SALES APAYGA	00393
5	IRACI ULUCO XERENTE	00337
6	JOSILEIA NAIRU RONDON	00323
7	KEDIMA MAIULUGUEDO XERENTE	00015
8	LUZIANE TACHIBE MATUAWA	01169
9	MIRANEIVA MEOC A XERENTE	00314
10	NAIR KIAWALO PACUARE	00432
11	RILEY PYANRU PERUARE	00076
12	TANIA XU NAKAL O KUIWYR E	00392
13	VALDENICE SERUQUE	00423
14	VALQUIRIA APANUMAGALO	00087

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

027 AAE II – MOTORISTA

Sala: 16 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADEJAR APIS BEZERRA	00302
2	ALESANDRO FONSECA LIMA	00521
3	DANY MARTINS BORGES	00852
4	DENNIS COLMAN LEAO	00934
5	DIVINO SULLIVAN BRITO DE OLIVEIRA	00238
6	EUDES AFONSO ALBERTI	00153
7	EVALDIR SAVICZKI	00961
8	GILVAN GERONIMO POIURE	00114
9	JAQUELINE LÚCIA SZPAKOWSKI	01637
10	JOSIMAR FERREIRA SILVA	01083

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

027 AAE II – MOTORISTA

Sala: 17 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	MANOEL NETO VIEIRA DE BARROS	01363
2	NELSON AVELINO D A SILVA	01203
3	SEBASTIAO GARCIA DA SILVA	00394
4	SERGIO FASSICOLO	01356

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

036 TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II

Sala: 17 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ALINE LILIANE NUNES DE OLIVEIRA	00235
2	ANTÔNIA REGINA LIMA BARBOSA	00750
3	EDNA LOPES KOCHAN	00028
4	EUSELI DA SILVA SOUZA	00358
5	EVA ALMEIDA VALE DA SILVA	01330
6	FLAVIANA CAR DOSO ALVES SANTOS	00130
7	JAQUELINE NUNES COSTA	01620
8	JONATHAS CARLOS GUEDES	01679
9	JOSINETE AMANCIO DA SILVA	01214
10	MAURILIO MAIKUMA MONARI	00096
11	PATRICIA VITALINA DOS SANTOS	00041
12	PAULA DAL PIVA	01541
13	TAYZA FRANCISCA ALVES DE MORAES	01476

001 ESCOLA ESTADUAL APOLONIO BOURET DE MELO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

037 TÉCNICO EM LABORATÓRIO

Sala: 17 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ARCILENE BATISTA PEREIRA	01237
2	VÂNIA ELDA NOGUEIRA	01208

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

AV. BANDEIRANTES, 2529 – CENTRO

026 AAE I - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Sala: 01 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANDREA APARECIDA GOMES DA SILVA	01955
2	BEATRIZ ALEN CAR R IBEIRO BEL LO	01422
3	CAROLAINE MATOS DA COSTA	01389
4	DAIANE VIANA DE MORAES	00813
5	DENISANGELA JESUS DA SILVA	00921
6	DENISE GOULART OLIVEIRA	01369
7	DIVINA LUIZ DA SILVA FERREIRA	00411
8	ELIZABETE CRISTINA ANGELA DE SOUSA	01703
9	FRANCISCA FELISMINO	01977
10	GABRIELA SILVA OLIVEIRA MACHADO	01774
11	GERCIKA APARECIDA DA SILVA	01945
12	IVANETE FELIZARDO PERES	00940
13	JOANA PAUL A VIEIRA RODRIGUES	00610
14	JOSENICE CARLA SILVA DE SOUZA	01881
15	JOSIVANI RODRIGUES DA LU Z	01154
16	KELLI CRISTIANE MELO RODRIGUES OLIVEIRA	01407
17	LUCÉLIA ALVES GUEDES DE SOUSA	00869
18	LUCIA RODRIGUES CAVALCANTE	00867
19	LUCINEIA SANTOS GUIMARÃES	01316
20	MAGDA APARECIDA DOS SANTOS VIDORI	01672
21	MARIA JOSE DA SILVA DO NASCIMENTO	00876
22	MARIA JOSE OLIVEIRA DE JESUS	01899
23	MARILZA CHAVES VIANA DAVID	01086
24	MARILZA PEREIRA CAVALCANTE CARDOSO	00192
25	MARINEIDE ARAUJO SILVA	01282
26	MARIVÂNIA CHAVES D AVID MONTALVÃO	01053
27	NEIDE GLORIA DE OLIVEIRA	00778
28	NELI MARIA VARGAS	01099
29	REGINA RODRIGUES PEREIRA	00500
30	ROSILAINE FRANCISCA BORGES	01323

ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

026 AAE I - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Sala: 02 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ROSIMARY DE SOUZA GONÇALVES LEITE	00895
2	SILVANIR ANDREA DA SILVA	01342
3	SIMONE LEITE DA SILVA	01710
4	SONIA PAU LA DE FREITAS	00842
5	TAINAN YAMAIRO MONARI	01850

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

028 AGENTE ADMINISTRATIVO II

Sala: 02 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ABILIO MORAES RAMOS	00883
2	ADRIANA MARQUES DIAS	00275
3	ADRIANA SILVERIO ALVES	01125
4	ADRIELI DALSOTO	01822
5	ADRIELLE GUIMARAES DOS SANTOS	01339
6	AILA GREISIELE DE OLIVEIRA	01358
7	ALECIO SHUENQUENER DE SOUZA	00092
8	ALESSANDRA MARIA LEITE	00207
9	ALINE CÉZAR DE SOUZA	00333
10	ANA CAROLINA GOBETTI	00134
11	ANA CASSIA POLTRANIERI	00933
12	ANA GESSICA SCHLEICHER	00855

13	ANA KAROLINE RODRIGUES DA SILVA	02022
14	ANA LUCIA RODRIGUES GALDINO	01325
15	ANA PAU LA NUNES BARONI	01279
16	ANA REGINA GOMES COSTA MARQUES GUNSCH	01949
17	ANDRÉ LUIZ CÂNDIDO	01959
18	ANDREIA CRISTINA DA SILVA	01492
19	ANDRESSA APARECIDA DA SILVA LEAL	00859
20	ANDRESSA MAYARA TEIXEIRA	01838
21	ANGÉLICA CRISTINA PEREIRA DA SILVA	00420
22	ANTÔNIO PAULO FERREIRA PEREIRA	01193
23	ARLENE PEREIRA SIQUEIRA	00827
24	BEATRIZ GOMES CORTEZIA	01068
25	BRUNA ALVES DO VALE	00066

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

028 AGENTE ADMINISTRATIVO II

Sala: 03 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	BRUNA NATIELE DE PAULA WEIHRICH HAGMUSSI AN	01512
2	CARINE REZENDE DE SOUZA	01215
3	CARLOS ALBERTO NORONHA FARIA	00338
4	CAROLINA PREMOLI WITS	00154
5	CAROLINY MARTINS DE LIMA	00838
6	CLEBER PEREIRA DOS SANTOS	00118
7	CLEUSDETE GOMES CASTILHO	01259
8	DANIELA BALBINO DOS SANTOS	00619
9	DANIELI PEREIRA DOS SANTOS	00161
10	DANIELI REGINA BETTEGA	00781
11	DANIELLY SOUSA FURQUIM	01694
12	DANILES RENATA FELIZ OLIVEIRA	01333
13	DORALINA GOMES CASTILHO	00084
14	DRIELY RODRIGUES SOARES	01116
15	EDER PEREIRA COSTA	01047
16	EDNA CAROLINE OLIVEIRA DE MATOS	00530
17	EDNALVA FURQUIM FERREIRA DE MORAIS	00770
18	EDNEIA PAU LO MOREIRA RIBEIRO	00321
19	ELIETE DAVID MACEDO	00657
20	ELIZETH LEOPICI DE ARANTES	00864
21	ELLEN OZANI DE OLIVEIRA	01378
22	EMERSON MATOS LOIOLA	00068
23	EMILY BRUNA POLICENO DA SILVA	01989
24	ERIKA SAYUR I SUZUKI FIL IPIN	01948
25	ESTER DIAS DA SILVA	00081
26	EUNICE LIMA DE FIGUEIREDO DA SILVA	01341
27	EWERTON CAMPOS DE OLIVEIRA	00367
28	FABIANA FERREIRA PEREIRA	00726
29	FABYTIELLE REIS SALES	01177
30	FERNANDA FURQUIM WEIS	00144

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

028 AGENTE ADMINISTRATIVO II

Sala: 04 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	FERNANDA ROSA PEREIRA	00858
2	FLAVIO FLACH VIEIRA	01246
3	FRANCIELLE DOS SANTOS	00519
4	FRANCIELLE FIGUEIREDO SILVA	01167
5	GABRIEL PAES LORENA	00203
6	GABRIELA CERETTA	00539
7	GABRIELI DE OLIVEIRA SILVA	00412
8	GISLEI CAMPANHA DOS SAN TOS	00733
9	GLEYCIANE NOVAES NEVES	01509
10	GUSTAVO DE FARIA MIRANDA	01516
11	HELENA TAVARES FER NAN DES	00325
12	HENRIQUE NICOLAU MARANHOLI	00807
13	ISA CARLA GOMES DOS SANTOS	01234
14	IVANIR ROSA E SILVA	01010
15	IZABEL PEREIRA BARREIRA	00870
16	JANE ERICA AMANCIO DE OLIVEIRA	01216

17	JANIO CARLOS MOURA	00906
18	JAQUELINE BALBINO DE MORAES	01457
19	JERSICA MARIA BOTINI	01004
20	JESSICA LUANA CARDOSO BARREIRA	01295
21	JOICE CANDIDA PEREIRA	01213
22	JOSE LUCAS MOREIRA RODRIGUES	01075
23	JOSIAN DE OLIVEIRA PEDROSA	01264
24	JOSIMAR DIVINA OLIVEIRA PEREIRA	01416
25	JOYCE MARTINS MOREIRA	01153
26	JULIANY BEZERRA DA SILVA	01661
27	JUMARA PEREIRA DA SILVA	01031
28	JUSCÉLIA FERREIRA DE SOUZA	01451
29	JUSSARA MARTINS NOGUEIRA	01287
30	KAIREN LISLIELY MELO RODRIGUES	00949

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

028 AGENTE ADMINISTRATIVO II

Sala: 05 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	KALLYTA SAMARA OLIVEIRA DE SOUZA	00069
2	KARLA MARIANY PIMENTA SILVA	01366
3	KEITIELI SOUZA DAS CHAGAS	00304
4	KELLY TRINDADE DA SILVA PEREIRA	00694
5	KENED ALMEIDA MATOS	01391
6	LARISSA TORRES DE OLIVEIRA	01824
7	LEANDRA GUNSCH	01947
8	LEANDRO LUCIAN GONÇALVES FERREIRA	00708
9	LEIDE DUARTE DA SILVA	01299
10	LEIDIANE FREITAS DE OLIVEIRA DA SILVA	00368
11	LEOMAR LUIZ DA ROCHA	01380
12	LEONARDO BENEDETI RODRIGUES	00941
13	LETICIA SANTOS SILVA	01229
14	LEYNER TANI BENEVIDES	01883
15	LLUCIRENE LIMA DE OLIVEIRA	00313
16	LUCAS KAINÃ BARRETO MACEDO	01860
17	LUCAS MOREIRA BRAGA	00131
18	LUCELIA PAMEL A TORIANI DE OLIVEIRA	00495
19	LUCIANA AYALA DA SILVA	00902
20	LUCIANA DE ALMEIDA LOPES	00494
21	LUCIANI SCHLEICHER	01437
22	LUCIMARA TAEMI SAKO	01098
23	LUIS FELIPE LIMA VIEIRA	01421
24	LUZIA BEZERRA GONZAGA	01504
25	LUZINEIA RIBEIRO BRITO DE MOURA	02013
26	MADALENA DA SILVA	00374
27	MAIARA BOFFE AGOSTINETTO	00692
28	MAÍRA LÁZARA DE OLIVEIRA SANTOS	00928
29	MARCOS DIAS MARQUES	01707
30	MARIA FERREIRA DA SILVA	00416

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

028 AGENTE ADMINISTRATIVO II

Sala: 06 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	MARIA HELENA GLORIA DA PAIXAO	00308
2	MARIA PATRICIA DA SILVA E SILVA	00503
3	MARIANA APARECIDA MARQUES BRAGA	01413
4	MARIANA DE SOUZA FRANCO	00506
5	MARIANE VILELA DE SOUSA	00570
6	MARILU SEBASTIANA SURUBIM DA SILVA	00847
7	MARINALVA ALVES NUNES	00601
8	MARISTELA CERETTA	00533
9	MARJORY MULLER MENEZES	00566
10	MOANE APAREC ID A AGUIAR DA SILVA MATTOS	00112
11	NAIARA ROSA NOGUEIRA DA SILVA	00011
12	NATALIA ANDRESSA SILVA GOMES	00986
13	NEILIZANDRO GODINHO FABIAN	00907
14	NELSON GOMES PEREIRA JUNIOR	01628
15	NEY SOARES PONTES	00446

16	NICIÉLIA MARQUES SOARES NECKEL	01927
17	NILCE GOMES CORDEIRO	01199
18	NILMA BONFIM LOPES	00667
19	OSLAINE RODRIGUES DE SOUZA CHAGRA	02005
20	PABLO PEREIRA AMORIM	01011
21	PABLO VINICIUS KRAMER LAGO	01629
22	RAFAELLY OLIVEIRA VIANA	01297
23	RAIANY MIRELLY BORGES GOMES	01731
24	RAQUEL PEREIRA DA SILVA	00511
25	REGINA MOREIRA DA SILVA	01331
26	REINALDO GONÇALVES FERREIRA	00261
27	REJIANE GONCALVES STEFFLER	00747
28	RITTIELLY BORGES MACAUBAS	01254
29	ROBERTO AGUIAR DA SILVA	01278
30	ROBSON CAMPOS MONTALVAO	00962

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

028 AGENTE ADMINISTRATIVO II

Sala: 07 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ROSEANE IMALO PEDROSO DE OLIVEIRA	00327
2	ROSIANE MATILDE TREVISAN PIRES	01501
3	ROSIMERE ADRIANA PETRY	01293
4	ROSINEIA MARQUES DIAS	00217
5	SALOMÃO HENRIQUE AFONSO DA SILVA	00889
6	SANDRA DA COSTA GONÇALVES	01376
7	SIDINEIA ALVES DOS SANTOS	02004
8	SILVANE REGINA FABRIN	00072
9	SONIA TEREZINHA RODR IGUES LAN GN ER	00640
10	SUSIANE PILAR	00848
11	SUZETE APAR ECIDA MONTANHER	01607
12	THIAGO DA CRUZ BORGES	00947
13	THIAGO VOGEL	01985
14	UELINTON VIERA DE SOUZA	01682
15	USNAIARA DA VEIGA RIBEIRO	00043
16	VALDENICE DE LIMA	01024
17	VANDECLEIA D O NASC IMEN TO RODRIGUES	00088
18	VANESSA D A VEIGA SILVA DOS SANTOS	01104
19	VANESSA GOD OI D E SOUZA	00512
20	VIKTOR PAULO ALVES ARRUDA	00526
21	VIRGINIA PEREIRA DOS SANTOS	01919
22	VITOR CEZAR DA SILVA ANFILOFEV	01793
23	VITORIA FEITOSA SOUZA	00535
24	VITORIA SOARES	01202
25	VIVIAN MICAELLI STACKE	00518
26	WEBERSON DE VALOR DA SILVA	01734
27	WEILA CARVALHO DE MORAES	00038
28	WESLEY DA SILVA MELO	01869
29	WESTILEY WAINE FREITAS DE MORAES	00079

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

029 AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II

Sala: 07 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ALDENI BARRETO DOS SANTOS	00976

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

029 AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II

Sala: 09 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ITAMAR ALVES FERREIRA JUNIOR	01001
2	JACQUELINE STHEFANIE DE OLIVEIRA PEREIRA	01394
3	JAIRO PEREIRA DA SILVA	00693
4	JEFERRSON LUIZ DA SILVA	01558
5	JESSICA FERNANDA FERREIRA DE ALMEIDA	01227

6	JOÃO ALVES FER REIRA	00871
7	JOHN LENO COELHO DA SILVA	01210
8	JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS FILHO	00835
9	JOSE CARLOS DOS SANTOS	00541
10	JOSE CEZARIO FEITOSA	00162
11	JUNIO PEREIRA DA SILVA	01631
12	LEANDRO DE MATOS SILVA	01187
13	LEANDRO MACHADO DA SILVA	01094
14	LUCAS DE SOUZA DA CUNHA	00768
15	LUCIANA FERREIRA DOS SANTOS	02006
16	LUCILENE PEREIRA DE OLIVEIRA	00180
17	LUCINETE FERNANDES BORGES	01117
18	MAIRA MARQUES AMORIM	00755
19	MARCIO ALEXANDRE GALLO GIMENEZ	01412
20	MILTON SODRÉ FERREIRA JUNIOR	01796
21	NAYARA LORAYNE ROSA LIMA	01736
22	OSMAR TSEBUIWE	00762
23	PEDRO PAULO GOMES FERREIRA DE MEND ON ÇA	00565
24	RODRIGO ALVES MAC IEL	01074
25	ROSIANE MATIAS DOS ANJOS	02014
26	SALVADOR EVANGELISTA DA SILVA	00290
27	SANDRA FERREIRA DE ALMEIDA	00108
28	SEBASTIAO CAMPOS SILVA	00834
29	SERGIO RANDERSON CORREA	00794
30	SIGNEY FRANCISCO DOS SANTOS	01037

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

029 AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA II

Sala: 10 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	SOLANGELA FERREIRA DE SOUZA	01423
2	TEMER JOSÉ MACIEL	01301

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

030 AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Sala: 10 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADRIANA DAVID SAMPAIO	00965
2	AMAURI PAIATA MATUAWA	00234
3	ANA ALÁDIA NARCIZO DE SOUZA	00182
4	ANA FLAVIA LOURENÇO DA SILVA	01821
5	ANA PAU LA SIQUEIRA MARTINS BRANDÃO	00679
6	ANDRÉ FERNANDES DE ALMEIDA	01445
7	ANNA CLAUDIA DE LEMOS	01930
8	ANTONIETA VILELA KOWALEWSKI	00642
9	ANTONIO MARCOS TIRLONI	01196
10	ARLENE DE SOUZA PINTO	00617
11	CAMILA CERVANTE GUEDES	02030
12	CARLOS DE ARAUJO MOREIRA	01241
13	CARLOS HENRIQUE RODRIGUES NEGREIRO	01221
14	CARLOS SERGIO MARTINS DA SILVA	00685
15	CELSO LESCANO JUNIOR	01353
16	CINTIA JOSE DE SOUSA FERREIRA	01021
17	CLEIA MARTINS DOS AN JOS	01956
18	CLEIBER JUNIOR GONÇALVES SILVA	01845
19	CRISTIANA DE ALMEIDA MATOSO	01292
20	DANIELA DE FIGUEIREDO	01878
21	DANIELA RODRIGUES DA SILVA BORGES	01347
22	DAYANE MARZOCHI NOGUEIRA	01327
23	EDER LEANDRO PRZYVITÓSKI	01689
24	EDINALDO FERREIRA DA SILVA	01113
25	ELEANDRA ALVES FERREIRA ROCHA	01650
26	ELIANA CRISTINA DIAS	01328
27	FLAVIA C RISTINA ZORZETTO SILVA	00849
28	FRANCISCO DA SILVA GOMES	01744

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

030 AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Sala: 11 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	FRANCISCO EVANDRO TOMAZ DE AQUINO	01340
2	FRANKLIN ROBERT SIQUEIRA	01901
3	GENILSON ALVES DOS SAN TOS	00819
4	HELIO SOUZA COSTA	01063
5	IMAIARA SANTAN A DOS SANTOS PEROBA	00342
6	IORIDES APAR ECIDA NOGUEIRA	01140
7	JAIRO MARCOS FERREIRA	01041
8	JOSE ANTONIO REIS	01462
9	JOSE NILTON DE MORAES MAIA	01138
10	JOSIANE SANTANA D OU RAD O	01315
11	JOSUÉ DOS SANTOS ROSA	01721
12	JUNHO MARTINS DE SIQUEIRA	01189
13	LEANDRA DE SOUZA AMARAL	01468
14	LINDOMAR DAVID DE MORAES	00384
15	LUCIENE SERAFIM DE PONTES	00767
16	LUCILENE RIVAROLI AQUINO	00945
17	LUIZ ANTONIO DE MENEZES	01425
18	MANOEL ALVES DE MELO	00141
19	MARIA AUXILIADORA DE MORAES	00206
20	MARIA DE LOURDES CAMPOS MADUREIRA	01839
21	MARIA MADALENA LUCIANA DE PAULA	01648
22	MAYKO FERREIRA D E SOUZA	01515
23	MISAEL DOS SANTOS ROSA	00829
24	NATANAEL FERREIRA DO NASCIMENTO	00688
25	POLIETE RODRIGUES LIMA	00841
26	RAFAELA ANDRADE WARMELING	00334
27	RAIANE GOMES OLIVEIRA	01575
28	RAY PONTES DA SILVA	00558
29	RENAN ANTONIO ANGELIM R OD RIGU ES	01708
30	RENATO VICTOR VASCONCELOS NOGUEIRA	01662

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

030 AGENTE DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Sala: 12 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	RONAIR ALVES D OS SANTOS	00591
2	ROSINEIDE SOUZA DA CRUZ	00545
3	SENILO JOSE BORGES QUINTILIANO	00487
4	SIRLEY DE OLIVEIRA FARIA	01130
5	SUZIANNE LIMA FEIJO	00447
6	TATIANE PEREIRA SANTANA	00818
7	THAÍS ALVES D OS SANTOS	00745
8	VALDEIR TEIXEIRA DE ARAUJO	01892
9	VALDEMIR DE SOUZA BRITO	00954
10	VANELI CRISTINA TREVISAN	00969
11	VERA LUCIA LIMA FERREIRA	00145
12	WANDERLEI VIEIRA CASSIMIRO	00784
13	WESLEY GABRIEL DA SILVA AMARAL	00887

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

034 TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Sala: 12 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	CLEITON ANDERSON PROFILIO DOS SANTOS	01176
2	DENIO IAGURU KUIWYRE	00751
3	HENRIQUE ALVARES RAMOS	01957
4	LIOMAR CRUVINEL DE MORAIS FILHO	00158
5	MARCOS DIONI RIBEIRO DE FARIA	00479
6	MAURÍCIO NAZARENO DE OLIVEIRA	01172
7	VERONICA ALBINO SARINS	00472

002 ESCOLA ESTADUAL 29 DE JUNHO

RUA JOÃO PESSOA, 794 - CONCÓRDIA

035 TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ZONA RURAL

Sala: 12 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	EDINEIA LOPES DE OLIVEIRA	01230
2	ELIZABETE CANDIDA DE ARAUJO	00318
3	ELY MARCELIO	01290
4	JENIFFER ARAUJO DE MATOS	00861
5	JOSINEI MOREIRA MARQUES	01585
6	MARCELO AGUILAR	00056
7	MARIA CARDOSO DOS SANTOS	02024
8	SILBENE DE ARRUDA DA SILVA	00516
9	VARCI ALVES DOS SANTOS	00515

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

031 ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Sala: 01 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANTONIA RITA PEREIRA DA SILVA MENDES	01072
2	ESTÉFNI OLIVEIRA LIMA	01935
3	GISELLE APAREC ID A RODRIGUES DE OLIVEIRA	01684
4	INES ALVES RIBEIR O DE FARIA	01595
5	IVONES DIVINA OLIVEIRA PEREIRA	01030
6	JURACEMA OLIVEIRA SANTOS D E SOUZA	01941
7	KARINE DA SILVA LIMA	01067
8	LUCIENE PEREIRA DA SILVA	01408
9	LUZIA FRANCISCA DE AGUIAR SILVA	00552
10	MARIA APARECIDA JACOB BRAGA	01453
11	MARIA DE FATIMA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO	01085
12	NÁDIA SUELLEN VAREIRO VIDAL	01023
13	NEIDE RODRIGUES DA CRUZ	00445
14	RITA FRAN CO FERN AND ES	00386
15	SEBASTIANA APARECIDA DE SOUZA	01197
16	SEBASTIANA DA SILVA MOTA	00866
17	SILMAR SANTOS DE ALMEIDA	00502
18	VALBER ARU PARE KUIWYRE	00677

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

032 CUIDADOR DE CRIANÇAS

Sala: 01 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANA PAU LA PEREIRA DA SILVA	00736
2	ANDRESSA PRISCILLA MENEZES BRITO	00709
3	CLEUSA MARIA JOSÉ NUNES	00802
4	CRISTIANE DO CARMO MORAIS	01663
5	CRISTIANE SILVA DE CAMPOS	00310
6	DEBORA LUZIANA SOARES BISPO	01018
7	DEUZINA ARAUJO DOS SANTOS	01385
8	DIANA MAYU MI MOTOYAMA	00187
9	ELIANE PEREIRA CAVALCANTE	00808
10	ELIANE SILVA DE CAMPOS	00307
11	ELIZABETE CAMPOS DA SILVA	01393
12	ELZA NEIDE DA SILVA SOUSA	01168
13	FRANCIANE VIVEIROS	01470

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

032 CUIDADOR DE CRIANÇAS

Sala: 02 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	FRANCIELI FERREIRA DIAS FIGUEIREDO	00348
2	GILDETE DA SILVA SOUSA	01573
3	JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS FILHO	00561
4	JOSINETE DA VEIGA	01313
5	JULIANE ALVES DA SILVA	00918
6	KELLI PEREIRA FERNANDES	00531
7	LIDIANE MATOS DA COSTA	00981

8	LILIAN ALVES C OEL HO	00582
9	LOIDE TORMES GUSMÃO	00343
10	LUCILENE PEREIRA MARQUES	00151
11	LUCIVANIA ALVES DA SILVA	00549
12	MARIA DE NAZARÉ DE LIMA CONCEIÇÃO	00008
13	MARLENE APAR ECIDA DA SILVA	01974
14	MONICA DE CAMPOS GONÇALVES	00527
15	NEIDE BASTO DA SILVA	00984
16	PAMELA STEFANNI DA CRUZ ARRUDA	01735
17	PATRICIA MACEDO CARLINI	01352
18	RAIMUNDA FERREIRA DA CRUZ SILVA	00891
19	REGINA SANTANA QUEIROZ DE ARAUJO	01093
20	ROSANA MATIAS DE ALMEIDA	00438
21	ROSANGELA DE SOUSA DUTRA	00764
22	SANDRA BORGES PEREIRA PERUCHINI	00513
23	SIMONE DUARTE RIBEIRO	01712
24	STEPHANY SANTOS PINTO	01005
25	SUELLEN CRISTINA DA SILVA	01219
26	SUELY RODRIGUES DIAS	01762
27	TALITA GOMES DE SOUZA	01048
28	VANESSA C RISTINA DIAS SEABRA	01990
29	VERA LUCIA RIBEIRO	01360
30	VILSIANE SEAWRIGHT	00915

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

033 RECREADOR

Sala: 02 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	AGRIMAR WAÃMATE MARÃZACE	01387

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

033 RECREADOR

Sala: 03 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	CASSION ARAUJO DA SILVA	01506
2	CLEONILDA MACHADO DE OLIVEIRA	00575
3	DAYANA DE QUEIROZ AMARANTE	00478
4	DAYELLE COUTO DE SOUZA	00170
5	ELBA ALVES DA COSTA	00501
6	ELIADINA PEDZADARUTUO	00761
7	ELIANE GOMES LOIOLA	01399
8	ELIANE IVAZ	01489
9	ELIANE SANTOS AMARAL	01993
10	ELIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	01364
11	ELMIR AIAKAMYNA DIAS IACAUH	00562
12	EVANY KELLY ALMEIDA TAVARES	00900
13	FABIANA DE JESUS FERREIRA	00272
14	GUILHERME SEMTCHUK RITTER	00735
15	IRENE LOPES	01156
16	ISMAEL FERREIRA DO NASCIMENTO	00651
17	IVONE DE CAMPOS	00522
18	JACKSON IACAMYDA CUCURE	00648
19	JANAINA GARCIA SUZARTE D OS SANTOS	00826
20	JULIANA BATISTA	01311
21	LAERTE CORREA DA SILVA	01505
22	LEIDIANE IUCANIRO PAUKA	00960
23	LEILA MARIA DA CRUZ	00025
24	LUCAS MACIEL DA SILVA SOU ZA	01438
25	MADALENA MARQUES MOURA	01984
26	MARILDA DOS SANTOS BARBOSA LOPES	00491
27	MARIZETE MACHADO MENEZES	01424
28	MAYARA CRISTINA RAMOS DE OLIVEIRA	01076
29	NILVA BONFIM LOPES	01148
30	RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA	01675
31	RAIANE ALMEIDA DE OLIVEIRA	01046

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

033 RECREADOR

Sala: 04 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ROSIMEIRE GONÇALVES MARTINS	01218
2	SINELUCIA NUNES ALVES BARAUNA	01406
3	TATIANE DA SILVA FOLLY	01298
4	THAIS LOPES DE ANDRADE	01036
5	THAIS SILVA AMORIM	00273
6	THAYS DAVID FIGUEIREDO	00196
7	VANESSA SILVA AMORIM	00400
8	VERIDIANA BEATRIZ HIPPLER	00585

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

038 AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I

Sala: 04 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ALESSANDRA DE SOUZA PASSOS	00024
2	ALEXSANDRO MATOS MENEZES	00152
3	ALINE DOS SANTOS ROCHETE	01523
4	AMARILDO LUCAS DE OLIVEIRA JUNIOR	00509
5	CAMILA PAIXÃO MOR AES	01044
6	CLAUDIO JUNIOR BERTA	00825
7	CRISTIAN BARNNEY DA SILVA SOUSA	00376
8	DIONATAN OLIVEIRA SANTOS	01507
9	DIVINA OLIVEIRA CARDOSO	00914
10	EDILAINE MARIA DE SANTANA DE PONTES	00715
11	FABIULA FERREIRA LEITE	00520
12	GESIELI CANUIRO DA SILVA	02010
13	JAPSON OLIVEIRA SILVA	00564
14	JEAN VINICIUS RIBEIRO ALVES	00616
15	JOANA FERNANDES	01139
16	JOAO BATISTA ALMEIDA COSTA	01643
17	JOELMA DE OLIVEIRA	00443
18	JOSUE PEREIRA RODRIGUES	00989
19	KAREN SAMPAIO BERTA	01080
20	KAROLAINE SCHWERTNER DE CARVALHO	01837
21	LARISSA BITTENCOURT SOARES	01257
22	MARINALVA APARECIDA MACAUBA	00454
23	MIRIAN ALVES VEIGA	01992

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

038 AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA I

Sala: 05 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	PAULO JUAREZ DA SILVA MERTZ	01127
2	POLIANA ALCANTARA DO NASCIMENTO	01481
3	ROSANGELA QUEIROZ MARTINS	00448
4	ROSIMEIRE DE MORAES VIANA	00436
5	VALDIRENE SERAFIM DA SILVA	01767
6	VISVANIA R AMOS VEIGA	00903

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

039 AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Sala: 05 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	JADIR NASCIMENTO QUERINO	01165
2	JONATAN SCHNADELBACH DE MENEZES	01065
3	JOTA JEREZIEL DIAS DIONISIO	01058
4	LUIZ FRANCISCO VIEIRA FILHO	01879

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

041 ELETRICISTA DE REDE

Sala: 07 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ALESSANDRE SILVA	00655
2	ELIAS DIAS TERRAS	01435
3	GILBERTO BATISTA DE SOUZA	01483
4	ILDOMAR HIPPLER	01411
5	MARILEUSA SILVA SOUSA	02007
6	WELMES DE ARAUJO SOUZA	00387
7	WESLEY VILELA TEIXEIRA	00843

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

042 AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO

Sala: 05 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ALENIL DE PONTES LIMA	00490
2	ALESSANDRA DE LIMA RIBEIRO	01518
3	ANA FERREIRA LIMA	00449
4	ANA LUCIA PEREIRA LEORATO	01398
5	ANDREIA VELOSO ARAUJO	00047
6	ANDRESSA CAROLINA DE SOUZA BIAVATTI	01088
7	ANGELA MARIA SANTOS DIAS	02016
8	ARLENE OVIDIO TESKE	00452
9	ARLETE RODRIGUES DE PINHO	01741
10	AVALDINA ROSA DE SOUZA	01458
11	BEATRIZ AND RAD E D E SOUZA	00422
12	CINTIA CLEIA MOURA DA SILVA	00650
13	CLAUDIA OLIVEIRA DA COSTA	01973
14	CLAUDINÉIA RAMOS DE OLIVEIRA	00689
15	CLEUNICE PEREIRA OLIVEIRA	01858
16	CLEUZA SALETE TREPAK	00959
17	CRISTIANE MARTINS DE ALMEIDA	00637
18	DALVINA DIAS D OS SANTOS	00898
19	DEISE TERESINHA MARTINS GULARTE	01644
20	DELMAR PEREIRA DOS SANTOS	00280
21	DEURENICE GONÇALVES DE SOUZA	01842

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

042 AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO

Sala: 06 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	DEUVANIA DOMIN GOS DE FREITAS	01071
2	DIANA ALESSANDRA MARTINS	02012
3	EDIVÂNIA ALVES DE SOUZA	01910
4	ELISANGELA SANTOS DAVID	01428
5	ELIZABETI MOURA DA SILVA	01392
6	FLORINDA TEIXEIRA DE SOU ZA	00964
7	FRANCISCA DA SILVA HOPPEN	01129
8	IRACEMA FERREIRA DOS SANTOS	01236
9	JEFFERSON ANDRE DE OLIVEIRA	01475
10	JENIFFER DANIELLE FERREIRA DOS SANTOS	01402
11	JULIETA MEDONÇ A DA SILVA	01335
12	LARA TATIANE DE SOUZA PEREIRA	00661
13	LAUANE GOMES DE SA	01175
14	LUCIA SILVA DE LIMA	00510
15	LUCIANA MOREIRA FARIA	01166
16	LUZIA APARECIDA DA SILVA	01698
17	MARCELINA PEREIRA DOS SANTOS	00559
18	MARIA DAS MERCES DE FREITAS	01300
19	MARIA DE FATIMA DUARTE COSTA	01936
20	MARIA DE FÁTIMA SILVA DE SOUZA	01702
21	MARIA JOSE ALVES FERREIRA	01400
22	MARIA ROSIELDA FREITAS	01472
23	MARILEI PEREIRA DA SILVA	01783
24	MAURIZIA ALVES DA SILVA	01020
25	NELMA COSTA GONÇALVES	00413
26	OCRESINA DE SOUZA	00673
27	OLEANE DA CONCEIÇÃO SANTOS	00671
28	OLINDA RODRIGUES DOS SANTOS	00929

29	OSVALDINA R IBEIRO D E SOUZA	00638
30	ROSA MARIA PEREIRA DOS SANTOS	01110
31	ROSINDA AUXILIADORA MACHADO	01312

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

042 AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MUNICÍPIO

Sala: 07 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ROSINETE DA SILVA CORRÊA	00467
2	SANDRA BASTO DA SILVA	00589
3	SEBASTIÃO ANASTAC IO D A SILVA	01022
4	SECILMA SILVA DOS SANTOS	01145
5	SELCIANE ARAUJO DOS SANTOS	00301
6	SHIRLE DA SILVA LEITE	00037
7	SIMONI DIAS MACHADO	00675
8	THAILA CRISTINA DA SILVA NUNES	01174
9	VALDIRA RODR IGUES DE ALMEIDA	00507
10	VALTUIRA PEREIRA DE CARVALHO	00579
11	VANIA GOMES D E OLIVEIR A	00080

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

043 AGENTE DE SERV. GERAIS – (CASA TRANS.COR.DE MARIA)

Sala: 07 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ALINE LIMA DA SILVA	00525
2	DEBORA MATOS DOS SANTOS	01753
3	EDILEUZA RAMOS PEREIRA	01418
4	ELIDIELI OLIVEIRA DA SILVA	00991
5	FRANCINETE DE PAULA BARBOSA	00678
6	GENECI DOMINGAS DE MATOS	00365
7	GIANE MENDES DOS SANTOS	01520
8	LEIDELENA MORAES LINS	00884
9	PATRICIA GISELA TEODORO	01916
10	ROSINEIA KOPIOLSKI	00148

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

044 AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA RURAL

Sala: 07 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	CRISLAINI DA SILVA STUCH	01147
2	CRISTIANE APAREC ID A AMOROSO	00913
3	ELBA GOMES CORREA	01090

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

044 AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA RURAL

Sala: 08 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	JULEIDE TEREZINHA TORMES DA SILVA	00973
2	JUSSARA MARIA MORAIS OLIVEIRA	00086

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

045 AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI

Sala: 08 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADRIANA DA SILVA BRITO DE FARIA	01676
2	ANGELA MARIA DE SOUZA	01855
3	ANNA PAUL A EVANGELISTA DE CARVALHO	00287

4	APARECIDA FER REIRA DA CRUZ	01367
5	AVANILDA SOUZA SANTOS	00931
6	BIBIANO SOUSA CHAGAS	00055
7	CÉLIA MARIA AMÂNCIA DA SILVA	01361
8	CRISTIELLY OLIVEIRA	00669
9	DORALICE RODRIGUES DA SILVA	01359
10	ELIANE ALVES D A VEIGA DOS SANTOS	01514
11	ELIZANGELA PEREIRA DAS NEVES	00146
12	EZEQUIEL TSERENHIROTORE TSOAPRIWE	01375
13	IVANI DA SILVA FELIX	00548
14	IZAIAS FERREIRA DO NASCIMENTO	00926
15	JANAINA FABIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	01461
16	JOAQUIM ANGELICO DIAS	00556
17	JOVELINO MIGUEL DOS SANTOS	00643
18	JULIO FERREIRA DE OLIVEIRA	00003
19	KATIANE FURTADO DA SILVA	00753
20	LIDIO VIEIRA LUNA ROCHA	01856
21	LUCINEIA DA SILVA	01185
22	LUZINETE RODRIGUES DE ARRUDA	00077
23	MARIA APARECIDA DA SILVA	00668
24	MARIA APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA	00828
25	MARIA APARECIDASILVESTRE SILVA	00121
26	MARIA DE LOURDES FERREIRA DE SOUZA	01404
27	MARIA HELENA GOMES PEREIRA	00045
28	MARILENE DE SOUSA	00316
29	MARILZA DOS SANTOS	00021

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

045 AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA I - GARI

Sala: 09 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	MARINES BARBOSA	01717
2	MARINETE FELIX DA SILVA	00016
3	MARIZETE ALVES DE ALMEIDA	01052
4	MARTEMILDES CHAVES SOUZA CARVALHO	01239
5	NEIDE DOS SANTOS PINHO	00005
6	ORCELINA GOMES DOS SANTOS	00551
7	PATRICIA DE JESUS ANDRADE	01373
8	ROSALINO PEREIRA DE JESUS	00018
9	ROSENI DOS SANTOS SILVA	01016
10	TANIELLE STEFAN I FER REIRA DO AMARANTE	01627
11	TATIANE SAMARA MARQUES	00405
12	VLMA RIBEIRO DE SOUSA	01616

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

046 AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA II – COLETOR DE LIXO

Sala: 09 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ANILTON FERREIRA GARCIA	01137
2	IRON VIEIRA DINIZ	00796
3	JAIRO CLEMENTE DA SILVA	01307
4	JOVAIR LIBORIO DA SILVA	01626
5	LUIZ ALFREDO DA SILVA	01223
6	SIVALDO NERY DE OSUZA	00428

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

047 AGENTE DE MÃO DE OBRA PESADA

Sala: 09 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ALEXANDRE NOGUEIRA BORGES	00361
2	CLEMERSON RODOLFO FURTADO DA SILVA	00967
3	CRISTIAN DE GODOI	01212
4	GILSON ROSA XAVIER	00800
5	IVAN AUGUSTO DA SILVA	01603
6	LEIDIANA GONÇALVES TEIXEIERA	00653

7	MARCELO BRAZ VENUTI	00647
8	MOISES RODRIGUES DA LUZ	00798
9	ODAIR FERNANDES TONDORF	00830
10	RONAIR DOS SANTOS	01913
11	ROSEMBERG FERREIRA DA SILVA	00572
12	VALDEMIR GOMES COIMBRA	00711
13	WAGNER FERREIRA DE SOUSA GOMES	00388

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

049 CARPINTEIRO

Sala: 10 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	AURISINO DA CONCEIÇAO FERREIRA	00550
2	CARLOS FERREIRA DE SOUZA	00064

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

051 MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE

Sala: 10 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	CENAIR NUNES	01255
2	CLAUDIA PEREIRA DA SILVA	01526
3	DAVI JOSE FERREIRA	01073
4	DIOGO ALVES D A SILVA	01495
5	DIONE JOSE COELHO	00350
6	DOUGLAS CAMPOS DOS REIS	00536
7	EDILSON APAR ECIDO D E JESU S	01978
8	EUDEVAN APARECIDO DA SILVA	01320
9	IDERSON MARQUES BORGES	01135
10	JOÃO BATISTA CURCINO	00397
11	JOAO BATISTA FREIRE ALMEIDA	01554
12	JOEL DOURADO DE FRANÇA	01248
13	JOSÉ PAULO DOS SANTOS	01859
14	LAUREMY ROSA DE LIMA	00156
15	MABERSON BORGES LIMA	01281
16	MARIA DE LOURDES DE AGUIAR	01474
17	VALDEMIR PEREIRA RAMOS	01592
18	VALDOIRO PAIZANO LEITE	01224

003 ESCOLA ESTADUAL OSVALDO CANDIDO PEREIRA

AV. MATO GROSSO, 690 - CENTRO

053 VIGIA

Sala: 10 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADERCIDE DUARTE DA SILVA	00930
2	BENEDITO NOGUEIRA BORGES	01788
3	CLEONICE CANDIDA DA SILVA	00225
4	DELCIDE SANTOS SOUZA	00364
5	DJAIR DE FREITAS	00995
6	EDSON DE JESUS SILVA	00763
7	ELCIO FRANCO DOS SANTOS	01895
8	ELIAS MOURA DA SILVA	00732
9	FLAVIO BORGES LEAO	00299
10	GEOVA PEREIRA ORTIZ	00676
11	GUILHERME ANGELO PIRAN	00274

004 ESCOLA MUNICIPAL 17 DE DEZEMBRO

RUA XAVANTE, 313 - UNIÃO

050 MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO

Sala: 01 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADELMI LOPES DA SILVA	01157
2	AFONSO VIOLA NETO	00998
3	AGMAR FRANCISCO DA SILVA	00117

4	ALBINO FRANCISCO DA SILVA	00347
5	ALESSANDRO BUENO CARDOSO	01619
6	ALIAM PAULO PRIGOL	01922
7	ANACLETO FERREIRA GONÇALVES	00303
8	ANTONIO MARTINS CRUZ	01309
9	ARLINDO PEREIRA SIQUEIRA	01231
10	CARLOS ANDRE TORREZZAN	01194
11	CARLOS DONIZETE DA SILVA	00283
12	DIEGO WILLIAM PEREIRA DA SILVA	00923
13	EDEMILSON MENDES	01969
14	EDER MORESCO	01181
15	ELSON SILVA DE SOUZA	01180
16	FLAVIO DO NASCIMENTO SOUZA	01880
17	FLAVIO SILVA SOUZA	00430
18	GERONIMO PEREIRA DOS SANTOS	00389
19	GILBERTO DE OLIVEIRA BORGES	01003
20	GUIDO DA CONCEIÇÃO DA SILVA	00868
21	HENRIQUE ALVES DE ARRUDA	00142
22	HERMESON KAMIKIAVA	00440

004 ESCOLA MUNICIPAL 17 DE DEZEMBRO

RUA XAVANTE, 313 - UNIÃO

050 MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO

Sala: 02 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	IVO JOSE DE OLIVEIRA	01994
2	JOSE AGNALDO BARBOSA	01271
3	JOSE GERALDO LOPES	01372
4	JOSE ROBERIO ALVES D E SOUZA	01242
5	JURACI FRANCISCO DA SILVA	01484
6	LAURIANO CICERO DA CRUZ	00739
7	LEANDRO ALVES R OD RIGU ES	00803
8	LINDOMAR GALBIATI	00698
9	LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA	01238
10	MARCELO RODRIGUES DE JESUS	00133
11	MARCIO AIZZA NOGUEIRA	01317
12	MARCOS FÉLIX DA SILVA	01718
13	NABOR DOS REIS	00782
14	NELSON PAULINO DANTAS	00391
15	OGUIVALDO FRANCISCO DE QUEIRÓZ	01970
16	PABLO HENRIQUE MORAIS PEREIRA	01354
17	PAULO PEREIRA D A SILVA	01062
18	PECIVAL BARBOSAA DOMINGOS	01612
19	RAFAEL LEAL RUFINO	00453
20	REGINALDO DE SOUSA MEDEIROS	00407
21	RICARDO RODRIGUES DA SILVA	01918
22	RODRIGO DE CAMPOS ARRUDA	00881

001 ESCOLA MUNICIPAL 17 DE DEZEMBRO

RUA XAVANTE, 313 - UNIÃO

050 MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO

Sala: 03 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	SERGIO ALEX RODRIGUES LIMA	01120
2	VALDECY BARRETO DOS SANTOS	00950
3	VALDESON RODRIGUES SILVA	01232
4	VIRGILIO PEREIRA DE FRANÇA	00155

004 ESCOLA MUNICIPAL 17 DE DEZEMBRO

RUA XAVANTE, 313 - UNIÃO

052 OPERADOR DE MAQ. ROD.(PÁ CARREG. E MOTONIVELADORA)

Sala: 03 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	ADENIL AIRES DOS SANTOS	01324
2	ANTENOR MACHADO NETO	01778
3	ANTONIO DA SILVA LUIZ	01847
4	BRAZ FERREIRA	01667
5	DIONE DUARTE RIBEIRO	00716

6	DOMINGOS JOÃO SILVA	00771
7	EDIVAN LOPES MESQUITA	01812
8	FRANCISCO ANTONIO DE LIMA	01811
9	JOCELITO FRANCISCO DE OLIVEIRA	01846
10	JORDEL BORGES	01914
11	JORGE PEREIRA	01522
12	JOSE DILSON DE LIMA	01436
13	JOSIVAN CANDIDO DA SILVA	00309
14	JULIO COLUSSI	00604
15	LINDOMAR BETTEGA	00618
16	RICARDO RODRIGUES DA SILVA	00475
17	WEVERSON BRANDAO MIRANDA PASSOS	00189

004 ESCOLA MUNICIPAL 17 DE DEZEMBRO

RUA XAVANTE, 313 - UNIÃO

053 VIGIA

Sala: 03 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	HELENA DE SOUZA REIS	01384

004 ESCOLA MUNICIPAL 17 DE DEZEMBRO

RUA XAVANTE, 313 - UNIÃO

053 VIGIA

Sala: 04 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	HENRIQUE ADRIANO DE SOUZA PEREIRA	00636
2	ISAIAS PEREIRA DE MACEDO	01050
3	IVAIR FERREIRA D A SILVA	00317
4	JACSON OLIVEIRA BELEM	02020
5	JAILSON DA SILVA PEREIRA	01464
6	JAIRO PEREIRA ROSA	00687
7	JEREMIAS EUCLIDES DOS SANTOS	00458
8	JOANY GOMES DA SILVA	01980
9	JOSE ANTONIO DOS SANTOS	00532
10	JOSÉ FERREIRA DA SILVA	00922
11	JOSEMAR LUCAS DE OLIVEIRA	01321
12	JULIANA ROCHA DE SOUZA	02001
13	LEANDRO DAVI DEMSCHINSKI	00461
14	LUIZ CARLOS MARTINS GULARTE	01893
15	LUZIA IZABEL DE MORAES VIANA	00434
16	MARCOS SANTOS DO AMARAL	00662
17	MARCUS VINICIUS DE SOUZA	00524
18	MARIA APARECIDA ALMEIDA FERREIRA	01291
19	MARIA DE FATIMA PEREIRA DE OLIVEIRA	01499
20	MARIO FLAVIO DE SOUZA	00740
21	MICHAEL WILLIAN SILVA SOUZA	01757
22	MIRIAN DA SILVA MAGALHAES	00776

004 ESCOLA MUNICIPAL 17 DE DEZEMBRO

RUA XAVANTE, 313 - UNIÃO

053 VIGIA

Sala: 05 08:00 as 11:00 MATUTINO

#	Candidato	Inscrição
1	NATALIA DOS SANTOS PONTES	00032
2	PAULO FERREIRA PINTO	01079
3	PEDRO ADAUTO DAVID DA SILVA	01561
4	RAQUEL GOMES PEREIRA	02018
5	RICHARD PAULO SILVA SOUZA	01756
6	ROGERIO TSERENHITIRU	00415
7	ROGUINEI SILVA DE OLIVEIRA	00684
8	RONALDO FERREIRA DOS SANTOS	01371
9	ROSICLÉIA MARIA DE OLIVEIRA	00137
10	SERGIO MENDES DE SOUZA	00966
11	SIGNEY FRANCISCO DOS SANTOS	02009
12	SOLANGE XAVIER FERREIRA	01467
13	TATIANI VIEIRA DA SILVA	01034
14	VAGNER CIRILO DE SOUZA	01649
15	VALDINA DAVI DA SILVA	00147

16	VALDOMIRO TSAPRU	00485
17	VALERIA ANAVIDORI	01982
18	VANESSA MAR IA GOMES DA SILVA	01604
19	VICTOR HUGO DA SILVA	01844
20	WELLINGTON DOUGLAS DE SOUZA	01049
21	WELLINGTON SALES DA SILVA	01108

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA N 143/2015

PORTARIA N° 143 DE 01 DE JULHO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Exonerar o Srº. ELTON CAETANO DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o n°004.619.561-01, e portador do RG sob o nº 15636305SSP/MT, do Cargo Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devido o mesmo ter infringido os artigos 127, § 2º, artigo 203, inciso I e artigo 204, inciso IX, da Lei de nº 024 de 08 de dezembro de 1.997.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de julho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 75/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 47/2015 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OBJETO: Locação de Caminhões Pipa para atender o distrito do Salto da Alegria, Santiago do Norte e Paranatinga conforme a solicitação da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga.

VIGÊNCIA: 01/07/2015 A 01/07/2016

CONTRATADO: LD BATISTA-ME

VALOR DO CONTRATO: R$ 8.000,00(oito mil reais).

O Senhor VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor Claudecy Barretos dos Santos, Matrícula nº 1797, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Fiscal do Contrato nº 073/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta; O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor Volmir Colussi, Matrícula nº132, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 01 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 01 DE JULHO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA NA SECRETARIA DE GABINETE E PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Claudecy Barretos dos Santos e Volmir Colussi declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Claudecy Barretos dos Santos

FISCAL DE CONTRATO

Volmir Colussi

SUPLENTE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 74/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 47/2015 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OBJETO: Locação de Caminhões Pipa para atender o distrito do Salto da Alegria, Santiago do Norte e Paranatinga conforme a solicitação da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga.

VIGÊNCIA: 01/07/2015 A 01/07/2016

CONTRATADO: ROGERIO FREITAS STEIN - ME

VALOR DO CONTRATO: R$ 6.000,00(seis mil reais).

O Senhor VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor Claudecy Barretos dos Santos, Matrícula nº 1797, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Fiscal do Contrato nº 072/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta; O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor Volmir Colussi, Matrícula nº132, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 01 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 01 DE JULHO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA NA SECRETARIA DE GABINETE E PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Claudecy Barretos dos Santos e Volmir Colussi declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Claudecy Barretos dos Santos

FISCAL DE CONTRATO

Volmir Colussi

SUPLENTE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 73/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 47/2015 e a proposta

adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8. 666/93 e suas alterações posteriores. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OBJETO: Locação de Caminhões Pipa para atender o distrito do Salto da Alegria, Santiago do Norte e Paranatinga conforme a solicitação da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga.

VIGÊNCIA: 01/07/2015 A 01/07/2016

CONTRATADO: RIVANILDO CASADO DE OLIVEIRA

VALOR DO CONTRATO: R$ 8.000,00(oito mil reais).

O Senhor VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor Claudecy Barretos dos Santos, Matrícula nº 1797, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Fiscal do Contrato nº 071/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta; O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor Volmir Colussi, Matrícula nº132, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 01 de Julho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 01 DE JULHO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA NA SECRETARIA DE GABINETE E PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Claudecy Barretos dos Santos e Volmir Colussi declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Claudecy Barretos dos Santos

FISCAL DE CONTRATO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/ PRAZO AO CONTRATO 032/2013

Aditivo nº 01 ao contrato 032/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: Rogério Freitas Stein, Objeto: locação de imóvel para a instalação da Escola Municipal do Campo Moreira Cabral atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Período: 01/07/2015 a 31/01/2016

Paranatinga, 01 de Julho de 2015.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 073/2015

Contrato nº. 073/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado (a): LD Batista - ME Objeto: Locação de Caminhões Pipa para atender o distrito do Salto da Alegria, Santiago do Norte e Paranatinga conforme a solicitação da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga. Valor: R$ 8.000,00 (oito mil reais). 01-07-2015 a 01-07-2016.

Paranatinga - MT, 01 de Julho de 2015.

Dpto. Licitação e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 072/2015

Contrato nº. 072/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado (a): ROGERIO FREITAS STEIN - ME Objeto: Locação de Caminhões Pipa para atender o distrito do Salto da Alegria, Santiago do Nor-

te e Paranatinga conforme a solicitação da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga. Valor: R$ 6.000,00 (seis mil reais). 01-07-2015 a 01-07-2016.

Paranatinga - MT, 01 de Julho de 2015.

Dpto. Licitação e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 071/2015

Contrato nº. 071/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado (a) Rivanildo Casado de Oliveira. Objeto: Locação de Caminhões Pipa para atender o distrito do Salto da Alegria, Santiago do Norte e Paranatinga conforme a solicitação da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga. Valor: R$ 8.000,00 (oito mil reais). 01-07-2015 a 01-07-2016.

Paranatinga - MT, 01 de Julho de 2015.

Dpto. Licitação e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 047/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através da pregoeira nomeada pela portaria 123 de 08 de Junho de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, PREGÃO Nº. 047/2015 na modalidade Presencial, cujo objeto: Locação de Caminhões Pipa para atender o distrito do Salto da Alegria, Santiago do Norte e Paranatinga conforme a solicitação da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga. A empresa Rivaldo Casado de Oliveira foi vencedora do item 01 com o valor global de R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), A Empresa Rogerio Freitas Stein-ME foi vencedora do item 02 com o valor global de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), A Empresa LD Batista – ME foi vencedora do item 03 com o valor Global de R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

Paranatinga-MT, 01 de Julho de 2015.

Lúcia Aparecida de França Corrêa

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 015/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT.

CONTRATADA: TECNOESTE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de peças para motoniveladora VOLVO G 710, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Paranaíta/MT**.**

VIGÊNCIA: 26/06/2015 a 31/12/2015

VALOR: R$ 6.399,81 (Seis mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos).

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL *DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015*

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PARANAÍTA/MT, Ilma. Sra. Aguina Machado de Moraes, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Complementar nº 037/2011, e pelo Decreto nº 258/2015, faz publicar o Edital de Convocação para o Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016/2019.

1. **DO OBJETO**

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Complementar nº 037/2011, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. **DO CONSELHO TUTELAR**

2.1 O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2 o Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local.

2.3 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e 5 (cinco) vagas para seus conseqüentes suplentes; para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade como disposto editada pelo CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação em Diário Oficial ou equivalente, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

I – a documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

II – as regras do Processo de Escolha em Data Unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III – as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV – a regulamentação quanto as fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha Em Data Unificada; e

V – as vedações.

3. **DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR**

3.1 Reconhecida idoneidade moral;

3.2 Idade superior a vinte e um anos;

3.3 Residir no município ha mais de dois anos e:

3.4 Outros requisitos previstos em Lei Municipal nº LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 037/2011, (Reeditada pela Lei Complementar nº 049/2013 **(ANEXO III)**

3.5. apresentar todos os documentos da ficha de inscrição (ANEXO II)

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais.

4.2. O valor do vencimento será de: R$: 1.502,27, bem como gozarão os conselheiros dos Direitos previstos no art 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do adolescente.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa em 05 dias

6.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda

6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico (onde houver previsão legal em Lei Municipal), homologação e aprovação das candidaturas;

IV - Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V - Quinta Etapa: Formação inicial;

VI - Sexta Etapa: Diplomação e Posse.

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento em meio digital e/ou pessoalmente (modelo de requerimento deverá ser disponibilizado pelo Município em um anexo a este Edital), e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. A inscrição será efetuada pessoalmente e/ou meio digital (em local a ser definido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), logo após a publicação do Edital do Processo de Escolha dos pretendentes à função de conselheiro tutelar conforme previsto na Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

9.3 As inscrições serão realizadas no período de 01/07/2015 a 15/07/2015 no horário de expediente da Secretaria Municipal de Assistência Social-período matutino (07:00 as 11:00) e Periodo Vespertino (13:00 as 17:00) , de acordo com o prazo estabelecido no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Paranaita-MT.

9.4 A veracidade das informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9.5 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos em duas vias para fé e contrafé.

10. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

10.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11.3. O candidato impugnado terá 05 (cinco) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

11.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

11.5. No dia 17 de julho de 2015, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

11.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

12. DA TERCEIRA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

(onde houver previsão legal estabelecida por Lei Municipal)

12.1. O exame de conhecimento específico será aplicado no dia 26 de Julho de 2015, às 08:00 horas finalizando as 11:00 horas na escola Municipal Jucelino kubitschek de Oliveira no endereço Avenida Rosevelt Manoel Barbosa.

12.2. Entrevista com Psicólogo no dia 27 de Julho na sala de reuniões dos Conselhos, localizada na Secretaria de Assistência Social do Município Av: João Lopo de Souza.

12.3. Após publicação do resultado do exame de conhecimento específico e psicológico o candidato poderá interpor recurso no prazo de 05 dias para a Comissão Especial.

13. DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

13.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, horário local, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

13.3. O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação. .

14. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

14.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3 A Comissão Especial deverá definir a forma de apresentação do recurso.

4 Sugere-se a data de 10 de Agosto de 2015.

15. DO EMPATE

15.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Especifico (quando houver previsão); com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da criança e do adolescente; e, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada, ressalvado outro critério previsto em Lei Municipal.

16. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

17. DOS RECURSOS

17.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

17.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo (a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

17.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

17.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

17.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

17.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

18. DA QUINTA ETAPA - FORMAÇÃO

18.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos.

18.2. As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

19. DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

19.1 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 049/2013 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

20.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

20.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

20.4 Os anexos fazem parte integrante deste edital.

Paranaíta/MT, em 01 de julho de 2015.

AGUINA MACHADO DE MORAES

Presidente

ANEXO I

Cronograma Referente ao Edital 001/2015 do CMDCA

EVENTOS BÁSICOS	DATAS
Publicação do Edital	01/07/2015 a 05/07/2015
Inscrições na sede do CMDCA das 07h às 11h das 13h as 17h	01/07/2015 a 15/07/2015
Análise dos Requerimentos de inscrições	16/07 a 26/07/2015
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferida no mural do CMDCA e outros meios equivalente	30/07/2015
Prazo para recurso	01/08 a 05/08/2015
Análise dos recursos	06/08 a 17/08/2015
Divulgação do resultado dos recursos	18/08/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética	21/08/2015
Divulgação do local e horário de realização da Prova Objetiva, no mural do CMDCA, às 18h.	26/07/2015

ANEXO II

Modelo da ficha de inscrição

Documentos apresentados	
( ) Certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual	( ) Comprovante de votação nas últimas 03 eleições ou certidão de quitação com as obrigações eleitorais fornecida pela Justiça Eleitoral

( ) Diploma ou Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso (cópia)	( ) Comprovante de quitação com as obrigações militares (homens)
( ) Documento oficial de identificação (original e cópia)	( ) Declaração do candidato de que não foi penalizado com a destituição da função de conselheiro
( ) Conta de água, luz ou telefone fixo (cópia)	
( ) cópia autenticada do Título de eleitor	

ANEXO III

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 037/2011

(Reeditada pela Lei Complementar nº 049/2013)

DISPÕE “SOBRE A INSTITUIÇÃO, COMPOSIÇÃO, INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, reedito a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E DA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º - A instituição, instalação, composição e funcionamento de Conselho Tutelar, no Município de Paranaíta, de que trata o Título V da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o processo de escolha de seus membros, far-se-á na conformidade da presente Lei.

Art. 2º - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definidos na Lei n.º 8.069/90.

Art. 3º - O Conselho Tutelar tem suas atribuições definidas nos artigos 95, 131, 136, 191, da Lei Federal n.º 8.069/90.

Art. 4º - O Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros titulares e de 5 (cinco) suplentes, escolhidos na forma estabelecida por esta lei.

Art. 5º Permanece em pleno funcionamento o atual Conselho Tutelar.

Parágrafo único - A instituição de outros Conselhos dependerá da manifestação favorável e unânime do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério Público e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - O número de Conselhos Tutelares poderá ser ampliado, conforme os critérios a seguir:

I – população do município;

II – extensão territorial;

III – densidade demográfica;

IV – necessidades e problemas da população infanto-juvenil.

Art. 6º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionar as condições materiais, a estrutura administrativa e os recursos humanos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares.

§ 1º - Os Conselhos Tutelares funcionarão em prédios municipais ou em imóveis indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que arcará com as despesas de utilização dessas edificações.

§ 2º - Os locais referidos no § 1º deste artigo, destinados às atividades desempenhadas pelos Conselhos Tutelares, devem dispor de, no mínimo, 3 (três) dependências, 1 (um) banheiro, equipamentos e condições adequadas ao seu funcionamento.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - O atendimento oferecido pelo Conselho Tutelar será informal e personalizado, mantendo-se registro das ocorrências e providências adotadas em cada caso, observando-se o seguinte:

I - ação conjunta de, no mínimo, 02 (dois) conselheiros nos atendimentos efetuados no horário normal de funcionamento;

II - funcionarão de segunda-feira à sexta-feira, das 8:00 (oito) às 18:00 (dezoito) horas, com intervalo para almoço das 12:00 às 14:00 horas de modo a cumprirem, os Conselheiros, carga horária normal de 40 horas semanais independentemente dos plantões;

III - haverá plantão dos Conselhos Tutelares, e, obrigatoriamente, atendimento ininterrupto no período noturno e aos sábados, domingos e feriados.

SEÇÃO II

DO PLANTÃO

Art. 8º - O plantão será feito por apenas 01 (um) Conselheiro Tutelar em rodízio com os demais Conselheiros que fazem parte dos Conselhos Tutelares criados por esta Lei .

§ 1º Ocorrendo criação de novos Conselhos Tutelares, os novos Conselheiros participarão do plantão, na forma definida no “caput”.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará a escala mensal alternadamente de um Conselheiro de cada Conselho Tutelar existente, evitando que haja o desfalque por sobrecarga de plantões sob os seus membros.

Art. 9 - O Conselheiro plantonista atuará na estrutura do próprio Conselho, havendo para seu desempenho veículo, telefone fixo e móvel, motorista e equipe técnica de apoio.

Art. 10 - Durante a semana haverá toda noite um Conselheiro plantonista que ficará das 18:00 (dezoito) as 8:00 (oito) horas do outro dia. O Conselheiro plantonista não será obrigado a permanecer na sede do Conselho, bastando que mantenha consigo o telefone móvel de modo a ser rápida e facilmente localizado.

Art. 11 - Nos finais de semana e feriados haverá um Conselheiro plantonista das 8:00 (oito) às 18:00 horas do dia, sendo substituído por outro Conselheiro Plantonista que cobrirá o plantão da forma estabelecida no artigo anterior.

Art. 12 - Os Conselheiros exercem funções relevantes, recebendo remuneração com parâmetro a cargo comissionado, não sendo permitido o pagamento de horas extras pelo plantão efetuado.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - Os Conselheiros Tutelares e Suplentes devem ser escolhidos mediante voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos maiores de dezesseis anos residentes na respectiva região de atuação do Conselho Tutelar em processo de eleição.

§ 1º. Será condição de elegibilidade o aproveitamento em pelo menos 60% (sessenta por cento) em prova escrita elaborada pelo Promotor de Justiça da Comarca versando sobre Direito da Infância e Juventude. Caso o Promotor de Justiça não aceite elaborar a prova será a mesma feita pelo Procurador Jurídico do Município.

Parágrafo único - O Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente do Município fará o regulamento e condução do processo eleitoral dos membros dos Conselhos Tutelares, do qual dará a mais ampla publicidade, sendo fiscalizado, desde sua deflagração, pelo Ministério Público, sendo este comunicado de seu início.

Art. 14 - Os eleitores deverão apresentar o título eleitoral para registro e confrontação de dados na hora da votação e apuração, evitando duplicidade de votos em mais de uma urna receptora. Caso exista mais de um Conselho Tutelar instalado o eleitor deverá apresentar, também, comprovante de residência na respectiva região.

Art. 15 - Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Criança e Adolescente, o mandado do Conselheiro Tutelar é de quatro anos, permitida uma recondução, sendo vedadas medidas de qualquer natureza que abrevie ou prorrogue esse período. (Alterado pela Lei Complementar nº 049/2013)

Parágrafo Único – É permitida ao Conselheiro Tutelar, por uma única vez, a reeleição para o período subseqüente, em igualdade de condições com os demais participantes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, vedada qualquer outra forma de recondução, a posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subseqüente ao processo de escolha dos referidos conselheiros, ficando os atuais mandatos prorrogados até o dia 09 de janeiro de 2016. (Alterado pela Lei Complementar nº 049/2013)

SEÇÃO II

DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 16 - Somente poderão concorrer ao processo de escolha os candidatos que preencherem, até a data da posse, os seguintes requisitos:

I- reconhecida idoneidade moral;

II- idade superior a 21 anos;

III- residir no Município;

IV- estar no gozo dos direitos políticos;

V- residir na área de competência do respectivo Conselho Tutelar, caso haja mais de um;

VI- possuir o segundo grau completo.

Art. 17 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro ou sogra, genro e nora, irmão, cunhados, durante, o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único - Estende-se o impedimento previsto no “caput” deste artigo à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Art. 18 - É vedado que os candidatos tenham apoio financeiro e estrutura de partidos políticos.

Art. 19 - As normas suplementares da eleição para Conselheiros Tutelares fica a cargo do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO III

DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 20 - Concluída a apuração dos votos, o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da escolha, mandando publicar os nomes dos candidatos, números de sufrágios recebidos e o resultado da eleição.

§ 1º - Os cinco candidatos que obtiverem maior número de votos serão considerados eleitos, ficando os cinco demais candidatos, observada a ordem de votação, na condição de suplentes.

§ 2º - Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso.

§ 3º - Os cinco candidatos eleitos e os cinco suplentes, antes de serem nomeados e empossados, terão que passar por uma avaliação psicotécnica por técnicos indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º - Não havendo restrições no exame psicotécnico para os eleitos, serão então nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal, tomando posse no cargo de conselheiro no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

§ 5º - Ocorrendo a vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS

Art. 21 - Os Conselheiros Tutelares são considerados Agentes Honoríficos e sua remuneração mensal se dará por remuneração. (Alterado pela Lei Complementar nº 049/2013)

§ 1º - Fica fixado remuneração mensal no valor de R$1.334,00 (hum mil, trezentos e trinta e quatro reais). (Alterado pela Lei Complementar nº 049/2013)

§ 2º - Os Conselheiros Tutelares farão jus às seguintes vantagens e indenizações:

I – décimo terceiro salário;

II – diárias para deslocamentos a outros Municípios, cujo valor será fixado em ato do Poder Executivo, respeitado o limite máximo do valor da diária paga aos Secretários Municipais;

III - cobertura previdenciária; (Acrescentado pela Lei Complementar nº 049/2013)

IV - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; (Acrescentado pela Lei Complementar nº 049/2013)

V - licença-maternidade, de 120 (cento e vinte) dias consecutivos nos termos da legislação do Regime Geral da Previdência Social; (Acrescentado pela Lei Complementar nº 049/2013)

VI - licença-paternidade de 05 (cinco) dias nos termos do art. 34 da Lei Municipal nº 1.141 de 16 de Novembro de 2006. (Acrescentado pela Lei Complementar nº 049/2013)

§ 3º - Aplicam-se aos Conselheiros Tutelares os direitos sociais previstos nos incisos VIII, XVII, XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal.

§4º - A remuneração mensal dos Conselheiros Tutelares não gera quaisquer vínculos empregatícios, estatutário ou profissional com o Município de Paranaíta.

§ 5º - A Lei Orçamentária do Município deverá conter rubrica própria para a dotação dos recursos orçamentários necessários ao pagamento da remuneração dos Conselheiros e funcionamento regular das atividades dos Conselhos Tutelares com absoluta prioridade na sua execução.

§ 6º - Ao servidor público municipal investido nas funções de Conselheiro Tutelar, fica facultada a opção pela remuneração mencionada no “caput” deste artigo, renunciando à de seu cargo ou função, sem prejuízo dos respectivos direitos, vedada a acumulação de remunerações.

Art. 21-A - O direito ao gozo de férias será concedido de acordo com escala a ser feita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e encaminhada à Secretaria Municipal de Assistência Social, não podendo ser concedido a mais de 02 (dois) conselheiros no mesmo período. (Acrescentado pela Lei Complementar nº 049/2013)

Parágrafo Único - A concessão de férias será feita de forma que não prejudique o atendimento ininterrupto do Conselho Tutelar, previsto na Lei Municipal, devendo os demais Conselheiros realizar as escalas do Conselheiro que estiver em gozo de férias. (Acrescentado pela Lei Complementar nº 049/2013)

CAPÍTULO IV

DO CONTROLE, FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS CONSELHOS TUTELARES

Art. 22 - Fica criada a Corregedoria dos Conselhos Tutelares.

Art. 23 - A Corregedoria é o órgão de controle sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares.

Art. 24 - A Corregedoria será composta por 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e 1 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 25 - Compete à Corregedoria:

I - fiscalizar o cumprimento do horário dos Conselheiros Tutelares e a forma de plantão, de modo que compatibilize o atendimento à população 24 horas por dia ininterruptamente;

II - fiscalizar o regime de trabalho;

III - instaurar e proceder a sindicância para apurar a eventual falta grave cometida por um Conselheiro Tutelar no desempenho de suas funções;

IV - emitir parecer conclusivo nas sindicâncias instauradas e notificar o Conselheiro Tutelar sindicado de sua decisão;

V - remeter ao Prefeito Municipal, em reexame necessário, a sua decisão fundamentada.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 26 - Compete à Corregedoria instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por Conselheiro Tutelar no exercício de sua função.

Parágrafo único. O Ministério Público será informado da instauração da Sindicância para, caso deseje, acompanhá-la.

Art. 27 - Constitui falta grave:

I – usar de sua função em benefício próprio;

II – romper o sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar do qual faz parte;

III – exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua competência, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV – recusar-se a prestar atendimento;

V – aplicar medida de proteção sem a decisão do Conselho Tutelar do qual faz parte, salvo quando aplicada no plantão;

VI – deixar de comparecer no horário de trabalho estabelecido;

VII – exercer outra atividade incompatível com a dedicação exclusiva prevista nesta Lei.

Art. 28 - Constatada a falta grave, a Corregedoria poderá aplicar as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão não remunerada;

III – perda da função.

Art. 29 - Aplica-se a advertência nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII do artigo 27.

Parágrafo único - Nas hipóteses nos incisos II, IV e V, a Corregedoria poderá aplicar a penalidade de suspensão não remunerada, desde que não caracterizado o irreparável prejuízo pelo cometimento da falta grave.

Art. 30 - Aplica-se a penalidade de suspensão não remunerada ocorrendo reincidência comprovada, ou na hipótese prevista no inciso I do art. 27.

Art. 31 - Aplica-se a penalidade de perda da função quando, após a aplicação de suspensão não remunerada, o Conselheiro Tutelar cometer falta grave, regularmente constatada em sindicância.

Art. 32 - Na sindicância, cabe à Corregedoria assegurar o exercício do contraditório e da ampla defesa do Conselheiro Tutelar.

Art. 33 - A sindicância será instaurada por um dos membros da Corregedoria ou por denúncia de qualquer cidadão.

Parágrafo único - A denúncia poderá ser encaminhada por qualquer cidadão à Corregedoria, desde que escrita, fundamentada e com as provas indicadas.

Art. 34 - O processo de sindicância é sigiloso; devendo ser concluído em 60 dias após sua instauração, salvo impedimento justificado.

Art. 35 - Instaurada a sindicância, o sindicado deverá ser notificado previamente da data em que será ouvido pela Corregedoria.

Parágrafo único - O não comparecimento injustificado implicará na continuidade da sindicância.

Art. 36 - Após ouvido o sindicado, o mesmo terá 3 (três) dias para apresentar sua defesa prévia, sendo-lhe facultada consulta aos autos.

Parágrafo único - Na defesa prévia devem ser anexados documentos, indicadas as provas a serem produzidas, bem como o número de testemunhas a serem ouvidas, no máximo de 03 (três) por fato imputado.

Art. 37 - Ouvir-se-ão primeiro as testemunhas de acusação e posteriormente as de defesa.

Parágrafo único - As testemunhas de defesa comparecerão independente de intimação e a falta injustificada das mesmas não obstará o prosseguimento da instrução.

Art. 38 - Apresentadas as alegações finais, a Corregedoria terá 15 (quinze) dias para findar a sindicância, sugerindo o arquivamento ou aplicando a penalidade cabível.

Parágrafo único - Na hipótese de arquivamento, só será aberta nova sindicância sobre o mesmo fato, se este ocorrer por falta de provas, expressamente manifestada na conclusão da Corregedoria.

Art. 39 - Da decisão que aplicar penalidade haverá reexame necessário do Prefeito Municipal.

Parágrafo único - O Conselheiro poderá interpor recurso fundamentado, devendo apresentá-lo em 15 (quinze) dias, a contar da intimação pessoal do sindicado, ou de seu procurador, da decisão da Corregedoria.

Art. 40 - Caso a denúncia do fato apurado tenha sido dirigida por particular, quando da conclusão dos trabalhos, o denunciante deve ser cientificado da decisão da Corregedoria.

Art. 41 - Concluída a sindicância pela incidência de uma das hipóteses previstas nos artigos 228 a 258 da Lei Federal n.º 8069/90, cópia dos autos serão remetidos imediatamente ao Ministério Público, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 42 - Os editais de inscrição de candidatos para a primeira eleição após a promulgação desta lei deverá ocorrer noventa dias antes do término do mandado dos atuais Conselheiros e seus Suplentes.

Parágrafo Único: o tempo de mandato é contado de forma ininterrupta, seja ele exercido por titular ou suplente, sendo admitida prorrogação em razão de previsão para adequação. (Alterado pela Lei Complementar nº 049/2013)

Art. 43 - Para os Conselheiros Tutelares que até a data de publicação desta lei estiverem exercendo o seu primeiro mandato fica assegurada a participação no processo eleitoral para concorrerem ao segundo mandato, além de não necessitarem de apresentação dos requisitos do inciso VI do art. 16.

Parágrafo único - A regra estabelecida no “caput” deste artigo é excepcional e interpreta-se restritivamente ao caso especificado, não abrangendo os Conselheiros que exercem o segundo mandato, reconduzidos sob a égide da legislação anterior.

Art. 44 - A eleição será organizada mediante resolução do Conselho Municipal da Criança do Adolescente do Município.

Art. 45 - No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá elaborar o Regimento Interno dos Conselhos Tutelares, que será submetido a apreciação da Procuradoria Jurídica, devendo dispor sobre as reuniões, freqüências e demais normas relativas a seu funcionamento.

Art. 46 - Esta Lei terá efeito retroativo a 01 de dezembro de 2011.

Art. 47 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar Municipal n.014/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA/MT,

Em, 15 de janeiro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2015

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015 torna público que no Pregão Eletrônico que se trata o Edital nº. 001/2015, levado a efeito às 08h30min horas do dia 25 de Maio de 2015, foi declarada vencedora do Certame as Empresas: ALL MÉDICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ nº. 07.095.969/0001-32, para os itens: 191 e 210, CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 03.652.030/0001-70, para os itens: 07, 11, 20, 22, 29, 30, 32, 35, 38, 45, 47, 48, 50, 55, 68, 78, 82, 83, 87, 94, 105, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 130, 131, 133, 139, 140, 141, 142, 148, 151, 153, 158, 159, 162, 164, 165, 170, 172, 173, 186, 197, 203, 206, 223, 226, 228, 233, 241, 245, 251, 256, 257, 265, 267, 270, 272, 273, 274, 276, 278, 279, 282, 284, 285, 287, 289, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 337, 344, 345, 347, 348 e 349, DENTAL CENTRO OESTE LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 36.900.926/0001-80, para os itens: 09, 36, 39, 73, 74, 76, 175, 189, 204, 205 e 330, DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 12.927.876/0001-67, para os itens: 03, 33, 46, 51, 77, 113, 163, 167, 177, 298 e 341, INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 12.889.035/0001-02, para os itens: 02, 24, 27, 69, 70, 79, 84, 85, 89, 92, 93, 104, 124, 126, 132, 135, 136, 188, 215, 234, 237, 239, 244 e 268, GOLDENPLUS COM. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ nº. 17.472.278/0001-64, para os itens: 18, 25, 56, 98, 99, 116, 157, 183, 184, 193, 195, 208, 219, 238, 281 e 322, MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS, inscrita no CNPJ nº. 06.935.554/0001-67, para os itens: 01, 04, 06, 10, 19, 26, 37, 52, 53, 64, 66, 71, 117, 121, 128, 143, 145, 154, 156, 161, 166, 171, 180, 190, 211, 220, 221, 224, 240, 242, 243, 246, 253, 255, 258, 259, 264, 275, 288, 299, 329, 335 e 336, MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI – ME, inscrita no CNPJ nº. 20.918.668/0001-20, para os itens: 81, 91, 155, 199, 235, 291 e 346, PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 02.816.696/0001-54, para os itens: 05, 08, 14, 15, 16, 17, 21, 23, 54, 67, 72, 75, 80, 88, 90, 96, 97, 100, 101, 103, 107, 108, 127, 134, 137, 138, 150, 152, 160, 176, 178, 179, 207, 212, 227, 231, 249, 252, 260, 263, 271, 297, 301, 314, 317, 320, 321, 323, 327, 340, 343, 351 e 355, PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ nº. 10.749.915/0001-58, para os itens: 13, 129, 194, 196, 200, 202, 250, 254, 266, 269, 283 e 295, ROTILLI & MACHADO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 08.833.844/0001-25, para os itens: 63, 86, 147, 182, 192, 225, 277, 280, 315, 316, 318, 319 e 324. Os itens: 12, 28, 31, 34, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 95, 102, 106, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 144, 146, 149, 168, 169, 174, 181, 185, 187, 198, 201, 209, 213, 214, 216, 217, 218, 222, 229, 230, 232, 236, 247, 248, 261, 262, 286, 290, 292, 293, 294, 296, 300, 302, 303, 310, 325, 326, 328, 331, 332, 333, 334, 338, 339, 342, 350, 352, 353, 354, 356, 357 e 358 foram declarados fracassados.

Paranaíta/MT, 01 de Julho de 2015.

Luciane Raquel Brauwers

Pregoeira

Publique – se.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2015 - RP

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 045/2015, regido pela Lei nº. 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 153/2009 e Decreto Municipal nº. 837/2011, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneu 265/70 aro 16 - borrachudo, para *atender as necessidades da frota de veículos do* Município de Paranaíta/MT. Início da Sessão: dia 16/07/2015 - Horário: 08h00min. Credenciamento: das 07h30min às 08h00min. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.

Paranaíta/MT, 01 de Julho de 2015.

Lizandra Bertolini

Pregoeira

PREVPAR
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 024/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **AUXILIO DOENÇA** ao servidor **Sr. José Carlos Nunes".**

A Diretora Executiva do **PREVPAR** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei complementar Municipal nº 002/2005, de 01 de junho de 2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º

- Conceder o benefício de AUXILIO DOENÇA, ao servidor Sr. João Augusto Barroso, efetivo no cargo de Operador de Máquinas III lotado na Secretaria Municipal de Obras, com vencimentos integrais, a partir de 26 de Junho de 2015 e término em 24 de Agosto de 2015, conforme processo administrativo do PREVPAR, nº 2015.05.016.

Art. 2° - **A remuneração da parcela inerente ao término do beneficio do servidor supracitado.**

Art. 3º - Esta portaria tem seus efeitos retroagidos a data de 26 de Junho de 2015, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Paranaíta-MT., 01 de Julho de 2015

_____

Rosana Américo de Campos

Diretora Executiva

DEPARTAMENTO JURÍDICO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 259/2015.

SÚMULA*:* **"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1° - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Assistência Social, que acontecerá no dia **10 de julho de 2015.**

Art. 2º - Esta conferência tem como objetivo avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município de Paranaíta, tendo como tema: "Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA-MT

Em, 01 de julho de 2015.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N°03/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a realização da IV Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Paranaíta – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n° 55/1991, reeditada através da Lei Municipal n° 422/2013, reunido no dia 30 de Junho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1° Realizar a IV Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 10 de julho de 2015, com o tema: Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

. **Art. 2°** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação em locais de costume.

Paranaíta, 30 de Junho de 2015.

Aguina Machado de Morais

Presidente do CMDCA

Biênio 2015/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2015 - RP

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 044/2015, regido pela Lei nº. 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 153/2009 e Decreto Municipal nº. 837/2011, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Registro de preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada em confecção de tubos e bloquetes de concreto para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Paranaíta/MT. Início da Sessão: dia 15/07/2015 - Horário: 08h00min. Credenciamento: das 07h30min às 08h00min. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.

Paranaíta/MT, 01 de Julho de 2015.

Lizandra Bertolini

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO CARTA CONVITE 12/2015

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta, através da sua Comissão de Licitação nomeada pela portaria nº 164/2015, comunica aos interessados, que realizará o processo licitatório abaixo relacionado, nos termos da Lei federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

Modalidade: **CARTA CONVITE Nº 012/2015**

Processo Geral: **44/2015**

Objeto

Contratação de especializada em pintura de meio-fio no perímetro urbano da sede do Município.

O recebimento da documentação, proposta e julgamento, será no dia 13/07/2015 às 14:30 horas, os envelopes com a documentação e proposta serão recebidos até a data e horário acima especificados, na sala de licitações, situada a av. Fernando Correa da Costa, nº 940, centro, Pedra Preta-MT.

Para participação deste certame licitatório, deverá ser obtido o convite pelas empresas ou pessoas cadastradas no ramo pertinente, nos prazos previstos no Art. 22, §§ 2º e 3º da lei Federal 8.666/1993, no endereço acima discriminado.

Pedra Preta, 30 de Junho de 2015.

Erazilene Valentim Silva

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015- PR PRESENCIAL Nº 011/2015- PROCESSO Nº 020/2015.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT. Ass:** 18/06/2015. **PNEUS BARBOSA –LTDA ME, CNPJ sob nº 14.481.695/0001-85,** com o valor total de

R$ 283.801,50.

Ata ratificada por ANGELINA BENEDITA PEREIRA - Prefeita Municipal. EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015- PR PRESENCIAL Nº 011/2015- PROCESSO Nº 020/2015. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT**. Ass: 18/06/2015. HRP COMÉRCIO DE PNEUS EIRELLI -EPP, CNPJ sob nº 10.638.136/0001-85,, com o valor total de R$ 346.962,50. Ata ratificada por ANGELINA BENEDITA PEREIRA - Prefeita Municipal.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, situada ao lado da Praça São Carlos, nº 755 – CEP 78.855-000, representado neste ato pelo Srª. ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal. Objetivando rescindir unilateralmente o **CONTRATO de nº 019/2011**, observando as clausulas contratuais, ampara-se **no Artigo 78, inciso I, II, III, VII e VIII da Lei 8.666/93,** firmado com a empresa VGA CONSTRUÇÃO CIVIL - LTDA, C.N.P.J: 06.768.548/0001-62, assinado em 11/04/2011, que tem como objeto construção de centro público de cultura, no município de Planalto da Serra-MT, com recursos oriundos de **Contrato de Repasse nº 0307804-11/2009/MTUR/CEF**, conforme o edital de Tomada de Preço nº 008/2010, emite o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO**, ratificando-se que o referido contrato estará rescindido de pleno direito, a partir de sua publicação na imprensa oficial e demais meios legais. **CONSIDERANDOo (RDE) 00212.000498/2010-03 - CGU, causando evidentes prejuízos aos interesses da PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT,CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, Planalto da Serra, MT, 01/07/2015.**

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, situada ao lado da Praça São Carlos, nº 755 – CEP 78.855-000, representado neste ato pelo Srª. ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal. Objetivando rescindir unilateralmente o **CONTRATO de nº 045/2012**, observando as clausulas contratuais, ampara-se **no Artigo 78, inciso I, II, III, VII e VIII da Lei 8.666/93,** firmado com a empresa **ENGEMÉTRICA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, C.N.P.J: 86.921.905/0001-10**, assinado em 27/06/2012, que tem como objeto contratação de empresa para execução de obras de saneamento na rua ponta porá e avenida Santo Ângelo no município de Planalto da Serra-mt, com recursos oriundos do termo de **Convenio nº 11/2012** com a Secretaria de Estado das Cidades (SECID), conforme o edital de Tomada de Preço nº 003/2012, emite o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO**, ratificando-se que o referido contrato estará rescindido de pleno direito, a partir de sua publicação na imprensa oficial e demais meios legais.**CONSIDERANDO procedimento administrativo nº 08/2014 da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, pela razão inexecução parcial do seu objeto, causando evidentes prejuízos aos interesses da PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, Planalto da Serra, MT, 01/07/2015.**

.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, situada ao lado da Praça São Carlos, nº 755 – CEP 78.855-000, representado neste ato pelo Srª. ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal. Objetivando rescindir unilateralmente o **CONTRATO de nº 044/2012**, observando as clausulas contratuais, ampara-se **no Artigo 78, inciso I, II, III, VII e VIII da Lei 8.666/93,** firmado com a empresa ENGEMÉTRICA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, C.N.P.J: 86.921.905/0001-10, assinado em 26/07/2012, que tem como objeto a obra de infraestrutura para a pavimentação asfáltica nas ruas pontaporã e rua bandeirantes, com um total de 8.746,00 m, no município de Planalto da Serra-mt, com recursos oriundos do termo de **Convenio nº 20/2012** com a Secretaria de Estado de Transportes e pavimentação urbana(SETPU), conforme o edital de Tomada de Preço nº 002/2012, emite o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO**, ratificando-se que o referido contrato estará rescindido de pleno direito, a partir de sua publicação na imprensa oficial e demais meios legais.**CONSIDERANDO procedimento administrativo nº 03/2014 da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, pela razão inexecução total do seu objeto, causando evidentes prejuízos aos interesses da PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, Planalto da Serra, MT, 01/07/2015.**

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, situada ao lado da Praça São Carlos, nº 755 – CEP 78.855-000, representado neste ato pelo Srª. ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal. Objetivando rescindir unilateralmente o **CONTRATO de nº 048/2009**, observando as clausulas contratuais, ampara-se **no Artigo 78, inciso I, II, III, VII e VIII da Lei 8.666/93,** firmado com a empresa SÃO BENEDITO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, C.N.P.J: 01.831.795/0001-42, assinado em 03/03/2010, que tem como objeto Construção Recreativo e de Lazer/ Construção de Mini-Estadio, com recursos oriundos do **Contrato de Repasse nº 2628.0263126-50/2008/MINISTÉRIO DO ESPORTE/CAIXA**, conforme o edital de Tomada de Preço nº 006/2009, emite o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO**, ratificando-se que o referido contrato estará rescindido de pleno direito, a partir de sua publicação na imprensa oficial e demais meios legais.**CONSIDERANDO procedimento administrativo nº 02/2014 da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, pela razão inexecução parcial do seu objeto e** o (**RDE) 00212.000498/2010-03 - CGU, causando evidentes prejuízos aos interesses da PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, Planalto da Serra, MT, 01/07/2015.**

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, situada ao lado da Praça São Carlos, nº 755 – CEP 78.855-000, representado neste ato pelo Srª. ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal. Objetivando rescindir unilateralmente o **CONTRATO de nº 052/2009**, observando as clausulas contratuais, ampara-se **no Artigo 78, inciso I, II, III, VII e VIII da Lei 8.666/93,** firmado com a empresa G. DE ALMEIDA BRITO LTDA, C.N.P.J: 01.180.102/0001-07, assinado em 03/11/2009, que tem como objeto contratação de empresa especializada em construção civil para a construção de escola de ensino infantil no município de Planalto da Serra, conforme o edital de Tomada de Preço nº 007/2009, emite o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO**, ratificando-se que o referido contrato estará rescindido de pleno direito, a partir de sua publicação na imprensa oficial e demais meios legais.**CONSIDERANDO procedimento administrativo nº 01/2014 da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, pela razão inexecução parcial do seu objeto e** o (**RDE) 00212.000498/2010-03 - CGU, causando evidentes prejuízos aos interesses da PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, Planalto da Serra, MT, 01/07/2015.**

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, situada ao lado da Praça São Carlos, nº 755 – CEP 78.855-000, representado neste ato pelo Srª. ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal. Objetivando rescindir unilateralmente o **CONTRATO de nº 024/2012**, observando as clausulas contratuais, ampara-se **no Artigo 78, inciso I, II, III, VII e VIII da Lei 8.666/93,** firmado com a empresa ENGEMÉTRICA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, C.N.P.J: 86.921.905/0001-10, assinado em 10/04/2012, que tem como objeto Obra de infra estrutura urbana no município de Planalto da Serra-MT, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 0335981-58/2010/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA/SECID, conforme o edital de Tomada de Preço nº 001/2012, emite o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO**, ratificando-se que o referido contrato estará rescindido de pleno direito, a partir de sua publicação na imprensa oficial e demais meios legais. **CONSIDERANDO procedimento administrativo nº 04/2014 da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, pela razão inexecução parcial do seu objeto, causando evidentes prejuízos aos interesses da PREFEI-**

TURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, Planalto da Serra, MT, 01/07/2015.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, situada ao lado da Praça São Carlos, nº 755 – CEP 78.855-000, representado neste ato pelo Srª. ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal. Objetivando rescindir unilateralmente o **CONTRATO de nº 052/2010**, observando as clausulas contratuais, ampara-se **no Artigo 78, inciso I, II, III, VII e VIII da Lei 8.666/93,** firmado com a empresa ENGEMÉTRICA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, C.N.P.J: 86.921.905/0001-10, assinado em 02/07/2010, que tem como objeto Pavimentação Asfáltica e drenagem superficial de águas pluviais na Av. Santo Ângelo, Rua Rio Manso e Rua Projetada, loc. No centro e Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Planalto da Serra, com recursos oriundos do contrato de repasse nº 723321/2009/CEF/MTUR, conforme o edital de Tomada de Preço nº 007/2010, emite o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO**, ratificando-se que o referido contrato estará rescindido de pleno direito, a partir de sua publicação na imprensa oficial e demais meios legais.**CONSIDERANDO procedimento administrativo nº 05/2014 da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, pela razão inexecução parcial do seu objeto e** o (**RDE) 00212.000498/2010-03 - CGU causando evidentes prejuízos aos interesses da PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT, CNPJ (MF) 37.465.176/0001-29, Planalto da Serra, MT, 01/07/2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE POCONE - MT - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.261.588,43	0,00
Pessoal Ativo	1.212.928,36	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	48.660,07	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**1.261.588,43**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**44.341.419,56**	**-**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**1.261.588,43**	**2,85**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**2.660.485,17**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**2.527.460,91**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**2.394.436,66**	**5,40**

FONTE:

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE POCONE - MT - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.261.588,43	0,00
Pessoal Ativo	1.212.928,36	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	48.660,07	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**1.261.588,43**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**44.341.419,56**	**-**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**1.261.588,43**	**2,85**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**2.660.485,17**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**2.527.460,91**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**2.394.436,66**	**5,40**

FONTE:

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 981, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTëNCIA SOCIAL

E Då OUTRAS PROVIDëNCIAS.

JOSÉ EUCLIDES DOS SANTOS FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÖES LEGAIS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPïTULO I

DOS OBJETIVOS

ARTIGO 1º *- Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à implementação de programas da área social, voltadas à população de baixa renda.*

ARTIGO 2º *- Respeitados as competências exclusivas do Legislativo Municipal compete ao Fundo Municipal de Assistência Social:*

I - definir as prioridades para aplicação dos recursos do Fundo;

II - Estabelecer as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social;

III - atuar na formulação de estratégias e controle dos recursos do Fundo;

IV - propor critérios para programação e execução dos recursos do Fundo;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar os recursos do Fundo;

VI - definir para repasse dos recursos do Fundo;

VII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

VIII - zelar pela efetivação dos recursos do Fundo;

IX - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos repassados pelo Fundo;

X - dirimir dúvidas quanto a aplicação dos novos regulamentos relativos ao Fundo.

CAPïTULO II

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

ARTIGO 3º *- Fundo Municipal de Assistência Social será constituído de 08 (oito) membros a saber:*

I - representante(s) do Poder Executivo;

II - representante(s) do Poder Legislativo;

III - representante(s) de organizações comunitária;

IV - representante(s) de organizações religiosas;

V - representante(s) de sindicato dos trabalhadores;

VI - representante(s) de entidades patronais;

VII - representante(s) de usuários;

VIII - representante(s) de trabalhador da Assistência Social.

PARåGRAFO PRIMEIRO *- A designação dos membros do Fundo será feita por ato do Executivo.*

PARåGRAFO SEGUNDO *- A presidência do Fundo será exercida por representante do Executivo.*

PARåGRAFO TERCEIRO *- A indicação dos membros do Fundo representantes da Comunidade será feita pela organização ou entidades a que pertencem.*

PARåGRAFO QUARTO *- O número de representantes do Poder Público não poderá ser superior à representação da comunidade.*

PARåGRAFO QUINTO *- O mandato dos membros do Fundo será de dois anos, permitida a recondução.*

PARåGRAFO SEXTO *- O mandato dos membros do Fundo será exercido gratuitamente quando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, ou benefício de natureza pecuniária.*

PARåGRAFO SÉTIMO *- Os membros serão excluídos do Fundo e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas à 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas.*

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO

ARTIGO 4º *- O Fundo Municipal de Assistência Social terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio e obedecendo as seguintes normas:*

I - plenário como órgão de deliberação máxima;

II - O Fundo reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, na forma que dispuser o Regimento Interno.

ARTIGO 5º *- O Fundo poderá solicitar a colaboração de servidores do Poder Executivo para assessoramento em suas reuniões, podendo constituir uma Secretaria Executiva.*

ARTIGO 6º *- Constituirão receitas do Fundo:*

I - dotações orçamentárias próprias;

II - doações, auxílios e contribuições de terceiros;

III - recursos financeiras oriundos do Governo Federal e de outros órgãos público, recebidos diretamente por meio de Convênios;

IV - recursos financeiros oriundos de organizações internacionais de cooperação, recebidas diretamente ou por meio de convênio;

V - aparte de capital decorrente de realização de operações de crédito em instituição financeira oficiais, quando previamente autorizado em Lei específica;

VI - rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado de capitais;

VII - outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas, a exceção de impostos.

PARåGRAFO PRIMEIRO *- As receitas descritas neste artigo serão depositados obrigatoriamente em conta especial e ser aberta e mantida em agência de estabelecimento Urbano de Crédito.*

PARåGRAFO SEGUNDO *- Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades próprias os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social, objetivando o aumento das Receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.*

PARåGRAFO TERCEIRO *- Os recursos serão destinados com prioridades a projetos que tenham como proponentes organizações comunitárias, associações de moradores, entidades filantrópicas cadastradas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.*

ARTIGO 7º *- O Fundo de que trata a presente Lei ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.*

PARåGRAFO ûNICO *- O órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais à concessão dos seus objetivos.*

ARTIGO 8º *- São atribuições da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:*

I - administrar o Fundo de que trata a presente Lei e propor políticas de aplicação dos seus recursos;

II - submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com os programas sociais municipais, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e de acordo com as políticas delineadas pelo Governo Federal, no caso de utilização de recursos do Orçamento da União;

III - submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social as demonstrações, mensais de receita e despesa do Fundo;

IV - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior.

V - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo, e firmar Convênios e Contratos, inclusive empréstimos, juntamente com Governo do Município, referente a recursos que serão administrados pelo Fundo.

ARTIGO 9º *- O Fundo de que trata a presente Lei terá vigência ilimitada.*

ARTIGO 10 *- A presente Lei será regulamentada por Decreto do Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.*

ARTIGO 11 *- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ/MT, 30 DE DEZEMBRO DE 1994.

JOSÉ EUCLIDES DOS SANTOS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1038 DE 22 DE MAIO DE 1996

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSÉ EUCLIDES DOS SANTOS FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social.

ARTIGO 2º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada Exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da Lei e de Convênios no setor;

VI - produto de Convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - doações em espécies feitas diretamente ao Fundo;

VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Parágrafo 1º - A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela assistência social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

Parágrafo 2º - Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

ARTIGO 3º - O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento Financeiro, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Assitência Social - FMAS integrará o orçamento do Departamento de Promoção e Assistência Social.

ARTIGO 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do artigo 15 da Lei Orgânica da Assistência Social.

ARTIGO 5º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - As transferências de recursos para organizações governamentais e não-governamentais de Assistência Social se processarão mediante Convênios, Contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

ARTIGO 6º - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

ARTIGO 7º - Para atender às despesas decorrentes da implantação da presente Lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente Exercício, crédito adicional especial, obedecidas as prescrições contidas nos incisos I a IV, do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.

ARTIGO 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé/MT, 27 de Maio de 1996.

JOSÉ EUCLIDES DOS SANTOS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 027/2015

P O R T A R I A No 027/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **APARECIDA CRISTINA SOUZA E SILVA**, funcionária da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2013/2014, a partir de 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 26 de junho de 2015.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 029/2015

P O R T A R I A No 029/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **BENEDITO NORBERTO DA SILVA**, funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2012/2013, a partir de 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 26 de junho de 2015.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.363 DE 13 JUNHO DE 2005

INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI DE N º 1.038, DE 22 DE MAIO DE 1996, EM SEU ARTIGO 3º, QUE DISPÕE SOBRE A GERÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE POCONÉ MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Altera o artigo 3º da Lei nº 1.038, de 22 de maio de 1996, que dispõe sobre a gerência do Fundo Municipal de Assistência Social no Município de Poconé, que passará a ter a seguinte redação:

Artigo 3º - O FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social será gerido pelo Departamento de Assistência Social, sob orientação da Secretaria Municipal de Fazenda, e o controle social será exercido através do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé MT, 21 de junho de 2005.

Clóvis Damião Martins

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 053/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 053/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: E-TAG CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 - Fica estabelecido à prorrogação do prazo do objeto contratado pelo período de **10 DE MAIO DE 2015 a 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 054/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 054/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: EMAD CONSTRUTORA LTDA - ME

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 - Fica estabelecido à prorrogação do prazo do objeto contratado pelo período de **18 DE MAIO DE 2015 a 18 DE MAIO DE 2016.**

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.408 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006.

"CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica instituído o Fundo Municipal de Investimentos Sociais, destinado auferir recursos financeiros para a implementação dos programas sociais da municipalidade, em conformidade com o que dispõe o § l° do artigo 9° da Lei Estadual 8.059 de 29/12/2003.

Art. 2° Os recursos auferidos pelo Fundo Municipal de Investimentos Sociais devem ser destinados a permitir que todos possuam acesso a níveis dignos de subsistência, e serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde,emprego, reforço de renda familiar, qualificação profissional e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

§ 1°- Em nenhuma hipótese é permitida a utilização de recursos do Fundo para o pagamento de despesas com pessoal, ou com qualquer atividademeio.

§ 2°- Adotar-se-ão indicadores de resultados, como o Índice de Desenvolvimento Humano ou outros índices oficiais que venham a ser adotados pela Administração Pública.

Art. 3° Fica instituído um comitê para avaliar programas de investimentos sociais de interesse público, bem como, para receber as prestações de contas e avaliar seus resultados.

Parágrafo Único - O comitê será composto por 6 (seis) membros, sendo 03 (três) indicados pelo Poder Público Municipal e 03 (três) pela Sociedade Civil.

Art. 4° Constituem receitas do Fundo Municipal de Investimentos Sociais:

I – transferências direta a conta do fundo pelo Governo do Estado de Mato Grosso;

II – transferências à conta do Orçamento Geral do Município;

III - transferências da União;

IV - auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas nacionais ou estrangeiras;

V - juros bancários e outros rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de correção monetária;

VI - doações e legados;

VII - outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.

Art. 5° Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer as demais normas necessárias a operacionalização do Fundo Municipal de Investimentos Sociais, inclusive quanto às prestações de contas e à avaliação dos resultados.

Art. 6° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Lei Nº 1038 de 22 de maio de 1996.

Gabinete do Prefeito Municipal de Poconé, 27 de Novembro de 2.006..

Clóvis Damião Martins

Prefeito Municipal de Poconé

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 028/2015

P O R T A R I A No 028/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **ALEXANDRE DA COSTA NUNES**, funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2013/2014, a partir de 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 26 de junho de 2015.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 016/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2015

REGISTRO DE PREÇOS – PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS, COPA, COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE, MATERIAIS DIVERSOS E UTENSILIOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, copa, cozinha, material de limpeza, higiene, materiais diversos e utensílios para as secretarias municipais desta prefeitura, conforme Termo de Referência em anexo. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no dia 10/07/2015, às 09h00min,sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311, via e-mail: licitacaopb@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

Ponte Branca - MT, 01 de Julho de 2015.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

NOTIFICAÇÃO-MACRO CONSTRUTORA LTDA- EPP

CONTRATO Nº. 24/2013

Pela presente notificação o **MUNICIPIO DE PONTE BRANCA – MT**, sito a Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva, 300, centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.503.638.0001/33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob nº.3278465-3518663 SSP/GO , e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 592.832.541-04, residente e domiciliado na Rua Presidente Getulio Vargas, s/n°, centro, CEP 78.610.000 em Ponte Branca (MT), **NOTIFICA** a Empresa **MACRO CONSTRUTORA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ: 13.380.117/0001-90pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Avenida Historiador Rubens de Mendonça, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, CEP: 78.050-000, representada pela Srª. **MARIANA LUANA SILVEIRA,** brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº. 1.575.880-0 SSP-MT e inscrita no CPF nº. 035.504.061-10, residente à Rua Antigua, nº. 08, Bairro Jardins das Américas, Cuiabá-MT, para que dê início imediato a Obra de pavimentação asfáltica em vias urbanas na Rua Simião Martins Teixeira, Rua Acesso ao Rio Araguaia com a Rua Lazaro Domingos, Rua Cuiabá, Rua Zeomar, Rua Santos Dumont, Rua Setor Tamburi, Rua Setor Vila Nova e a pista dupla até o Trevo e a Rua Iraria Cândida, no Município de Ponte Branca, haja vista que já foi emitida nova Ordem de Serviços no dia 29 de Maio de 2015.

Fica a empresa advertida acerca do Item 04-2 do Contrato nº. 024/2013, no qual prevê que a mesma é obrigada a garantir a execução das obras, a continuidade e segurança do trafego nas vias públicas mantendo, inclusive, a respectiva sinalização exigida pela fiscalização dos serviços.

Ponte Branca - MT, 29 de Junho de 2015.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO-MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI -ME

CONTRATO Nº. 017/2015

Pela presente notificação o **MUNICIPIO DE PONTE BRANCA – MT**, sito a Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva, 300, centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.503.638.0001/33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob nº.3278465-3518663 SSP/GO , e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 592.832.541-04, residente e domiciliado na Rua Presidente Getulio Vargas, s/n°, centro, CEP 78.610.000 em Ponte Branca (MT), **NOTIFICA** pela segunda vez a Empresa **MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ: 20.267.664/0001-29,estabelecida à Avenida Licilo de Held, nº. 1378, Sala 03, Bairro Jardim Alvorada, Maringá - PR, CEP: 87.033-230, para que possa dar continuidade na execução dos serviços de elaboração do Concurso Público Municipal.

Fica a empresa advertida acerca do Item 5.1. do Contrato nº. 017/2015, no qual estipula o prazo de execução do contrato de 120 (cento e vinte dias). Sabendo que a Ordem de Serviço foi recebida pela empresa em 10 de Junho de 2015, o prazo máximo para execução será até 08 de Outubro de 2015.

Ponte Branca - MT, 29 de Junho de 2015.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO JUNHO/ 2015

Contrato n.º 076/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: *Empresa A F ESCOBEDO E CIA -ME*

Objeto: A CONTRATADA executará para o CONTRATANTE serviço de transporte de alunos nas zonas rural e urbana com atendimento emergencial, conforme está descrito no termo de referencia de numero 05/052/2015.

Disp. Gerais: Pregão no Sistema Registro de Preços nº. 046/2015 Valor: R$ 174.045,70 Data: 24/06/2015 Vigência: 24/06/2016

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO Nº 008/2015

Entidade: Câmara Municipal de Pontes e Lacerda			
Contrato 008/2015	ÓRGÃO CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE ADMINISTRATIVA CÂMARA MUNICIPAL	
	CONTRATADA ***CIDE VAGNER CÂNDIDO AGRA DE OLIVEIRA 72893672191***		
Data da Emissão 01/07/2015	Data Vencimento 31/12/2015	Valor R$ 70.500,00	Dotação 33.90.39
Objeto do Contrato: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, COMPREENDENDO PLANEJAMENTO, ESTUDO, PESQUISA, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS PUBLICITÁRIOS À VEICULAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E INSTITUCIONAIS, QUE SEJAM DE INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL.***			
Licitação Modalidade Convite 005/2015			

Pontes e Lacerda - MT, 01 de julho de 2015.

PEDRO VIEIRA

Vereador Presidente

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO JUNHO/ 2015

Contrato n.º 075/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: *Empresa M.F.V. RIBEIRO-SERVIÇOS-ME-ME*

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de desinfecção e manutenção no poço da Escola Municipal Cirila Francisca da Silva, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 05/208/2015 e demais documentos pertinentes ao Processo de Dispensa nº. 088/2015, que passam a integrar do presente contrato, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 088/2015 Valor: R$ 5.478,00 Data: 22/06/2015 Vigência: 31/08/2015

RESULTADO PREGÃO N.075/2015

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º177/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 101/2015 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 075/2015, cujo certame se deu às 08h do dia 30/06/2015; sagrou vencedora as empresas DENTAL CENTRO OESTE LTDA, vencedora dos itens 02,04,21,67,68,69,70,77,86,87,88,113,164,214,215,216,217,237,239,242, 245,246 E 250, com valor total de R$43.274,54 (quarenta e tres mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), L.P. COMERCIO E REP. ASSES. E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, vencedora dos itens 18,55,79,104,163,204,206,221,222,234,238,241,243,251 E 253, com valor total de R$28.541,49 (vinte e oito mil quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos),JM REP. DE MEDICAMENTOS E AMTERIAIS HOSPITALAR LTDA-ME, vencedora dos itens 44,51,56,57,61,89,97,98,111,112,140,178,207,213,240 e 252, com valor total de R$39.350,05 (trinta e nove mil trezentos e cinquenta reais e cinco centavos), GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI-ME, vencedora dos itens 06,255 e 256,, com valor total de R$45.050,00 (quarenta e cinco mil e cinquenta reais) e POLYPHARMA DIST. MEDICO HOSPITALAR LTDA, vencedora dos itens 01,03,05,07,09 a,17,19, a 43,45 a 50,52,53,54,58,59,60,62,63,65,66,71 a 76,78,80 a 84, 90 a 96, 99 a 103, 105 a 110, 114,115,116,121 a 139, 141 a 146, 148 a 162, 165 a 177, 201,202,205,208,209,218 a 220, 223,224,233,235,248,249,254 e 259, com valor total de R$134.624,15 (cento e trinta e quatro mil seiscentos e vinte e quatro reais e quinze centavos) . Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, Leandro Narciso da Costa ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 01 de julho de 2015.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL
1º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2015.

1º TERMO ADITIVO

Assunto: Aditivo de Valor.

Contrato nº 002/2015

Contratada: **R.R.P COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) PARA AS DESPESAS DE LOCOMOÇÃO DO VEÍCULO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA.

O Presente Termo aditivo do Contrato nº 002/2015, altera a clausula 3º do contrato original, relativo ao realinhamento de preço o valor unitário para R$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos) o litro do produto Gasolina Comum, acrescentando o valor total de R$ R$ 860,64 (oitocentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos) no contrato original, obedecendo à legislação específica (art. 57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

Pontes e Lacerda - MT, em 02 de junho de 2015.

PEDRO VIEIRA

Presidente da Câmara Municipal

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/JUNHO/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 012/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E *LACERDA*

CONTRATADA: EMPRESA C M CAMPOS DE ALMEIDA & CIA LTDA-ME

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO ESTIPULADO NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 012/2014, POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPOSIÇÕES LEGAIS: CONVITE Nº. 002/2014. DATA: 30/06/2015 PRAZO: 31/12/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO JUNHO/ 2015

Contrato n.º 075/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: *Empresa M.F.V. RIBEIRO-SERVIÇOS-ME-ME*

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de desinfecção e manutenção no poço da Escola Municipal Cirila Francisca da Silva, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 05/208/2015 e demais documentos pertinentes ao Processo de Dispensa nº. 088/2015, que passam a integrar do presente contrato, independente de transcrição.

Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 088/2015 Valor: R$ 5.478,00 Data: 22/06/2015 Vigência: 31/08/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº. 183/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: **EMPRESA INDIVIDUAL ARLENNE SANDEY MARCAL 93486243187**

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 183/2014, FACE À EMPRESA INDIVIDUAL ARLENNE SANDEY MARCAL 93486243187, QUE SE REFERE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTADOR SOCIAL QUE TENHA ENSINO MÉDIO COMPLETO PARA ATENDER O PROJETO CRAS, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 071/2014,

DATA: 25/06/2015

RESULTADO PREGÃO N.074/2015

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º174/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LABORATORIO PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 101/2015 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 074/2015, cujo certame se deu às 08h do dia 29/06/2015; sagrou vencedora as empresas DENTAL CENTRO OESTE LTDA, vencedora dos itens 04,05,12,21,22,24,29,38,40,42,52,111,117,119 E 120, com valor total de R$8.283,15 (oito mil, duzentos e oitenta e tres reais e quinze centavos), PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, vencedora dos itens 08,15,20,26,30,31,39,43,44,45,47,49,51,76,77,92,95,97,98,99,102,103,104 e 128, com valor total de R$29.107,70 (vinte e nove mil, cento e sete reais e setenta centavos), M.S. DIAGNOSTICA LTDA, vencedora dos itens 09,10,50,57,60,61,62,64,100,101,116 e 118, com valor total de R$23.692,20 (vinte e tres mil, seiscentos e noventa e dois reais e vinte centavos), NORGE PHARMA CENTRO OESTE GESTAO E COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA, vencedora dos itens 07,28 e 96, com valor total de R$583,40 (quinhentos e oitenta e tres reais e quarenta centavos), L. P. COMERCIO E REP. ASSES. E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, vencedora dos itens 11,13,19,25,59,112 e 113, com valor total de R$1.175,00 (um mil e centos e setenta e cinco reais), NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, vencedora dos itens 02,32,33,34,35,75,94,105,107,110,127 e 129, com valor total de R$22.373,15 (vinte e dois mil, trezentos e setenta e tres reais e quinze centavos), KATAL BIOTECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, vencedora dos itens 55,66,67,68,69,70,71,72,83,84,85,86,87 e 91, com valor total de R$93.905,00 (noventa e tres mil e novecentos e cinco reais) e RONDOLAB COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP, vencedora dos itens 01,03,06,16,17,18,27,36,37,41,46,48,53,54,58,63,78,88,89,90,106,114,121,122,123,124,125 e 130, com valor total de R$18.939,90 (dezoito mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa centavos) . Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, Leandro Narciso da Costa ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 01 de julho de 2015.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015-SRP Nº 021/2015.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, através do Pregoeiro Oficial senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 021/2015**, cujo objeto é o **contratação de empresa autorizada da marca Volkswagen habilitada para prestação serviço de funilaria e recuperação, pintura, tapeçaria, serviços mecânicos, serviços elétricos com fornecimento de material e peças na manutenção da Kombi de placa NJH-0849, motor flex. (álcool/gasolina), ano/modelo 2008/2008, pertencente a secretaria municipal de educação do município de Porto Alegre Do Norte/MT, constantes no anexo I, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais**, como não houve nenhum interessado em participar do evento, ocasionando uma licitação **DESERTA.** Diante do exposto**,** comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em **13/07/2015 às 14h00min.**

Porto Alegre do Norte/MT, 01 de Julho de 2015

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO N.º 042/2015

Decreto N° 00042/2015
Data: 29/05/2015
Sumula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 39.469,25 (trinta e nove mil , quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos)

Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,MATO GROSSO, no uso de su as atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei n° 4.320/64, e Lei Municipal n° 537/2015 - Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Credito Adicional Especial no valor de R$ 499.714,85(Quatrocentos e noventa e nove, setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco reais), por excesso de arrecadação.

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Crédito Adicional Especial no v alor de R$ 39.469,25 (trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), pa ra atender as seguintes dotações:

02 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS
02.020.0.1 - GABINETE DO PREFEITO
02.020.0.1.04.122.0020.2006 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO
3.1.90.13.00.00 - 0100000000 - Obrigações Patronais R$ 7.500,00
(sete mil e quinhentos reais)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050.0.1 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.301.0100.2036 - MANTER AS UNIDADES DE SAUDE DA FAMILIA - USF
3.1.90.13.00.00 - 0214010000 - Obrigações Patronais R$ 20.000,00
(vinte mil reais)
05.050.0.4 - FMS - MAC
05.050.0.4.10.302.0110.2077 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.30.00.00 - 0214017000 - Material de Consumo R$ 8.969,25
(oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
06.060.0.2.08.244.0140.2052 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS
3.3.90.36.00.00 - 0229000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 3.000,00
(três mil reais)

T O T A L R$ 39.469,25

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, II da Lei Federal n° 4.320/64,provenientes de excesso de arrecadação;

Art. 3°- Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, III da Lei Federal n° 4.320/64, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou creditos adicional.

02 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS
02.020 - GABINETE DO PREFEITO
02.020.0.1.04.122.0020.2006 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO
3.1.90.11.00.00 - 0100000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 5.212,50
(cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos)
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
03.030 - SETOR DE FINANÇAS E CONTROLE
03.030.0.2.04.123.0020.2009 - MANTER O SETOR DE FINANÇAS
3.1.90.04.00.00 - 0100000000 - Contratação por Tempo Determin R$ 2.287,50
(dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.301.0100.2040 - PROMOÇÃO DA SAUDE BUCAL
3.3.90.30.10.00 - 0102000000 - Material Odontologico R$ 8.969,25
(oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos)
05.050.0.1.10.301.0100.2076 - MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE
3.1.90.11.00.00 - 0102000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 20.000,00
(vinte mil reais)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
06.060 - DEPARTAMENTO DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
06.060.0.1.27.813.0090.2062 - CONTRIBUIÇÃO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO CALENDARIO MUNICIPAL
3.3.90.31.00.00 - 0100000000 - Premiações cult.art.cient.desp R$ 1.500,00
(um mil e quinhentos reais)
06.060 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
06.060.0.2.08.122.0020.1042 - INFORMATIZAÇÃO DOS CRAS
4.4.90.52.00.00 - 0100000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 1.500,00
(um mil e quinhentos reais)

T O T A L R$ 39.469,25

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA
Estado de MATO GROSSO
Em 29 de maio de 2015.

Mauro Andre Businaro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 005/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALARIO FAMILIA a servidora Srª ANDREA LUZIA DA SILVA."

O **Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.27 da Lei Municipal n.º 275/2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALARIO MATERNIDADES, a servidora Srª. ANDREA LUZIA DA SILVA, efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇO PUBLICO, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-SECRETARIA MUN. DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA, referente a ESTER SILVA PERRINARI RIBEIRO, sua filha menor de 14 (quatorze) anos, a partir de 11/06/2015 e com termino em 11/06/2029, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2015.09.00009P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 12/06/2015.

MAURO ANDRE FAZINGA BUSINARO

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PORTARIA 008/2015

PORTARIA Nº 008/ 2015

Dispõe sobre a Concessão de Férias Regulamentares a Servidora da Câmara Municipal de Porto Estrela- MT.

O Sr. Denisson Pedroso Brilhadori, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO o requerimento e o deferimento do pedido de1/3 férias do Servidora abaixo supramencionado, RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 1/3 de Férias regulamentares de 20 dias, a servidora efetivo desta Casa de Leis, cargo de **Recepcionista** Srª. **Rosimara Rodrigues da Silva**, referente ao período aquisitivo serem gozadas a partir de **11/07/2015 a 30/07/2015**, referente o exercício 2014.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 27 de Junho de 2015

Denisson Pedroso Brilhadori.

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
DECRETO N.º 039/2015

Sumula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 499.714,85 (quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos)

Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e Lei Municipal nº 537/2015 - Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Credito Adicional Especial no valor de R$ 499. 714,85(Quatrocentos e noventa e nove, setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco reais), por excesso de arrecadação.

DECRETA:21q

A**rt. 1º** - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 499.714,85 (quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos), para atender as seguintes dotações:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

04.040.0.5- DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL

04.040.0.5.12.361.0060.2015 - MANTER AS ATIVIDADES E SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.52.00.00 - 0222054000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 7.290,61

(sete mil, duzentos e noventa reais e sessenta e um centavos)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

08.080.0.1 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

08.080.0.1.20.606.0050.1045 - ADQUIRIR PATRULHA MECANIZADA E IMPLEMENTOS AGRICOLA

4.4.90.52.00.00 - 0224054000 - Equip. e Material Permanentes R$ 487. 500,00

(quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais)

08.080.0.1.20.606.0050.1069 - AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA

4.4.90.52.00.00 - 0100000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 4.924,24

(quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos)

T O T A L..... R$ 499.714,85

Art. 2º - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo nº 43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64,provenientes de excesso de arrecadação;

Art. 3°- Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, III da Lei Federal n° 4.320/64, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou créditos adicional.

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

08.080.0.1 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

08.080.0.1.20.606.0050.1045 - ADQUIRIR PATRULHA MECANIZADA E IMPLEMENTOS AGRICOLA

4.4.90.52.00.00 - 0100000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 4. 924,24

(quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos)

T O T A L ..... R$ 4.924,24

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, 25 de Maio de 2015.

Mauro Andre Businaro

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
DECRETO N.º 038/2015

Sumula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ **927.040,02** (novecentos e vinte e sete mil, quarenta reais e dois centavos).

Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e Lei Municipal nº 536/2015 - Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Credito Adicional Especial no valor de R$ 927.040,02 (Novecentos e vinte mil reais mil, quarenta reais e dois centavos), por excesso de arrecadação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **927.040,02** (novecentos e vinte e sete mil, quarenta reais e dois centavos), para atender as seguintes dotações:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

09.090.0.1 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL

09.090.0.1.26.782.0040.2079 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS – FETHAB

3.3.90.30.00.00 - 0230000000 - MATERIAL DE CONSUMO R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)

3.3.90.39.00.00 - 0230000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 227.040,02 (duzentos e vinte e sete mil, quarenta reais e dois centavos)

4.4.90.51.00.00 - 0230000000 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

4.4.90.52.00.00 - 0230000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

T O T A L .....R$ 927.040,02

Art. 2º - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo nº 43, §1º,II da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes de excesso de arrecadação;

T O T A L .....R$ 0,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Estrela Estado de Mato Grosso

Em 25 de maio de 2015.

Mauro Andre Businaro

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO N.º 034/2015

Decreto N° 00034/2015
Data: 18/05/2015
Sumula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 155.077,28 (cento e cinquenta e cinco mil, setenta e sete reais e vinte e oito centavos)

Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei n° 4.320/64, e Lei Municipal n° 537/2015 - Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Credito Adicional Especial no valor de R$ 499.714,85(Quatrocentos e noventa e nove, setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco reais), por excesso de arrecadação.

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 155.077,28 (cento e cinquenta e cinco mil, setenta e sete reais e vinte e oito centavos), para atender as seguintes dotações:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04.040.0.5 - DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL
04.040.0.5.12.361.0060.2021 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.39.00.00 - 0215052000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 6.000,00
(seis mil reais)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050.0.1 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.301.0100.1030 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS POSTOS DE SAUDE
4.4.90.51.00.00 - 0102000000 - Obras e Instalações R$ 52.069,77
(cinquenta e dois mil, sessenta e nove reais e setenta e sete centavos)
05.050.0.1.10.301.0100.2036 - MANTER AS UNIDADES DE SAUDE DA FAMILIA - USF
3.3.90.30.99.00 - 0214010000 - Outros Materiais de Consumo R$ 12.000,00
(doze mil reais)
05.050.0.4 - FMS - MAC
05.050.0.4.10.122.0020.2075 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA E CENTRAL DE REGULAÇÃO
3.3.90.39.00.00 - 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 10.000,00
(dez mil reais)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
06.060.0.1 - DEPARTAMENTO DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
06.060.0.1.27.813.0090.2062 - CONTRIBUIÇÃO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO CALENDARIO MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 200,00
(duzentos reais)
06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
06.060.0.2.08.243.0140.2046 - MANTER AS ATIVIDADES DO CDCA E CONSELHO TUTELAR
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 1.500,00
(um mil e quinhentos reais)
06.060.0.2.08.243.0140.2058 - MANUTENÇÃO DO INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS - IGD/SUAS
3.3.90.30.00.00 - 0229000000 - Material de Consumo R$ 500,00
(quinhentos reais)
4.4.90.52.00.00 - 0229000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 1.107,51
(um mil, cento e sete reais e cinquenta e um centavos)
06.060.0.2.08.244.0140.2052 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS
3.3.90.39.00.00 - 0229000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
06.060.0.2.08.244.0140.2055 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
3.3.90.30.00.00 - 0229000000 - Material de Consumo R$ 7.000,00
(sete mil reais)
06.060.0.2.08.244.0140.2056 - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS
3.3.90.30.00.00 - 0229000000 - Material de Consumo R$ 3.500,00
(três mil e quinhentos reais)
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
09.090.0.1 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL
09.090.0.1.04.122.0020.2071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 40.000,00
(quarenta mil reais)
09.090.0.1.26.782.0040.1051 - ABERTURAS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 2.500,00
(dois mil e quinhentos reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 13.700,00
(treze mil e setecentos reais)

T O T A L R$ 155.077,28

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, II da Lei Federal n° 4.320/64,provenientes de excesso de arrecadação;

Art. 3°- Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, III da Lei Federal n° 4.320/64, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou creditos adicional.

02 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS
02.020 - CONTROLARIA GERAL
02.020.0.2.04.124.0020.2007 - MANTER O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 351,01
(trezentos e cinquenta e um reais e um centavo)
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.030 - COORDENAÇÃO DA ADMISTRAÇÃO GERAL
03.030.0.1.04.122.0020.2008 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA E DEPENDÊNCIAS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 20.000,00
(vinte mil reais)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04.040 - DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA
04.040.0.1.12.361.0060.2074 - MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00.00 - 0215053000 - Material de Consumo R$ 15.000,00
(quinze mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0215053000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 10.000,00
(dez mil reais)
04.040.0.1.12.364.0170.2018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
04.040 - FUNDEB
04.040.0.2.12.365.0070.2024 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB
3.3.90.30.00.00 - 0219037000 - Material de Consumo R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
04.040 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
04.040.0.4.13.392.0080.2031 - PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 3.170,00
(três mil e cento e setenta reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 3.999,00
(três mil e novecentos e noventa e nove reais)
04.040 - DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL
04.040.0.5.12.361.0060.1009 - REFORMAR E AMPLIAR ESCOLA MUNICIPAL IZABEL DOS SANTOS FARIA
3.3.90.36.00.00 - 0101000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 3.127,50
(três mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0101000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 5.212,50
(cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0101000000 - Obras e Instalações R$ 7.297,50
(sete mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)
04.040.0.5.12.361.0060.2017 - MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA
3.3.90.30.00.00 - 0101000000 - Material de Consumo R$ 4.425,00
(quatro mil e quatrocentos e vinte e cinco reais)
3.3.90.36.00.00 - 0101000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 5.212,50
(cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0101000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 5.212,50
(cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.122.0020.1028 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
4.4.90.52.00.00 - 0102000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 12.069,77
(doze mil, sessenta e nove reais e setenta e sete centavos)
05.050 - FMS - GESTAO SUS
05.050.0.5.10.302.0020.2033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO
3.3.90.30.09.00 - 0102000000 - Material Farmacologico R$ 7.000,00
(sete mil reais)
3.3.90.30.22.00 - 0102000000 - Material de Limpeza e Producao R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
3.3.90.30.39.00 - 0102000000 - Material para Manutencao de Ve R$ 15.000,00
(quinze mil reais)
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
09.090 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL
09.090.0.1.26.451.0040.2073 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS VIAS URBANAS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 4.925,00
(quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 5.212,50
(cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.862,50
(dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

T O T A L R$ 155.077,28

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA
Estado de MATO GROSSO
Em 18 de maio de 2015.

Mauro Andre Businaro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO N.º 032/2015

Decreto N° 00032/2015
Data: 11/05/2015
Sumula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 374.720,85 (trezentos e sete nta e quatro mil, setecentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos)
Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,MATO GROSSO, no uso de su as atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei n° 4.320/64, e Lei Municipal n° 537/2015 - Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Credito Adicional Especial no valor de R$ 499.714,85(Quatrocentos e noventa e nove, setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco reais), por excesso de arrecadação.

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Crédito Adicional Especial no v alor de R$ 374.720,85 (trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte reais e oitenta e cinco centavo s), para atender as seguintes dotações:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04.040.0.5 - DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL
04.040.0.5.12.361.0060.1008 - CONSTRUÇÃO DE GINASIO DE ESPORTE DA ESCOLA IZABEL SANTOS FARIA
4.4.90.51.00.00 - 0222054000 - Obras e Instalações R$ 374.720,85
(trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos)

T O T A L R$ 374.720,85

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, II da Lei Federal n° 4.320/64,provenientes de excesso de arrecadação;

Art. 3°- Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, III da Lei Federal n° 4.320/64, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou creditos adicional.

T O T A L R$ 0,00

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA
Estado de MATO GROSSO
Em 11 de maio de 2015.

Mauro Andre Businaro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO N.º 031/2015

Decreto N° 00031/2015
Data: 04/05/2015
Sumula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 208.522,31 (duzentos e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos)

Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,MATO GROSSO, no uso de su as atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei n° 4.320/64, e Lei Municipal n° 537/2015 - Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Credito Adicional Especial no valor de R$ 499.714,85(Quatrocentos e noventa e nove, setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco reais), por excesso de arrecadação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Crédito Adicional Especial no v alor de R$ 208.522,31 (duzentos e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos), para a tender as seguintes dotações:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
03.030.0.2 - SETOR DE FINANÇAS E CONTROLE
03.030.0.2.04.123.0020.2009 - MANTER O SETOR DE FINANÇAS
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.500,00
(dois mil e quinhentos reais)
03.030.0.2.28.843.0030.9002 - SERVIÇO DA DIVIDA - RPPS
3.2.91.21.00.00 - 0100000000 - Juros s/a Dívida p/Contrato - RPPS R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04.040.0.2 - FUNDEB
04.040.0.2.12.361.0060.2023 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.3.90.30.00.00 - 0219037000 - Material de Consumo R$ 4.000,00
(quatro mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0219037000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 500,00
(quinhentos reais)
04.040.0.5 - DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL
04.040.0.5.12.361.0060.1008 - CONSTRUÇÃO DE GINASIO DE ESPORTE DA ESCOLA IZABEL SANTOS FARIA
4.4.90.51.00.00 - 0222054000 - Obras e Instalações R$ 129.149,76
(cento e vinte e nove mil, cento e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos)
04.040.0.5.12.361.0060.2013 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00.00 - 0101000000 - Material de Consumo R$ 10.000,00
(dez mil reais)
04.040.0.5.12.361.0060.2015 - MANTER AS ATIVIDADES E SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00.00 - 0101000000 - Material de Consumo R$ 2.500,00
(dois mil e quinhentos reais)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050.0.1 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.301.0100.2036 - MANTER AS UNIDADES DE SAUDE DA FAMILIA - USF
3.3.90.30.99.00 - 0214010000 - Outros Materiais de Consumo R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
05.050.0.1.10.301.0100.2038 - MANTER AS ATIVIDADES E SERVIÇOS DOS ACS
3.3.90.30.00.00 - 0102000000 - Material de Consumo R$ 300,00
(trezentos reais)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
06.060.0.2.08.244.0140.2049 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA - PAIF
3.3.90.39.00.00 - 0229000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 1.500,00
(um mil e quinhentos reais)
06.060.0.2.08.244.0140.2052 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS
3.3.90.30.00.00 - 0229000000 - Material de Consumo R$ 3.000,00
(três mil reais)
06.060.0.2.08.244.0140.2056 - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS
3.3.90.36.00.00 - 0229000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0229000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
06.060.0.3 - GABINETE DO SECRETARIO
06.060.0.3.08.122.0020.2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.90.32.00.00 - 0100000000 - Material, Bem ou serviço para Distribuição Gratuita R$ 1.972,55
(um mil, novecentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
09.090.0.1 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL
09.090.0.1.26.782.0040.1051 - ABERTURAS E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 1.000,00
(um mil reais)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 100,00
(cem reais)
09.090.0.2 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
09.090.0.2.17.512.0130.2012 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 22.000,00
(vinte e dois mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 10.000,00
(dez mil reais)

T O T A L R$ 208.522,31

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, II da Lei Federal n° 4.320/64,provenientes de excesso de arrecadação;

Art. 3°- Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, III da Lei Federal n° 4.320/64, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou creditos adicional.

02 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS
02.020 - GABINETE DO PREFEITO
02.020.0.1.04.122.0020.2003 - MANTER O GABINETE E DEPENDÊNCIAS
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 1.250,00
(um mil e duzentos e cinquenta reais)
02.020.0.1.04.122.0020.2006 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 5.212,00
(cinco mil e duzentos e doze reais)
02.020 - CONTROLARIA GERAL
02.020.0.2.04.124.0020.2007 - MANTER O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 1.250,00
(um mil e duzentos e cinquenta reais)
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
03.030 - COORDENAÇÃO DA ADMISTRAÇÃO GERAL
03.030.0.1.04.122.0020.1005 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PREDIO DA PREFEITURA
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 488,54
(quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 7.000,00
(sete mil reais)
03.030.0.1.04.122.0020.1048 - CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 7.297,50
(sete mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)
03.030.0.1.04.122.0020.2008 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA E DEPENDÊNCIAS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 18.000,00
(dezoito mil reais)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 18.000,00
(dezoito mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 10.000,00
(dez mil reais)
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04.040 - DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA
04.040.0.1.12.361.0060.2074 - MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.90.36.00.00 - 0215053000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 3.000,00
(três mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0215053000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 10.000,00
(dez mil reais)
4.4.90.52.00.00 - 0215053000 - Equip.e Material Permanentes R$ 10.000,00
(dez mil reais)
04.040 - DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER
04.040.0.3.27.812.0090.1017 - CONSTRUIR CAMPOS DE FUTEBOL SOÇAITE - COMUNIDADES RURAIS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0224054000 - Obras e Instalações R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
04.040.0.3.27.812.0090.1018 - CONSTRUIR ARQUIBANCADAS E ILUMINAÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0224054000 - Obras e Instalações R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
04.040.0.3.27.812.0090.1020 - CONSTRUIR PISTAS PARA PROVAS DE TAMBOR E LAÇO
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0224054000 - Obras e Instalações R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
04.040.0.3.27.812.0090.1021 - REFORMAR O GINASIO DE ESPORTE MIGUEL GRAMULHA NETO
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)

4.4.90.51.00.00 - 0224054000 - Obras e Instalações R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
04.040.0.3.27.812.0090.1022 - REFORMAR VESTIARIO E MUROS DO ESTADIO MUNICIPAL
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0224054000 - Obras e Instalações R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
04.040.0.3.27.812.0090.2025 - MANTER AS ATIVIDADES ESPORTIVAS, TREINAMENTOS E PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕ
ES
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 3.872,55
(três mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 3.000,00
(três mil reais)
04.040 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
04.040.0.4.13.392.0080.1019 - CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 4.500,00
(quatro mil e quinhentos reais)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 2.000,00
(dois mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.000,00
(dois mil reais)
04.040 - DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL
04.040.0.5.12.361.0060.1007 - ADQUIRIR UM CARRO LEVE PARA A SECRETARIA
4.4.90.52.00.00 - 0101000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 15.000,00
(quinze mil reais)
04.040.0.5.12.361.0060.1010 - CONSTRUIR ESCOLA NA SEDE DO MUNICIPIO
4.4.90.51.00.00 - 0222054000 - Obras e Instalações R$ 3.348,75
(três mil, trezentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)
04.040.0.5.12.361.0060.1014 - CONSTRUIR ESCOLA NA COMUNIDADE VÃO GRANDE
4.4.90.51.00.00 - 0222054000 - Obras e Instalações R$ 3.348,75
(três mil, trezentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)
04.040.0.5.12.361.0060.1024 - IMPLANTAR LABORATORIO DE INFORMATICA EM ESCOLAS DA ZONA RURAL
3.3.90.30.00.00 - 0101000000 - Material de Consumo R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
3.3.90.36.00.00 - 0101000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0101000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.085,00
(dois mil e oitenta e cinco reais)
4.4.90.52.00.00 - 0224055000 - Equip.e Material Permanentes R$ 5.212,50
(cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos)
04.040.0.5.12.361.0060.2021 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.36.00.00 - 0215052000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 9.999,96
(nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.301.0100.1034 - CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAUDE
4.4.90.51.00.00 - 0102000000 - Obras e Instalações R$ 22.999,00
(vinte e dois mil e novecentos e noventa e nove reais)
4.4.90.51.00.00 - 0223054000 - Obras e Instalações R$ 6.499,00
(seis mil e quatrocentos e noventa e nove reais)
05.050 - FMS - GESTAO SUS
05.050.0.5.10.302.0020.2033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO
3.3.90.30.01.00 - 0102000000 - Combustiveis e Lubrificantes A R$ 12.000,01
(doze mil reais e um centavo)

T O T A L R$ 208.522,31

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA
Estado de MATO GROSSO
Em 04 de maio de 2015.

Mauro Andre Businaro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 006/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora VIVIANE FARIA LEMES**."**

O *Gestor do PREVI-PORTO* - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.16 da Lei Municipal n.º 339/2007, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidorA Srª. VIVIANE FARIA LEMES, efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA- SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 08/06/2015 e término em 07/07/2015, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2015.05.00007P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 23/06/2015.

MAURO ANDRE FAZINGA BUSINARO

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO N.º 037/2015

Decreto N° 00037/2015
Data: 25/05/2015
Sumula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais)

Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei n° 4.320/64, e Lei Municipal n° 537/2015 - Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Credito Adicional Especial no valor de R$ 499.714,85(Quatrocentos e noventa e nove, setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco reais), por excesso de arrecadação.

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), para atender as seguintes dotações:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04.040.0.2 - FUNDEB
04.040.0.2.12.361.0060.2023 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
3.1.90.11.00.00 - 0219037000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$ 104.000,00
(cento e quatro mil reais)
3.1.91.13.00.00 - 0219037000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 11.000,00
(onze mil reais)

T O T A L R$ 115.000,00

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, II da Lei Federal n° 4.320/64,provenientes de excesso de arrecadação;

Art. 3°- Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, III da Lei Federal n° 4.320/64, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou creditos adicional.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04.040 - DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL
04.040.0.5.12.361.0060.1007 - ADQUIRIR UM CARRO LEVE PARA A SECRETARIA
4.4.90.52.00.00 - 0101000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 20.000,00
(vinte mil reais)
04.040.0.5.12.361.0060.2015 - MANTER AS ATIVIDADES E SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.11.00.00 - 0101000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 40.000,00
(quarenta mil reais)
04.040.0.5.12.361.0060.2021 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.39.00 - 0215052000 - Material para Manutencao de Ve R$ 40.000,00
(quarenta mil reais)
3.3.90.36.00.00 - 0215052000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 15.000,00
(quinze mil reais)

T O T A L R$ 115.000,00

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA
Estado de MATO GROSSO
Em 25 de maio de 2015.

Mauro Andre Businaro
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 001/2015-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA –PREVI-PORTO

BENEFICIÁRIO: ENDOCLINICA –CLINICA DE ENDOSCOPIA LTDA

*OBJETO***:** Contratação de 01 (UM) profissional da saúde para realizarem pericia medica para os servidores efetivos do município de Porto Estrela.

VALOR R$: R$ 100,00 (cem) reais por pericia

VIGÊNCIA: 29/06/2015 À 29/12/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.2261 – 3.3.90.39.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO N.º 040/2015

Decreto N° 00040/2015
Data: 25/05/2015
Sumula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 105.101,95 (cento e cinco mi l, cento e um reais e noventa e cinco centavos)

Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,MATO GROSSO, no uso de su as atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei n° 4.320/64, e Lei Municipal n° 537/2015 - Autoriza o Poder Executivo Municipal Abrir Credito Adicional Especial no valor de R$ 499.714,85(Quatrocentos e noventa e nove, setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco reais), por excesso de arrecadação.

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Crédito Adicional Especial no v alor de R$ 105.101,95 (cento e cinco mil, cento e um reais e noventa e cinco centavos), para atender as seg uintes dotações:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
03.030.0.1 - COORDENAÇÃO DA ADMISTRAÇÃO GERAL
03.030.0.1.04.128.0020.1066 - REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SELETIVO
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 49.362,50
(quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04.040.0.5 - DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL
04.040.0.5.12.361.0060.2015 - MANTER AS ATIVIDADES E SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00.00 - 0101000000 - Material de Consumo R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
04.040.0.5.12.367.0060.2030 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
3.3.90.30.00.00 - 0101000000 - Material de Consumo R$ 2.500,00
(dois mil e quinhentos reais)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050.0.1 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.301.0100.2036 - MANTER AS UNIDADES DE SAUDE DA FAMILIA - USF
3.3.90.39.00.00 - 0214010000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 10.000,00
(dez mil reais)
05.050.0.2 - FMS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
05.050.0.2.10.304.0120.2044 - MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA
4.4.90.52.00.00 - 0102000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 10.742,51
(dez mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e um centavos)
05.050.0.4 - FMS - MAC
05.050.0.4.10.122.0020.2075 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA E CENTRAL DE REGULAÇÃO
3.3.90.39.00.00 - 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 10.000,00
(dez mil reais)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
06.060.0.3 - GABINETE DO SECRETARIO
06.060.0.3.08.122.0020.2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 6.000,00
(seis mil reais)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
08.080.0.1 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
08.080.0.1.20.606.0020.2070 - PARTICIPAÇÃO NO CONSORCIO INTERM. DES. SOC. DO ALTO PARAGUAI
3.3.70.41.00.00 - 0100000000 - Contribuições R$ 7.496,94
(sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos)
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
09.090.0.2 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
09.090.0.2.17.512.0130.2012 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 4.000,00
(quatro mil reais)

T O T A L R$ 105.101,95

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, II da Lei Federal n° 4.320/64,provenientes de excesso de arrecadação;

Art. 3°- Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, III da Lei Federal n° 4.320/64, resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou creditos adicional.

02 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS
02.020 - GABINETE DO PREFEITO
02.020.0.1.04.122.0020.2006 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 1.112,50
(um mil, cento e doze reais e cinquenta centavos)
4.4.90.52.00.00 - 0100000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 5.212,50
(cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos)
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
03.030 - SETOR DE FINANÇAS E CONTROLE
03.030.0.2.04.123.0020.2009 - MANTER O SETOR DE FINANÇAS
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 2.499,00
(dois mil e quatrocentos e noventa e nove reais)
03.030.0.2.28.843.0030.9001 - SERVIÇO DA DIVIDA - CUSTAS JUDICIAIS E PRECATORIOS
3.2.91.21.00.00 - 0100000000 - Juros s/a Dívida p/Contrato - RPPS R$ 6.000,00
(seis mil reais)

3.2.91.22.00.00 - 0100000000 - Outros Encargos s/a Dívida RPPS R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
04.040 - DEPARTAMENTO DE ENS. INFANTIL
04.040.0.6.12.365.0070.2019 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
3.3.90.30.00.00 - 0101000000 - Material de Consumo R$ 9.363,00
(nove mil e trezentos e sessenta e três reais)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.301.0100.1029 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA AS UNIDADES DE SAUDE DA FAMILIA
4.4.90.52.00.00 - 0102000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 10.000,00
(dez mil reais)
05.050.0.1.10.301.0100.2076 - MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE
3.3.90.36.00.00 - 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 3.000,00
(três mil reais)
05.050 - FMS - GESTAO SUS
05.050.0.5.10.122.0020.2032 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE
4.4.90.52.00.00 - 0102000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
06.060 - DEPARTAMENTO DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
06.060.0.1.23.695.0090.2060 - REALIZAÇÃO DO FESTPORTO
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.175,50
(dois mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)
06.060 - GABINETE DO SECRETARIO
06.060.0.3.08.122.0020.2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 15.000,00
(quinze mil reais)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
08.080 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
08.080.0.1.18.541.0050.1058 - CONSTRUÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 2.085,00
(dois mil e oitenta e cinco reais)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 5.212,50
(cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 3.127,50
(três mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos)
08.080.0.1.20.605.0050.1046 - IMPLANTAR O PROGRAMA DE APOIO A PRODUÇÃO AGROPECUARIA
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 996,94
(novecentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 3.000,00
(três mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 3.500,00
(três mil e quinhentos reais)
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
09.090 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL
09.090.0.1.04.122.0020.2071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 15.000,00
(quinze mil reais)
09.090.0.1.15.452.0040.2072 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.39.00.00 - 0117000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 3.000,00
(três mil reais)
09.090.0.1.26.782.0040.1065 - CONSTRUÇÃO E REPAROS DE PONTES, MATA BURROS E BUEIROS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 2.817,51
(dois mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.000,00
(dois mil reais)

T O T A L R$ 105.101,95

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA
Estado de MATO GROSSO
Em 25 de maio de 2015.

Mauro Andre Businaro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 074/2015 - RETIFICAÇÃO DE 24 DE JUNHO DE 2015

(Que dispõe sobre a nomeação dos integrantes da Comissão de avaliação de titulos dos *Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela***).**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, MAURO ANDRÉ BUSINARO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere o regimento interno;

Considerando o artigo 7º, da Lei Municipal nº 015/2008 (Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas de enquadramento e institui nova tabela de de vencimentos**)** alterada pela Lei Municipal nº. 037/2012 (**Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação** do **ANEXO II**

da Lei Complementar nº 015/2008, e Dá Outras providências"

RESOLVE:

Artigo 1º. Ficam nomeados, considerando a Lei Complementar nº 015/2008, alterada pela Lei Complementa nº 037/2012, os servidores abaixo nomeados para, sob a Presidência do primeiro, integrarem pelo prazo de (01) Um ano a contar da publicação deste ato, a Comissão de avaliação de títulos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela.

Lourival Magalhães Costa - PresidenteJean Carlos Magalhães da Silva- MembroSilvair da Silva Almeida - Membro

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 24 de Junho de 2015.

MAURO ANDRÉ BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório/2015

Chamamento Público nº 002/2015

Inexigibilidade nº 002/2015

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Prefeita Municipal de Poxoréu, no uso de suas atribuições apreciou o julgamento da Comissão Permanente de Licitação da Inexigibilidade de Licitação 02/2015, RATIFICANDO O:

- CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DE OBRAS como segue:

PROPONENTE: *SOUZA JUNIOR & SANCHINE NOGUEIRA LTDA EPP*

CNPJ: 21.071.582/0001-77

JULGAMENTO: DEFERIDO

OBSERVAÇOES: Sem ressalvas

Contratação da proponente autorizada. Publica-se e cumpra-se.

Poxoréu-MT, 01 de JULHO 2015.

Jane Maria Sanchez Lopes Rocha

Prefeita de Poxoréu

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 042/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU – MT.

CONTRATADO: TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO - EIRELI

OBJETO: FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIO DA LINHA MECÂNICA E ELÉTRICA GENUÍNO E/OU DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS, AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETES, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MAQUINAS PESADAS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE POXORÉU , SER CONSUMIDO DO CRITÉRIO MAIOR DESCONTO

VALOR: 5% (CINCO PORCENTO) DE DESCONTO

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

DATA: 01/07/2015

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENETE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 343/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme Art. 96 da Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 04 de Maio de 2015 a 02 de Junho de 2015, a servidora **CLEIDIELE LUZ SILVA,** nomeada pela Portaria n° 200/2014 de 03 de Janeiro de 2014, como Chefe de Departamento da Saúde da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2.014.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 04 de Maio de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO 059/2015.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 059/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 059/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 048/2015

OBJETO: Pregão Presencial para a registro de preços para a aquisição de material betuminoso para uso do Município de Querência - MT.

Vencedora:

EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA – CNPJ: 04.420.916/0003-13 - Foi à vencedora dos itens 1 e 2 - com um valor total de R$ 1. 892.190,00 (um milhão oitocentos e noventa e dois mil cento e noventa reais).

Querência - MT, 01 de Julho de 2015.

Débora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeira Oficial

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO 060/2015.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 060/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 060/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 049/2015

OBJETO: Pregão Presencial para a Prestação de Serviços de pintura interna e externa na caixa de distribuição de água de 600 mil litros do Município de Querência - MT.

Resultado:

NÃO HOUVE EMPRESAS INTERESSADAS

Querência - MT, 01 de Julho de 2015.

Débora Jaqueline Silveira Rios

Pregoeira Oficial

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 345/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências, e nos termos da Lei Municipal nº. 410/2006.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, ao servidor **JOÃO ARCANJO DOS SANTOS**, nos termos da Lei Municipal nº. 410 de 29 de dezembro de 2006, como Agente de Saúde Comunitário Rural da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2.014.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 04 de Maio de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 344/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências, e nos termos da Lei Municipal nº. 410/2006.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, ao servidor **FELIPPE RIBEIRO DOS SANTOS**, nos termos da Lei Municipal nº. 410 de 29 de dezembro de 2006, como Agente de Saúde Comunitário Rural da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2.014.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 04 de Maio de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 342/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme Art. 96 da Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 04 de Maio de 2015 a 02 de Junho de 2015, a servidora **CARLA MARIA WEBER,** nomeada pela Portaria n° 241/2015 de 02 de Fevereiro de 2015, como Coordenadora Pedagógica da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2.014.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 04 de Maio de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 44/2015

Ao primeiro dia do mês de junho de Dois Mil e quinze no Gabinete do Prefeito Municipal foi celebrado o presente Contrato, tendo como partes, de um lado:

MUNICIPIO DE QUERÊNCIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Interno, inscrito no CNPJ Nº 37.465.002/0001-66, com sede

na Avenida Cuiabá, Qd. 01, Lote 09, Setor C, s/n°, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **GILMAR REINOLDO WENTZ**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 5027154383 SSP/RS, inscrito no CPF nº. 437.706.300-68, doravante denominado CONTRATANTE:

E do outro lado,a empresa **REDE LIDER SERVIÇO E PUBLICIDADE LTDA-ME,** inscrita no CNPJ nº. 19.865.630/0001-57, com sedena Rua Vicente Gonçalves dos Santos, nº. 1.500, Setor Industrial nesta Cidade de Querência,representada pelo Sr. GILMAR FURTADO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n° 20.957.703 SSP/SP e inscrito no CPF sob n° 107.306.698-31, residente e domiciliado na Rua Vicente Gonçalves dos Santos, 1.500, Setor Industrial, nesta Cidade de Querência, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

01.1 - Este Contrato se fundamenta nas disposições substanciadas pela Lei 8.666/93 e com as alterações resultantes das Leis n° 8.883/94 e 9.648/98, como também pelas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

02.01 - O presente Contrato tem por objetivo a Prestação de serviços de divulgação da Campanha 2015 “SUA NOTA FISCAL VALE PRÊMIOS”, no município de Querência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93;

3.2- Os serviços serão prestados imediatamente de acordo com os encaminhamentos feitos pelo CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA QUARTA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

04.01 - O presente Instrumento Contratual foi firmado, vinculado aos termos da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

05.01 - O valor global para a execução do presente Contrato, é fixado em **R$ 5.376,00** (Cinco mil trezentos e setenta e seis reais);

05.02 - O valor aqui fixado poderá ser alterado de acordo com a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

06.01 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

09 – Secretaria Munic. de Finanças

09.01 – Secretaria Munic. de Finanças

2.088 - Manutenção e encargos com a Secretaria de Finanças e Setor de Tributação

400-3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLAUSULA SÉTIMA - DO FISCAL DO CONTRATO 07.01 - Fica nomeado para atuar como fiscal de contrato celebrado pela Administração Pública Municipal de Querência-MT, ELIANDRA TIRLONI, portadora da Cédula de Identidade n° 4924929 SSP/GO e inscrita no CPF sob n° 594.959.871-72, conforme Portaria em anexo, durante o exercício de 2015, considerando que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

08.01 - O prazo de execução do Presente Contrato é de 06 (seis) meses e 21 (vinte e um) dias, com **vigência até 21 de dezembro de 2015**, prorrogável por igual período, se houver necessidade, nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

09.01 - O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente, divididos em 07 (sete) parcelas no valor de R$ 768,00 (setecentos e sessenta e oito reais) mensais o pagamento será efetuado por meio de boleto bancário em nome do contratado**.**

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

10.01 - O CONTRATADO se obriga a executar os serviços elencados na Cláusula Segunda;

10.02 – O contratado compromete a fazer as divulgações nos seguintes horários: 07:15 hs, 10:30 hs no período matutino, 13:15 hs período vespertino, sendo que no período noturno será Gratuito;

10.03 – O contratado divulgará as propagandas em dobro no período de 1º a 19 de dezembro de 2015, para dar mais ênfase à divulgação.

10.04 - Entregar dentro do prazo estipulado, todos os serviços contratados, salvo motivo devidamente justificado;

10.05 - O CONTRATADO não fará jus a nenhum pagamento além do valor que será estipulado neste Contrato, como férias, décimo terceiro, aviso - prévio e indenização;

10.06 - Responder por todos os danos causados à CONTRATANTE e a terceiros, em função da má execução dos serviços, ou da sua execução incorreta;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

11.01 - A **CONTRATANTE** se obriga a cumprir fielmente os dispositivos das Cláusulas Quinta e Oitava deste Contrato;

11.02 - Cumprir e seguir rigorosamente todas as orientações passadas pela **CONTRATADA**, relacionadas com o objeto deste Contrato;

11.03 - Fiscalizar a execução dos serviços e aprovar as falhas cometidas pela **CONTRATADA**, exigindo a tomada de medidas para o seu saneamento;

11.04 - Aplicar a **CONTRATADA** as penalidades cabíveis, dentro da Lei, no caso de não cumprimento de quaisquer das Cláusulas do Contrato.

11.05 – **Reter impostos de competência do Município.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.01 - A rescisão do presente Contrato poderá ocorrer nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei n° 8.666/93;

12.02 - A parte que desejar a rescisão deverá comunicar à outra num prazo mínimo de 10 (dez) dias, com justificativa fundamentada, sob pena de indenização de 1% (um por cento) do valor restante do Contrato;

12.03 - No caso da rescisão unilateral por culpa da **CONTRATADA** por falhas ou inexecução do objeto a **CONTRATANTE** não se obriga a nenhum pagamento indenizatório, observando-se o disposto no artigo 80 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

13.01 - O Presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA MULTA

14.01 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as suas Cláusulas e as disposições da Lei n° 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.02 - A parte que infringir quaisquer das Cláusulas deste Instrumento ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor contratual, além de

outras penalidades que a falta cometida assim exigir, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.01 - As partes elegem o Foro da Comarca de Querência - MT, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem devidamente acordado, declaram as partes **CONTRATANTES** aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei n° 8.666/93, bem como às demais normas complementares e assinam o presente.

Querência - MT, 01 de junho de 2015.

_____

MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - CONTRATANTE

Gilmar Reinoldo Wentz - PREFEITO MUNICIPAL

_____

REDE LIDER SERVIÇO E PUBLICIDADE LTDA

Gilmar Furtado – Representante

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Lidiane Magdalena Führ Nome: Adriana M. Rodrigues

CPF: N° 811.923.391-34 CPF N° 966.824.341-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015

VALIDADE: A presente Ata terá validade de 12 (meses) a partir da sua assinatura.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149 SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pelo Pregoeiro Manoel Evangelista dos Santos, portador do RG nº 562170-4 SSP/MT e do CPF 441.734.071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 29/2015 de 6 de fevereiro de 2015, que conduziram o Pregão Presencial nº 16/2015, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registrar os preços para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E DUPLAVEM DE PNEUS PARA UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015,** conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial com Registro de Preços nº 16/2015, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços,oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado. Foram identificadas as empresa **TROPICAL PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **02.902.195/0001-90** tendo como seu representante o Sr. Cristiano Rodrigues Gonçalves, portador do RG: 3269865 SSP/GO, e no CPF: 633.801.701-78.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

- **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E DUPLAGEM DE PNEUS PARA UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade doze meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não seráobrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ouindenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de algumadas hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampladefesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presentelicitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado,de acordo com a respectiva classificação:

LOTE	01			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QDE**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
1	RECAPAGEM DE PNEUS 900/20	30	R$ 516,00	R$ 15.480,00
2	RECAPAGEM DE PNEUS 215/75/R17,5	40	R$ 350,00	R$ 14.000,00
3	RECAPAGEM DE PNEU 17,5 / 25	10	R$ 2.000,00	R$ 20.000,00
4	RECAPAGEM DE PNEU 14.00/ 24	12	R$ 1.300,00	R$ 15.600,00
5	RECAPAGEM DE PNEU 12,5/80 - 18	05	R$ 700,00	R$ 3.500,00
6	RECAPAGEM DE PNEU 275/ 80 R 22,5	30	R$ 650,00	R$ 19.500,00
7	RECAPAGEM DE PNEU 12/16-5	08	R$ 660,00	R$ 5.280,00
8	RECAPAGEM DE PNEU 1000/20	30	R$ 580,00	R$ 17.400,00
9	RECAPAGEM DE PNEU 20.5/25	08	R$ 5.000,00	R$ 40.000,00
10	RECAPAGEM DE PNEU 19.5/24	06	R$ 1.900,00	R$ 11.400,00
11	RECAPAGEM DE PNEU 18x4x30	08	R$ 1.900,00	R$ 15.200,00
12	RECAPAGEM DE PNEU 7.50/16	08	R$ 330,30	R$ 2.640,00
		VALOR ESTIMADO		**R$ 180.000,00**

– Ficando o valor total desta ata de R$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais).

OBSERVAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO DOS DEMAIS PARTICIPANTES DOS ITENS ACIMA ENCONTRAM-SE NO RELATÓRIO DE LANCES DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015.

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas econdições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 16/2015, que a precedeu e integra o presenteinstrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas queassinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, amunicipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento destematerial, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes aofornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, semrasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estaracompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazomáximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidordesignado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação ereapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dadevolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira quelhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualizaçãomonetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados noOrçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

SECRETARIAS E DEPTOS DOTAÇÕES V. DISPONIVEL

OBRAS	(118) 05-001-2.022-3390.39	R$
Manut. Veículos e Maquina (Obras)	(167) 05-001-2.022-3390.39	R$
Educação (Ensino Fundamental)	(227) 06-002-2.029-3390.39	R$
Educação (Ensino Infantil)	(283) 06-002-2.042-3390.39	R$
QSE (Salário Educação)	(237) 06-002-2.032-3390.39	R$
Transporte Escolar	(241) 06-002-2.033-3390.39	R$
SAÚDE	(363) 07-002-2.055-3390.39	R$
PAB FIXO	(378) 07-002-2.059-3390.39	R$
AGRICULTURA	(563) 11-001-2.083-3390.39	R$
FUNDO MEIO AMBIENTE	(572) 11-002-2.116-3390.39	R$

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelaSecretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entregaconforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar dorecebimento da respectiva Ordem deFornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 16/2015 e todos os seusanexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimentodesta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação equalificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

6.5. Aceitar nas mesmas condições previstas na presente ata, os acréscimos ou supressões quese fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valorinicialmente estimado, servindo como base de cálculo para as alterações, ospreços unitários constantes na proposta vencedora;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade decondições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços demercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisade preços estiver menor que os registrados

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos daata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas ecomunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte dalicitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata deRegistro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante alegislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejammantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora dasespecificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificaracompatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que apesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dosrespectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 ealterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) dovalor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, aAdministração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demaissanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quaistenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor daobrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratualou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda,quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor,sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO,ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com aadministração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração públicaenquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perantea própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir aadministração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base noinciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo dasresponsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadascumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótesede rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora daata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estasadministrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

c) calamidade publica;

d) escassez falta de materiais no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada,entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrioeconômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro depreços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelaAdministração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora,serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Porconseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária,dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o entãoregistrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada àAdministração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitarsua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro depreços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso derecebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita

por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um)dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas decumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 16/2015 e as propostas das empresas classificadasno certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro daComarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais esegundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT. 30 de junho de 2015.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

_____

TROPICAL PNEUS LTDA

CNPJ nº **02.902.195/0001-90**

EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **14/07/2015 às 09:00 horas, PREGÃO PRESENCIAL com Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios genuínos e/ou originais para manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais: automóveis leves, utilitários, caminhões, ônibus e maquinas pesadas da frota da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.**

Os interessados poderão retirar o Edital completo junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, fone (65) 3247-1124 ou pelo e-mail: licitacaoprefeitura@hotmail.com, de segunda a sexta-feira, no horário 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Reserva do Cabaçal/MT, 01 de Julho de 2015

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente CPL

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL
PORTARIA

PORTARIA Nº. 11, DE 31 DE JUNHO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA ILDA MARIA DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Presidenta da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, Vereadora Eva Marra da Silva Castro, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

Art. 1º Fica Concedido Férias à Servidora ILDA MARIA DE JESUS, no período de 01 a 31 de Julho de 2015, referente ao período de aquisição de 01 de Junho de 2013 a 31 de Maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal – MT, 30 de Junho de 2015.

EVA MARRA DA SILVA CASTRO

Presidenta.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015

VALIDADE: A presente Ata terá validade de 12 (meses) a partir da sua assinatura.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149 SSP/MT e do CPF: nº 567.672.001-82, assistido pelo Pregoeiro Manoel Evangelista dos Santos, portador do RG nº 562170-4 SSP/MT e do CPF 441.734.071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 29/2015 de 6 de fevereiro de 2015, que conduziram o Pregão Presencial nº 16/2015, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registrar os preços para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E DUPLAVEM DE PNEUS PARA UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015,** conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial com Registro de Preços nº 16/2015, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços,oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado. Foram identificadas as empresa *JOSÉ MARGREITER – ME, inscrito pelo CNPJ Nº 10.991.187/0001-96* tendo como seu representante o Sr. MARCOS ROBERTO MARGREITER, portador do RG: 3159921 SSP/MT, e no CPF: 010.0008.979-82.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

- **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E DUPLAGEM DE PNEUS PARA UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade doze meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não seráobrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ouindenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de algumadas hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampladefesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presentelicitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado,de acordo com a respectiva classificação:

LOTE 02

	DISCRIÇÃO	QUAT	V. UNIT	V. TOTAL
1	DUPLAGEM DE PNEU 12.5/80-18	5	R$ 430,00	R$ 2.150,00
2	DUPLAVEM DE PNEU 20.5/24	8	R$ 1.966,00	R$ 15.728,00
3	DUPLAGEM DE PNEU 19.5/24	6	R$ 1.240,00	R$ 7.440,00
4	DUPLAGEM DE PNEU 18X4X30	8	R$ 1.238,50	R$ 9.908,00
5	DUPLAGEM DE PNEU 17.5/25	10	R$ 1.239,00	R$ 12.390,00
6	DUPLAGEM DE PNEU 12/16-5	8	R$ 423,00	R$ 3.384,00
	TOTAL			R$ 51.000,00

– Ficando o valor total desta ata de R$ 51.000,00 (Cinquenta e Um Mil Reais).

OBSERVAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO DOS DEMAIS PARTICIPANTES DOS ITENS ACIMA ENCONTRAM-SE NO RELATÓRIO DE LANCES DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015.

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas econdições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 16/2015, que a precedeu e integra o presenteinstrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas queassinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, amunicipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento destematerial, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes aofornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, semrasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estaracompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelas Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazomáximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidordesignado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação ereapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data dadevolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira quelhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualizaçãomonetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados noOrçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

SECRETARIAS E DEPTOS DOTAÇÕES V. DISPONIVEL

OBRAS	(118) 05-001-2.022-3390.39	R$
Manut. Veículos e Maquina (Obras)	(167) 05-001-2.022-3390.39	R$
Educação (Ensino Fundamental)	(227) 06-002-2.029-3390.39	R$
Educação (Ensino Infantil)	(283) 06-002-2.042-3390.39	R$
QSE (Salário Educação)	(237) 06-002-2.032-3390.39	R$
Transporte Escolar	(241) 06-002-2.033-3390.39	R$
SAÚDE	(363) 07-002-2.055-3390.39	R$
PAB FIXO	(378) 07-002-2.059-3390.39	R$
AGRICULTURA	(563) 11-001-2.083-3390.39	R$
FUNDO MEIO AMBIENTE	(572) 11-002-2.116-3390.39	R$

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pelaSecretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entregaconforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar dorecebimento da respectiva Ordem deFornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificado pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 16/2015 e todos os seusanexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimentodesta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação equalificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

6.5. Aceitar nas mesmas condições previstas na presente ata, os acréscimos ou supressões quese fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valorinicialmente estimado, servindo como base de cálculo para as alterações, ospreços unitários constantes na proposta vencedora;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade decondições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços demercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisade preços estiver menor que os registrados

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos daata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas ecomunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte dalicitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata deRegistro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante alegislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejammantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora dasespecificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificaracompatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que apesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dosrespectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 ealterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) dovalor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, aAdministração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demaissanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quaistenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor daobrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTALESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratualou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda,quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor,sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO,ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com aadministração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração públicaenquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perantea própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir aadministração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base noinciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo dasresponsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadascumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótesede rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora daata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estasadministrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

c) calamidade publica;

d) escassez falta de materiais no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada,entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrioeconômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro depreços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelaAdministração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora,serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Porconseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária,dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o entãoregistrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada àAdministração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRODE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitarsua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro depreços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso derecebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita

por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um)dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas decumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada coma antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na CláusulaVIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 16/2016 e as propostas das empresas classificadasno certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro daComarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais esegundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT. 30 de junho de 2015.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

_____

JOSÉ MARGREITER – ME.

CNPJ nº 10.991.187/0001-96

EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

Visto da Assessoria Jurídica

Delair Teixeira de Alcântara

OAB/MT nº 15351

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PORTARIA Nº. 221/GP/2015. EM, 01 DE JULHO DE 2015.

Portaria nº. 221/GP/2015. Em, 01 de Julho de 2015.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Nomear a Srª. MEIRI EVELINE CARVALHO WERNER, ao cargo em comissão de Coordenador de Vigilância Sanitária Municipal, junto a Secretaria Adjunta de Saúde da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: Nº. 044/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo 025/2015

CARTA CONVITE 017/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

CONTRATADO: MAP Agencia de Publicidades Eireli - ME.

OBJETO: O objeto do presente Convite é a contratação de prestação de serviço de assessoria de comunicação em geral para criação, produção e veiculação de propaganda Institucional da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho (MT), como; criação e produção de spots, Vt's, material impresso, materiais virtuais (sites, redes sociais) veiculação de anúncios de jornais, informativo da administração, revistas, cartazes, folders, faixas, banners, jingle, som volante, rádio, TV e outros, contratar publicações de todos os atos oficiais da administração, como ações e programas de governo, obras, serviços e divulgação de campanhas publicitárias que sejam de utilidades pública.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO

: R$ 65.000,00

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2015

VIGENCIA: 30/06/2015 a 31/12/2015.

PORTARIA Nº 218/GP/15 EM, 01 DE JUNHO DE 2015.

Portaria nº 218/GP/15 Em, 01 de Junho de 2015.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o atestado médico, Conceder Licença maternidade por 180 dias a servidora eletiva **DAIANE GOULART GOMES**, a mesma recebera salário maternidade por 180 dias através da Prefeitura Municipal, a qual realizara as compensações através da Sefip junto ao INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 217/GP/15 EM, 01 DE JUNHO DE 2.015.

Portaria Nº. 217/GP/15 Em, 01 de Junho de 2.015.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe A nível 08, o servidor **ELIDIO DIAS DE ALECRIN**, ocupante do cargo efetivo de Operador de Maquinas Pesadas, conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 216/GP/15 EM, 01 DE JUNHO DE 2.015.

Portaria Nº. 216/GP/15 Em, 01 de Junho de 2.015.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe A nível 03, a servidora **AUDINEIA DIAS FREITAS RIBEIRO**, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 222/2015 EM, 01 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 222/2015 Em, 01 de Julho de 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO ENCANTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear e dar posse aos membros da Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado-APM.

a) CONSELHO DELIBERATIVO:

ü **Presidente: Bruna Aires Barcelos,**

ü **Secretária: Rosilda Oliveira Soares**

ü **Conselheiros: Geane da Silva Monteiro, Gislene de Oliveira Borges**

b) DIRETORIA:

ü **Presidente: Cleoneir Castro Silva**

ü **Vice-Presidente: Raiane Marte de Lima**

ü **Secretário: Claudia Cristina Silva Rodrigues**

ü **Tesoureira: Patrícia Lorena Cândida dos Santos**

c) CONSELHO FISCAL:

ü **Titulares: Aline Ana Benine, Luana da Silva Santos, Lázara Bento Carrijo Câmara**

ü **Suplentes: Jordana Rodrigues de Brito, Elcione Trojan de Aguiar**

Art. 2º. A Associação de Pais e Mestres – APM terá mandato de 02 (dois) anos a contar da data da posse.

Art. 3º. Fica o Presidente e Tesoureiro da Diretoria da APM, responsáveis pela assinatura, emissão e controle dos pagamentos que a mesma necessitar realizar.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e quinze.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0219/GP/15 EM, 01 DE JUNHO DE 2015.

Portaria nº 0219/GP/15 Em, 01 de Junho de 2015.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora Efetiva **LAURA GRACIELA WALTER**, referente ao período aquisitivo de **15/08/2014 a 15/08/2015**. A partir de 01/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 097, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

"Demite a pedido a Servidora *LUCIANA DORRIGUETTE DE OLIVEIRA*, do cargo de Controlador Interno".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, do artigo 62 inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Demite a pedido a Servidora **LUCIANA DORRIGUETTE DE OLIVEIRA**, do cargo efetivo de Controlador Interno, Classe A, Nível 01, portadora do RG 14930838 SSP/MT e do CPF 000.568.071.98, lotada no Gabinete do Prefeito.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE

.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 30 de Junho de 2015.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 093/2015 – GABINETE

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 052/2015

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS OFICIAIS NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO, DIARIO OFICIAIS NO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO/NACIONAL."*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS OFICIAIS NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO, DIARIO OFICIAIS NO DIARIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO/NACIONAL"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 039/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

GEANDRE FRANK LATORRACA ME , CNPJ: 06.147.693/0001-26, com sede na **AV**: Thomé Arruda Fortes , Nº 84283 Morada do ouro II – CEP 78053-505 Cuiabá - MT o valor global de R$ 45.700,00 (quarenta e cinco mil e setecentos reais)

.....
.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 25 de junho de 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 068/2015 – SEMOSP

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 039/2015

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADO MP 100, AFIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS."*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADO MP 100, AFIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 039/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

ARMCO STACO S.A INDUSTRIA METARLUGICA , CNPJ: 72.343.882/0001-07, com sede na **AV**: João Paulo, Nº 740 Honório Gurgel – CEP 21512-001 Rio de Janeiro - RJ o valor global de R$ 362.250,00 (trezentos e sessenta e dois mil e duzentos e cinqüenta reais)

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 10 de junho de 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 077/2015 – SEMAS

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 043/2015

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E SIMILARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA E ÓRGÃOS VINCULADOS."*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E SIMILARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA E ÓRGÃOS VINCULADOS"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 043/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

LORIVAL MONTEIRO & CIA LTDA - ME , CNPJ: 05.128.000/0001-95, com sede na **Rua principal 118**, Centro I – CEP:78.338-000 Rondolândia - MT o valor global de R$ 38.076,44 (trinta e oito mil setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 11 de junho de 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 074/2015 – SEMUSA

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 041/2015

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES ESPECIALIZADOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE."*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "*REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES ESPECIALIZADOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 036/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

BATISTA & ALMEIDA MAQUES LTDA , CNPJ: 17.869.021/0001-40, com sede na **AV**: SETE DE SETEMBRO, Nº 4019B Cidade Alta São Francisco do Guaporé - RO o valor global de R$ 17.330,50 (dezessete mil trezentos e trinta reais e cinqüenta reais)

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 03 de junho de 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 084/2015 – SEMOSP

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 047/2015

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO DE ROCHA ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT."*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO DE ROCHA ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 039/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

HELIO RIBEIRO DE SOUSA-EIRELI-ME , CNPJ: 19.225.517/0001-07, com sede na **RUA**: Rodrigues Alves, Nº 546 São Pedro – CEP 76.913-573 Ji – Paraná - RO o valor global de R$ 14.288,80 (quatorze mil duzentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

.....
.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 17 de junho de 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 090/2015 –SEMUSA

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 050/2015

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO CENTRO MUNICIPAL DE ODONTOLÓGICO."*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO CENTRO MUNICIPAL DE ODONTOLÓGICO"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 039/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

MBR FERNANDS – ME, CNPJ: 16.845.253/0001-04, com sede na **AV**: Dois de Junho, Nº 2720 Centro – CEP 76.963-854 Ji – Paraná - RO o valor global de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

.....
.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 24 de junho de 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 075/2015 – SEMUSA

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 042/2015

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS ESPECIALIZADOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE."*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "*REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS ESPECIALIZADOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 042/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

BATISTA & ALMEIDA MAQUES LTDA, CNPJ: 17.869.021/0001-40, com sede na **AV**: SETE DE SETEMBRO, Nº 4019B Cidade Alta São Francisco do Guaporé - RO o valor global de R$ 9.786,50 (NOVE MIL SETECENTOS E OIOTENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

.....
.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 03 de junho de 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 101/2015

Dispensa nº 044-2015

Modalidade: Dispensa de Licitação, Art. 24, II da Lei 8.666/1993.

Solicitante: SEMUSA

"OBJETO: "*AQUISIÇÃO DE LEITE APTAMIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PACIENTE LUCAS SAMUEL OYKIEMAGUY GAMEB SURUI"*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

DOMINGUES & CIA LTDA - EPP CNPJ: **15.858.673/0001-57** Endereço: AV Dois de Junho I – Centro – Cacoal - RO. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 3.380,00 (três mil trezentos e oitenta reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 23 de JUNHO 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 099/2015

Dispensa nº 043-2015

Modalidade: Dispensa de Licitação, Art. 24, II da Lei 8.666/1993.

Solicitante: SEMAD

"OBJETO: "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PARA REALIZAÇÃO DO 3º ARRAIA MUNICIPAL NO DIA 26 DE JUNHO"*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

LUA DE CRISTAL COM.DE FLORES, FESTAS E DECORAÇÃO LTDA-ME CNPJ: **63.618.052/0001-46** Endereço: AV Brasil – Nova Brasília – JI-Paraná - RO. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 18

de JUNHO 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 098/2015

Dispensa nº 042-2015

Modalidade: Dispensa de Licitação, Art. 24, II da Lei 8.666/1993.

Solicitante: SEMAD

"OBJETO: "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO VOLANTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO"*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

SILVIA HELENA MULLER – MEI CNPJ: **20.754.427/0001-92** Endereço: AV Andre Maggi – Centro – Rondolândia - MT. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinqüenta reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 16 de JUNHO 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 095/2015

Dispensa nº 040-2015

Modalidade: Dispensa de Licitação, Art. 24, II da Lei 8.666/1993.

Solicitante: SEMUSA

"OBJETO: "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS COM OFTALMOLOGISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA "*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

INSTITUTO OFTALMOLOGICO E ODONTOLOGICO DE CACOAL CNPJ: **15.129.678/0001-46** Endereço: AV Porto Velho – Centro – Cacoal - RO. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 7. 000,00 (SETE MIL REAIS)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 15 de JUNHO 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°087/2015.

PREGÃO PRESENCIAL N° 048/2015 – SRP

O Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pela Prefeita Municipal em exercício, a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618. 516.202-49, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa Alves & Breda LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob o n° 07.646.667/0001-05, instalada e localizada na Av. Keller Esquina c/Av. Dom Bosco s/n , Bairro Centro, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato pelo seu procurador Srº Marciano Soares Guimarães, portador do CPF nº 883.982.342-53 e do RG nº 947805 SSP/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 020/2015 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/ 2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Contratação da empresa mediante Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual Aquisição de Combustível (Óleo Diesel Comum) para atender a diversas Secretarias do Município de Rondolândia/MT, cujas especificações e quantidades encontram-se detalhadas no ANEXO 0I – Termo de Referência n° 048/2015 do Edital de Pregão Presencial n° 048/ 2015, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 087/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

2.0. Detentora da ARP:

Nome: Alves & Breda LTDA - EPP	
CNPJ n°. 07.646.667/0001-05	
Endereço: Av. Keller Esquina c/Av. Dom Bosco s/n, Bairro, Centro.	
Cidade/Estado: Rondolândia/MT	CEP: 78.338-000
Telefone: (66) 8433-3076	E-mail: tai-araferreira@hotmail.com
Representante Legal: Marciano Soares Guimarães (Procurador)	
CPF n° 883.982.342-53	

2.1. Os lotes, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT R$	VALOR TOTAL R$
01	Litro	450. 000	Óleo Diesel Comum	BR	3,11	1.399.500,00

2.2. Detentora Reserva da Ata:

Nome:	
CNPJ n°	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone: ( )	E-mail:
Representante Legal:	
CPF n°	

2.3. A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira Detentora.

2.4. O valor total registrado na presente ATA é de R$ 1.399.500,00 (Hum milhão trezentos e noventa e nove mil e quinhentos reais).

2.5. Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

2.5.1. O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado trimestralmente no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

2.5.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

2.6. O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Nona.

2.7. Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

3.1. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

3.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência nº 048/2015;

3.3. Substituir os materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias, caso haja comprovação de defeito de fábrica,

3.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

3.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

3.6. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-M.

3.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

3.8. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte

e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

3.9. Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

3.9.1. Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informado.

3.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

3.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Município de Rondolândia toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

3.13. Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos.

3.14. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

4.2. Emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.

4.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;

4.4. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

4.5. Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

4.6. Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

4.7. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência n°048/2015.

4.8. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.0. A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência adstrita ao período máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação para além deste prazo.

5.1. O fornecimento dos produtos/objetos desta licitação deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias, de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante e conforme as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência n° 048/2015.

5.2. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preço as situações referidas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO (GERÊNCIA) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.0. O gerenciamento desta ATA caberá ao Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser feito, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado.

7.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos produtos entregues a este Município de Rondolândia, bem como a quantidade, além de indicar o número do Pregão Presencial a que se refere e número do contrato, quando houver.

7.2.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.3. O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

7.5. A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

7.5.1. Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social –INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços–FGTS, ambas emitidas em no máximo,03 (três) dias da data de emissão da Nota Fiscal/Fatura.

7.6.A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízossuportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

8.0. É vedado reajustes de preços no período de vigência deste Instrumento

8.0.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta ARP, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Município de Rondolândia, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao preço usual do mercado.

8.4. Será considerado compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Licitação, na pesquisasa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.0. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes nesta Ata;

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.1. Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

9.1.1 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

9.1.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do TCE-MT, por 02(duas) vezez, num intervalo de 10 (dez) dias, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.2. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

9.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.4. Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.0. A Detentora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.1. Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento)sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

10.1.1. O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita aà suspenção temporária a que se refere a alínea “c” do item 10.0 acima.

10.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente. **10.3.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e consequentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

10.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, as sanções administrativas previstas no item 10.0 acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

10.6.1. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.0. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias da Secretarias Municipais e Gabinete:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gestão do Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade: 2.103 – Manutenção com o Gabinete do Prefeito

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (2).

Órgão: 04 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 01 – Gestão da Educação

Projeto Atividade: 2.129 – Manutenção das Escolas Municipais

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (42).

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Gestão de Saúde

Projeto Atividade: 2.143– Manutenção e Encargos – Programa Atenção Básica

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (120).

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.150 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Unidades/Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (184).

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Administração

Projeto Atividade: 2.112– Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Administração e Unidades

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (217).

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Agricultura

Projeto Atividade: 2.157 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Agricultura Unidades/Conselhos

Elemento de despesa – 3.3.90.30 – Material de Consumo (256).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.0. Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 048/2015 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I-Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços ou por apostilamento á presente Ata de Registro de Preço.

II - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

III - Vinculam-se a esta ARP, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital de Pregão Presencial nº 048/2015, seus anexos e a proposta da Detentora.

IV - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TCE-MT.

12.2. Em nenhuma hipótese poderá haver o aumento do quantitativo registrado nesta ARP, sendo porém, possível, o aumento do quantitativo estipulado nos contratos decorrentes desta ARP, na forma do art.65 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.0. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 26 de Junho de 2015.

Município de Rondolândia-MT Bett Sabah M.Da Silva Prefeita Municipal	**Nome Detentora CNPJ Nome Representante Legal**
Participantes desta ARP:	
Gabinete da Prefeita Responsável	**Secretaria Municipal de Educação e Cultura Secretário N° Decreto (carimbo)**
Secretaria Municipal de Saúde Secretário N° Decreto (carimbo)	**Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos Secretário N° Decreto (carimbo)**
Secretaria Municipal de Assistência Social Secretário N° Decreto (carimbo)	**Secretaria Municipal de Administração Secretário N° Decreto (carimbo)**
Secretaria Municipal de Agricultura Secretário N° Decreto (carimbo)	

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 091/2015

Dispensa nº 039-2015

Modalidade: Dispensa de Licitação, Art. 24, II da Lei 8.666/1993.

Solicitante: SEMAS

"OBJETO: "*AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL "*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA CNPJ: **77.941.490/0037-66** Endereço: AV Porto Velho – Centro – Cacoal - RO. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 453,90 (quatrocentos e cinqüenta e três reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 09 de JUNHO 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 089/2015

Dispensa nº 038-2015

Modalidade: Dispensa de Licitação, Art. 24, II da Lei 8.666/1993.

Solicitante: SEMEC

"OBJETO: "*AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE"*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

R T B COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - EPP CNPJ: **34.477.133/0001-75** Endereço: AV Sete de Setembro – Centro – Cacoal - RO. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 1.035,00 (Hum Mil e Trinta e Cinco Reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 09 de JUNHO 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 086/2015

Dispensa nº 037-2015

Modalidade: Dispensa de Licitação, Art. 24, II da Lei 8.666/1993.

Solicitante: SEMEC

"OBJETO: "*AQUISIÇÃO DE QUADRO BRANCO PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS"*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

R T B COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - EPP CNPJ: **34.477.133/0001-75** Endereço: AV Sete de Setembro – Centro – Cacoal - RO. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 3.705,00 (três mil setecentos e cinco reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 03 de JUNHO 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 085/2015

Dispensa nº 036-2015

Modalidade: Dispensa de Licitação, Art. 24, II da Lei 8.666/1993.

Solicitante: SEMAD

"OBJETO: "*AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO"*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

CANTINHO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA CNPJ: **14.178.547/0001-96** Endereço: AV Jornalista Alves de Oliveira – Cidade Alta – Cuiabá - MT. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 3.055,98 (três mil cinqüenta e cinco reais e noventa e oito centavos)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolandia–MT, 02 de JUNHO 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 079/2015 – SEMOSP SEMEC SEMAS SEMUSA SEMAGRI

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 044/2015

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CONSERTO, SUBSTITUIÇÃO E OUTRO SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, SEMI-PESADOS E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL."*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CONSERTO, SUBSTITUIÇÃO E OUTRO SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, SEMI-PESADOS E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 039/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

PF COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME , CNPJ: 10.782.775/0001-10, com sede na **AV**: Missionario Gunnar vingren, Nº 1344 Nova Brasília – CEP 76.908-326 Ji – Paraná - RO o valor global de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil)

.....
.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 17 de junho de 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 080/2015 – SEMOSP SEMEC SEMAS SEMUSA SEMAGRI

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 039/2015

Objeto: "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS GENUÍNOS/ORIGI-*

NAIS DE PRIMEIRA LINHA QUE SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, SEMI PESADOS E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL POR MEIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO."

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS GENUÍNOS/ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA QUE SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, SEMI PESADOS E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL POR MEIO DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 039/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

PF COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME , CNPJ: 10.782.775/0001-10, com sede na **AV**: Missionario Gunnar vingren, Nº 1344 Nova Brasília – CEP 76.908-326 Ji – Paraná - RO o valor global de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil)

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 17 de junho de 2015

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF Nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000,TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o resultado do Pregão Presencial nº 032/2015, na modalidade : **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES, INFORMÁTICAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT**, a empresa *MR FERNANDES –EPP* e a **DATA MANAGER-PRESTADOR DE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME**, foi declarada vencedora do certame. Informa ainda que a integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação – MT, 26 de Maio de 2015.

Andreia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 90 - 2015

PORTARIA N° 090/2015,

De 01 de Julho de 2.015

"Dispõe sobre nova composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle de Social do FUNDEB (CACS), e da outras providencias".

O Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, Dr. **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALDUINO**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1°. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle de Social do FUNDEB (CACS), passará a vigorar com a seguinte composição:

Representante de pais de alunos da rede de Educação Básica

1. Paulina Alexandrina da Silva 2. Estonilio Santana de Almeida 3. Luci Norberto da Silva 4. Sidney Benedito Malheiros

Representante da Educação Básica

1. Kauani Samara Silva Ditosa 2. Larislayne Izabelly Lemes de Almeida 3. Bruno Henrique M da Silva

Representante do Poder Executivo

1. Ediane Gimara da Silva 2. Delma Botelho da Silva

Representante dos professores da Educação Básica

1. Thuane Ferreira Nunes 2. Solange Aparecida Venâncio Lhar

Representante dos diretores das escolas de Educação Básica

1. Anadir Valentina de Sá 2. Paulo Antonio Correa

Representante dos servidores públicos municipais

1. Raul Pedro de Sá 2. Eduardo Luiz Trindade

Representante da Secretaria Municipal de Educação

1. Genésio Nogueira Neponuceno 2. Jilsete Alves da Cunha

Representante do Conselho Tutelar

1. Dasya Lilian de Aguiar 2. Paula Gubert

Representante do Conselho Municipal de Educação

1. Eunice Seniz de Souza Zark 2. Virginia Aparecida da Silva

Artigo 2º. Fica nomeado como presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle de Social do FUNDEB (CACS), a pessoa de Genésio Nogueira Neponuceno.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou fixação.

Artigo 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 01 de Julho de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALDUINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2013 – que tem como objeto a Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica, Sinalização e Drenagem de Águas Pluviais no Município de Salto do Céu – MT, conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes na Tomada de Preços 001/2013. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato, bem como também o prazo de execução da obra, estes estabelecidos nos Itens 4.1, cláusula quarta e item 5.2 da cláusula quinta, ambos do contrato original. **CONTRATADA: CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, CNPJ: 03.744.864/0001-06.** Fica prorrogado por mais 06 (seis) meses.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO LEILÃO 002

RESULTADO DE LEILÃO Nº 002/2015

OBJETO: ***O objeto do presente Leilão são bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Salto do Céu/MT, sendo: veículos leves, pesado e ônibus, conforme descrito detalhadamente no anexo I deste Edital.***

RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, através da Presidenta da CPL, Sra. Maria Inês Pereira da Silva, torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do **Leilão Nº 002/2015**, supramencionado que: não houve interessados para o item 04, sendo considerado **FRACASSADO**. Já os itens: 01 - foi arrematado no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), pelo Sr. Rogerio Correia Dias RG: 20740000 SSP/MT CPF: 031.084.981-00; item 02 - foi arrematado no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo Sr. Reginey de Melo de Andrade RG: 18644716 SSP/MT CPF: 033.019.911-06; item 03 - foi arrematado no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), também pelo Sr. Rogerio Correia Dias RG: 20740000 SSP/MT CPF: 031.084.981-00. Sendo consagrados compradores oficiais destes itens.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 29 de Junho de 2015.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidenta da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 114/2015

PORTARIA Nº 114/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 055/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE a Ata de Registro Nº 004/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN como **FISCAL,** MAICON ODAIR DA SILVA como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, como **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS como **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN como **FISCAL,** EMERSON ROGÉRIO DA SILVA como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como

SUPLENTE.

JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO como FISCAL, IGOR LEAL DA SILVA como SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 004/2015, firmado com a empresa PANIFICADORA PÃO NOSSO LTDA – ME, referente à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS A**QUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PROGRAMAS NO** MUNICIPIO DE SANTA CARMEM.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 055/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 110/2015

PORTARIA Nº 110/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 048/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 005/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia ao Senhor **MAICON ODAIR DA SILVA** como *FISCAL* a Sra. **LIDIA INES BARON SARAN** como **SUPLENTE**, ao Sr. **IGOR LEAL DA SILVA** como **FISCAL** ao Sr.

JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO

como SUPLENTE, ao Sr. ELEANDRO JOSÉ KLEIN como FISCAL a Sra. ANA LUCIA RIBEIRO WALKER como SUPLENTE, ao Sr. VALTUIR VASATTA como FISCAL a Sra. PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como SUPLENTE, a Sra. BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU como FISCAL a Sra. VALÉRIA BORTOLAS como SUPLENTE, a Sra. MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como FISCAL a Sra. DIRCE INES NIEDERLE MENIM, como SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 005/2015, firmado com a empresa FRANTZ & FRANTZ LTDA referente à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 048/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 111/2015

PORTARIA Nº 111/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 052/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE a Ata de Registro Nº 001/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN como **FISCAL,** MAICON ODAIR DA SILVA como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS, **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN como **FISCAL,** EMERSON ROGÉRIO DA SILVA como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como

SUPLENTE.

JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO como FISCAL, IGOR LEAL DA SILVA como SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 001/2015, firmado com a empresa EDINEI BOEING – ME, referente à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS A**QUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRE-**

TARIAS MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PROGRAMAS NO MUNICIPIO DE SANTA CARMEM.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 052/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 112/2015

PORTARIA Nº 112/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 053/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE a Ata de Registro Nº 002/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN como **FISCAL,** MAICON ODAIR DA SILVA como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAScomo **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN como **FISCAL,** EMERSON ROGÉRIO DA SILVA como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como

FISCAL,

PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como SUPLENTE. JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO como FISCAL, IGOR LEAL DA SILVA como SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 002/2015, firmado com a empresa EDINEIA SOUZA DE OLIVA – ME, referente à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS A**QUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PROGRAMAS NO** MUNICIPIO DE SANTA CARMEM.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 053/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 109/2015

PORTARIA Nº 109/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 012/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE do Contrato Nº 001/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia a Srª. BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS, **SUPLENTE** do Contrato 001/2015, firmado com o Sr. *MOACIR TARTARI TAFAREL,* REFERENTE À LOCAÇÃO DE RESIDÊNCIA SITUADA À RUA TAMANDARÉ 575, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIA DE BAIXA RENDA, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 012/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 113/2015

PORTARIA Nº 113/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 054/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE a Ata de Registro Nº 003/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN como **FISCAL,** MAICON ODAIR DA SILVA como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU como **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAScomo **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN como **FISCAL,** EMERSON ROGÉRIO DA SILVA como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como

FISCAL,

PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como SUPLENTE. JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO como FISCAL, IGOR LEAL DA SILVA como SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 003/2015, firmado com a empresa J. P. SANTANA – ME, referente à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS A**QUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PROGRAMAS NO** MUNICIPIO DE SANTA CARMEM.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 054/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 107/2015

PORTARIA Nº 107/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Nomeia novo FISCAL das Atas de Registro Nº 026/2015, 027/2015, 028/2015, 028/2015, 030/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia ao Sr. FABRICIO MOUREIRA COSTA, como novo **FISCAL** e ao Srª ADRIANA FAE como **SUPLENTE** da Atas de Registro Nº

026/2015, 027/2015, 028/2015, 029/2015, 030/2015, firmado com a empresa *DENTAL CENTRO OESTE LTDA-EPP, HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP, NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇOES EM SAUDE LTDA, SINOMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA-ME, DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA*, referente à **REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SANTA CARMEM.**

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 115/2015

PORTARIA Nº 115/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 060/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE a Contrato Nº 007/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia a Sra. BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS, **SUPLENTE** do Contrato 007/2015, firmado com a Sra. MARIA LOURENÇO DOS SANTOS SANSOLOTTI, referente LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL, PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 060/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 117/2015

PORTARIA Nº 117/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 062/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE do CONTRATO Nº 011/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia ao Senhores MAICON ODAIR DA SILVA como **FISCAL,** LIDIA INES BARON SARAN como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS, **SUPLENTE.** EMERSON ROGERIO DA SILVA como **FISCAL,** LUCIANAFATÍMA SILVEIRA DA SILVA SCHUCK como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como

FISCAL,

PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como SUPLENTE. JOSÉ CANDIDO DA SILVA como FISCAL, IGOR LEAL DA SILVA como SUPLENTE, ELIZETE TEREZINHA FAITA WELTER como FISCAL, GILIARDE CUSTÓDIO DA SILVA como SUPLENTE. CINTIA DAYANE SILVA AUGUSTIN como FISCAL, SCHANA BAUCHSPIESS MALINSKI como SUPLENTE do Contrato Nº 011/2015, firmado com a empresa M. ZACHARIAS SCHUTZ - ME, referente à REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL. **- AV. ITORORÓ MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM/MT**.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 062/2015 e demais disposições em contrário.

.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 108/2015

PORTARIA Nº 108/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 010/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro de Preço Nº 019/2014, 020/2014, 021/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores MAICON ODAIR DA SILVA, **FISCAL,** LIDIA INES BARON SARAN, **SUPLENTE**, IGOR LEAL DA SILVA, *FISCAL,* JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO, **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN, **FISCAL,** ANA LUCIA RIBEIRO WALKER, **SUPLENTE,** VALTUIR VASATTA, **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA, **SUPLENTE,** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS,

SUPLENTE

, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO, FISCAL, DIRCE INES NIEDERLE MENIM, SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 019/2014, 020/2014, 021/2014, firmado com as empresas GALEÃO DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA, HANNELIESE REITER PATTIS EPP, PNEUS VIA NOBRE LTDA, referente à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL **DE SANTA CARMEM**.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 010/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 122/2015

PORTARIA Nº 122/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 090/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro 013/2015

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia ao Senhores MAICON ODAIR DA SILVA como **FISCAL,** ANA MARIA ADAMS PERON como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU como **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS como **SUPLENTE.** ANA LUCIA RIBEIRO WALKER como **FISCAL,** EDILENE BARBOSA DOS SANTOS como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como

SUPLENTE.

ELIZETE TEREZINHA FAITA WELTER como FISCAL, JULIANA DE ALMEDA GOLO como SUPLENTE. CINTIA DAYANE SILVA AUGUSTIN como FISCAL, SCHANA BAUCHSPIESS MALINSKI como SUPLENTE do Ata de Registro Nº 013/2015, firmado com a empresa ORION TURISMO LTDA, referente à – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO ESTADUAL, DESTINADAS AO GABINETE MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM/MT.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 090/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 012/2015 SRP/ 08/2015

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL 012/2015

A Prefeitura Municipal de SANTA CARMEM, através da Pregoeira e equipe de apoio, nomeada através da portaria 084/2015, torna público para conhecimento dos interessados, que na licitação modalidade *PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015*, destinada à **REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SANTA CARMEM.** Com abertura marcada para o dia 28/06/2015, teve como vencedores as empresas: **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** foi vencedora, por apresentar menor preço no **valor de R$ 111.238,62** (cento e onze mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta e dois centavos); **DENTAL CENTRO OESTE LTDA-EPP** foi vencedora, por apresentar menor preço no **valor de R$ 8.843,84** (Oito mil Oitocentos e Quarenta e Três reais e Oitenta e Quatro Centavos); **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP** foi vencedora, por apresentar menor preço no

valor de R$ 2.315,00

(Dois mil Trezentos e Quinze reais); a empresa: NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇOES EM SAUDE LTDA foi vencedora, por apresentar menor preço no valor de R$ 12.263,32 (doze mil e duzentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos); a empresa: SINOMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA-ME foi vencedora, por apresentar menor preço no valor de R$ 122,50 (cento e vinte dois reais e cinqüenta centavos);

Santa Carmem, 01 de Julho de 2015.

Marceli Tafarel

Pregoeira

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 129/2015

PORTARIA Nº 129/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 96/2014, nomeia FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 022/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia a Sra. BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, como **FISCAL** e a Sra. VALÉRIA BORTOLAS, como **SUPLENTE**, da Ata de Registro Nº 022/2014, firmado com a empresa EDINEI BOEING - ME, referente à *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE 220 (DUZENTAS E VINTE) CESTAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA*, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 096/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 128/2015

PORTARIA Nº 128/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 104/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 027/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores MAICON ODAIR DA SILVA, **FISCAL,** LIDIA INES BARON SARAN, **SUPLENTE**, IGOR LEAL DA SILVA, *FISCAL,* JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO, **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN, **FISCAL,** ANA LUCIA RIBEIRO WALKER, **SUPLENTE,** VALTUIR VASATTA, **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA, **SUPLENTE,** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS,

SUPLENTE

, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO, FISCAL , DIRCE INES NIEDERLE MENIM, SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 027/2014, firmado com a empresa IMPORCATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA, referente à AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS, ORIGINAIS E OUTRAS PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MO-

LEJO, BOMBAS INJETORAS, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 104/2014 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 127/2015

PORTARIA Nº 127/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 99/2014, nomeia FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 025/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores MAICON ODAIR DA SILVA, **FISCAL,** LIDIA INES BARON SARAN, **SUPLENTE**, IGOR LEAL DA SILVA, *FISCAL,* JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO, **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN, **FISCAL,** ANA LUCIA RIBEIRO WALKER, **SUPLENTE,** VALTUIR VASATTA, **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA, **SUPLENTE,** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS,

SUPLENTE

, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO, FISCAL, DIRCE INES NIEDERLE MENIM, SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 025/2014, firmado com a empresa APP LOCAÇÃO DE OUTDOORS E PAINÉIS LTDA ME, referente à AQUISIÇÃO DE ADESIVOS, BANNER, PLACA DE INOX E LOCAÇÃO DE TENDAS, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 099/2014 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 126/2015

PORTARIA Nº 126/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 100/2014, nomeia FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 026/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores MAICON ODAIR DA SILVA, **FISCAL,** LIDIA INES BARON SARAN, **SUPLENTE**, IGOR LEAL DA SILVA, *FISCAL,* JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO, **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN, **FISCAL,** ANA LUCIA RIBEIRO WALKER, **SUPLENTE,** VALTUIR VASATTA, **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA, **SUPLENTE,** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS,

SUPLENTE

, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO, FISCAL, DIRCE INES NIEDERLE MENIM, SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 026/2014, firmado com a empresa VISUART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA EPP, referente à AQUISIÇÃO DE ADESIVOS, BANNER, PLACA DE INOX E LOCAÇÃO DE TENDAS, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 100/2014 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 125/2015

PORTARIA Nº 125/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 105/2014 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 028/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores MAICON ODAIR DA SILVA, **FISCAL,** LIDIA INES BARON SARAN, **SUPLENTE**, IGOR LEAL DA SILVA, *FISCAL,* JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO, **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN, **FISCAL,** ANA LUCIA RIBEIRO WALKER, **SUPLENTE,** VALTUIR VASATTA, **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA, **SUPLENTE,** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS,

SUPLENTE

, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO, FISCAL, DIRCE INES NIEDERLE MENIM, SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 028/2014, firmado com a empresa VALDOMIRO ANTONIO WALKER – ME, referente à AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS, ORIGINAIS E OUTRAS PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 105/2014 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 124/2015

PORTARIA Nº 124/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 111/2014 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 030/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores MAICON ODAIR DA SILVA, **FISCAL,** LIDIA INES BARON SARAN, **SUPLENTE**, IGOR LEAL DA SILVA, *FISCAL,* JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO, **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN, **FISCAL,** ANA LUCIA RIBEIRO WALKER, **SUPLENTE,** VALTUIR VASATTA, **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA, **SUPLENTE,** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS,

SUPLENTE

, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO, FISCAL, DIRCE INES NIEDERLE MENIM, SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço Nº 030/2014, firmado com a empresa PAULO SILVERIO ONISKO – ME, referente à SERVIÇO DE BORRACHARIA COMO CONCERTO/REMENDO, DESMONTAGEM, MONTAGEM, E TROCA DE PNEUS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS LEVES E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 111/2014 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 123/2015

PORTARIA Nº 123/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 095/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE do contrato Nº 008/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º- Nomeia a Srª BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU como **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS como **SUPLENTE** do Contrato Nº 08/2014, firmado com a empresa *ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA – ADESTEC – OBRA PADRE PIO***,** referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO, INICIATIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, QUE TEM COMO PRINCIPAIS FUNÇÕES AS ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, ENCAMINHAMENTO DO PÚBLICO PRIORITÁRIO DO PROGRAMA, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, para o município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 095/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 121/2015

PORTARIA Nº 121/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 081/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro de Preço nº 012/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN como **FISCAL,** MAICON ODAIR DA SILVA como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU como **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS como **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN como **FISCAL,** EMERSON ROGERIO DA SILVA como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como

SUPLENTE.

JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO como FISCAL, IGOR LEAL DA SILVA como SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço nº 012/2015, firmado com a empresa J. P. SANTANA – ME, referente à AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PROGRAMAS.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 081/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº597/2015

LEI Nº 597/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Dispõe sobre a alteração o Art.4º da Lei Municipal Nº564/2015 de 28 de Agosto de 2014.

ALESSANDRO NICOLI , PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O art.4º da Lei Municipal Nº564/2014 de 28 de Agosto de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art.4º- O município fica autorizado a repassar mensalmente o montante de R$4.500,00 (Quatro Mil e Quinhentos Reais), em parcelas fixas mensais, a título de subvenção social.

Art.2º **Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº596/2015

LEI Nº596/2015

DATA 01 JULHO DE 2015;

Determina que o médico plantonista esteja ou permaneça na sede do município nos horários em que possa ser contatado à prestar seus serviços no Centro Municipal de Saúde Lucia Frantz, na cidade de Santa Carmem-MT.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, Estado de Mato Grosso, "Aprovou", e o Prefeito Municipal Senhor Alessandro Nicoli aquiescendo, sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica determinado que o médico plantonista esteja ou permaneça na sede do município nos horários em que possa ser contatado à prestar seus serviços no Centro Municipal de Saúde Lucia Frantz.

Art. 2º VETADO

Art. 3º Fica sob responsabilidade da empresa contratada para prestar serviços de plantões médicos, instruir seus servidores sobre a necessidade de estarem na sede do município de Santa Carmem nos horários que estiverem de plantões.

Parágrafo Único. O não cumprimento deste artigo explicitara a rescisão do contrato firmado entre o Poder Publico Municipal e a empresa descumpridora.

Art. 4. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Carmem- MT, 01 de Julho de 2015.

Alessandro Nicoli

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 120/2015

PORTARIA Nº 120/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 080/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro de Preço nº 011/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN como **FISCAL,** MAICON ODAIR DA SILVA como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU como **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS como **SUPLENTE.** ELEANDRO JOSÉ KLEIN como **FISCAL,** EMERSON ROGERIO DA SILVA como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como

SUPLENTE.

JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO como FISCAL, IGOR LEAL DA SILVA como SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço nº 011/2015, firmado com a empresa EDINEIA SOUZA DE OLIVA – ME, referente à AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PROGRAMAS.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 080/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº003/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº003/2015

Conforme Lei Complementar Nº101/00 de 04 de Maio de 2000 que determina que as discussões sobre ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ,sejam um modelo de transparência da Gestão Pública, o Poder Executivo através do Exmo. Prefeito Municipal Sr. ALESSANDRO NICOLI,

CONVOCA:

▪Dirigentes e Membros de Associações, Cooperativas, Sindicatos, Igrejas, Conselhos Municipais e similares;

▪Autoridades e Funcionários Públicos;

▪Empresários e empregados da Indústria, Comércio e Prestadores de Serviços;

▪Direção, Professores e Alunos das redes municipal e estadual de ensino;

▪Agricultores e Pecuaristas

▪Demais pessoas interessadas

a participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que será realizada no dia 17/07/2015(sexta-feira) , com início às 8:00 horas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Avenida Alvorada, esquina com a Avenida Duque de Caxias- MT com a seguinte pauta:

AVALIAÇÃO DE METAS DO 1º SEMESTRE DO LRF- CIDADÃO exercício de 2015.

Prefeitura Municipal de Santa Carmem

Estado de Mato Grosso

Em, 01 de Julho de 2015

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 119/2015

PORTARIA Nº 119/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 079/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro de Preço nº 010/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN como **FISCAL,** MAICON ODAIR DA SILVA como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU como **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS como **SUPLENTE.** ELEANDRO JOSÉ KLEIN como **FISCAL,** EMERSON ROGERIO DA SILVA como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como

SUPLENTE.

JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO como FISCAL, IGOR LEAL DA SILVA como SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço nº 010/2015, firmado com a empresa EDINEI BOEING-ME, referente à AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PROGRAMAS.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 079/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 118/2015

PORTARIA Nº 118/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 078/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro de Preço nº 009/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN como **FISCAL,** MAICON ODAIR DA SILVA como **SUPLENTE.** DIRCE INES NIEDERLE MENIM como *FISCAL*, MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU como **FISCAL,** VALÉRIA BORTOLAS como **SUPLENTE.** ELEANDRO JOSÉ KLEIN como **FISCAL,** EMERSON ROGERIO DA SILVA como **SUPLENTE.** VALTUIR VASATTA como **FISCAL,** PAULA RODRIGUES PINTO FARIA como

SUPLENTE.

JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO como FISCAL, IGOR LEAL DA SILVA como SUPLENTE, da Ata de Registro de Preço nº 009/2015, firmado com a empresa COMERCIAL LUAR LTDA ME, referente à AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO PARA ATENDER AS SECRETARIA MUNICIPAIS E RESPECTIVOS PROGRAMAS.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 078/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 116/2015

PORTARIA Nº 116/2015

DATA: 01 de Julho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 061/2015 e nomeia novo FISCAL e SUPLENTE a Contrato Nº 008/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN como **FISCAL,** SCHANA BAUCHSPIESS MALINSKI como **SUPLENTE.** BRUNA FERNANDA SILVA DE ABREU, *FISCAL,* VALÉRIA BORTOLAS, **SUPLENTE,** ELEANDRO JOSÉ KLEIN como **FISCAL,** EMERSON ROGÉRIO DA SILVA como **SUPLENTE.** JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO como **FISCAL,** JOSÉ CANDIDO DA SILVA como **SUPLENTE**, do Contrato Nº 008/2015, firmado com a empresa **ZILIOTTO RAUBER & RAUBER LTDA – ME**

,

referente à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO, PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS (MARMITEX), PARA O EXERCÍCIO DE 2015 **NO** MUNICIPIO DE SANTA CARMEM.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 061/2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Julho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CANCELAMENTO

EDITAL 016/2015 DO PROCESSO SELETIVO 01/2014

O Sr. *HUGO GARCIA SOBRINHO*, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CANCELA** a vigência do processo seletivo 001/2014.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 01 de Julho de 2015.

_____

_____

MONIQUI EMANUELLA MARCANZONI HUGO GARCIA SOBRINHO

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO CONTRATO JUNHO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 057/2015

Contratado: ZILDO APARECIDO DA SILVA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Valor Mensal: R$ **923,48**

Vigência: 06/06/2015 a 02/06/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 087/2014

Contratado: IVANETE DA SILVA LIMA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de MONITOR DE CRECHE

Nova Vigência: 04/06/2015 a 04/06/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 092/2014

Contratado: ELIZANGELA ALMEIDA DA SILVA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de MONITOR DE CRECHE

Nova Vigência: 08/05/2015 a 08/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 095/2014

Contratado: JARI ANGELO DA SILVA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de "MOTORISTA CAT C"

Nova Vigência: 23/06/2015 a 23/06/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO CONTRATO JUNHO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 058/2015

Contratado: LIDIANE CRISTINA DE OLIVIERA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**

Valor Mensal: R$ **1.424,79**

Vigência: 10/06/2015 a 10/06/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO CONTRATO JUNHO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 056/2015

Contratado: LUCELIA GODINHO DE OLIVEIRA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**

Valor Mensal: R$ **1.424,79**

Vigência: 01/06/2015 a 01/06/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE JUNHO 2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **084/2014**

Contratado: ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS

Cargo: *MERENDEIRA*

Data de Encerramento: 16/06/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE JUNHO 2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **034/2015**

Contratado: MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA DE ASSIS

Cargo: *MONITORA DE ONIBUS ESCOLAR*

Data de Encerramento: 08/06/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

CANCELAMENTO

EDITAL 009/2015 DO PROCESSO SELETIVO 01/2015

O Sr. *HUGO GARCIA SOBRINHO*, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CANCELA** a vigência do processo seletivo 001/2015.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 01 de Julho de 2015.

_____

_____

MONIQUI EMANUELLA MARCANZONI HUGO GARCIA SOBRINHO

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 089/2014

Contratado: ALICE AUXILIADORA DE ALMEIDA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de MONITOR DE CRECHE

Nova Vigência: 04/06/2015 a 04/06/2016

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2014

CANCELAMENTO

EDITAL 012/2015 DO PROCESSO SELETIVO 02/2014

O Sr. *HUGO GARCIA SOBRINHO*, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CANCELA** a vigência do processo seletivo 002/2014.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 01 de Julho de 2015.

_____

_____

MONIQUI EMANUELLA MARCANZONI HUGO GARCIA SOBRINHO

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 03/2014

CANCELAMENTO

EDITAL 022/2015 DO PROCESSO SELETIVO 03/2014

O Sr. *HUGO GARCIA SOBRINHO*, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CANCELA** a vigência do processo seletivo 003/2014.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 01 de Julho de 2015.

_____

_____

MONIQUI EMANUELLA MARCANZONI HUGO GARCIA SOBRINHO

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 0138/2015. DE 01 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 0138/2015. *DE 01 DE JULHO DE 2015.*

"SÚMULA: REVOGA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A Srº. DOMINGOS LUIZ DE SOUZA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE: Resolve revogar gratificação do servidor DOMINGOS LUIZ DE SOUZA.

Art. 1º - Fica revogado o porcentual de 40%(quarenta por cento) sobre o vencimento do servidor DOMINGOS LUIZ DE SOUZA, inscrito no RG nº : 065413-5 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 458.304.101-25.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se em especial a portaria 018/2014 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 01 de julho de 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 093/2014

Contratado: EDIANE DE CAMPOS

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de MONITOR DE CRECHE

Nova Vigência: 06/06/2015 a 06/06/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL N.º 22/2015

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA Estado Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro Srª JUSAMY PEREIRA SILVA designado pela Portaria nº 014/2013 de 04/01/2013, torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto é Contratação de serviços de sonorização e locação de som mecânico, a ser utilizado em reuniões e eventos promovidos pelas secretarias de Turismo, Ação Social, Gabinete do Prefeito, Saúde, Agricultura, Administração e Educação e Cultura. Contratação de empresa para prestação de serviços de Locação de palco, som, iluminação. Prestação de serviço de instalação e desmontagem da rede de energia, para atender as festividades da temporada de praia verão 2015, em santa Terezinha. A Pregoeira decide declarar vencedoras dos objetos do certame as empresas.para os itens 01,02,03,04,05 a proponente **LUZIA PINTO DA COSTA-LUZIA PRODUÇÕES ,inscrita no CNPJ nº 17. 922.506/0001-50** e para o item nº 06 a proponente JUNIOR **COSTA DOS SANTOS-ELETRICIDADE JR, inscrita no CNPJ n°22.666.108/0001-50.** Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação fica adjudicado ao classificado conforme acima mencionado. Santa Terezinha – MT, 01 de julho de 2015. JUSAMY PEREIRA SILVA-Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2015

O Município de Santo Afonso/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, *TIPO MENOR PREÇO POR LOTE*, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 14 DE JULHO DE 2015, ÀS 09h00m (horário local)**, na Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT localizado à Rua Pedro Álvares Cabral, 155- Centro- Santo Afonso – MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à **CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) PROFISSIONAL MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO – MT**. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou pelo site do município, www.santoafonso.mt.gov.br.

Santo Afonso- MT, 01 de Julho de 2015.

ELISANGELA MOURA DOS SANTOS-PREGOEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL 21/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS 107 DIAS RESTANTE DO ANO LETIVO DE 2015 DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DA ZONA RURAL DE SANTO AFONSO-MT. Data da realização: 01/07/2015**.** Licitante Vencedor: Empresa *CLAUDEMIR BECKER 81765690110*, com o valor total do Lote 01 de R$ 19.313,50**.** Santo Afonso-MT, 01 de Julho de 2015. **ELISANGELA MOURA DOS SANTOS** - PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO/SUSPENSA

AVISO DE LICITAÇÃO/ SUSPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 37/2015

TOMADA DE PREÇOS N° 05/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICA A SUSPENSÃO DO CERTAME NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº05/2015, QUE ESTAVA PREVISTA PARA SER REALIZADA NA DATA DE 02/07/2015 .

INFORMAMOS AINDA QUE ESTÁ SUSPENSÃO SE FAZ NECESSÁRIO PARA REALIZAR ADEQUAÇÕES E COMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ORIGINÁRIO.

ASSIM SENDO VIMOS ATRAVÉS DESTA INFORMAR QUE EM BREVE ESTAREMOS REPUBLICANDO NOVA DATA DO CERTAME.

SENDO SÓ PARA O MOMENTO.

INFORMAÇÕES: Telefone (65) 3341-1346 (65) 3341-1685 e Emails. licitação_leverger@outlook.com/licitacao_leverger@mt.gov.br.

SANTO ANTONIO DE LEVERGER, 01 DE JULHO DE 2015

VITÓRIO MASSARU HAYAMA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO C/ SRP Nº 027/ 2015

O Município de Sapezal torna publico aos interessados o Resultado Final do Processo Licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial SRP nº 027/2015, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE PNEUS E CAMARA DE AR NOVOS, 1.ª LINHA, CERTIFICADOS PELO INMETRO, COM O MÁXIMO 1 ANO DE FABRICAÇÃO À DATA DO FORNECIMENTO PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES,** sagrou-se vencedora a empresa **JOSÉ MARGREITER**

- ME, inscrita no CNPJ nº 10.991.187/0001 – 96, com o Valor Total *de R$ 73.576,00 (Setenta e Três Mil e Quinhentos e Setenta e Seis Reais).*

Valdiney Gomes Paulino

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 041/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL E MILANI & MACHADO LTDA – ME.

Objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA PISTA DE SKATE**.**
Vigência do Contrato: 24/06/2015 a 24/10/2015.

Modalidade: Tomada de Preço Nº 008/2015.

Secretaria: Secretaria de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

GABINETE
PORTARIA Nº 396/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Exclui o servidor do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal por motivo de falecimento.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1°. Excluir o servidor do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal por motivo de falecimento:

MAT.	NOME	QUADRO	FUNÇÃO	DATA
4715	GENIR DALABETTA	EFETIVO	ZELADOR	26.06.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
RESOLUÇÃO 011/2015

DE 11 DE JUNHO DE 2015

A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 11/06/2015, às sete horas e trinta minutos, conforme a *Ata nº 213*, nas dependências da Casa dos Conselhos em anexo a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, dentro das atribuições que lhe confere a Lei 333/94, de 07.12.94, **RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas das Instituições, CSMJ convênio 008/2015, referente á 3ª parcela liberada, correspondente ao período de 01/05/2015 á 31/05/2015 **Valor**: **R$** 8.000,00. **CAOPA** convênio 004/2015), referente á 3ª parcela liberada, correspondente ao período de 01/05/2015 á 31/05/2015

Valor

: R$ 3.000,00. ADEFIS convênio 001/2015, referente á 3ª parcela liberada, correspondente ao período de 01/05/2015 á 31/05/2015 Valor: R$ 2.000,00. Comunidade Esp. Maria de Nazaré convênio 005/2015, referente á 3ª parcela liberada, correspondente ao período de 01/05/2015 á 31/05/2015 Valor: R$ 3.500,00. APAE convênio 015/2015 referente á 1º e 2º parcelas liberadas, correspondente ao período de 04/03/2015 á 10/06/2015 Valor: R$ 3.899,40. FUNVIDA convênio 006/2015, referente à 1º parcela correspondente ao período de 05/02/2015 á 31/03/2015 Valor: R$ 2.000,00.

Art. 2 º - Deliberar por não votar a prestação de contas da AVOS - Associação Vasos do Oleiro e da ASBE - Assistência Social Beneficente Evangélica, por ausência do relatório de atividades.

Art. 3º - Deliberar pela aprovação do Relatório Circunstanciado do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao mês de abril/2015.

Art. 4º- Deliberar pela aprovação da inscrição da Refeccs - Rede Feminina de Combate ao Câncer De Sinop/MT no Conselho Municipal de Assistência Social de Sinop / MT.

Art. 5º- Deliberar pela não aprovação da inscrição do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE no CMAS de Sinop, considerando o Parecer 0293-2013 da Consultoria Geral da União CGU no processo nº 00400. 001720/2012-21.

Art. 6º- Deliberar pela convocação via Edital, da VI Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada em 28/07/2015 no Clube dos Idosos Dom Henrique.

Art. 7º- Deliberar por formar Comissão Responsável pela Organização da VI Conferência Municipal de Assistência Social, composta pelos seguintes membros: Maria Emilia da Silva de Deus, Marilene de Fátima Pereira, Gisélli Liliani Martins, João Carlos Girardi e Daniela Sevignani Constantini.

Art. 8º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sinop, 11 de junho de 2015.

_____

JOÃO CARLOS GIRARDI

PRESIDENTE - CMAS

GABINETE
PORTARIA Nº 386/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora ROSA DE SOUZA SANTOS.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora ROSA DE SOUZA SANTOS, ocupante do cargo Agente de Serviço de Saúde, Referência CE-08, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

AGER SINOP
PORTARIA Nº004/2015

PORTARIA Nº 004/2015

DATA: 01de Julho de 2015

SÚMULA: Designa a servidora SILMARA NARDONI, Diretora Técnica Operacional da AGER, para exercer a função de Fiscal do Contrato Nº 002/2015 - empresa DESTA TURISMO AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA-ME.

JUVENTINO JOSE DA SILVA, DIRETOR PRESIDENTE DA AGER – AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomeia a servidora SILMARA NARDONI *Diretora Técnica Operacionalpara exercer a função de Fiscal do Contrato nº002/2015 – empresa DESTA TURISMO AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.*

Art. 2º. Esta ato terá validade à partir de 25 de Março de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO DIRETOR DA AGER, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de Julho de 2015.

JUVENTINO SILVA

DIRETOR PRESIDENTE DA AGER

GABINETE
PORTARIA Nº. 373/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Institui Comissão Processante Permanente para apuração de irregularidades e aplicações das penalidades previstas em Editais e Contratos provenientes de Licitações.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir Comissão Processante Permanente para apuração de irregularidades e aplicações das penalidades previstas em Editais e Contratos provenientes de Licitações exceto Contratos e Editais de Licitação com vistas a Construção Civil, com a seguinte composição:

I – MARCELLO PAVAN – Presidente;

II – VAGNA MARIA DE CAMARGO - Membro;

III – SEVERINA MARTA DA SILVA WALKER - Membro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 604/2014, 15 de setembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 379/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Exonera, do quadro temporário, a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, do quadro temporário, a servidora que menciona.

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
11575	LENIR GUEDES	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS- INT	29	01.06.2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

AGER SINOP
TERMO DE CONTRATO Nº 003/2015

Termo de Contrato n.°003/2015

CONTRATANTE: AGER-Agência reguladora dos Serviços públicos delegados do Município de Sinop, MT, representada por seu Diretor Presidente – Juventino José da Silva. **CONTRATADA**: EVO NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ n.°05.783.190/0001-84, Sinop/MT, representada pelo Sr – RODRIGO CAMOZZATO FIEL. **OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de acesso dedicado, permanente e exclusivo da AGER - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE SINOP com a rede mundial de computadores - internet através de um link de 1024 kbps (kilobits por segundo). VALOR DO CONTRATO: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). **VIGÊNCIA:** Período de 12 meses oficiais: 01/06/2015 à 01/06/2016.Sinop/MT. **Juventino José da Silva-Diretor Presidente da AGER.**

GABINETE
PORTARIA Nº 391/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora AURELIA BENTZ.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora AURELIA BENTZ, ocupante do cargo Prof. Lic. em Pedagogia 40 h, Referência CE-29, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 388/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora ROSALINDA IZATON.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora SILENE ROSALINDA IZATON, ocupante do cargo Merendeira, Referência CE-05, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 383/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, o servidor MANOEL BOMDESPACHO DO NASCIMENTO.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade o servidor MANOEL BOMDESPACHO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo Médico Pediatra 30 h, Referência CE-26, a partir de 03 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 385/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, o servidor JOSE ALVES MIRANDA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade o servidor JOSE ALVES MIRANDA, ocupante do cargo Operário Braçal, Referência CE-06, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 380/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Torna pública a Entrada em Exercício, no quadro Efetivo, dos servidores que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro Efetivo, dos servidores que menciona:

Matricula	NOME	CARGO	CE	ADMISSÃO
11827	ASTROGILDO GOMES DE OLIVEIRA	393 - MEDICO CLINICO GERAL 40 HS	26	12/06/2015
11830	CAROLINA STEFANELLO PIRES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	22/06/2015
11826	DAYANE APARECIDA DE SOUZA	135 - ENFERMEIRO 40 HS	25	23/06/2015
11824	JULIA ELIS JOHANN PIGOSSO	276 - CIRURGIAO DENTISTA 40 HS	25	18/06/2015
11829	MARIA PRICILA RAIMUNDO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	23/06/2015
11828	MATHEUS ASSUNCAO REIS	17 - AUXILIAR DE CONS. DENTARIO	06	29/06/2015
11825	PEDRO AGUINALDO ALVES	16 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO	07	17/06/2015
11760	VIVIANE MACEDO MOURA DIAS MARTINS	393 - MEDICO CLINICO GERAL 40 HS	26	22/06/2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 393/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora MARIA DA PENHA FERNANDES DE CASTRO ELIS.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora MARIA DA PENHA FERNANDES DE CASTRO ELIS, ocupante do cargo Prof. Lic. em Pedagogia 20 h, Referência CE-29, a partir de 17 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 392/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora INES RECKZIEGEL SCHLINDVIN.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora INES RECKZIEGEL SCHLINDVIN, ocupante do cargo Prof. Lic. em Pedagogia 40 h, Referência CE-29, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 374/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Institui Comissão de Processos Administrativos – CPP para atuar em processos administrativos disciplinares e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir Comissão de Processos Administrativos Disciplinares - CPP.

Art. 2º. A Comissão de que trata a presente Portaria será composta conforme segue:

I – SEVERINA MARTA DA SILVA – Presidente;

II – VAGNA MARIA DE CAMARGO - Membro;

III – MARCELLO PAVAN - Membro.

Art. 3º. Compete a Comissão:

I – atuar em processos administrativos disciplinares, envolvendo servidores públicos municipais, conforme prevê a Lei nº. 254/1993, capítulo IV e seus artigos;

II – indicar, para a devida publicação legal, servidores para atuarem em Processos de Sindicância Disciplinar, conforme Lei nº. 254/1993, capítulo III e seus artigos;

III – proceder análise dos Relatórios circunstanciados das avaliações de desempenho funcional, conforme Lei nº. 254/1993, seção VI e seus artigos;

IV – indicar, entre um de seus membros, para atuar como preposto nas audiências envolvendo os órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 644/2014, de 30 de setembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 384/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, o servidor PAULO HOLDEMAR LOEBENS.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade o servidor PAULO HOLDEMAR LOEBENS, ocupante do cargo Motorista I, Referência CE-07, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREVISINOP
PORTARIA Nº 350/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) HELENA MARIA FERREIRA DA SILVA SOUZA."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **HELENA MARIA FERREIRA DA SILVA SOUZA**, efetivo(a) no cargo de ZELADOR, referência "B", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/06/2015 e término em 17/06/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.17208P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 26/06/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

GABINETE
PORTARIA Nº. 398/2015

DATA: 01 de julho de 2015

SÚMULA: Designa os servidores que especifica para exercerem a função de Fiscal do Contrato nº 043/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo especificados para exercerem a função de Fiscal do Contrato nº 043/2015, referente ao Pregão Presencial nº 045/2015, para a aquisição de veículos destinados as Secretarias Municipais, conforme segue:

I – Maristéia Cristiane Santi Krieser – mat. nº 8700: Procon;

II – Bruno Lemos Macedo– mat. nº 8289: Prodeurbs;

III – Cesário Alves da Rocha – mat. nº 9314: Secretaria Municipal de Saúde;

IV – Ronaldo José da Silva - mat. nº 8247: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 364/2015, de 17 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de julho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 377/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro efetivo, os servidores que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro efetivo os servidores que menciona:

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
5575	EZILEIA DE CASTRO	376 - PROF. LIC. EM LETRAS 20 HS	29	11.06.2015
6619	EZILEIA DE CASTRO	376 - PROF. LIC. EM LETRAS 20 HS	29	11.06.2015
8871	FERNANDO SOUZA DO NASCIMENTO	149 - GARI	05	16.06.2015
7850	KALINE TODESCATTO	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	02.06.2015
10478	LUCIANO SILVA DE OLIVEIRA	258 - AG COM SAUDE - PSF JARDIM BOTANICO I E II	69	23.06.2015
6587	ROBERT SIMAO DOS SANTOS	237 - VIGIA	05	10.06.2015
10448	VIVIANI TERESINHA CARDOSO SILVA SIQUEIRA	270 - AG COM SAUDE - PSF JARD DAS NACOES	69	02.06.2015
11730	WAGNER WELLINGTON SCHVEITZER	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	16.06.2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2015 DE 18/06/2015

CONTRATO n.º 043/2015 - *OBJETO:* Aquisição de Veículos destinados as Secretarias Municipais. **CONTRATADA:** RENAULT DO BRASIL S/A, **PESSOA JURÍDICA**, CNPJ n° 00.913.443/0001-73. **VALOR TOTAL:**R$ 391.800,00 (Trezentos Noventa e Um Mil e Oitocentos Reais)**. CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. **REF:** Pregão Presencial 045/2015 - fundamentada na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

DATA DE INICIO:

18/06/2015. EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

GABINETE
PORTARIA Nº. 376/2015

PORTARIA Nº. 376/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Exonera, do quadro comissionado, a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, do quadro comissionado, a servidora que menciona.

Matrí.	Nome	Cargo	CC	Data
10826	ANTONIA ZILMA DIAS DA SILVA SOUSA	ASS. DIV. DE PLANEJ. CONTR. E AVALIAÇÃO	04	24.06.2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 399/2015

DATA: 01 de julho de 2015

SÚMULA: Designa os servidores que especifica para exercerem a função de Fiscal do Contrato nº 081/2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores que especificada para exercerem a função de Fiscal do Contrato nº 081/2014, que trata da **"prestação de serviços de locação, implantação e monitoramento eletrônico, através de alarmes, sistema via rádio, GPRS, via telefone e via internet, para atender as necessidades das Secretarias Municipais"**, referente ao Pregão Presencial nº 035/2014, conforme segue:

I – Solange Meyer – mat. nº 2405: Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos;

II – Leonir Bazzi de Moraes – mat. nº 10521: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude;

III – Silvia Cristina Villar Borges de Oliveira – mat. nº 10871: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte Urbano;

IV – Edson Borges de Aguiar - mat. nº 7188: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

V – Iara Knabben Melo - mat. nº 8715: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Mineração;

VI – Adriana Monschau da Rosa - mat. nº 7081: Secretaria Municipal de

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 364/2015, de 17 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de julho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 375/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Destituir o servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Destitui o servidor que menciona, a partir de 10 de junho de 2015:

MATRICULA	NOME	CARGO	CC
6587	ROBERT SIMÃO DOS SANTOS	ASS. DEPTO DE EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS	06-A

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 382/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, o servidor AUGUSTO DOS REIS.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade o servidor AUGUSTO DOS REIS, ocupante do cargo Auxiliar Administrativo, Referência CE-07, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIO N°002/2015 – 29/06/2015

CREDOR: XINGU COMUNICAÇÕES LTDA - ME –

CNPJ: 20.714.248/0001-21

OBJETO: Contratação de serviço de assinatura de Jornal impresso para Câmara Municipal de Sinop-MT.

JUSTIFICATIVA: A inexigibilidade de licitação como contratação direta, exige um procedimento prévio e determinado, destinado a assegurar a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais, em que é imprescindível a observância de etapas e formalidades legais. Tendo em vista o que preceitua o artigo 25 da Lei 8.666/1993, o presente caso trata-se de inexigibilidade de licitação sendo que as cotações de preços são impossíveis em razão da inviabilidade da competição.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.250,00

Marcieli Gomes

Presidente CPL

Luiz A. Calegari

Secretário CPL

Laura M. P. S. Oliveira

Membro CPL

GABINETE
PORTARIA Nº. 381/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Torna pública a Entrada em Exercício, no quadro TEMPORARIO, dos servidores que mencionam.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro Temporário, dos servidores que mencionam:

MATR	NOME	CARGO	CE	ADMISSÃO

11797	ADALBERTO MELGAREJO DE VARGAS	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	25/06/2015
11791	ADRIANA COPI RAMOS	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	23/06/2015
11770	ADRIANA OLIVEIRA LANGUE	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/06/2015
11794	AFONSO DANTOS DOS SANTOS	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	24/06/2015
11787	ANTONIA LIMA DA SILVA	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	24/06/2015
11795	CAMELINDA ANTUNES BARROS	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	24/06/2015
11783	DANIELA CRISTINA MACARI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/06/2015
11771	ELINETE CORDEIRO VITOR	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	22/06/2015
11802	FERNANDA PEREIRA DO LAGO BATISTA	971 - AUXILIAR DE NUTRICAO - TEMP	31	23/06/2015
11781	GEYSIANE ALEXANDRE ARAUJO DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	26/06/2015
11801	JORGEANA GRACIELA DA SILVA	971 - AUXILIAR DE NUTRICAO - TEMP	31	24/06/2015
11774	JULIANA ANGELITA DA SILVA RODRIGUES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	22/06/2015
11803	JULIANA LANSANA	971 - AUXILIAR DE NUTRICAO - TEMP	31	23/06/2015
11784	LEIZA MARIA SOARES DOS SANTOS S CORREA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/06/2015
11792	LUCILENE DA SILVA COSTA	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	24/06/2015
11769	MARCIA VERONICA GONCALVES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	22/06/2015
11772	MARLI APARECIDA GAZDA DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/06/2015
11773	MYKAELA ARAUJO XIMENES MODESTO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	22/06/2015
11777	QUELI MACIEL ALMEIDA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	23/06/2015
11798	RAQUEL BARBOSA FERREIRA	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	25/06/2015
11778	ROSANE DE LIMA BUENO LUCIANO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	23/06/2015
11799	ROSANGELA DIAS BISPO	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	19/06/2015
11793	ROSILEI GARCIA TEODORO	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	22/06/2015
11780	SOLANGE ALVES DE ARAUJO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	26/06/2015
11819	VALERIA CRISTINA MALTA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	25/06/2015
11782	VALQUIRES MARTINS DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	25/06/2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREVISINOP
PORTARIA N.º 378/2015

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Sinop, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais resolve:

Ar. 1º. *Retificar a Portaria nº.* 607/2012 de 13 de Novembro de 2012*, publicada em 14 de Novembro de 2012, ficando:*

"Dispõe sobre a concessão do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ INTEGRAL à servidora Sra. LENI TERESINHA BENEDETTI."

A Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Sinop/MT, no uso de suas atribuições legais e fundamentando-se no art. 6-A da Emenda Constitucional nº. 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional nº. 70/2012, de 29 de março de 2012 c/c art. 12, inciso I, da Lei Municipal nº. 937/2006, que dispõe sobre o Regime Próprios de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, resolve:

Art. 2º. Conceder o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS, *à servidora* Sra. *LENI TERESINHA BENEDETTI*, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 11/R-1.882.505 - SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº. 411.164.021-49, residente e domiciliada à BR 163, km 816, São Cristóvão, CEP – 78550-000, Sinop, Estado de Mato Grosso, servidora pública, detentora da matrícula no PreviSinop sob o nº 202669, Ref. CE-29-03-C-08, efetiva no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA C/PÓS 40 Hs, lotada na SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, conforme processo administrativo do PreviSinop, n.º 2012. 03.00000003, a partir de 06 de Novembro de 2012 até posterior deliberação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 25 de Junho de 2015

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PreviSinop-MT

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIO PROCESSO N°002/2015 – 29/06/2015

Amparo legal: Artigo 25, caput, da Lei n° 8.666/93.

Valor estimado: R$ 1.250,00

Credor: Xingu Comunicações Ltda ME – CNPJ nº 20.714.248/0001-21

Objeto: Contratação de serviço de assinatura de Jornal impresso para Câmara Municipal de Sinop-MT.

Justificativa: Tendo em vista o que preceitua o artigo 25 da Lei 8.666/1993, o presente caso trata-se de inexigibilidade de licitação sendo que as cotações de preços são impossíveis em razão da inviabilidade da competição.

Sinop, 29 de abril de 2015.

MAURO GARCIA

Presidente

AGER SINOP
PORTARIA Nº003/2015

PORTARIA Nº003/2015

DATA: 01 de Julho de 2015

SÚMULA: Designa a servidora SILMARA NARDONI, Diretora Técnica Operacional da AGER, para exercer a função de Fiscal do Contrato Nº

001/2015 - empresa DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-ME.

JUVENTINO JOSE DA SILVA, DIRETOR PRESIDENTE DA AGER – AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomeia a servidora SILMARA NARDONI *Diretora Técnica Operacionalpara exercer a função de Fiscal do Contrato nº001/2015 – empresa* DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-ME.

Art. 2º. Este ato terá validade à partir de 19 de Março de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO DIRETOR DA AGER, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de Julho de 2015.

JUVENTINO SILVA

DIRETOR PRESIDENTE DA AGER

GABINETE
EXTRATO - CONVÊNIO Nº 019/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DO OBJETO: O presente convênio tem por finalidade o repasse de recursos financeiros deste Município, a fim de custear parte das despesas envolvidas no objetivo de prestar colaboração efetiva as pessoas portadoras de câncer, promovendo a integração da rede com os serviços de saúde de caráter ambulatorial e/ou hospitalar, visando o pleno atendimento aos pacientes e seus familiares, **conforme especificado no Plano de Trabalho.**

DO VALOR: O recurso financeiro necessário à execução do presente instrumento é de **R$ 60.000,00** (sessenta mil reais).

DA DOTAÇÃO: As despesas resultantes deste instrumento serão empenhadas integralmente no exercício de 2015 e pagas com recursos próprios deste município para empenho na seguinte dotação orçamentária: 14. 01000.10.302.0042.2114.335043.0000.01.02.00.00

DO PRAZO: O presente Convênio terá vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2.015, podendo ser prorrogado segundo conveniência das partes.

CONCEDENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

CONVENENTE: REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE SINOP-REFECCS.

Sinop-MT, 01 de julho de 2015.

GABINETE
PORTARIA Nº 389/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora IZABEL FERREIRA DA COSTA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora IZABEL FERREIRA DA COSTA, ocupante do cargo Merendeira, Referência CE-05, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 084/2015

Concede Progressão Vertical aos servidores que menciona.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e atendendo o que dispõe o inciso IV do artigo 19 e artigo 29 e subsequentes da Resolução nº 006/2011 e suas alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical aos servidores abaixo elencados, na Linha Atuarial Vertical do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Sinop – Quadro Efetivo:

	Servidor	Cargo	Linha Atuarial Vertical
01	André Carlos Gobbato	Oficial Legislativo	II
02	André Mendonça de Moraes	Tecnico em Informatica	II
03	Benedito Aparecido de Castro	Vigilante	XVI
04	Bruno Alberto Farias	Garçom	VII
05	Dirceu da Silva	Advogado	VII
06	Delza Pereira Morais	Op. Central Telefonica	VII
07	Éderson Rafael Rossano	Auditor Público Interno - Contábeis	V
08	Édielson Sousa Lucena	Vigilante	VII
09	Éliane Roza Borges Coimbra	Auxiliar de Serviços Gerais II	V
10	Ércilia Amaro de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais II	V
11	Fabrício Baron	Operador de Audio	XV
12	Fernanda Cristina Carneiro Lino	Auditor Público Interno - Administração	IV
13	Franklin Nogueira Gomes	Assistente Legislativo	II
14	Hitomi Takagi	Vigilante	XVI
15	Ingo Groeler	Contador	V
16	Janeth Soares do Prado Souza	Atendente de Recepção e Cerimonial	XVIII
17	Jefferson Rodrigues Vasques	Vigilante	VII

18	João Batista da Silva	Vigilante	VII
19	José Marcelo Philippsen	Auditor Público Interno - Contábeis	VII
20	José Roberto da Silveira	Auxiliar de Serviços Gerais I	V
21	Laura Milena Passarinho Sandim de Oliveira	Atendente de Recepção e Cerimonial	II
22	Lindalva da Silva Torres	Auxiliar de Serviços Gerais II	XVI
23	Luiz Carlos Martins Moraes Junior	Auxiliar Legislativo	II
24	Marcieli Rosangela Gomes	Repórter Fotocinematografica	XV
25	Maria Apda Moreira dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais II	XV
26	Priscilla Vieira Leitzke	Contadora	XVI
27	Rita Cácia de Andrade	Atendente de Recepção e Cerimonial	XII
28	Roberto Balas	Oficial Legislativo	XVI
29	Rosilene da Silva Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais II	XX
30	Salli Silva	Operador de Central Telefonica	XIV
31	Salmo Rodrigues da Costa	Auxiliar Legislativo	VII
32	Tadeu José Feitoza	Vigilante	VII
33	Terezinha Pereira de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais II	XV
34	Valdir Kamchen	Oficial Legislativo	VII
35	Venus Mara Soares da Silva	Oficial Legislativo	XXI

Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 01 de julho de 2015

Mauro Garcia

Presidente

GABINETE
PORTARIA Nº. 371/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Designa a servidora Alenir Terezinha Turra a função de Fiscal do Contrato nº. 011/2013.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Alenir Terezinha Turra, matrícula 11807, a função de Fiscal do Contrato nº 011/2013 que trata da **"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de assessoria e consultoria no acompanhamento de processos para a obtenção de convênio com os órgãos do Governo Federal, bem como o apoio operacional e logístico em Brasília, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento",** firmado com a empresa Mega Assessoria e Consultoria Ltda - EPP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, EME especial a Portaria nº. 527/2013, de 11 de junho de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

AGER SINOP
TERMO DE CONTRATO Nº 003/2015

Termo de Contrato n.°003/2015

CONTRATANTE: AGER-Agência reguladora dos Serviços públicos delegados do Município de Sinop, MT, representada por seu Diretor Presidente – Juventino José da Silva. **CONTRATADA**: EVO NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ n.°05.783.190/0001-84, Sinop/MT, representada pelo Sr – RODRIGO CAMOZZATO FIEL. **OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de acesso dedicado, permanente e exclusivo da AGER - AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PUBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE SINOP com a rede mundial de computadores - internet através de um link de 1024 kbps (kilobits por segundo). VALOR DO CONTRATO: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). **VIGÊNCIA:** Período de 12 meses oficiais: 01/06/2015 à 01/06/2016.Sinop/MT. **Juventino José da Silva-Diretor Presidente da AGER.**

GABINETE
PORTARIA Nº 390/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora TERESINHA DALTOE LOEBENS.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora TERESINHA DALTOE LOEBENS, ocupante do cargo Prof. Lic. em Pedagogia 40 h, Referência CE-29, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 387/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora SILENE NATALI MARIN REIS.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora SILENE NATALI MARIN REIS, ocupante do cargo Aux. Manutenção de Infraestrutura, Referência CE-31, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

AGER SINOP
TERMO DE CONTRATO Nº 004/2015

Termo de Contrato n.°004/2015

CONTRATANTE: AGER**-**Agência reguladora dos Serviços públicos delegados do Município de Sinop, MT, representada por seu Diretor Presidente – Juventino José da Silva. **CONTRATADA**: R M DA SILVA - ME, CNPJ n.°07.707.494/0001-98, Sinop/MT, representada pelo Sr – RONIMAIGUE MARTINS DA SILVA. **OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria na área contábil com responsabilidade técnica abrangendo as áreas de contabilidade pública, financeira, orçamentária e patrimonial bem como acompanhamento e execução orçamentária, auxílio e acompanhamento das diretrizes orçamentárias e do Plano Plurianual, verificação dos índices e limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC Nº 101/2000) com ênfase nas despesas de pessoal, restos a pagar, limites da dívida e outros; Emissão dos relatórios de gestão fiscal; auxilio no encerramento do exercício financeiro, a elaboração de prestação de contas anual do Poder Executivo Municipal, elaboração do balanço, balancetes e demais relatórios inerentes à área contábil, financeira e orçamentária da AGER - Agencia Reguladora dos Serviços Delegados do Município de Sinop conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. **.ORIGEM:** Processo Licitatório “Convite”. VALOR DO CONTRATO: R$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais). **VIGÊNCIA:** Período de 12 meses oficiais: 23/06/2015 à 23/06/2016.Sinop/MT. **Juventino José da Silva-Diretor Presidente da AGER.**

GABINETE
PORTARIA Nº 397/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Exclui o servidor do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal por motivo de falecimento.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1°. Excluir o servidor do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal por motivo de falecimento:

MAT.	NOME	QUADRO	FUNÇÃO	DATA
10513	CLAUDIO LONARDONI	COMISSIONADO	ASS. DEPTO. DE URBANIZAÇÃO	01.06.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 394/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora MARILI LANDO DE MOURA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora MARILI LANDO DE MOURA, ocupante do cargo Assistente Administrativo, Referência CE-14, a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 372/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Designa a servidora Alenir Terezinha Turra a função de Fiscal do Contrato nº. 033/2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Alenir Terezinha Turra, matrícula 11807, a função de Fiscal do Contrato nº. 033/2014 que trata da **“Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, compra de mídia e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação”**, referente à Concorrência Pública nº. 001/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, EME especial a Portaria nº. 243/2014, de 11 31 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 378/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Exonera, por Término de Contrato de Trabalho, a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, por Término de Contrato de Trabalho a servidora que menciona.

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
11387	**SILVILENE RODRIGUES DE OLIVEIRA CORTIM**	**PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40 HS - INT**	**29**	09.06.2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 395/2015

PORTARIA Nº 395/2015

DATA: 30 de junho de 2015

SÚMULA: Exclui o servidor do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal por motivo de falecimento.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1°. Excluir o servidor do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal por motivo de falecimento:

MAT.	NOME	QUADRO	FUNÇÃO	DATA
2088	ANTONIO CARLOS DE SOUZA	EFETIVO	MOTORISTA II	16.06.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº. 2143/2015

DATA: 01 de julho de 2015

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO/2016, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o §2º do art. 165 da Constituição Federal, combinado com o art. 132 da Lei Orgânica do Município, as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2016 compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para elaboração, alteração e execução dos orçamentos;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária municipal;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VII - os critérios e formas de limitação de empenhos;

VIII – as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas;

IX - as condições e exigências para transferência à entidades públicas e privadas;

X - o montante e forma de utilização da reserva de contingência;

XI - a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;

XII - as prioridades para projetos em andamento e despesas de conservação do patrimônio público;

XIII - a autorização e condições para o custeio de despesas de competência de outro ente da Federação;

XIV - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;

XV - as Disposições Gerais.

CAPÍTULO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As Prioridades e as Metas para o exercício financeiro de 2016 estão especificadas no Anexo - Programas por Objetivos LDO 2016, parte integrante desta Lei, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) relativo ao período 2014-2017.

§1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária de 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas definidas no Anexo de Metas e Prioridades não se constituindo, todavia, em limites para a programação das despesas, devendo priorizar as ações voltadas ao crescimento econômico e social com estabilidade e responsabilidade, ao desenvolvimento educacional e cultural, bem como ao equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

§2º. Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2016 o Poder Executivo Municipal poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando ou diminuindo seus quantitativos, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades estabelecidas.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. A Proposta Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016 abrangerá o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, compreendendo a programação do Poder Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e será elaborada levando-se em conta a estrutura organizacional atual do município e suas possíveis alterações.

Art. 4º. A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas por rubricas, identificando as fontes de recursos correspondentes e suas respectivas despesas, por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, identificador de uso e a fonte de recursos, em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001, e suas alterações posteriores, e obe-

decerá ao estabelecido no art. 22 da Lei 4.320/64 e no que couber, ao art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º. Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual - PPA;

II - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais se resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a natureza de despesa, o programa de governo, a função, a subfunção, a unidade e o órgão orçamentário as quais se vinculam.

§3º. Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesma característica quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir descriminado:

a) pessoal e encargos sociais – 1;

b) juros e encargos da dívida – 2;

c) outras despesas correntes – 3;

d) investimentos – 4;

e) inversões financeiras – 5;

f) amortização da dívida – 6.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS.

Art. 6º. A elaboração do projeto da Lei Orçamentária do Município de Sinop relativo ao exercício de 2016, sua aprovação e respectiva execução, deverá ser realizado de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se os diversos princípios, além dos contábeis, geralmente aceitos, os de igualdade e justiça social e o da transparência social, assim evidenciados:

I – o princípio de igualdade e justiça social implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e as regiões do município mais carentes;

II - o princípio da transparência social requer a observância da publicidade, utilizando os diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o amplo acesso e a participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em Audiências Públicas.

Art. 7º. Os estudos para definição da previsão da receita para o exercício de 2016 deverão observar as alterações da Legislação Tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, o crescimento vegetativo e qualquer outro fator relevante, sua evolução nos últimos três exercícios, a projeção para os dois exercícios seguintes e a arrecadação até o mês de junho de 2015.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária o Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal e do Ministério Público os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 8º. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constante do Anexo Próprio desta Lei, será considerada para o efeito de cálculo na previsão da receita.

Art. 9º. Se a receita estimada para o exercício de 2016 comprovadamente não atender ao disposto no art. 8º, e nos casos de comprovação de erro ou omissão, de ordem técnica ou legal, a mesma poderá ser alterada pelo Poder Executivo mediante projeto de Lei para permitir a conseqüente adequação do orçamento.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com objetivo de modernizar e conferir maior eficácia ao Poder Público Municipal.

Art. 11. A Lei Orçamentária para o exercício de 2016 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita em função dos efeitos econômicos que decorrem:

I - realização de receitas não previstas;

II - disposições legais a nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas.

Parágrafo único. A adequação da despesa à receita de que trata o “caput” desse artigo, decorrente de qualquer das situações previstas nos itens I e II implicará, na redefinição das metas e prioridades para o exercício de 2016.

Art. 12. As Metas Fiscais constantes do Anexo II desta Lei poderão ser alteradas, através de autorização Legislativa, se verificado que o comportamento das receitas, das despesas e das metas de resultado primário ou nominal indicar uma necessidade de revisão.

Art. 13. Para efeito do disposto no §3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo montante no exercício financeiro não exceda o valor para dispensa de licitação fixada nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou suas alterações, devidamente atualizadas.

Art. 14. A Lei Orçamentária contemplará autorização, em obediência ao que dispõe o art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, mediante ato próprio, para alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2016, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), no que couber:

I – os créditos suplementares autorizados no caput englobam a inclusão de fontes de recursos, modalidade de aplicação e grupo de natureza de despesa;

II - não serão computados para efeito do limite os créditos suplementares destinados a suprir as insuficiências das dotações relativas à pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos de precatórios judiciais, recursos de transferências voluntárias não previstas e o Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;

III - durante a execução orçamentária do exercício de 2016 não poderão ser canceladas ou anuladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais, visando atender créditos adicionais com outras finalidades.

§1º. Ficam excluídas dessa proibição as alterações ocorridas no último quadrimestre do exercício para atender outros grupos de despesas, desde que a unidade orçamentária comprove perante a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamentos a existência de recursos suficientes para cobrir as despesas previstas com pessoal e encargos sociais até o final do exercício.

§2º. Os Créditos Suplementares referentes ao orçamento do Poder Legislativo obedecerão ao limite de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 15. Os recursos de convênios ou vinculados, não previstos no orçamento da receita ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de Créditos Adicionais Especiais ou Suplementares por ato do Executivo Municipal e não serão computados no limite autorizado no artigo anterior.

Art. 16. Durante a execução orçamentária de 2016 o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades e operações especiais na LOA, na forma de Créditos Adicionais Especiais, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício constantes do art. 2º desta Lei e alterações posteriores.

Parágrafo único. Os saldos das dotações provenientes de Créditos Adicionais Especiais abertos nos 04 (quatro) últimos meses do exercício de 2016 poderão ser reabertos por Decreto do Executivo Municipal para o próximo exercício.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão.

Art. 18. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino, bem como nas ações e serviços de Saúde, nos termos do §2º do art. 198 e do art. 212 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 19. A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias.

§1º. Anualmente o Poder Executivo enviará à Câmara Municipal a atualização da Planta Genérica de Valores do município a fim de subsidiar o cálculo do ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana e outros tributos correlatos.

§2º. A parcela da receita orçamentária, prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alteração na legislação tributária, ainda que em tramitação, quando do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara de Vereadores poderá ser identificado, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada a aprovação das respectivas alterações legislativas.

Art. 20. Ocorrendo alteração na Legislação Tributária fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

Parágrafo único. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados ao Orçamento do Município, mediante a abertura de Créditos Adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

Art. 21. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no §3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. O ato que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira só será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23. No exercício de 2016 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 24. O disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extinto total ou parcialmente;

II - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 25. O reajuste do vencimento dos servidores públicos municipais ocorrerá em janeiro de cada ano com base no Índice Nacional dos Preços ao Consumidor – INPC.

Art. 26. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, inciso II da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizado a concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, realização de concurso público, processo seletivo simplificado e processo seletivo público, bem como admissões ou contratação de pessoal a qualquer título, visando o preenchimento de cargos e funções.

Art. 27. Para atendimento do disposto no artigo anterior, caberá a cada secretaria municipal e autarquias demonstrar sua capacidade orçamentária e financeira para atendimento da nova despesa, bem como sua forma de compensação, conforme segue:

I – informações detalhadas das contratações ou admissões, do aumento de remuneração ou concessão de vantagens, criações ou alterações de cargos ou funções pleiteadas;

II – memória de cálculo das despesas a serem geradoras;

III - demonstrativo de suficiência orçamentária para cobertura das despesas;

IV - medidas de compensação, devendo ser apresentado no caso de cancelamentos de créditos orçamentários para cobertura de novas despesas o código orçamentário da ação a ser reduzida;

V – autorização do ordenador de despesas.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a contratação de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, a contratação de horas extras ficam restritas às necessidades emergenciais das áreas de saúde, educação, saneamento e segurança, devidamente justificado pela autoridade competente e autorizado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento.

Art. 29. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 169 da Constituição Federal, bem como o disposto no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo adotará as seguintes medidas a fim de reduzir tais despesas:

I – eliminação de vantagens concedidas à servidores;

II – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV – eliminação de despesas com horas extras, exceto nos casos previstos no art. 28 da presente Lei.

Art. 30. Serão incluídas dotações específicas para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, tendo em vista as disposições relativas à promoção e acesso.

Art. 31. O servidor vinculado ao FUNDEB terá política salarial vinculada às limitações do mesmo podendo ser dissociada dos demais órgãos municipais.

Parágrafo único. Para atendimento das disposições do art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 053, de 19 de dezembro de 2006, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono salarial aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, utilizando os recursos do FUNDEB – 60% (sessenta por cento), devendo ser regulamentado por Decreto do Poder Executivo Municipal no que couber.

Art. 32. O Poder Executivo terá como base de projeção para elaboração de sua proposta orçamentária de 2016, relativo á pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2015, compatibilizada com eventuais acréscimos legais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com dívida municipal nos termos dos contratos firmados.

Parágrafo único. As despesas de que trata o caput desse artigo serão alocados sob a supervisão da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento.

Art. 34. O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição total da receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitando os limites estabelecidos inciso III, do art.167 da Constituição Federal.

Art. 35. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operação de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VII

CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS

Art. 36. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º e no inciso II, do §1º do artigo 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira no montante necessário para as seguintes despesas:

I - racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos;

II - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;

III - contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio;

IV - dotações de obras em geral, desde que ainda não iniciadas.

§1º. Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento da dívida fundada.

§2º. No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo buscar-se-á preservar as despesas baixas hierarquizadas:

a) pessoal e encargos sociais;

b) com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VIII

NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS

Art. 37. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 38. O serviço de contabilidade do município organizará um sistema de custos que permita:

I - mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

II - identificar o custo por atividade governamental e órgãos.

Art. 39. Os Programas priorizados por esta Lei e os contemplados no Plano Plurianual que integrarem a Lei Orçamentária de 2016 serão objeto de avaliação pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, permitindo à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

CAPÍTULO IX

CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIA À ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 40. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais quaisquer recursos do Município de dotação a título de subvenções sociais, ressalvadas àquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde e educação, observadas ainda as exigências da legislação em vigor e condicionada:

I - ao reconhecimento como de Utilidade Pública, através de Lei Municipal;

II - a comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente.

Art. 41. Fica autorizada a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais, a título de auxílios, para entidades privadas sem fins lucrativos desde que sejam:

I - de atendimento às atividades educacionais, assistenciais e de saúde;

II - consórcios intermunicipais constituídos por Lei e exclusivamente por entes públicos;

III - reconhecidas como de Utilidade Pública;

IV - comprovem a regularidade das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente;

V - autorizadas por Lei específica.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer uma das exigências implicará em imediata suspensão do repasse, bem como na devolução dos recursos já repassados.

CAPÍTULO X

MONTANTE E FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 42. O orçamento para o exercício de 2016 contemplará recursos para a Reserva de Contingência de no mínimo de 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender:

I - passivos contingentes;

II - riscos e eventos fiscais previstos no Anexo II desta Lei, dentre outros riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos e imprevisíveis;

III - contrapartida de receitas provenientes de transferências voluntárias correntes e de capital, não previstas no orçamento, além da necessidade da obtenção de resultado primário positivo, se for o caso.

§1º. Para efeito desta Lei entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas à menor; as despesas decorren-

tes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais necessárias ao Poder Público, inclusive as intempéries.

§2º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência está contemplada no limite autorizado na Lei Orçamentária, em obediência ao disposto no art. 167 da Constituição Federal.

CAPÍTULO XI

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 43. O Executivo Municipal deverá elaborar, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma mensal de desembolso por órgão nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO XII

PRIORIDADES PARA PROJETOS EM ANDAMENTO E DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Art. 44. Além da observância das prioridades dispostas nesta Lei, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2016 poderá contemplar novos projetos, atividades e operações especiais referentes às despesas obrigatórias de duração continuada se:

I - tiverem sido adequadamente atendidas todos os projetos, atividades e operações especiais que estejam em andamento;

II - tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio da Administração Pública Municipal;

III - tiverem sido adequadamente apropriadas suas fontes de recursos;

IV - salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de créditos.

CAPÍTULO XIII

AUTORIZAÇÃO E CONDIÇÕES PARA O CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTRO ENTE DA FEDERAÇÃO

Art. 45. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, o Executivo Municipal poderá assinar Convênios, Termo de Cooperação, Termo de Ajuste, Termo de Parceria e Contratos de Repasse com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, para a realização de obras ou serviços de competência ou não do município desde que envolvam claramente o atendimento de interesses locais.

CAPÍTULO XIV

AS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 46. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2016, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 6% (seis por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município auferida em 2014, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e pela Emenda Constitucional nº 058/2009, de 23 de setembro de 2009.

Art. 47. A Câmara Municipal encaminhará até o dia 31 de agosto ao Poder Executivo a proposta Orçamentária anual do Poder Legislativo para que seja incorporada à Proposta Orçamentária Municipal.

Art. 48. A admissão de servidores na Câmara Municipal será efetuada em conformidade com arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, observando-se ainda o disposto no art.22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO XV

AS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação no Projeto de Lei relativa ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 50. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido no art. 139 da Lei Orgânica Municipal, devendo o Legislativo remetê-lo ao Prefeito para sanção até o dia 1º de dezembro seguinte ao recebimento do projeto.

Parágrafo único. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

Art. 51. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2015 a programação dele constante poderá ser executada, mensalmente, no montante de 1/12 (um doze avos) das dotações consignadas no Projeto de Lei Orçamentária, para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários;

III - pagamento da dívida fundada;

IV - despesas obrigatórias de duração continuada.

Art. 52. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Parágrafo único. A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais conseqüências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

Art. 53. Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhados por servidores ou empregados da Administração Municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo publicará no Diário Oficial o extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação que deverá conter necessariamente o quantitativo médio de consultores, o custo total e a especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 54. Quaisquer recursos destinados à transferência voluntária a outro ente da federação, só serão incluídos na LOA, ou em seus créditos adicionais, se atendidos pelo recebedor as exigências contidas no art. 25 da LRF.

Art. 55. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, além dos programas já instituídos de Assistência Social, Saúde e Educação, constituindo-se em exceção, quando aprovado auxílio pelos Conselhos Municipais.

Art. 56. A transferência de Recursos Públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei Complementar 101/2000, quando for o caso, deverá ser autorizado por Lei específica.

Parágrafo único. A necessidade deve ser momentânea e recai sobre empresa ou entidade estabelecida no Município, cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave, ou ainda, representar prejuízo para a municipalidade, seja econômico, cultural, turístico ou social.

Art. 57. O Poder Executivo adotará durante o exercício de 2016 as medidas que se fizerem necessário, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de julho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2015 DE 18/06/2015

CONTRATO n.º 044/2015 - *OBJETO:* Contratação de Empresa de Consultoria que dispõe de profissionais para realizar oficinas e cursos nos Assentamentos Rurais na Região de Sinop, Santa Carmem e Claudia, em que visa a formação de 150 Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar nos Assentamentos Wesley Manoel dos Santos de Sinop-MT, Assentamento Zumbi dos Palmares II em Claudia-MT, Assentamento Casulo em Santa Carmem MT – Conforme Convênio nº801587/2014 com Fundo Nacional do Meio Ambiente no ano de 2014 e 2015. **CONTRATADA: MARIA DE LOURDES ALONSO BOTURA – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.213.580/0001-70. **VALOR TOTAL:R$ 99.887,76** (noventa e nove mil, oitocentos e oitenta sete reais e setenta e seis centavos). **CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. **REF:** Pregão Presencial 044/2015 - fundamentada na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

DATA DE INICIO:

18/06/2015. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 092/2015

DATA: 1º DE JULHO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO DE CARREIRA PARA SERVIDORES LOTADOS NO QUADRO DE CARGOS EM PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

ü Considerando o disposto nos Artigos 11 e 22 § 1º da Lei Complementar nº 094/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão na Carreira aos servidores aprovados no processo de avaliação da seguinte forma:

Servidor	Cargo	Referência Salarial	Pontos	Classe/Grau Atual	Classe/ Grau Progressão
Edson Luiz Nicolak	Motorista II	CE-04	60	B-VI	B-VII

Art. 2º - Os efeitos financeiros desta Portaria são válidos a partir da folha de pagamento do mês de julho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 1º de julho de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.498, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Altera a redação dos itens 1 e 2 do Art. 8º da Lei 2.440/2015, que autoriza desapropriar área de terra situada no Município de Sorriso/MT, proceder à indenização, para fins de doção para implantação do campo didático e experimental de cursos superiores do Instituto Federal do Mato Grosso - IFMT, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os itens 1 e 2 do art. 8º da Lei 2.440/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

1) Imóvel rural matrícula sob nº.1174-B, situado no Loteamento Gleba Sorriso, no município de Sorriso-MT, com Área de **37,8835ha,** com a seguinte descrição do Perímetro: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M-1-A**, situado no limite da ÁREA REMANESCENTE DA MAT. 1.174 CRI DE SORRISO-MT com o limite da propriedade de LAUDELINO VICENTE,deste, segue confrontando com o limite da propriedade de LAUDELINO VICENTE com os seguintes azimutes e distâncias: 87°57'30" e 591,96 m, até o vértice **M-2**, 177°45'50" e 130,07m, até o vértice **M-3**, 87°21'45" e 150,91m, até o vértice **M-4**, situado no limite da propriedade de LAUDELINO VICENTE com o limite do Córrego e Eduardo Pascoski com os seguintes azimutes e distâncias: 196°30'44" e 304,42m, até o vértice **M-5**, 222°22'26" e 370,82m, até o vértice **M-6**, 311°10'43" e 105,01m, até o vértice **M-7**, 239°34'50" e 161,04m, até o vértice **M-8**, situado no limite do Córrego e Eduardo Pascoski com o limite da propriedade de DORIVAL BRANDÃO; deste, segue confrontando com o limite da propriedade de DORIVAL BRANDÃO com o azimute de 266°44'35" e distância de 88,04m, até o vértice **M-9-A**, situado no limite da propriedade de DORIVAL BRANDÃO com o limite da ÁREA REMANESCENTE DA MAT. 1.174 CRI DE SORRISO-MT; deste, segue confrontando com o limite da ÁREA REMANESCENTE DA MAT. 1.174 CRI DE SORRISO-MT com o azimute de 351°15'33" e distância de 692,80m, até o vértice **M-1-A** ponto inicial da descrição desse perímetro. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

2) Imóvel Rural matrícula sob nº. 1156-B, situado no Loteamento Gleba Sorriso, no município de Sorriso-MT, com Área de **7,1428 ha**, com a seguinte descrição do Perímetro:Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M-4-A**, situado no limite da propriedade de ARNO PEDRO RAMMÉ com o limite da ÁREA REMANESCENTE I DA MAT. 11.561 CRI DE SORRISO-MT,deste, segue confrontando com o limite da ÁREA REMANESCENTE I DA MAT. 11.561 CRI DE SORRISO-MT com o azimute 123°47'41" e distância 157,33 m, até o vértice **M-4**, situado no limite da ÁREA REMANESCENTE I DA MAT. 11.561 CRI DE SORRISO-MT com o limite da propriedade de ROSALINA ENDERLE; deste, segue confrontando com o limite da propriedade de ROSALINA ENDERLE com o azimute de 254°33'41" e distância de 635,58m, até o vértice **M-5-A**, situado no limite da propriedade de ROSALINA ENDERLE com o limite da ÁREA REMANESCENTE II DA MAT. 11.561 CRI DE SORRISO-MT; deste, segue confrontando com o limite da ÁREA REMANESCENTE II DA MAT. 11.561 CRI DE SORRISO-MT com o azimute de 329°28'01" e distância de 123,12m, até o vértice **M-6-A**, situado no limite da ÁREA REMANESCENTE II DA MAT. 11.561 CRI DE SORRISO-MT com o limite da propriedade de ARNO PEDRO RAMMÉ; deste, segue confrontando com o limite de propriedade de ARNO PEDRO RAMMÉ com o azimute de 74°33'41" e distância de 564,90m, até o vértice **M-4-A** ponto inicial da descrição desse perímetro. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 502, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Concede licença prêmio em pecúnia aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo principalmente o que dispõe a Lei Complementar nº 140/2011 de 26 de agosto de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença prêmio em pecúnia aos servidores que menciona:

MAT.	NOME	QUINQUÊNIO
23	Arlindo Paulo Henkels	08.11.2004 a 08.11.2009
1581	Eduardo Gonçalves	01.03.2006 a 01.03.2011
1556	Eliane Aparecida Gaieski de Oliveira	01.03.2006 a 01.03.2011
420	Elisandra Garlet	02.02.2004 a 02.02.2009
1762	Emilia Monteiro Caldas dos Santos	17.04.2006 a 17.04.2011
225	Hirley Maria Braga	14.03.2005 a 14.03.2010
604	Idalice Angelica S. M. Matos	02.04.2006 a 02.04.2011
102	Jair Buche	02.02.2004 a 02.02.2009
231	Joelma Lins dos Santos	01.03.2009 a 01.03.2014
464	Laise Cecilia Sloboda	16.02.2009 a 16.02.2014
10	Leonice Franciosi	02.02.2009 a 02.02.2014
2551	Luciana Bussolaro	19.01.2009 a 19.01.2014
635	Luciane Jesus de Amarões da Silva	18.02.2007 a 18.02.2012
52	Luiz João Fronza	30.06.2003 a 30.06.2008
264	Marcos Tadashi Kaneko	04.02.2004 a 04.02.2009
649	Maria Fatima Finger Ferreira	02.02.2009 a 02.02.2014
664	Nadir Saldanha Marinho	11.03.2009 a 11.03.2014
1613	Rita Cassia de Barros e Silva	01.03.2006 a 01.03.2011
1582	Rosemeri Felix do Nascimento	01.03.2006 a 01.03.2011
2442	Rosemeri Seibel Zuffo	01.07.2008 a 01.07.2013
690	Rui Hubner	01.06.2008 a 01.06.2013
541	Sirdione Mª B. Di Domenico	03.02.2007 a 03.02.2012
77	Soeli Maria Cantoni Sacon	01.03.2009 a 01.03.2014
1644	Valcilene Coelho L. M. Marinho	01.03.2006 a 01.03.2011
64	Vitorino Rodrigues dos Santos	01.11.2009 a 01.11.2014
38	Francisco José P. Oliveira	02.10.2005 a 02.10.2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - ESTADO DE MATO GROSSO - RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONCORRENCIA PUBLICA N.º 003/2015

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de sua Presidente da Comissão de Licitação, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi vencedora do certame a empresa: RCA CONSTRUTORA LTDA ME., CNPJ N.º 12.145.051/0001-90**,** com proposta no valor de R$ 1.625.749,74 (um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

MARISETE M. BARBIERI - Presidente da Comissão de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
TOMADA DE PREÇO 006/2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

CONVOCAÇÃO:

A Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria nº 087/2015, comunica as Pessoas Jurídicas com ramo na prestação de serviços de confecção de uniformes, que estará realizando Procedimento Licitatório conforme descrição abaixo:

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para confecção uniformes, **sob medida,** para os servidores da Câmara Municipal de Sorriso.

ABERTURA:

Ás **09:00 HORAS DO DIA 22/07/2015 (quarta-feira),** NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO-MT, SITUADA NA AVENIDA PORTO ALEGRE Nº 2.615, AOS INTERESSADOS, MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NO HORÀRIO DAS 7:00 às 13:00 horas, de segunda à sexta feiras, bem como no site da Câmara Municipal www.sorriso.mt.leg.br

Sorriso - MT, 01 de julho de 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 222, DE 01 DE JULHO DE 2015

Revoga os §§3º e 4º e altera o §6º do Art. 48 da Lei Complementar nº 94/2008, que dispõe sobre a reestruturação do quadro de cargos do Legislativo Municipal, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara Municipal de Sorriso-MT, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os §§ 3º, 4º e 6º do Art. 48, da Lei Complementar 94/2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48*- ...*

§3º *- Revogado.*

§4º *- Revogado.*

§6º *- A critério do Chefe do Poder Legislativo o servidor efetivo nomeado para exercer cargo em comissão perceberá:*

a) o vencimento do cargo comissionado, ou

b) o vencimento padrão do seu cargo de provimento efetivo acrescido de gratificação de 50% (cinquenta por cento) do subsídio do cargo comissionado para o qual foi designado".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de julho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 220, DE 01 DE JULHO DE 2015.

Altera o Art. 54 e revoga o Parágrafo único do art. 221, da Lei Complementar nº 140/2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Sorriso, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 54, da Lei Complementar 140/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 54** A critério da Administração Municipal o servidor efetivo nomeado para exercer cargo em comissão perceberá:*

a) o vencimento do cargo comissionado, ou

b) o vencimento padrão do seu cargo de provimento efetivo acrescido de gratificação de 50% (cinquenta por cento) do subsídio do cargo comissionado para o qual foi designado.

***Parágrafo Único:**O estabelecido no artigo 54 e suas alíneas, não se aplica aos servidores efetivos nomeados para exercer o cargo de Secretário Municipal, Secretário Adjunto, Controlador Geral, Procurador Geral e aos servidores efetivos nomeados para cargos estabelecidos em lei específica."*

Art. 2º Fica revogado o Parágrafo único, do Art. 221, da Lei Complementar nº 140/2011.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de julho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 08/2015

DATA: 30 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS NOMES DE TODOS OS INSCRITOS PARA O PRIMEIRO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO 2016/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de Sorriso - MT, através de sua Presidente, no uso das atribuições legais e regimental, e

CONSIDERANDO:

O final do período de realização das inscrições, dia 26 de junho de 2015, sobre o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, pela Resolução nº 004/2015 do CMDCA e legislação municipal pertinente o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

Resolve:

Art. 1º Publicar através desta Resolução **a RELAÇÃO DOS NOMES DE TODOS OS INSCRITOS PARA O PRIMEIRO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO 2016/2019, na forma do ANEXO I da presente Resolução.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMDCA, Estado de Mato Grosso, aos 09 de junho de 2015.

MARISTELA ZANATA

Presidente do CMDCA

LB

ANEXO I

	NOME	COD	Nº	ENDEREÇO
01	Adriana de Oliveira Teodoro	Didi	06	R. Pedra Preciosa, 1115, Rota do Sol
02	Adriana Iride Santi	Adriana	77	R. Mauês, 1197, Jd Amazônia
03	Antonio Gomes Ribeiro	Toni Ramos	40	Av. Novo Horizonte, QD 20, LT12, Rota do Sol
04	Celso Marcon	Celso	25	R. do Sol, 1025, Rota do Sol
05	Cláudia Regina Araújo Kraemer	Cláudia	15	Av. Perimetral Noroeste, 2661,xxxx
06	Edson Batista Ribas Bonet	Batista	88	R. São Francisco de Assis, 248, Vila Bela
07	Elaine Maria Gomes de Oliveira	Elaine de Oliveira	27	R. Márcia Regina s/n, Colinas
08	Elenice Andrade de Sousa	Nice	11	R. Itaúba, 39, Jd Novos Campos
09	Eliziania Dias Garlindo	Ziane	05	R. F, Q11 Casa 16, xxxxxxx
10	Evangelista Fernandes de Melo	Ivan	65	R. das Videiras, 1645, Bom Jesus
11	Fabrícia de Moraes	Fabricia	12	Chácara Boa Vista, Linha Celeste
12	Francieli Fernandes	Sol	21	R. Alencar Bortolanza, 1068, Vila Bela
13	Ilaia Cesario Borges	Ilaia	75	R. São Lucas, 35, Boa Esperança II
14	Janice Conceição de Faria Silveira	Janice	45	R. Lupicínio Rodrigues, 2495, Jd Primavera
15	Jaqueline Jania Pereira Machado	Jaque	16	R. Bené, 75, Centro
16	Joadir Leite Pimenta	Prof. Joadir	03	Av. Otavio de Souza Cruz, 2079, Benjamin Raiser
17	Josicleide Sousa Amorim	Cleide	22	R. Passo Fundo, 1933, São Mateus
18	Juliana Leindecker D'Agustin	Juliana	33	R. Santos Dumont, 370, Bela Vista

19	Keila dos Santos	Keila	09	R. Rio Negro, Q21, C7, Nova Aliança
20	Laércio Bianchini	Bianchini	44	R. Amazonas, 151, Bela Vista
21	Lorrane Tavares Soares	Lorrane	20	R. Pato Branco, 174, Rota do Sol
22	Luciene da Silva Carvalho Pimenta	Luciene Carvalho	14	Av. Curitiba, 1311, Jd Amazônia
23	Lucineire Campos Raimundo	Meire	52	R. Criciúma, 300, Centro
24	Marilei Oldoni Dias	Mari	02	R. Rosário Oeste, 270, Bairro Bom Jesus
25	Maristela Oliveira Cavalheiro	Maristela	04	R. São Mateus, 105, São Domingos
26	Marlene da Cruz Bogo	Marlene Bogo	10	R. Porto Rico, 98, Jd Europa
27	Maura Torquato Macedo	Maura Torquato	24	R. Tangará, 829, Industrial
28	Meuri Gleici Gonçalves	Meuri	69	R. Lupicínio Rodrigues, 2869, Jd Primavera
29	Mirian de Moraes dos Santos	Mirian	31	R. Caçador, 313, Jardim Tropical
30	Paula Regina Fuentes Bessa	Bessa	01	R. são Lucas, 1575, Village
31	Rafael Padovan Rosa	Rafael	08	R. San Diego, 1567, Jd Tropical
32	Rafael Rodrigo Alves de Liz Victor	Rafael	26	R. Mato Grosso, 1226, Jd Itália
33	Raquel Alencar de Lima	Raquel	13	R. José de Alencar, 1316, Taiamã II
34	Renata da Silva Rodrigues	Renata Rodrigues	18	R. Terra Nova, 86, Novos Campos
35	Rosiane de Lima Silva	Rosi	51	Travessa Libra, 53, Bela Vista
36	Rosivaldo Verão Ferreira	Verão	99	R. Santa Rita, 2018, São José
37	Salete Terezinha Pichinhaki	Salete	83	Chácara São Pedro
38	Sandra de Assis Dutra Dias		30	R. Terra Nova, 55, Novos Campos
39	Sueli de Jesus Amarões da Silva Carvalho	Sueli Carvalho	07	R. das Américas, 340, Centro

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/2015

DATA: 1º DE JULHO DE 2015

CONVERTE EM PECÚNIA, LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, AO SERVIDOR EFETIVO JOSÉ MARCIO CAVALETTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

ü Considerando a solicitação do Servidor;

ü Considerando o disposto no art. 125 da Lei Complementar nº 140/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Converter em pecúnia, ao servidor efetivo **JOSÉ MARCIO CAVALETTI**, lotado no cargo de Cinegrafista desta Casa de Leis, 30 (trinta) dias da Licença Prêmio por Assiduidade, referente ao período aquisitivo de 09/06/2008 a 08/06/2013, correspondente a 2ª parcela.

Art. 2º - O pagamento do valor convertido será efetuado na folha de pagamento do mês de julho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO, Estado de Mato Grosso, em 1º de julho de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.497, DE 30 DE JUNHO 2015.

Autoriza o Poder executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio, ao Centro de Tradições Nordestinos de Sorriso – CTNS, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros, mediante convênio, o valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) para o **CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINOS DE SORRISO - CTNS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.304.330/0001-36, com sede na Rua Panambi, nº 249, Bairro São Mateus, Sorriso/MT.

§ 1º O valor de que trata o caput deste artigo deverá ser repassado em parcela única até o dia 08 de julho de 2015.

§ 2º A utilização destes recursos deverá atender ao disposto nas Leis Federais n° 8.666/93, 10.520/02, bem como suas alterações.

Art. 2º Os recursos financeiros que dispõe esta Lei têm a finalidade de auxiliar na realização do evento denominado **"10ª FESTRILHA NORDESTINA",** com início em 09 de julho de 2015 e término em 12 de julho de 2015.

Art. 3º Os recursos deverão ser empregados na locação de arquibancada, palco, sonorização, iluminação, contratação de empresa especializada em segurança particular, promoção de espetáculos públicos.contratação de 02 (duas) bandas musicais e premiação.

Art. 4º Para atender as despesas oriundas da presente Lei, serão utilizados os recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

09.001 - Gabinete Secretário

09.001.23 - Comércio e Serviços

09.001.23.692 - Comercialização

09.001.23.692.0053 - Turismo

09.001.23.692.0249.2095(449) – Realização de eventos

33.70.41.00.00.00 - Contribuições R$ 70.000,00.

Art. 5º O CTNS deverá prestar contas dos recursos recebidos até o dia 30 de agosto de 2015, em conformidade com o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

§ 1º A Prestação de Contas deverá ser enviada ao Chefe do Poder Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos, instruída com os seguintes documentos:

a) Ofício encaminhando a Prestação de Contas;

b) Anexos previstos na Instrução Normativa Municipal n° 017/2009;

c) Xerocópias dos documentos suportes de despesa;

d) Devolução de saldo devedor, se houver.

§ 2º A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

§ 3º Em caso de reprovação da prestação de contas ou de omissão da mesma, a Prefeitura de Sorriso estará proibida de firmar futuras parcerias e/ou convenio com a entidade beneficiária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 065, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Substitui membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Ofício nº 818/2015, da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a nomeação de novos membros para compor o Conselho de Alimentação Escolar;

D E C R E T A:

Art. 1° Ficam nomeados os representantes das respectivas Entidades para atuarem junto ao Conselho Municipal da Alimentação Escolar, para completar o mandato de 04 anos, em substituição àqueles nomeados através do Decreto nº 059/2013, conforme segue:

Representantes dos Profissionais da Educação, Professores e Alunos:

Clarice Carmo Wolf – Titular

Leonildo Rodrigues - Suplente

Representantes de Pais de Alunos:

Eliane Schulz - Titular

Angela Caroline Mireski - Suplente

Paula Cristina Barbosa Gonçalves - Suplente

Representantes da Sociedade Civil:

Lander Piazza - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 091/2015

DATA: 1º DE JULHO DE 2015

EXONERA A SENHORA JONISCLEIA SPINDOLA MENDES DO CARGO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor FABIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **JONISCLEIA SPINDOLA MENDES**, portadora do RG nº 1625719-7 SSP/MT, CPF nº 026.130.861-06, do Cargo de Secretário Executivo, do Quadro dos Cargos de Livre Nomeação e Exoneração da Câmara Municipal de Sorriso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO, Estado de Mato Grosso, em 1º de julho de 2015.

FABIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 022/2015 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

DILCEU ROSSATO, Prefeito Municipal de Sorriso Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público 001/2011, para suprimento de vagas efetivas do quadro de Pessoal do Plano de Cargo, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Saúde e Saneamento do Município de Sorriso/MT, para comparecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Sorriso/MT, para apresentar documentos e habilitações exigidas e tomarem posse de seus respectivos cargos.

Técnico em Enfermagem - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

Classificação	Inscrição	Nome
27	5694	EULER DE CASTRO MARTIN
28	5517	LUZILEIDE APARECIDA DOS SANTOS
29	1302	KELLY ADRIANA ROSA DE QUEIROZ
30	1386	MARLI DAMAS XAVIER
31	7333	IELVA FIGUEREDO DA LUZ
32	5591	RODRIGO PEREIRA DA SILVA

O candidato deve comparecer junto ao Departamento Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Sorriso, no horário das 07h00min às 13h00min horas, munido dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos laboratoriais obrigatórios e do Atestado Médico Admissional para fins de nomeação, posse e exercício.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Sorriso/MT convocar os imediatamente posteriores, obedecendo à ordem de classificação.

Sorriso/MT, 01 de Julho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090/2015

DATA: 1º DE JULHO DE 2015

EXONERA A **SENHORA KEILA DOS SANTOS DO CARGO DE ASSISTENTE PARLAMENTAR I**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **KEILA DOS SANTOS**, portadora do RG nº 1669992-0 SSP/MT, CPF nº 982.555.501-78, do cargo de Assistente Parlamentar I, do Quadro dos Cargos de Livre Nomeação e Exoneração da Câmara Municipal de Sorriso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO, Estado de Mato Grosso, em 1º de julho de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREVISO - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SORRISO - MT
EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO CARTA CONVITE N° 003-2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº: 003/2015

PARTES: **CONTRATANTE** - **PREVISO - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SORRISO - MT**, CONTRATADA: **I. F. GARCIA E CIA LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS E REAVALIAÇÃO ATUARIAL, COMPREENDENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS: Lote 1 -** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de assessoria de investimentos: Prestação dos serviços mensais: Pareceres econômicos conforme exigido pelo art. 3°,II da Portaria 519/2011 e pelo item n° 47 do TCE, Auxílio no preenchimento dos modelos de credenciamento conforme exigido pela Portaria MPS 440/2013,Planilha DAIR/CADPREV e APR; Serviços trimestrais: relatórios trimestrais conforme exigido pelo art. 3° , V da Portaria 519/2011 e pelo item n° 34 do TCE; Serviços anuais: auxílio na elaboração do PAI (plano anual de investimentos) baseado no estudo de ALM, conforme exige o art. 4° da Resolução CMN 3.922/10, relatório completo anual, conforme exigido pelo art. 3°, III da Portaria 519/2011 e no Balanço Anual pelo item n° 23 do TCE, demonstrativo analítico dos investimentos, exigidos no Balanço Anual pelo item n° 12 do TCE, conforme exigência da Portaria MPS 916/2003, notas explicativas sobre os fundos de investimentos, exigidos no Balanço Anual pelo item n° 13 do TCE. Pareceres avulsos. Palestra para os responsáveis pelo RPPS, apresentando o comportamento das aplicações financeiras no ano vigente e seu cumprimento da meta atuarial. **Lote 2 -** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Reavaliação atuarial: Reavaliação atuarial, conforme a Portaria MPS 403/2008; Projeção atuarial, prevista na LRF (Lei de responsabilidade Fiscal); DRAA (demonstrativo de resultado de avaliação atuarial); Anteprojeto de lei, visando à modificação de custeio da previdência municipal, se necessário; ALM; Contabilidade da avaliação atuarial; 01 (uma) Palestra sobre o futuro e a situação financeira e atuarial do Instituto Previdenciário para os conselheiros e/ou segurados. VALOR GLOBAL: R$ 15. 410,00 (quinze mil, quatrocentos e dez reais), divididos em 02 lotes, sendo o Lote 1 em R$ 8.520,00 (oito mil, quinhentos e vinte reais) e o Lote 2 em R$ 6.890,00 (seis mil oitocentos e noventa reais), divididos em 07 parcelas mensais de R$ 2.201,43 (dois mil duzentos e um reais e quarenta e três centavos). VIGÊNCIA: 22/06/2015 a 31/12/2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 221, DE 01 DE JULHO DE 2015.

Altera o Parágrafo primeiro do Art. 7º da Lei Complementar nº 016/2004, e suas alterações posteriores, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O parágrafo primeiro doArt. 7º da Lei Complementar nº 016/2004, e suas alterações posteriores, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 7º .....
.....

§ 1º Fica criado no Quadro Demonstrativo de Cargos de Direção e Assessoramento Superior de Provimento Comissionado, o cargo de Controlador Geral, com as atribuições previstas nesta lei e com o mesmo “status”e salário de Secretário Municipal.

Art. 18 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de julho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 504, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Revoga Portaria e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 493 de 17 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 30 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 503, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Designa Comissão Eleitoral da VII Conferência Municipal de Saúde, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República, que dispõe sobre a participação da comunidade como diretriz de organização do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando a Lei n nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 38, de 11 de junho de 2015, que convoca a VII Conferência Municipal de Saúde;

Considerando a Resolução nº 04/2015, do Conselho Municipal de Saúde para a realização da VII Conferência Municipal de Saúde de Sorriso, sob o tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do povo Brasileiro".

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para compor a Comissão Eleitoral da VII Conferência Municipal de Saúde, as pessoas abaixo relacionadas:

Leonilda dos Santos - Presidente

Olavo Schiefelbein - Secretário

Gilles Andrade Carvalho - Membro

Franciele Louverd - Membro

Art. 2º Compete à Comissão Eleitoral conduzir o processo de eleição dos delegados para representação na Conferência Estadual de Saúde, gestar conflitos e esclarecer equívocos durante o processo eleitoral, proclamar os eleitos para a plenária, elaborar a ata de eleição e entregar para a relatoria e coordenação geral, preencher as fichas de delegados eleitos com dados pessoais, segmentos que pertence, bem como demais informações referente a representação do município na Conferência Estadual de Saúde e encaminhar à Comissão Organizadora Estadual.

Art. 3º A Comissão Eleitoral será destituída após a entrega do relatório final da VII Conferência Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde de Sorriso-MT.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 30 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 501, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Concede Licença Prêmio aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença prêmio aos servidores efetivos que menciona com espeque no art. 122 da Lei Complementar nº 140/2011:

MATRICULA	NOME	QUINQUÊNIO	PERIODO	
1331	Carla di Domenico Martins	09.05.05 a 09. 05.15	11.06.15 a 07. 09.15	03 meses
3027	Ester Lelis dos Santos	03.07.09 a 03. 07.14	15.06.15 a 14. 07.15	01 mês
2374	Janaina Ferreira C. Frasson	11.02.08 a 11. 02.13	15.06.15 a 12. 09.15	03 meses
1555	Eunice Maria de Jesus Vieira	01.03.06 a 01. 03.11	11.06.15 a 10. 07.15	01 mês

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2015.

Dilceu Rossato

Prefeito Municipal de Sorriso

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 34, DE 25 DE JUNHO DE 2015 - REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

DECRETO Nº 34, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre redução da jornada de trabalho e dá outras providências

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o recesso parlamentar da Câmara Municipal de Vereadores;

Considerando o andamento da Temporada de Praia do Araguaia 2015, em que há grande demanda por servidores municipais;

Considerando o impacto no Município pela retração das receitas e da necessidade de contenção das despesas por parte das repartições do Poder Executivo Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a redução da jornada de trabalho no período de 1º de julho 2015 a 14 de agosto de 2015, nas repartições públicas municipais.

§ 1º O horário de funcionamento será das 13:00 horas às 17:00 horas, horário de Brasília.

§ 2º Os serviços considerados essenciais, tais como saúde, coleta de lixo, limpeza pública e do Departamento de Água e Esgoto (DAE), continuarão obedecendo ao horário normal de atuação.

Art. 2º Os Secretários e os respectivos Chefes dos Departamentos cientificarão os servidores escalados para o cumprimento do sistema de plantão.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI Nº 612/2015 – DE 01 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre Criação de Vagas dos Anexos I, V e VII da Lei Nº 519 de 10 de Abril de 2012, desta Prefeitura Municipal de São José do Povo – MT e dá outras Providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL E ELE SANCIONAM e PROMULGAM A SEGUINTE LEI.

ARTIGO 1º - Conforme o Artigo 1º da Lei 519/12, anexo VII (Quadro VI), Ficam criado o Cargo de Provimento Efetivo: **TÉCNICO DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA** com grau de escolaridade, vencimentos, vagas e atribuições estabelecidas no Anexo – I desta Lei.

§ 1º - O Cargo de Técnico de Manutenção em equipamentos de Informática, criado no artigo 1º desta Lei terá sua Progressão conforme o Quadro VI do Anexo VII da Lei 519/2012, alterado nesta.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Povo, 01 de Julho de 2015.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 043/2015 - DE 10 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre Revogar e nomear a Comissão Permanente de Avaliação de Terrenos e Edificação Urbana e de Áreas Rurais - ITBI do Municipio de São José do Povo, e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomeiar os membros da COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO de terrenos e edificação urbanas e de áreas rurais do Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, com a finalidade de atribuir lançamentos de tributos a serem cobrados pela municipalidade, são eles:

Presidente: REINAN SILVA DE SOUZA, Portador do RG n° 1759525-8 - SSP/MT e do CPF: 027.980.751-14.

Vice - Presidente : MARCIA CRISTINA MEDEIROS, Portadora do RG nº 1045625-2 SSP/MT e do CPF nº. 627.776.531-00.

Secretário : JOSE CARLOS DA SILVA, Portador do RG nº.1192831-0 e do CPF nº. 627882481-72;

Membro: DAMAZIO LUIZ DA SILVA, Portador do RG nº526.757 e do CPF nº. 353788.401-04;

Membro: VALMIR COSTA OLIVEIRA, Portador do RG nº280 597 e do CPF nº.205.026.721-53.

Membro: LUIS CARLOS ALMEIDA DE SOUSA, Portador do RG nº 11926813 - SJ e do CPF nº 882.815.581-72.

ARTIGO 2º - A gratificação que faz jus ao servidor será de acordo com a Lei Municipal 442/2009 e alterações posteriores, cujo o mandato desses membros será até 31 de Dezembro de 2013. A vice-presidente desta Comição de ITBI não receberá gratificação, será sem ônus.

ARTIGO 3º - O servidor que gozar de licenças não fará jus a gratificação nesse período.

ARTIGO 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n°004/2015.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

São José do Povo-MT, 10 de Junho de 2015

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____ __/__/____.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 052/2015

CARTA CONVITE Nº 013/2015

Contratado (a): RAFAEL SANTOS LIMA.

OBJETO - O presente contrato tem como objeto a contratação de um médico do trabalho para realizar 30 (trinta) perícias médicas em São José do Povo – MT, pelo Contratado a Contratante.

VALOR TOTAL–O valor global do presente contrato é de **R$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais)**, constante da proposta homologada em 30 de junho de 2015, oriundo da multiplicação dos valores mensais planilha-proposta anexa, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento. Que serão pagos através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada todo mês, após apresentação da planilha de realizações de perícias pela Secretária de Administração efetuada no mês.

VIGÊNCIA–O Presente contrato terá vigência no período de 30 de junho a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entres os partes, obedecendo à legislação específica (art. 57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI Nº 613/2015 – DE 01 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2.016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso **Sr. ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI

Art. 1º - Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2016, com estrita observância às diretrizes fixadas nesta Lei, aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de São José do Povo, à legislação vigente, em especial à Lei n.º 4.320/64 e a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e as recentes Portarias editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

a)Orçamento Fiscal;

b) Orçamento da Seguridade Social.

Art. 2º - O orçamento anual do Município abrange os Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos, Órgão, Entidades da Administração Direta e Indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 3º - A proposta orçamentária do Município para 2016 observará as metas e prioridades da Administração Pública estabelecidas nas diretrizes que integram esta Lei, e nos anexos de metas fiscais, conforme o artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º – O montante das despesas será igual ao das receitas.

§ 2º – As metas e prioridades fixadas no Anexo de que trata este artigo terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 3º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio das contas públicas que constitui a base que irá assegurar as ações de desenvolvimento visando às melhorias do índice de desenvolvimento humano.

§ 4º – a Estimativa da receita e da despesa será com base na arrecadação de 2012; 2013 e 2014 e atual conjuntura econômica estadual e nacional, e os efeitos das modificações na legislação tributária.

§ 5º – Os pagamentos do serviço da dívida, de pessoal e encargos terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art. 4 º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

a) - **PROGRAMA**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

b) – **AÇÃO,** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade e operação especial;

c) - **ATIVIDADE**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

d) - **PROJETO**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

e) - **OPERAÇÃO ESPECIAL**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não geram contratação direta sob a forma de bens ou serviços;

f) – **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA,** o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentárias, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

g) – **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA,** o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

h) – **EXECUÇÃO FINANCEIRA,** o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vincula, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e alterações posteriores.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4º - As atividades e projetos serão desdobrados exclusivamente para especificar a localização das respectivas ações, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade e da denominação da ação.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária para 2016 será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2015 e será composto de:

I – Texto da lei;

II – Consolidação dos quadros orçamentários;

III – Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida na legislação pertinente e nesta Lei;

IV – Discriminação da Legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

§ 1º - A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Administrativas, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria 42/99 – STN, Portaria Interministerial n º 163/01, Portaria nº 003/08 – STN e alterações posteriores.

§ 2º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do Governo;

II – Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, anexo I da Lei nº 4.320,64;

III – Receita segundo as categorias econômicas – Anexo 2 da Lei nº 4.320/64;

IV – Natureza da despesa segundo as categorias econômicas – Consolidação Geral – Anexo 2 da Lei nº 4.320/64;

V – Quadro discriminativo da receita, por fontes e respectiva legislação;

VI – Quadro das dotações por órgãos do Governo: Poder Legislativo e Poder Executivo;

VI – Quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho – anexo 6 da Lei nº 4.320/64;

VII – Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do Governo, por função governamental – Anexo 7 da Lei nº 4.320/64;

VIII – Quadro demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos – Anexo 8 da Lei nº 4.320/64;

IX – Quadro demonstrativo das despesas por órgão e funções – Anexo 9 da Lei nº 4.320/64;

X – Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

XI – Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

XII – Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa – art. 22, inciso III da Lei nº 4.320/64;

XIII – Descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

XIV – Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas constantes do anexo de metas fiscais, que integra a LDO;

XV – Demonstrativo de medidas de compensação às renuncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 6º - Para o atendimento do equilíbrio entre a receita e a despesa do Poder Executivo, a cada bimestre, avaliará o comportamento da receita real arrecadada, para que em caso negativo, aplicar o limitador de empenho, previsto no artigo 9º da Lei Complementar 101/2.000, tomando-se por base o percentual não realizado em relação à receita realizada no mesmo período do ano anterior.

§ 1º - Excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira de que trata o *caput* deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – com pagamento da dívida pública e encargos.

Art. 7 º - O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para 2.016, observadas as determinações contidas nesta Lei e no artigo 29-A da Constituição Federal, até o dia 31 de julho de 2015, para ser compatibilizada com os demais órgãos da Administração.

Art. 8º - A estimativa da receita que constará do projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 9º - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação do contribuinte e a justa distribuição de renda.

Art. 10 - Constituem as receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de atividades econômicas, que por sua conveniência possam ser executadas;

III - de transferência por força de mandamento constitucional, ou de convênios firmados com entidades privadas e governamentais em todas as esferas de governo, nacional ou internacional;

IV - de transferências voluntárias definidas pelo Governo Estadual e Federal;

V - de empréstimos tomados por antecipação da receita, autorizados por Lei;

VI - de empréstimos e financiamentos autorizados por Lei específica, vinculada as obras e/ou serviços públicos;

VI - de transferências do FUNDEB, de acordo com a emenda Constitucional nº 53/2006 e da Medida Provisória nº 339/2006.

VII - de doações do setor privado destinado a programa de incentivo cultural e outros.

Parágrafo Único – Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Art. 11 - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes:

I – a Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do artigo 167 da Constituição;

II – as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos, não podendo ser paralisadas sem autorização Legislativa, salvo por insuficiência de recursos financeiros ou orçamentários;

III – as despesas com o pagamento da Dívida Pública, Encargos Sociais, de salários e Restos a Pagar, terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Art. 12 - **As unidades orçamentárias não poderão ter consignado novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e a seu cargo.**

Parágrafo Único – Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuado e em vigência.

Art. 13 – A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 14 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores, e, as doações a título de subvenções sociais, destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, ficam condicionadas ao atendimento da legislação pertinente.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada, sem fins lucrativos, deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2016 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do Município, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º **- A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de Lei especial.**

Art. 15 - Para os efeitos da ressalva de que trata o artigo 16, § 3º, da Lei Complementar n.º 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental cujo valor não ultrapasse, para aquisição de bens e serviços a 0,1% (zero um por cento) e para realização de obras e serviços de engenharia a 0,2% (zero dois por cento), da receita corrente do município de São José do Povo.

Art. 16 – No exercício de 2016, a concessão de qualquer vantagem, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, poderá ser efetuados, em ambos os Poderes, desde que:

a) - haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

b) - não provoquem desatendimento do limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;

c) - não possibilitem seja ultrapassado aos 95% (noventa e cinco por cento) do limite de gastos com pessoal do respectivo Poder;

d) - não desatendam a restrição imposta pelo artigo 71, da Lei Complementar nº101/00.

Art. 17 - Atingido o limite de despesa total com pessoal, previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, aplicar o disposto nos artigos 22 e 23 do mesmo instrumento legal.

Art. 18 – A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferência de recursos do município para custeio de despesas de competência de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, mediante convênio, acordo ou ajuste, de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei Complementar n.º 101/00.

Art. 19 – As prioridades estabelecidas no Anexo I à presente Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Poder Legislativo e estejam compatíveis com o Plano Plurianual.

Parágrafo Único – Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

Art. 20 – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

a) - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

b) - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art.21 – Se a arrecadação da receita estimada na Lei Orçamentária não observar em cada bimestre, o comportamento estabelecido na programação financeira, ambos os Poderes determinarão limitação de suas despesas mediante a aplicação de redutor equivalente ao percentual de queda da arrecadação em face do valor programado considerado a receita acumulada do exercício, sobre o total dos créditos aprovados de cada Poder, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, no prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, as novas estimativas de receitas e despesas, demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

§ 2º - O valor obtido será reduzido nas dotações escolhidas no âmbito de cada Poder, observado o disposto nesta Lei e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º - Quando a queda na arrecadação se der dentre as receitas oriundas do FUNDEB ou de transferências dos Fundos Federal e Estadual de Saúde, a redução será procedida pelo Executivo, no âmbito exclusivo de seus créditos orçamentários.

§ 4º - Nenhum dos Poderes poderá limitar despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 5º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às relações efetivadas, por ato de cada Poder.

Art. 22 – Se a dívida consolidada do Município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, na forma do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, cabendo a ambos os Poderes limitarem o empenhamento nas respectivas dotações, de maneira proporcional à participação no total orçamentário.

Art. 23 - O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua Finalidade, que é o Equilíbrio das Contas Públicas, deve estar voltado para:

§ 1º - Através de Ação Planejada e Transparente, cumprir Metas de Qualidade e de Resultados entre Receitas e Despesas;

§ 2º - Mediante Prevenção de Riscos e Correção de Desvios, Obedecer a Limites e Condições no que tange a:

a) Renúncia de Receita;

b) Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e Outras;

c) Dívidas Consolidada e Mobiliária;

d) Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita - ARO;

e) Concessão de Garantia:

f) Inscrição em Restos a Pagar.

Art. 24 – Para possibilitar o atendimento das metas e prioridade fixadas no Anexo I desta Lei ou dos programas incluídos na Lei Orçamentária, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320/64, fica o Poder Executivo autorizado proceder a abertura de créditos adicionais suplementares, no orçamento de 2.016, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa orçamentária fixada, considerando-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos da referida Lei.

Art. 25 – **A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:**

a) – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do artigo 12 da Lei Complementar 101/2000 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou notificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica:

a) – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao desses respectivos custos de cobrança.

Art. 26 – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2016, no âmbito de cada Poder, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos municipais, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no Artigo 20, Inciso II, da Lei Complementar nº101, 04/05/2000 e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais.

Art. 27 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção de prioridades estabelecidas no Plano Plurianual e nesta Lei, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas e/ou ações não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

§ 1º - As prioridades estabelecidas no Anexo I da presente Lei poderão ser ajustadas à proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas.

§ 2º – Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

§ 3º - Ocorrendoa inclusãode novos programas e/ou ações na elaboração da proposta orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações necessárias nas respectivas Leis, através da emissão de ato próprio.

Art. 28 - No Orçamento Anual do Município constarão obrigatoriamente:

I - recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo;

II - recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;

III - recursos destinados à cobertura de Precatória, conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal;

IV - recursos para pagamento de pessoal e seus encargos;

V - recursos destinados à capacitação, treinamento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e reciclagem profissional dos servidores públicos, visando à qualidade e a produtividade dos serviços;

VI - recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme artigo 212 da Constituição Federal;

VII - recursos destinados à manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 53/2006 e Medida Provisória nº 339/2006;

VIII - recursos destinados à manutenção dos demais fundos previstos na estrutura administrativa e orçamentária para o exercício de 2016;

IX - recursos destinados a autarquias.

X - recursos destinados a manutenção das ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional n.º 29, de 13/09/2000.

Art. 29 – O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e conterá, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 30 – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 31 – As alterações orçamentárias relativas à modalidade de aplicação e aquelas em não impliquem em mudanças de grupo de despesas aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificados pelo Poder Executivo, mediante a edição de decreto, aprovando a alteração no quadro de detalhamento de despesas.

Art. 32 – As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão o quadro de detalhamento de despesas.

Art. 33 – Ao projeto de Lei Orçamentária somente não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

a) recursos vinculados;

b) recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;

II. – forem relativas a:

a) dotação para pessoal e encargos sociais;

b) serviços da dívida;

c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos de transferências do Estado e da União e de financiamentos.

Art. 34 – Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 35 – Durante a execução orçamentária do exercício de 2016, não poderão ser canceladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais e serviços da dívida, visando atender créditos adicionais com outras finalidades, salvo se comprovada a existência de valores excedentes nas respectivas dotações.

Art. 36 – A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2016, para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100 e seus parágrafos, e o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Os órgãos e entidades da administração pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

Art. 37 - O Projeto de Lei Orçamentária deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas, observando o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 38 - A LOA - Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho:

I- À previsão da Receita;

II- À fixação da Despesa.

Parágrafo Único - Não se inclui na proibição a autorização para abertura de Créditos Suplementares e contratação de Operações de Crédito, ainda que por ARO - Antecipação de Receita Orçamentária, nos termos da lei.

Art. 39 - O projeto de LOA - Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborado de forma compatível com o PPA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 40 - As Emendas ao Projeto de LOA - Lei do Orçamento Anual ou aos Projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

I - Sejam Compatíveis com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos, apenas, os provenientes, de Anulação de Despesas, excluídas, as que incidam sobre:

a) Dotações, para Pessoal e seus Encargos;

b) Serviço da Dívida;

III - Sejam Relacionadas:

a) Com a correção de erros ou omissões;

b) Com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 41 - A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Renúncia de Receita, estiver Acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem Implementadas as Medidas de Compensação.

Art. 42 – Até 31 de outubro de 2.015 o Executivo poderá submeter ao Legislativo propostas de Alteração da Legislação tributária, que objetivem propiciar condições para o cumprimento de metas bimestrais de arrecadação, a serem implementadas na forma do artigo 13 da Lei Complementar n.º 101/00.

I – revisão das taxas, observando sua adequação aos custos dos serviços prestados;

II – revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III – imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

IV – revisão das alíquotas do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão das alíquotas do IPTU;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça social.

Parágrafo Único – Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários, incorporando ao orçamento municipal, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

Art. 43 - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

§ 1º – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

§ 2º - O controle e custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino básico, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros (Art. 4º, I “e” da LRF).

§ 3º - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 44 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde e de saneamento.

Parágrafo único – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 45 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF).

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 46 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se com terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São José do Povo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 47 – O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2016, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

Art. 48 – A Lei Orçamentária conterá dotação para Reserva de Contingência no valor de até 6% (seis por cento) da receita corrente líquida para o exercício de 2016, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, além de fonte de recursos destinada a abertura de Créditos Adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais anexo a esta lei.

Art. **49** – As transferências voluntárias de recursos do Município para outro ente da Federação, mediante contrato, convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que atende aos requisitos estabelecidos no § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 50 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações necessárias em sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa e com o objetivo único de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder público municipal.

Art. 51 – Somente poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido autorizadas pelo Poder Legislativo, até 31 de agosto de 2015.

Art. 52 - O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 efetivamente realizados no exercício financeiro de 2014, cujo parâmetro define o montante da previsão orçamentária destinada ao Legislativo relativa ao exercício de 2016.

Art. 53 – O Projeto de Lei Orçamentária Anual deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 54 – Até trinta (30) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos da Lei Complementar n.º101/00, com vistas ao cumprimento dos resultados estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 1º – É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações que não estejam previstas na programação de desembolso.

§ 2º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 3º - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 4º - Até o final dos meses de maio e setembro de 2.016 e de fevereiro de 2.017, o Poder Executivo deverá proceder a apresentação demonstrando e avaliando o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública preferencialmente na sede da Câmara Municipal, incluindo a prestação de contas da Receita e Despesas efetivamente realizadas no mesmo período.

Art. 55 – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o parágrafo 3º do Art. 182 da Constituição federal, observado o disposto no Art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000.

Art. 56 – Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais se apresentarem defasado na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada**.**

Art. 57 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receia e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF).

Art. 58 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 59 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagens ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 60 – Na hipótese de até 30 de Novembro de 2.015, o autógrafo da Lei Orçamentária para o Exercício de 2.016, não ter sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 61 – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 62 – Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Povo, 01 de Julho de 2015.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 033/2015 - DE 28 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre, LUTO OFICIAL e Ponto Facultativo na Prefeitura Municipal de São Josè do Povo, e da outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO , no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

DECRETA:

ARTIGO 1º- Fica decretado LUTO OFICIAL E PONTO FACULTATIVO no Paço Municipal e todas as repartições Municipais, no dia 29 DE MAIO DE 2015, em virtude da morte do Senhor REGINALDO FERREIRA D ALMEIDA, funcionário desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 28 de Maio de 2015

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI Nº 610/2015 – DE 01 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre a Alteração de Vagas do Anexo I da Lei Nº 519 de 10 de Abril de 2012, desta Prefeitura Municipal de São José do Povo – MT e dá outras Providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

FAZ SABER QUE A C/ÃMARA MUNICIPAL E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.

ARTIGO 1º - Altera-se o Anexo I da Lei 519/12 e se amplia mais 04 (quatro) vagas para o cargo de **MOTORISTA**, com grau de escolaridade, vencimentos e atribuições definidas no Anexo I da Lei Municipal nº 519/2012.

§ 1º - O Cargo de Provimento Efetivo e as vagas abertas para o cargo de provimento efetivo, deverão ser preenchidas por Concurso Público de provas ou de provas de títulos, conforme se dispuser em regulamento e edital para a seleção, nos termos do artigo 37 inciso II da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de São José do Povo – MT.

§ 2 º - Constará no Anexo III desta Lei 21 (vinte e um) vagas para o cargo de Motorista.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Povo, 01 de Julho de 2015.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 34/2015 - DE 01 DE JUNHO DE 2015

DISPÔE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CONFERENCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO , no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

Considerando a resolução de nº. 01/2015 do Conselho Municipal de Educação de são José do Povo.

Decreta:

Art. 1° - Instituir a 1° conferencia Municipal de Educação, com instalação pública solene no dia 03 de junho de 2015.

Art. 2° - O tema central da 1° conferencia Municipal de Educação é o plano municipal de educação (2015-2025).

Art. 3° - Delegar ao Secretário Municipal de educação no uso de suas atribuições para:

Parágrafo 1° - Estabelecer a estrutura organizacional da conferencia.

Parágrafo 2° - Indicar pessoal técnico e administrativo para coordenar e executar trabalhos que dizem respeito ao êxito da conferencia.

Parágrafo 3° - Firmar instrumentos de parceria com entidades públicas e privadas no sentido de apoiar e patrocinar a realização da conferencia.

Art. 4° - Os recursos necessários para a realização a conferência correção por conta da secretaria Municipal de educação.

Art. 5° - este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 01 de Junho de 2015;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI Nº 611/2015 – DE 01 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre Alteração de Vagas dos Anexos I da Lei Nº 519 de 10 de Abril de 2012, desta Prefeitura Municipal de São José do Povo – MT e dá outras Providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL E ELE SANCIONAM e PROMULGAM A SEGUINTE LEI.

ARTIGO 1º - Altera-se o Anexo I da Lei 519/12 e se amplia mais 02 (duas) vagas para o cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, com grau de escolaridade, vencimentos e atribuições definidas no Anexo I da Lei Municipal nº 519/2012.

§ 1º - O Cargo de Provimento Efetivo e as vagas abertas para o cargo de provimento efetivo, deverão ser preenchidas por Concurso Público de provas ou de provas de títulos, conforme se dispuser em regulamento e edital para a seleção, nos termos do artigo 37 inciso II da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de São José do Povo – MT.

§ 2 º - Constará no Anexo III desta Lei 05 (cinco) vagas para o cargo de Operador de Máquinas Pesadas.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Povo, 01 de Julho de 2015.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 035/2014 - DE 02 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre Ponto Facultativo na Prefeitura Municipal de São José do Povo, e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

Considerando o Decreto n°2.627/2014 do Governo do Estado de Mato Grosso;

DECRETA:

ARTIGO 1º- Fica Decretado Ponto Facultativo no Paço Municipal de São José do Povo-MT no dia 05 de Junho de 2015 (sexta-feira), período integral, em virtude do Feriado Nacional de Corpus Christi no dia 04 de Junho (Quinta-feira).

ARTIGO 2° - Excetuam-se do ARTIGO 1º deste Decreto as Secretarias: SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE SÁUDE, FORNECIMENTO DE ÁGUA E VIGILÂNCIAS, essenciais a esta Municipalidade.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 02 de Junho de 2015;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 031B/2015 - DE 01 DE ABRIL DE 2015

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de contratos firmados junto à Previdência Social dos Servidores de São José do Povo-MT"

O Prefeito do Município de São José do Povo, Arivaldo Medeiros de Santana, juntamente com o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n° 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo. 1º - Designar a servidora Alvina Mendes de Souza, CPF627.866. 441-00, para acompanhamento e fiscalização do Contrato n° 045/2013, firmado com a empresa Agenda Assessoria Planejamento e Informática LTDA.

Artigo 2° - O Contrato n° 045/2013, tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços Técnicos de Assessoria para atendimento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo - FUNPREV.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n°063/2014, de 05 de Agosto de 2014.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 26 de Junho de 2015;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 044/2015 - DE 12 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a Instauração de Processo de Sindicância Nº003/2015, Designa a respectiva Comissão e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Determinar a instauração de Processo de Sindicância Nº003/2015 em relação Ao fato ocorrido no dia 23/05/2015 durante a Aplicação de Prova para o Cargo de Conselheiro Tutelar conforme consta o Boletim de Ocorrência n°: 2015.145691 e CI. em anexo.

ARTIGO 2º - Ficam designados a compor a comissão processante os servidores:

PRESIDENTE DA COMISSÃO:

Miriam Vieira Freire

SECRETÁRIO DA COMISSÃO:

Reinan Silva de Souza

MEMBRO DA COMISSÃO:

Renata Leão Gomes

ARTIGO 3º - Caberá a Comissão Sindicante, na forma de lei vigente, assegurar o princípio da ampla defesa e do contraditório, apurar os fatos e apresentar, no prazo de 30(trinta) dias, relatório que contenha a apreciação do fato ocorrido, provas colhidas e penalidade aplicada, se for o caso.

ARTIGO 4º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando as disposições ao contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 12 de Junho de 2015

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 614/2015 - DE 24 DE JUNHO DE 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de São José do Povo, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°- É aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação da Lei Federal nº 13.005/2014 e na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal e Art. Nº 4º da Emenda Constitucional n° 59/2009.

Art. 2° - São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3° - As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4° - As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência.

Art. 5° - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I – Câmara Municipal;

II - Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

IV - Fórum Municipal de Educação.

§ 1° - Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2° - A Lei 13.005/2014 – PNE, estabelece que a cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas, com informações organizadas e monitoradas pelo PAR – Plano de Ação Articuladas no âmbito municipal e tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4o, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

§ 3° - A meta progressiva dos investimentos público em educação será monitorada conforme o Art. 5º desta Lei no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4° - O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal.

§ 5° - Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009

Art. 6° - O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de pré-conferências articuladas e coordenadas pela Secretaria municipal de Educação

§ 1° - O Segmento que o Município designa, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação das pré-conferências municipais de educação com a conferência municipal que as precederem.

Art. 7° - O Município atuarão em regime de colaboração com os entes federados, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias, objeto deste Plano.

§ 1° - Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2° - Cabe ao município articular em regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias

que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 3° - A Secretaria Municipal de Educação será a mediadora das instâncias de negociações, pactuações e cooperação entre a União, o Estado no cumprimento das metas e estratégias de competências de cada ente federado.

§ 4° - O fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação municipal.

Art. 8º - O PME estabelecerá estratégias que:

I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, através das Secretarias Municipais de: Assistência Social, Saúde, Cultura e Esporte e Lazer.

II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - promovam a articulação Inter federativa na implementação das políticas educacionais.

Art. 9° - O Município deverá aprovar Lei específica para o sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art. 10° - A peças orçamentárias municipal (LOA, PPA e LDO) estabelecerá diretrizes orçamentárias que serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

§ 1º - O Plano Municipal de Educação, apresentado conforme o inciso I do artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado de Mato Grosso, como também as leis municipais existentes no Município de São José do Povo.

§ 2º- O Plano Municipal de Educação contém os objetivos e prioridades para a educação do município, assim como as diretrizes, objetivos e metas para os níveis de ensino conforme documento anexo.

Art. 11º. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenada pela União, em colaboração com o Município, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas educacionais municipal.

§ 1° - O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá indicadores educacionais para o município realizarem seu diagnóstico das metas e estratégias estabelecidos neste PME, os dados serão produzidos no máximo a cada 2 (dois) anos que são:

I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

II - indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos (as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

§ 2° - A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do § 1o não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§ 3° - Os indicadores mencionados no § 1o serão estimados por etapa, estabelecimento de ensino, rede escolar, unidade de ensino, sendo amplamente divulgados, ressalvada a publicação de resultados individuais e indicadores por turma, que fica admitida exclusivamente para a comunidade do respectivo estabelecimento e para o órgão gestor da respectiva rede.

§ 4° - Cabem ao Inep a elaboração e o cálculo do Ideb e dos indicadores referidos no § 1o.

Art. 12º. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 13º - A execução do Plano Municipal de Educação se pautará pelo regime de colaboração entre a União, Estado, Município e sociedade civil.

§ 1º - O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação dos objetivos e metas estabelecidos neste Plano.

§ 2º - A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos, Educação Especial, integrantes da rede municipal de ensino, em articulação com a rede estadual e privada, que compõem o Sistema Estadual de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.

Art. 14º - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá providenciar e disponibilizar à Comissão de Avaliação e Acompanhamento do PME, dados estatísticos para a realização de aferição quantitativa, de acompanhamento e monitoramento do processo educacional.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através de comissão paritária entre poder público e sindicato que representa os profissionais da educação, deverá regulamentar as atividades da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Plano.

Art. 14º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 24 de Junho de 2015;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 045/2015 - DE 26 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre nomear para Função de Coordenador Pedagógico, da Prefeitura Municipal de São José do Povo.

ARIVALDO MEDEIROS SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO1º- Nomear o Sr. JOÃO BATISTA CARDOSO, portador do CPF nº 889.079.108-04 e do RG nº 9250852 SSP/SP para Função de Coordenador Pedagógico da Secretaria Municpal de Educação desta Prefeitura de São José do Povo - MT, e receberá seus proventos conforme a Lei de nº520/2012 de 09 de Abril de 2012, Anexo I.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada às disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 25 de Junho de 2015.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

____/___/_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 019/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 019/2015

De 01 de julho de 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, **GUERINO JOÃO OPENKOSKI,** no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR a Funcionária Senhora MILENE FERREIRA PONTES, RG nº1881111-3 SSP/MT, CPF sob nº 026.544.441-12, residente á Rua Alagoas S/N, para ocupar o Cargo de Coordenadora Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, a partir de 02 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E-S E P U B L I Q U E –S E

Gabinete do Presidente, em 01 de julho de 2015.

GUERINO JOÃO OPENKOSKI

Presidente

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 028/2015 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedor o Sr. **EVERALDO VILELA E SILVA**, portador do **CPF 593.921.181-04** com o valor total de *R$ 70.800,00* (Setenta mil e oitocentos reais)**.**

São José do Rio Claro – MT, 01 de Julho de 2015.

TATIANA DOCKHORN – Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 018/2015 DE 24 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 018/2015

DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE EXONERAÇÃO NOMEAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, **GUERINO JOÃO OPENKOSKI,** no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E :

Art. 1º - EXONERAR a Funcionária Senhora MILENE FERREIRA PONTES, RG nº1881111-3 SSP/MT, CPF sob nº 026.544.441-12, residente á Rua Alagoas S/N, do Cargo de Coordenadora Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, a partir do dia 30 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E-S E P U B L I Q U E –S E

Gabinete do Presidente,

Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, em 24 de junho de 2015.

GUERINO JOÃO OPENKOSKI

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº. 120/2015

PORTARIA Nº. 120/2015

DE 01 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica Concedida gratificação de 70% (setenta por cento) ao servidor, FERNANDA ALVES BEZERRA, conforme o Art. 18º da Lei Municipal 490/2012 alterada pela Lei Municipal 510/2013, que diz:

§ 2º.O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão devera optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

EM, 01 DE JULHO DE 2015.

RAQUEL CAMPOS COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
PORTARIA Nº 019/2015

PORTARIA N° 019/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE:"**NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

ARTIGO 1º- Fica nomeado o servidor SANDRO JOSÉ LUZ COSTA como fiscal do CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 002/2015 da Câmara Municipal de São José do Xingu – MT, para acompanhar a execução e o recebimento do bem conforme suas especificações tecnicas.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 22 DE JUNHO DE 2015.

_____

EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA

Presidente

REGISTRE-SE E PÚBLIQUE-SE

EM, 22 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 98/2015

DECRETO Nº 98/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JULHO DE 2015.

.

DECRETA RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICA MUNICIPAIS.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor DECRATA:

Art. 1º - Fica Decretado **Recesso na Administração Publica Municipal, com inicio no dia 13 de julho até 31 de julho de 2015.**

Art. 2º - Os serviços municipais considerados de natureza essencial manterão suas atividades normais (**Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e Secretaria de Finanças).**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, em 01 de julho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
PORTARIA 018/2015

PORTARIA N° 018/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE:"**Concessão de licença prêmio à servidora que especifica e dá outras providências**".

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio à servidora **ERENITA CARDOSO DE SANTA**, no período de 01 de junho de 2015 a 30 de junho de 2015.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 01 DE JUNHO DE 2015.

_____

EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA

Presidente

REGISTRE-SE E PÚBLIQUE-SE

EM, 01 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº121/2015

PORTARIA Nº 121/2015

DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença para tratar de assuntos de interesses particulares o Servidor HENILDO PEREIRA GUIMARÃES, no cargo efetivo de guarda, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, neste município de São José do Xingu – MT, no período de 01 de julho de 2015 a 01 de julho de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

EM, 01 DE JULHO DE 2015.

RAQUEL CAMPOS COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DECRETO N° 099/2015

DECRETO N° 099/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU, 01 DE JULHO DE 2015.

"**Dispõe sobre a retificação do Decreto 073/2015 da composição do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de São José do Xingu-MT."**

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o disposto na Lei nº 11.445/2007 e Lei nº 10.257/20017, da Presidência da República:

DECRETA:

Art. 1º - A Composição do Comitê de Coordenação do Plano

Municipal de Saneamento Básico de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, fica assim constituído:

I – Representante do NICT.

Leiliane Fatima Rosa e Silva Nogueira Barbosa - Comitê de coordenação

II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Mônica da Silva Rodrigues (Técnica de Enfermagem)

III – Representante da secretaria de Gestão Social

Coracina Jesus Carvalho Spanholi - Gestora

IV - Representante da Secretaria de Educação e Cultura

Ana Beraldina de Jesus - Gestora

V- **Representante da Secretaria de Administração**

Rosana de Paula Salvadori - Gestora

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de julho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 097/2015

DECRETO Nº 097/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, **FERNANDA ALVES BEZERRA,** no cargo em Comissão de Diretora de Departamento do Gabinete da Prefeita, junto ao Gabinete da Prefeita, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Paragrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 1. 855,15 (Um mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de junho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 096/2015

DECRETO Nº 096/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, **EDNOR DE MORAES ALVES** no cargo em Comissão de Diretor de Departamento do Transporte Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Paragrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 1. 855,15 (Um mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de julho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº. 118/2015

PORTARIA Nº. 118/2015

DE 01 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica Concedida gratificação de 70% (setenta por cento) ao servidor, CLEBER ALVES DO NASCIMENTO, conforme o Art. 18º da Lei Municipal 490/2012 alterada pela Lei Municipal 510/2013, que diz:

§ 2º.O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão devera optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

EM, 01 DE JULHO DE 2015.

RAQUEL CAMPOS COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 119/2015

PORTARIA Nº. 119/2015

DE 01 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica Concedida gratificação de 70% (setenta por cento) ao servidor, EDNOR DE MORAES ALVES, conforme o Art. 18º da Lei Municipal 490/2012 alterada pela Lei Municipal 510/2013, que diz:

§ 2º.O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão devera optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

EM, 01 DE JULHO DE 2015.

RAQUEL CAMPOS COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DECRETO Nº 094/2015

DECRETO Nº 094/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 01 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor, **HENILDO PEREIRA GUIMARÃES**, no cargo em Comissão de Supervisor de Transporte, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de julho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 095/2015

DECRETO Nº 095/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE 01 DE JULHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora, **FERNANDA ALVES BEZERRA**, no cargo Comissão de Diretora de Departamento do Transporte Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de julho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CHEFIA DE GABINETE
RGF I QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2015		
		Até o 1º Quadrimestre		
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	-	-
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	-	-
Dívida Contratual	0,00	0,00	-	-
Interna	0,00	0,00	-	-
Externa	0,00	0,00	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	-	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	-
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	-	-
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	-	-
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I-II)	0,00	0,00	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.443.990,61	11.281.107,59	-	-
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	0,00	0,00	-	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	0,00	0,00	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RES. DO SENADO FEDERAL - (120%)		13.537.329,11		
LIMITE DE ALERTA - (108%)		12.183.596,20		
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)	0,00	0,00	-	-
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	-	-
De Tributos	0,00	0,00	-	-
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	-	-
Previdenciárias	0,00	0,00	-	-
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	-	-
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	-	-
Do FGTS	0,00	0,00	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	-	-
Interna	0,00	0,00	-	-
Externa	0,00	0,00	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	-	-
DEPÓSITOS	0,00	0,00	-	-
RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-	-
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	-	-

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 13m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO 2015		
		Até o 1º Quadrimestre		
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	-	-
Passivo Atuarial	0,00	0,00	-	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	-
DEDUÇÕES (X)	0,00	0,00	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	-	-
Investimentos	0,00	0,00	-	-
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI)=(IX-)	0,00	0,00	-	-

Nota:
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Disponibilidade de Caixa mais os Demais Haveres Financeiros for menor que o Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 13m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2015		
		Até o 1º Quadrimestre		
EXTERNAS (I)	0,00	0,00		
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00		
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
INTERNAS (II)	1.271.741,64	1.271.741,64		
Aval ou fiança em Operações de Crédito	1.271.741,64	1.271.741,64		
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	1.271.741,64	1.271.741,64		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.443.990,61	11.281.107,59		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOL. DO SENADO FEDERAL <0% >	0,00	0,00		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <0,00%>	0,00	0,00		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2015		
		Até o 1º Quadrimestre		
EXTERNAS (V)	0,00	0,00		
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00		
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
INTERNAS (VI)	0,00	0,00		
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00		
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 14m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.281.107,59	100,00
OPERÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
Do Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV)=(Ia+III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDEREAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTER	1.804.977,21	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF)	1.624.479,49	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECE	789.677,53	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO IV = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/j Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2015

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMEPNHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))		
RECURSOS VINCULADOS								
(200.001) RECURSO ESPECÍFICO-<Nome do 1º convenio>	291,22	0,00	0,00	0,00	0,00	291,22	0,00	0,00
(220.001) RECURSO ESPECÍFICO-<Nome do 1º convenio>	213.109,59	0,00	0,00	0,00	0,00	213.109,59	0,00	0,00
(250.000) EDUCAÇÃO-FUNDEF	130.998,13	0,00	0,00	0,00	-52.351,20	183.349,33	0,00	0,00
(300.000) SAÚDE	-33.970,66	264,96	57.576,38	40.554,78	-25.157,15	-107.209,63	147.038,10	0,00
(300.001) RECURSO ESPECÍFICO-<Nome do 1º convenio>	45.840,83	0,00	0,00	0,00	-3.727,92	49.568,75	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	356.269,11	264,96	57.576,38	40.554,78	-81.236,27	339.109,26	147.038,10	0,00
RECURSOS NÃO VINCULADOS								
(001.001) Recursos Proprios do Municipio	574.012,31	336.456,71	230.498,63	40.790,83	647.577,31	-681.311,17	412.667,04	0,00
(001.001) Recursos Proprios do Municipio	266.354,52	0,00	0,00	0,00	0,00	266.354,52	0,00	0,00
(110.000) GERAL	64,33	0,00	0,00	0,00	0,00	64,33	0,00	0,00
(200.000) EDUCAÇÃO	437,91	0,00	19.000,79	0,00	0,00	-18.562,88	7.560,00	0,00
(210.000) EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	11.065,55	0,00	0,00	-11.065,55	0,00	0,00
(220.000) ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	27.757,61	21.576,18	0,00	-49.333,79	1.135.510,17	0,00
(261.000) EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO	0,00	0,00	31.911,37	0,00	0,00	-31.911,37	0,00	0,00
(262.000) EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS	0,00	0,00	3.213,05	0,00	0,00	-3.213,05	0,00	0,00
(310.000) SAÚDE-GERAL	70.887,74	0,00	0,00	136,39	0,00	70.751,35	0,00	0,00
(510.000) ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	13.472,19	0,00	0,00	0,00	0,00	13.472,19	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	925.229,00	336.456,71	323.447,00	62.503,40	647.577,31	-444.755,42	1.555.737,21	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	1.281.498,11	336.721,67	381.023,38	336.721,67	566.341,04	-105.646,16	1.702.775,31	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 17m"

Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2015

LRF, art. 48 – Anexo 6 — R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	11.281.107,59

DESPESA COM PESSOAL	V A L O R	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.242.768,24	46,47
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	6.091.798,10	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF	5.787.208,19	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	V A L O R	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.537.329,11	120,00

GARANTIAS DE VALORES	V A L O R	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.271.741,64	11,27
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.481.843,67	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	V A L O R	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	1.804.977,21	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	789.677,53	7,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 19m" Portaria Nº 553 de 2014

SAO PEDRO DA CIPA - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO:Mai/2014 a Abri/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS Mai/2014 a Abri/2015 LIQUIDADAS (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.263.536,55	
Pessoal Ativo	5.263.536,55	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	20.768,31	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	20.768,31	
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.242.768,24	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.281.107,59	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	5.242.768,24	46,47
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.091.798,10	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	5.787.208,19	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	5.482.618,29	48,60

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, incritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e Portaria Nº 553 de 2014 Página 1

CHEFIA DE GABINETE
RREO 2º BIMSTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR 2015	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	9.581.870,76	9.581.870,76	2.156.296,38	22,50	4.248.681,75	44,34	5.333.189,01
RECEITAS CORRENTES	9.274.770,05	9.274.770,05	2.156.296,38	23,25	4.248.681,75	45,81	5.026.088,30
RECEITA TRIBUTARIA	177.891,09	177.891,09	315.748,75	177,50	492.953,21	277,11	-315.062,12
Impostos	159.446,06	159.446,06	304.790,80	191,16	479.204,91	300,54	-319.758,85
Taxas	18.445,03	18.445,03	10.957,95	59,41	13.748,30	74,54	4.696,73
Contribuicao de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	33.516,22	33.516,22	18.449,22	55,05	45.859,58	136,83	-12.343,36
Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	33.516,22	33.516,22	18.449,22	55,05	45.859,58	136,83	-12.343,36
RECEITA PATRIMONIAL	31.258,47	31.258,47	17.658,45	56,49	30.898,87	98,85	359,60
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	31.258,47	31.258,47	17.658,45	56,49	30.898,87	98,85	359,60
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	126,85	126,85	37.347,98	.442,63	70.040,05	214,86	-69.913,20
Receita de Serviços	126,85	126,85	37.347,98	.442,63	70.040,05	214,86	-69.913,20
TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.878.221,00	8.878.221,00	1.503.269,11	16,93	3.222.813,26	36,30	5.655.407,74
Transferências Intergovernamentais	8.854.766,47	8.854.766,47	1.490.697,54	16,83	3.210.241,69	36,25	5.644.524,78
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	23.454,53	23.454,53	12.571,57	53,60	12.571,57	53,60	10.882,96
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	153.756,42	153.756,42	263.822,87	171,58	386.116,78	251,12	-232.360,36
Multas e Juros de Mora	4.199,60	4.199,60	200,42	4,77	362,67	8,64	3.836,93
Indenizações e Restituições	14.236,43	14.236,43	28.547,10	200,52	93.816,63	658,99	-79.580,20
Receita da Dívida Ativa	16.999,61	16.999,61	1.072,99	6,31	1.271,77	7,48	15.727,84
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortiza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	118.320,78	118.320,78	234.002,36	197,77	290.665,71	245,66	-172.344,93
RECEITAS DE CAPITAL	307.100,71	307.100,71	0,00	0,00	0,00	0,00	307.100,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ARMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	307.100,71	307.100,71	0,00	0,00	0,00	0,00	307.100,71
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	307.100,71	307.100,71	0,00	0,00	0,00	0,00	307.100,71
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	9.581.870,76	9.581.870,76	2.156.296,38	22,50	4.248.681,75	44,34	5.333.189,01

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A ABR 2015	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	9.581.870,76	9.581.870,76	2.156.296,38	22,50	4.248.681,75	44,34	5.333.189,01
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V+VI)	9.581.870,76	9.581.870,76	2.156.296,38	22,50	4.248.681,75	44,34	5.333.189,01
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS		0,00			0,00		
Superávit Financeiro		0,00			0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A ABR 2015		BIMESTRE	JAN A ABR 2015			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	9.581.870,76	11.396.380,93	2.165.077,00	5.470.671,59	5.925.709,34	1.997.864,33	3.520.899,58	7.875.481,35	3.176.461,54	0,00
DESPESAS CORRENTES	8.465.670,76	9.052.200,36	1.976.831,81	4.104.936,46	4.947.263,90	1.812.682,62	3.314.152,80	5.738.047,56	2.971.244,76	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.925.004,00	4.821.214,00	913.082,11	1.804.546,91	3.016.667,09	913.082,11	1.804.546,91	3.016.667,09	1.705.289,51	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	72.000,00	14.600,00	0,00	3.541,45	11.058,55	643,90	1.609,75	12.990,25	1.609,75	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.468.666,76	4.216.386,36	1.063.749,70	2.296.848,10	1.919.538,26	898.956,61	1.507.996,14	2.708.390,22	1.264.345,50	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.031.200,00	2.324.367,57	188.245,19	1.365.735,13	958.632,44	185.181,71	206.746,78	2.117.620,79	205.216,78	0,00
INVESTIMENTOS	818.200,00	2.208.592,57	188.245,19	1.298.443,36	910.149,21	172.088,79	178.816,79	2.029.775,78	177.286,79	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	213.000,00	115.775,00	0,00	67.291,77	48.483,23	13.092,92	27.929,99	87.845,01	27.929,99	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	85.000,00	19.813,00	0,00	0,00	19.813,00	0,00	0,00	19.813,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	9.581.870,76	11.396.380,93	2.165.077,00	5.470.671,59	5.925.709,34	1.997.864,33	3.520.899,58	7.875.481,35	3.176.461,54	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	9.581.870,76	11.396.380,93	2.165.077,00	5.470.671,59	5.925.709,34	1.997.864,33	3.520.899,58	7.875.481,35	3.176.461,54	0,00
SUPERÁVIT (XIII)							727.782,17			
TOTAL (XIV)=(XII + XIII)	9.581.870,76	11.396.380,93	2.165.077,00	5.470.671,59		1.997.864,33	4.248.681,75		3.176.461,54	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.581.870,76	11.396.380,93	2.165.077,00	5.470.671,59	100,00	5.925.709,34	1.997.864,33	3.520.899,58	100,00	7.875.481,35	0,00
Legislativa	504.000,00	504.000,00	0,00	0,00	0,00	504.000,00	0,00	0,00	0,00	504.000,00	0,00
Ação Legislativa	504.000,00	504.000,00	0,00	0,00	0,00	504.000,00	0,00	0,00	0,00	504.000,00	0,00
Administração	1.429.200,00	1.464.883,60	345.884,05	824.457,42	15,07	640.426,18	289.818,72	548.850,74	15,59	916.032,86	0,00
Administração Geral	1.428.200,00	1.463.883,60	345.884,05	824.457,42	15,07	639.426,18	289.818,72	548.850,74	15,59	915.032,86	0,00
Formação de Recursos Humanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Assistência Social	537.000,00	809.996,80	120.606,29	188.023,57	3,44	621.973,23	89.682,29	157.099,57	4,46	652.897,23	0,00
Administração Geral	70.000,00	66.330,00	11.961,61	23.741,54	0,43	42.588,46	11.961,61	23.741,54	0,67	42.588,46	0,00
Formação de Recursos Humanos	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Assistência ao Idoso	17.500,00	304.240,00	8.233,64	9.111,74	0,17	295.128,26	2.717,64	3.595,74	0,10	300.644,26	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	140.000,00	149.226,80	50.295,03	76.933,43	1,41	72.293,37	35.191,03	61.829,43	1,76	87.397,37	0,00
Assistência Comunitária	309.000,00	289.700,00	50.116,01	78.236,86	1,43	211.463,14	39.812,01	67.932,86	1,93	221.767,14	0,00
Saúde	2.166.836,76	2.089.091,76	470.559,97	967.236,53	17,68	1.121.855,23	401.885,39	727.586,83	20,66	1.361.504,93	0,00
Administração Geral	75.000,00	87.400,00	9.749,71	13.974,63	0,26	73.425,37	5.749,71	9.974,63	0,28	77.425,37	0,00
Formação de Recursos Humanos	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Atenção Básica	1.779.836,76	1.799.563,76	435.414,60	838.807,16	15,33	960.756,60	358.740,02	645.157,46	18,32	1.154.406,30	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	183.000,00	73.128,00	1.295,00	70.500,00	1,29	2.628,00	13.295,00	28.500,00	0,81	44.628,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	47.000,00	47.000,00	16.700,42	24.802,41	0,45	22.197,59	16.700,42	24.802,41	0,70	22.197,59	0,00
Vigilância Sanitária	35.000,00	35.000,00	4.409,68	11.964,20	0,22	23.035,80	4.409,68	11.964,20	0,34	23.035,80	0,00
Vigilância Epidemiológica	46.500,00	46.500,00	2.990,56	7.188,13	0,13	39.311,87	2.990,56	7.188,13	0,20	39.311,87	0,00
Educação	3.301.310,00	4.440.715,17	674.320,14	2.345.293,14	42,87	2.095.422,03	613.520,14	1.181.022,97	33,54	3.259.692,20	0,00
Administração Geral	231.000,00	278.275,00	65.746,90	122.524,20	2,24	155.750,80	57.746,90	106.964,20	3,04	171.310,80	0,00
Formação de Recursos Humanos	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Alimentação e Nutrição	118.000,00	118.000,00	42.055,61	58.410,15	1,07	59.589,85	42.055,61	58.410,15	1,66	59.589,85	0,00
Ensino Fundamental	2.174.000,00	3.247.730,17	358.405,29	1.740.530,99	31,82	1.507.199,18	305.605,29	591.820,82	16,81	2.655.909,35	0,00
Educação Infantil	777.810,00	796.210,00	208.112,34	423.827,80	7,75	372.382,20	208.112,34	423.827,80	12,04	372.382,20	0,00
Cultura	12.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Difusão Cultural	12.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Urbanismo	732.904,00	1.145.538,00	471.834,91	842.094,77	15,39	303.443,23	492.731,69	708.996,95	20,14	436.541,05	0,00
Formação de Recursos Humanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	55.000,00	155.472,00	128.470,87	128.470,87	2,35	27.001,13	112.314,47	112.314,47	3,19	43.157,53	0,00
Serviços Urbanos	676.904,00	989.066,00	343.364,04	713.623,90	13,04	275.442,10	380.417,22	596.682,48	16,95	392.383,52	0,00
Habitação	20.000,00	27.450,00	14.546,26	14.546,26	0,27	12.903,74	14.546,26	14.546,26	0,41	12.903,74	0,00
Habitação Urbana	20.000,00	27.450,00	14.546,26	14.546,26	0,27	12.903,74	14.546,26	14.546,26	0,41	12.903,74	0,00
Saneamento	101.000,00	102.200,00	35.048,73	61.363,66	1,12	40.836,34	35.048,73	61.363,66	1,74	40.836,34	0,00
Saneamento Básico Urbano	100.000,00	102.200,00	35.048,73	61.363,66	1,12	40.836,34	35.048,73	61.363,66	1,74	40.836,34	0,00
Abastecimento	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 29m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Agricultura	99.300,00	96.947,60	8.455,12	17.455,45	0,32	79.492,15	8.455,12	17.455,45	0,50	79.492,15	0,00
Administração Geral	66.200,00	63.847,60	8.455,12	17.455,45	0,32	46.392,15	8.455,12	17.455,45	0,50	46.392,15	0,00
Promoção da Produção Animal	4.900,00	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00	0,00
Extensão Rural	25.200,00	25.200,00	0,00	0,00	0,00	25.200,00	0,00	0,00	0,00	25.200,00	0,00
Irrigação	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Comércio e Serviços	55.000,00	357.400,00	0,00	2.000,00	0,04	355.400,00	0,00	2.000,00	0,06	355.400,00	0,00
Promoção Industrial	20.000,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00	0,00
Turismo	35.000,00	355.000,00	0,00	2.000,00	0,04	353.000,00	0,00	2.000,00	0,06	353.000,00	0,00
Comunicações	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Assistência Comunitária	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Transporte	15.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	99.000,00	82.650,00	23.821,53	37.367,57	0,68	45.282,43	19.821,53	33.367,57	0,95	49.282,43	0,00
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Turismo	5.000,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00	0,00
Desporto Comunitário	92.000,00	80.200,00	23.821,53	37.367,57	0,68	42.832,43	19.821,53	33.367,57	0,95	46.832,43	0,00
Encargos Especiais	401.320,00	246.695,00	0,00	170.833,22	3,12	75.861,78	32.354,46	68.609,58	1,95	178.085,42	0,00
Administração Financeira	116.320,00	116.320,00	0,00	100.000,00	1,83	16.320,00	18.617,64	39.069,84	1,11	77.250,16	0,00
Serviço da Dívida Interna	285.000,00	130.375,00	0,00	70.833,22	1,29	59.541,78	13.736,82	29.539,74	0,84	100.835,26	0,00
Reserva de Contingência	85.000,00	19.813,00	0,00	0,00	0,00	19.813,00	0,00	0,00	0,00	19.813,00	0,00
Reserva de Contingência	85.000,00	19.813,00	0,00	0,00	0,00	19.813,00	0,00	0,00	0,00	19.813,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	9.581.870,76	11.396.380,93	2.165.077,00	5.470.671,59	100,00	5.925.709,34	1.997.864,33	3.520.899,58	100,00	7.875.481,35	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 29m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/2014 A ABR/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAI/2014	JUN/2014	JUL/2014	AGO/2014	SET/2014	OUT/2014	NOV/2014	DEZ/2014	JAN/2015	FEV/2015	MAR/2015	ABR/2015		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.001.980,26	829.485,27	1.033.208,41	946.988,57	960.824,47	917.733,15	937.138,83	1.337.358,54	1.212.216,30	1.169.137,84	1.271.476,12	1.127.445,90	12.744.993,66	10.824.365,35
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.427,05	41.515,72	41.056,92	26.974,45	43.502,87	104.464,94	26.322,09	65.277,68	24.747,26	152.457,20	183.095,02	132.653,73	874.494,93	177.891,09
IPTU	3.619,94	13.812,42	5.756,40	1.091,73	333,94	334,97	2.534,84	4.194,96	587,40	171,51	51,98	452,08	32.942,17	17.485,57
ISS	23.913,78	16.126,38	23.866,16	21.785,11	41.486,55	103.007,91	20.747,83	21.844,18	20.804,94	14.254,60	16.480,61	11.373,69	335.691,74	77.984,56
ITBI	513,63	5.536,80	0,00	0,00	944,81	400,00	0,00	13.115,37	1.470,64	133.551,90	162.834,97	111.510,28	429.878,40	11.244,85
IRRF	2.820,55	4.119,92	9.816,16	3.565,76	0,00	0,00	2.255,07	25.381,54	1.424,84	2.148,28	937,27	1.149,92	53.619,31	52.731,08
Outras receitas Tributárias	1.559,15	1.920,20	1.618,20	531,85	737,57	722,06	784,35	741,63	459,44	2.330,91	2.790,19	8.167,76	22.363,31	18.445,03
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	47,78	957,97	973,61	61.421,97	8.510,72	9.256,95	4.550,60	4.348,71	18.342,12	9.068,24	0,00	18.449,22	135.927,89	33.516,22
RECEITA PATRIMONIAL	7.969,25	7.340,86	8.868,42	8.059,21	17.280,04	7.976,90	7.210,96	6.645,21	7.358,74	5.881,68	9.699,32	7.959,13	102.249,72	31.258,47
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇO	29.467,45	18.753,20	21.207,90	16.517,26	15.592,25	13.631,30	13.476,85	16.613,60	14.429,86	18.262,21	19.677,20	17.670,78	215.299,86	126,85
TRANSFERENCIAS CORRENTES	922.157,09	742.055,82	951.121,84	825.278,85	721.969,21	744.954,24	844.152,85	1.177.081,49	1.056.288,16	952.224,76	882.399,07	863.495,68	10.683.179,06	10.427.816,30
Cota Parte do FPM	545.885,33	409.378,77	351.604,57	427.139,72	374.423,69	353.868,93	468.390,79	753.362,55	571.401,61	583.290,34	424.841,34	458.516,39	5.722.104,03	5.913.719,64
Cota Parte do ICMS	126.069,41	115.745,60	134.947,50	143.446,02	149.456,00	147.917,32	142.320,45	149.728,82	145.905,51	122.039,90	158.784,51	138.743,30	1.675.104,34	1.670.632,04
Cota Parte do IPVA	9.269,92	9.296,83	47.227,40	6.661,38	3.882,65	5.116,21	3.128,46	1.802,36	2.617,90	19.143,21	8.590,87	13.960,03	130.697,22	75.290,13
Cota Parte do ITR	0,00	6,37	871,59	0,00	1.054,71	8.795,70	2.622,18	72,54	426,80	19,33	2.587,02	4.039,99	20.496,23	76.506,23
Transf. da LC 87/1996	759,80	759,80	759,80	759,80	759,80	759,80	759,80	1.519,60	0,00	0,00	0,00	3.065,70	9.903,90	11.832,77
Transf. da LC 61/1989	1.113,46	1.211,08	1.153,49	1.184,98	1.362,90	2.378,85	1.668,64	1.372,89	0,00	0,00	0,00	0,00	11.446,29	0,00
Transferencias do FUNDEB	133.897,04	114.692,72	117.690,10	153.262,06	125.392,80	144.789,28	131.847,19	140.897,25	150.489,79	151.032,50	154.843,03	145.122,55	1.663.956,31	1.681.865,91
Outras Transferências Correntes	105.162,13	90.964,65	296.867,39	92.824,89	65.636,66	81.328,15	93.415,34	128.325,48	185.446,55	76.699,48	132.752,30	100.047,72	1.449.470,74	997.969,58
Outras Receitas Correntes	9.911,64	18.861,70	9.979,72	8.736,83	153.969,38	37.448,82	41.425,48	67.391,85	91.050,16	31.243,75	176.605,51	87.217,36	733.842,20	153.756,42
DEDUÇÕES (II)	136.396,76	107.037,40	107.082,05	115.601,27	105.915,29	103.291,50	123.444,24	133.523,15	144.070,30	144.898,47	118.960,67	123.664,97	1.463.886,07	1.549.595,30
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compens Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	136.396,76	107.037,40	107.082,05	115.601,27	105.915,29	103.291,50	123.444,24	133.523,15	144.070,30	144.898,47	118.960,67	123.664,97	1.463.886,07	1.549.595,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	865.583,50	722.447,87	926.126,36	831.387,30	854.909,18	814.441,65	813.694,59	1.203.835,39	1.068.146,00	1.024.239,37	1.152.515,45	1.003.780,93	11.281.107,59	9.274.770,05

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 30m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Abr 2015	Jan a Abr 2014
RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 31m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Abr 2015	Jan a Abr 2014

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Abr/2015	Jan a Abr/2014	Jan a Abr/2015	Jan a Abr/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdencíarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdencíarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdencíarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdencíaria do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdencíarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRECIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCÍARIO (VII) = (III-VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 31m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O EPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insufuciências Financeiras	0,00
Recursos para Formatação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2015	Em 2014
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Abr 2015	Jan a Abr 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 31m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Abr/2015	Jan a Abr/2014	Jan a Abr/2015	Jan a Abr/2014	Em 2015	Em 2014
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Label12 0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Label12 0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Label12 0,00	0,00

Label12

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 31m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (a)	Em 28 Fev 2015 (b)	Em 30 Abr 2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO NOMINAL	PERIODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	JAN A ABR 2015 (c-a)
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIAÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014	Bimestre Anterior	JAN A ABR 2015
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VI	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI)=(IX-X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 32m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Jan a Abr 2015	Jan a Abr 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.298.811,89	4.217.782,88	3.395.660,59
Receita Tributária	177.891,09	492.953,21	107.206,12
IPTU	17.485,57	1.262,97	221,39
ISS	77.984,56	62.913,84	68.111,65
ITBI	11.244,85	409.367,79	11.119,52
IRRF	52.731,08	5.660,31	20.173,63
Taxas	18.445,03	13.748,30	7.579,93
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	33.516,22	45.859,58	3.059,53
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	33.516,22	45.859,58	3.059,53
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	31.258,47	30.898,87	26.298,01
(-)Aplicações Financeiras	31.258,47	30.898,87	26.298,01
Transferências Correntes	8.933.521,31	3.222.813,26	3.191.979,72
LC 61/89	0,00	0,00	4.393,14
LC 87/96	9.546,25	2.452,56	2.279,40
Convênios	23.454,53	12.571,57	69.831,45
FPM	4.773.870,43	1.630.439,83	1.552.140,68
ICMS	1.347.804,60	452.378,68	429.361,23
IPVA	60.742,12	35.449,73	36.925,74
ITR	61.722,42	5.658,54	40,80
Outras Transferências Correntes	2.656.380,96	1.083.862,35	1.097.007,28
Demais Receitas Correntes	153.883,27	456.156,83	93.415,22
Dívida Ativa	16.999,61	1.271,77	3.072,53
Diversas Receitas Correntes	136.883,66	454.885,06	90.342,69
RECEITAS DE CAPITAL (II)	307.100,71	0,00	85.680,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	307.100,71	0,00	85.680,00
Convênios	307.100,71	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	85.680,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	307.100,71	0,00	85.680,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	9.605.912,60	4.217.782,88	3.481.340,59

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 34m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Jan a Abr 2015	Jan a Abr 2014	Jan a Abr 2015	Jan a Abr 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.052.200,36	4.104.936,46	3.583.558,21	3.314.152,80	2.989.226,50	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.821.214,00	1.804.546,91	1.872.718,61	1.804.546,91	1.871.718,61	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	14.600,00	3.541,45	0,00	1.609,75	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.216.386,36	2.296.848,10	1.710.839,60	1.507.996,14	1.117.507,89	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	9.037.600,36	4.101.395,01	3.583.558,21	3.312.543,05	2.989.226,50	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.324.367,57	1.365.735,13	349.068,38	206.746,78	232.153,42	0,00	0,00
Investimentos	2.208.592,57	1.298.443,36	289.068,38	178.816,79	218.839,54	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	115.775,00	67.291,77	60.000,00	27.929,99	13.313,88	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	2.208.592,57	1.298.443,36	289.068,38	178.816,79	218.839,54	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	19.813,00	-	-	-	-		
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-		
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	11.266.005,93	5.399.838,37	3.872.626,59	3.491.359,84	3.208.066,04	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX)=(VII-XVIII)	-1.660.093,33	-1.182.055,49	-391.286,00	726.423,04	273.274,55	0,00	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 34m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (b)
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Exercicios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	352.679,21	183.794,03	194.237,98	0,00	342.235,26	0,00	436.740,06	330.066,28	330.066,28	0,00	106.673,78	448.909,04
01	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA(exceto Intra-O	352.679,21	183.794,03	194.237,98	0,00	342.235,26	0,00	436.740,06	330.066,28	330.066,28	0,00	106.673,78	448.909,04
0102	GABINETE DO PREFEITO	56.684,27	8.952,13	8.852,13	0,00	56.784,27	0,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	56.784,27
0103	CHEFIA DE GABINETE	23.386,34	559,68	559,68	0,00	23.386,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.386,34
0104	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE	8.238,24	0,00	0,00	0,00	8.238,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.238,24
0105	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	118.817,64	49.436,82	56.969,58	0,00	111.284,88	0,00	29.106,00	18.434,00	18.434,00	0,00	10.672,00	121.956,88
0106	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	40.474,74	64.935,88	64.935,88	0,00	40.474,74	0,00	60.365,30	38.789,12	38.789,12	0,00	21.576,18	62.050,92
0107	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO	46.582,69	20.740,95	20.475,99	0,00	46.847,65	0,00	43.711,56	1.761,72	1.761,72	0,00	41.949,84	88.797,49
0108	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	27.633,30	5.841,45	14.830,60	0,00	18.644,15	0,00	31.649,06	859,79	859,79	0,00	30.789,27	49.433,42
0109	SECRETARIA DE OBRAS VIAÇÃO, SERV URBANO E TRANSP.	30.771,96	23.165,55	23.452,55	0,00	30.484,96	0,00	264.408,14	262.721,65	262.721,65	0,00	1.686,49	32.171,45
0110	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	90,00	696,11	696,11	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00
0111	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	0,03	3.000,00	3.000,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03
0112	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIEN	0,00	6.465,46	465,46	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA(Intra-Orçam.)-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)	352.679,21	183.794,03	194.237,98	0,00	342.235,26	0,00	436.740,06	330.066,28	330.066,28	0,00	106.673,78	448.909,04

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	160.434,79	160.434,79	479.340,32	298,78
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	14.937,03	14.937,03	960,29	6,43
1.1.1 - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	975,80	975,80	86,40	8,85
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	13.340,37	13.340,37	707,30	5,30
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	620,86	620,86	166,59	26,83
1.1.5 - (-)Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	12.464,60	12.464,60	409.367,79	3.284,24
1.2.1 - ITBI	11.244,85	11.244,85	409.367,79	3.640,49
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	1.219,75	1.219,75	0,00	0,00
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	80.302,08	80.302,08	63.351,93	78,89
1.3.1 - ISS	77.984,56	77.984,56	62.913,84	80,67
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	975,80	975,80	28,26	2,90
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	1.219,75	1.219,75	409,83	33,60
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	121,97	121,97	0,00	0,00
1.3.5 - (-) Deduções da Receita de ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	52.731,08	52.731,08	5.660,31	10,73
1.4.1 - IRRF	52.731,08	52.731,08	5.660,31	10,73
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.077.348,77	6.077.348,77	2.092.500,53	34,43
2.1 - Cota-Parte FPM	5.913.719,64	5.913.719,64	2.038.049,68	34,46
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	5.913.719,64	5.913.719,64	2.038.049,68	34,46
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	11.832,77	11.832,77	3.065,70	25,91
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte ITR	76.506,23	76.506,23	7.073,14	9,25
2.6 - Cota-Parte IPVA	75.290,13	75.290,13	44.312,01	58,86
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	6.237.783,56	6.237.783,56	2.571.840,85	41,23

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 36m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	1.585,67	1.585,67	9.701,36	611,81
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.585,67	1.585,67	9.701,36	611,81

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.494.294,99	1.494.294,99	531.594,41	35,57
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.139.849,21	1.139.849,21	407.609,85	35,76
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	322.827,44	322.827,44	113.094,54	35,03
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.286,52	2.286,52	613,14	26,82
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	14.783,81	14.783,81	1.414,60	9,57
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	14.548,01	14.548,01	8.862,28	60,92
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
12. DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.494.294,99	-1.494.294,99	-531.594,41	0,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.155.000,00	1.155.000,00	531.816,40	46,04	531.816,40	46,04	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	305.000,00	305.000,00	188.752,40	61,89	188.752,40	61,89	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	850.000,00	850.000,00	343.064,00	40,36	343.064,00	40,36	0,00
14. OUTRAS DESPESAS	302.810,00	266.230,00	59.406,98	22,31	59.406,98	22,31	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	112.810,00	112.810,00	59.406,98	52,66	59.406,98	52,66	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	190.000,00	153.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.457.810,00	1.421.230,00	591.223,38	41,60	591.223,38	41,60	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 36m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)	100,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ ((13-(16.1-17.1))/(11)x100%)	0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2-17.2))/(11)x100%)	0,00
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%	100,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
22. IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	1.559.445,89	1.559.445,89	642.960,21	41,23

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
23. EDUCAÇÃO INFANTIL	777.810,00	796.210,00	423.827,80	53,23	423.827,80	53,23	0,00
23.1 Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 Pré-escola	777.810,00	796.210,00	423.827,80	53,23	423.827,80	53,23	0,00
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	417.810,00	417.810,00	248.159,38	59,40	248.159,38	59,40	0,00
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	360.000,00	378.400,00	175.668,42	46,42	175.668,42	46,42	0,00
24. ENSINO FUNDAMENTAL	2.164.000,00	3.223.330,17	1.740.530,99	54,00	591.820,82	18,36	0,00
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.040.000,00	1.003.420,00	343.064,00	34,19	343.064,00	34,19	0,00
24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.124.000,00	2.219.910,17	1.397.466,99	62,95	248.756,82	11,21	0,00
25. ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26. ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28. OUTRAS	333.000,00	359.475,00	169.134,35	47,05	161.574,35	44,95	0,00
29. TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (23+24+25+2	3.274.810,00	4.379.015,17	2.333.493,14	53,29	1.177.222,97	26,88	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 36m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-531.594,41
31. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32. RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²	0,00
36. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	0,00
37. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-531.594,41
38. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24)-37)	1.547.243,03
39. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MDE³ ((38)/(3)x100)%	60,16

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS V	609,87	609,87	0,00	0,00	6.425,16	1.053,53	0,00
41. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, '	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENT(	10.609,87	10.609,87	0,00	0,00	6.425,16	60,56	0,00
45. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	3.285.419,87	4.389.625,04	2.333.493,14	53,16	1.183.648,13	26,96	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REUCURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
46. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	21.576,18	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	21.576,18	0,00
46.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 36m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47. SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00
48. (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	601.487,87
49. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	581.569,53
49.1 - Orçamento do Exercício	558.999,92
49.2 - Restos a Pagar	22.569,61
50. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	0,00
51. (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	19.918,34

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 36m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

2015 - Janeiro - Dezembro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS EXERCÍCIO (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXERCÍCIO (e)	SALDO A EXECUTAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

	EXERCÍCIO ANTERIOR (h)	DO EXERCÍCIO (i)=(b-e)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 38m'Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Março - Abril/2015

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Abr 2015 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	177.920,36	177.920,36	480.603,29	270,12
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	17.485,57	17.485,57	1.262,97	7,22
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	11.244,85	11.244,85	409.367,79	3.640,49
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	77.984,56	77.984,56	62.913,84	80,67
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	52.731,08	52.731,08	5.660,31	10,73
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.951,60	1.951,60	114,66	5,88
Dívida Ativa dos Impostos	15.779,87	15.779,87	1.117,13	7,08
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	742,83	742,83	166,59	22,43
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	7.747.980,81	7.747.980,81	2.657.973,75	34,31
Cota-Parte do FPM	5.913.719,64	5.913.719,64	2.038.049,68	34,46
Cota Parte do ITR	76.506,23	76.506,23	7.073,14	9,25
Cota-Parte do IPVA	75.290,13	75.290,13	44.312,01	58,86
Cota-Parte do ICMS	1.670.632,04	1.670.632,04	565.473,22	33,85
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras Provinientes de Impostos e Transf. Constitucionais	11.832,77	11.832,77	3.065,70	25,91
Desoneração ICMS (LC 87/96)	11.832,77	11.832,77	3.065,70	25,91
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	7.925.901,17	7.925.901,17	3.138.577,04	39,60

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Abr 2015 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.878,99	4.878,99	2.230,21	45,71
Provenientes da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	4.878,99	4.878,99	2.230,21	45,71
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.878,99	4.878,99	2.230,21	45,71

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Abr 2015 (f)	% (f/e) x 100	Jan a Abr 2015 (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTE	1.794.836,76	2.017.678,96	950.712,53	47,12	711.062,83	35,24	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	935.500,00	941.315,00	386.886,88	41,10	386.886,88	41,10	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	859.336,76	1.076.363,96	563.825,65	52,38	324.175,95	30,12	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	372.000,00	71.412,80	16.524,00	23,14	16.524,00	23,14	0,00
Investimentos	372.000,00	71.412,80	16.524,00	23,14	16.524,00	23,14	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.166.836,76	2.089.091,76	967.236,53	46,30	727.586,83	34,83	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 39m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Março - Abril/2015

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Abr 2015 (h)	% (h/IVf) x 100	Jan a Abr 2015 (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	2.166.836,76	2.089.091,76	967.236,53	100,00	727.586,83	100,00	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	23,18

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb)]	256.801,51

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	43.711,56	0,00	1.761,72	41.949,84	0,00
Total	43.711,56	0,00	1.761,72	41.949,84	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRISTOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 39m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Março - Abril/2015

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Abr 2015 (l)	% (l/total) x 100	Jan a Abr 2015 (m)	% (m/total) x 100	
Administração Geral	75.000,00	87.400,00	13.974,63	1,44	9.974,63	1,37	0,00
Formação de Recursos Humanos	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	1.779.836,76	1.799.563,76	838.807,16	86,72	645.157,46	88,67	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	183.000,00	73.128,00	70.500,00	7,29	28.500,00	3,92	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	47.000,00	47.000,00	24.802,41	2,56	24.802,41	3,41	0,00
Vigilância Sanitária	35.000,00	35.000,00	11.964,20	1,24	11.964,20	1,64	0,00
Vigilância Epidemiológica	46.500,00	46.500,00	7.188,13	0,74	7.188,13	0,99	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.166.836,76	2.089.091,76	967.236,53	100,00	727.586,83	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 39m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	ATÉ O BIMESTRE (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVO (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Previsões da PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestação Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimenstos	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 40m"

Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até Bimestre
Previsão Inicial da Receita	9.581.870,76
Previsão Atualizada da Receita	9.581.870,76
Receitas Realizadas	4.248.681,75
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00
Deficit Orçamentário	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até Bimestre
Dotação Inicial	9.581.870,76
Créditos Adicionais	1.814.510,17
Dotação Atualizada	11.396.380,93
Despesas Empenhadas	5.470.671,59
Despesas Executadas	3.520.899,58
Líquidadas	3.520.899,58
Despesas Pagas	3.176.461,54
Superavit Orçamentário	727.782,17

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	5.470.671,59
Despesas Executadas	3.520.899,58
Líquidadas	3.520.899,58

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	11.281.107,59

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até Bimestre
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	-
Receitas Previdenciárias (I)	0,00
Despesas Previdenciárias Executadas (II)	0,00
Líquidadas	0,00
Resultado Previdenciário (III)=(I-II)	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	-
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Executadas (V)	0,00
Líquidadas	0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário	0,00	726.423,04	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	536.473,24	0,00	194.237,98	342.235,26
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA	536.473,24	0,00	194.237,98	342.235,26
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	436.740,06	0,00	330.066,28	106.673,78
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA	436.740,06	0,00	330.066,28	106.673,78

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE	1.547.243,03	<25%/18%>	60,16
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remun. Magistério Ensino Infantil e Fundamental	531.816,40	60%	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 40m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Abril 2015/BIMESTRE Março - Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	206.746,78	958.632,44

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante de Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	727.586,83	15,00	23,18
Líquidadas	727.586,83	15,00	23,18

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1515], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA, Data/hora da emissão: 01/jul/2015 17h e 40m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 065/2015 - P S 004/2014 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 065/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 004/2014, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 02/07/2015 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

654 -PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
16	3356	RODOLFO PERES LESSI	3,00	52,00	55,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 03/07/2015 e 06/07/2015 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

v) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “D”, para os cargos de Motorista;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 01 de Julho de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Iolanda Cristina do Nascimento Garcia

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 015/2015 - P S 001/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 015/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 001/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal Administração no Departamento De Pessoal, situada na Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 02/07/2015 às 08h00min para atribuição e atividades e local de trabalho:

880 -GERENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC				
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	PROVA OBJETIVA	SITUAÇÃO
1	267	LILIAN DAIANE SOBRINHO DA SILVA MANICA	90	CLASSIFICADO

875 -ATENDENTE DE AGENCIA POSTAL - SÃO JORGE

Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	PROVA OBJETIVA	SITUAÇÃO
1	280	MARINEIDE GONÇALVES DE SOUZA	60	APROVADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 03/07/2015 e 04/07/2015 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

v) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “D”, para os cargos de Motorista;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 01 de Julho de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

MARIA DE LOURDES FERNANDES BLANCO POLLON

Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 006/2015 - P S 003/2015 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EDITAL COMPLEMENTAR 006/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO a homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 003/2015** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

1. Homologar o Resultado Final do Processo Seletivo nº. 003/2015, conforme notas da Prova Objetiva e Prova de Títulos divulgadas através do Edital Complementar nº: 006/2015:

573 -MOTORISTA-ZONA RURAL LEI 126/07							
	Nº	Nome	Data Nasc.	Títulos	Objetiva	Total	Situação
1	1033	PAULO JOSÉ DOS REIS	18/07/1981	0,00	64,00	64,00	CLASSIFICADO
2	569	ELIAS COSMO DA SILVA	19/02/1985	0,00	64,00	64,00	CLASSIFICADO
3	1192	JOEL MARTINS	01/05/1959	0,00	60,00	60,00	CLASSIFICADO
4	1018	ROSIMAR FAVIN	28/11/1976	0,00	60,00	60,00	CLASSIFICADO
5	584	WAGNER FURQUIM PEREIRA	21/03/1979	0,00	60,00	60,00	CLASSIFICADO
6	545	FRANCINILDO DE SOUZA DA SILVA	11/06/1986	4,00	56,00	60,00	CLASSIFICADO
7	1196	CLEITON ANTONIO DE CARVALHO	11/03/1981	0,00	56,00	56,00	CLASSIFICADO
8	1045	ALDAINO VIEIRA BARBOSA	21/09/1983	0,00	52,00	52,00	CLASSIFICADO
9	501	CLODOALDO SANGA	03/03/1985	0,00	52,00	52,00	CLASSIFICADO
10	1395	JOSCELINO BARBOSA COIMBRA	17/08/1988	0,00	48,00	48,00	CLASSIFICADO
11	1061	ADENILDE VITORINO MATOS	15/06/1958	0,00	44,00	44,00	CLASSIFICADO

12	589	NIVALDO FERREIRA DA SILVA	14/01/1961	0,00	44,00	44,00	CLASSIFICADO
13	596	ADELIAN XAVIER DE SOUZA	13/08/1985	0,00	44,00	44,00	CLASSIFICADO
14	1054	NILSON ANDRADE DE ABREU	08/03/1961	0,00	36,00	36,00	CLASSIFICADO
15	1037	NAZIR MENDONCA DE MELO	28/07/1965	0,00	32,00	32,00	CLASSIFICADO
16	1398	RAQUELDO MISSIO	11/08/1976	0,00	32,00	32,00	CLASSIFICADO
17	1195	CLODOALDO DE SOUZA	20/09/0974	0,00	28,00	28,00	CLASSIFICADO
18	1027	VALDECI FIDELIX	17/07/1975	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
19	1396	MAIZA FERRAZ BERBEL VERGA	18/12/1977	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
20	550	TIAGO LUCAS DOS SANTOS	11/10/1986	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
21	1044	ANDRÉ SOARES DE SOUZA	10/08/1988	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
22	19119	NAGEL ERICK HORN MARTINS	20/07/1992	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
23	1399	BRUNO ROGERIO FRANÇA PRADO	04/03/1995	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
24	1019	IGOR RAFAEL ZOTESSO	10/07/1996	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO

656 -PROFESSOR HISTÓRIA – ZONA URBANA E RURAL

	Nº	Nome	Data Nasc.	Títulos	Objetiva	Total	Situação
1	1163	GILMAR NOGUEIRA DA FONSECA	01/03/1990	0,50	64,00	64,50	CLASSIFICADO
2	557	ADRIANA DA SILVA SANTIAGO	28/06/1979	3,00	60,00	63,00	CLASSIFICADO
3	575	MARCIA GOMES FREIRE	11/07/1965	0,00	60,00	60,00	CLASSIFICADO
4	609	RAFAEL HILGENBERG	16/11/1987	0,00	60,00	60,00	CLASSIFICADO
5	510	FRANCISCA CORREA DA SILVA	13/08/1968	3,50	52,00	55,50	CLASSIFICADO
6	1191	RAFAELA FRANCISCA DA ROCHA SILVA	16/06/1993	0,00	44,00	44,00	CLASSIFICADO
7	1160	ADAILDA FERREIRA DA SILVA	15/01/1970	0,00	40,00	40,00	CLASSIFICADO
8	503	RITA NEUSA NARCISO BUENO	03/06/1961	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO

658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL

	Nº	Nome	Data Nasc.	Títulos	Objetiva	Total	Situação
1	1023	SANDRA BUENO DA SILVA	15/09/1979	11,00	60,00	71,00	APROVADO
2	1046	ROGELIA GRAGEL	27/01/1969	13,62	56,00	69,62	CLASSIFICADO
3	1026	PATRÍCIA ALMEIDA DA SILVA	20/06/1991	3,00	64,00	67,00	CLASSIFICADO
4	556	LUCIMEIRE BATISTA CAMACHO	23/05/1985	10,00	56,00	66,00	CLASSIFICADO
5	555	MARILUCE SILVA GAVAZZA	25/04/1980	0,00	64,00	64,00	CLASSIFICADO
6	580	CREUSA COSTA DE SOUSA	10/09/1969	12,00	48,00	60,00	CLASSIFICADO
7	1391	LILIANE CONCEICAO SOARES	27/06/1984	3,50	56,00	59,50	CLASSIFICADO
8	1043	FRANCISCO JANAINA FREIRE RODRIGUES	23/06/1985	3,00	56,00	59,00	CLASSIFICADO
9	1393	JULIANA GARCIA CHAVES	18/11/1991	11,00	48,00	59,00	CLASSIFICADO
10	507	DAIANE PEREIRA DA SILVA SOUZA	20/11/1987	9,52	48,00	57,52	CLASSIFICADO
11	19117	CLAUDECY BONIFACIO AGAPITO	05/08/1981	0,00	52,00	52,00	CLASSIFICADO
12	546	ELENIER ZUZA DOS SANTOS	07/06/1980	3,00	48,00	51,00	CLASSIFICADO
13	2	ALESSANDRA PEREIRA DA SILVA	25/01/1977	8,00	36,00	44,00	CLASSIFICADO
14	511	ALINE FREITAS AGUIAR	26/10/1986	0,00	32,00	32,00	CLASSIFICADO
15	505	CARLA DE FATIMA ZORZO	18/06/1969	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
16	1397	ERIKA CRISTHINA FIGUEIREDO RODRIGUES	19/05/1973	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
17	1189	LUCÉLIA SANTOS DE ALMEIDA	05/05/1992	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO

659 -PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL

	Nº	Nome	Data Nasc.	Títulos	Objetiva	Total	Situação
1	562	JULIANO GARCIA DE OLIVEIRA	05/12/1991	3,00	56,00	59,00	CLASSIFICADO
2	4	VICTOR FERREIRA BARBOZA DA SILVA	28/01/1990	4,50	52,00	56,50	CLASSIFICADO
3	19114	ADEMIR DE AZEVEDO CARDOSO	25/04/1969	0,00	52,00	52,00	CLASSIFICADO
4	1394	DAYANE GRACIELLE GALEANO LIMA	03/06/1993	8,87	36,00	44,87	CLASSIFICADO
5	1169	JOSE EDMILSON DOS SANTOS	23/02/1987	11,50	32,00	43,50	CLASSIFICADO
6	547	SIMONE CRISTINA DINALLI CONRADO	04/04/1985	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
7	1052	ANA MAYARA DE LARA FERREIRA	20/05/1994	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO

792 -VIGIA SEMEC

	Nº	Nome	Data Nasc.	Títulos	Objetiva	Total	Situação
1	591	LUIZ DA SILVA FERREIRA	27/10/1990	0,00	76,00	76,00	APROVADO
2	9	PAULO HENRIQUE DA SILVA LINDER	06/05/1989	4,18	68,00	72,18	APROVADO
3	11	GERSON ALVES CAMPOS	30/04/1988	5,26	60,00	65,26	CLASSIFICADO
4	19113	NATALICIO PEREIRA DA SILVA	23/12/1965	0,00	64,00	64,00	CLASSIFICADO
5	1039	EMERSON MORAIS DA SILVA	16/10/1991	4,00	60,00	64,00	CLASSIFICADO
6	1031	WERIKS RAMOS DE SOUZA	01/07/1995	0,00	64,00	64,00	CLASSIFICADO
7	1159	IVO DE OLIVEIRA GUILHÕES	26/03/1993	7,00	56,00	63,00	CLASSIFICADO
8	19106	REGINALDO DE LIMA ALVES	15/03/1979	6,00	52,00	58,00	CLASSIFICADO
9	588	ADEMIR PAULO SANTOS	09/02/1964	0,00	56,00	56,00	CLASSIFICADO
10	559	GENI DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA	06/08/1975	0,00	56,00	56,00	CLASSIFICADO
11	19121	ALINE EMANUELA DE ARRUDA PINTO	06/03/1987	0,00	56,00	56,00	CLASSIFICADO
12	1050	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	23/11/1990	0,00	56,00	56,00	CLASSIFICADO
13	506	GUILHERME NUNES FILHO	24/02/1991	0,00	56,00	56,00	CLASSIFICADO
14	578	SILVIO ANTONIO DE SOUZA	25/09/1979	6,50	48,00	54,50	CLASSIFICADO
15	583	ROSANGELA DE ALMEIDA GRACIOLI	29/09/1968	2,00	52,00	54,00	CLASSIFICADO
16	1162	VALDIRENE ALVES	05/10/1978	5,75	48,00	53,75	CLASSIFICADO
17	594	DIONES REIS MACHADO	22/03/1988	0,00	52,00	52,00	CLASSIFICADO
18	1392	WELITON BEZERRA LEMES	28/07/1990	0,00	52,00	52,00	CLASSIFICADO
19	1022	ERALDO SOUZA MEDEIROS	22/11/1963	0,00	48,00	48,00	CLASSIFICADO
20	565	TIAGO BARBOSA MAGALHAES	16/01/1990	0,00	48,00	48,00	CLASSIFICADO
21	1038	BRUNO EDUARDO LAURENTINO SABARA	20/03/1996	0,00	48,00	48,00	CLASSIFICADO

22	1198	EDUARDO PEREIRA DE ASSIS	13/06/1997	0,00	48,00	48,00	CLASSIFICADO
23	1194	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	22/05/1975	2,00	44,00	46,00	CLASSIFICADO
24	587	ROSINILSON BARBOSA	23/06/1978	0,00	44,00	44,00	CLASSIFICADO
25	19092	EVERTON SANTIAGO	01/10/1982	0,00	44,00	44,00	CLASSIFICADO
26	605	FABIO FERREIRA DE SOUZA	21/05/1984	0,00	44,00	44,00	CLASSIFICADO
27	1170	ADRIANO DOS SANTOS AGUILAR	26/11/1986	0,00	44,00	44,00	CLASSIFICADO
28	554	MOSALVE SOBRAL DA SILVA	21/03/1987	0,00	44,00	44,00	CLASSIFICADO
29	504	DJONATHAN ROCHA	17/07/1986	4,50	36,00	40,50	CLASSIFICADO
30	1157	TELMA FRANCISCA DA SILVA	25/08/1980	0,00	40,00	40,00	CLASSIFICADO
31	585	EDER SCHWAAB	13/07/1987	0,00	40,00	40,00	CLASSIFICADO
32	1041	CONCEIÇÃO APARECIDA DELFINO DE SOUZA	25/09/1970	0,00	32,00	32,00	CLASSIFICADO
33	560	VALDINEI LUIZ FERREIRA	06/04/1987	0,00	28,00	28,00	CLASSIFICADO
34	590	FAUSTINO PONHES	15/02/1981	0,00	24,00	24,00	CLASSIFICADO
35	551	EZIQUIEL JOSE DOS SANTOS	26/12/1988	0,00	24,00	24,00	CLASSIFICADO
36	19094	RODRIGO AMORIM DE OLIVEIRA	03/01/1989	0,00	24,00	24,00	CLASSIFICADO
37	1168	JOSE BENEDITO DOS SANTOS	08/02/1969	0,00	20,00	20,00	ELIMINADO
38	1057	ADAILTON ALVES DE SOUZA	02/04/1966	0,00	16,00	16,00	ELIMINADO
39	576	GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO	05/06/1961	0,00	4,00	4,00	ELIMINADO
40	586	AIRTON DIVINO ALVES DA SILVA	20/06/1956	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
41	1058	ANTONIO FRANCISCO DE AMORIM	09/09/1961	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
42	1400	RONALDO DA ROCHA SANTOS	20/04/1978	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
43	1384	MARCINEIA BARBOZA DE OLIVEIRA DOMINGOS	20/10/1979	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
44	654	JAIRO FERREIRA DE CARVALHO	31/03/1983	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
45	598	LINOL ANTONIO MANOEL	13/06/1983	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
46	1161	ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO	24/08/1984	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
47	1056	ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS	07/10/1985	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
48	1390	CICERO BORGES JUNIOR	01/01/1986	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
49	592	MAKSWEL QUEIROZ MARTINS DA SILVA	17/07/1986	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
50	579	ADRIANO JOSE DA SILVA	19/09/1986	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
51	1042	HEYDER DE ALMEIDA LIMA MATOS	25/12/1986	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
52	573	FERNANDA FERREIRA MARTINS	11/02/1988	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
53	1171	CLEITON CRUZ DA SILVA	10/04/1988	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
54	1036	ELISEU VALERIO DA SILVA	12/09/1990	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
55	572	TIAGO BORGES DA SILVA	24/11/1990	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
56	1199	GEOVANE RODRIGUES DOS SANTOS	04/06/1992	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
57	581	FERNANDO LEAL DOS SANTOS	05/08/1992	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
58	19125	JOAO BATISTA DA SILVA JUNIOR	22/10/1993	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO
59	1014	MAYLLON DOUGLAS CAPELUPPE	17/11/1993	0,00	AUSENTE	ELIMINADO	ELIMINADO

793 -NUTRICIONISTA SEMEC

	Nº	Nome	Data Nasc.	Títulos	Objetiva	Total	Situação
1	1049	JULIANA JANDER ANDRADE	03/11/1983	0,39	52,00	52,39	APROVADO
2	3	MARINA SATIE TAKI	12/09/1990	11,65	40,00	51,65	CLASSIFICADO
3	509	JULIANA SALMAZO FERNANDES	29/08/1988	0,00	36,00	36,00	CLASSIFICADO

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 01 de Julho de 2015.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

IOLANDA CRISTINA DO NASCIMENTO GARCIA

Secretária Municipal de Educação e Cultura

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
PMH - PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – PMH – PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA ADMINISTRATIVA** no valor de R$2.463,06 (dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais, seis centavos) conforme Processo Administrativo para Apuração de Infrações Administrativas Cometidas por Licitantes e Contratados nº 003/PAILC/2014, pelos dias de atraso injustificado no fornecimento dos produtos, consistindo descumprimento da Cláusula Sexta, item 6.3. 1, da Ata de Registro de Preços nº 28.15/2012, extraída do Pregão Presencial nº 032/2012, do Processo Administrativo nº 091/2012, do Departamento de Licitações, com fulcro nas disposições do Art. 87, inciso II da Lei nº 8.666/1993 c/c o Art. 19, inciso II, alínea “b” do Decreto Municipal nº 289/2012. Tangará da Serra- MT, 01 de julho de 2015. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO 149/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 149/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA -ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUMICOS PARA TRATAMENTO DA AGUA SAAE.

VALOR: R$ 98.985,00

VIGÊNCIA 30/06/2015 A 31/12/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 150/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 150/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: CHARLES RODRIGUES DOS SANTOS - ME.

OBJETO: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 200 HORAS DE MAQUINA PC, 3.000 KM RODADOS DE CAMINHÃO PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS PESADAS E 100 MÍNIMA CAMINHÃO PRANCHA DE (50 KM) CADA; 480 DIÁRIA DE CAMINHÃO TRUQUE BASCULANTE CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 M3, 200 HR DE TRATOR DE ESTEIRA; 200 HR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA; 800 HR DE MAQUINA PATROLA MOTONIVELADORA; 50 DIÁRIAS DE CAMINHÃO PIPA COM CAPACIDADE DE 12.000 LITROS E COM CARREGAMENTO AUTOMÁTICO DE AGUA PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DESTA MUNICIPALIDADE, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DESTA MUNICIPALIDADE.

VALOR: R$ 806.000,00

VIGÊNCIA: 01/07/2015 ATE 31/12/2015.

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PELA LEI Nº. 10.520, DE 17 E JULHO DE 2002 E PELO DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005. MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.865.000,00	33.865.000,00	3.869.214,16	11,43	7.810.286,39	23,06	26.054.713,61
RECEITAS CORRENTES	30.225.000,00	30.225.000,00	3.869.214,16	12,80	7.801.638,85	25,81	22.423.361,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.975.000,00	1.975.000,00	282.787,68	14,32	561.169,48	28,41	1.413.830,52
Impostos	1.730.000,00	1.730.000,00	219.697,05	12,70	489.542,30	28,30	1.240.457,70
Taxas	240.000,00	240.000,00	63.090,63	26,29	71.627,18	29,84	168.372,82
Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00					5.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.015.000,00	1.015.000,00	42.741,27	4,21	84.968,14	8,37	930.031,86
Contribuições Sociais	715.000,00	715.000,00					715.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	300.000,00	300.000,00	42.741,27	14,25	84.968,14	28,32	215.031,86
RECEITA PATRIMONIAL	615.000,00	615.000,00	58.723,72	9,55	108.598,24	17,66	506.401,76
Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.000,00	1.175,00	23,50	1.425,00	28,50	3.575,00
Receitas de Valores Mobiliários	610.000,00	610.000,00	57.548,72	9,43	107.173,24	17,57	502.826,76
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	321.000,00	321.000,00	26.725,14	8,33	58.285,96	18,16	262.714,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.049.000,00	26.049.000,00	3.298.680,50	12,66	6.804.862,81	26,12	19.244.137,19
Transferências Intergovernamentais	23.910.000,00	23.910.000,00	3.158.529,94	13,21	6.524.642,95	27,29	17.385.357,05
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.839.000,00	1.839.000,00	140.150,56	7,62	280.219,86	15,24	1.558.780,14
Transferências para o Combate à Fome	300.000,00	300.000,00					300.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	159.555,85	63,82	183.754,22	73,50	66.245,78
Multas e Juros de Mora	100.000,00	100.000,00	111.653,07	111,65	124.038,52	124,04	-24.038,52
Indenizações e Restituições	45.000,00	45.000,00	1.617,72	3,59	4.604,21	10,23	40.395,79
Receita da Dívida Ativa	95.000,00	95.000,00	46.285,06	48,72	55.111,49	58,01	39.888,51
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.640.000,00	3.640.000,00	0,00		8.647,54	0,24	3.631.352,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Documento gerado em 23/06/2015 15:55:00

Página 1 de 11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	400.000,00	400.000,00	0,00		8.647,54	2,16	391.352,46
Alienação de Bens Móveis	400.000,00	400.000,00			8.647,54	2,16	391.352,46
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.240.000,00	3.240.000,00	0,00		0,00		3.240.000,00
Transferências Intergovernamentais	800.000,00	800.000,00					800.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.440.000,00	2.440.000,00					2.440.000,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.135.000,00	1.135.000,00					1.135.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.869.214,16	11,05	7.810.286,39	22,32	27.189.713,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.869.214,16	11,05	7.810.286,39	22,32	27.189.713,61
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.869.214,16	11,05	7.810.286,39	22,32	27.189.713,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	35.000.000,00	35.994.165,36	4.311.351,20	8.520.296,43	27.473.868,93	3.998.017,54	8.020.575,95	27.973.589,41	6.488.763,73	0,00
DESPESAS CORRENTES	30.806.600,00	30.664.386,00	4.130.780,47	8.064.714,54	22.599.671,46	3.808.540,36	7.574.731,91	23.089.654,09	6.058.377,61	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.446.000,00	16.424.857,00	2.152.756,73	4.505.321,07	11.919.535,93	2.152.756,73	4.505.321,07	11.919.535,93	3.649.649,74	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	20.000,00			20.000,00			20.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.340.600,00	14.219.529,00	1.978.023,74	3.559.393,47	10.660.135,53	1.655.783,63	3.069.410,84	11.150.118,16	2.408.727,87	
DESPESAS DE CAPITAL	3.646.000,00	4.782.379,36	180.570,73	455.581,89	4.326.797,47	189.477,18	445.844,04	4.336.535,32	430.386,12	0,00
INVESTIMENTOS	3.240.000,00	4.376.379,36	60.394,85	212.446,61	4.163.932,75	69.471,83	212.446,61	4.163.932,75	196.988,69	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	406.000,00	406.000,00	120.175,88	243.135,28	162.864,72	120.005,35	233.397,43	172.602,57	233.397,43	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	547.400,00	547.400,00			547.400,00			547.400,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	35.000.000,00	35.994.165,36	4.311.351,20	8.520.296,43	27.473.868,93	3.998.017,54	8.020.575,95	27.973.589,41	6.488.763,73	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	35.000.000,00	35.994.165,36	4.311.351,20	8.520.296,43	27.473.868,93	3.998.017,54	8.020.575,95	27.973.589,41	6.488.763,73	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	35.000.000,00	35.994.165,36	4.311.351,20	8.520.296,43		3.998.017,54	8.020.575,95		6.488.763,73	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.135.000,00	1.135.000,00	0,00		0,00		1.135.000,00
RECEITAS CORRENTES	1.135.000,00	1.135.000,00	0,00		0,00		1.135.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.030.000,00	1.030.000,00	0,00		0,00		1.030.000,00
Contribuições Sociais	1.030.000,00	1.030.000,00					1.030.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	105.000,00	105.000,00	0,00		0,00		105.000,00
Multas e Juros de Mora	105.000,00	105.000,00					105.000,00
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	35000000,00	35994165,36	4311351,20	8020296,43	100,00	27473868,93	3998017,54	8020575,95	100,00	27973589,41	0,00
Legislativa	984000,00	984000,00	0,00	0,00	0,00	984000,00	0,00	0,00	0,00	984000,00	0,00
Ação Legislativa	984000,00	984000,00				984000,00				984000,00	
Controle Externo						0,00				0,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	120000,00	120000,00	10200,00	18439,70	0,22	101560,30	10200,00	18439,70	0,23	101560,30	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	120000,00	120000,00	10200,00	18439,70	0,22	101560,30	10200,00	18439,70	0,23	101560,30	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	4714000,00	4714000,00	615834,13	1329575,53	15,60	3384424,47	515787,89	1117045,62	13,93	3596954,38	0,00
Planejamento e Orçamento	876000,00	856000,00	94817,90	303515,02	3,56	552484,98	93665,31	218550,48	2,72	637449,52	
Administração Geral	3391000,00	3411000,00	473169,67	914227,93	10,73	2496772,07	374314,18	790797,40	9,86	2620202,60	
Administração Financeira											
Controle Interno	150000,00	148635,00	17556,80	41520,98	0,49	107114,02	17556,80	41520,98	0,52	107114,02	
Normatização e Fiscalização	15000,00	15000,00	863,76	1631,13	0,02	13368,87	593,92	1361,29	0,02	13638,71	
Tecnologia da Informação	80000,00	80000,00	10416,00	16876,00	0,20	63124,00	10416,00	16876,00	0,21	63124,00	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	12000,00	12000,00				12000,00				12000,00	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	190000,00	191365,00	19010,00	51804,47	0,61	139560,53	19241,68	47939,47	0,60	143425,53	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	3000,00	3000,00	0,00	0,00		3000,00	0,00	0,00		3000,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil	3000,00	3000,00				3000,00				3000,00	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	974000,00	974000,00	118056,25	267521,68	3,14	706478,32	121209,25	261079,68	3,26	712920,32	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	160000,00	160000,00	11944,72	28272,68	0,33	131727,32	12075,92	28213,68	0,35	131786,32	
Assistência Comunitária	814000,00	814000,00	106111,53	239249,00	2,81	574751,00	109133,33	232866,00	2,90	581134,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	2222000,00	2222000,00	0,00	0,00		2222000,00	0,00	0,00		2222000,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	2222000,00	2222000,00				2222000,00				2222000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	9122000,00	9122270,00	1273323,29	2657382,69	31,19	6464887,31	1255012,94	2623042,80	32,70	6499227,20	0,00
Atenção Básica	4617000,00	4709903,00	572996,92	1242951,74	14,59	3466951,26	582165,20	1242749,20	15,49	3467153,80	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4030000,00	3937367,00	669809,02	1372652,79	16,11	2564714,21	642073,61	1338515,44	16,69	2598851,56	
Suporte Profilático e Terapêutico	315000,00	315000,00	14527,51	22819,03	0,27	292180,97	14784,29	22819,03	0,28	292180,97	
Vigilância Sanitária	20000,00	20000,00				20000,00				20000,00	
Vigilância Epidemiológica	140000,00	140000,00	15989,84	18959,13	0,22	121040,87	15989,84	18959,13	0,24	121040,87	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	310380,00	310380,00	68372,57	113340,17	1,33	197039,83	40943,41	81804,54	1,02	228575,46	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	295380,00	295380,00	68372,57	113340,17	1,33	182039,83	40943,41	81804,54	1,02	213575,46	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	15000,00	15000,00				15000,00				15000,00	
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	8500000,00	8497490,00	1267985,60	2213880,81	25,98	6283609,19	1111634,85	2046584,73	25,52	6450905,27	0,00
Ensino Fundamental	7220000,00	7206490,00	954895,84	1801299,33	21,14	5405190,67	931244,94	1768468,33	22,05	5438021,67	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	55000,00	55000,00	50000,00	50000,00	0,59	5000,00	5000,00	5000,00	0,06	50000,00	
Educação Infantil	875000,00	862000,00	74181,49	172098,11	2,02	689901,89	73971,62	171698,11	2,14	690301,89	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	100000,00	124000,00	120311,10	120311,10	1,41	3688,90	31246,02	31246,02	0,39	92753,98	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções	250000,00	250000,00	68597,07	70172,27	0,82	179827,73	70172,27	70172,27	0,87	179827,73	
Cultura	264000,00	266510,00	5212,20	26612,84	0,31	239897,16	5212,20	26612,84	0,33	239897,16	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	264000,00	266510,00	5212,20	26612,84	0,31	239897,16	5212,20	26612,84	0,33	239897,16	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	1938000,00	1948766,00	291868,52	620083,14	7,28	1328682,86	278596,53	590041,14	7,36	1358724,86	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1938000,00	1948766,00	291868,52	620083,14	7,28	1328682,86	278596,53	590041,14	7,36	1358724,86	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	11000,00	11000,00	0,00	0,00		11000,00	0,00	0,00		11000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	11000,00	11000,00				11000,00				11000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	510000,00	1504165,36	102099,68	258069,43	3,03	1246095,93	105097,51	257747,91	3,21	1246417,45	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	510000,00	1504165,36	102099,68	258069,43	3,03	1246095,93	105097,51	257747,91	3,21	1246417,45	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	58000,00	58000,00	0,00	0,00		58000,00	0,00	0,00		58000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	50000,00	50000,00				50000,00				50000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	8000,00	8000,00				8000,00				8000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	1093000,00	1082234,00	104298,10	256073,43	3,01	826160,57	105722,53	253997,83	3,17	828236,17	0,00
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal	1093000,00	1082234,00	104298,10	256073,43	3,01	826160,57	105722,53	253997,83	3,17	828236,17	
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	10000,00	10000,00	0,00	0,00		10000,00	0,00	0,00		10000,00	0,00
Promoção Industrial	10000,00	10000,00				10000,00				10000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	207000,00	207000,00	11991,08	26112,95	0,31	180887,05	11991,08	26112,95	0,33	180887,05	0,00
Promoção Comercial	172000,00	172000,00	11991,08	26112,95	0,31	145887,05	11991,08	26112,95	0,33	145887,05	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	35000,00	35000,00				35000,00				35000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	210000,00	210000,00	14729,82	34644,71	0,41	175355,29	14799,82	34644,71	0,43	175355,29	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	210000,00	210000,00	14729,82	34644,71	0,41	175355,29	14799,82	34644,71	0,43	175355,29	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	3155000,00	3154730,00	292358,86	397497,26	4,67	2757232,74	286958,86	392097,26	4,89	2762632,74	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	3155000,00	3154730,00	292358,86	397497,26	4,67	2757232,74	286958,86	392097,26	4,89	2762632,74	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	150000,00	150000,00	14845,22	57926,81	0,68	92073,19	14845,22	57926,81	0,72	92073,19	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	150000,00	150000,00	14845,22	57926,81	0,68	92073,19	14845,22	57926,81	0,72	92073,19	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

Documento gerado em 23/06/2015 15:55:00

Página 9 de 11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	430000.00	430000.00	120175.88	243135.28	2.85	186864.72	120005.35	233397.43	2.91	196602.57	0.00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	430000.00	430000.00	120175.88	243135.28	2.85	186864.72	120005.35	233397.43	2.91	196602.57	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	14620.00	14620.00				14620.00				14620.00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	35000000.00	35994165.36	4311351.20	8520296.43	100.00	27473868.93	3998017.54	8020575.95	100.00	27973589.41	0.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICI-

TAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 45/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 36/2015, TEVE COMO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCERIZADO DE 02 DOIS) CAMINHÃO PIPA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12.000 (DOZE) MIL LITROS, PARA MOLHAR AS RUAS DA CIDADE DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO PERÍODO DA SECA DO MÊS DE JUNHO A OUTUBRO, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE EDITAL, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: JANDERSSON TOMASELLI – ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 01 DE JULHO DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

EXTRATO DE CONTRATO 143/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 143/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: DENTAL REZENDE LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO HOSPITALAR

VALOR: R$ 516,70

VIGÊNCIA 23/06/2015 A 18/07/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 38/2015

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 38/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 38/2015, tendo como objeto: A contratação de serviços terceirizados de mecânicos para manutenção e reparo em máquinas pesadas, com realização prevista para o dia 14 de julho de 2015, às 08h00min (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 01 de julho de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos

Pregoeira

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 38/2015 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 29/2015, TEVE COMO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO NOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 01 DE Julho DE 2015.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-23

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 023/2015

Contratada: **ANGELA MARIA PEREIRA DA SILVA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 5.673,60**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-17

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 017/2015

Contratada: **MARISTELA FERREIRA DA COSTA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 5.042,40**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-21

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 021/2015

Contratada: **VALDEMILSON LOPES FERREIRA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 6.366,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO - CÂMARA MUN. DE TESOURO

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL DE TESOURO

CNPJ: 01.974.542/0001-28

End.: RUA RUA MATO GROSSO, Nº 303, CENTRO, TESOURO-MT

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE TESOURO comunica aos interessados, que realizara o PROCESSO LICITATÓRIO abaixo relacionado, nos termos da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.

MODALIDADE: CARTA CONVITE N.º 2/2015

OBJETO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE ORÇAMENTO, CONTABILIDADE, RH, LICITAÇÃO, COMPRAS, ALMOXARIFADO, PATRIMONIO, PROTOCOLO, FROTAS, SISTEMA FINANCEIRO, SISTEMA DE ENVIO DE INFORMAÇÕES PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO /TCE ATRAVES DO SISTEMA APLIC E DISPONIBILIZAÇÃO DE RELATORIOS GERENCIAIS PARA GESTAO PUBLICA DE ESTE PODER LEGISLATIVO. ALEM DISSO CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E

MANUTENÇÃO MENSAL DO SITE PARA CAMARA MUNICIPAL ATRAVES DO PORTAL DA TRANSPARENCIA CONSEQUENTEMENTE A INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES SEMPRE QUE NECESSARIAS NA PAGINA DESTE PODER LEGISLATIVO.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTA E JULGAMENTO: Dia 6 de Julho de 2015 às 15:00.

Os envelopes com a documentação e proposta serão recebidos até o horário e data acima especificados, na sala de licitações, situada na RUA MATO GROSSO, n.º 303, CENTRO.

Para participação deste certame licitatório, deverá ser obtido o convite pelas empresas e ou pessoas cadastradas no ramo pertinente com antecedência de até 24 horas da apresentação dos envelopes, no endereço RUA MATO GROSSO, n.º 303, CENTRO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

TESOURO-MT 29/06/2015.

_____

MARCIO MOURAO MINEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

_____	_____
ANTONIO BRAZ DE CASTRO SILVA	JOSE MORAES FILHO
Secretario (a) da Comissão Licitação	Membro da Comissão Licitação

De acordo com os preceitos normativos legais qualquer cidadão poderá participar da abertura e julgamento das referidas propostas.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-27

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 027/2015

Contratada: **LUDIMILA DIAS SANTOS**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: *R$. 5.845,20*

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-01

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 001/2015

Contratada: **ADILTON ALVES DE OLIVEIRA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: *R$. 4.728,00*

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-28

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 028/2015

Contratada: **CLEONICE LAURINDA DA SILVA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 4.202,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-24

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 024/2015

Contratada: **IARA DAYANE DIAS DA SILVA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 5.988,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-38

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 038/2015

Contratada: ROSILENE MARIA BARBOSA OLIVEIRA

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: *R$. 3.940,00*

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-08

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 008/2015

Contratada: **EVA BARBOSA DA SILVA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 5.673, 0**

Data de Assinatura: 20/06/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-09

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 009/2015

Contratada: **ELISANGELA FERREIRA DE ARAUJO**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 5.882,40**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-05

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 005/2015

Contratada: **ANGÉLICA PEREIRA DE CASTRO**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Valor do Aditivo: *R$. 5.673,60*

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-30

Extrato de Termo Aditivo

II Termo Aditivo ao Contrato n.º 30/2015

Contratada: **EVANIA CARMO LEÃO REINTZE**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 6.112,55**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-35

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 035/2015

Contratada: **DIVINO JOSÉ SANTANA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 6.500,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-11

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 011/2015

Contratada: **JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 6.242,40**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-04

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 004/2015

Contratada: **ANA PEREIRA DA SILVA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Valor do Aditivo: *R$. 4.728,00*

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-32

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 032/2015

Contratada: **ELIENIR SANTANA COSTA DA SILVA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 6.112,55**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-31

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 031/2015

Contratada: **MARIA FRANCISCA AIRES DE ARQUIAS**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 3.940,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-29

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 029/2015

Contratada: **EVA JEIZA NELES DE SOUZA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 6.112,55**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-26

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 026/2015

Contratada: **IRANILSA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 4.728,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-03

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 003/2015

Contratada: **ANA ESMERALDA DE MORAES TOLEDO**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Valor do Aditivo: *R$. 5.928,00*

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-42

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 042/2015

Contratada: ELIVANETE DE SOUZA NOGUEIRA

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: *R$. 3.940.OO*

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-41

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 041/2015

Contratada: LUCAS MOURÃO DE ALMEIDA

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: *R$. 6.500,00*

Data de Assinatura: 20/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-16

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 016/2015

Contratada**: MARIA DE LOURDES DE SO***UZA*

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Valor do Aditivo: **R$. 4.728,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-37

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 037/2015

Contratada: **RAIMUNDA MARIA DE CASTRO ALVES**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 3.940,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-10

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 10/2015

Contratada: **ILDETE RODRIGUES PORTELA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 4.728,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-02

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 002/2015

Contratada: **ELANDI***A SOUZA DOS SANTOS*

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 7.012,80**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-07

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 007/2015

Contratada: **ELTONES MANES PAULO OLMINDO DA SILVEIRA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 4.728,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015

SETOR DE LICITAÇÃO
DECLARAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 007/2015

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0723/2015

UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE SAÚDE

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Tesouro - MT, **RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA**, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta do processo administrativo nº 0723/2015, vem emitir a presente Declaração de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993 e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, para a contratação da profissional médico

DOUTOR RODRIGO MOREIRA MAGALHÃES,

devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 900.941.231-87, por intermédio da empresa CLÍNICA MAGALHÃES – EIRELI – ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 21.973.996/0001-91, cujo titular é o próprio médico. Assim, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, vêm comunicar ao Gestor do Município, todo teor da presente declaração, para que se, de acordo, proceda à devida ratificação.

Tesouro – MT, 01 de julho de 2015.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA

PRESIDENTE DA CPL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0723/2015

UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE SAÚDE

ILTON FERREIRA BARBOSA, na qualidade de Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o artigo 26, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, considerando o consta no processo supracitado, face às justificativas apresentadas, RATIFICA, como de fato ratificado está, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em epígrafe, para contratação do médico DOUTOR RODRIGO MOREIRA MAGALHÃES, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 900.941.231-87, por intermédio da empresa CLÍNICA MAGALHÃES - EIRELI – ME, cujo titular é o próprio médico, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 21.973.996/0001-91, para operacionalização e execução de serviços médicos na área de clínica médica, incluindo urgência, emergência ou eletivos e responsabilidade técnica no âmbito do Hospital Municipal e Maternidade São Lucas, POR 05 (cinco) meses, AO PREÇO DE R$27.652,95, TOTALIZANDO R$138.264,75.

Em conseqüência, determino que se proceda a publicação do devido extrato desta retificação.

Notifique-se a profissional para celebração do respectivo Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, em 01 de julho de 2015.

ILTON FERREIRA BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-34

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 034/2015

Contratada: **JULIA DOS SANTOS SILVA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 6.112,55**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-15

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 015/2015

Contratada: **MARIA APARECIDA LEITE BARBOSA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 5.928,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-36

Extrato de Termo Aditivo

II- Termo Aditivo ao Contrato n.º 036/2015

Contratada: **ELIAN GISELE ALMEIDA SZLACHETKA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Nova Vigência:.de 01/07/2015 a 30/11/2015.

Valor do Aditivo: **R$. 13.340,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-33

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 033/2015

Contratada: **VALDIVINA ALVES DE S. BARCELOS,**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 4.728,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-40

Extrato de Termo Aditivo

II Termo Aditivo ao Contrato n.º 040/2015

Contratada: JACQUELINE RAMOS DE OLIVEIRA

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Valor do Aditivo: **R$. 6.112,55**.

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-14

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 014/2015

Contratada: **MARGARETH DAROLD MARTINS DE ARAÚJO**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 4.728,00**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-39

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 039/2015

Contratada: **LUZIARA FERREIRA PIO**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo

Valor do Aditivo: *R$. 4.071,00*

Data de Assinatura: 19/06/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO-13

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato n.º 013/2015

Contratada: **MARCELO OLMINDO DA SILVA**

Motivo de Aditamento: Prorrogação de Prazo.

Valor do Aditivo: **R$. 5.673,60**

Data de Assinatura: 19/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
PORTARIA Nº 037/2015

PORTARIA Nº 037/2015

"Dispõe sobre nomeação para responder interinamente e dá outras providências"

ODONI MESQUITA COELHO, Prefeito Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear a Srª. **INÊS MORAES MESQUITA COELHO,** para responder interinamente pelo cargo de **SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

R e g i s t r e – s e,

P u b l i q u e – s e,

C u m p r a – s e.

Gabinete do Prefeito, aos 01 de julho de 2015.

Original Assinado por:

ODONI MESQUITA COELHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
PORTARIA Nº 038/2015

PORTARIA Nº 038/2015

"Dispõe sobre nomeação para responder interinamente e dá outras providências"

ODONI MESQUITA COELHO, Prefeito Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear a Srª. **INÊS MORAES MESQUITA COELHO,** para responder interinamente pelo cargo de **SECRETÁRIA DE SAÚDE.**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

R e g i s t r e – s e,

P u b l i q u e – s e,

C u m p r a – s e.

Gabinete do Prefeito, aos 01 de julho de 2015.

Original Assinado por:

ODONI MESQUITA COELHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Nº do Contrato: 027/2015.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: G RECH I7 DESENVOLVIMENTO WEB – ME.

CNPJ: 16.580.980/0001-89.

Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Consultoria em Apoio Técnico no Envio das Informações Meio Magnéticas ao TCE/MT (Sistema APLIC).

Valor: R$ 9.000,00(nove mil reais).

Cód. Dotação Orçamentária:

(52) 04.002.04.123.0009.2.009 - 3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Vigência: 31/12/2015.

Data de assinatura: 01/07/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ROBSON JONES ROMANQUIO

Pela Contratada.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, brasileiro, casado, portador do RG nº 2450376-2 SSP/MT e do CPF nº 543.414.009-59, residente e domiciliado neste município, e as Empresas: **COMERCIAL PRIME DE MOVEIS - EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 16.831.959/0001-09 e no Cadastro de Contribuinte do Estado sob nº 13.464.558-8, estabelecida na Rua Ceará, nº 426, Bairro CPA II, na Cidade de Cuiabá - MT, neste ato legalmente representada pelo procurador, Sr. EDILSON RAFAEL DA SILVA, portador da CTPS MT nº 2270966 e do CPF nº 005.422.341-57; e **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº 20.357.366/0001-20 e no Cadastro de Contribuinte do Estado sob nº 13.544.670-8, estabelecida na Avenida Isaac Póvoas, nº 475, Bairro Centro Norte, na cidade de Cuiabá – MT, neste ato legalmente representada por seu procurador o Sr. CLEVERSON FIDELIS PEREIRA, portador do CPF nº 026.308.659-32, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014, e, conforme o Processo Licitatório sob nº 027/2015, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para aquisições futuras e eventuaisde Material de Expediente, para uso das Secretarias Municipais de Administração; Fazenda e Planejamento; Educação e Cultura; Saúde; Assistência Social Trabalho e Cidadania, e Esporte e Lazer, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços dos produtos (materiais de expediente), por empresa, observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no(s) Anexo(s) abaixo, visando aquisições futuras e eventuais pelos órgãos participantes relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

I – Empresa COMERCIAL PRIME DE MÓVEIS – EIRELI:

ITEM	QTDE.	CÓD.	UNI-DADE	MARCAS	DESCRIÇÃO	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1.	37	10762	UNID	FORONI	AGENDA DIARIA TIPO EXECUTIVO PARA O ANO CAPA PRETA, DIMEN. APROXIMADAS: (AXLXP) 21X14,5X2,5 CM, ACABAMENTO: BROCHURA FAIXA ETARIA: ADULTO, PAIS DE ORIGEM: BRASIL, GRAMATURA DAS FOLHAS INTERNAS: PAPEL OFF-SET 63G/M² CAPA EM MATERIAL SINTETICO COM VISUAL DE COURO, ANUAL, 01 DIA POR PAGINA, EXCETO SABADOS E DOMINGOS, MAPAS COLORIDOS, AGENDA TELEFONICA, FOLHAS INTERNAS COM CANTOS SERRILHADOS, FITILHO. UNIDADE	9,80	362,60
2.	12	10763	UNID	TILIBRA	AGENDA TELEFONICA COSTURADA COM INDICE A-Z DIMENSSOES APROXIMADAS DE 150X210 MM CAPA DE MATERIAL SINTETICO LISO COM 160 FLS. 1 COR. UNIDADE	12,45	149,40
3.	11	12819	UNID	FORONI	AGENDA TIPO DIÁRIA, PERMANENTE, DIMENSÕES DE 15 X 21 CM.(FECHADA) PAPEL NA COR BRANCA, MÍNIMO DE 380 PÁG, CAPA EM MATERIAL SINTÉTICO, ALMOFADA, CALENDÁRIO ANUAL (ANO POSTERIOR/ATUAL), FITA CETIM MARCADORA DE PÁG. UNIDADE	9,99	109,89
4.	05	15206	CX	JOCAR	ALFINETE DE ESCRITÓRIO Nº 13, CORES DIVERSAS EM POLIETILENO E ARAME DE AÇO NIQUELADO. EMBALAGEM CONTENDO 50 UNIDADES COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	2,20	11,00
5.	86	10764	CX	JOCAR	ALFINETES PARA MURAL CABECA COLORIDA EM CAIXA CONTENDO 50 (CINQUENTA) UNIDADES.	2,20	189,20
6.	05	9229	UNID	JAPAN	ALMOFADA P/CARIMBO	2,12	10,60
7.	60	7707	UNID	RADEX	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	3,95	237,00
8.	25	10766	UNID	RADEX	APAGADOR PARA QUADRO EM ACRILICO TAMANHO MINIMO DE 15 CM. UNIDADE	3,95	98,75
9.	34	10768	CX	JOCAR	APONTADOR MATALICO PARA LAPIS. CAIXA COM 100 UNIDADES	49,00	1.666,00
10.	170	15208	UNID	GOLLER	APONTADOR, DE LÁPIS, MANULA, PORTÁTIL, 1 ENTRADA, EM MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO, SEM DEPOSITO.	0,15	25,50
11.	1.200	16709	KG	ANASTACIO	ARGOLAS DE METAL PARA CONFECCAO DE CHAVEIRO	47,18	56.616,00
12.	810	10769	PCT	IDEATEX	BALAO Nº 05 EM LATEX,DIVERSAS CORES. LISO PACOTE COM 50 UNIDADES.	3,70	2.997,00
13.	810	10770	PCT	IDEATEX	BALAO Nº 6,5 EM LATEX,DIVERSAS CORES. LISO PACOTE COM 50 UNIDADES.	3,70	2.997,00
14.	763	12966	PCT	IDEATEX	BALAO Nº 7,0 EM LATEX,DIVERSAS CORES. LISO PACOTE COM 50 UNIDADES.	3,70	2.823,10
15.	356	10771	UNID	DIVIPLAST	BALDE DE PRAIA EM PLASTICO RESISTENTE CONTENDO UMA PAZINHA UM RESTELINHO E UM PENEIRINHA NO TOTAL DE 4 PECAS. BALDE COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 20 CM. UNIDADE	4,00	1.424,00
16.	375	10772	UNID	GOLDEN	BAMBOLE DE PLASTICO RESISTENTE DIVERSAS CORES	2,61	978,75
17.	67	10773	UNID	SÃO JOÃO	BARBANTE PARA EMBALAGEM EM ALGODAO ROLO COM 800 G	10,55	706,85
18.	01	10774	UNID	SAFRA	BOBINA PAPEL KRAFT – ROLO DE 120 CM X 200 M. ROLO	99,90	99,90
19.	21	10775	UNID	MAXPRINP	BOBINA PARA FAX 216 MM X 30 M PAPEL TERMOSENSÍVEL. UNIDADE	4,26	89,46
20.	75	12969	UNID	ISOESTE	BOLA DE ISOPOR TAMANHO MEDIO	0,33	24,75
21.	175	12971	UNID	JOCAR	BORRACHA BRANCA COM CAPA DE PLÁSTICO VERDE PARA APAGAR TINTA DE CANETA E LÁPIS. ATÓXICA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO INMETRO.	0,33	57,75
22.	112	12974	UNID	JANDAIA	CADERNO, COM ESPIRAL, CAPA MOLE, 96 FOLHAS, DIMENSÕES 25 X 17 CM.	3,05	341,60
23.	300	16810	UNID	CREDEAL	CADERNO DE DESENHO GRANDE	1,79	537,00
24.	100	15210	UNID	CREDEAL	CADERNO, DE DESENHO E CARTOGRAFIA, COM ESPIRAL, CAPA EM CARTAO DUPLEX 230 G/M². FOLHAS INTERNAS EM PAPEL OFF-SET 63 G/M², COM 96 FOLHAS. DIMENSOES: 280X205MM PODENDO VARIAR EM +/-5%.	2,85	285,00
25.	17	17327	UNID	WALEU	CAIXA DE CORRESPONDENCIA TRIPLA MOVEL CRISTAL	34,74	590,58
26.	50	15320	UND	GLOBAL	CAIXA DE MDF, TIPO CAIXA DE SAPATO, MEDINDO 10X10 APROXIMADAMENTE	14,80	740,00
27.	50	15317	UND	GLOBAL	CAIXA DE MDF, TIPO CAIXA DE SAPATO, MEDINDO 20X20	11,10	555,00
28.	50	15318	UND	GLOBAL	CAIXA DE MDF, TIPO CAIXA DE SAPATO, MEDINDO 30X30	18,50	925,00

29.	50	15319	UND	GLOBAL	CAIXA DE MDF, TIPO CAIXA DE SAPATO, MEDINDO 40X40	22,20	1.110,00
30.	42	12975	UNID	CLASSE	CALCULADORA, DIGITAL, PORTÁTIL, CAPACIDADE 12 DÍGITOS, COM 04 FUNÇÕES BÁSICAS, RAIZ QUADRADA, PORCENTAGEM, CORREÇÃO PARCILA E TOTAL, INVERSÃO DE SINAIS, MEMÓRIA, BATERIA E LUZ SOLAR. REGISTRO DO INMETRO. UNIDADE	10,73	450,66
31.	37	10782	UND	MASTERPRINT	CANETA CORRETIVA PONTA METALICA COBERTURA SOBRE TODOS OS TIPOS DE ESCRITA SECAGEM INSTANTANEA 6 ML.	1,59	58,83
32.	09	10783	CX	BIC	CANETA ESFEROGRAFICA BICO FINO AZUL CAIXA COM 50 UNIDADES	30,00	270,00
33.	03	10784	CX	BIC	CANETA ESFEROGRAFICA BICO FINO PRETA. CAIXA COM 50 UNIDADES	30,00	90,00
34.	16	10785	CX	BIC	CANETA ESFEROGRAFICA BICO FINO VERMELHA. CAIXA COM 50 UNIDADES	30,00	480,00
35.	399	12978	CX	BIC	CANETA, ESFEROGRÁFICA, AZUL, ESCRITA FINA, CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, COMPRIMENTO APROXIMADO 140 MM , GRAVADO CNO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. CARGA: TUBO PLÁSTICO APROXIMADO DE 130,5 MM, ESFERA EM TUNGSTÊNIO. CAIXA	30,00	11.970,00
36.	180	16786	CX	BIC	CANETA, ESFEROGRÁFICA, PRETA, ESCRITA FINA, CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, COMPRIMENTO APROXIMADO 140 mm , GRAVADO CNO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. CARGA: TUBO PLÁSTICO APROXIMADO DE 130,5 mm, ESFERA EM TUNGSTÊNIO. CAIXA	30,00	5.400,00
37.	85	12980	CX	BIC	CANETA, ESFEROGRÁFICA, PRETA, ESCRITA GROSSA, CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, COMPRIMENTO APROXIMADO 140 MM , GRAVADO CNO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. CARGA: TUBO PLÁSTICO APROXIMADO DE 130,5 MM, ESFERA EM TUNGSTÊNIO. CAIXA	30,00	2.550,00
38.	05	12981	CX	BIC	CANETA, ESFEROGRÁFICA, VERMELHA, ESCRITA GROSSA, CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, COMPRIMENTO APROXIMADO 140 MM , GRAVADO CNO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. CARGA: TUBO PLÁSTICO APROXIMADO DE 130,5 MM, ESFERA EM TUNGSTÊNIO. CAIXA	30,00	150,00
39.	50	21066	UNID	USA	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO FOLHA A4, EM PLASTICO TRANSPARENTE	0,26	13,00
40.	3.597	10795	UND	ALOFORM	CARTOLINA CORES DIVERSAS 180G/M² C=730MM X L = 550 MM.	0,33	1.187,01
41.	50	12991	UNID	ELGIN	CD-RW, VIRGEM, 12 X, 700 MB DADOS / 80 MIN. AUDIO, LACRADO EM EMBALAGEM DE PAPEL INDIVIDUAL – CAPACIDADE PARA ARMAZENAGEM DE 700 MEGABYTES DE DADOS, OU 80 MINUTOS DE AUDIO. – SUPORTAR GRAVAÇÃO DE4X A 12 X. - FACE NÃO GRAVÁVEL FOSCA COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE, VELOCIDADE MÁXIMA DE GRAVAÇÃO E ESPAÇO PARA ESCRITA DE CONTEÚDO GRAVADO COM CANETA APROPRIADA.	1,94	97,00
42.	248	10801	CX	PIRATININGA	COLA BRANCA ESCOLAR PLASTICA EM EMULSAO DE PRIMEIRA LINHS COM BAIXO TEOR DE AGUA PARA COLAR PAPEL MADEIRA COURO E TECIDO EM TUBO CONTENDO APROXIMADAMENTE 90G. CX COM 12 UNIDADES	9,30	2.306,40
43.	210	10803	UNID	ACRILEX	COLA GLITER BICO ECONOMICO ATOXICA LAVAVEL COMPOSICAO: RESINA DE PVA GLITER E CONSERVANTE TIPO BENZOTIAZOL FRASCO DE 35 GRAMAS CORES A ESCOLHER	2,44	512,40
44.	05	16825	UNID	KOALA	COLA PARA ISOPOR	0,87	4,35
45.	11	12996	UNID	PIRATININGA	COLA, LÍQUIDA, A BASE DE P.V.A., BRANCA, PARA USO EM PAPEL, CERÂMICA, TECIDO, ARTESANATO. EMBALAGEM: FRASCO PLÁSTICO COM 500 GR COM BICO ECONOMIZADOR, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO	3,33	36,63
46.	79	12995	UNID	KOALA	COLA, LÍQUIDA, A BASE DE P.V.A., BRANCA, PARA USO EM PAPEL, CERÂMICA, TECIDO, ARTESANATO. EMBALAGEM: FRASCO PLÁSTICO COM 40 GR COM BICO ECONOMIZADOR, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO	0,52	41,08
47.	200	10808	UNID	DAC	CRACHA TRANSPARENTE COM PRENDEDOR TIPO JACARE. UNIDADE	0,78	156,00
48.	1.000	16807	UNID	VMP	E.V.A COLORIDAS	1,05	1.050,00
49.	203	10810	UNID	CORRENTE	ELASTEC BRANCO COM 10 METROS	0,67	136,01
50.	1.200	13002	UNID	CROMUS	EMBALAGEM PARA PRESENTE TAMANHO GRANDE 60 x 90 cm	3,26	3.912,00
51.	50	11013	M	GIANNINI	ENCORDAMENTO DE VIOLÃO	19,00	950,00
52.	1.880	10814	UNID	SCRITY	ENVELOPE DE PAPEL TIPO SACO COM TAMPA COR OURO GRAMATURA 80 G/M2 MEDINDO APROXIMADAMENTE 18,5 CM X 25,5 CM. UNIDADE	0,11	206,80
53.	3.280	10813	UNID	SCRITY	ENVELOPE DE PAPEL TIPO SACO COM TAMPA COR OURO GRAMATURA 80 G/M2 MEDINDO APROXIMADAMENTE 24 CM X 34 CM. UNIDADE	0,19	623,20
54.	2.050	13004	UNID	SCRITY	ENVELOPE MÉDIO	0,11	225,50
55.	50	15239	UNID	SCRITY	ENVELOPE PEQUENO SEM TIMBRE EM PAPEL KRAF OURO GRAMATURA 80 G/M² DIMENSÕES 110 X 225 MM. UNIDADE	0,06	3,00
56.	24	10816	PCT	USA	ESPIRAL ENCADERNACAO 14MM PRETO CAPACIDADE 85 FOLHAS PACOTE COM 50 UNIDADES COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANEIS (MINIMO)	7,57	181,68
57.	01	21067	PCT	USA	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO 17 MM, PRETO, CAP. 120 FOLHAS, PCT. C/50 UM, COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANÉIS(MÍNIMO).	8,33	8,33
58.	24	15345	PCT	USA	ESPIRAL ENCADERNACAO 17MM PRETO CAPACIDADE 85 FOLHAS PACOTE COM 50 UNIDADES COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANEIS (MINIMO)	8,33	199,92
59.	24	10817	PCT	USA	ESPIRAL ENCADERNACAO 20MM PRETO CAPACIDADE 150 FOLHAS PACOTE COM 50 UNIDADES COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANEIS (MINIMO)	9,25	222,00
60.	24	15346	PCT	USA	ESPIRAL ENCADERNACAO 23MM PRETO CAPACIDADE 85 FOLHAS PACOTE COM 50 UNIDADES COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANEIS (MINIMO)	9,25	222,00
61.	12	15347	PCT	USA	ESPIRAL ENCADERNACAO 29MM PRETO CAPACIDADE 85 FOLHAS PACOTE COM 50 UNIDADES COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANEIS (MINIMO)	14,80	177,60
62.	01	21068	PCT	USA	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO 29MM, PRETO, CAP. 200 FOLHAS, PCT. C/50 UM, COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANÉIS(MÍNIMO).	14,80	14,80
63.	12	15348	PCT	USA	ESPIRAL ENCADERNACAO 33MM PRETO CAPACIDADE 85 FOLHAS PACOTE COM 50 UNIDADES COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANEIS (MINIMO)	22,20	266,40
64.	22	16802	PCT	USA	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO 17MM. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	14,80	325,60
65.	22	16803	PCT	USA	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO 29MM. EMBALAGEM COM 36 UNIDADES	14,80	325,60
66.	10	16793	KG	CATARINENSE	FIBRA SILICONIZADA, POR KILO	33,00	330,00
67.	80	10821	UNID	INFORNS	FILME PLASTICO AUTO ADESIVO CONTACT TRANSPARENTE E CORES DIVERSAS 45 CM X 25 M VULCAN ROLO COM 25M.	33,00	2.640,00
68.	23	2821	UNID	ADELBRAS	FITA CREPE	0,70	16,10
69.	100	13013	UNID	NAJAR	FITA DE CETIM Nº 01 FACE DUPLA CORES DIVERSAS. ROLO COM 100 M X 6 MM.	9,40	940,00

70.	260	13011	UNID	ADELBRAS	FITA, ADESIVA EM PVC TRANSPARENTE, DIMENSÕES 50 MM X 50M. UNIDADE	2,52	655,20
71.	393	15213	UNID	ADELBRAS	FITA, ADESIVA, CREPE, NA COR BEGE, DIEMNSÃO 19 MM X 50 M EMBALAGEM: ROLO INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO	2,68	1.053,24
72.	10	15214	UNID	CORRENTE	FITA, MÉTRICA, PLASTIFICADA, MILIMETRADA, ESCALA 0 A 100 CM, DIVISÃO 1 CM. UNIDADE	1,41	14,10
73.	05	15241	UNID	WORKER	FITA, MÉTRICA, PLASTIFICADA, MILIMETRADA, ESCALA01 a 05 METROS, DIVISÃO 1 CM. UNIDADE	10,00	50,00
74.	2.382	10827	UIND	VMP	FOLHA DE E.V.A DIVERSAS CORES 45X60,2MM. UNIDADE	1,12	2.667,84
75.	200	16784	UNID	VMP	FOLHA DE EVA. CORES DIVERSAS. DIMENSÃO 400MM X 500MM. ESPESSURA 1,6MM. PRODUTO NÃO TÓXICO	1,12	224,00
76.	360	10828	UNID	PIRATININGA	GIZ DE CERA GRANDE COLORIDO COM 12 CORES. UNIDADE	1,57	565,20
77.	37	10829	UNID	CLASSE	GRAMPEADOR COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MÍNIMO 50 FOLHAS. UNIDADE	20,17	746,29
78.	14	13018	UNID	JOCAR	GRAMPEADOR, TIPO ALICATE, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ NO MÍNIMO 15 (QUINZE) FOLHAS DE PAPEL 75 GR/M2, COMPATÍVEL COM GRAMPO 26/6, CORPO ANATÔMICO. UNIDADE	12,51	175,14
79.	06	15252	CX	WORKER	GRAMPO, PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, TAMANHO 106/6. EMBALAGEM: CAIXA COM 5000 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	9,58	57,48
80.	10	13021	CX	INFORNS	HOLERITES 235 MM X 140 MM C/ 2000 JOGOS 02 VIAS NA COR VERDE	106,95	1.069,50
81.	147	10834	UNID	ANASTACIO	IMA PARA QUADRO MAGNETICO COM 06 MM DE ESPESSURA ROLO COM 01 METRO	2,78	408,66
82.	05	21101	UNID	GINASTIC	JOGO DE FUTEBOL DE BOTAO MATERIAL EM MDF	143,00	715,00
83.	30	10836	UNID	CLUB	LA DE ALGODAO DE ESPESSURA MEDIANA EMBALAGEM DE PLASTICO COM ROTULO DE PAPELAO CONTENDO A IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE ROLO COM 100 METROS DIVERSAS CORES. ROLO	2,75	82,50
84.	1.155	10839	CX	LABRA	LAPIS DE COR DE PROCEDENCIA NACIONAL ALTA QUALIDADE APONTADO MEDINO 175 MM APROXIMADAMENTE CAIXA COM 12 CORES.	3,00	3.465,00
85.	208	10840	CX	MULTICOLOR	LAPIS PRETO MATERIAL CORPO MADEIRA MINIMO 170 MM DE DIAMETRO DUREZA CARGA HB-2 FORMATO CORPO SEXTAVADO CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ENVERNIZADO E APONTADO MATERIAL CARGA GRAFITE 2MM EM CAIXA CONTENDO 144 UNIDADES.	33,30	6.926,40
86.	31	15231	UNID	GUEDES	MURAL, ALUMINIO DE 8MM, FUNDO EM CORTICA DE 5 MM, COM ACABAMENTO DE ALUMINIO, DIMENSOES 1,00 X 1,50 M. UNIDADE	200,00	6.200,00
87.	53	10846	UNID	IBEL	PAINEL DE BOAS VINDAS. KIT	10,18	539,54
88.	47	10847	UNID	IBEL	PAINEL E.V.A. ANIVERSARIANTE. KIT	10,18	478,46
89.	215	10849	PCT	JUNCO	PALITO P/ PICOLÉ DE MADEIRA PCT C/ 100 UNIDADES.	1,85	397,75
90.	251	10850	PCT	MAXIMA	PAPEL ALMAÇO PAUTADO, COM MARGEM, ALTA ALVURA, DIMENSÕES APROXIMADAS 210 X 310 MM, DOBRADO AO MEIO, GRAMATURA 56 G. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, PCT COM 10 FOLHAS.	0,56	140,56
91.	12	11005	ROLO	SAFRA	PAPEL BOB KRAFT 120 CM	111,00	1.332,00
92.	265	10852	PCT	VMP	PAPEL CAMURCA 48CM X 60CM PACOTE COM 25 UNIDADES DIVERSAS CORES	11,95	3.166,75
93.	1.320	15402	UNID	FORPAL	PAPEL CARTÃO, DIVERSAS CORES, 250 g/m2, DIMENSÕES 66 x 96 cm. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	2,16	2.851,20
94.	30	13114	RL	VMP	PAPEL CONTACT MARRON ROLO 25 MTS	105,00	3.150,00
95.	50	16815	MT	INFORNS	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE MT	1,49	74,50
96.	235	10856	PCT	VMP	PAPEL CREPOM 48 CM X 2 M. PCT COM 10 FOLHAS. DIVERSAS CORES	4,70	1.104,50
97.	02	21104	UNID	IBEL	PAPEL E.V.A. ANIVERSARIANTE KIT	10,18	20,36
98.	10	10859	CX	HARDCOPY	PAPEL HICTOGRÁFICO COM MATRIZ, COM ESCALA, ROXO, PARA IMPRIMIR 100 (CEM) CÓPIAS. CX COM 100 UNIDADES	40,70	407,00
99.	04	13063	ROLO	SAFRA	PAPEL KRAFT, PARDO E RESISTENTE, BOBINADO, GRAMATURA 80 G/M2, LARGURA 1200 MM. EMBALAGEM: BOBINA COM 50 KG, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	268,25	1.073,00
100.	155	10860	PCT	VMP	PAPEL LAMINADO DIVERSAS CORES, FORMATO 48 X 60 CM. PCT COM 50 UNIDADES.	28,50	4.417,50
101.	140	10862	PCT	INFORNS	PAPEL LEMBRETE AMARELO C/ ADESIVO MEDINDO 50 X 40MM PACOTE COM 600 FOLHAS. PACOTE	5,64	789,60
102.	75	10861	PCT	INFORNS	PAPEL LEMBRETE AMARELO C/ ADESIVO MEDINDO 90 X 80MM PACOTE COM 600 FOLHAS. PACOTE	15,06	1.129,50
103.	175	10863	PCT	TILIBRA	PAPEL LEMBRETE CORES DIVERSAS MEDINDO 90 X 80MM PACOTE COM 600 FOLHAS. PACOTE	7,86	1.375,50
104.	03	13037	CX	RADEX	PAPEL, CARBONO, PARA ESCRITA MANUAL, NA COR PRETA, DIMENSAO 215 X 315 MM. EMBALAGEM: CAIXA COM 100 FOLHAS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FAB74.RICANTE.	18,32	54,96
105.	38	13062	CX	MASTERPRINT	PAPEL, FOTOGRÁFICO, ULTRA BRILHO, DIMENSÕES DE de 210 x 297 mm, FORMATO A4, GRAMATURA de 220 g/m2. EMBALAGEM: CAIXA COM 50 FOLHAS.	14,80	562,40
106.	01	10868	UNID	FRAMA	PASTA A-Z LOMBADA LARGA, TAMANHO OFÍCIO, COM BOLSA PLÁSTICA TRANSPARENTE, CANTONEIRAS REFORÇADAS EM METAL, FERRAGEM CROMADA E ÍNDICE ALFABÉTICO.	5,70	5,70
107.	65	10872	UNID	ALAPLAST	PASTA ELÁSTICA POLIAONDA CORES DIVERSAS 2 CM. UNIDADE	1,76	114,40
108.	20	21073	UNID	POLIBRAS	PASTA, DOCUMENTO, EM PVC, COM ABA E ELASTICO, DIMENSOES 245 X 335 X 30 MM, COR AZUL.	2,31	46,20
109.	322	13076	UNID	DELLO	PASTA, SUSPENSA, EM PAPEL CARTÃO MARMORIZADO E PLASTIFICADO GRAMATURA MINIMA 350 G/M2, COR MARRON, DIMENSOES 235 X 360 MM, PODENDO VARIAR EM ATE + 5%, PRENDEDOR MACHO E FEMEA EM PLASTICO, VISOR EM PLASTICO TRANSPARENTE E ETIQUETA PARA IDENTIFICAÇÃO, COM MÍNIMO 06 (SEIS) POSIÇÕES PARA ALOJAMENTO DO VISOR, PONTEIRAS PARA ARQUIVAMENTO EM METAL COM ACABAMENTO EM ILHOS NAS EXTREMIDADES SUPERIORES, TERMINAIS DAS EXTREMIDADES EM PLÁSTICO REFORÇADO. UNIDADE	1,37	441,14
110.	12	3176	UNID	JOCAR	PERFURADOR DE PAPEL	5,51	66,12
111.	42	10878	CX	PILOT	PINCEL ATOMICO COM PONTA QUADRADA 1100-P NA COR AZUL CAIXA COM 12 UNIDADES	30,64	1.286,88

112.	32	10879	CX	PILOT	PINCEL ATOMICO COM PONTA QUADRADA 1100-P NA COR PRETA CAIXA COM 12 UNIDADES	30,64	980,48
113.	37	10880	CX	PILOT	PINCEL ATOMICO COM PONTA QUADRADA 1100-P NA COR VERDE CAIXA COM 12 UNIDADES	30,64	1.133,68
114.	37	10881	CX	PILOT	PINCEL ATOMICO COM PONTA QUADRADA 1100-P NA COR VERMELHA CAIXA COM 12 UNIDADES	30,64	1.133,68
115.	125	10882	UNID	GOLLER	PINCEL CHATO DE MADEIRA COM CERDAS MACIAS NOME DO FABRICANTE NA EXTENSAO DA MADEIRA Nº 08. UNIDADE	1,18	147,50
116.	05	16819	UNID	GOLLER	PINCEL DE CERDAS Nº 1	1,00	5,00
117.	05	11001	UNID	GOLLER	PINCEL DE CERDAS Nº 20	3,13	15,65
118.	05	11002	UNID	GOLLER	PINCEL DE CERDAS Nº 24	4,07	20,35
119.	157	13100	UNID	GOLLER	PINCEL, COM CERDAS DE NYLON, CABO DE MADEIRA, BASE ACHATADA, Nº 8. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE	1,18	185,26
120.	157	13099	UNID	GOLLER	PINCEL, COM CERDAS DE NYLON, CABO DE MADEIRA, BASE ARREDONDADA, Nº 2. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE	1,00	157,00
121.	153	13101	UNID	PILOT	PINCEL, PARA QUADRO BRANCO, COR PRETA, RECARREGÁVEL, PONTA INDEFORMÁVEL, FÁCIL DE APAGAR SEM DEIXAR RESÍDUOS, GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABBRICANTE, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 10 (DEZ) CENTÍMETROS. UNIDADE	5,14	786,42
122.	35	10893	UNID	YENS	PORTA CD EM MATERIAL SINTETICO COM CAPACIDADE PARA 40 UNIDADES DE CD. UNIDADE	14,80	518,00
123.	44	10892	UNID	WALEU	PORTA LAPIS CANETAS E CLIPS MATERIAL ACRILICO. UNIDADE	6,31	277,64
124.	35	10895	UNID	WALEU	PORTA RASCUNHO MATERIAL ACRILICO. UNIDADE	6,31	220,85
125.	105	10896	UNID	WALEU	PRANCHETAEM ACRILLICO TAMANHO OFICIO. UNIDADE	8,42	884,10
126.	04	16839	UNID	STALO	PRANCHETA DE MADEIRA OU PLASTICO RESISTENTE	2,04	8,16
127.	320	10897	PCT	GLITTER	PURPURINA PACOTE COM 50 GRAMAS DIVERSAS CORES	27,00	8.640,00
128.	26	10902	UNID	WALEU	REGUA PLASTICA TRANSPARENTE MEDINDO 30 CM	0,41	10,66
129.	79	10903	UNID	PARANA	RELOGIO DE PAREDE A PILHA COM MECANISMO DE QUARTZO CAIXA METALICA COM ARO CROMADO E VIDRO DE PROTECAO COR A ESCOLHER MEDINDO APROXIMADAMENTE 26 CM DE DIAMETRO	32,00	2.528,00
130.	09	15267	UNID	PARANA	RELOGIO, DE PAREDE, FORMATO REDONDO, DIAMETRO 280 MM, COM MOLDURA PLASTICA, RESISTENTE, COR BRANCA, VISOR EM PLASTICO CRISTAL, ALGARISMOS ARABICOS, ACABAMENTO FOSFORESCENTE ALIMENTACAO 01 PILHA 1,5 V DE TAMANHO AA, COM TOLERANCIA DE VARIACAO DIMENSIONAL + - 10%. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	32,00	288,00
131.	35	10906	UNID	JOCAR	TESOURA ESCOLAR PEQUENA, LÂMINA EM AÇO INOX E CABO PLÁSTICO, SEM PONTA, CORES DIVERSAS, MEDINDO ENTRE 14 CM E 15 CM.	1,17	40,95
132.	09	13106	UNID	MASTERPRINT	TESOURA PARA PICOTAR, 21 CM, EM AÇO INOX E CABO REVESTIDO EM P.V.C. FORMATO ANATÔMICO. UNIDADE	32,75	294,75
133.	318	10908	UNID	PIRATININGA	TINTA GUACHE EM CORES DIVERSAS EMBALAGEM COM 250 ML. UNIDADE	2,13	677,34
134.	455	10911	UNID	ACRILEX	TINTA PARA TECIDOS A BASE DE RESINA ACRILICA NAO TOXICA E RESISTENTE A AGUA CORES DIVERSAS EMBALAGEM COM 250 ML. UNIDADE	11,04	5.023,20
135.	400	15268	CX	PIRATININGA	TINTA, GUACHE, COM 4 CORES. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE	1,70	680,00
TOTAL:							**190.266,32**

II – Empresa CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI - EPP:

ITEM	QTDE.	CÓD.	UNIDADE	MARCA	DESCRIÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1.	210	10765	UNID	HIGYE	ALGODAO HIDROFILO EM BOLAS PACOTE COM 200 G	9,50	1.995,00
2.	35	15207	UNID	JAPAN	ALMOFADA, PARA CARIMBO, EM TECIDO, ENTINTADA NA COR PRETA, ESTOJO PLASTICO, DIMENSOES: COMPRIMENTO MINIMO 11,0 CM E MAXIMO 13,0 CM X LARGURA MINIMA 7,0 CM E MAXIMA 10,0 CM. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	2,15	75,25
3.	02	21099	UNID	ESTRELA	BANCO IMOBILIARIO	78,00	156,00
4.	400	21063	UNID	STYROFORM	BOLA DE ISOPOR 15CM DIAMETRO	0,30	120,00
5.	400	21064	UNID	STYROFORM	BOLA DE ISOPOR 30CM DIAMETRO	0,99	396,00
6.	50	15209	UNID	CLASSE	BOLA PARA JOGAR TÊNIS	7,50	375,00
7.	05	12970	UNID	STILUS	BOLSA DE LONA NA COR PRETA COM BOLSOS LATERAIS E ALÇA RESISTENTE. TAMANHO: 50 X 30 X 15 CM. UNIDADE	58,00	290,00
8.	252	10777	CX	RED BOR	BORRACHA – BRANCA E MACIA 60 – CX C/ 40 UNIDADES	6,98	1.758,96
9.	110	12972	UNID	GOLLER	BORRACHA VERDE PARA APAGAR TINTA DE CANETA E LÁPIS. ATÓXICA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO INMETRO.	0,38	41,80
10.	5	15205	UNID	JOTT PLAY	BRINQUEDOS LÚDICOS INFANTIL	16,90	84,50
11.	1.005	15339	UND	FORONI	CADERNO BROCHURA DE CALIGRAFIA 40 FOLHAS FORMATO 203 X 145, UNIDADE.	0,79	793,95
12.	1.000	10779	UND	FORONI	CADERNO BROCHURA PARA DESENHO 40 FOLHAS FORMATO 202 X 148 MM.	0,77	770,00
13.	105	10780	UND	FORONI	CADERNO CAPA DURA GRANDE COM ESPIRAL DE FERRO COM 200 FOLHAS GRAMATURA DE 50G/M². UNIDADE	7,30	766,50
14.	121	12973	UNID	FORONI	CADERNO, COM ESPIRAL, EM ARAME, CAPA DURA, 01 MATÉRIA, 200 FOLHAS, DIMENSÕES 200X 275MM.	7,30	883,30
15.	34	15325	UND	STALO	CAIXA DE MDF TIPO BAU, GRANDE	70,00	2.380,00
16.	30	15324	UND	STALO	CAIXA DE MDF TIPO BAU, MEDIA / GRANDE	45,00	1.350,00
17.	30	15323	UND	STALO	CAIXA DE MDF TIPO BAU, MEDIA NORMAL	45,00	1.350,00
18.	30	15322	UND	STALO	CAIXA DE MDF TIPO BAU, MEDIA/PEQUENA	35,00	1.050,00
19.	30	15321	UND	STALO	CAIXA DE MDF TIPO BAU, PEQUENA	35,00	1.050,00

20.	30	15326	UND	STALO	CAIXA DE MDF, TIPO GAVETEIRO COM 4 GAVETAS E DIVISORIAS	98,00	2.940,00
21.	75	15330	UND	SÃO CARLOS	CAIXA DE PAPELAO ONDULADO PARA ARQUIVO MODELO EG - PARDO - (TAMPA/FUNDO) C:450 x L:365 x A:265 MM - (PACOTE C/5 UNIDS) - UTILIZADA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE ARQUIVOS, DOCUMENTOS	7,25	543,75
22.	25	15332	UNID	FRAMA	CAIXA DE PAPELAO ONDULADO PARA ARQUIVO MODELO GG - PARDO - (TAMPA/FUNDO) C:420 x L:330 x A:280 MM - (PACOTE C/05 UNIDS) - UTILIZADA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE ARQUIVOS, DOCUMENTOS	29,95	748,75
23.	25	15331	UND	FRAMA	CAIXA DE PAPELAO ONDULADO PARA ARQUIVO MODELO PP (TAMPA/FUNDO) - PARDO - C:340 x L:280 x A:145 MM - (PACOTE C/10 UNIDS) - UTILIZADA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE ARQUIVOS, DOCUMENTOS	35,00	875,00
24.	140	10781	UND	SÃO CARLOS	CAIXA DE PAPELAO PARA ARQUIVO MORTO REFORCADA (ESPESSURA MINIMA 03 MM) MONTAVEL. UNIDADE	1,39	194,60
25.	20	15337	UND	POLICART	CAIXA ORGANIZADORA COMPRIMENTO: 50 cm, LARGURA: 30 cm, ALTURA: 20,5 cm CORES DIVERSAS.	15,99	319,80
26.	120	21074	UNID	SÃO CARLOS	CAIXA PAPELÃO PARA ARQUIVO MORTO, REFORÇADA (ESPESSURA MÍNIMA 03 MM), MONTÁVEL. UNIDADE COM 50 PAPELÃO.	72,50	8.700,00
27.	92	13074	UNID	SÃO CARLOS	CAIXA, ARQUIVO, PARA DOCUMENTO, EM PAPELAO ONDA SIMPLES, IMPRESSAO EM 3 LADOS PARA IDENTIFICACAO, DIMENSOES MINIMAS 340 X 240 X 130 MM.	1,45	133,40
28.	02	12976	UNID	MASTERPRINT	CALCULADORA, DIGITAL, PORTÁTIL, CAPACIDADE 08 DÍGITOS, COM 04 FUNÇÕES BÁSICAS, RAIZ QUADRADA, PORCENTAGEM, CORREÇÃO PARCILA E TOTAL, INVERSÃO DE SINAIS, MEMÓRIA, BATERIA E LUZ SOLAR. REGISTRO DO INMETRO. UNIDADE	6,90	13,80
29.	45	15463	UNID	COMPACTOR	CANETA COMPACTOR Nº 07 DIVERSAS CORES	0,68	30,60
30.	73	10786	CX	LYKE	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE (AMARELO,LARANJA,VERDE, ROSA) ESCRITA MACIA A BASE DAQUA DE ALTA QUALIDADE CAIXA COM 12 UNIDADES	8,28	604,44
31.	22	10787	UND	MAXPRINT	CANETA MARCADORA (PERMANENTE) PARA CD E DVD COM PONTA EM POLIESTER DE 2 MM TINTA A BASE DE ALCOOL OU OLEO DE SECAGEM RAPIDA RESISTENTE A AGUA LUZ E UMIDADE. COR PRETA OU AZUL	1,20	26,40
32.	60	10788	UND	ACRILEX	CANETA PARA TECIDO ACRILPEN DIVERSAS CORES. UNIDADE	2,99	179,40
33.	32	16787	CX	MASTERPRINT	CANETA, HIDROGRÁFICA, PONTA MÉDIA, CARGA NÃO TÓXICA, CORPO EM METAL PLÁSTICO, GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. EMBALAGEM COM 12 UNIDADES, 12 CORES, ACONDICIONADAS EM ESTOJO PLÁSTICO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. UN FORNECIMENTO: JOGO	2,30	73,60
34.	430	10790	PCT	MASTERPRINT	CANETINHA HIDROCOR COM 12 UNIDADES PONTA FIRME A BASE D AGUA NAO TOXICA.	2,30	989,00
35.	82	10791	PCT	BICAO	CANUDO PARA REFRIGERANTE PACOTE COM 500 UNIDADES	3,99	327,18
36.	50	21065	UNID	LASSANE	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO FOLHA A4, EM PLASTICO, NA COR AZUL OU PRETA	0,19	9,50
37.	42	10792	PCT	LASSANE	CAPA PLASTICA PRETA VERSO PARA ENCADERNACAO TAMANHO 210 X 297 MM PACOTE COM 100 UNIDADES	18,85	791,70
38.	42	10793	PCT	LASSANE	CAPA PLASTICA TRANSPARENTE FRENTE PARA ENCADERNACAO TAMANHO 210 X 297 MM PACOTE COM 100 UNIDADES	24,95	1.047,90
39.	66	10796	PCT	MAXPRINT	CD-R COM CAPACIDADE PARA 4,7GB LOGOMARCA IMPRESSA NA MIDIA EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	32,00	2.112,00
40.	89	10797	CX	NEW	CLIPS ARAME DE ACO NIQUELADO Nº 00 EM CAIXA CONTENDO 725 (SETECENTOS E VINTE E CINCO) UNIDADES	6,89	613,21
41.	26	10798	CX	NEW	CLIPS ARAME DE ACO NIQUELADO Nº 04 EM CAIXA CONTENDO 500 (QUINHENTAS) UNIDADES	6,89	179,14
42.	20	10799	CX	NEW	CLIPS ARAME DE ACO NIQUELADO Nº 08 EM CAIXA CONTENDO 137(CENTO E TRINTA E SETE) UNIDADES	6,89	137,80
43.	122	12992	CX	NEW	CLIPS PARA PAPEL, EM AÇO NIQUELADO, NÚMERO 2/0 EMBALAGEM: 500GR, CONTENDO DADOS DO FABRICANTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA	6,80	829,60
44.	97	12993	CX	NEW	CLIPS PARA PAPEL, EM AÇO NIQUELADO, NÚMERO 3/0 (TRES). EMBALAGEM: 500GR, CONTENDO DADOS DO FABRICANTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA	6,80	659,60
45.	72	15199	CX	NEW	CLIPS PARA PAPEL, EM AÇO NIQUELADO, NÚMERO 6/0 (SEIS). EMBALAGEM: 500GR, CONTENDO DADOS DO FABRICANTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA	6,80	489,60
46.	125	10800	UND	PIRATININGA	COLA BRANCA ATOXICA. EMBALAGEM DE 1 LITRO	5,45	681,25
47.	130	10804	CX	PIRATININGA	COLA LIQUIDA COLORIDA ATOXICA LAVAVEL COMPOSICAO: RESINA DE PVA E PIGMENTOS CAIXA COM 06 FRASCOS DE 23 GRAMAS CADA CORES DIVERSAS	3,10	403,00
48.	148	13111	UNID	PIRATININGA	COLA PARA EVA. EMBALAGEM COM 90 ML, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE.	1,60	236,80
49.	142	12999	UNID	KOALA	COLA PARA ISOPOR. EMBALAGEM COM 90 ML, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE.	2,10	298,20
50.	1.350	10805	UNID	RENDICOLA	COLA PARA PISTOLA DE COLA QUENTE (FINA). UNIDADE	0,29	391,50
51.	1.450	10806	UNID	RENDICOLA	COLA PARA PISTOLA DE COLA QUENTE (GROSSA) UNIDADE	0,62	899,00
52.	1.024	12997	UNID	RENDICOLA	COLA, A BASE DE SILICONE, EM BASTÃO TIPO VELAS, DIMENSÃO 1/2 POLEGADAS X 300 MM, PARA APLICAÇÃO EM PISTOLA ELÉTRICA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	0,29	296,96
53.	472	12998	UNID	RENDICOLA	COLA, A BASE DE SILICONE, EM BASTÃO TIPO VELAS, DIMENSÃO 3/8 POLEGADAS X 300 MM, PARA APLICAÇÃO EM PISTOLA ELÉTRICA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	0,58	273,76
54.	60	15401	UNID	KOALA	COLA, LÍQUIDA GLITER A BASE DE P.V.A., CORES VARIADAS, PARA USO EM PAPEL, CERÂMICA, TECIDO, ARTESANATO. EMBALAGEM: FRASCO PLÁSTICO COM 35 GR COM BICO ECONOMIZADOR, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO	0,60	36,00
55.	67	10807	UNID	MASTERPRINT	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, FRASCO DE 18 ML, COM SELO DO INMETRO.	0,68	45,56
56.	100	15237	UNID	MAXPRINT	DVD+R, 16 X, 4.7 GB DADOS / 120 MIN. VIDEO (SP). EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM ENVEOLPE DE PAPEL OU PAPELÃO. - PADRÃO DVD+R (MAIS R) – CAPACIDADE PARA GRAVAÇÃO DE 4.7 GB DE DADOS, OU 120 MINUTOS DE VÍDEO EM QUALIDADE SP. – VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO ATÉ 16 X – FACE NÃO GRAVÁVEL FOSCA COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE E VELOCIDADE MÁXIMA DE GRAVAÇÃO E ESPAÇO PARA ESCRITA CONTEÚDO GRAVADO COM CANETA APROPRIADA. UNIDADE	0,90	90,00
57.	120	10809	UNID	MAXPRINT	DVD-R, GRAVÁVEL COM CAPACIDADE PARA 4,7GB, LOGOMARCA IMPRESSA NA MÍDIA. UNIDADES.	0,90	108,00
58.	508	7691	PCT	RED BOR	ELASTICO ESPECIAL LATEX PARA ESCRITORIO N 08	1,50	762,00
59.	152	15238	PCT	RED BOR	ELÁSTICO REDONDO BORRACHÓIDE AMARELO. EMBALAGEM: PACOTE CONTENDO 1000 GR.	18,38	2.793,76
60.	2.460	10812	UNID	FORONI	ENVELOPE DE PAPEL TIPO OFICIO/CARTA COM TAMPA COR BRANCA MEDINDO APROXIMADAMENTE 11,5 X 23 CM. UNIDADE	0,05	123,00

61.	110	15212	UNID	FORONI	ENVELOPE, GRANDE, SEM TIMBRE, EM PAPEL KRAF OURO, GRAMATURA 80 G/M², DIMENSOES 260 X 360 MM. UNIDADE	0,21	23,10
62.	29	15343	PCT	LASSANE	ESPIRAL ENCADERNACAO 09 MM PRETO CAPACIDADE 50 FOLHAS PACOTE COM 50 UNIDADES COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANEIS (MINIMO)	3,00	87,00
63.	01	21069	PCT	LASSANE	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO 09 MM, PRETO, CAP. 40 FOLHAS, PCT. C/50 UM, COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANÉIS(MÍNIMO).	3,00	3,00
64.	24	15344	PCT	LASSANE	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO 12 MM, PRETO, CAP. 60 FOLHAS, PCT. C/50 UM, COMPRIMENTO 300 MM X 30 ANÉIS(MÍNIMO).	5,00	120,00
65.	22	16801	PCT	LASSANE	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO 9MM. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	6,00	132,00
66.	81	10818	UNID	MASTERPRINT	ESTILETE LAMINA ESTREITA. UNIDADE	0,65	52,65
67.	60	10819	UNID	MASTERPRINT	ESTILETE LAMINA LARGA CORPO PLASTICO COM DIMENSÕES APROXIMADAMENTE DE 18 X 105 MM. UNIDADE	0,89	53,40
68.	05	15240	UNID	MASTERPRINT	ESTILETE LARGO, CORPO PLASTICO, LAMINA LARGA DIVIDIDA, COM DIMENSOES APROXIMADAS DE DE 18 X 105 MM, COM CABO ANATOMICO E DISPOSITIVO DE TRAVA NA POSICAO ESCOLHIDA. UNIDADE	0,89	4,45
69.	88	13009	UNID	CLAIR	ETIQUETA DE PREÇO GRANDE	2,99	263,12
70.	89	10820	UNID	JAPAN	EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPATULA INOXIDAVEL MEDINDO DE 14 CM A 16 CM DE COMPRIMENTO POR APROXIMADAMENTE 10,5 CM DE LARGURA TOTALMENTE LISO SEM ASPEREZAS EM SUAS EXTREMIDADES.	0,87	77,43
71.	60	16792	M	ESTILOTEX	FELTRO EM METRO, DIVERSAS CORES	12,80	768,00
72.	85	10822	PCT	ADELBRAS	FITA ADESIVA DUPLA FACE POLIPROPILENO TRANSPARENTE 12MM X 30M. PACOTE COM 08 UNIDADES	23,20	1.972,00
73.	255	10823	UIND	JOCAR	FITA ADESIVA TRANSPARENTE ROLO MEDINDO APROXIMADAMENTE 45MM X 45M.	1,79	456,45
74.	180	10824	UNID	ADELBRAS	FITA CREPE, EM ROLO MEDINDO APROXIMADAMENTE 18MMX50M.	2,40	432,00
75.	90	15349	UNID	DELFIX	FITA CREPE, EM ROLO MEDINDO APROXIMADAMENTE 45MMX45M	6,70	603,00
76.	20	15469	UNID	MASTERPRINT	FITA DE IMPRESSORA MATRICIAL COMPATIVEL COM LX 300 + EPSON	4,48	89,60
77.	20	10825	UIND	ADELBRAS	FITA DUREX EM ROLO DE 25 MM X 50 M. UNIDADE	1,10	22,00
78.	180	16804	UNID	ADELBRAS	FITA DUREX EM ROLO DE 25 MM X 50. UNIDADE	1,10	198,00
79.	17	13015	UNID	JOCAR	FITA LARGA - TRANSPARENTE	1,79	30,43
80.	660	13014	UNID	VMP	FITA PARA PCT DE PRESENTE PRONTA	1,80	1.188,00
81.	1.900	11215	UNID	KREATEVA	FOLHA DE E.V.A DIVERSAS TESTURAS 45X60,2MM. UNIDADE	3,95	7.505,00
82.	15	21100	CX	KOALA	GIZ DE CERA PEQUENO COLORIDO, FINO CAIXA COM 12 CORES	0,85	12,75
83.	110	16820	UNID	LANTECOR	GLITERS DIVERSAS CORES (PEQUENO)	0,90	99,00
84.	02	21081	UNID	LYKE	GRAMPEADOR DE MESA CAPACIDADE ATE 100 FOLHAS GRAMPO 26/6	32,00	64,00
85.	67	10830	UNID	LYKE	GRAMPEADOR DE MESA – ESTRUTURA DE METAL-DURÁVEL-PARA AFINETAR E GRAMPEAR – DIMENSÕES: 19 X 9 X 5 CM – GRAMPEAR 26 FOLHAS COM GRAMPO 26/6 (REFERENCIA PAPEL 75 G). – COR: PRETA.	9,50	636,50
86.	28	16812	UNID	LYKE	GRAMPEADOR GRANDE COMPATIVEL COM GRAMPOS 26/6MM	32,00	896,00
87.	28	16811	UNID	LYKE	GRAMPEADOR MEDIO	6,80	190,40
88.	16	15251	UNID	WESTERN	GRAMPEADOR, TIPO PISTOLA (ROCAMA), COMPATIVEL COM USO DE GRAMPOS 106/4, 106/6 E 106/8 MM, UTILIZADO EM TAPECARIA, MOVEIS, SILK-SCREEN, FIXACAO DE CARTAZES E DECORACAO. CAPACIDADE DE CARGA MINIMA 01 (UM) PENTE DE 100 GRAMPOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE	28,90	462,40
89.	39	16785	UNID	WESTERN	GRAMPEADOR, TIPO PISTOLA, COMPATIVEL COM USO DE GRAMPOS 26/6MM, UTILIZADO PARA GRAMPEAR FOLHAS. CAPACIDADE DE CARGA MINIMA 01 (UM) PENTE DE 100 GRAMPOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE	28,90	1.127,10
90.	38	10831	CX	ROCAMA	GRAMPO GALNENIZADO 106/6 MM, CAIXA COM 500 UNIDADES.	6,90	262,20
91.	04	21070	CX	ACC	GRAMPO PARA GRAMPEADOR COBREADO 106/6MM EM CAIXA CONTENDO 5.000 UNIDADES	12,45	49,80
92.	86	10832	CX	MASTERPRINT	GRAMPO, PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, TAMANHO 26/6. EMBALAGEM: CAIXA COM 5000 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	2,87	246,82
93.	120	10833	CX	JOCAR	GRAMPO TRILHO 80 MM CAIXA COM 50 UNIDADES	6,80	816,00
94.	118	13022	UNID	ISOESTE	ISOPOR, EM PLACA, ESPESSURA 10 MM, DIMENSÕES 1000 X 500 MM. UNIDADE	8,50	1.003,00
95.	128	13023	UNID	ISOESTE	ISOPOR, EM PLACA, ESPESSURA 30 MM, DIMENSÕES 1000 X 500 MM. UNIDADE	14,00	1.792,00
96.	128	13024	UNID	ISOESTE	ISOPOR, EM PLACA, ESPESSURA 50 MM, DIMENSÕES 1000 X 500 MM. UNIDADE	18,00	2.304,00
97.	09	10835	UNID	3 REIS	JOGO DE BINGO CONTENDO ESFERA DE METAL VAZADA SIMILAR AO PROFISSIONAL COM NO MÍNIMO 100 BOLAS E DEMAIS ACESSÓRIOS. GARANTIA FABRICANTE. JOGO	115,00	1.035,00
98.	10	7681	UNID	PLASTIC	JOGO DE BOLICHE DE PLASTICO	12,00	120,00
99.	85	16827	UNID	CARBRINK	JOGO DE DAMA	3,50	297,50
100.	87	21102	UNID	IOB	JOGO DE MEMÓRIA	4,80	417,60
101.	04	16754	UNID	PLASTIC	JOGO DE XADREZ	12,00	48,00
102.	14	13119	UNID	MATTEL	JOGO PEDAGÓGICO DE CARTAS (UNO)	8,90	124,60
103.	01	15295	UNID	GROW	JOGO PEDAGÓGICO DE QUEBRA CABEÇA DE 500 PEÇAS	22,00	22,00
104.	66	7494	UNID	IOB	JOGUINHO PEDAGOGICO DIVERSOS	5,99	395,34
105.	08	10837	PCT	LANTECOR	LANTEJOULA METALICA PACOTE DE 50 GR. Nº 08 CORES DIVERSAS	5,99	47,92
106.	110	10838	UNID	LABRA	LAPIS BORRACHA ESCOLAR PARA APAGARSCRITA A CANETA OU DATILOGRAFADA COMPOSICAO: BORRACHA NATURAL BORRACHA SINTETICA CARGAS OLEO MINERAL ACELERADOR E ESSENCIA	0,85	93,50
107.	10	11087	UNID	MASTERPRINT	LÁPIS DE COR REDONDO. PRODUTO ATÓXICO E NÃO PERECÍVEL. EMBALAGEM: CAIXA COM 24 CORES DIVERSAS. RREGISTRADO NO INMETRO. UNIDADE DE FORNECIMENTO:CAIXA	4,60	46,00
108.	07	21071	CX	LYKE	LÁPIS DE COR. EMBALAGEM: CAIXA COM 12 CORES DIVERSAS.	2,50	17,50
109.	798	11086	UNID	LYKE	LÁPIS PRETO REDONDO N°. 02. PRODUTO ATÓXICO E NÃO PERECÍVEL. REGISTRADO NO INMETRO. UNIDADE	0,15	119,70
110.	30	16795	UNID	CORRENTE	LINHA, PARA BORDAR, PONTO DE CRUZ, DIVERSAS CORES. EMBALAGEM: MEADA COM 05 METROS	1,68	50,40

111.	170	10841	UNID	RADEX	LIQUIDO LIMPEZA QUADRO BRANCO FRASCO COM NO MINIMO 200 ML.	9,50	1.615,00
112.	38	15253	UNID	TAMOIO	LIVRO ATA , CAPA DURA, CONTENDO 100 PÁGINAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE. DIMENSÕES: 224MM X 330MM. UNIDADE	7,95	302,10
113.	05	10842	UNID	TAMOIO	LIVRO ATA CAPA DURA, COM 100 FOLHAS MEDINDO 23 CM X 33 CM.	7,95	39,75
114.	20	15229	UNID	RIDELL	LIVRO PARA COLORIR	3,50	70,00
115.	18	10843	UNID	TAMOIO	LIVRO PONTO COM 02 ASSINTURAS DIMENSSOES 220 X 320 MM CONTENDO 100 FOLHAS	10,99	197,82
116.	15	13030	UNID	FORONI	LIVRO PONTO, CAPA DURA, CONTENDO 102 PÁGINAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE E LUGAR PARA 04 ASSINATURAS DIÁRIAS. DIMENSÕES: 224MM X 330MM. UNIDADE	14,38	215,70
117.	02	13029	UNID	TAMOIO	LIVRO PONTO, CAPA DURA, CONTENDO 160 PÁGINAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE. DIMENSÕES: 159MM X 225MM. UNIDADE	7,99	15,98
118.	43	10844	UNID	MASTERPRINT	MAQUINA CALCULADORA DE MESA BATERIA SOLAR/12 GIGITOS DISPLAY LCD. UNIDADE	11,90	511,70
119.	05	16816	UNID	LYKE	MARCADOR QUADRO BRANCO DIVERSAS CORES	1,30	6,50
120.	340	10845	CX	VMP	MASSA DE MODELAR CAIXA COM 12 CORES ATOXICA REAPROVEITAVEL NAO MANCHAR A PELE COMPOSICAO: CERA PIGMENTO E CARGA PESO APROXIMADO DE 180 GR.	2,58	877,20
121.	09	12318	UNID	MASPRINT	MOUSSE PARA COMPUTADORCOM CONEXÃO USB	9,80	88,20
122.	165	10848	PCT	AUREA	PALITO ESPETINHO 3,5 X 250 MM. PACOTE C/ 100 UNIDADES	3,98	656,70
123.	251	10851	PCT	PHYRA	PAPEL ALMAÇO QUADRICULADO, TAMANHO OFÍCIO 180 G/M². PCT COM 10 FOLHAS. UNIDADE	1,25	313,75
124.	49	10853	CX	TRIS	PAPEL CARBONO, FILME PRETO DE POLIÉSTER 12 MICRONS, CAIXA COM 100 UNIDADES.	19,80	970,20
125.	163	10854	PCT	VMP	PAPEL CARTAO FOSCO FORMATO 48 CM X 66 CM PACOTE COM 20 FOLHAS DIVERSAS CORES	13,95	2.273,85
126.	135	10855	PCT	VMP	PAPEL CELOFANE LISO, DIVERSAS CORES 85 CM X 1M. PCT COM 50 FOLHAS	27,45	3.705,75
127.	55	15355	PCT	FILIPAPER	PAPEL PARA CERTIFICADO FOLHA LISA PCT 50 UNIDADE	10,30	566,50
128.	45	15356	PCT	FILIPAPER	PAPEL PARA CERTIFICADO TEXTURA CASCA DE OVO PCT 50 UNIDADE	11,80	531,00
129.	12	11003	UNID	VMP	PAPEL CONTACT BRANCO	2,95	35,40
130.	12	11004	UNID	VMP	PAPEL CONTACT PRETO	2,95	35,40
131.	165	10857	PCT	VMP	PAPEL DE SEDA 48 CM X 60 CM PACOTE COM 50 FOLHAS DIVERSAS CORES	5,70	940,50
132.	160	10858	PCT	VMP	PAPEL DOBRADURA 50CM X 60 CM PACOTE COM 50 FOLHAS DIVERSAS CORES	10,50	1.680,00
133.	815	10864	PCT	VMP	PAPEL MICROONDULADO, CORES DIVERSAS, 50X80, ACETINADO. UNIDADE	1,90	1.548,50
134.	72	13061	PCT	TAMOIO	PAPEL PARA FLIP CHART, NA COR BRANCA, COM 02 FUROS PARA FIXAÇÃO, GRAMATURA 75g/m2, DIMENSÕES DE 660 x 960 mm. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE COM 50 FOLHAS.	22,65	1.630,80
135.	30	10865	PCT	FILIPAPER	PAPEL PARA IMPRESSÃO A4, 180GRAMAS, PCT. C/ 50 FLS, (DIVERSAS CORES), LINHO.	10,80	324,00
136.	30	10866	PCT	FILIPAPER	PAPEL PARA IMPRESSÃO A4, 180GRAMAS, PCT. C/ 50 FLS, (DIVERSAS CORES), MADEIRA.	10,80	324,00
137.	32	10867	PCT	FILIPAPER	PAPEL PARA IMPRESSÃO A4, 90GRAMAS, PCT. C/ 50 FLS, (DIVERSAS CORES), DIFERENTES TEXTURAS.	10,80	345,60
138.	394	15403	UNID	VMP	PAPEL, CREPOM, COM SUPERFÍCIE ENRUGADA, DIVERSAS CORES, DIMENSÕES 2,0 X 0,48 M.	0,52	204,88
139.	40	21072	PCT	NICK	PAPEL, SULFITE A4, DIVERSAS CORES. EMBALAGEM: PACOTE COM 100 FOLHAS	4,50	180,00
140.	38	13040	PCT	FILIPAPER	PAPEL,LINHO 180 G, DIMENSÕES 210 X 297 MM, OFÍCIO A-4, COR BRANCO. EMBALAGEM: PACOTE COM 50 FOLHAS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	12,00	456,00
141.	44	10869	UNID	ACP	PASTA CATÁLOGO COM 100 PLASTICOS. APROXIMADAMENTE 24 CM X 33 CM, NA COR PRETA	12,85	565,40
142.	70	10870	UNID	ACP	PASTA CATÁLOGO COM 25 PLASTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 24 CM X 33 CM NA COR PRETA.	6,50	455,00
143.	100	10871	UNID	ACP	PASTA CATÁLOGO COM 50 PLASTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 24 CM X 33 CM NA COR PRETA.	7,15	715,00
144.	100	13121	UNID	POLYCART	PASTA DE PAPEL CORES VARIADAS	0,99	99,00
145.	60	15350	UNID	POLIBRAS	PASTA ELÁSTICA POLIAONDA CORES DIVERSAS 3 CM. UNIDADE	1,99	119,40
146.	65	10873	UNID	ALAPLAST	PASTA ELÁSTICA POLIONDA CORES DIVERSAS 4 CM. UNIDADE	2,25	146,25
147.	24	13073	CX	SÃO CARLOS	PASTA PARA ARQUIVO MORTO CX COM 50 UNIDADES	77,50	1.860,00
148.	160	13071	UNID	VMP	PASTA PLÁSTICA FINA	1,28	204,80
149.	100	13072	UNID	POLIBRAS	PASTA POLIONDA COM ELÁSTICO – TRANSPARENTE (04 CM)	1,79	179,00
150.	100	13070	UNID	POLYCART	PASTA, ARQUIVO, REGISTRADOR TIPO AZ, EM PAPELÃO PRENSADO, TAMANHO OFÍCIO, DIMENSÕES 350 MM (LARGURA) X 280 MM LTURA) X 85 MM (DORSO), COM VARIAÇÃO DE +/- 10 POR CENTO, PROTETOR METÁLICO NAS BORDAS DA PARTE INFERIOR, FECHO METÁLICO COM ALAVANCA DE ACIONAMENTO PARA ABERTURA AUXILIADO POR MOLA FIXADO POR 04 (QUATRO) REBITES, PRENDEDOR EM MATERIAL PLÁSTICO DE BOA RESISTÊNCIA,ORIFÍCIO DE MANUSEIO REVESTIDO DE MATERIAL PLÁSTICO E JANELA PARA IDENTIFICAÇÃO NO DORSO. UNIDADE	6,99	699,00
151.	270	13075	UNID	ALAPLAST	PASTA, DOCUMENTO, EM PVC, COM ABA E ELASTICO, DIMENSOES 245 X 335 X 5 MM, COR BRANCA TRANSPARENTE.	2,98	804,60
152.	62	11076	UNID	SANDISK	PEN DRIVE 04 GB	16,80	1.041,60
153.	20	15351	UNID	SANDISK	PEN DRIVE DE 4GB. DIMENSÕES APROXIMADAS: 70MM X 21MM X 9MM. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0 °C A 60 °C. TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: - 20 °C A 85 °C. TAXA DE TRANSFERÊNCIA MÍNIMA: 6 MB/S DE LEITURA E 3MB/S DE GRAVAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DO FABRICANTE DE SEIS MESES. SISTEMA DE PROTEÇÃO DE SENHAS.	16,80	336,00
154.	90	15352	UNID	SANDISK	PEN DRIVE DE 8GB. DIMENSÕES APROXIMADAS: 70MM X 21MM X 9MM. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0 °C A 60 °C. TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: - 20 °C A 85 °C. TAXA DE TRANSFERÊNCIA MÍNIMA: 6 MB/S DE LEITURA E 3MB/S DE GRAVAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DO FABRICANTE DE SEIS MESES. SISTEMA DE PROTEÇÃO DE SENHAS.	18,50	1.665,00

155.	19	13086	UNID	SANDISK	PEN-DRIVE 04 GIGABYTES DE MEMÓRIA. UNIDADE	16,80	319,20
156.	75	10876	CX	BAXMANN	PERCEVEJO LATONADO EM CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES	1,30	97,50
157.	20	10877	UNID	LYKE	PERFURADOR DE PAPEL (GRANDE) REFORÇADO REGULÁVEL.	18,90	378,00
158.	14	13087	UNID	LYKE	PERFURADOR, DE PAPEL, COM CAPACIDADE MÁXIMA DE PERFURAÇÃO DE 20 A 30 FOLHAS DE PAPEL GRAMATURA MINIMA DE 75 G/M2, ESTRUTURA METÁLICA COM PINTURA ELETROSTATICA, COM DOIS FUROS, CAPACIDADE PARA FAZER FUROS DE NO MINIMO 5 MM, COM BASE PLÁSTICA REMOVÍVEL. EMBALAGEM: NA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE	8,90	124,60
159.	10	4578	UNID	WINKLER	PETECAS	2,80	28,00
160.	130	10884	UNID	CASTELO	PINCEL CHATO DE MADEIRA COM CERDAS MACIAS NOME DO FABRICANTE NA EXTENSAO DA MADEIRA Nº 18. UNIDADE	2,50	325,00
161.	130	10883	UNID	CASTELO	PINCEL CHATO DE MADEIRA COM CERDAS MACIAS NOME DO FABRICANTE NA EXTENSAO DA MADEIRA Nº 12 UNIDADE	1,60	208,00
162.	05	10999	UNID	CASTELO	PINCEL DE CERDAS Nº 14	2,00	10,00
163.	120	13091	CX	PILOT	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM - 7 NA COR AZUL, CAIXA COM 12 UNIDADES.	69,80	8.376,00
164.	120	13092	CX	PILOT	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM - 7 NA COR PRETA, CAIXA COM 12 UNIDADES.	69,80	8.376,00
165.	120	13093	CX	PILOT	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM - 7 NA COR VERDE, CAIXA COM 12 UNIDADES.	69,80	8.376,00
166.	120	13094	CX	PILOT	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO WBM - 7 NA COR VERMELHA CAIXA COM 12 UNIDADES.	69,80	8.376,00
167.	141	10889	UNID	CLASSE	PISTOLA PARA COLA QUENTE GRANDE EMBALAGEM ORIGINAL	12,00	1.692,00
168.	143	10890	UNID	CLASSE	PISTOLA PARA COLA QUENTE PEQUENA EMBALAGEM ORIGINAL	8,30	1.186,90
169.	70	15353	UNID	VMP	PLASTICO CONTACT PARA PLASTIFICAR DOCUMENTO DIMENSOES MINIMA 115 MM X 5,0 MM X 60 METROS. UNIDADE	87,00	6.090,00
170.	39	10894	UNID	CONCEPT	PORTA CLIPS COM IMÃ. UNIDADE	3,50	136,50
171.	46	10898	UNID	STALO	QUADRO BRANCO COM MOLDURA EM ALUMINIO MELAMINICO PARA FIXAR NA PAREDE TAMANHO 250 X 120 CM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE DATA DE FABRICACAO E VALIDADE. GARANTIA MINIMA DE 01 (UM) ANO. UNIDADE	198,00	9.108,00
172.	02	10899	UNID	STALO	QUADRO DE AVISO COM FELTRO VERDE E MOLDURA DE ALUMINIO NAS MEDIDAS DE 1,20 X 90 CM. UNIDADE	115,00	230,00
173.	06	10900	UNID	STALO	QUADRO NEGRO COM MEDIDAS DE 2,0 X 1,20. UNIDADE	92,00	552,00
174.	61	10901	UNID	STALO	REGUA EM MADEIRA COM ESPESSURA ENTRE 5 E 10 MM E 5 CM DE LARGURA GRADUADA EM 100 CM. UNIDADE	3,15	192,15
175.	1.000	11206	UNID	WALLEU	REGUA PLASTICA TRANSPARENTE MEDINDO 30 CM	0,40	400,00
176.	35	10904	PCT	ACP	SACO PLASTICO PARA PASTA CATALOGO PACOTE COM 50 UNIDADES	4,00	140,00
177.	3.700	10905	M	TNTECH	TECIDO NAO TECIDO (TNT) MATERIAL: TECIDO NAO TEXTURIZADO DIMENSOES: COM NO MINIMO 1,40 M DE LARGURA CORES VARIADAS	1,20	4.440,00
178.	123	13103	UNID	LYKE	TESOURA MULTI-USO 21 CM, EM AÇO INOX E CABO REVESTIDO EM P.V.C. FORMATO ANATÔMICO. UNIDADE	2,99	367,77
179.	09	10907	UNID	LYKE	TESOURA PARA PAPEL – LAMINA DE AÇO CABO DE POLIPROPILENO – COR: PRETA – 21 CM (OU SUPERIOR). UNIDADE	2,99	26,91
180.	1.200	16821	UNID	JAPAN	TESOURA PEQUENA SEM PONTA	0,80	960,00
181.	24	10909	UNID	JAPAN	TINTA PARA CARIMBO AZUL TUBO COM 40 ML. UNIDADE	1,30	31,20
182.	28	10910	UNID	JAPAN	TINTA PARA CARIMBO PRETA TUBO COM 40 ML. UNIDADE	1,30	36,40
183.	01	11225	CX	JAPAN	TINTA REABASTECEDOR PARA PINCEL ATOMICO DIVERSAS CORES EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. CAIXA COM 12 UNIDADES. CAIXA	22,00	22,00
184.	30	10912	CX	JAPAN	TINTA REABASTECEDOR PARA PINCEL ATOMICO NA COR AZUL EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. CAIXA COM 12 UNIDADES. CAIXA	22,00	660,00
185.	30	10913	CX	JAPAN	TINTA REABASTECEDOR PARA PINCEL ATOMICO NA COR PRETA EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. CAIXA COM 12 UNIDADES. CAIXA	22,00	660,00
186.	30	10914	CX	JAPAN	TINTA REABASTECEDOR PARA PINCEL ATOMICO NA COR VERDE EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. CAIXA COM 12 UNIDADES. CAIXA	22,00	660,00
187.	30	10915	CX	JAPAN	TINTA REABASTECEDOR PARA PINCEL ATOMICO NA COR VERMELHA EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. CAIXA COM 12 UNIDADES. CAIXA.	22,00	660,00
188.	01	13108	UNID	JAPAN	TINTA, PARA CARIMBO, SEM ÓLEO, NA COR PRETA. EMBALAGEM COM 40ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	1,30	1,30
TOTAL:							**166.372,74**

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 356.639,06 (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e seis centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos em no máximo 08 (oito) dias úteis após a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, Certidão Negativa expedida pela Receita Federal do Brasil, que englobe as contribuições previdenciárias ao INSS e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. Os Produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com o necessário prazo para a disponibilização.

3. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

4. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA VIII- DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através de servidor “fiscal de contrato” designado por Portaria do senhor Prefeito.

CLÁUSULA IX - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto, sujeitará a CONTRATADA (empresa detentora de Ata de Registro de Preços), a juízo da Administração do Município de União do Sul/MT, à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

2. A multa prevista o item “1” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 3, alínea “b;

3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada posteriormente, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação na Imprensa Oficial do Município, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

4. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

5. Em se tratando de detentora de ata que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA X– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. As efetivas aquisições do objeto (material de expediente) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/ 93 e legislação complementar, e pelo Decreto Municipal nº 901, de 24/03/2014, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO N.º 018/2015 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 30 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EMPRESA 1:

COMERCIAL PRIME DE MOVEIS – EIRELI

EDILSON RAFAEL DA SILVA

Procurador

EMPRESA 2:

CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI – EPP

CLEVERSON FIDELIS PEREIRA

Procurador

Testemunhas:

Nome: Erineu Diesel

CPF: 276.705.031-49

Nome: Enio Alves da Silva

CPF: 622.783.200-68.

ATO Nº 08/2015.

Designa servidor “fiscal de contrato”, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato abaixo descrito, firmado pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o servidor municipal **LEANDRO ROBERTO DE SOUZA**, portador do RG nº 49.632.321-0 SSP/SP e do CPF nº 013.513.421-85, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, para a função de **Fiscal de Contrato** para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato abaixo discriminado:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADA	VIGÊNCIA
027/2015	Prestação de Serviços de Consultoria em apoio técnico no envio das informações	Município de União do Sul	G Rech I7 Desenvolvimento Web - ME	01/07/2015 à 31/12/2015
	meio magnéticas ao TCE/MT (Sistema APLIC).			

Art. 2º - O servidor ora designado, caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionadas com a execução do contrato, deverá determinar diretamente ao(à) Contratado(a) a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

Art. 3º - O servidor ora designado não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 01 de julho de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 133/2015

Designa servidores para integrar a Comissão de Assuntos Fundiários de Âmbito Municipal, vinculada à Diretoria do Foro da Comarca de Cláudia – MT.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no PROVIMENTO Nº 15/2014-CGJ da Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso, que determina a criação da Comissão de Assuntos Fundiários de Âmbito Municipal, para análise, discussão, enfrentamento e resolução das questões de natureza fundiária rural e/ou urbana, conflituosos ou não, existentes em cada município do estado;

RESOLVE:

Art. 1° - Designar os representantes do Poder Executivo Municipal de União do Sul para integrarem a COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DE ÂMBITO MUNICIPAL, vinculada à Diretoria do Foro da Comarca de Cláudia, Estado de Mato Grosso, sendo um membro titular e dois membros suplentes, abaixo identificados: 1) – Sr. ENIO ALVES DA SILVA – Membro Titular; 2) – Sr. ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO – Membro Suplente; 3) – Sr. MARCELO CORREA – Membro Suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, em 01 de julho de 2015.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: ROSENMANN E OLIVEIRA LTDA - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL PARA COLETA, TRANSPORTE, INCINERAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS CLASSES A, B E E, DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT

VALOR: R$ 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS)

DATA: 17/06/2015 – PRAZO: 31/12/2015

DISPENSA LICITAÇÃO: ART. 24, INC. II

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 17 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 064/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: THEREZA AMÉLIA MODESTO GOMES - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO E REINSERÇÃO FAMILIAR E SOCIAL DO PACIENTE ***MARCOS LEANDRO DA SILVA PEDROSO****, COM TRANSTORNOS DECORRENTES DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA*

VALOR: R$ 7.092,00 ***(SETE MIL E NOVENTA E DOIS REAIS)***

DATA: 25/06/2015 – PRAZO: 24/03/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 25 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 079/2014 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

CONTRATADO: ORION TURISMO LTDA – ME

OBJETO: ***ADITIVO DE VALOR***

VALOR: R$ 13.101,00 (TREZE MIL CENTO E UM REAIS)

DATA: 09/06/2015 – PRAZO: 31/12/2016

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 09 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS Nº 014/2015 TOMADA DE PREÇO Nº. 016/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

CONTRATADO: F. CESAR CARVALHO & CIA LTDA - EPP

OBJETO: ***ADITIVO DE PRAZO***

DATA: 17/06/2015 – PRAZO: 31/12/2016

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 17 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: ABILENE OLIVEIRA FERNANDES

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO ENTREVISTADORA/DIGITADORA, JUNTO AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA – BOLSA FAMÍLIA, REALIZANDO VISITAS DOMICILIARES JUNTO AOS BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO

VALOR: R$ 2.440,02 (DOIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E DOIS CENTAVOS)

DATA: 17/06/2015 – PRAZO: 17/09/2015

DISPENSA LICITAÇÃO: ART. 24, INC. II

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 17 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: JOSE WILLER DANTAS DE BARROS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS DE MECÂNICOS EM ROÇADEIRAS E MOTOSSERRAS**

VALOR: R$ 15.440,00 (QUINZE MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS)

DATA: 25/06/2015 – PRAZO: 31/12/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 049/2015

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 25 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: JANETTE FERREIRA DE SOUZA

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL URBANO, OU SEJA, SALÃO COMERCIAL, LOCALIZADO NA RUA POUSO ALEGRE S/Nº, CENTRO, EM VILA BELA DA SS TRINDADE- MT, PARA ACOMODAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL

VALOR: R$ 6.214,34 (SEIS MIL DUZENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)

DATA: 18/06/2015 – PRAZO: 31/12/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2015

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 18 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 024/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

CONTRATADO: M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LIMITADA

OBJETO: ***SUPRESSÃO DE VALOR***

VALOR: R$ 20.000,00(VINTE MIL REAIS)

DATA: 13/05/2015

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 13 DE MAIO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: FISCHER & CIA LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO, RECAUCHUTAGEM E REFORÇO DE PNEUS EM GERAL**

VALOR: R$ 259.364,00 (DUZENTOS E CINQÜENTA E NOVE MIL TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS)

DATA: 25/06/2015 – PRAZO: 31/12/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 048/2015

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 25 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 072/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

"**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT".**

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

Considerando ainda o **Decreto municipal nº 043/2012**, e o item 15 e subitem 15.1.4 do Edital do Concurso Público **001/2012 de 05.03.2012.**

DECRETA:

Art. 1°. Ficam convocados os candidatos aos cargos elencados no anexo I deste Decreto, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. Os candidatos a ser nomeados e empossados deverão atender os seguintes procedimentos:

I - comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, no período das 07:30h as 11:30 h, na data de 02 de julho de 2015 a 02 de agosto de 2015, nos dias úteis, para apresentarem documentações e posteriormente tomar posse e receberem a designação para os respectivos locais de trabalho;

II – Para tomar posse, o (a) candidato (a) deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada, que comprove:

a - Cédula de Identidade;

b - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

c - Certidão de Casamento ou Nascimento;

d - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g - Cartão do PIS/PASEP;

h - Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse.;

i - Título de Eleitor;

j - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade -MT ou do domicílio do candidato, de que o mesmo não tenha condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de participar em concursos públicos de qualquer natureza;

l - Certidao Negativa de Débitos para como Municipio de Vila Bela da Santíssima Trindade.

m – Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal. pela Medicina do Trabalho;

n - 01 (uma) foto 3x4, colorida;

o - Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

p - No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com esta exigência;

1) Motorista de Veiculo Leve, CNH Categoria "B"

2 Motorista de Veiculo Pesado, CNH Categoria "D"

3) Motorista de Maquina (todos), CNH categoria "C"

r - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

s - Comprovante de Escolaridade;

t – Declaração contendo endereço residencial e nº de conta bancária no Banco do Brasil;

u – Declaração negativa de acumulo de cargo público;

v – Declaração de bens e valores.

Art. 3º. A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º. Os referidos cargos constantes do anexo I do presente Decreto estão disponíveis nas Comunidades rurais do Município.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, NO PRIMEIRO DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

ANEXO I

DECRETO Nº 072/2015

TÉCNICO ADMINISTRATIVO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (121)

INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	NOTA TOTAL	CLASSIF.
94936-2	LIDUINA RIBEIRO DE OLIVEIRA	06/03/90	52	19

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, em 01 de julho de 2015.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: TROPICAL PNEUS LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO, RECAUCHUTAGEM E REFORÇO DE PNEUS EM GERAL**

VALOR: R$ 142.445,00 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)

DATA: 25/06/2015 – PRAZO: 31/12/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 048/2015

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 25 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: A. GARBIN - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO EM PAINÉIS E BOMBAS HIDRÁULICAS DE POÇOS ARTESIANOS DESTA MUNICIPALIDADE

VALOR: R$ 171.700,00 (CENTO E SETENTA E UM MIL E SETECENTOS REAIS)

DATA: 16/06/2015 – PRAZO: 31/12/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2015

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 16 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO Nº 097/2014, PREGÃO N° 035/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

CONTRATADO: LEONINA TEIXEIRA DA CRUZ

OBJETO: ***ADITIVO DE VALOR***

VALOR: R$ 64.680,00 (SESSENTA E QUATRO MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS)

DATA: 01/06/2015 – PRAZO: 31/12/2016

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 01 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: LÍVIO RAFAEL RIBAS DE NEIRA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR DE FANFARRA PARA TREINAMENTO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAL DO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

VALOR: R$ 2.541,40 (DOIS MIL QUINHENTOS E QUARENTA E UM REAIS)

DATA: 17/06/2015 – PRAZO: 31/12/2015

DISPENSA LICITAÇÃO: ART. 24, INC. II

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 17 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 050/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

CONTRATADO: M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LIMITADA

OBJETO: ***SUPRESSÃO DE VALOR***

VALOR: R$ 30.000,00(TRINTA MIL REAIS)

DATA: 13/05/2015

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 13 DE MAIO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 073/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

"**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT".**

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

Considerando ainda a **PORTARIA N° 002/2015**, e o item 7 do Edital do Processo Seletivo nº **001/2015 de 08/01/2015.**

Considerando a urgência na convocação dos aprovados no processo seletivo nº 001/2015.

DECRETA:

Art. 1°. Ficam convocados para contratação os candidatos aos cargos elencados no anexo I deste Decreto, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. Os candidatos a ser contratados deverão atender os seguintes procedimentos:

I - comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, no período das 07:30 hs as 11:30 h, na data de 02 de julho de 2015 a 15 de julho de 2015, nos dias úteis, para apresentarem documentações para a contratação.

II - Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

a) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g) Cartão do PIS/PASEP;

h) Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

i) Título de Eleitor;

j) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio ou expedida por meio do site: http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNe... relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

k) Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

l) Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do trabalho;

m) 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

p) Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

q) Declaração contendo endereço residencial;

r) Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Declaração de Bens e valores;

t) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

u) Número de Conta Corrente.

Art. 3º. . A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Jurídico Administrativo Contratual, instituído pela Lei Municipal Nº 1.156/2014, de 23 de dezembro de 2014, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º - A critério da Administração, poderá ser prorrogado antes do término do prazo final deste ato, o prazo para apresentação da documentação dos candidatos aprovados.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, NO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

ANEXO I

DECRETO Nº 073/2015

CARGO: INSTRUTORA DE CURSOS DE ARTESANATOS (10)

ORDEM	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	PT.	NP.	PT	MB
3	ELIANE POQUIVIQUI	00386	3,33	0,00	0,00	3,33

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO PRIMEIRO DIA do mês de JULHO DO ANO DE dois mil E QUINZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 092/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

CONTRATADO: RILDO HARRISON DA CRUZ

OBJETO: ADITIVO DE VALOR

VALOR: R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)

DATA: 12/06/2015 – PRAZO: 31/12/2016

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 12 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 106/2014, PREGÃO PRESENCIAL NO 054/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

CONTRATADO: WESLY ROSA DA SILVA 00859560155

*OBJETO: **ADITIVO DE VALOR***

VALOR: R$ 1.339,80 (UM MIL TREZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS)

DATA: 19/06/2015 – PRAZO: 31/12/2016

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 19 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2014, PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

CONTRATADO MISSÃO CRISTA BRASILEIRA / HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO

*OBJETO: **ADITIVO DE VALOR***

VALOR: R$ 14.893,21 (QUATORZE MIL OITOCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E VINTE E UM CENTAVOS)

DATA: 01/06/2015 – PRAZO: 30/06/2016

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 01 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: CELEBRAI PRODUÇÕES, DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA

OBJETO: APRESENTAÇÃO MUSICAL COM O GRUPO CONSAGRADO NACIONALMENTE "MINISTERIO COMUNIDADE EVANGÉLICA DE NILÓPOLIS", DURANTE AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DA 2º MARCHA PARA JESUS DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.

VALOR: R$ 20.100,00 (VINTE MIL E CEM REAIS)

DATA: 09/06/2015 – PRAZO: 20/06/2015

INEXIGIBILIDADE 004/2015

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 09 DE JUNHO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

CONTRATADO: HÉLIO RIBEIRO CRUZ JUNIOR – MEI

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ***TÉCNICO ESPECIALIZADO REFERENTE AO ESCANEAMENTO DOS DOCUMENTOS, NOTAS FISCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, RECIBOS, CONTRATOS E PROCESSOS LICITATÓRIOS DESTA PREFEITURA***

VALOR: R$ 7.990,00 (SETE MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS)

DATA: 21/05/2015 – PRAZO: 21/12/2015

DISPENSA LICITAÇÃO: ART. 24, INC. II

VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, 21 DE MAIO DE 2015.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE- PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO RREO - ANEXO 4 (LRF, ART. 53, INCISO II)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.931.200,00	3.931.200,00	209.906,91	471.903,19
RECEITAS CORRENTES	3.931.200,00	3.931.200,00	209.906,91	471.903,19
Receita de Contribuições dos Segurados	3.931.200,00	3.931.200,00	209.906,91	198.362,18
Pessoal Civil	3.931.200,00	3.931.200,00	209.906,91	198.362,18
Ativo	1.222.200,00	1.222.200,00	209.229,17	198.362,18
Inativo	2.709.000,00	2.709.000,00	677,74	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Défict Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	252.419,58
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	252.419,58
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	21.121,43
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	21.121,43
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	225.985,66
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	**3.931.200,00**	**3.931.200,00**	**209.906,91**	**697.888,85**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	311.273,65	0,00	152.550,93
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	65.745,17	0,00	29.412,65
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	63.737,55	0,00	27.405,03

Continua 1/4

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	2.007,62	0,00	2.007,62
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	245.528,48	0,00	123.138,28
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	245.528,48	0,00	123.138,28
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	245.528,48	0,00	123.138,28
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**311.273,65**	**0,00**	**152.550,93**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	**3.931.200,00**	**3.931.200,00**	**-**	**-**	**209.906,91**	**545.337,92**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

Continua 2/4

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	247.692,40	152.144,15
Investimentos	16.601.864,64	14.116.694,68
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	225.985,66
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	225.985,66
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	225.985,66
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	225.985,66
Ativo	0,00	0,00	0,00	225.985,66
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Défict Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de VILA RICA - MT

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**225.985,66**

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO RREO - ANE

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	16.503,24	193.738,97	132.887,50	-	77.354,71	918.572,64	3.859.753,78	612.029,49	519.634,62	-	4.258.691,80	4.336.046,51
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.503,24	191.815,91	130.964,44	0,00	77.354,71	918.572,64	3.830.127,66	600.179,01	507.784,14	0,00	4.240.916,16	4.318.270,87
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	10.379,31	10.379,31	0,00	0,00	0,00	10.492,07	9.044,78	8.620,78	0,00	1.871,29	1.871,29
SECRETARIA DE EDUC. CUL. E ESPORTES	1.052,13	0,00	0,00	0,00	1.052,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.052,13
SECRETARIA MUN DE CULTURA, DESPORTO E LA	0,00	907,84	904,84	0,00	3,00	0,00	174,16	174,16	0,00	0,00	174,16	177,16
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	0,00	8.860,28	8.454,34	0,00	405,94	0,00	9.249,87	1.232,47	1.232,47	0,00	8.017,40	8.423,34
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	120,00	3.439,58	708,43	0,00	2.851,15	180,00	62.548,86	20.914,89	19.763,91	0,00	42.964,95	45.816,10
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	5.388,77	5.191,81	0,00	196,96	0,00	4.087,27	4.087,27	3.849,99	0,00	237,28	434,24
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	48.331,29	28.803,65	0,00	19.527,64	0,00	2.461.648,99	25.887,28	24.242,12	0,00	2.437.406,87	2.456.934,51
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	233,60	160,00	0,00	73,60	0,00	73.408,95	37.011,34	36.965,83	0,00	36.443,12	36.516,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E O	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.896,57	827,50	827,50	0,00	2.069,07	2.069,07
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚ	0,00	35.461,43	35.461,43	0,00	0,00	428.640,42	363.365,15	263.638,13	222.496,96	0,00	569.508,61	569.508,61
SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.331,11	78.813,81	40.900,63	0,00	53.244,29	489.752,22	842.255,77	237.361,19	189.784,58	0,00	1.142.223,41	1.195.467,70
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA F	0,00	1.923,06	1.923,06	0,00	0,00	0,00	29.626,12	11.850,48	11.850,48	0,00	17.775,64	17.775,64
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-	0,00	1.923,06	1.923,06	0,00	0,00	0,00	29.626,12	11.850,48	11.850,48	0,00	17.775,64	17.775,64
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	119.329,37	119.329,37	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	119.329,37	119.329,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	3.295,92	3.295,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN DE CULTURA, DESPORTO E LA	0,00	320,53	320,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	0,00	511,96	511,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	2.996,51	2.996,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	1.703,85	1.703,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	57.133,64	57.133,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	2.748,80	2.748,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E O	0,00	152,15	152,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚ	0,00	9.075,36	9.075,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	41.390,65	41.390,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	**16.503,24**	**313.068,34**	**252.216,87**	**0,00**	**77.354,71**	**918.572,64**	**3.859.753,78**	**612.029,49**	**519.634,62**	**0,00**	**4.258.691,80**	**4.336.046,51**

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO RREO – ANEXO 5 (LRF, ART 5

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.312.977,95	6.312.977,95	8.549.034,97
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.523.220,16	6.523.220,16	8.759.887,87
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	210.242,21	210.242,21	210.852,90
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.312.977,95	-6.312.977,95	-8.549.034,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**-6.312.977,95**	**-6.312.977,95**	**-8.549.034,97**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	**-2.236.057,02**	**-2.236.057,02**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**812.000,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	16.109.063,32	16.109.063,32	16.849.557,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	103.534,06	103.534,06	247.692,40
Investimentos	16.124.858,63	16.124.858,63	16.601.864,64
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	119.329,37	119.329,37	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-16.109.063,32	-16.109.063,32	-16.849.557,04
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**-16.109.063,32**	**-16.109.063,32**	**-16.849.557,04**

FONTE:

PORTARIA 165/20105 DE 01 DE JULHO DE 2015.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º **Nomear** o Sr. **JORCELEM RIBEIRO DE SOUZA**, portador do CI/RG sob o n.º 1174953 SSP/GO e do CPF sob o nº 202.406.781-68, **para o** cargo de para exercer o cargo de **CHEFE DE GABINETE**, conforme Lei Municipal 598/2005.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a PORTARIA N.º 016/2013.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO RREO - ANEXO 9 (LRF, ART.53, § 1º, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	14.054.419,06	64.527,24	15.061,22	0,00	13.989.891,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**14.054.419,06**	**64.527,24**	**15.061,22**	**0,00**	**13.989.891,82**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-14.054.419,06**	**-64.527,24**	**-**	**-**	**-13.989.891,82**

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015 RREO – ANEXO 3 (LRF, ART. 53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**2.850.734,67**	**3.655.121,33**	**3.800.997,19**	**3.073.261,44**	**3.278.985,70**	**3.599.554,54**	**3.061.039,96**	**3.578.016,39**	**3.821.073,94**	**4.362.993,05**	**3.875.777,30**	**3.441.909,11**	**42.399.464,62**	**46.797.576,00**
RECEITA TRIBUTARIA	260.824,07	202.839,79	579.674,26	429.140,04	282.737,65	373.052,25	300.515,28	326.946,28	633.285,82	381.906,70	348.123,28	403.469,56	4.522.514,98	4.811.236,50
I.P.T.U.	0,00	17.327,28	207.978,83	112.717,23	24.328,16	16.842,27	16.148,55	5.802,27	9.327,90	35.542,79	0,00	0,00	446.015,28	472.500,00
I.R.R.F	113.046,71	89.653,09	110.753,97	89.258,07	88.266,84	95.419,81	96.730,13	92.821,20	100.609,12	208.162,01	103.103,38	108.314,86	1.296.139,19	976.500,00
I.S.S.	108.704,12	64.721,73	90.728,74	101.625,30	65.932,57	210.950,25	130.209,81	135.310,79	78.250,79	101.990,87	156.969,00	150.913,64	1.396.307,61	1.169.700,00
I.T.B.I.	20.665,92	17.900,36	140.173,06	107.403,11	91.905,91	38.608,47	43.456,60	87.328,32	436.566,04	31.871,11	84.821,30	44.969,68	1.145.669,88	1.890.000,00
Outras Receitas Tributárias	18.407,32	13.237,33	30.039,66	18.136,33	12.304,17	11.231,45	13.970,19	5.683,70	8.531,97	4.339,92	3.229,60	99.271,38	238.383,02	302.536,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	115.112,95	117.507,93	119.498,32	127.730,28	126.188,51	137.762,91	128.429,96	136.920,56	159.402,68	149.201,03	120.099,44	133.514,91	1.571.369,48	4.306.575,00
RECEITA PATRIMONIAL	139.372,67	158.738,82	269.556,98	158.064,76	197.857,07	264.272,91	93.202,11	201.504,12	205.272,11	103.454,06	288.327,19	122.101,48	2.201.724,28	441.000,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304,50
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	29.846,33	32.859,46	29.480,43	30.279,85	35.992,92	30.803,62	32.133,63	36.339,76	30.504,24	32.512,00	30.975,43	30.575,60	382.303,27	337.155,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.274.922,89	3.119.860,14	2.775.548,01	2.296.542,22	2.587.219,67	2.740.926,26	2.421.951,76	2.841.064,30	2.747.163,02	3.512.480,23	3.059.027,08	2.721.515,47	33.098.221,05	35.386.995,00
Cota-Parte do F.P.M.	717.814,58	819.264,49	1.091.770,67	818.757,51	703.209,12	854.279,44	748.847,36	707.737,87	936.781,57	1.506.725,12	1.142.803,24	1.166.580,71	11.214.571,68	12.390.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	539.971,60	686.052,01	568.088,77	521.568,09	764.869,16	646.390,56	673.472,50	666.538,97	641.318,59	674.701,85	655.022,17	547.423,67	7.585.417,94	7.833.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	80.483,18	80.417,60	79.529,50	81.700,37	54.298,83	40.643,29	24.551,43	28.956,80	22.309,22	13.280,59	6.423,13	112.990,84	625.584,78	630.000,00
Cota-Parte do ITR.	3.887,11	324.355,81	4.814,69	1.025,27	412,72	2.256,50	25.426,80	316.039,43	59.996,39	50.929,05	44.460,82	10.230,53	843.835,12	472.500,00
Outras Transferências Correntes	436.175,29	593.864,84	440.293,53	366.721,18	544.505,42	521.319,36	395.420,91	486.453,33	504.702,49	641.647,49	639.611,61	323.596,62	5.894.312,07	7.073.745,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	3.423,79	3.423,79	3.423,79	3.423,79	3.423,79	3.423,79	3.423,79	3.423,79	6.847,58	0,00	0,00	34.237,90	57.750,00
Transferências do FUNDEB	496.591,13	612.481,60	587.627,06	503.346,01	516.500,63	672.613,32	550.808,97	631.914,11	578.630,97	618.348,55	570.706,11	560.693,10	6.900.261,56	6.930.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.655,76	23.315,19	27.239,19	31.504,29	48.989,88	52.736,59	84.807,22	35.241,37	45.446,07	183.439,03	29.224,88	30.732,09	623.331,56	1.514.310,00
DEDUÇÕES (II)	**367.514,85**	**486.175,46**	**455.188,41**	**392.419,14**	**411.244,67**	**425.196,00**	**396.517,96**	**450.384,56**	**437.463,38**	**487.646,83**	**-274.647,08**	**-252.632,87**	**3.782.471,31**	**264.385,00**
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	99.083,68	103.472,83	105.663,05	107.124,23	106.002,09	115.797,42	101.373,69	105.845,29	104.697,56	132.697,94	95.094,72	114.812,19	1.291.664,69	3.931.200,00
Ded de Recei Para Form do FUNDEB - IPVA-40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-513,85	-9.039,25	-9.553,10	-44.364,80
Ded de Recei Para Form do FUNDEB - IPVA-60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-770,77	-13.558,87	-14.329,64	-66.547,20
Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96-40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.900,00
Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96-60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.850,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	268.431,17	382.702,63	349.525,36	285.294,91	305.242,58	309.398,58	295.144,27	344.539,27	332.765,82	354.948,89	0,00	0,00	3.227.993,48	0,00
Dedução da Receita para formação do FUNDEB-ITR-40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.556,86	-818,44	-4.375,30	-33.116,00
Dedução da Receita para formação do FUNDEB-ITR-60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.335,29	-1.227,66	-6.562,95	-49.674,00
Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS-40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-52.401,75	-43.793,88	-96.195,63	-575.800,00
Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS-60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-78.602,66	-65.690,84	-144.293,50	-863.700,00
Dedu de Receit do FPM-FUNDEF/FUNDEB-40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-91.424,25	-93.326,44	-184.750,69	-809.545,20
Dedu de Receit do FPM-FUNDEF/FUNDEB-60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-137.136,37	-139.989,68	-277.126,05	-1.214.317,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**2.483.219,82**	**3.168.945,87**	**3.345.808,78**	**2.680.842,30**	**2.867.741,03**	**3.174.358,54**	**2.664.522,00**	**3.127.631,83**	**3.383.610,56**	**3.875.346,22**	**4.150.424,38**	**3.694.541,98**	**38.616.993,31**	**46.533.191,00**

FONTE:

PORTARIA N.º 166/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **REVOGAR** a **PORTARIA N.º 158/2013**, a qual Nomeou a Sra. CRISTIANA FERREIRA DA SILVA PEREIRA, portador do CI/RG sob o n. º 1401613-3 SSP/MT e do CPF sob o nº 951.847.321-87**,** para o cargo de Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO R

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.048.495,02	53.847.789,08	5.983.125,00	5.983.125,00	94,87	47.864.664,08	4.169.903,06	4.169.903,06	96,20	49.677.886,02
Legislativa	1.896.500,00	1.896.500,00	272.357,12	272.357,12	4,32	1.624.142,88	249.477,82	249.477,82	5,76	1.647.022,18
Ação Legislativa	1.896.500,00	1.896.500,00	272.357,12	272.357,12	4,32	1.624.142,88	249.477,82	249.477,82	5,76	1.647.022,18
Administração	5.196.536,12	5.228.436,12	1.339.938,81	1.339.938,81	21,25	3.888.497,31	581.553,24	581.553,24	13,42	4.646.882,88
Planejamento e Orçamento	222.600,00	225.600,00	18.314,77	18.314,77	0,29	207.285,23	15.511,66	15.511,66	0,36	210.088,34
Administração Geral	3.352.211,12	3.381.111,12	682.365,78	682.365,78	10,82	2.698.745,34	389.393,68	389.393,68	8,98	2.991.717,44
Administração Financeira	1.515.150,00	1.515.150,00	617.802,45	617.802,45	9,80	897.347,55	155.192,09	155.192,09	3,58	1.359.957,91
Controle Interno	106.575,00	106.575,00	21.455,81	21.455,81	0,34	85.119,19	21.455,81	21.455,81	0,49	85.119,19
Segurança Pública	15.750,00	15.750,00	247,25	247,25	0,00	15.502,75	0,00	0,00	0,00	15.750,00
Administração Geral	15.750,00	15.750,00	247,25	247,25	0,00	15.502,75	0,00	0,00	0,00	15.750,00
Assistência Social	1.014.300,00	1.025.000,00	213.068,08	213.068,08	3,38	811.931,92	59.797,41	59.797,41	1,38	965.202,59
Assistência ao Idoso	26.250,00	23.250,00	0,00	0,00	0,00	23.250,00	0,00	0,00	0,00	23.250,00
Assistência ao Portador de Deficiência	68.250,00	98.250,00	30.000,00	30.000,00	0,48	68.250,00	10.000,00	10.000,00	0,23	88.250,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	47.250,00	47.250,00	0,00	0,00	0,00	47.250,00	0,00	0,00	0,00	47.250,00
Assistência Comunitária	872.550,00	856.250,00	183.068,08	183.068,08	2,90	673.181,92	49.797,41	49.797,41	1,15	806.452,59
Previdência Social	5.425.350,00	5.425.350,00	395.107,95	395.107,95	6,27	5.030.242,05	185.939,02	185.939,02	4,29	5.239.410,98
Previdência do Regime Estatutário	5.425.350,00	5.425.350,00	395.107,95	395.107,95	6,27	5.030.242,05	185.939,02	185.939,02	4,29	5.239.410,98
Saúde	11.802.666,75	11.784.566,75	1.537.802,32	1.537.802,32	24,39	10.246.764,43	1.349.184,47	1.349.184,47	31,12	10.435.382,28
Administração Geral	1.137.150,00	1.156.150,00	507.945,67	507.945,67	8,05	648.204,33	467.375,18	467.375,18	10,78	688.774,82
Atenção Básica	4.280.850,00	4.246.650,00	322.901,05	322.901,05	5,12	3.923.748,95	222.907,64	222.907,64	5,14	4.023.742,36
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.792.466,75	5.759.566,75	657.082,60	657.082,60	10,42	5.102.484,15	623.471,78	623.471,78	14,38	5.136.094,97
Suporte Profilático e Terapêutico	115.500,00	145.500,00	21.123,67	21.123,67	0,33	124.376,33	8.137,99	8.137,99	0,19	137.362,01
Vigilância Sanitária	175.350,00	175.350,00	26.314,33	26.314,33	0,42	149.035,67	24.856,88	24.856,88	0,57	150.493,12
Vigilância Epidemiológica	301.350,00	301.350,00	2.435,00	2.435,00	0,04	298.915,00	2.435,00	2.435,00	0,06	298.915,00
Educação	12.301.800,00	12.901.983,77	1.431.272,43	1.431.272,43	22,70	11.470.711,34	1.240.587,38	1.240.587,38	28,62	11.661.396,39
Ensino Fundamental	10.356.150,00	10.960.333,77	1.222.520,51	1.222.520,51	19,39	9.737.813,26	1.092.911,44	1.092.911,44	25,21	9.867.422,33
Ensino Profissional	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Ensino Superior	155.400,00	151.400,00	67.331,77	67.331,77	1,07	84.068,23	17.212,21	17.212,21	0,40	134.187,79
Educação Infantil	1.769.250,00	1.769.250,00	141.420,15	141.420,15	2,24	1.627.829,85	130.463,73	130.463,73	3,01	1.638.786,27
Cultura	680.950,00	739.900,00	87.180,00	87.180,00	1,38	652.720,00	44.327,01	44.327,01	1,02	695.572,99
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Difusão Cultural	670.950,00	729.900,00	87.180,00	87.180,00	1,38	642.720,00	44.327,01	44.327,01	1,02	685.572,99

Continua 1/4

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.048.495,02	53.847.789,08	5.983.125,00	5.983.125,00	94,87	47.864.664,08	4.169.903,06	4.169.903,06	96,20	49.677.886,02
Urbanismo	2.344.125,00	2.544.125,00	288.999,17	288.999,17	4,58	2.255.125,83	257.672,55	257.672,55	5,94	2.286.452,45
Infra-Estrutura Urbana	897.750,00	1.097.750,00	0,00	0,00	0,00	1.097.750,00	0,00	0,00	0,00	1.097.750,00
Serviços Urbanos	1.446.375,00	1.446.375,00	288.999,17	288.999,17	4,58	1.157.375,83	257.672,55	257.672,55	5,94	1.188.702,45
Habitação	153.300,00	153.300,00	0,00	0,00	0,00	153.300,00	0,00	0,00	0,00	153.300,00
Habitação Urbana	111.300,00	111.300,00	0,00	0,00	0,00	111.300,00	0,00	0,00	0,00	111.300,00
Abastecimento	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00
Saneamento	1.388.100,00	6.414.060,29	94.271,34	94.271,34	1,49	6.319.788,95	55.515,13	55.515,13	1,28	6.358.545,16
Saneamento Básico Urbano	1.388.100,00	6.414.060,29	94.271,34	94.271,34	1,49	6.319.788,95	55.515,13	55.515,13	1,28	6.358.545,16
Gestão Ambiental	353.325,00	353.325,00	20.825,51	20.825,51	0,33	332.499,49	20.825,51	20.825,51	0,48	332.499,49
Preservação e Conservação Ambiental	342.825,00	342.825,00	20.825,51	20.825,51	0,33	321.999,49	20.825,51	20.825,51	0,48	321.999,49
Recursos Hídricos	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
Agricultura	1.135.050,00	1.135.050,00	86.644,45	86.644,45	1,37	1.048.405,55	68.518,71	68.518,71	1,58	1.066.531,29
Administração Geral	755.950,00	755.950,00	84.824,45	84.824,45	1,35	671.125,55	68.518,71	68.518,71	1,58	687.431,29
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Extensão Rural	112.350,00	112.350,00	0,00	0,00	0,00	112.350,00	0,00	0,00	0,00	112.350,00
Promoção da Produção Agropecuária	246.750,00	246.750,00	1.820,00	1.820,00	0,03	244.930,00	0,00	0,00	0,00	246.750,00
Indústria	63.000,00	1.047.750,00	0,00	0,00	0,00	1.047.750,00	0,00	0,00	0,00	1.047.750,00
Promoção Industrial	63.000,00	1.047.750,00	0,00	0,00	0,00	1.047.750,00	0,00	0,00	0,00	1.047.750,00
Comércio e Serviços	68.250,00	68.250,00	0,00	0,00	0,00	68.250,00	0,00	0,00	0,00	68.250,00
Promoção Comercial	68.250,00	68.250,00	0,00	0,00	0,00	68.250,00	0,00	0,00	0,00	68.250,00
Energia	197.400,00	167.400,00	7.917,20	7.917,20	0,13	159.482,80	7.917,20	7.917,20	0,18	159.482,80
Energia Elétrica	197.400,00	167.400,00	7.917,20	7.917,20	0,13	159.482,80	7.917,20	7.917,20	0,18	159.482,80
Transporte	1.898.925,00	1.692.825,00	132.401,53	132.401,53	2,10	1.560.423,47	16.762,78	16.762,78	0,39	1.676.062,22
Transporte Rodoviário	1.898.925,00	1.692.825,00	132.401,53	132.401,53	2,10	1.560.423,47	16.762,78	16.762,78	0,39	1.676.062,22
Desporto e Lazer	678.800,00	819.850,00	75.091,84	75.091,84	1,19	744.758,16	31.824,83	31.824,83	0,73	788.025,17
Administração Geral	152.500,00	152.500,00	0,00	0,00	0,00	152.500,00	0,00	0,00	0,00	152.500,00
Desporto Comunitário	526.300,00	667.350,00	75.091,84	75.091,84	1,19	592.258,16	31.824,83	31.824,83	0,73	635.525,17
Reserva de Contingência [1]	434.367,15	434.367,15	0,00	0,00	0,00	434.367,15	0,00	0,00	0,00	434.367,15
Administração Geral	434.367,15	434.367,15	0,00	0,00	0,00	434.367,15	0,00	0,00	0,00	434.367,15
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.759.345,00	1.776.945,00	323.207,97	323.207,97	5,13	1.453.737,03	164.871,43	164.871,43	3,80	1.612.073,57
Legislativa	66.000,00	66.000,00	10.919,33	10.919,33	0,17	55.080,67	10.919,33	10.919,33	0,25	55.080,67
Ação Legislativa	66.000,00	66.000,00	10.919,33	10.919,33	0,17	55.080,67	10.919,33	10.919,33	0,25	55.080,67

Continua 2/4

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.759.345,00	1.776.945,00	323.207,97	323.207,97	5,13	1.453.737,03	164.871,43	164.871,43	3,80	1.612.073,57
Administração	219.670,00	216.670,00	22.513,36	22.513,36	0,36	194.156,64	10.260,09	10.260,09	0,24	206.409,91
Planejamento e Orçamento	5.250,00	2.250,00	317,75	317,75	0,01	1.932,25	152,15	152,15	0,00	2.097,85
Administração Geral	142.495,00	146.495,00	14.084,13	14.084,13	0,22	132.410,87	6.245,37	6.245,37	0,14	140.249,63
Administração Financeira	60.900,00	60.900,00	5.904,16	5.904,16	0,09	54.995,84	2.805,63	2.805,63	0,06	58.094,37
Controle Interno	11.025,00	7.025,00	2.207,32	2.207,32	0,04	4.817,68	1.056,94	1.056,94	0,02	5.968,06
Assistência Social	15.750,00	12.250,00	1.065,63	1.065,63	0,02	11.184,37	520,60	520,60	0,01	11.729,40
Assistência Comunitária	15.750,00	12.250,00	1.065,63	1.065,63	0,02	11.184,37	520,60	520,60	0,01	11.729,40
Saúde	598.500,00	622.600,00	96.006,70	96.006,70	1,52	526.593,30	45.222,48	45.222,48	1,04	577.377,52
Administração Geral	61.950,00	61.950,00	9.859,63	9.859,63	0,16	52.090,37	4.689,94	4.689,94	0,11	57.260,06
Atenção Básica	231.000,00	255.100,00	41.869,25	41.869,25	0,66	213.230,75	20.598,08	20.598,08	0,48	234.501,92
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	274.050,00	274.050,00	41.991,84	41.991,84	0,67	232.058,16	18.843,29	18.843,29	0,43	255.206,71
Suporte Profilático e Terapêutico	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
Vigilância Sanitária	15.750,00	15.750,00	2.285,98	2.285,98	0,04	13.464,02	1.091,17	1.091,17	0,03	14.658,83
Vigilância Epidemiológica	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00
Educação	730.800,00	730.800,00	159.815,22	159.815,22	2,53	570.984,78	79.266,21	79.266,21	1,83	651.533,79
Ensino Fundamental	597.450,00	597.450,00	143.464,85	143.464,85	2,27	453.985,15	73.785,36	73.785,36	1,70	523.664,64
Ensino Superior	2.100,00	2.100,00	1.801,14	1.801,14	0,03	298,86	0,00	0,00	0,00	2.100,00
Educação Infantil	131.250,00	131.250,00	14.549,23	14.549,23	0,23	116.700,77	5.480,85	5.480,85	0,13	125.769,15
Cultura	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00
Difusão Cultural	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	1.050,00
Urbanismo	93.450,00	93.450,00	23.696,95	23.696,95	0,38	69.753,05	11.487,58	11.487,58	0,27	81.962,42
Serviços Urbanos	93.450,00	93.450,00	23.696,95	23.696,95	0,38	69.753,05	11.487,58	11.487,58	0,27	81.962,42
Saneamento	15.750,00	15.750,00	2.358,83	2.358,83	0,04	13.391,17	1.089,47	1.089,47	0,03	14.660,53
Saneamento Básico Urbano	15.750,00	15.750,00	2.358,83	2.358,83	0,04	13.391,17	1.089,47	1.089,47	0,03	14.660,53
Gestão Ambiental	525,00	525,00	0,00	0,00	0,00	525,00	0,00	0,00	0,00	525,00
Preservação e Conservação Ambiental	525,00	525,00	0,00	0,00	0,00	525,00	0,00	0,00	0,00	525,00
Agricultura	10.500,00	10.500,00	5.199,02	5.199,02	0,08	5.300,98	5.199,02	5.199,02	0,12	5.300,98
Administração Geral	10.500,00	10.500,00	5.199,02	5.199,02	0,08	5.300,98	5.199,02	5.199,02	0,12	5.300,98

Continua 3/4

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.759.345,00	1.776.945,00	323.207,97	323.207,97	5,13	1.453.737,03	164.871,43	164.871,43	3,80	1.612.073,57
Desporto e Lazer	7.350,00	7.350,00	1.632,93	1.632,93	0,03	5.717,07	906,65	906,65	0,02	6.443,35
Desporto Comunitário	7.350,00	7.350,00	1.632,93	1.632,93	0,03	5.717,07	906,65	906,65	0,02	6.443,35
TOTAL (**III**) = (**I** + **II**)	48.807.840,02	55.624.734,08	6.306.332,97	6.306.332,97	100,00	49.318.401,11	4.334.774,49	4.334.774,49	100,00	51.289.959,59

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVERERREO - ANEXO 1 (LRF, ART. 52, INCISO I, ALÍNEAS "A" E "B" DO INCISO II E § 1º)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**47.464.890,02**	**47.464.890,02**	**7.648.833,15**	**16,11**	**7.648.833,15**	**16,11**	**39.816.056,87**
RECEITAS CORRENTES	**43.500.490,15**	**43.500.490,15**	**6.592.441,10**	**15,15**	**6.592.441,10**	**15,15**	**36.908.049,05**
RECEITA TRIBUTARIA	4.848.136,65	4.848.136,65	751.592,84	15,50	751.592,84	15,50	4.096.543,81
Impostos	4.508.700,00	4.508.700,00	649.091,86	14,40	649.091,86	14,40	3.859.608,14
Taxas	339.121,65	339.121,65	102.500,98	30,23	102.500,98	30,23	236.620,67
Contribuição de Melhoria	315,00	315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.306.575,00	4.306.575,00	253.614,35	5,89	253.614,35	5,89	4.052.960,65
Contribuições Sociais	3.931.200,00	3.931.200,00	209.906,91	5,34	209.906,91	5,34	3.721.293,09
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	375.375,00	375.375,00	43.707,44	11,64	43.707,44	11,64	331.667,56
RECEITA PATRIMONIAL	441.000,00	441.000,00	410.428,67	93,07	410.428,67	93,07	30.571,33
Receitas de Valores Mobiliarios	441.000,00	441.000,00	410.428,67	93,07	410.428,67	93,07	30.571,33
RECEITA AGROPECUARIA	304,50	304,50	0,00	0,00	0,00	0,00	304,50
Outras Rec. Agropecuárias	304,50	304,50	0,00	0,00	0,00	0,00	304,50
RECEITA DE SERVIÇOS	339.234,00	339.234,00	61.601,03	18,16	61.601,03	18,16	277.632,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.014.180,00	32.014.180,00	5.055.247,24	15,79	5.055.247,24	15,79	26.958.932,76
Transferências Intergovernamentais	31.762.180,00	31.762.180,00	5.031.875,98	15,84	5.031.875,98	15,84	26.730.304,02
Transf. de Conv.	252.000,00	252.000,00	23.371,26	9,27	23.371,26	9,27	228.628,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.551.060,00	1.551.060,00	59.956,97	3,87	59.956,97	3,87	1.491.103,03
Multas e Juros de Mora	160.755,00	160.755,00	5.488,43	3,41	5.488,43	3,41	155.266,57
Indenizações e Restituições	97.755,00	97.755,00	22.570,98	23,09	22.570,98	23,09	75.184,02
Receita da Divida Ativa	1.240.050,00	1.240.050,00	30.008,15	2,42	30.008,15	2,42	1.210.041,85
Receitas Diversas	52.500,00	52.500,00	1.889,41	3,60	1.889,41	3,60	50.610,59
RECEITAS DE CAPITAL	**3.964.399,87**	**3.964.399,87**	**1.056.392,05**	**26,65**	**1.056.392,05**	**26,65**	**2.908.007,82**
ALIENAÇÃO DE BENS	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
Alienação de Bens Móveis	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.911.899,87	3.911.899,87	1.056.392,05	27,00	1.056.392,05	27,00	2.855.507,82
Transferências Intergovernamentais	10.500,00	10.500,00	1.006.392,05	9.584,69	1.006.392,05	9.584,69	-995.892,05
Transferências de Convênios	3.901.399,87	3.901.399,87	50.000,00	1,28	50.000,00	1,28	3.851.399,87
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**1.342.950,00**	**1.342.950,00**	**283.908,12**	**21,14**	**283.908,12**	**21,14**	**1.059.041,88**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**48.807.840,02**	**48.807.840,02**	**7.932.741,27**	**16,25**	**7.932.741,27**	**16,25**	**40.875.098,75**

Continua 1/4

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**0,00**	**48.807.840,02**	**7.932.741,27**	**16,25**	**7.932.741,27**	**16,25**	**40.875.098,75**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	48.807.840,02	48.807.840,02	7.932.741,27	16,25	7.932.741,27	16,25	40.875.098,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**47.048.495,02**	**53.847.789,08**	**5.983.125,00**	**5.983.125,00**	**47.864.664,08**	**4.169.903,06**	**4.169.903,06**	**49.677.886,02**	**4.131.172,22**
DESPESAS CORRENTES	**35.172.002,87**	**35.314.402,87**	**5.918.597,76**	**5.918.597,76**	**29.395.805,11**	**4.154.841,84**	**4.154.841,84**	**31.159.561,03**	**4.116.111,00**
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	20.711.032,85	20.693.432,85	3.412.753,10	3.412.753,10	17.280.679,75	3.276.588,13	3.276.588,13	17.416.844,72	3.266.680,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.460.970,02	14.620.970,02	2.505.844,66	2.505.844,66	12.115.125,36	878.253,71	878.253,71	13.742.716,31	849.430,57
DESPESAS DE CAPITAL	**7.397.525,00**	**14.054.419,06**	**64.527,24**	**64.527,24**	**13.989.891,82**	**15.061,22**	**15.061,22**	**14.039.357,84**	**15.061,22**
INVESTIMENTOS	7.334.525,00	13.991.419,06	54.831,30	54.831,30	13.936.587,76	5.365,28	5.365,28	13.986.053,78	5.365,28
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	63.000,00	63.000,00	9.695,94	9.695,94	53.304,06	9.695,94	9.695,94	53.304,06	9.695,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA LEGAL DO RPPS	**4.478.967,15**	**4.478.967,15**	**0,00**	**0,00**	**4.478.967,15**	**0,00**	**0,00**	**4.478.967,15**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.478.967,15	4.478.967,15	0,00	0,00	4.478.967,15	0,00	0,00	4.478.967,15	0,00

Continua 2/4

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**1.759.345,00**	**1.776.945,00**	**323.207,97**	**323.207,97**	**1.453.737,03**	**164.871,43**	**164.871,43**	**1.612.073,57**	**162.498,95**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**48.807.840,02**	**55.624.734,08**	**6.306.332,97**	**6.306.332,97**	**49.318.401,11**	**4.334.774,49**	**4.334.774,49**	**51.289.959,59**	**4.293.671,17**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**48.807.840,02**	**55.624.734,08**	**6.306.332,97**	**6.306.332,97**	**49.318.401,11**	**4.334.774,49**	**4.334.774,49**	**51.289.959,59**	**4.293.671,17**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.626.408,30	—	—	3.597.966,78	—	7.932.741,27
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	48.807.840,02	55.624.734,08	6.306.332,97	7.932.741,27	—	4.334.774,49	7.932.741,27	—	12.226.412,44

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R$ 45.035,48

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	**1.342.950,00**	**1.342.950,00**	**283.908,12**	**21,14**	**283.908,12**	**21,14**	**1.059.041,88**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.342.950,00**	**1.342.950,00**	**283.908,12**	**21,14**	**283.908,12**	**21,14**	**1.059.041,88**
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.342.950,00	1.342.950,00	283.908,12	21,14	283.908,12	21,14	1.059.041,88
Contribuições Sociais	1.342.950,00	1.342.950,00	283.908,12	21,14	283.908,12	21,14	1.059.041,88

Continua 3/4

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	**1.759.345,00**	**1.776.945,00**	**323.207,97**	**323.207,97**	**1.453.737,03**	**164.871,43**	**164.871,43**	**1.612.073,57**	**162.498,95**
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	1.759.345,00	1.776.945,00	323.207,97	323.207,97	1.453.737,03	164.871,43	164.871,43	1.612.073,57	162.498,95

FONTE:

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 026/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

*PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0***48/2015**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2015

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 590954

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização do Regional de Moto Cross, nos municípios de Nova Xavantina, São Félix do Araguaia, Campinápolis, Querência, Porto Alegre do Norte, Confresa, Luciara e Vila Rica, ambos em Mato Grosso, incluindo fornecimento de materiais e serviços.

REALIZAÇÃO: 15/07/2015.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, www.bb.com.br ou diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 01 de Julho de 2015.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO JANEIRO A FEVEREIRO 2015/ BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL RREO - ANEXO 6 (LRF, ART

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**44.402.440,15**	**6.465.920,55**	**6.421.475,34**
Receita Tributária	4.848.136,65	751.592,84	419.368,64
I.P.T.U.	472.500,00	0,00	198,17
I.S.S.	1.169.700,00	307.882,64	148.091,68
I.T.B.I.	1.890.000,00	129.790,98	69.433,70
I.R.R.F.	976.500,00	211.418,24	89.139,11
Outras Receitas Tributárias	339.436,65	102.500,98	112.505,98
Receita de Contribuição	5.649.525,00	537.522,47	456.053,69
Receitas Previdenciárias	3.931.200,00	209.906,91	424.347,84
Outras Contribuições	1.718.325,00	327.615,56	31.705,85
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	441.000,00	410.428,67	316.380,90
(-) Aplicações Financeiras	441.000,00	410.428,67	316.380,90
Transferências Correntes	32.014.180,00	5.055.247,24	5.388.986,20
F.P.M.	10.366.137,00	1.847.507,21	1.874.618,03
I.C.M.S.	6.393.500,00	961.956,71	959.174,60
Convênios	252.000,00	23.371,26	7.617,60
Outras Transferências Correntes	15.002.543,00	2.222.412,06	2.547.575,97
Demais Receitas Correntes	1.890.598,50	121.558,00	157.066,81
Dívida Ativa	1.240.050,00	30.008,15	40.994,19
Diversas Receitas Correntes	650.548,50	91.549,85	116.072,62
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**3.964.399,87**	**1.056.392,05**	**0,00**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	52.500,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.911.899,87	1.056.392,05	0,00
Convênios	3.901.399,87	50.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	10.500,00	1.006.392,05	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**3.911.899,87**	**1.056.392,05**	**0,00**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**48.314.340,02**	**7.522.312,60**	**6.421.475,34**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**37.091.347,87**	**6.241.805,73**	**5.586.109,04**	**4.319.713,27**	**2.953.262,13**
Pessoal e Encargos Sociais	22.470.377,85	3.735.961,07	3.270.419,63	3.441.459,56	1.690.132,11
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.620.970,02	2.505.844,66	2.315.689,41	878.253,71	1.263.130,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**37.091.347,87**	**6.241.805,73**	**5.586.109,04**	**4.319.713,27**	**2.953.262,13**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**14.054.419,06**	**64.527,24**	**191.746,75**	**15.061,22**	**25.429,56**
Investimentos	13.991.419,06	54.831,30	182.050,81	5.365,28	15.733,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	63.000,00	9.695,94	9.695,94	9.695,94	9.695,94
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**13.991.419,06**	**54.831,30**	**182.050,81**	**5.365,28**	**15.733,62**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**4.478.967,15**	**-**	**-**	**-**	**-**

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RESERVA DO RPPS (XVII)	**0,00**	**-**	**-**	**-**	**-**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**55.561.734,08**	**6.296.637,03**	**5.768.159,85**	**4.325.078,55**	**2.968.995,75**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-7.247.394,06**	**1.225.675,57**	**653.315,49**	**3.197.234,05**	**3.452.479,59**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**4.069.467,15**

FONTE:

PORTARIA N.º 164/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

R E S O L V E:

Art. 1º- REVOGA a PORTARIA N.º 032/2015 a qual nomeou a Sra. QUE-LEN BORGHESAN, inscrita no do CPF sob o nº 028.686.869-58, para o cargo de Diretora do Departamento de Serviços Urbanos, previsto na Lei 598/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2015

REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E AQUISIÇÃO DE TONNER PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT

.

A Pregoeira Oficial da Câmara Municipal de Várzea Grande – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial n.º 03/2015 com Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorreu às 26/06/2015 às 08:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, sagraram-se vencedoras as empresas:

1) ELIANE CLEMENTINO CARNAUBA-ME no valor total de R$ 39.037,43 (trinta e nove mil, trinta e sete reais e quarenta e três centavos);

2) AÇÃO COM. E SERVIÇOS DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA-ME no valor total de R$ 95.013,48 (noventa e cinco mil, treze reais e quarenta e oito centavos).

3) CYAN PAP. E MAT. DE INFORMÁTICA EIRELLI no valor total de R$ 40.262,10 (quarenta mil, duzentos e sessenta e dois reais e dez centavos).

Sendo que as Empresas AÇÃO COM. E SERVIÇOS DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA-ME e CYAN PAP. E MAT. DE INFORMÁTICA EIRELLI apresentaram todos os documentos exigidos no Edital.

E a Empresa ELIANE CLEMENTINO CARNAUBA-ME por ser Micro Empresa e por ter apresentado a certidão vencida foi concedido o prazo legal para a regularização da Certidão Negativa Estadual.

SUELEN CRISTINA ALVES DE MORAES

Pregoeira Oficial

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

PAD: 064/2014

Investigado: Bleize Felsky dos Anjos.

Despacho

Após a análise dos autos e:
Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas - Lei N°. 1.164/1991. Que dispõe:
"Art. 177 – O julgamento acatará o relatório da Comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.".
Considerando o contido nos autos e o Relatório Final que sugere a aplicação da **Penalidade de Repreensão** ao servidor, com fulcro nos artigos: 137, I; 139 e 141 da mesma Lei Municipal;
Acolho a recomendação da Comissão Processante e consequentemente encaminho a cópia da Decisão ao Secretário Municipal de Saúde, para a aplicação da Penalidade em no máximo 15 (quinze) dias; devendo a có-

pia da mesma, ser encaminhada a esta Secretaria para arquivamento em Pasta Funcional.

Várzea Grande-MT, 18 de outubro de 2014.

Celso Alves Barreto Albuquerque
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 069/2015

"Dispõe sobre a exoneração, do Sr. Ailton de Souza Forte no cargo de Auxiliar Técnico do PREVIVAG."

A Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **Ailton de Souza Forte** no cargo de Auxiliar Técnico - DGA - 8 a partir de 30 de Junho de 2015 do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - PREVIVAG.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande, 30 de Junho de 2015.

***Terezinha J. R. Milani* Presidente**

PORTARIA 070/2015

"Dispõe sobre a exoneração, do Sr. Nelmar de Moraes Varella no cargo de Gerente Técnico do PREVIVAG."

A Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **Nelmar de Moraes Varella** no cargo de Gerente Técnico - DGA - 6 a partir de 30 de Junho de 2015 do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - PREVIVAG.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande, 30 de Junho de 2015.

***Terezinha J. R. Milani* Presidente**

PORTARIA Nº 25/2015/GAB/SMECEL/VG

Designa o Subsecretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande, autorizando- o para assinar documentos próprios do órgão no caso de eventuais ausências da titular da pasta.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando o disposto do artigo 5°, LXXVIII da Constituição Federal de 1988, que consagra o princípio da celeridade na administração pública de todos os entes federativos.

RESOLVE:

Artigo 1°- Designar oSubsecretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande, Sr. Osmar Milan Capilé, para assinar os documentos próprios deste órgão no caso de eventuais ausências da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Professora Zilda Pereira Leite de Campos.

Parágrafo Único- Fica autorizado o subsecretário acima mencionado a representar a titular da pasta em eventos, palestras, reuniões em que a mesma não puder estar.

Artigo 2°- Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 20 de junho de 2015, revogando se as disposições em contrário.

Registra se, Publica se, Cumpra se.

Várzea Grande – MT, 1° de julho de 2015.

Zilda Pereira Leite de Campos
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 276/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 312594/2015,

RESOLVE:

Conceder à servidora **KATIANE ALVES DA SILVA**, Matrícula 82222, exercendo o cargo de Técnico Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar com efeito retroativo no período de **15/06/2015 a 15/06/2017.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de junho de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

DECRETO Nº 34 DE 26 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município; e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação - FETHAB;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 3º da referida Lei, os repasses aos municípios iniciarão a partir de Janeiro de 2015;

CONSIDERANDO o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000 só pode ser criado por Decreto do Prefeito Municipal e não poderá ter ingerência na Administração ante a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB, constituído de:

a) 01 (um) conselheiro representante do município, que deverá ser o Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo; b) 01 (um) conselheiro representante do segmento rural; c) 01 (um) conselheiro representante da sociedade civil;

§ 1º Os representantes serão nomeados por ato da Prefeita.

§ 2º O Conselho será presidido pelo Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo.

Art. 2º O conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar à Prefeita sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses feitos pelo Estado ao Município, além das destinações e aplicação realizadas.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no *site* do Município.

Art. 5º O Conselho elaborará seu próprio Regimento Interno, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Art. 6º O exercício da função de conselheiro do Conselho Municipal do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante, dando, àquele que a exercer por mais de um ano, o direito ao reconhecimento público com a emissão de certificado que assim o declare.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 26 de junho de 2015.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

EDITAL Nº. 01/2015/CMDCA/VG.

Dispõe sobre o processo de escolha do Conselho Tutelar do Município de Várzea Grande.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Várzea Grande (MT) - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme preconiza a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução nº 152/2012 e a Resolução nº 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e a Lei Municipal nº. 3223/2008, RESOLVE:

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é regido por este edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande - MT.

1.1.1. A Comissão Organizadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta paritariamente dentre os membros do aludido Conselho, conforme Resolução Nº 03/2015, é a responsável por toda a condução do processo de escolha.

1.2. O processo destina-se à escolha de 15 (quinze) membros para composição do Conselho Tutelar do município de Várzea Grande, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

1.4. Das atribuições do Conselho Tutelar:

1.4.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 95 e 136.

1.5. Da Remuneração:

1.5.1. O conselheiro tutelar faz jus ao recebimento pecuniário mensal de DNS5, no valor R$3.000,00 (três mil reais).

1.5.2. Se o servidor municipal for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

I. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

II. A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

1.6. Da Função e Carga Horária:

1.6.1. A jornada de trabalho de conselheiro tutelar é de 40 horas semanais, mais regime de plantão, conforme definido na Lei Municipal e no Regimento Interno do Conselho Tutelar.

1.6.2. A função de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada.

1.6.3. O exercício da função de conselheiro tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

2. DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA

2.1. O cidadão que desejar candidatar-se à função de conselheiro tutelar deverá atender as seguintes condições:

I. Ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e atestado de antecedentes "nada consta" fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso;

II.Ter idade superior a vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação;

III. Residir no município há pelo menos três (03) anos, comprovado por meio da apresentação de conta de água, luz ou telefone fixo ou título de eleitor;

IV. Comprovar, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso emitido por entidade oficial de ensino, ter concluído o ensino médio, até o dia da posse;

V. Estar no gozo de seus direitos políticos, comprovados pela apresentação do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, constando estar em dia com as obrigações eleitorais;

VI. Apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);

VII. Não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar, nos últimos cinco anos, em declaração firmada pelo candidato.

VIII. Comprovar experiência de atuação em atividades ligadas à promoção, defesa e atendimento dos Direitos da criança e do adolescente, em declaração firmada pelo candidato, por meio de formulário próprio, em que conste a atividade desenvolvida, o tomador do serviço (pessoa física ou jurídica) e o período de atuação, conforme modelo disponibilizado pelo CMDCA. Para efeito deste edital, consideram-se como experiência as atividades desenvolvidas por:

a) Professores, especialistas em educação (pedagogos), diretores e coordenadores de escola;

b) Profissionais do Programa Estratégia Saúde da Família, auxiliares de enfermagem etc.;

c) Profissionais da assistência social, como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e outros que atuam em Projetos, Programas e Serviços voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias;

d) Estudantes de ensino superior do ultimo ano que comprovem por estágios ou por presença em cursos, seminários e conferencia certificação, de no mínimo 100 horas, ligadas à promoção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

e) Empregados ou voluntários de entidades não governamentais, com registro no CMDCA, que atuam, no mínimo a 2 anos, no atendimento de crianças e adolescentes e na defesa dos direitos desse segmento, como por exemplo, Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude, Igrejas, Associações de Bairros, instituição filantrópica;

3. DO PROCESSO DE ESCOLHA

3.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado em 03 etapas:

I. Inscrição dos candidatos, a partir da análise dos requisitos do item 02 deste Edital;

II. Eleição dos candidatos por meio de voto;

III. Curso de Capacitação e Formação sobre os Direitos da Criança e do Adolescente.

4. DA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

4.1.A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo, tais como se acham definidas neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de conselheiro tutelar.

4.3. As inscrições ficarão abertas no período de 02 a 16 de julho de 2015, no período de 14h00 às 17h00.

4.4. As inscrições serão feitas no endereço da sede do CMDCA: Sala dos Conselhos, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande, na Av. Castelo Branco, em frente à Câmara de Vereadores do município.

4.5. No ato de inscrição o candidato, pessoalmente ou por meio de procuração, deverá:

a) Preencher requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste Edital;

b) Apresentar original com fotocópia de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, retrato e assinatura;

c) Apresentar os documentos exigidos no item 2.1 deste edital.

d) Em relação ao item 2.1 I, a critério da Comissão Organizadora, a comprovação da idoneidade moral, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser complementada por meio de informações coletadas junto a pessoas e instituições da comunidade local.

4.6. A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.

4.7. A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ ou qualquer irregularidade nos documentos apresentados.

4.8. É inelegível e está impedido de se inscrever no processo de escolha unificado o conselheiro tutelar que:

a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2013;

b) que tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

4.9. No dia 18 de julho de 2015, a relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será afixada nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com cópia para o Ministério Público.

5. DA ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS

5.1. Da reunião que autoriza a campanha eleitoral

5.1.1. No dia 29 de julho, às 09h00, em reunião própria, a Comissão Organizadora deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste Edital, no que diz respeito notadamente:

a) aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);

b) às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);

c) à votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);

d) à apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;

e) à definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, codinome ou apelido etc.);

f) à definição do número de cada candidato;

g) aos critérios de desempate;

h) aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140 do ECA;

i) à data da posse.

51.2. A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

5.1.3. O candidato que não comparecer à reunião acordará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Organizadora e pelos demais candidatos presentes.

5.1.4. A reunião deverá ser lavrada em ata, constando a assinatura de todos os presentes.

5.1.5. No dia 30 de julho de 2015, será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação, sendo publicada no Diário Oficial dos Municípios e afixada nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

5.2. Da Candidatura

a) A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

b) É vedada a formação de chapas de candidato.

5.3. Dos Votantes:

a) Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município;

b) Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade;

c) Cada eleitor deverá votar em apenas 01 candidato;

d) Não será permitido o voto por procuração.

5.4. Da Campanha Eleitoral:

a) A campanha eleitoral terá início no dia em que for publicada a lista referida no item 5.1.5 deste edital.

b) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos;

c) É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular;

d) As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar.

e) Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

f) Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, 07 (sete) candidatos e serão supervisionados pelo CMDCA;

g) Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas;

h) Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste edital aos organizadores;

i) Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

5.4.1. Das Proibições:

a) É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral, faixas, outdoors, placas, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

b) É vedada a vinculação do nome de patrocinadores, financiadores ou similares no material de divulgação das candidaturas;

c) Os auxílios financeiros recebidos pelos candidatos deverão ser informados detalhadamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

d) É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governador) ao candidato;

e) É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

f) É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no item 5.1.5;

g) É vedado ao conselheiro tutelar, em exercício, promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;

h) É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;

i) É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo poder público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral;

j) **Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição,** em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.

k) É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

5.4.2. Das Penalidades:

a) O candidato que não observar os termos deste edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Organizadora;

b) As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Organizadora e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 2 (dois) dias do fato.

b.1) O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.

b.2) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

c) Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda;

d) A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Organizadora que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão.

5.5. Da votação:

5.5.1. A votação ocorrerá no dia 04/10/2015, em local e horário definidos por edital da Comissão Organizadora, a ser divulgado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);

a) Somente poderão votar os cidadãos que apresentarem o título de eleitor de Várzea Grande, acompanhado de documento oficial de identidade;

b) Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;

c) O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

d) Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar um fiscal e um suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração;

e) O nome do fiscal e do suplente deverá ser indicado à Comissão Organizadora com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação;

f) No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.

5.5.2. Será utilizado no processo o voto com cédula ou eletrônico, conforme decisão do TRE MT.

5.5.3. Será considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) em branco;

e) que tiver o sigilo violado.

5.6. Da mesa de votação

5.6.1. As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.

5.6.2. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

5.6.3. Compete à cada mesa de votação:

a) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;

b) Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;

c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;

d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Organizadora;

5.7. Da apuração e da proclamação dos eleitos:

a) Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, extraindo o respectivo Boletim de Urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Organizadora.

b) A Comissão Organizadora, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.

c) O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do CMDCA.

d) O resultado final da eleição deverá ser publicado oficialmente no Diário Oficial dos Municípios, e afixado nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), abrindo prazo para interposição de recursos, conforme item 7.2 deste edital.

e) Os 15 (quinze) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como conselheiros tutelares titulares, ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

f) Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

I. apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência;

II. residir a mais tempo no município;

III. tiver maior idade.

6. DOS IMPEDIMENTOS

6.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

6.2. Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

6.3. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 15 (quinze) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

7. DOS RECURSOS

7.1. Será admitido recurso quanto:

a) ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato.

b) ao resultado final.

7.2. O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, eleição dos candidatos, publicação do resultado final).

7.2.1 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

7.2.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

7.3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 9.1 deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

7.4. Os recursos deverão ser entregues na sede do CMDCA.

7.5. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

7.6. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

7.7. Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias (original e 01 cópia). Os recursos deverão ser digitados.

7.8. Quanto ao recurso referente ao item 7.1, C deve-se observar: Cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo a seguir.

Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Várzea Grande
Candidato:
_____
Nº. do Documento de Identidade:
_____
Nº. de Inscrição:
_____
Fundamentação:
_____
_____
Data: _____/_____/_____
As Assinatura:
_____

7.9. Cabe à Comissão Organizadora decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 2 (dois) dias.

7.9.1 O prazo será computado excluindo o dia do recebimento do recurso e incluindo o dia do vencimento.

7.9.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

7.10. Da decisão da Comissão, caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamentação, em igual prazo.

7.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação na sede do CMDCA e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

8. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, CURSO, POSSE E EXERCÍCIO.

8.1. Decididos os eventuais recursos, a Comissão Organizadora deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 2 (dois) dias.

8.2. Após a homologação do processo de escolha, o CMDCA deverá diplomar os candidatos eleitos e suplentes, no prazo de 03 dias.

8.3. Após a diplomação, o CMDCA terá 48 (quarenta e oito) horas para comunicar o Prefeito Municipal da referida diplomação.

8.4. O Prefeito Municipal, após a comunicação da diplomação, deverá nomear os 15 (quinze) candidatos mais bem votados, ficando todos os demais, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

8.5. Após a nomeação, os conselheiros tutelares titulares e os suplentes, submeter-se-ão ao Curso de Capacitação e Formação sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria à qual está vinculado.

8.6. Caberá ao Prefeito Municipal dar posse aos conselheiros titulares eleitos em 10 de janeiro de 2016, data em que se encerra o mandato dos conselheiros tutelares em exercício.

8.6.1. A convocação dos conselheiros para a posse será realizada por meio de edital, a ser publicado em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

8.6.2. Os candidatos também serão convocados por ofício, a ser entregue no endereço informado, quando do preenchimento da inscrição.

8.6.3. A remessa do ofício tem caráter meramente supletivo.

8.6.4. O dia, a hora e o local da posse dos conselheiros tutelares serão divulgados junto à comunidade local, afixando o convite em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

8.7. O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.

8.8. O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.

8.9. O candidato eleito que não for localizado pelo CMDCA automaticamente será reclassificado como último suplente.

8.10. Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.

8.11. No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de conselheiro tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de trinta (30) pretendentes devidamente habilitados.

9.2. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a trinta, o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

9.3. Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

9.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município e afixado nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

9.5. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.

9.6. A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, no endereço da sede do CMDCA.

9.7. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Organizadora, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.

9.8. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão Organizadora.

9.9. Todas as decisões da Comissão Organizadora ou do Plenário do CMDCA serão devidamente fundamentadas.

9.10. Todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Organizadora, para garantir a fiel execução da Lei e deste Edital.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande (MT), 30 de junho de 2015.

_____

Leandro Fabio Momente

Presidente do CMDCA

PORTARIA Nº 277/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 313499/2015,

RESOLVE:

Conceder à servidora **NAIANI DOMINGOS GASPARETTO**, Matrícula 84012, exercendo o cargo de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar com efeito retroativo no período de **01/07/2015 a 01/07/2017.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de junho de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

PORTARIA Nº 26/2015/GAB/SMECEL/VG

Institui Comissão responsável pela análise dos dados numéricos dos gastos, bem como o impacto financeiro que a administração pública/Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de várzea Grande irá sofrer, referente a apresentação das propostas para aplicação dos índices de Reajuste do piso do magistério, além de outros direitos já acumulados, aos servidores da Educação Escolar Básica.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1°- Instituir Comissão responsável pela análise dos dados numéricos dos gastos deste órgão bem como trazer a luz o impacto financeiro que a administração pública/Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de várzea Grande irá sofrer, referente a apresentação das propostas para aplicação dos índices de Reajuste do piso do magistério, além de outros direitos já acumulados, aos servidores da Educação Escolar Básica.

Artigo 2°- Esta Comissão será composta pelos seguintes membros e coordenada pelo primeiro que a compõem:

Osmar Milan Capilé- Subsecretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Isliêne Auxiliadora Corrêa de Magalhães- Assessoria Jurídica;

Maria Aparecida de Arruda Cortez- SINTEP/VG;

Alice Maria Pereira Ferreira- SINTEP/VG;

Suplentes:

Rafaela Vitória Mendes Volcov- Assessoria Jurídica;

Carlos Roberto de Oliveira- SINTEP/VG.

Parágrafo Único- A composição da Comissão acima apresentada não restringe a participação de outros servidores da administração pública- Secretaria de Fazenda, Secretaria de Administração, a fim de fornecer dados contábeis para a consecução dos estudos.

Artigo 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando se as disposições em contrário.

Registra se, Publica se, Cumpra se.

Várzea Grande – MT, 1° de julho de 2015.

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 012/2015

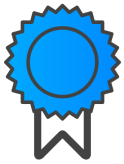
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Tomada de Preços nº. 012/2015, realizada no dia 26/06/2015, teve como vencedor a Empresa: **Consdepi Construtora Ltda-EPP.**

Água Boa, 01 de julho de 2015.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Jul 01 22:32:08 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)